D 1A.
2

COLLECÇÃO

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1864.

TOMO XXVII.



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA NACIONAL,

Rua da Guarda Velha.

1864.

INDICE

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DE

1864.

Pags.

N. 1. —GUERRA.—Em 5 de Janeiro de 1864. —Circular ás Presidencias de Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Pará e Amazonas, corrigindo o engano que houve na de 16 de Abril do anno proximo passado quanto ao numero de Amanuenses que competem ás Secretarias dos Commandos de Armas... 1

N. 2. — FAZENDA.— Circular de 11 de Janeiro de 1864.—Regulando o pagamento das passagens de Empregados de Fazenda nos Vapores da Companhia Brasileira..... 2

N. 3. — GUERRA. — Em 12 de Janeiro de 1864.— Aviso á Presidencia da Bahia, declarando que o simples facto de estar um Official á disposição da Presidencia não lhe dá direito ao abono de gratificação de exercicio..... ... 3

Pags.

N. 4. —FAZENDA.— Circular em 12 de Janeiro de 1864.—Explica o modo de executar-se o Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863..... 3

N. 5. —MARINHA.— Aviso de 12 de Janeiro de 1864.—Determina que a gratificação, mandada abonar pelo art. 71 do Regulamento Provisorio, de 27 de Julho de 1858, é devida a todos os Cirurgiões do Corpo de Saude da Armada, que tiverem boticas a seu cargo, qualquer que seja o serviço, em que estejão empregados..... 7

N. 6. —GUERRA.—Aviso de 13 de Janeiro de 1864. —A' Presidencia de Santa Catharina, confirmando que as funcções dos Capellães Militares devem com effeito limitar-se aos quarteis ou estabelecimentos em que tiverem exercicio, e declarando que o livro dos obitos deve ser fornecido pelos Arsenaes ou armazens de artigos bellicos, sendo escripturado na fórma do Regulamento de 25 de Novembro de 1844..... 8

N. 7. —GUERRA.— Aviso de 13 de Janeiro de 1864.—Determinando que os enxergões sejão distribuidos vasios, aos Corpos do Exercito, e providenciando ácerca de seu enchimento..... 9

N. 8. —FAZENDA.—Em 13 de Janeiro de 1864.— Declara que os emolumentos são devidos pelo feitio do Titulo, embora os vencimentos do novo emprego sejão iguaes aos do anterior..... 9

N. 9. — IMPERIO — Aviso de 13 de Janeiro de 1864.—Declara válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Parochia da Villa das Barras da Provincia do Piauhy, não obstante as razões contra ella allegadas..... 10

N. 10. —IMPERIO.— Aviso de 14 de Janeiro de 1864 —Declara que a questão suscitada sobre a intelligencia do § 13 do art. 1.º do Decreto n.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860, será resolvida pelo

Pags.

Poder Legislativo, ao qual o Governo Imperial a submette..... .. 12

N. 11. — IMPERIO. — Aviso de 15 de Janeiro de 1864. — Declara que o Eleitor, que tiver mudado a sua residencia para outra Parochia, não deve concorrer para a formação da Mesa Parochial. 14

N. 12. — IMPERIO. — Aviso de 15 de Janeiro de 1864. — Declara que no caso de não ter a Mesa Parochial procedido a sorteio dos supplentes de eleitores igualmente votados, compete no collegio eleitoral faze-lo..... 15

N. 13. — IMPERIO. — Aviso de 15 de Janeiro de 1864. — As licenças concedidas a empregados do Ministerio do Imperio não se considerão renunciadas por interrupção independente da vontade delles..... 17

N. 14. — FAZENDA. — Circular em 16 de Janeiro de 1864. — Torna extensiva aos despachos de exportação a disposição do art. 23 do Decreto de 31 de Dembro de 1864..... 17

N. 15. — FAZENDA. — Circular em 16 de Janeiro de 1864. — Declara que as embarcações vendidas pela primeira vez, embora tenhão feito mais de uma viagem são isentas do imposto da transferencia..... 18

N. 16. — GUERRA. — Circular de 18 de Janeiro de 1864. — A's Presidencias, estabelecendo regras para o abono de vencimento dos empregados que não têm ordenado, durante os dias de impedimento justificado por gala, nojo, licença ou molestia provada, ficando assim ampliadas ao Ministerio da Guerra as disposições do Aviso n.º 514, expedido pelo do Imperio em 13 de Novembro do anno proximo passado..... 19

N. 17. — GUERRA. — Aviso de 18 de Janeiro de 1864. — A' Presidencia do Maranhão, providenciando quanto ao abono da 1.ª prestação do premio de

Pags

voluntario a um soldado, que allega haver completado os 18 annos de idade, tendo-lhe sido aceita a de 16 annos quando assentou praça..... 19

N. 18. —GUERRA.—Aviso de 19 de Janeiro de 1864.—A' Presidencia de Pernambuco, declarando que as licenças dos empregados de Fazenda do Ministerio da Guerra, a respeito dos quaes não haja disposições especiaes, estão sujeitas ás dos arts. 75 e 86 do Regulamento de 15 de Abril de 1851, sem que se considere revogado o Decreto n.º 247 de 15 de Novembro de 1842, a respeito das prorogações... 20

N. 19. —FAZENDA.—Circular em 21 de Janeiro de 1864.—Declara que são cumulativas as funcções dos corretores e interpretes a respeito de traducções. 21

N. 20. —GUERRA.—Aviso de 22 de Janeiro de 1864.—A' Presidencia de Pernambuco, ponderando que o exercicio do cargo de Porteiro do Arsenal de Guerra é incompativel com o de Agente de Compras..... 22

N. 21. —IMPERIO.—Aviso de 23 de Janeiro de 1864.—Declara que, estando já approvados, na occasião da formação da junta de qualificação, os Eleitores e supplentes convocados, póde esta proseguir em seus trabalhos..... 22

N. 22. —IMPERIO.—Aviso de 23 de Janeiro de 1864.—O Sacerdote nomeado para substituir um Vigario collado, licenciado por tempo indefinido, em consequencia de padecimentos physicos que o impossibilitão de exercer os deveres parochiaes, só tem direito á terça parte da congrua..... .. 23

N. 23. —IMPERIO.—Aviso de 25 de Janeiro de 1864.—Approva a deliberação, que tomou o Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, de suspender a execução de alguns Projectos de Lei, que, não obstante não terem sido sanccionados por inconstitucionaes,

Pags.

forão publicados como Leis pela Assembléa Provincial..... 24

N. 24. —FAZENDA.— Em 25 de Janeiro de 1864.— Não se deve descontar os vencimentos das praças, que tripulão as barcas de registro das Alfandegas, uma vez que ellas não se tratem em hospital do Governo..... 25

N. 25. —IMPERIO.— Aviso de 26 de Janeiro de 1864.— Declara os casos, em que as Camaras Municipaes podem juramentar supplentes de Juizes de Paz. 25

N. 26. —IMPERIO.— Aviso de 27 de Janeiro de 1864.— Declara que, estando pendente de decisão do Poder Legislativo a questão relativa ao modo de contar-se os dous terços de votos, de que trata o art. 15 da Lei de 12 de Agosto de 1834, nada póde resolver o Governo Imperial a tal respeito.. 27

N. 27. —FAZENDA.— Em 27 de Janeiro de 1864.— Dos effeitos da pronuncia, declarados no art. 293 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, não resulta a incapacidade para os actos da vida civil. 28

N. 28. —FAZENDA.— Circular em 27 de Janeiro de 1864.— Torna extensiva aos casos de impedimento e faltas temporarias dos Thesoureiros e Pagadores a disposição da Ordem n.° 352 de 10 de Novembro de 1859..... 28

N. 29. —FAZENDA.— Circular em 28 de Janeiro de 1864.— Recommenda ás Thesourarias que de seis em seis mezes prestem ao Thesouro informações sobre o estado dos Proprios Nacionaes. 29

N. 30. —FAZENDA.— Circular em 29 de Janeiro de 1864.— Recommenda a mais severa fiscalisação na cobrança dos direitos das folhas corridas..... 30

N. 31. —FAZENDA.— Circular em 3 de Fevereiro de 1864.— Como se deve proceder nos casos de faltas e impedimentos dos Fieis dos Thesoureiros e Pagadores do Thesouro e Thesourarias de Fazenda..... 30

Pags.

N. 32. — JUSTIÇA.— Aviso de 4 de Fevereiro de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.—Approva a decisão, declarando que, não tendo effeito suspensivo o recurso interposto ex-officio pelo Juiz de Direito, póde o Juiz Municipal supplente, que teve em seu favor despacho de não pronuncia, exercer o cargo..... 31

N. 33. —FAZENDA.— Circular em 6 de Fevereiro de 1864.— Determina que não se receba a siza das arrematações, adjudicações, compra e venda de terrenos de Marinha, sem serem presentes as licenças..... 32

N. 34. —FAZENDA.— Circular em 6 de Fevereiro de 1864.—Declara por quem devem ser assignadas as certidões para a cobrança da divida activa..... 33

N. 35. — FAZENDA.— Em 8 de Fevereiro de 1864.— Como se deve proceder a respeito dos depositos de moeda, joias, etc., onde não ha cofres de deposito publico..... 33

N. 36. —IMPERIO.— Aviso de 8 de Fevereiro de 1864.— Declara que a Junta de Qualificação composta com Eleitores e supplentes de Legislatura finda, deve continuar em seus trabalhos, uma vez que na sua organisação tenhão sido guardadas as formalidades da Lei, embora seja conhecida depois do facto a approvação dos novos Eleitores e supplentes..... 34

N. 37. —IMPERIO.— Aviso de 8 de Fevereiro de 1864.— Declara que não deve ser excluido dos trabalhos da Junta de qualificação o cidadão que tiver a presumpção legal de residencia na respectiva Freguezia, emquanto se não provar o contrario..... 35

N. 38. — IMPERIO.— Aviso de 10 de Fevereiro de 1864.—Explica os casos em que devem ser registradas as certidões de actos religiosos celebrados por ministros e pastores da religiões diffe-

Pags.

rentes da do Estado, e determina que sejão publicados nas gazetas de maior circulação os nomes dos ditos pastores e ministros que registrarem os seus titulos na fórma do art. 52 do Decreto n.º 3.069 de 17 de Abril de 1863..... 36

N. 39. —MARINHA.—Aviso de 15 de Fevereiro de 1864.—Determina que nas Provincias, onde não existem Arsenaes, sejão os Escrivães das Companhias de Aprendizes Marinheiros, na falta dos Capellães incumbidos de ensinar aos mencionados Aprendizes as primeiras letras e doutrina christã. 38

N. 40. —GUERRA.—Circular de 16 de Fereiro de 1864.—A's Thesourarias de Fazenda, regulando os ajustes de contas dos Officiaes do Exercito, por occasião de reforma..... 38

N. 41.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 17 de Fevereiro de 1864.—Approvando a tarifa da estrada de ferro de Pernambuco.. 39

N. 42. —IMPERIO.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1864.—Declara que no Accordão da Relação sobre recurso interposto em materia de qualificação de votantes, deve dar-se execução, embora não seja o mesmo Accordão remettido, desde que se apresentar documento authentico; não devendo obstar a isso a circumstancia de faltar tempo para se fazer, no prazo da lei, á publicação dos nomes incluidos ou excluidos..... 40

N. 43.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 20 de Fevereiro de 1864.—Estabelece regras sobre a tarifa da estrada de ferro da Provincia da Bahia..... 41

N. 44.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso em 20 de Fevereiro de 1864.—Negando a José Joaquim do Sacramento a meia legua de terras devolutas pedidas para a fundação de

Pags.

uma serraria de madeira, por não lhe ser applicavel a disposição do art. 11 § 22 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, que manda fazer vendas condicionaes a bem da lavoura ou criação..... 43

N. 45. — MARINHA. — Aviso de 22 de Fevereiro de 1864. — Declara o modo, por que deve ser abonada aos Fieis do Corpo de Fazenda da Armada, que servirem de Commissarios, a gratificação, de que trata o Aviso de 6 de Novembro de 1861..... 44

N. 46. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 23 de Fevereiro de 1864. — Proroga por mais seis mezes, a contar do 1.º de Julho do corrente anno, o prazo do contracto do 1.º de Julho de 1849, celebrado com a Sociedade Colonisadora de Hamburgo..... 45

N. 47. — IMPERIO. — Aviso de 24 de Fevereiro de 1864. — Declara que o art. 12 das Instrucções annexas ao Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856 não prohibe que, ainda depois de organisadas as Juntas de Qualificação, se apresentem duvidas relativas a sua composição..... 45

N. 48. — JUSTIÇA. — Aviso de 25 de Fevereiro de 1864. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Firma a doutrina do Aviso de 7 de Março de 1862..... 47

N. 49. — FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1864. — Não pagão o sello fixo as apostillas nos titulos dos Empregados, quando não houver maioria de vencimentos..... 48

N. 50. — FAZENDA. — Em 25 de Fevereiro de 1864. — Declara que não ha recurso das decisões arbitraes em materias de qualificação, excepto o do art. 764 § 2.º..... 48

N. 51. — FAZENDA. — Circular em 25 de Fevereiro de 1864. — Recommenda ás

Pags.

Thesourarias que não chamem collaboradores sem prévia autorisação do Thesouro..... 49

N. 52. —IMPERIO.—Circular em 26 de Fevereiro de 1864.—Declara que as propostas para provimento de beneficios ecclesiasticos devem ser acompanhadas dos papeis relativos ao respectivo concurso..... 50

N. 53. —FAZENDA.—Circular em 27 de Fevereiro de 1864.—Manda carimbar as notas de 200$000 em substituição.... 51

N. 54. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Manda que as Camaras Municipaes informem, com as competentes plantas, ácerca da quantidade de terreno, de que necessitem as povoações, a ser insufficiente o que lhes tem sido concedido, a fim de se resolverem duvidas e tornarem-se extensivas ás povoações existentes as disposições do art. 77 e seguintes do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854. 52

N. 55. —GUERRA.—Aviso de 3 de Março de 1864.—A' Presidencia do Maranhão, declarando que a despeza de expediente do deposito da polvora é estranha ao Ministerio da Guerra, devendo correr a que diz respeito ao Laboratorio de fogos por conta do Official encarregado do mesmo Laboratorio, exceptuando-se apenas a da compra de livros, que deve ser levada ao —§ Arsenaes de Guerra, etc. 53

N. 56. —MARINHA.—Aviso de 5 de Março de 1864.—Estabelece regras ácerca do destino que devem ter as cadernetas provenientes das quantias deduzidas dos salarios dos Apprendizes Artifices dos Arsenaes de Marinha, e depositadas nos estabelecimentos de credito..... 54

N. 57. —GUERRA.—Aviso de 7 de Março de 1864.—Declarando que deve ser processado, pelo crime de deserção, um soldado, não obstante ter sido em

Pags.

Junta de Saude julgado incapaz para o serviço militar..... 55

N. 58. — FAZENDA.—Em 7 de Março de 1864. — Nos casos de sonegação de siza são applicaveis as penas do art. 12 da Lei de 26 de Setembro de 1857 em vez das do Alvará de 3 de Junho de 1809. 56

N. 59. — FAZENDA.— Em 7 de Março de 1864. — Os Pagadores, embora licenciados, são responsaveis pelos actos dos Fieis que exercem as funcções daquelles em todos os seus impedimentos.... 57

N. 60. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 8 de Março de 1864. —Mandando executar uma nova tarifa para a estrada de ferro de Pernambuco e solvendo as duvidas apresentadas pelo respectivo Superitendente..... 58

N. 61. — FAZENDA.—Em 11 de Março de 1864. —Declara os casos em que as Fortalezas podem obstar a sahida das embarcações, que não se mostrarem desembaraçadas pela competente estação fiscal..... 59

N. 62. — GUERRA.— Aviso de 11 de Março de 1864.— Declara que a precedencia em igualdade de posto, seja este effectivo, aggregado, reformado ou graduado regula-se segundo a antiguidade..... 60

N. 63. — FAZENDA.—Em 11 de Março de 1864. — Declara que as arrematações de qualquer propriedade não extinguem as dividas fiscaes, a que esteja sujeita. 61

N. 64. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 12 de Março de 1864. —Mantem a doutrina do Aviso de 16 de Setembro de 1863..... 62

N. 65. — GUERRA.— Aviso de 12 de Março de 1864. — A' Presidencia do Maranhão, declarando que compete ao Official Ajudante do encarregado dos armazens de artigos bellicos simplesmente o abono de gratificação addicional e etapa..... 63

Pags.

N. 66. —MARINHA.—Aviso de 14 de Março de 1864.—Determina que em todos os papeis ou documentos, expedidos pelas Capitanias de Portos, os respectivos Secretarios averbem as importancias dos emolumentos, que cobrarem, em virtude do Decreto e Regulamento n.º 447 de 19 de Maio de 1846..... 63

N. 67. —IMPERIO.—Aviso de 14 de Março de 1864.—Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo declarando que as licenças aos Lentes e Professores não se interrompem pela superveniencia das ferias; e que aos empregados licenciados só compete o vencimento que lhes fôr marcado na licença..... 64

N. 68. —FAZENDA.—Circular em 14 de Março de 1864.—Revoga as Circulares n.º 20 de 22 de Setembro de 1852, e n.º 32 de 14 de Dezembro de 1853..... 65

N. 69. —GUERRA.—Aviso de 15 de Março de 1864.—A' Presidencia do Maranhão, fazendo extensiva ao Official encarregado do armazem de artigos bellicos a disposição do Aviso de 3 do corrente, quanto ás despezas miudas de expediente..... 66

N. 70. —JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Março de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que os supplentes do Juiz Municipal devem entrar nas listas de Jurados, e que o Juiz de Direito tem obrigação de dispensar aquelle que estiver em exercicio... 66

N. 71. —FAZENDA.—Em 16 de Março de 1864.—Declara quando tem lugar a multa de direitos em dobro, imposta pelos Inspectores das Alfandegas..... 67

N. 72. —IMPERIO.—Aviso 17 de Março de 1864.—Nos autos de posse dos Bispos deve fazer-se menção da Portaria que conceder beneplacito ás letras apostolicas de confirmação dos mesmos Bispos..... 68

Pags.

N. 73. — FAZENDA. — Em 18 de Março de 1864. — Declara que o producto das heranças jacentes deve ser sem demora recolhido aos cofres publicos, logo que seja arrecadado e descripto no inventario..... 69

N. 74. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Março de 1864. — Declara como deve ser entendido o privilegio exclusivo concedido á Companhia Bahiana..... 70

N. 75. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Março de 1864. — Approvando a resolução tomada pela Directoria da estrada de ferro de D. Pedro II de aceitar a linha provisoria construida sobre o grande tunel daquella Estrada; que as despezas para a consolidação da linha e outras occasionadas pela alteração, conservação do material rodante e os provenientes da substituição da locomotiva ou carro corrão por conta do capital..... 72

N. 76. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 24 de Março de 1864. — Declarando que os Juizes Commissarios apenas tem direito aos emolumentos marcados pelas Presidencias na fórma do art. 55 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854..... 73

N. 77. — IMPERIO. — Aviso de 21 de Março de 1864. — Sobre incompatibilidades. 73

N. 78. — FAZENDA. — Circular em 22 de Março de 1864. — Marca o processo que se deve seguir a respeito de dividas requeridas fóra dos prazos marcados no Decreto n.º 2.897..... 75

N. 79. — FAZENDA. — Circular em 22 de Março de 1864. — Dando instrucções para a execução do art. 70 §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863..... 76

N. 80. — IMPERIO. — Aviso de 23 de Março de 1864. — Declara o modo por que se deve proceder para preenchimento

Pags.

dos canonicatos, assim de prebenda inteira, como de meia prebenda.... 79

N. 81. — MARINHA. — Aviso de 30 de Março de 1864. — Declara as multas, que se devem d'ora em diante impor nos contractos para compras da Repartição da Marinha..... 79

N. 82. — FAZENDA. — Em 31 de Março de 1864. — As guias expedidas pelas Alfandegas para desembarque de mercadorias despachadas sobre agua, e embarque de generos nacionaes não estão sujeitas a sello..... 80

N. 83. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em o 1.º de Abril de 1864. — Aprrovando a decisão tomada pelo Presidente da Provincia de Pernambuco, relativamente ao pagamento dos fretes devidos pelos transportes mandados dar aos agentes da autoridade publica..... 81

N. 84. — FAZENDA. — Em 2 de Abril de 1864. — Estabelece a pratica a seguir-se quanto ás guias passadas pelo Juizo dos Feitos para a cobrança das dividas activas..... 82

N. 85. — GUERRA. — Aviso de 7 de Abril de 1864. — A' Presidencia do Piauhy, declarando que a passagem, a que tem direito por conta do Governo o Official despachado para fóra da Provincia em que se achar, póde passar para aquelle com quem faça troca de Corpo, dado o caso de que o primeiro não haja realizado o transporte..... 82

N. 86. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1864. — Declara que a restituição de direitos pagos de mercadorias destruidas por força maior não pertence ao Contencioso administrativo, mas sim é graciosa..... 83

N. 87. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Circular em 8 de Abril de 1864. — Faz extensiva a disposição de 14 de Janeiro de 1856 a todas as hypothese, em que as agencias do

Pags.

Correio fiquem em abandono por falta simultanea de Agente e Ajudante.... 84

N. 88. —GUERRA.—Aviso de 9 de Abril de 1864.—A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, declarando que deve correr por conta da Policia, ou ou dos Cofres Provinciaes, a despeza feita com o abono da gratificação mensal de 20$000 de forragens para cavalgadura e bestas de bagagem a um Official que foi em commissão á Villa de Itaqui, dado o caso que não seja militar o serviço desempenhado pelo mesmo.... 85

N. 89. —GUERRA.—Aviso de 9 de Abril de 1864.—A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, approvando a passagem concedida para a Côrte, por conta do Governo, a um Official, visto que, antes da transferencia a seu pedido, tinha. de vir fazer exame na Escola Militar..... 86

N. 90. —FAZENDA.—Em 9 de Abril de 1864. —Competencia dos Administradores das Capatazias para despedirem os serventes e trabalhadores..... 86

N. 91. —IMPERIO.—Em 11 de Abril de 1864. —Declara que o excesso de cedulas, em relação ao numero dos votantes, não é motivo para annullar-se a eleição, quando não influir sobre o resultado da votação..... 87

N. 92. —GUERRA.—Circular de 12 de Abril de 1864. —A's Thesourarias de Fazenda e á Pagadoria das Tropas da Côrte, determinando que fação constar, por uma verba lançada no verso dos recibos dos vencimentos pagos aos Officiaes do Exercito se elles achão-se ou não quites com os cofres publicos, especificando-se quanto ficão restando no segundo caso..... 88

N. 93. —IMPERIO.—Em 16 de Abril de 1864. —Declara que os Presidentes de Provincia devem mandar proceder ás novas eleições segundo as Resoluções

Pags.

do Poder competente, logo que pelo Governo lhes forem communicadas as mesmas Resoluções..... 89

N. 94. —FAZENDA.—Em 18 de Abril de 1864. —Declara que os Consules não estão no caso de mandar vir, isentos de direitos, para seu proprio uso e consumo, generos e effeitos sujeitos aos mesmos direitos..... 89

N. 95. —GUERRA. — Aviso de 18 de Abril de 1864.— Determinando que as praças do Exercito que tiverem de cumprir a pena de prisão em uma Fortaleza, achando-se na Guarnição da Provincia do Piauhy, sejão remettidas para a de Pernambuco..... 91

N. 96. —GUERRA.—Aviso de 18 de Abril de 1864.—Communicando á Presidencia da Provincia de Pernambuco que os réos militares condemnados a prisão com trabalho em uma Fortaleza, achando-se na Provincia do Piauhy, devem ser remettidos para aquella Provincia. 91

N. 97. —GUERRA. — Aviso de 18 de Abril de 1864. — A' Presidencia de Mato Grosso, approvando a designação dos vencimentos de Estado Maior de 2.ª classe aos Officiaes que exercem os cargos de Administrador das obras da Fabrica da Polvora e de Director do Nucleo Colonial de Taquary, e declarando que deve ser considerado á disposição da Presidencia, sem exercicio designado, o Capitão João Antonio de Magalhães Garcez, com direito apenas ás vantagens geraes, e não aos vencimentos de Estado Maior de 1.ª Classe, visto que não competem Ajudantes de Ordens ás Presidencias das Provincias em que ha Commandos de Armas..... 92

N. 98. —FAZENDA.— Circular em 18 de Abril de 1864.— Declara que o disposto no art. 21 § 5.º do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 só se refere aos Empregados do Ministerio da Fazenda. 93

Pags.

N. 99. — JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Abril de 1864. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Approva a decisão, declarando que a sentença condemnatoria, não obstante a appellação interposta, suspende, como a simples pronuncia, o exercicio das funcções publicas..... 93

N. 100. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Abril de 1864. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Approva o acto que annullou a revisão da lista de jurados, feita no Termo do Rio Preto. 94

N. 101. — IMPERIO. — Em 19 de Abril de 1864. — Declara que, em casos como o de que se trata, a falta de edital annunciando aos votantes o dia da eleição constitue nullidade..... 95

N. 102. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Abril de 1864. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Decide que não podem os Presidentes de Provincia nomear Porteiros dos Auditorios..... 96

N. 103. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Abril de 1864. — Ao Presidente da Provincia do Piauhy. — Approva a decisão, declarando que ha incompatibilidade na accumulação dos cargos de Secretario da Capitania do Porto e Juiz Municipal supplente..... 97

N. 104. — IMPERIO. — Em 20 de Abril de 1864. — Declara que a obrigação de passar recibos das copias das actas de que trata o art. 79 da Lei de 19 de Agosto de 1846, deve-se entender imposta tanto ás agencias como ás administrações do Correio.. 97

N. 105. — IMPERIO. — Em 21 de Abril de 1864. — Recommenda a execução do Decreto n.º 583 de 18 de Fevereiro de 1849..... 98

N. 106. — IMPERIO. — Em 21 de Abril de 1864. — Resolve duvidas sobre trabalhos de qualificação..... 99

N. 107. — GUERRA. — Aviso de 21 de Abril de 1864. — Ao Director do Arsenal de

Pags.

Guerra da Côrte, determinando que lance o seu *visto* ou rubrica nas férias dos operarios, porque nenhum serviço desse estabelecimento está isento da sua fiscalisação..... 101

N. 108. —JUSTIÇA.—Aviso de 22 de Abril de 1864.—Ao Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Manda annullar a nomeação do cidadão Manoel da Silva Mafra para segundo substituto do Juizo Municipal do Termo de S. Sebastião de Tijucas..... 102

N. 109. —FAZENDA.—Circular em 26 de Abril de 1864.—Transmitte o Decreto que manda vigorar no exercicio de 1864 a 1865 a Lei n.° 1.177 de 9 de Setembro de 1862..... 103

N 110. —FAZENDA.—Em 29 de Abril de 1864. —Declara que não tem lugar as multas quando as differenças para mais encontradas nas conferencias dos manifestos não revelarem fraude..... 103

N. 111. —GUERRA.—Aviso de 29 de Abril de 1864.—A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, significando que não tem direito ao abono de vantagens o Brigadeiro Commandante da Guarnição da Cidade do Rio Grande durante a licença que lhe foi concedida pelo respectivo Commandante das Armas, porque nem as Presidencias, nem os Commandantes de Armas, podem concede-las com vantagens, á vista do art. 106 do Regulamento de 27 de Outubro de 1860, que revogou todas as disposições anteriores..... 104

N. 112. —JUSTIÇA.—Aviso de 2 de Maio de 1864.—A Serafim dos Anjos Malta.—Decide que lhe compete, na qualidade de 1.° supplente juramentado, o exercicio do cargo de Juiz de Paz do 1.° districto da freguezia de Santa Rita, por ter mudado de domicilio o 4.° Juiz eleito, João Lopes Bastos..... 105

N. 113. —GUERRA.—Aviso de 2 de Maio de 1864.—A' Presidencia de Pernambuco,

Pags.

declarando procedente o recurso, interposto pelo Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda, da ordem de pagamento de luzes fornecidas á guarda da cadêa da Villa de Barreiros, porque o Aviso Circular de 25 de Junho de 1862 restituio todo o vigor ás Instrucções de 10 de Janeiro de 1843.. 106

N. 114. —FAZENDA.—Em 4 de Maio de 1864. —Manda observar provisoriamente no exercicio de 1864—1865 a distribuição de credito feito no anterior..... 107

N. 115. —FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1864. —Competencia da autoridade administrativa para impor as penas nos casos de sonegação de siza..... 107

N. 116. —IMPERIO.—Em 7 de Maio de 1864. —O Vigario Collado licenciado não póde perceber a congrua, findo o prazo da licença, emquanto não entra em exercicio..... 109

N. 117. —IMPERIO.—Aviso de 7 de Maio de 1864.—Resolve duvidas sobre eleições. 109

N. 118. —GUERRA.—Aviso em 9 de Maio de 1864.—A' Presidencia de Pernambuco, corroborando as conclusões do Aviso de 9 do corrente a proposito do fornecimento de luz e agua para o quartel da guarda da cadêa da Cidade de Olinda..... 111

N. 119. —FAZENDA.—Em 10 de Maio de 1864. —A sentença condemnatoria suspende o exercicio das funcções publicas... 111

N. 120. —FAZENDA.—Em 11 de Maio de 1864. —Não é isenta do imposto da siza a compra de casa feita pelas Camaras Municipaes para as suas sessões.... 112

N. 121. —FAZENDA.—Em 12 de Maio de 1864. —Os pagamentos de dividas de exercicios findos podem ser feitos até o fim do semestre addicional, não excedendo os creditos concedidos ás Thesourarias..... 113

N. 122. —IMPERIO.—Em 12 de Maio de 1864. —O Vigario Collado, que, por nomeação do Prelado, exercer o cargo de

Pags.

Visitador, tem direito á respectiva congrua..... 113

N. 123. —FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1864. —Os titulos e papeis a que se refere o art. 115 do Regulamento do Sello devem ficar retidos nas Repartições Fiscaes..... 114

N. 124. —FAZENDA.— Em 14 de Maio de 1864. —Principios que se devem observar a respeito da prestação de fianças.. 115

N. 125. —JUSTIÇA. — Aviso de 17 de Maio de 1864.— Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Bahia.— Firma a intelligencia dos arts. 4.º e 5.º do Titulo unico do Codigo Commercial... 117

N. 126. —GUERRA.—Aviso de 17 de Maio de 1864.— Ao Ministerio da Fazenda, solicitando a expedição das suas ordens para que, no andamento dos processos de dividas de exercicios findos, se dê preferencia áquelles de que forem credores praças de pret..... 118

N. 127. —FAZENDA.— Em 19 de Maio de 1864. —A remessa das notas inutilisadas deve ser acompanhada de relação, em que se declare o valor, numeração, etc..... 119

N. 128. —FAZENDA —Em 19 de Maio de 1864. —Isenção do sello dos contractos, etc., lavrados nos livros das Repartições Publicas..... 119

N. 129. —IMPERIO.— Em 20 de Maio de 1864. —Declara o vencimento que compete ao Vigario encommendado, quando o parocho collado está legitimamente impedido..... 120

N. 130. — FAZENDA.— Em 24 de Maio de 1864. —Declara em vigor a disposição do art. 25 da Lei n.º 369 de 19 de Setembro de 1845, a respeito dos generos impertados pelo interior da Provincia de S. Pedro..... 121

N. 131. —GUERRA.— Aviso de 25 de Maio de 1864.— A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dispondo que os

Pags.

Officiaes doentes em seus quarteis têm direito ao abono da etapa..... 122

N. 132. —IMPERIO.—Aviso de 28 de Maio de 1864.—Declara que os membros da Junta de Qualificação, que servirão na primeira reunião desta, devem continuar em suas funcções na segunda, não obstante terem sido approvados os eleitores da nova legislatura.... 123

N. 133. —FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1864. —Direitos que se deve pagar pela venda de um navio construido no paiz. 124

N. 134. —FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1864. —Feita a distribuição dos despachos nas Alfandegas, considera-se a mercadoria submettida á conferencia... 124

N. 135. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 28 de Maio de 1864. —Declara que os vencimentos que competem aos Juizes Commissarios, Agrimensores e Escrivães, quando encarregados de medições de terras do dominio particular..... 125

N. 136. —FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1864. —Sobre a decima de uma transmissão de herança..... 127

N. 137. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 30 de Maio de 1864.—Communicando á Illm.ª Camara Municipal que o Governo aceita o numero de uma bacia de esgoto, para cada vinte moradores dos cortiços da Cidade..... 129

N. 138. —JUSTIÇA.—Aviso de 31 de Maio de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que, ainda depois de interposta a accusação, *ex-vi* do art. 73 do Codigo do Processo, ou pelo Promotor, ou por qualquer do povo, o perdão do offendido, eximindo o réo da pena, põe termo á accusação, que já não tem materia..... 130

N. 139. —GUERRA.—Aviso do 1.º de Junho de 1864.—A' Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, declarando que tem

Pags.

direito ao abono de etapa o Official doente, ao qual fôr permittido tratar-se, assim como o que obtiver licença para tratar de sua saude, se a licença fôr confirmada pelo Governo Imperial, dependendo, fóra destes casos, as licenças com qualquer vencimento de deliberação desta Secretaria de Estado..... 131

N. 140. — JUSTIÇA. — Em o 1.º de Julho de 1864. — Declara que a pena de prisão temporaria, em que fôr commutada a de galés perpetuas, imposta a réos escravos, não póde ser convertida na de açoutes..... 131

N. 141. — FAZENDA. — Circular de 2 de Junho de 1864. — Os livros e documentos dos responsaveis exigidos pelas Thesourarias para quaesquer exames devem depois ser restituidos..... 132

N. 142. — IMPERIO. — Em 3 de Junho de 1864. — Resolve duvidas sobre a composição do Conselho Municipal de recurso. 133

N. 143. — FAZENDA. — Circular de 3 de Junho de 1864. — As dividas provenientes de passagens a bordo dos vapores da Companhia Brasileira só podem ser requeridas pelo respectivo Gerente na Côrte..... 134

N. 144. — IMPERIO. — Em 3 de Junho de 1864. — Declara que a disposição do art. 109 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854 tambem comprehende as Escolas publicas de Instrucção primaria do sexo feminino..... 135

N. 145. — GUERRA. — Circular em 3 de Junho de 1864. — A's Presidencias das Provincias e á Pagadoria das Tropas da Côrte, fixando a data desde quando têm direito ao abono de soldo os Cirurgiões e Capellães do Exercito por occasião de serem nomeados e promovidos..... 136

N. 146. — FAZENDA. — Em 3 de Junho de 1864. — Os requerimentos e documentos que transitão pelo Monte Pio dos Servi-

Pags.

dores do Estado não estão sujeitos a sello..... 136

N. 147. — FAZENDA.— Em 4 de Junho de 1864. — Sobre o modo de calcular-se o sello dos capitaes das Companhias..... 137

N. 148. — JUSTIÇA.— Aviso de 7 de Junho de 1864.— Ao Presidente da Provincia do Maranhão.— Decide que deve continuar a pratica de ser contemplado na distribuição dos feitos o Desembargador Procurador da Corôa..... 138

N. 149. — FAZENDA.— Em 7 de Junho de 1864. — Não é admissivel o deposito nos entrepostos de mercadorias destinadas ao consumo..... 139

N. 150. — IMPERIO.— Em 7 de Junho de 1864. — Indica o modo por que deve o Cabido exercer a jurisdicção que lhe cabe logo que vaga a Sé..... 140

N. 151. — IMPFRIO.— Em 8 de Junho de 1864. — Regula o modo por que devem proceder as Ordens Regulares, quando obtiverem licença do Governo para celebrar contractos onerosos..... 142

N. 152. — FAZENDA.—Circular de 11 de Junho de 1864. — Recommenda a execução do art. 768 do Regulamento das Alfandegas ácerca do modo por que se devem interpôr os recursos.. 143

N. 153. —IMPERIO.— Em 14 de Junho de 1864. — Declara que os Sacerdotes estrangeiros, nomeados Vigarios encommendados, estão sujeitos ás mesmas regras de punição que os Vigarios encommendados nacionaes..... 144

N. 154. — JUSTIÇA. — Aviso de 14 de Junho de 1864.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Approva a decisão dada á consulta da Camara Municipal do Recife sobre substituição de Juizes de Paz..... 145

N. 155. — JUSTIÇA.— Aviso de 15 de Junho de 1864. — Ao Presidente da Provincia do Ceará.— Firma a intelligencia do Aviso de 15 de Março de 1864.. 146

N. 156. — GUERRA.— Aviso em 15 de Junho

Pags.

de 1864. — A' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando fazer carga a um Official das forragens que indevidamente lhe forão abonadas desde que se apresentou nesta Côrte da licença, com que se achava, até que tomou posse do commando do 5.º Batalhão de Infantaria 147

N. 157. —FAZENDA.— Em 15 de Junho de 1864. —Sobre as taxas que devem pagar os livros sujeitos ao sello..... 148

N. 158. —FAZENDA.—Em 16 de Junho de 1864. —Sobre a alienação dos bens do Estado ou da Corôa a bem dos interesses das Provincias, Municipios, etc. 148

N. 159. — IMPERIO.—Em 20 de Junho de 1864. — Recommenda que os Bispos não nomeem Vigarios para exercerem o cargo de Visitador, senão em casos muito especiaes e justificaveis..... 149

N. 160. — IMPERIO.— Aviso de 20 de Junho de 1864.— Declara: 1.º que a approvação da eleição de Deputados importa a dos respectivos eleitores; 2.º que devem reputar-se válidos os trabalhos das Juntas formadas em boa fé por eleitores de legislatura dissolvida. 150

N. 161. — GUERRA.— Aviso de 20 de Junho de 1864.— A' Presidencia de Pernambuco, declarando que nenhum direito tem ao abono de vencimentos por conta da Repartição da Guerra o Official posto á disposição de outro Ministerio..... 151

N. 162. —FAZENDA.—Em 21 de Junho de 1864. —Declara quaes as faltas dos empregados que se podem considerar justificaveis quando motivadas por comparecimento a actos e funcções eleitoraes..... 152

N. 163. —GUERRA.—Circular em 23 de Junho de 1864.—Mandando cessar a pratica de serem nomeados Officiaes do Exercito para cargos policiaes, e dispensar desde já os que se achão incumbidos de taes commissões..... 153

Pags.

N. 164. —GUERRA.—Aviso de 25 de Junho de 1864.—A' Pagadoria das Tropas da Côrte, determinando o abono da segunda prestação do premio de voluntario, logo que tenha completado tres annos de serviço, deduzido o tempo da matricula na Escola Militar a uma praça que declarou não pretender continuar a estudar..... 154

N. 165. —MARINHA.—Aviso do 1.º de Julho de 1864.—Declara qual o gráo na jerarchia militar, a que corresponde o lugar de mestre, além das demais classes de Officiaes de prôa..... 154

N. 166. —GUERRA.—Aviso do 1.º de Julho de 1864.—Ao Presidente da Provincia da Bahia, declarando que o producto da venda dos cavallos inutilisados deve ser escripturado como despeza a annullar no paragrapho respectivo, quando estes tiverem sido comprados no exercicio que estiver aberto, e como renda eventual, quando pertencerem a exercicios anteriores..... 155

N. 167. —MARINHA.—Aviso de 4 de Julho de 1864.—Manda que da renda proveniente da joia e estadia de navios, que fabricão no Dique, se deduza a importancia da despeza correspondente..... 156

N. 168. —JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Julho de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Firma a intelligencia do art. 32 do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851 157

N. 169. —FAZENDA.—Aviso em 4 de Julho de 1864.—Sobre o direito dos apprehensores a entrega do producto de mercadorias que fôra adjudicado á Fazenda Nacional por sentença do Poder Judiciario,..... 158

N. 170. —FAZENDA.—Circular em 7 de Julho de 1864.—A despeza com as gratificações pela tomada de contas depende da concessão de credito..... 159

N. 171. —FAZENDA.—Circular em 7 de Julho

Pags.

de 1864.—Regula o ajustamento da conta dos Officiaes reformados..... 159

N. 172. —MARINHA.—Aviso de 8 de Julho de 1864.—Determina que pelo Quartel General se dê andamento ás Provisões passadas pelo Conselho Supremo Militar ás praças de pret da Armada, quando são reformadas..... 165

N. 173. —JUSTIÇA.—Aviso de 9 de Julho de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Approva a decisão resolvendo duvidas sobre a intelligencia dos arts. 106 e 108 do Regulamento n.° 1.569 de 3 de Março de 1855..... 165

N. 174. —FAZENDA.—Aviso em 11 de Julho de 1864.—Declara que pago o sello do capital de uma companhia bancaria não se deve exigir novo sello de suas caixas filiaes..... 166

N. 175. —JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Julho de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Approva a decisão dada ás duvidas, propostas pelo Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, ácerca dos effeitos da suspensão correccional imposta a um Escrivão do Publico, Judicial e Notas, e da sua substituição temporaria na parte relativa aos officios de Tabellião de hypothecas e Escrivão do Jury..... 167

N. 176. —FAZENDA.—Aviso de 15 de Julho de 1864.—Sobre as faltas dos Empregados por funccionarem nas Mesas eleitoraes..... 168

N. 177. —IMPERIO.—Circular em 15 de Julho de 1864.—Recommenda aos Reverendos Bispos que, sempre que receberem noticia da vaccancia de qualquer beneficio ecclesiastico, o fação logo pôr em concurso..... 169

N. 178. —FAZENDA.—Em 16 de Julho de 1864. —Sobre o abono de vencimentos a Empregados suspensos..... 170

N. 179. —GUERRA.—Aviso de 16 de Julho de 1864.—Ao Presidente de Mato Grosso, ampliando ao Official que exercer cu-

Pags.

mulativamente o lugar de Ajudante do Corpo e o de Commandante de Companhia, as disposições do Aviso n.º 134 de 11 de Março de 1861, quanto á gratificação de exercicio, que compete ao que commanda duas Companhias. 171

N. 180. —FAZENDA.—Aviso em 16 de Julho de 1864.—A respeito do despacho de fazendas encontradas em volume diverso do constante da nota para o despacho 171

N. 181. —FAZENDA.—Em 18 de Julho de 1864. —Sobre o direito a percepção de gratificação dos Empregados de Fazenda impedidos 173

N. 182. —FAZENDA.—Em 18 de Julho de 1864. —Declara improcedente a apprehensão de objectos que se achavão incluidos na lista dos sobreselentes.... 174

N. 183. —GUERRA.—Aviso de 19 de Julho de 1864.—Ao Presidente de Mato Grosso, approvando as instrucções organisadas pelo Director do respectivo Arsenal de Guerra, estabelecendo um systema de receita e despeza dos menores, desempenhando o Director as funcções de Presidente e Fiscal, e o seu Ajudante as de Thesoureiro do Conselho economico 175

N. 184. —FAZENDA.—Circular em 20 de Julho de 1864.—Proroga por quatro mezes o prazo para o troco das notas de 200$000..... 175

N. 185. —FAZENDA.—Circular em 20 de Julho de 1864.—Recommenda que se não excedão os creditos para as despezas do Ministerio da Marinha 176

N. 186. —IMPERIO.—Aviso de 21 de Julho de 1864.—Resolve duvidas sobre trabalhos de qualificação de votantes..... 176

N. 187.—GUERRA.—Aviso de 21 de Julho de 1864.—Ao Presidente do Piauhy, declarando que foi irregular o abono de gratificação de exercicio e de forragens a um Tenente Ajudante durante o tempo em que funccionou em um

Pags.

Conselho de Guerra, visto que nenhum outro vencimento lhe competia nestas circumstancias, além das vantagens geraes 179

N. 188. —FAZENDA. — Aviso em 21 de Julho de 1854.—A parte de ajuda de custo de preparos de viagem e de primeiro estabelecimento só póde ser abonada aos Empregados nomeados para empregos com caracter de effectividade. 180

N. 189. —FAZENDA.—Em 23 de Julho de 1864. —Os direitos de 5 % são exigiveis dos Chefes de Policia todas as vezes que exercem este lugar..... 181

N. 190. —JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Julho de 1864.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declarando que os Officiaes Militares reformados podem ser nomeados Delegados ou Subdelegados nos lugares em que residão... 181

N. 191.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 26 de Julho de 1864. —Manda que as cartas vindas do Perú pelo rio Amazonas paguem porte como as que no Imperio são conduzidas pelos Correios terrestres..... 182

N. 192. —IMPERIO.—Aviso em 28 de Julho de 1864. — Declara que a irregularidade proveniente da ausencia do Escrivão do Juizo de Paz ou da Subdelegacia nos trabalhos da Junta de qualificação, não é motivo para serem annullados..... 183

N. 193.—FAZENDA. —Aviso de 29 de Julho de 1864.—Os conhecimentos de pagamento de impostos estão sujeitos ao sello fixo quando forem juntados como documentos, etc..... 184

N. 194. — FAZENDA.—Circular em 29 de Julho de 1864.—O averbamento do sello proporcional deve ser feito nos proprios contractos, etc..... 185

N. 195. — JUSTIÇA.—Aviso de 30 de Julho de 1854.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declarando que os Parochos não podem ser compellidos

Pags.

debaixo de vara a ir a Juizo dar informações..... 186

N. 196. —FAZENDA.—Em o 1.º de Agosto de 1864.—Sobre a intelligencia do art. 12 das Instrucções de 12 de Novembro de 1863..... 187

N. 197.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 2 de Agosto de 1864. —Estendendo aos collaboradores da Repartição das Terras Publicas a disposição da ultima parte do art. 44 do Regulamento n.º 2.748 de 16 de Fevereiro de 1861, que não considera faltas as que os Empregados dão quando em serviço publico gratuito, ou obrigatorio por Lei..... 187

N. 198. —JUSTIÇA.—Aviso de 3 de Agosto de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declarando que nos casos crimes não se communica aos Consules a prisão dos subditos das respectivas nações, mas que nas prisões correccionaes, são os mesmos postos á disposição daquellas autoridades..... 188

N. 199.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 3 de Agosto de 1864. —Sujeita os Juizes Commissarios á compra dos objectos necessarios ao serviço de que se acharem encarregados, visto receberem elles emolumentos das partes..... 189

N. 200. —GUERRA.—Aviso de 4 de Agosto de 1864.—A' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando abonar, do corrente mez em diante, aos Sargentos mandadores do Batalhão de Engenheiros a gratificação de engajados, na razão de 130 réis, correspondente ao soldo de praça do Corpo de Artifices..... 189

N. 201. —FAZENDA.—Em 5 de Agosto de 1864. Nos recibos dos vencimentos dos Officiaes Militares deve se declarar se achão-se ou não quites com os cofres publicos..... 190

N. 202. —IMPERIO.—Aviso de 6 de Agosto de 1864.—Ao Presidente da Provincia da

Pags.

Parahyba.— Declara que os oito cidadãos que devem ser convocados, dada a hypothese do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, são os immediatos ao Juiz de Paz que tiver de presidir a Junta de qualificação 191

N. 203. —IMPERIO.—Em 6 de Agosto de 1864. —Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara que, por se mudarem do 1.º para outro districto da mesma Parochia, não perdem os Juizes de Paz daquelle districto o direito de presidirem a Mesa parochial..... 192

N. 204.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Agosto de 1864.—Ao Presidente de Pernambuco. —Declara que o Juiz de Paz que, em consequencia de alteração de limites entre duas Parochias, fica com a sua residencia mudada de uma para outra, não póde presidir á Mesa daquella a que deixou de pertencer pelo dito facto. 193

N. 205. —GUERRA.—Aviso de 8 de Agosto de 1864.—Ao Director da Colonia Militar do Urucú, declarando que, na falta de proprios nacionaes, é regular que se abone um quantitativo para casas ao Medico e Capellão, e especificando quaes os vencimentos e a gratificação que competem ao ultimo e áquelle Director 194

N. 206.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1864. —Autorisa a despeza com recrutas para a Marinha 195

N. 207. —FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1864. —Recommenda a execução do Decreto de 5 de Dezembro de 1849 contra os exactores remissos; e toda a celeridade nas diligencias fiscaes... 196

N. 208.—FAZENDA.—Em 10 de Agosto de 1864. —Declara que os arrebites de ferro para cravação de caldeiras de vapor não estão isentos do pagamento de direitos 197

N. 209. —GUERRA.—Aviso de 10 de Agosto de 1864.—Ao Ministerio da Fazenda, so-

Pags.

licitando a expedição das suas ordens, a fim de que se pague, além dos respectivos vencimentos, a um Repetidor da Escola Central, servindo de Lente Cathedratico durante o impedimento do proprietario, que está percebendo os seus vencimentos por inteiro, a gratificação de Lente e a differença do ordenado de Repetidor ao de Lente .. 198

N. 210. —FAZENDA.—Em 10 de Agosto de 1864. —Concede permissão á Companhia— Messageries Imperiales — para carregar em seus vapores nas Provincias da Bahia e Pernambuco mercadorias para o Rio da Prata 198

N. 211. —FAZENDA.—Em 10 de Agosto de 1864. —Sobre os casos em que se devem aceitar as declarações voluntarias das differenças de mercadorias 199

N. 212. —IMPERIO.—Aviso de 11 de Agosto de 1864.—Fixa a intelligencia do art. 35 do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851..... 200

N. 213. —JUSTIÇA.—Aviso de 11 de Agosto de 1864.— Ao Juiz de Orphãos da Côrte declarando que as cartas de emancipação dos Africanos livres devem ser passadas independente de quaesquer emolumentos..... 202

N. 214. —FAZENDA.—Em 11 de Agosto de 1864. —Os Empregados que dão causa a processos e despezas indevidas devem indemnisar a Fazenda Nacional..... 203

N. 215. —FAZENDA.—Em 11 de Agosto de 1864. — As concessões para o transporte em navios estrangeiros de generos de umas para outras Provincias do Imperio não são exclusivas para os individuos que as requerem, mas extensivas ás proprias embarcações..... 203

N. 216. —FAZENDA.—Em 12 de Agosto de 1864. —Confirma a decisão da Alfandega da Bahia que sujeitou ao pagamento de direitos simples a roupa nova incluida na bagagem de um passageiro 204

N. 217. —FAZENDA.—Em 13 de Agosto de 1864.

Pags.

—Sobre o modo de se escripturar as quantias provenientes de subscripções e donativos feitos ao Estado..... 205

N. 218.—IMPERIO.—Em 13 de Agosto de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que pelo facto de aceitar o cargo de Escrivão do Juizo de Paz um cidadão immediato em votos ao Presidente da Junta de qualificação, não deve por isso deixar de ser convocado na ultima qualidade para votar em membros da mesma Junta..... 205

N. 219.—FAZENDA.—Em 16 de Agosto de 1864.—Declara que uma das duas vias dos manifestos deve ser escripta em papel commum..... 207

N. 220.—FAZENDA.—Em 16 de Agosto de 1864.—Recommenda o processo da lotação dos officios e empregos de Justiça. 207

N. 221.—IMPERIO.—Em 16 de Agosto de 1864.—Os Tabelliães e Escrivães competentes não devem lavrar escripturas de contractos onerosos em que figurem as Ordens Regulares sem que lhes seja apresentada a licença que para a celebração de taes contractos devem as mesmas Ordens obter do Governo Imperial..... 208

N. 222.—GUERRA.—Circular de 16 de Agosto de 1864.—Aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, determinando que remettão á 4.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, no mez de Janeiro de cada anno, uma nota circumstanciada da despeza feita com obras militares no exercicio encerrado, a fim de poder-se cumprir o preceito do art. 14 da Lei n.º 1.140 de 14 de Setembro de 1859. 208

N. 223.—GUERRA.—Circular de 16 de Agosto de 1864.—Aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, declarando permanentes as disposições do Aviso circular n.º 444 de 19 de Setembro de 1862, quanto á remessa da demons-

Pags.

tração do estado do credito do exercicio vigente e da definitiva do exercicio precedente 209

N. 224.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 17 de Agosto de 1864. — Determina que o ajudante do Engenheiro Luiz Antonio de Souza Pitanga sirva de Agrimensor vencendo mensalmente a gratificação arbitrada de cem mil réis quando estiver occupado em trabalhos de medições e discriminações de terras devolutas, e metade quando empregado em serviços de legitimação 210

N. 225. — FAZENDA.—Em 17 de Agosto de 1864. — Sobre o modo de se organisarem os balanços do Ministerio da Guerra.. 210

N. 226.— GUERRA.—Aviso de 17 de Agosto de 1864.—Ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, declarando que foi irregular o abono da gratificação addicional a um Official durante o tempo em que esteve respondendo a Conselho de Guerra 211

N. 227. —MARINHA.— Aviso de 18 de Agosto de 1864.—Declara que o Official Marinheiro, que, por inaptidão ou máo comportamento habitual, perder o lugar, não tendo ainda preenchido o tempo de serviço, na fórma do art. 16 do Regulamento de 24 de Dezembro do anno passado, é obrigado a completa-lo no corpo onde tiver tido a praça primitiva..... 212

N. 228.— FAZENDA.—Em 18 de Agosto de 1864. — Sobre a competencia das Thesourarias para designarem quem substitua os Ajudantes dos Inspectores das Alfandegas..... 212

N. 229. —FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1864. —Autorisa a tomada das contas dos Almoxarifes do Arsenal de Marinha da Bahia fóra das horas do expediente 214

N. 230. —GUERRA.—Aviso de 19 de Agosto de 1864. — Solvendo a duvida suscitada

Pags.

pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco, sobre o modo de proceder-se a novo conselho de disciplina para qualificar a deserção de um soldado, não existindo praça alguma para depôr como testemunha. 215

N. 231. —GUERRA. — Aviso de 20 de Agosto de 1864.—A' Pagadoria das Tropas da Côrte, declarando que os balanços sejão organisados de conformidade com o modelo, mandado cumprir pela ordem de 20 de Fevereiro de 1854, e pelos Avisos de 10 de Dezembro de 1861 e 20 de Maio de 1862..... 216

N. 232. — IMPERIO. — Aviso de 20 de Agosto de 1864.—Ao Director do Imperial Instituto dos Meninos Cegos determinando que remetta trimensalmente ao Thesouro Nacional a conta ou balanço da receita arrecadada no trimestre anterior..... 216

N. 233. — IMPERIO.— Aviso de 20 de Agosto de 1864.—Ao Inspector geral interino da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte resolvendo sobre os inconvenientes que encontra na execução do Aviso de 23 de Abril de 1856 ácerca das multas aos que ensinão em casas particulares, sem estarem legalmente habilitados; e sobre a conveniencia de ser o Thesouro Nacional encarregado da cobrança das ditas multas em lugar do Juizo das Execuções Criminaes como está em pratica..... 217

N. 234. — MARINHA. — Aviso de 22 de Agosto de 1864.—Manda observar instrucções para a navegação dos estreitos ou furos entre os rios dos Breves e Tajapurú..... 218

N. 235. —FAZENDA.—Em 22 de Agosto de 1864. —Declara como se deve proceder para a cobrança de impostos sonegados quando são fallecidos os contraventores das leis fiscaes..... 219

N. 236. —FAZENDA.—Em 22 de Agosto de 1864.

Pags.

—Os concessionarios de alagados de marinhas com obrigação de aterralos, etc., devem cumprir as condições da concessão sob pena de caducidade 221

N. 237. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 23 de Agosto de 1864. —Aviso ao Presidente da Bahia, mandando aceitar a proposta de Thomaz de Aquino Gaspar para conclusão das obras de segurança da montanha, e abertura de uma nova rua entre a ladeira da Misericordia e o alto da da Conceição, devendo correr pelos cofres provinciaes e municipaes as despezas relativas ao calçamento da nova rua, e qualquer futura desapropriação 222

N. 238. —GUERRA.—Aviso de 23 de Agosto de 1864.—Ao Director da Colonia Militar do Urucú, designando os vencimentos a que unicamente tem direito o Escrivão, e determinando a dispensa do Interprete ao serviço da mesma Colonia..... 223

N. 239. —FAZENDA.—Em 24 de Agosto de 1864. —Faz extensiva ao n.º 4 do art. 399 do Regulamento das Alfandegas a clausula *quanto seja possivel* que se lê no n.º 3 do mesmo artigo 224

N. 240. —IMPERIO. —Em 24 de Agosto de 1864.—O Vigario encommendado que se acha ausente da respectiva Parochia não percebe congrua..... 225

N. 241. —FAZENDA.—Em 24 de Agosto de 1864. —Sobre os impostos a que são sujeitas as loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes..... 226

N. 242. —GUERRA.—Aviso de 26 de Agosto de 1864. —A' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando cessar a pratica de arrecadar o producto dos emolumentos das certidões que passa..... 227

N. 243. —FAZENDA.—Em 26 de Agosto de 1864. —As quantias provenientes de bens de defuntos e ausentes só podem ser

Pags.

arrecadadas na Côrte pela Recebedoria do Rio de Janeiro..... 228

N. 244. —IMPERIO.—Aviso de 26 de Agosto de 1864.—Ao 1.º Juiz de Paz da Parochia de Nossa Senhora da Gloria da Côrte. —Declara: 1.º que os cidadãos devem votar para Juizes de Paz no districto onde estão qualificados, embora residão em outro da mesma Parochia; 2.º, que porém só podem ser votados para Juizes de Paz do districto onde residem; 3.º, que em caso nenhum compete ás Mesas julgar da idoneidade dos votados, tendo apenas o direito de exporem na acta as duvidas que lhes occorrerem..... 228

N. 245. —IMPERIO.—Aviso de 26 de Agosto de 1864.—Ao 4.º Juiz de Paz do 1.º districto da Parochia de Santa Rita da Côrte.—Providencia sobre o caso de não se designar no rotulo das cedulas o districto da residencia do eleito, ou de designar-se districto diverso..... 230

N. 246. —GUERRA.—Aviso de 27 de Agosto de 1864.—Ao Arsenal de Guerra da Côrte, autorisando a creação da Caixa de Economias Licitas do Corpo de Artifices, regulando-se o Conselho Economico, quanto a escripturação e gerencia, pelo Regulamento de 6 de Outubro de 1855..... 230

N. 247.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 27 de Agosto de 1864. —Declara á Illustrissima Camara Municipal que não empregue no interior da Cidade o calçamento pelo systema de Mac-Adam..... 231

N. 248. —FAZENDA.—Em 29 de Agosto de 1864. —Manda comprehender o sabão de producção nacional na tabella n.º 41. 232

N. 249. —IMPERIO.—Em 29 de Agosto de 1864. —Declara que o facto de ter estado a Junta de qualificação, na segunda sessão, reunida por menos tempo do que o marcado no art. 22 da Lei de

Pags.

19 de Agosto de 1846, é motivo para considerar-se nulla a qualificação... 232

N. 250. —FAZENDA.—Em 29 de Agosto de 1864. —Declara qual a tabella que regula a cobrança dos emolumentos da Secretaria de Marinha..... 233

N. 251. —FAZENDA.—Em 30 de Agosto de 1864. —Declara como se deve escripturar a despeza relativa aos objectos concernentes ao vinculo de Jaguára.... 234

N. 252. —FAZENDA.—Em 30 de Agosto de 1864. —Sobre o exame e liquidação de contas de responsaveis..... 235

N. 253. —FAZENDA.—Em 30 de Agosto de 1864. —Clausulas com que se devem celebrar os contractos de obras publicas do Ministerio da Fazenda..... 237

N. 254. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 30 de Agosto de 1864. —Declara ser da alçada do Juiz Municipal do Termo de Agua Preta, na fórma do art. 60 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, a verificação dos direitos, que tem José Alves da Silva a uns terrenos contiguos a seu engenho denominado—Bom Gosto—, os quaes possue por si e por seus antepassados ha mais de oitenta annos..... 239

N. 255. —GUERRA.—Aviso do 1.º de Setembro de 1864.—Ao Archivo Milital declarando que as contas trimensaes da Lithographia devem achar-se no Thesouro Nacional até o dia 5 do mez subsequente a cada trimestre..... 240

N. 256. —FAZENDA.—Em 2 de Setembro de 1864.—Os contractos de arrendamento são sujeitos á approvação do Governo Imperial..... 240

N. 257. —FAZENDA.—Em 5 de Setembro de 1864.—Nos saques sobre o Thesouro não se devem receber as onças por não ser moeda legal..... 241

N. 258. —IMPERIO.—Aviso de 6 de Setembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que, por

Pags.

se acharem viciado o livro da qualificação, e as cópias extrahidas delle, a chamada dos votantes devia ser feita pela ultima qualificação regularmente completada..... 242

N. 259. — FAZENDA. — Em 9 de Setembro de 1864. — Sobre a intelligencia do Decreto n.º 1.216 de 31 de Dezembro de 1863... 242

N. 260. — FAZENDA. — Em 10 de Setembro de 1864. — Esclarecimentos que devem conter os officios dos Juizes requisitando o levantamento de quantias depositadas no Thesouro..... 244

N. 261. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1864. — Manda cassar um titulo de concessão de marinhas por se não terem observado as regras de preferencia em taes casos..... 244

N. 262. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1864. — Declara o processo que se deve seguir na concessão dos aforamentos de terrenos de marinhas... 246

N. 263. — IMPERIO. — Aviso de 13 de Setembro de 1864. — Ao Director da Faculdade de Direito do Recife. — Declara que o Decreto legislativo n.º 1.216 de 4 de Julho deste anno é extensivo aos exames de preparatorios feitos antes do mesmo Decreto, dos quaes tenha decorrido o prazo de dous annos... 247

N. 264. — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1864. — Reconhecimento de filho natural feito depois de sua morte, fallecendo elle *ab intestato* sem conjuge ou herdeiros presentes, não impede a arrecadação..... 247

N. 265. — IMPERIO. — Aviso de 20 de Setembro de 1864. — Ao Inspector geral da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte. — Dá solução ao officio do Reitor do internato do Imperial Collegio de Pedro II ácerca da suspensão das aulas pelo fallecimento de algum professor..... 248

N. 266. — IMPERIO. — Aviso de 20 de Setembro

Pags.

de 1864.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Resolve ácerca das faltas de alguns estudantes que não forão abonadas pela Congregação, por não terem sido presentes a esta as notas dos respectivos Lentes; e determina como devem proceder os Lentes quando não puderem ir ás Congregações de julgamento de faltas ou tiverem de comparecer depois da hora marcada 249

N. 267. —IMPERIO.—Em 22 de Setembro de 1864.—Ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara que o facto de se mudar da Parochia, mas não do Municipio, o eleitor, não é razão para ser privado de fazer parte do Conselho de recurso..... 251

N. 268. —IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso.—Declara que a disposição do § 20 do art. 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, não comprehende os Inspectores das Alfandegas..... 252

N. 269. —GUERRA.—Aviso de 23 de Setembro de 1864.—Ao Presidente de S. Pedro do Sul, autorisando a conservação de quatro cavallos na Cidade do Rio Grande para o serviço das communicações com a fronteira do Chuy.. 253

N. 270. —IMPERIO.—Aviso de 24 de Setembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que o Presidente da Camara Municipal, quando estiver exercendo funcções alheias a este cargo, e para os quaes fôr chamado pela lei, deve ser substituido no mesmo cargo... 253

N. 271. —IMPERIO.—Aviso de 29 de Setembro de 1864.—Ao Inspector geral interino da Instrucção primaria e secundaria, do Municipio da Côrte.—Approva, com modificações, as Instrucções que organisou para regularem as habilitações legaes para a abertura e direcção

Pags.

de estabelecimentos particulares de Instrucção primaria e secundaria, e para o ensino da dita instrucção, e das artes liberaes 254

N. 272. —FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1864.—Os contractos de arrendamento de propriedade rural devem conter a clausula de ficarem dependentes da approvação do Thesouro..... 262

N. 273.—FAZENDA.—Em 29 de Setembro de 1864.—Sobre o expediente de Capatazias de generos depositados em armazens particulares 263

N. 274. —FAZENDA. — Em 30 de Setembro de 1864.—Sobre a incompetencia do Vice-Consul de Hespanha na Provincia de Minas para arrecadar o espolio de um subdito de sua nação 264

N. 275. —FAZENDA.—Em 30 de Setembro de 1864.—Os depositos, embora não alfandegados, estão sujeitos á fiscalisação das Alfandegas e Mesas de Rendas. Substituição de Conferentes em caso de suspeita de fraude nas conferencias e exames..... 265

N. 276. —FAZENDA.—Em o 1.º de Outubro de 1864.—As restituições de direitos por duplicata do pagamento não estão sujeitas á prescripção do art. 775 do Regulamento..... 268

N. 277. —FAZENDA.—Em o 1.º de Outubro de 1864.—Incumbe aos Fiscaes do Governo na liquidação das casas bancarias proceder a um inquerito sobre as causas da crise commercial..... 269

N. 278. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em o 1.º de Outubro de 1864.—Approva o ensaio do systema de limpeza das casas e esgoto das aguas pluviaes..... 271

N. 279. —FAZENDA. — Em 4 de Outubro de 1864.—Os vapores que navegão entre este porto e o de Santos não gozão de isenções de direitos..... 272

N. 280. —FAZENDA.— Em 5 de Outubro de 1864.—Provimento a um recurso sobre

Pags

qualificação de papel para estamparia 273

N. 281. — FAZENDA. — Em 6 de Outubro de 1864. — Os que se achão de posse de terrenos de marinhas devem solicitar os respectivos titulos..... 274

N. 282. — FAZENDA. — Em 6 de Outubro de 1864. — Differença para mais encontrada no peso de um despacho de papel na Alfandega do Maranhão..... 275

N. 283. — IMPERIO. — Aviso de 6 de Outubro de 1864. — Ao Presidente do Rio Grande do Norte. — Declara que a sentença, que tiver passado em julgado, produz desde logo e por sua propria força todos os seus effeitos, sem dependencia de acto de autoridade administrativa, não obstante ser proferida em processo de responsabilidade, promovido por ordem desta 276

N. 284. — GUERRA. — Aviso em 6 de Outubro de 1864. — Ao Presidente do Piauhy, determinando que o Ministerio da Guerra seja indemnisado da importancia das forragens para uma besta de bagagem, abonadas a um Official pela diligencia em que seguio, escoltando a um preso de justiça..... 277

N. 285. — IMPERIO. — Aviso de 10 de Outubro de 1864. — Ao Ministerio da Fazenda. — Communica a deliberação que se tomou, ácerca do tempo desde o qual os professores adjuntos ás escolas publicas de instrucção primaria devem começar a perceber os seus vencimentos..... 278

N. 286. — FAZENDA. — Em 10 de Outubro de 1864. — Esclarecimentos que devem acompanhar as contas dos dividendos recebidos das Companhias das Estradas de ferro 278

N. 287. — FAZENDA. — Em 10 de Outubro de 1864. — Documentos que devem acompanhar as participações de venda de proprios nacionaes em hasta publica. 279

N. 288. — FAZENDA. — Em 10 de Outubro de

Pags.

1864.—Processo que se deve seguir nas Alfandegas para indemnisação de damnos..... 280

N. 289. —FAZENDA.—Em 11 de Outubro de 1864.—Sobre a maneira de proceder-se na liquidação das dividas de exercicios findos em que se encontrão differenças..... 281

N. 290. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—Restituição de direitos por engano de calculo..... 282

N. 291. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—Declara que o coke se deve considerar como carvão..... 283

N. 292. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—Armazenagem dos cascos com aguardente que se deve cobrar no Trapiche da Ordem 283

N. 293. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—Sobre a classificação de pannos ordinarios..... 284

N. 294. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—As filhas não podem perceber o meio soldo durante o tempo que sobreviverem ás mãis quando estas tiverem optado outro meio soldo ou pensão mais vantajosa..... 285

N. 295. —FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.—Proferida a decisão arbitral não podem os arbitros muda-la..... 285

N. 296. —MARINHA.—Aviso de 12 de Outubro de 1864 —Declara que a Imperial Resolução de 10 de Junho ultimo, comprehende em seus effeitos as praças da Armada anteriormente desertadas, e que aos soldos dos desertores e das praças fallecidas *ab intestato* deve-se continuar a dar o destino marcado pelo art. 24 da Lei n.° 514 de 28 de Outubro de 1848..... 287

N. 297. —FAZENDA.—Em 13 de Outubro de 1864.—Nos orçamentos das despezas com as obras do Ministerio da Fazenda deve observar-se o disposto no art. 14 da Lei n.° 1.040..... 288

N. 298. —IMPERIO.—Aviso de 13 de Outubro

Pags.

de 1864.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Declara que os Oppositores tem a mesma obrigação imposta aos Lentes, da residencia na séde da Faculdade a que pertencem.... 289

N. 299. —MARINHA.—Aviso de 13 de Outubro de 1864.—Dá instrucções para o bom desempenho das funcções de Escrivão Geral da Esquadra em operações no Rio da Prata..... 290

N. 300.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Portaria de 14 de Outubro de 1864.—Ordenando que os navios que demandarem a barra do Rio de Janeiro, trazendo a bordo emigrantes, arvorem no tope de prôa uma bandeira de signal..... 298

N. 301. —FAZENDA.—Em 14 de Outubro de 1864.—Condições que devem reunir as embarcações brasileiras..... 298

N. 302. —FAZENDA.—Em 17 de Outubro de 1864.—Sobre a ancoragem que devem pagar as embarcações que conduzem colonos..... 299

N. 303. —FAZENDA.—Em 17 de Outubro de 1864.—Sobre a escripturação a que se deve proceder nas Thesourarias quando receberem dinheiros dos responsaveis, etc..... 300

N. 304. —FAZENDA.—Em 18 de Outubro de 1864. —As Thesourarias não devem cumprir as ordens das Presidencias autorisando despezas sob sua responsabilidade, fóra dos casos da lei..... 301

N. 305. —JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Outubro de 1864.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que a faculdade de abrir testamentos não cabe aos Consules Portuguezes no Imperio. 302

N. 306. —GUERRA.—Aviso de 19 de Outubro de 1864.—Ao Ministerio da Marinha, solicitando a expedição das suas ordens, para que os navios de guerra e transportes do Governo, que aportarem á Ilha de Fernando, transportem

Pags.

dalli para o continente os sentenciados que concluirem o seu tempo de prisão, e a suas familias..... 303

N. 307. —GUERRA.—Aviso de 19 de Outubro de 1864.—Ao Presidente de Minas Geraes, approvando a deliberação, que tomára, de mandar pagar unicamente 5$500 da despeza feita com o enterramento de uma praça, correndo o resto por conta do espolio da mesma, porque, sendo os Parochos subsidiados pelo Estado, devem prestar gratuitamente os soccorros espirituaes aos militares que pertencem a condição dos pobres..... 303

N. 308. —GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.—Ao Presidente do Paraná, mandando abonar a um Official que fez troca de Corpo com outro, a ajuda de custo que a este competia 304

N. 309. —GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.—Ao Presidente do Ceará, declarando que o Sargento Almoxarife da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, não póde continuar a perceber premio de voluntario ou engajado, desde que deixou de servir activamente nas fileiras do Exercito, conservando porém a respectiva gratificação, emquanto fôr praça de pret. 305

N. 310. —GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.—Ao Presidente da Bahia autorisando abono de uma ração, pelo rancho dos Menores, ao Porteiro do respectivo Arsenal de Guerra, nos dias em que tiver de pernoitar no estabelecimento..... 305

N. 311. —FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1864.—Os recibos e mandatos ao portador, por occasião da liquidação das casas bancarias, só devem pagar sello no caso de serem ajuizados, etc..... 306

N. 312. —FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1864.—Sobre o sello que devem pagar os endossos 307

N. 313. —FAZENDA.—Em 22 de Outubro de

Pags.

1864. — As concordatas permittidas pelos Decretos n.os 3.308 e 3.309 estão isentas do sello proporcional..... 308

N. 314. —FAZENDA.— Em 22 de Outubro de 1864. — Solução á duvidas propostas pela commissão liquidadora da casa bancaria Gomes & Filhos 309

N. 315.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 22 de Outubro de 1864.—Declara que a disposição do Decreto n.º 2.898 de 12 de Março de 1862 para a capacidade dos depositos de penas d'agua, deve ser applicada aos depositos construidos antes da promulgação do referido Decreto, sómente nos casos de reconstrucção dos mesmos depositos..... 311

N. 316. — IMPERIO. — Circular de 22 de Outubro de 1864.—Declara os casos em que as corporações de mão-morta necessitão de licença do Governo para possuirem bens de raiz..... 312

N. 317.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 25 de Outubro de 1864.—Recommendando a fiel execução do Aviso circular de 20 de Dezembro de 1861..... 313

N. 318. —FAZENDA.—Em 25 de Outubro de 1864.— Declara que os sinos importados para uma Igreja, que não era Matriz, não podem gozar da isenção de direitos..... 314

N. 319. —FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1864.—Manda admittir as declarações feitas pelos Collectores nos precatorios e mandados quando não existirem os devedores, etc..... 315

N. 320. —JUSTIÇA.— Aviso de 28 de Outubro de 1864.— Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Approva a decisão declarando que os Directores dos Indios devem ser julgados no fôro commum..... 315

N. 321. —IMPERIO.— Aviso de 28 de Outubro de 1864.—Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que as corpora-

Pags.

ções de mão-morta observando litteralmente o art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, podem permutar os bens de raiz, que constituem o seu patrimonio, por apolices da divida publica interna fundada, as quaes serão intransferiveis..... 316

N. 322. —IMPERIO.—Aviso de 28 de Outubro de 1864.—Ao Inspector geral interino da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.—Communica a dispensa das provas de capacidade profissional concedida a Francisco Lopes Suzano para ensinar as materias da instrucção primaria, e fixa a intelligencia do § 4.º do art. 11 das Instrucções de 29 de Setembro ultimo..... 317

N. 323. —FAZENDA.—Em 29 de Outubro de 1864.—Sobre a execução dos Decretos n.ºs 3.321 e 3.323..... 318

N. 324. —JUSTIÇA.—Circular de 31 de Outubro de 1864.—Recommendando ás Presidencias que dêem seu parecer ácerca da idoneidade dos pretendentes e do valor dos documentos, á que elles se referirem, sempre que remetterem a este Ministerio quaesquer requerimentos ou petições de graça..... 320

N. 325. —IMPERIO.—Em 31 de Outubro de 1864. —Resolve duvidas sobre eleições..... 321

N. 326. —FAZENDA.—Em 2 de Novembro de 1864.—Competencia do Mordomo da Casa Imperial para receber no Thesouro a dotação de Sua Alteza Imperial..... 323

N. 327. —FAZENDA.—Em 2 de Novembro de 1864.—Sobre a remessa de informações para organisação da estatistica financeira do Imperio..... 323

N. 328. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 2 de Novembro de 1864.—Recommendando aos Presidentes das Provincias que sejão respeitadas as leis provinciaes, uma

Pags.

vez sanccionadas, e por virtude das quaes existão contractos, creando e garantindo privilegios em favor de companhias 324

N. 329. —FAZENDA.—Em 4 de Novembro de 1864.—A respeito de um Collector que estando com parte de doente compareceu só para receber uma somma entregue pelo Juizo de Orphãos; e recommenda que se exija fiança dos Escrivães das Collectorias 325

N. 330. —JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Approva a decisão, declarando que o Juiz de Paz, provido interinamente no Officio de Curador Geral dos Orphãos, obtendo exoneração do Officio interino, não perde o seu lugar de eleição popular..... 326

N. 331.—GUERRA.—Aviso de 7 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Bahia, declarando que as despezas de expediente feitas pelo Tenente Joaquim Rodrigues de Souza, durante o tempo em que esteve destacado na Villa de Lençóes, servindo cumulativamente de Delegado de Policia e de auxiliar do Administrador dos terrenos diamantinos, é alheia a este Ministerio, visto que o Official de que se trata não podia tê-las, na qualidade de Commandante de destacamento..... 327

N. 332.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 7 de Novembro de 1864.—Exigindo informações ácerca das necessidades e obras mais urgentes das Provincias do Imperio..... 327

N. 333. —FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1864.—Indeferimento de um recurso por se não darem as condições do art. 764 do Regulamento 329

N. 334. —FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1864.—A Companhia Maranhense de navegação fluvial deve apresentar uma relação dos objectos que póde despachar annualmente livre de direitos... 329

Pags.

N. 335. —FAZENDA.—Em 9 de Novembro de 1864. — A Companhia aquaria Santo Amarense não póde gozar da isenção de direitos para os objectos importados para a mesma empreza..... 330

N. 336. —IMPERIO. —Em 9 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Approva o acto pelo qual foi considerada nulla a eleição da parochia de Silves, por ter sido levada a urna para fóra da Igreja presumindo-se ter sido violada..... 330

N. 337. — IMPERIO. — Aviso de 11 de Novembro de 1864. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.— Declara que aos conservadores dos gabinetes e laboratorios são applicaveis as disposições a que faz referencia o art. 327 do Regulamento complementar..... 331

N. 338.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 11 de Novembro de 1864.—Declara que o art. 15 da Convenção de 7 de Julho de 1860 se não oppõe a que sejão abertas com as devidas cautelas e solemnidades as cartas em que se suspeitar que existe contrabando..... 332

N. 339. —FAZENDA.—Em 12 de Novembro de 1864.—Condições que se devem exigir nos conhecimentos de carga..... 332

N. 340. —IMPERIO.—Aviso de 12 de Novembro de 1864. —Ao Inspector Geral interino da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.— Dá esclarecimentos para a boa execução das Instrucções de 29 de Setembro ultimo no art. 11 e seus paragraphos..... 333

N. 341. —FAZENDA.—Em 14 de Novembro de 1864.—O Director da Repartição dos Telegraphos electricos deve prestar contas no Thesouro Nacional..... 335

N. 342. —GUERRA.—Aviso de 14 de Novembro de 1864.—Ao Presidente do Maranhão, dispondo que a despeza com a car-

Pags.

roça de conducção de agua, de que trata o Commandante do Corpo de Guarnição, corra repartidamente pela caixa do rancho e da enfermaria na proporção da quantidade d'agua que consumirem..... 335

N. 343.—GUERRA.—Aviso circular de 15 de Novembro de 1864.—Revoga a Ordem do dia n.° 270 de 20 de Junho de 1861, relativamente ás inspecções das praças de pret do Exercito..... 336

N. 344.—GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.—Ao Presidente do Espirito Santo, expondo que caso nenhum se póde dar, em que haja direito ao abono simultaneo de duas gratificações ou vantagens de uma só denominação..... 337

N. 345.—GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.—A' Thesouraria de Goyaz, declarando que o soldo é o unico vencimento a que o Official tem direito, a contar da data do Decreto de promoção, e que por isso é indevido o abono da differença da etapa, feito pela Thesouraria de S. Paulo a um Official..... 337

N. 346.—GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.—Ao Presidente de Pernambuco, mandando pôr em execução na enfermaria dos Menores do respectivo Arsenal de Guerra o Regulamento especial das enfermarias, e estabelecendo regras para os contractos de fornecimentos de generos ao Hospital Militar, que forem celebrados perante a Thesouraria de Fazenda..... 338

N. 347.—FAZENDA.—Em 16 de Novembro de 1864.—Competencia dos Inspectores das Thesourarias para imporem multas no caso de falta de legalisação de manifestos..... 339

N. 348.—IMPERIO.—Circular de 16 de Novembro de 1864.—Aos Presidentes das Provincias.—Recommenda a execução da Circular de 31 de Outubro de 1859,

Pags.

para que sejão encaminhados ao Governo por intermedio dos respectivos Chefes os requerimentos e representações dos Empregados das Repartições e estabelecimentos subordinados á este Ministerio 340

N. 349. —IMPERIO.—Aviso de 16 de Novembro de 1864.—Ao Director da Academia das Bellas-Artes.—Determina que ao concurso do premio de primeira ordem sejão admittidos os alumnos que estiverem nas circumstancias do art. 68 dos Estatutos, e do art. 9.º do Decreto n.º 2.424 de 25 de Maio de 1859, sem attenção a terem ou não sido premiados com a medalha de ouro..... 341

N. 350. —FAZENDA.—Em 17 de Novembro de 1864.—Os Consules devem dirigir-se á Recebedoria, sobre objecto de materia contenciosa, por meio de requerimento e não de officios 342

N. 351. —IMPERIO.—Aviso de 17 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que a disposição do Aviso do Ministerio da Justiça n.º 181 de 12 de Junho de 1855, não é applicavel aos Juizes de Paz quando exercem funcções eleitoraes..... 343

N. 352. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 17 de Novembro de 1864.—Resolvendo diversas duvidas ácerca do contracto approvado pelo Decreto n.º 1.929 de 26 de Abril de 1857 com a Companhia—Rio de Janeiro City Improvements..... 343

N. 353. —GUERRA.—Aviso de 18 de Novembro de 1864.—A' Thesouraria de Santa Catharina, providenciando quanto á irregularidade do abono de etapas á familia de um Official na viagem de Santos á Goyaz, quando este auxilio só é devido no caso de transporte por mar, e não sendo incluidas as comedorias nas passagens, e explicando que os ajustes de contas não devem

Pags.

comprehender o dia em que o Official fôr desligado 344

N. 354. —GUERRA.—Aviso de 18 de Novembro de 1864.—Ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte, ampliando até o dia 20 do mez subsequente a cada trimestre a remessa do balancete e o recolhimento ao Thesouro Nacional da renda proveniente dos descontos feitos nos jornaes dos Artifices..... 345

N. 355. —GUERRA.—Aviso de 18 de Novembro de 1864.—Ao Presidente do Piauhy, declarando que é inteiramente estranho ao Ministerio da Guerra o serviço das escoltas de presos de justiça..... 346

N. 356. —FAZENDA. — Em 18 de Novembro de 1864.—Sobre o aforamento de terrenos de Marinha, e dos accrescidos, etc..... 346

N. 357. —GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.—Ao Presidente de S. Pedro, determinando o abono do premio de voluntario a um 2.º Sargento, averbando-se no seu assentamento a renuncia que faz ao reconhecimento de cadete..... 347

N. 358. —GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.—Ao Presidente de Mato Grosso, mandando cumprir no respectivo Arsenal de Guerra o preceito do Regulamento de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções para a execução do mesmo, na parte relativa á economia dos Menores, depositando-se o peculio trimensalmente na Thesouraria de Fazenda..... 348

N. 359. —GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.—Ao Presidente de Mato Grosso, determinando que o hospital estabelecido na Capital da Provincia, seja convertido em enfermaria a cargo do Corpo que fizer a guarnição 349

N. 360. —JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.—Declara que a Lei de 19 de Setembro de 1850, concedendo

Pags.

dispensa do serviço da Guarda Nacional aos Guardas-livros e caixeiros não comprehende aquelles que na mesma Guarda aceitão postos 349

N. 361.—GUERRA.—Aviso de 21 de Novembro de 1864.—Ao Presidente do Maranhão, ordenando que o Conselho Economico do Corpo de Guarnição tenha um livro especial, no qual sejão registrados integralmente todos os contractos para fornecimentos, precedendo pagamento de sello 350

N. 362.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Novembro de 1864.—Ao Provincial da Ordem Carmelitana da Côrte.—Declara que, como contractos onerosos, são nullos os de arrendamento e de aforamento celebrados pelas Ordens Regulares, sem prévia licença do Governo 351

N. 363.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.—Approva a pratica adoptada na Secretaria da Thesouraria do Maranhão de registrar os titulos de nomeação dos Agentes do Correio..... 351

N. 364.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.—Intelligencia da Circular n.° 47, a respeito da porcentagem que se deve deduzir da cobrança da divida activa quando intervier algum Agente Fiscal fóra da séde do Juiz dos Feitos..... 352

N. 365.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.—Sobre a exigencia do pagamento da dizima de chancellaria de uma causa em que houve composição das partes depois de extrahida sentença..... 352

N. 366.—FAZENDA.—Em 22 de Novembro de 1864.—Sobre a restituição do imposto de escriptorio do tempo em que não funccionou o collectado 353

N. 367.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Novembro de 1864.—Ao Ministerio da Fazenda.—Declara que são nullos os contractos onerosos que as Ordens Regulares celebrão, afastando-se das clausulas

Pags.

com que são concedidas as licenças que solicitão do Governo Imperial para effectua-los..... 345

N. 368. —IMPERIO —Aviso de 23 de Novembro de 1864.—Ao Inspector geral interino da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.—Determina que, no concurso para a cadeira de historia média e moderna do Collegio de Pedro II, que se vai repetir, se observe para as novas inscripções o prazo marcado no art. 67 do Regulamento do mesmo Collegio..... 355

N. 369.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.—As disposições do Decreto de 20 de Novembro de 1857 relativas ás arrematações e contractos, só dizem respeito aos celebrados pelo Ministerio da Fazenda..... 355

N. 370. —JUSTIÇA.—Aviso circular de 23 de Novembro de 1864.—Declara que no Juizo dos Feitos da Fazenda devem ser aceitas, como se fossem passadas pelos Officiaes de Justiça, as declarações feitas pelos Collectores nos mandados executivos e precatorios, que deixão de ter cumprimento nas Collectorias e Mesas de Rendas..... 356

N. 371.—IMPERIO.—Em 23 de Novembro de 1864.—Ao Reverendo Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul.—Declara que os Capitulares não podem ausentar-se, sem licença, da séde das Cathedraes..... 357

N. 372.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.—Sobre a liquidação das contas de um responsavel; e imposição de multas pela falta de remessa de certidões de sizas..... 361

N. 373.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.—Sobre o vencimento dos Empregados da officina de Estamparia..... 362

N. 374.—IMPERIO.—Em 24 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia de

Pags.

S. Pedro.—Sobre actos legislativos da Assembléa Provincial 363

N. 375. —IMPERIO.—Em 24 de Novembro de 1864. — Ao Vice-Presidente da Provincia das Alagôas.—Sobre actos legislativos da Assembléa Provincial... 364

N. 376. —FAZENDA.—Em 24 de Novembro de 1864.— Sobre a competencia dos Presidentes de Provincias para a concessão dos terrenos de marinha, e dos de alluvião, etc..... 365

N. 377. —MARINHA.—Aviso de 24 de Novembro de 1864.— Declara a verdadeira intelligencia da 3.ª observação da tabella annexa ao Decreto n.º 1.981 de 30 de Setembro de 1857..... 366

N. 378. —MARINHA.—Aviso de 24 de Novembro de 1864.—Declara não ser necessario novo rol de equipagem ao navio mercante nacional, que tiver sido legalmente matriculado em porto estrangeiro, na conformidade do art. 467 do Codigo Commercial, e deverem as Capitanias de Portos limitar-se a notar as alterações, de que falla o art. 511 do mesmo Codigo 367

N. 379. —FAZENDA.—Em 25 de Novembro de 1864.—Confirma a decisão da Alfandega que negou o despacho de uma bengala contendo espingarda..... 368

N. 380. —IMPERIO.—Aviso de 25 de Novembro de 1864.—Ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Resolve duvidas em materia de eleições.... 368

N. 381. —JUSTIÇA.—Aviso de 26 de Novembro de 1864.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Approva a decisão firmando a intelligencia do art. 7.º do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843..... 372

N. 382. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 28 de Novembro de 1864.—Estabelece a pratica que se deve seguir quando a viagem de algum paquete fôr adiada, ainda mesmo por horas 373

Pags.

N. 383. —IMPERIO.—Aviso de 28 de Novembro de 1864.—Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Responde á representação que faz contra o Lente de materia medica, por este recusar-se a apresentar proposta para a nomeação do conservador da officina pharmaceutica..... 373

N. 384.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 28 de Novembro de 1864.—Manda proceder a abertura de uma carta em que se suppõe haver contrabando..... 375

N. 385. —FAZENDA.—Em 28 de Novembro de 1864.—Sobre as verbas por que se devem pagar as quantias devidas ao representante dos herdeiros do Conde da Barca..... 376

N. 386. —FAZENDA.—Em 29 de Novembro de 1864.—Sobre os emolumentos que devem pagar os empregados da 1.ª Directoria Geral da Secretaria da Guerra. 377

N. 387. —FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.—Solicita do Ministerio do Imperio que communique ao da Fazenda as licenças que conceder á corporações de mão-morta..... 378

N. 388. —FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.—Os requerimentos para as corporações de mão-morta adquirirem bens de raiz devem ser dirigidos ao Ministerio do Imperio..... 379

N. 389. —FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.—Sobre o melhor meio de reconhecer-se os limites dos terrenos contestados junto ás fortificações do Annel e Vigia..... 379

N. 390. —FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.—Procedimento que deve haver no caso de contrabando de diamantes..... 380

N. 391. —IMPERIO.—Aviso do 1.º de Dezembro de 1864.—Ao Director da Faculdade de Medecina do Rio de Janeiro. —Declara que o Oppositor chefe de clinica não tem direito á gratificação

Pags.

desta commissão durante o tempo em que estiver occupado com os trabalhos da Assembléa Legislativa da Provincia do Rio de Janeiro, de que é membro..... 381

N. 392. — FAZENDA.— Em o 1.º de Dezembro de 1864. — Sobre a prescripção das dividas de que são credoras as praças de pret..... 382

N. 393. — FAZENDA.— Em 3 de Dezembro de 1864.— Sobre a competencia da autoridade judicial para mandar entregar o producto de bens de defuntos e ausentes..... 383

N. 394. — FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1864.— Sobre a arrecadação dos espolios dos Bispos, e impostos devidos.. 384

N. 395. — JUSTIÇA.— Aviso de 6 de Dezembro de 1864.— Ao Presidente da Provincia das Alagôas.— Declara que são incompetentes os Juizes territoriaes para determinar a annexação e desannexação dos Officios de Justiça..... 385

N. 396. — IMPERIO.— Em 6 de Dezembro de 1864.— Ao Reverendo Bispo do Maranhão.— Declara que pela legislação em vigor não é admissivel uma só proposta para mais de um beneficio.. 386

N. 397. — IMPERIO.— Em 6 de Dezembro de 1864.— Ao Revendo Bispo do Ceará.— Fixa o pessoal que tem de compor a Cathedral da Diocese do Ceará..... 386

N. 398. — IMPERIO.— Aviso em 6 de Dezembro de 1864.— Ao Reverendo Bispo do Rio Grande do Sul.— Fixa o pessoal que deve compôr a Cathedral da Diocese do Rio Grande do Sul..... 388

N. 399. — FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1864.— Competencia dos Presidentes de Provincias para concederem o aforamento de terrenos de marinhas, e os de alluvião e alagados..... 389

N. 400. — FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1864. — O papel de embrulho, com inscripção impressa, deve ser despachado conforme o art. 923 da Tarifa.. 390

Pags.

N. 401. — JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Dezembro de 1864.— Ao Presidente da Provincia da Bahia.— Approva o procedimento do Juiz de Direito de Caravellas, designando os respectivos Escrivães para abrirem as audiencias..... 391

N. 402. JUSTIÇA.— Aviso de 7 de Dezembro de 1864.— Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que parentes em gráo prohibido podem exercer seus officios no mesmo Termo ou lugar, uma vez que sejão de differente Juizo. 391

N. 403. — FAZENDA.— Em 9 de Dezembro de 1864.— As disposições do art. 118 do Regulamento do sello, sobre multas, são obrigatorias para os que tem de impô-las..... 392

N. 404. FAZENDA.— Em 9 de Dezembro de 1864.— Approva a multa imposta por differenças de qualidade em um despacho de paletós e calças..... 393

N. 405. — FAZENDA.— Em 9 de Dezembro de 1864.— Sobre a arrecadação provisoria de bens de defunto testado ou intestado. 394

N. 406. — FAZENDA.— Em 10 de Dezembro de 1864.— Sobre o pagamento de dividas de exercicios findos em vista de procurações..... 395

N. 407. — IMPERIO.—Aviso de 10 de Dezembro de 1864.— Ao Ministerio da Fazenda. — Fixa a intelligencia do Decreto n.º 1.225 de 20 de Agosto de 1864 ácerca dos bens que pertencem ás corporações de mão-morta e dos que forem por ellas adquiridos..... 395

N. 408. FAZENDA.— Em 12 de Dezembro de 1864.— Os arrematantes devem assignar as letras no prazo que lhes fôr marcado 396

N. 409. — IMPERIO.— Aviso de 12 de Dezembro de 1864.— Ao Reverendo Vigario Capitular da Diocese de Pernambuco. — Declara o modo por que se deve proceder em relação aos espolios dos Bispos..... 397

Pags.

N. 410. — FAZENDA.— Em 12 de Dezembro de 1864.— As concessões de alfandegamentos de trapiches são pessoaes.. 398

N. 411. — IMPERIO.— Aviso de 12 de Dezembro de 1864.— Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.— Approva o acto pelo qual forão annullados os trabalhos do Conselho Municipal de Recurso da Cidade de S. Gabriel: 1.º por ter o respectivo Presidente designado novo dia para esses trabalhos, sem a necessaria autorisação; 2.º por não ter decorrido entre o annuncio e reunião do Conselho o intervallo determinado... 399

N. 412. — JUSTIÇA.— Aviso de 12 de Dezemde 1864.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Declara que ha incompatibilidade entre o cargo de Juiz Municipal supplente e os lugares de Tenente Coronel Commandante de Batalhão da Guarda Nacional e Collector. 400

N. 413. — FAZENDA.— Em 14 de Dezembro de 1864.— Os exactores da Fazenda Nacional são responsaveis pelas sizas que de menos arrecadão..... 401

N. 414. — IMPERIO.— Aviso de 14 de Dezembro de 1864.— Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.— Fixa a intelligencia das disposições do Regulamento do curso preparatorio das Faculdades de Direito, relativas á inscripção de um só candidato ao concurso das cadeiras do mesmo curso.. 402

N. 415. — FAZENDA.— Em 14 de Dezembro de 1864.— Sobre a restituição de siza de uma arrematação julgada nulla... 403

N. 416. FAZENDA.— Em 14 de Dezembro de 1864.— Approva o ter-se cobrado o sello proporcional integral da segunda nomeação de um Professor Publico naturalisado Cidadão Brasileiro..... 405

N. 417. — FAZENDA.— Em 14 de Dezembro de 1864. — Sobre a revisão de contas tomadas fóra das horas do expediente nas Thesourarias de 2.ª ordem..... 406

N. 418. — IMPERIO.—Aviso de 16 de Dezembro

Pags.

de 1864.— Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.— Declara que ao acto de encerramento das inscripções para o concurso das cadeiras do curso preparatorio deve ser applicada a disposição do Regulamento complementar das Faculdades de Direito, quando o prazo das mesmas inscripções tiver de expirar durante as férias. 407

N. 419. GUERRA. - Aviso circular de 16 de Dezembro de 1864.— Declara a maneira por que devem ser informados e remettidos á Secretaria da Guerra os requerimentos e outros papeis, sobre os quaes tenhão de ser ouvidos os Presidentes das Provincias..... 407

N. 420. FAZENDA.— Em 17 de Dezembro de 1864.— Declara que a multa de que trata o art. 465 do Regimento das Alfandegas deixou de subsistir em virtude do art. 75 do Decreto n.º 3.217... 408

N. 421. — FAZENDA.— Em 17 de Dezembro de 1864.— Nas requisições para a entrega de emprestimos do cofre de Orphãos deve-se declarar o que pertence a capital e a juros..... 409

N. 422. — FAZENDA.— Em 19 de Dezembro de 1864.— O Collector da Estrella não é obrigado a ir assistir a avaliação de um escravo da nação..... 410

N. 423. — MARINHA.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.— Declara que os Officiaes Marinheiros condemnados, a mais de um anno de prisão, são *ipso facto* rebaixados á classe de Marinheiros..... 410

N. 424. — JUSTIÇA.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.— Autorisa a Secretaria da Policia da Côrte a expedir passaportes para o exterior na conformidade do art. 77 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842..... 411

N. 425. — IMPERIO.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.— Ao Rev. Provisor e Vigario Geral do Bispado de Marianna, —Declara que o sacerdote estrangeiro, nomeado vigario encommendado,

Pags.

deixa de perceber congrua se não fôr solicitada em tempo a approvação da nomeação..... 412

N. 426. — MARINHA.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.— Abre uma excepção na regra geral estabelecida no art. 20 do Regulamento, mandado observar por Decreto n.º 447, de 19 de Maio de 1846. 413

N. 427. — MARINHA.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.— Declara a maneira de contar-se o prazo para a prescripção das dividas, de que são credoras as praças de pret da Armada..... 413

N. 428. — IMPERIO.— Aviso de 20 de Dezembro de 1864.— Ao Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.— Declara que o substituto das cadeiras de rhetorica, philosophia e historia não póde ser nomeado Professor da cadeira de rhetorica, sem a formalidade do concurso exigida pela legislação em vigor..... 414

N. 429. — FAZENDA.— Em 20 de Dezembro de 1864.— Restituição de direitos de exportação por não estar ainda embarcado o genero..... 415

N. 430. MARINHA.— Aviso de 20 de Dezembro de 1864.— Eleva a 30 o numero de 18 Fieis de Commissão, para servir em os navios da Armada, na falta dos Fieis de 1.ª e 2.ª classe do Corpo de Officiaes de Fazenda, ficando nesta parte derogado o Aviso de 6 de Novembro de 1861. 416

N. 431. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 22 de Dezembro de 1864.— Altera o contracto com a Companhia de navegação intermediaria dos Paquetes do Sul..... 417

N. 432. — IMPERIO.— Circular de 23 de Dezembro de 1864.— Declara que, sempre que forem renovadas as Provisões de nomeação de Sacerdotes estrangeiros para continuarem, na mesma ou em diversa parochia, no exercicio do cargo de Vigarios encommendados, deve ser solicitada a approvação do

Pags.

Governo Imperial, da qual fica dependente o pagamento das respectivas congruas..... 421

N. 433. JUSTIÇA.— Aviso de 24 de Dezembro de 1864.— Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.— Declara que a Lei tem designado quaes os Escrivães que devem servir perante os Delegados de Policia, e que no impedimento desses, cabe a pronuncia contida no Aviso n.º 180 de 16 de Outubro de 1854..... 421

N. 434. — FAZENDA.— Em 27 de Dezembro de 1864.—Sobre a cobrança de multas impostas por falta de registros de terras. 422

N. 435. — FAZENDA.— Em 28 de Dezembro de 1864.— Designa o Conselheiro Ferraz para presidir a Commissão incumbida de proceder a um inquerito sobre as causas da ultima crise commercial... 423

N. 436. — MARINHA.— Aviso de 29 de Dezembro 1864.—Manda executar na Armada a Provisão de 16 de Agosto de 1821, e declara qual a intelligencia a dar-se ao Aviso de 13 de Outubro de 1845.... 424

N. 437. FAZENDA.— Em 30 de Dezembro de 1864.— As Thesourarias não podem applicar os creditos concedidos á despezas differentes..... 425

N. 438. —IMPERIO.— Em 30 de Dezembro de 1864.— Ao Reverendo Bispo do Maranhão.— Declara que as propostas dos Bispos para provimento de beneficios ecclesiasticos devem ser acompanhadas da attestação exigida pela Provisão de 30 de Agosto de 1817; e que, uma vez abertos os concursos, não devem ser annullados pelos mesmos Bispos com o fundamento de não ter apparecido numero sufficiente de oppositores..... 426

N. 439. —GUERRA.— Aviso de 30 de Dezembro de 1864.— Declara que um cabo de esquadra, que voltou para o serviço do exercito por ter desertado o seu substituto, tendo sido este capturado, não deve continuar a servir..... 426

Pags.

N. 440. — FAZENDA. — Em 31 de Dezembro de 1864. — Sobre a licença concedida a um Empregado, e que foi apresentado depois de promovido a lugar superior..... 427

N. 441. — FAZENDA. — Em 31 de Dezembro de 1864. — Competencia dos Collectores para impôr a multa por falta do sello. 428

ADDITAMENTOS.

N. 1. — FAZENDA. — Em 5 de Janeiro de 1864. — Vencimentos do Inspector geral dos terrenos diamantinos..... 3

N. 2. — FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1864. — Formalidades nos termos de fianças..... 3

N. 3. — FAZENDA. — Em 27 de Janeiro de 1864. — Sobre a execução do art. 556 do Regulamento das Alfandegas..... 4

N. 4. — FAZENDA. — Em 27 de Janeiro de 1864. — Sobre o vencimento dos Escrivães das Pagadorias nos casos de substituição..... 5

N. 5. — GUERRA. — Aviso de 27 de Janeiro de 1864. — Declarando que se concedeu permissão ao Delegado do Cirurgião-mór do exercito na Provincia de Sergipe, para tomar assento na Assembléa Provincial; devendo ser substituido no cargo que occupa, por não ser compativel com o de Deputado Provincial..... 6

N. 6. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1864. — Alcances de responsaveis..... 6

N. 7. — FAZENDA. — Em 30 de Janeiro de 1864. — Sobre aforamentos de terrenos de marinhas..... 7

N. 8. — FAZENDA. — Em 30 de Janeiro de 1864. — Direitos a que estão sujeitas as gratificações dos Chefes de Policia. 8

N. 9. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1864. — Sobre o arrendamento de bens nacionaes, e condições com que deve ser annunciado..... 9

N. 10. — FAZENDA. — Em 8 de Fevereiro de 1864. — Trata da substituição dos Directores de Bancos..... 10

Pags.

N. 11. — FAZENDA. — Em 10 de Fevereiro de 1864. — Trata da fiscalisação dos generos remettidos de umas para outras Provincias, e da execução do art. 288 do Regulamento das Alfandegas..... 11

N. 12. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1864. — Sobre o imposto das casas de leilão..... 12

N. 13. — FAZENDA. — Em 15 de Fevereiro de 1864. — Sobre a competencia da Autoridade Judicial em questões de propriedade e posse..... 13

N. 14. — FAZENDA. — Em 16 de Fevereiro de 1864. — Sobre arrendamentos em atrazo de terrenos diamantinos..... 14

N. 15. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1864. — Sobre o sello do capital das Companhias..... 16

N. 16. — FAZENDA. — Em 20 de Fevereiro de 1864 — Sobre os recibos e mandatos ao portador..... 16

N. 17. — FAZENDA. — Em 26 de Fevereiro de 1864. — Sobre trapiches alfandegados. 17

N. 18. — FAZENDA. — Em 3 de Março de 1864. — Sobre isenção de direitos ás companhias..... 18

N. 19. — FAZENDA. — Em 7 de Março de 1864. — Trata do direito a vencimentos dos empregados pronunciados..... 19

N. 20. — FAZENDA. — Em 7 de Março de 1864. — Sobre o direito a ajudas de custo dos empregados mandados addir a outras repartições..... 20

N. 21. — FAZENDA. — Em 17 de Março de 1864. — Sobre o sello de livros de Irmandades..... 22

N. 22. — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1864. — Sobre a concessão de terrenos devolutos, etc..... 22

N. 23. — FAZENDA. — Em 29 de Março de 1864. — Trata da suspeição dos Procuradores Fiscaes..... 24

N. 24. — FAZENDA. — Em 9 de Abril de 1864. — Sobre a execução do art. 544 do Regulamento das Alfandegas..... 26

N. 25. — FAZENDA. — Em 23 de Abril de 1864.

Pags.

— Trata do sello de letras e retenção das mesmas..... 27

N. 26. —FAZENDA.—Em 30 de Abril de 1864. — Sobre a responsabilidade de fiadores por fianças limitadas..... 29

N. 27. —FAZENDA.—Em 12 de Maio de 1864. — Sobre o sello do capital da Companhia da estrada de ferro de Pernambuco..... 31

N. 28. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 14 de Junho de 1864. — As disposições do Regulamento de 30 de Janeiro obstão á medida proposta de marcar-se aos Juizes Commissarios, além dos emolumentos, que percebem de partes, gratificações mensaes..... 33

COLLECÇÃO

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DE

1864.

N. 1.—GUERRA.—Circular de 5 de Janeiro de 1864.

Circular ás Presidencias de Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Pará e Amazonas, corrigindo o engano que houve na de 16 de Abril do anno proximo passado quanto ao numero de Amanuenses que competem ás Secretarias dos Commandos de Armas.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 5 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo havido engano na disposição do Aviso Circular de 16 de Abril do anno proximo passado, que acompanhou a tabella da distribuição do credito para o exercicio corrente, declaro a V. Ex. que só é permittido empregar

na Secretaria do Commandante das Armas até dous Amanuenses, se um só não bastar; devendo entender-se que o Amanuense, que alli se concede para o expediente militar do Ajudante de ordens, é unicamente para as Provincias onde não ha Commandos de Armas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Antonio Manoel de Mello.* —Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 2.— FAZENDA.— Circular em 11 de Janeiro de 1864.

Regulando o pagamento das passagens de Empregados de Fazenda nos Vapores da Companhia Brasileira.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Janeiro de 1864.

O Marquez de Abrantes, Presidente interino do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista evitar pagamentos duplicados de passagens de Empregados a bordo dos Vapores da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e de outras subvencionadas pelo Estado, que funccionão nesta Côrte, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias, para a devida intelligencia e execução, que só ao Thesouro compete pagar a importancia das passagens de Empregados de Fazenda dadas a bordo dos Vapores de taes Companhias, que tem sua séde na Côrte; e quando acontecer que tenhão lugar a bordo de Vapores das Companhias existentes nas Provincias, os pagamentos dellas só poderão ser requeridos ás Thesourarias das Provincias, cujas Presidencias as tiverem autorisado; não devendo as mesmas Thesourarias em caso algum realiza-los antes de obterem do Thesouro a necessaria autorisação de credito para esse fim, depois de apresentadas as contas e documentos de que trata o art. 1.º das Instrucções de 24 de Julho do anno passado.

Marquez de Abrantes.

N. 3.—GUERRA.—Aviso de 12 de Janeiro de 1864.

Aviso á Presidencia da Bahia, declarando que o simples facto de estar um Official á disposição da Presidencia não lhe dá direito ao abono de gratificações de exercicio.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio n.º 30, de 31 de Dezembro proximo passado, ácerca dos vencimentos do 1.º Tenente do Corpo de Engenheiros Joaquim José Pinto Chichorro da Gama, declaro a V. Ex. que o simples facto desse Official estar á disposição da Presidencia não lhe dá direito a gratificações de exercicio, as quaes deverão ser reguladas conforme o serviço em que estiver e pagas ou pelos cofres provinciaes se a commissão fôr civil, ou por conta deste Ministerio se fôr militar, e neste caso deverá a Thesouraria de Fazenda guiar-se pelas Instrucções de 24 de Julho de 1857.

Deus Guarde a V. Ex.—*Antonio Manoel de Mello.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 4.—FAZENDA.—Circular em 12 de Janeiro de 1864.

Explica o modo de executar-se o Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1864.

O Marquez de Abrantes, Presidente interino do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, o Decreto incluso n.º 3.217 de 31 de Dezembro proximo passado, declarando e alterando algumas disposições do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Por esta occasião julga conveniente expôr aos mesmos Srs. Inspectores o pensamento que presidio a alguns artigos do mesmo Decreto, e recommendar-lhes algumas medidas para o estabelecimento dos Entrepostos e regular andamento dos negocios a cargo das Alfandegas do Imperio.

Um dos fins deste acto do Governo Imperial foi regular os Entrepostos entre nós de um modo mais favoravel ao commercio de reexportação por mar ou em transito, e crear outros, além dos dous que existião na conformidade do art. 320 do Regulamento das Alfandegas.

Cumpre, pois, que os mesmos Srs. Inspectores ordenem aos das Alfandegas que, sem perda de tempo, tomem as providencias precisas para que, no fim do prazo marcado no art. 74 do citado Decreto, os artigos relativos aos Entrepostos publicos e particulares tenhão plena execução nos portos onde forão creados, designando o armazem ou armazens da Alfandega, que necessarios forem para serem exclusivamente applicados a esse fim, os quaes constituirão o *Entreposto publico*.

Nas Provincias em que ainda não houver concessão alguma expressamente feita para Entreposto particular, se algum dono ou possuidor de trapiche ou armazem de deposito alfandegado o requerer, e as circumstancias da affluencia de mercadorias e falta de capacidade no Entreposto publico e outras assim o exigirem, poderá o Sr. Presidente da Provincia autorisar provisoriamente para esse fim o trapiche ou armazem de deposito alfandegado que entre os que obtiverão tal concessão mais adaptado lhe parecer, ouvido previamente o Inspector da Alfandega e o da Thesouraria de Fazenda, até que o Governo Imperial effectue a concessão para Entreposto particular nos termos do art. 218 a 220 do Regulamento das Alfandegas.

As mercadorias, que nos manifestos das embarcações vierem destinadas a Entreposto ou transito, serão depositadas no Entreposto publico, ou nos Entrepostos particulares, mas conforme a distincção estabelecida no art. 5.º do Decreto,—depois de ratificada pelo dono ou consignatario da mercadoria essa declaração, e assignado o respectivo termo de deposito, nos termos do art. 229 §§ 2.º e 3.º do citado Regulamento.

As mercadorias, que seus donos ou consignatarios quizerem destinar a Entreposto, usando da faculdade que lhes concede o referido Decreto nos arts. 3.º e 4.º, feita a declaração e assignado o respectivo termo de deposito, na fórma do mesmo art. 229 §§ 2.º e 3.º, serão depositadas nos Entrepostos publicos ou nos particulares, conforme a sua natureza, nos termos do art. 5.º do Decreto.

As mercadorias que não vierem destinadas pelo manifesto a Entreposto ou transito, e aquellas que seus donos ou consignatarios não destinarem a Entreposto, mediante as declarações e termo de deposito do art. 4.º, devendo entender-se que são destinadas a consumo interno, serão conseguintemente recolhidas nos armazens da Alfandega que não constituirem o Entreposto publico, ou nos trapiches e armazens alfandegados, conforme a sua natureza, e o prescripto no art. 15 do Decreto; seguindo-se no despacho ulterior de consumo ou reexportação as regras geraes do Regulamento das Alfandegas, como prescreve o art. 4.º § 3.º do Decreto.

Fica, pois, recommendada a mais seria attenção sobre o lugar em que tiverem de ser recolhidas as mercadorias, porquanto o destino indicado pelo manifesto ou pelo dono ou consignatario da mercadoria produz effeitos diversos quanto á reexportação, prazos de consumo, armazenagem do deposito, e outros favores inherentes ao Entreposto, o que tudo é bem expresso nos arts. 3.º, §§ 1.º, 6.º e 18 do Decreto, 276 e outros do Regulamento das Alfandegas.

Designados os armazens que deverão servir de Entreposto publico, os Inspectores das Alfandegas conservarão por ora o pessoal que actualmente funcciona nos referidos armazens, até que ulteriormente se resolva o que fôr mais conveniente, conforme as circumstancias, sobre a organisação definitiva dos Entrepostos publicos, em face do art. 224 do Regulamento das Alfandegas.

Convindo, outrosim, quanto antes, fixar-se a tabella especial da importancia que se deve arrecadar nos Entrepostos pela guarda ou deposito das mercadorias, além das despezas de embarque, e desembarque, de conducção e arrumação e de beneficio, os Inspectores das Alfandegas organisarão quanto antes a referida tabella para submettê-la, por inter-

medio da Thesouraria de Fazenda, á approvação do Ministerio da Fazenda, devendo, porém, o Sr. Presidente da Provincia pô-la em execução, com as alterações que julgar necessarias, se antes do prazo marcado no art. 74 não estiver approvada pelo mesmo Ministerio.

Essa tabella deverá servir tanto para os Entrepostos publicos, como para os particulares, e na sua organisação se terá em vista que ella deve fixar o quantum da retribuição, que tem de pagar o commercio por cada especie dos mencionados serviços, e que esse quantum deverá ser proposto com toda a moderação possivel; cumprindo calcular-se a que se propuzer, por fórma que seja a sua importancia inferior á armazenagem de que trata o art. 691 e seguintes, em qualquer circumstancia, a fim de não onerar o commercio com uma retribuição excessiva e contraria á natureza do favor inherente ao Entreposto.

Fica tambem especialmente recommendado aos Inspectores das Alfandegas a observancia das disposições relativas aos damnos e extravios e aos prazos de consumo das mercadorias nas Alfandegas e armazens de depositos particulares.

Quanto aos damnos e extravios, os mesmos Inspectores farão observar fielmente as disposições do Cap. 5.º do Tit. 3.º do Regulamento das Alfandegas e as alterações constantes dos arts. 41, 42 e 43 do Decreto, procedendo com todo o rigor dos Regulamentos fiscaes contra os culpados por semelhantes factos, e promovendo logo, conforme as circumstancias do facto, a responsabilidade criminal de quem de direito fôr.

Quanto aos prazos de consumo, exigindo a boa ordem do serviço dos armazens, quaesquer que elles sejão, que se dê consumo na fórma do citado Regulamento, ás mercadorias, cujo prazo de deposito esteja vencido, os Inspectores das Alfandegas promoverão e farão promover pelos Empregados respectivos as diligencias precisas para fiel e pontual observancia do Cap. 6.º do Tit. 3.º do Regulamento, fazendo tambem immediatamente effectiva a responsabilidade criminal dos Empregados que deixarem de promovê-las nas épocas marcadas na conformidade do art. 18 § 2.º do referido Decreto.

Quanto ao serviço da revisão dos despachos e guias de receita, de que trata o art. 69 do Decreto,

os Srs. Inspectores das Thesourarias designarão entre os Empregados habilitados da Repartição os que forem absolutamente precisos para esse fim, fazendo-os entrar em exercicio quanto antes nos termos do citado artigo, devendo não só os mesmos Srs. Inspectores, como os das Alfandegas e os mesmos Empregados informar ás Thesourarias de Fazenda e ao Thesouro minuciosamente do resultado dos seus trabalhos. A' vista destes trabalhos os Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda e os das Alfandegas tomarão logo todas as providencias que couberem em sua alçada, requisitando ao Thesouro aquellas que não forem de sua attribuição.

A respeito da escripturação relativa aos manifestos, tendo o art. 70 do Decreto substituido o Livro Mestre pelas traducções dos manifestos, os Srs. Inspectores das Alfandegas aguardarão o modelo que será brevemente expedido pelo Ministerio da Fazenda, a fim de fazer então cessar o registro e lançamento dos manifestos no Livro Mestre, pondo em execução o mesmo artigo em todas as suas partes.

Finalmente, quanto á escripturação das Alfandegas, na parte relativa ao Entreposto, observar-se-ha provisoriamente nessas Repartições o que prescreve o art. 238 do Regulamento das Alfandegas, até que sejão expedidas as Instrucções e modelos de que trata o art. 780, os quaes deverão regular tambem a referida escripturação na fórma do art. 73 do citado Decreto.

Marquez de Abrantes.

N. 5.—MARINHA.—Aviso de 12 de Janeiro de 1864.

Determina que a gratificação, mandada abonar pelo art. 71 do Regulamento Provisorio, de 27 de Julho de 1858, é devida a todos os Cirurgiões do Corpo de Saude da Armada, que tiverem boticas a seu cargo, qualquer que seja o serviço, em que estejão empregados.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 12 de Janeiro de 1864.

Sendo a gratificação de doze mil réis mensaes, mandada abonar pelo art. 71 do Regulamento Provisorio de 27 de Julho de 1858 aos Cirurgiões encar-

regados das boticas nos navios, em que não existem Pharmaceuticos, uma justa remuneração pelo excesso de trabalho e responsabilidade, que de semelhante encargo lhes resulta, e achando-se nas mesmas condições os Cirurgiões, que teem igual incumbencia em qualquer outro emprego; Determina Sua Magestade o Imperador que se abone a referida gratificação a todos os Cirurgiões do Corpo de Saude da Armada, seja qual fôr o serviço, em que estejão, uma vez que tenhão boticas a seu cargo: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*—Sr. Contador da Marinha.

N. 6.—GUERRA.—Aviso de 13 de Janeiro de 1864.

Aviso á Presidencia de Santa Catharina, confirmando que as funcções dos Capellães Militares devem com effeito limitar-se aos quarteis ou estabelecimentos em que tiverem exercicio, e declarando que o livro dos obitos deve ser fornecido pelos Arsenaes ou armazens de artigos bellicos, sendo escripturado na fórma do Regulamento de 25 de Novembro de 1844.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Bem resolveu V. Ex. ácerca da exigencia do Reverendo Arcipreste, a respeito das funcções dos Capellães Militares, que com effeito devem limitar-se aos quarteis e estabelecimentos militares em que tiverem exercicio. Quanto ao livro dos obitos, deve este ser fornecido pelos Arsenaes ou armazens de artigos bellicos, sendo escripturados conforme o preceito dos arts. 67 a 69 do Regulamento dos Hospitaes de 25 de Novembro de 1844, remettendo-se mensalmente ao Parocho da Freguezia mais proxima uma certidão extrahida dos assentamentos que ahi forem lançados durante o decurso do mez.

Deus Guarde a V. Ex.—*Antonio Manoel de Mello.*—Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 7.—GUERRA.—Aviso de 13 de Janeiro de 1864.

Determinando que os enxergões sejão distribuidos vasios, aos Corpos do Exercito, e providenciando ácerca de seu enchimento.

3.ª Directoria Geral.—3.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 13 de Janeiro de 1864.

Declaro a V. S., respondendo a seu officio n.º 596 de 28 do mez de Dezembro do anno proximo findo, que d'ora em diante serão os enxergões distribuidos vasios aos Corpos do Exercito; e que o valor da palha para o enchimento dos mesmos arbitrado em setecentos réis no Aviso de 14 de Fevereiro daquelle anno, publicado em Ordem do dia n.º 349 de 27 do referido mez, será abonado aos conselhos economicos dos mesmos corpos para regularem a respectiva compra, combinando as necessidades do momento com os preceitos da verdadeira economia.

Deus Guarde a V. S.—*Antonio Manoel de Mello.* —Sr. Coronel Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 8.—FAZENDA.—Em 13 de Janeiro de 1864.

Declara que os emolumentos são devidos pelo feitio do Titulo, embora os vencimentos do novo emprego sejão iguaes aos do anterior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Aviso de 19 de Dezembro proximo passado a respeito dos direitos e emolumentos que deve pagar o 1.º Tenente Carlos Braconnot, que passou de Ajudante do Director das officinas de machinas do Arsenal de Marinha da Côrte a Director das referidas officinas, cabe-me ponderar a V. Ex. que o referido Braconnot não se acha no caso dos Empregados da Secretaria do Conselho Supremo Militar, porquanto, esta Secretaria está reformada provisoriamente por um Regulamento especial e tem de ser alterada na parte que

respeita aos vencimentos de seus Empregados em virtude de disposição legislativa, que manda supprimir certos empregos logo que vagarem, e distribuir os vencimentos dos lugares vagos pelos outros Empregados do quadro da Repartição, o que não acontece a respeito do Arsenal de Marinha da Côrte, cujos Empregados tem vencimentos permanentes.

O 1.º Tenente Braconnot, passando de Ajudante do Director a Director das officinas de machinas, está obrigado ao pagamento dos emolumentos de seu titulo deste ultimo lugar, sem embargo de serem iguaes os vencimentos que passa a perceber aos que já percebia como Ajudante, segundo allega; pois sendo os emolumentos devidos pelo feitio do Titulo, a ninguem isenta o facto de serem iguaes os vencimentos aos de outro emprego que já exerceu.

E' engano suppor que os emolumentos só devem ser cobrados integralmente quando ha maioria de vencimentos, pois em nenhuma das tabellas que regulão o pagamento e cobrança deste imposto se acha estabelecido tal principio. Não deve, portanto, o 1.º Tenente Braconnot ser dispensado do pagamento proporcional dos emolumentos do seu novo lugar; poder-se-lhe-hia permittir o mesmo que já se permittio aos officiaes da Secretaria da Marinha, se o seu vencimento fosse formado de ordenado e gratificação, mas sendo, como é, desta sómente, nenhuma equidade é possivel fazer-se-lhe.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Abrantes.*—Sr. Joaquim Raimundo de Lamare.

N. 9. — IMPERIO. — Aviso de 13 de Janeiro de 1864.

Declara válida a eleição de Vereadores e Juizes de Paz da Parochia da Villa das Barras da Provincia do Piauhy, não obstante as razões contra ella allegadas.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Forão presentes a Sua Magestade o Imperador a representação que ao Governo Imperial dirige o cidadão Francisco Benicio de Car-

valho e Mello contra a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que se procedeu pela segunda vez na Parochia da Villa das Barras no dia 7 de Setembro de 1861, e o officio dessa Presidencia n.º 16 de 2 de Agosto de 1862, transmittindo a informação dada pelo Chefe de Policia interino ácerca da mesma eleição.

Allega o representante as seguintes irregularidades:

1.ª Que o Juiz de Paz, Presidente da Mesa Parochial, devendo, na fórma do art. 2.º das Instrucções annexas ao Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, convocar para a formação da Mesa os oito cidadãos que lhe fossem immediatos em votos, por isso que a Parochia não tinha Eleitores, verdadeiramente só convocou cinco de conformidade com a Lei, porquanto Francisco Antonio de Moraes estava ausente da Parochia, e José Antonio Rodrigues, e Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva achavão-se pronunciados, aquelle no art. 193, e este no art. 231 combinado com o art. 233 do Codigo Criminal.

2.ª Que Francisco Antonio de Moraes, e Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva não devião ter sido convocados para a formação da Mesa, por isso que o primeiro exercêra o emprego de Collector das Rendas Geraes e Provinciaes, e o segundo o de Promotor Publico, empregos estes incompativeis com o cargo de Juiz de Paz.

3.ª Ter sido feita a chamada dos votantes pela qualificação de 1861, a qual era nulla por ter intervindo nos trabalhos do Conselho Municipal de Recurso o Eleitor da legislatura de 1856 a 1860, Francisco Felix Corrêa, cujos poderes tinhão expirado no dia 3 de Maio daquelle anno.

4.ª Ter sido presidida a Assembléa Parochial pelo primeiro dos Juizes de Paz eleitos em 1856, cujo quatriennio já tinha findado quando teve lugar a eleição de que agora se trata.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 25 de Novembro ultimo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 10 de Outubro antecedente, Ha por bem Approvar a referida eleição pelos seguintes motivos:

1.º A ausencia do Juiz de Paz Francisco Antonio de Moraes era temporaria, e não havia portanto

razão para que deixasse de ser convocado, segundo dispõe o Aviso n.º 201 de 16 de Junho de 1858 § 2.º

2.º O facto de terem sido convocados os dous cidadãos pronunciados não vicía substancialmente a eleição, visto que elles não comparecêrão, e por conseguinte não intervierão na formação da Mesa.

3.º A incompatibilidade do cargo de Juiz de Paz com o de Collector das Rendas Geraes, e o de Promotor Publico, não era razão bastante para que deixassem de ser convocados os cidadãos Francisco Antonio de Moraes, e Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva, visto que os oito cidadãos que a Lei manda convocar para a formação da Mesa não vão exercer o cargo de Juiz de Paz. A Lei os chama como cidadãos notaveis pela distincção que merecêrão de seus comparochianos, dando-lhes assim preferencia sobre os demais cidadãos, que na sua falta são então convocados.

4.º O vicio da formação do Conselho Municipal de Recurso pela intervenção de um eleitor da passada legislatura não é bastante para por si só annullar-se a eleição, visto não estar provado que a qualificação fosse alterada por esse Conselho.

5.º A arguição contra a Presidencia da Assembléa Parochial não tem fundamento plausivel, attendendo-se a que varias Decisões do Governo Imperial declarão continuar nos Juizes de Paz a jurisdicção, emquanto não fôr transmittida a successores eleitos legitimamente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Marquez de Olinda.* — Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 10.— IMPERIO.— Aviso de 14 de Janeiro de 1864.

Declara que a questão suscitada sobre a intelligencia do § 13 do art. 1.º do Decreto n.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860, será resolvida pelo Poder Legislativo, ao qual o Governo Imperial a submette.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 155 de 30 de

Setembro ultimo, submettendo á consideração do Governo Imperial a seguinte decisão por V. Ex. dada á duvida proposta pelo 1.º supplente do Juiz Municipal e Orphãos do Termo de Caçapava.

Que não fazendo o § 13 do art. 1.º do Decreto n.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860, nem o § 20 do art. 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, distincção entre a hypothese de terem exercido os supplentes dos Juizes Municipaes as attribuições deste cargo em toda a sua plenitude, durante o total impedimento dos effectivos e a de terem officiado unicamente em certos e determinados feitos, por motivo de suspeição dos Juizes, a quem substituião, qualquer acto praticado pelos ditos supplentes, em razão de seu cargo, dentro dos prazos marcados, os inhabilita para serem eleitos nos Collegios Eleitoraes dos districtos em que exercerem o seu emprego, sendo reputados nullos os votos que nelles recahirem.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 3 de Dezembro ultimo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 17 de Novembro antecedente, Ha por bem Mandar que a referida questão seja submettida á Assembléa Geral Legislativa, a quem compete a solução da duvida existente sobre o verdadeiro sentido do § 13 do art. 1.º do Decreto n.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860, visto que, no caso figurado, não se trata de uma simples providencia para o modo de executar a Lei, mas sim de uma verdadeira interpretação, que vai entender com o exercicio de um direito politico importantissimo — o de ser votado —, o que de certo não cabe nas attribuições do Poder Executivo.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 11.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Janeiro de 1864.

Declara que o Eleitor, que tiver mudado a sua residencia para outra Parochia, não deve concorrer para a formação da Mesa Parochial.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n.º 125 de 28 de Agosto do anno passado, submettendo á consideração do Governo Imperial as razões que o induzirão a decidir que, pelo facto de ter-se mudado da Parochia, não perde o Eleitor o direito de votar para a formação da Mesa Parochial.

Pondera V. Ex. que, confrontando a doutrina dos Avisos de 8 do citado mez, e de 24 de Dezembro de 1860, com a dos Avisos n.ºs 419 de 23 de Novembro de 1857, e 368 de 24 de Novembro de 1859 § 3.º, pareceu-lhe esta preferivel áquella por ser fundada n'um parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e conter um principio mais benigno.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 11 de Novembro ultimo com o parecer daquella Secção, exarado em Consulta de 30 de Setembro antecedente, Ha por bem Mandar declarar o seguinte:

1.º Nenhuma desharmonia existe entre essas decisões, que versão sobre objectos differentes. Os Avisos de 1857 e 1859 alludem á votação nos Collegios Eleitoraes, como claramente manifestão as hypotheses em que forão expedidos com referencia ao art. 65 da Lei de 19 de Agosto de 1846; e os de 1860 e 1863 tratão do concurso e votação para formação das Juntas de Qualificação e Mesas Parochiaes, e estão de accordo com o Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, art. 1.º, e com outros Avisos expedidos em conformidade delle. Por onde a doutrina dos primeiros nenhuma applicação tem aqui.

2.º Comquanto da deliberação de V. Ex., no caso presente, nenhum inconveniente possa resultar, por isso que dos documentos juntos ao seu officio se deduz, senão uma prova juridica, pelo menos vehemente presumpção de que o Eleitor Lino Joaquim da Cunha continúa a residir na Parochia da Cidade de Pitangui, V. Ex. deverá, em casos identicos, ter

em vista que a decisão da questão do domicilio, comprehendida na letra do art. 12 do supracitado Decreto, compete aos Eleitores e supplentes que tem de organisar a Junta ou Mesa Parochial. Assim o declara tambem o Aviso n.º 237 de 1860, fundando-se porém na Resolução publicada pelo Aviso n.º 63 de 29 de Março de 1847 § 3.º

Deus Guarde a V. Ex. —*Marquez de Olinda.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 12.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Janeiro de 1864.

Declara que, no caso de não ter a Mesa Parochial procedido a sorteio dos supplentes de eleitores igualmente votados, compete no collegio eleitoral faze-lo.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. n. 1 de 7 de Janeiro do anno passado, submettendo á consideração do Governo Imperial a solução que deu ás seguintes duvidas, propostas a V. Ex. pelo Eleitor supplente da Parochia de Maranguape, José Antonio de Moura Cavalcanti:

1.ª Tendo fallecido sete dos quarenta e tres Eleitores da Parochia, e estando empatados em votos os quarenta e tres supplentes, por isso que a Mesa Parochial julgou desnecessario proceder ao sorteio para desempata-los, quaes são os supplentes que devem ser chamados a fim de supprir a falta dos Eleitores fallecidos, e de um que está fóra do Imperio?

2.ª Deve-se proceder ao sorteio, ou poder-se-ha chamar os oito supplentes collocados pela Mesa Parochial nos primeiros lugares, embora essa collocação fosse feita independentemente de sorteio?

Á estas duvidas respondeu V. Ex. o seguinte:

1.º Que, para a convocação dos supplentes, de que se trata, não póde servir de base a ordem em que

seus nomes estão collocados na acta, quando é certo que todos os quarenta e tres obtiverão igual numero de votos, e que, segundo o art. 18 das Instrucções annexas ao Decreto n.º 2.621 de 22 de Agosto de 1860, devia a Mesa Parochial, antes de lavrar-se a acta da apuração, ter procedido ao sorteio para desempata-los até o numero correspondente ao total dos Eleitores, collocando os seus nomes na ordem em que ficassem depois do sorteio.

2.º Que, visto não ter a Mesa Parochial observado essa disposição da Lei, cumpre que sejão convocados para a eleição todos os supplentes existentes, e que, apenas estiver organisada a Mesa interina do Collegio Eleitoral, se proceda ao sorteio entre os empatados, marcando-se assim a ordem em que os seus nomes devão ficar collocados.

3.º Que, feito o sorteio pela Mesa interina do Collegio, deverão votar para a eleição de um Senador os supplentes, segundo a ordem em que ficarem collocados.

4.º Que, entretanto, convinha que os votos dados por esses supplentes fossem tomados em separado, fazendo-se disto menção na acta, a fim de que em tempo opportuno o poder competente resolvesse como fosse justo.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 11 de Novembro ultimo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 25 de Setembro antecedente, Ha por bem Mandar Declarar o seguinte:

Que, segundo o Aviso n.º 368 de 24 de Novembro de 1859, cuja doutrina é perfeitamente applicavel ás mencionadas duvidas, o sorteio deve ser feito pelo Collegio Eleitoral, que convidará para assistirem a esse acto os supplentes que tiverem igual numero de votos, e sobre os quaes houver necessidade de decidir-se o empate.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Olinda.* — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 13.—IMPERIO.—Aviso de 15 de Janeiro de 1864.

As licenças concedidas a empregados do Ministerio do Imperio não se considerão renunciadas por interrupção independente da vontade delles.

7.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 23 de Junho do anno proximo findo, cumpre-me declarar que a respeito dos empregados do Ministerio do Imperio, que se achem no gozo de licença, se deve seguir a regra estabelecida para os do Ministerio a cargo de V. Ex. pelo Aviso n.º 585 de 14 de Dezembro de 1861, e para os do da Justiça por Aviso de 31 de Agosto do mesmo anno; isto é: que se não considerão renunciadas as licenças cuja interrupção provenha de serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro independente da vontade dos empregados.

Deus Guarde a V. Ex.— *Marquez de Olinda.*— Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

N. 14.—FAZENDA.—Circular em 16 de Janeiro de 1864.

Torna extensiva aos despachos de exportação a disposição do art. 23 do Decreto de 31 de Dezembro de 1864.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e de conformidade com a decisão desta data communicada á Alfandega do Rio de Janeiro, que devem fazer extensiva aos despachos de exportação a disposição do art. 23 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro proximo passado, pela qual foi supprimida a 3.ª via da nota para o despacho de que trata o art. 544 § 2.º do

Regulamento de 19 de Setembro de 1860; porquanto, sendo extensivas por este artigo ao despacho de exportação as disposições do Regulamento relativas ao das mercadorias estrangeiras sujeitas a direitos de consumo, com as alterações ahi estabelecidas, nenhuma razão ha para que, na deficiencia de determinação expressa em contrario, deixe de ser applicavel e extensiva aos ditos despachos a reforma que faz objecto do citado art. 23 do Decreto de 31 de Dezembro proximo passado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 15.—FAZENDA.—Circular em 16 de Janeiro de 1864.

Declara que as embarcações vendidas pela primeira vez, embora tenhão feito mais de uma viagem são isentas do imposto da transferencia.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, considerando que a disposição da Lei de 6 de Setembro de 1850, art. 9.º, reproduzida no art. 671 § unico n.º 3 do Regulamento das Alfandegas, teve por fim fomentar a industria da construcção naval, isentando do imposto da transferencia a primeira venda da embarcação, a fim de que não recahisse o imposto sobre a mesma industria; e portanto, que as embarcações ao sahirem do estaleiro, e antes de passarem ao primeiro possuidor, que pretenda fazer navegar ou lucrar na venda, não são sujeitas ao imposto, quer tenhão sido fabricadas por conta de terceiro, quer do proprio constructor; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, sendo as embarcações vendidas pela primeira vez, embora tenhão feito mais de uma viagem, por conta do constructor ou de terceiro, o que muitas vezes acontece, são isentas do referido imposto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 16.—GUERRA.—Circular de 18 de Janeiro de 1864.

Circular ás Presidencias, estabelecendo regras para o abono de vencimento dos empregados que não têm ordenado, durante os dias de impedimento justificado por gala, nojo, licença ou molestia provada, ficando assim ampliadas ao Ministerio da Guerra as disposições do Aviso n.º 514, expedido pelo do Imperio em 13 de Novembro do anno proximo passado.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se suscitado duvidas a respeito do abono de vencimentos aos empregados dos Hospitaes Militares que não têm ordenado, durante os dias de impedimento justificado por gala, nojo, licença ou molestia provada, declaro a V. Ex. que, de conformidade com o que está estatuido nas Repartições do Imperio, Fazenda e Marinha, todos os empregados do Ministerio da Guerra, cujo vencimento constar unicamente de gratificação, devem percebe-la quando faltarem por motivos justificados, advertindo porém que esta disposição só aproveita ás gratificações de empregos permanentes e cujos serviços devão ser contados para aposentação.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* —Sr. Presidente da Provincia de....

N. 17.—GUERRA.—Aviso de 18 de Janeiro de 1864.

Aviso á Presidencia do Maranhão, providenciando quanto ao abono da 1.ª prestação do premio de voluntario a um soldado, que allega haver completado os 18 annos de idade, tendo-lhe sido aceita a de 16 annos quando assentou praça.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Deferindo á supplica do soldado da 6.ª Companhia do 5.º Batalhão de Infantaria Raymundo Soares de Brito, que solicitou o abono da pri-

meira prestação do premio de voluntario por ter completado os 18 annos de idade, dispensando-se-lhe a exhibição da respectiva certidão pela impossibilidade de a apresentar, expeça V. Ex. as precisas ordens para que se faça aquelle abono, visto que, tendo-se aceitado ao supplicante a de 16 annos ao assentar praça, sem duvida porque o seu desenvolvimento physico o recommendava apto para o serviço das armas, e tendo servido posteriormente dous annos completos, seria manifesta injustiça não o reputar com a idade legal, que lhe dá direito ao referido premio, devendo principiar-se a contar os seis annos a que é obrigado a servir desde a data presumivel em que completou os 18 annos, na fórma das ordens em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de* **Mattos**. —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 18.—GUERRA.—Aviso de 19 de Janeiro de 1864.

Aviso á Presidencia de Pernambuco, declarando que as licenças dos empregados de Fazenda do Ministerio da Guerra, a respeito dos quaes não haja disposições especiaes, estão sujeitas ás dos arts. 75 e 86 do Regulamento de 15 de Abril de 1851, sem que se considere revogado o Decreto n.º 247 de 15 de Novembro de 1842, a respeito das prorogações.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido approvada, por Aviso de 9 do corrente, a prorogação da licença por V. Ex. concedida ao Escripturario do Arsenal de Guerra dessa Provincia, Francisco Seraphico de Assis Carvalho, mande-lhe V. Ex. abonar o vencimento correspondente, com deducção da terça parte, ficando na intelligencia de que as licenças dos empregados de Fazenda deste Ministerio, a respeito dos quaes não haja disposições especiaes, estão sujeitas ás

dos arts. 75 e 86 do Regulamento de 15 de Abril de 1851, sem que porventura se considere revogado o Decreto n.º 247 de 15 de Novembro de 1842 a respeito das prorogações.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 19.—FAZENDA.—Circular em 21 de Janeiro de 1864.

Declara que são cumulativas as funcções dos corretores e interpretes a respeito de traducções.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade da decisão desta data communicada á Alfandega do Rio de Janeiro, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que, competindo as traducções em geral aos interpretes, e tambem aos corretores as dos manifestos e documentos que os mestres de embarcações estrangeiras tiverem de apresentar para despacho nas Alfandegas do Imperio, nos termos dos arts. 62 do Codigo do Commercio, 28 do Regulamento de 26 de Julho e 12 do Regulamento de 19 de Novembro de 1851, e da Ordem de 15 de Novembro de 1856, são cumulativas as funcções dos Corretores e Interpretes a respeito destas traducções.

O Regulamento das Alfandegas, no art. 372 § unico, mandando observar o citado art. 62 do Codigo do Commercio, prescreve que as traducções dos manifestos sejão feitas cumulativamente pelos Corretores e Interpretes; e nos lugares em que não houver Corretores, pelos Interpretes nomeados pelo Tribunal do Commercio, ou pelos Interpretes nomeados pelos Inspectores das Alfandegas onde não houver nem uns nem outros, e nos seus impedimentos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 20.—GUERRA.—Aviso de 22 de Janeiro de 1864.

Aviso á presidencia de Pernambuco, ponderando que o exercicio do cargo de Porteiro do Arsenal de Guerra é incompativel com o de Agente de Compras.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 22 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Faça V. Ex. saber ao Porteiro do Arsenal de Guerra dessa Provincia, José Antonio Cesar de Lima, que em tempo será attendido com o augmento de vencimento que pedio no requerimento por essa Presidencia informado em officio n.º 1.093 de 9 de Dezembro proximo passado.

Por esta occasião declaro a V. Ex. que o exercicio do cargo de Porteiro é incompativel com o de Agente de Compras.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 21. — IMPERIO.— Aviso de 23 de Janeiro de 1864.

Declara que, estando já approvados, na occasião da formação da junta de qualificação, os Eleitores e supplentes convocados, póde esta proseguir em seus trabalhos.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Janeiro de 1864.

Em resposta ao seu officio de 19 do corrente declaro a Vm. que, comquanto fossem illegalmente convocados para a formação da Junta de Qualificação dessa Parochia os Eleitores e supplentes da actual legislatura, por isso que na época dessa convocação ainda não estava approvada pela Camara dos Deputados a respectiva eleição, deve a Junta proseguir nos seus trabalhos com os ditos Eleitores, visto que a referida convocação foi feita um mez antes

do dia marcado para aquelle acto na fórma do art. 4.º da Lei de 19 de Agosto de 1846, e que os mesmos Eleitores já estavão approvados na occasião da formação da Junta.

Deus Guarde a Vm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Irajá.

N. 22.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Janeiro de 1864.

O Sacerdote nomeado para substituir um Vigario collado, licenciado por tempo indefinido, em consequencia de padecimentos physicos que o impossibilitão de exercer os deveres parochiaes, só tem direito á terça parte da congrua.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Janeiro de 1864.

Exm. e Rvm. Sr.—Levei ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de 7 do corrente, em que V. Ex. Rvm. participa haver concedido licença por tempo indefinido ao Vigario collado da Freguezia de Santa Anna do Livramento, Francisco da Madre de Deus Cunha, em consequencia do máo estado de sua saude, que o impossibilita de exercer os deveres parochiaes.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar o acto de V. Ex. Rvm., a quem me cumpre declarar que o Sacerdote que fôr nomeado para substituir o referido Vigario só terá direito á terça parte da congrua.

Deus Guarde a V. Ex. Rvm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul.

N. 23.—IMPERIO.—Aviso de 25 de Janeiro de 1864.

Approva a deliberação, que tomou o Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo, de suspender a execução de alguns Projectos de Lei, que, não obstante não terem sido sanccionados por inconstitucionaes, forão publicados como Leis pela Assembléa Provincial.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio dessa Presidencia n.º 74 de 23 de Dezembro ultimo declaro á V. Ex. que o Governo Imperial approva, por ser conforme ao disposto no art. 16 do Acto Addicional a Constituição Politica do Imperio, e no Aviso n.º 117 de 5 de Novembro de 1838, a deliberação, que tomou a mesma Presidencia, de mandar suspender a execução dos Projectos abaixo mencionados, que forão publicados como Leis pela Assembléa Legislativa dessa Provincia, apezar de ter declarado a referida Presidencia que não os sanccionava por julga-los inconstitucionaes:

1.º Projecto de 23 de Novembro ultimo, regulando a arrecadação da taxa de heranças e legados.

2.º Projecto de Lei de 30 do mesmo mez, orçando a receita e fixando a despeza para o anno financeiro de 1864.

3.º Projecto de 4 de Dezembro ultimo, declarando livres de direitos de exportação, por espaço de dez annos, os productos de quaesquer industrias fabris estrangeiras que primeiro se estabelecerem na Provincia.

Outrosim declaro a V. Ex. que, attendendo ao disposto no citado art. 16 do Acto Addicional, o Governo Imperial submette nesta data os referidos Projectos ao conhecimento da Assembléa Geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 24.— FAZENDA.—Em 25 de Janeiro de 1864.

Não se deve descontar os vencimentos das praças, que tripulão as barcas de registro das Alfandegas, uma vez que ellas não se tratem em Hospital do Governo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 11 de Dezembro do anno passado, que acompanhou o recurso interposto pelo Mestre de 2.ª classe da barca de registro da Alfandega dessa Provincia João José do Nascimento, da decisão da respectiva Thesouraria que negou-lhe o pagamento da gratificação que percebe, durante o tempo que tem estado doente e em tratamento em sua casa; tenho a declarar a V. Ex. que o art. 64 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860 manda regular para equipagem das embarcações ao serviço dessas Repartições as Leis e Regulamentos da Marinha de Guerra. Em virtude do art. 115 do Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 1.104 de 3 de Janeiro de 1853, se o recorrente se tratasse em Hospital do Governo devia perder os seus vencimentos durante o tempo que alli estivesse; não havendo sido, porém, tratado em taes estabelecimentos, não se lhe póde applicar o referido Regulamento dos Hospitaes de Marinha, visto ser este o mesmo caso da praça que passa a ser considerada doente no quartel, á qual se não deixa de abonar todos os seus vencimentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 25.— IMPERIO.— Aviso de 26 de Janeiro de 1864.

Declara os casos, em que as Camaras Municipaes podem juramentar supplentes de Juizes de Paz.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex., n.º 54 de 20 de Agosto ultimo, submettendo

á consideração do Governo Imperial a deliberação que tomou, de ordenar á Camara Municipal da Villa Maria que juramentasse um supplente de Juiz de Paz a fim de ir presidir á eleição de Eleitores da Parochia de S. Luiz da dita Villa, visto acharem-se impedidos os quatro Juizes de Paz da mesma Parochia, e não ser possivel recorrer á providencia do art. 4.º das Instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849, attenta a grande distancia que havia entre a dita Parochia e o districto mais vizinho.

Em resposta declaro a V. Ex. que não póde merecer a approvação do Governo Imperial a mencionada decisão, porquanto, não tendo sido exceptuado pelas citadas Instrucções o caso de ser muito distante o districto mais vizinho do da matriz, e não competindo ao executor da lei estabelecer excepções que nella não estejão expressamente especificadas, como já tem sido declarado em varias decisões eleitoraes, não póde ser attendida a razão, em que V. Ex. se fundou para expedir aquella ordem á Camara Municipal.

Accresce a tudo quanto tenho exposto que, na hypothese de que se trata, as Camaras Municipaes não podem juramentar supplentes de Juiz de Paz, por isso que ellas só o podem fazer no caso de morte, escusa nos termos do art. 4.º da Lei de 15 de Outubro de 1827, ou impedimento absoluto de todos os quatros Juizes de Paz por molestia, suspeição, ou ausencia, na fórma do Aviso de 3 de Agosto de 1835, ou finalmente no caso de ter-se mudado da parochia um dos respectivos Juizes de Paz, segundo determina o Aviso n.º 340 de 14 de Agosto de 1860, circumstancias estas, das quaes nenhuma se verificou por occasião da referida eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 26.—IMPERIO.—Aviso de 27 de Janeiro de 1864.

Declara que, estando pendente de decisão do Poder Legislativo a questão relativa ao modo de contar-se os dous terços de votos, de que trata o art. 15 da Lei de 12 de Agosto de 1834, nada póde resolver o Governo Imperial a tal respeito.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 27 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio dessa Presidencia n.º 69 de 29 de Novembro ultimo, expondo as razões que a levárão a não sanccionar um Projecto de Lei, pelo qual a Assembléa Legislativa dessa Provincia resolveu annexar á Comarca da Capital os Municipios de Nova Almeida, Santa Cruz, e Linhares; e perguntando se, para a execução desse Projecto, na hypothese de ser publicado como Lei pela mesma Assembléa, é sufficiente o numero de dous terços dos votos dos membros presentes, ou se é necessario que o Projecto tenha sido approvado pelos dous terços dos votos dos membros, de que se compõe a dita Assembléa em sua totalidade.

Em resposta declaro a V. Ex. de conformidade com o Aviso de 2 de Setembro de 1859, de que envio uma copia, que, versando essa questão sobre o modo de contar os dous terços dos votos, e estando ella pendente de decisão do Poder Legislativo, nada tem o Governo Imperial que resolver, emquanto não fôr competentemente fixado o verdadeiro sentido do art. 15 da Lei Constitucional de 12 de Agosto de 1834.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 27.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1864.

Dos effeitos da pronuncia, declarados no art. 293 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, não resulta a incapacidade para os actos da vida civil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1864.

A procuração passada por Domingos José da Costa Florim, que, tendo sido apenas pronunciado, evadiu-se da Casa da Correcção e se acha nos Estados-Unidos, como consta da mesma procuração, póde ser aceita para o fim que requer de se lhe pagar o aluguel correspondente á parte do trapiche — Florim — de sua propriedade, arrendado pelo Estado; porquanto, sendo os effeitos da pronuncia os declarados no art. 293 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, delles não resulta a incapacidade para os actos da vida civil, ficando portanto revogado o Aviso de 29 de Agosto do anno findo, que foi expedido na supposição, conforme as informações dadas, de se achar o dito Florim nas mesmas circumstancias do Dr. José Thomaz de Aquino, de que trata a deliberação de 28 de Abril de 1851, isto é, impossibilitado de praticar os actos da vida civil, pelo regimen penitenciario, a que se achava este sujeito.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Director Geral interino da Contabilidade.

N. 28.—FAZENDA.—Circular em 27 de Janeiro de 1864.

Torna extensiva aos casos de impedimento e faltas temporarias dos Thesoureiros e Pagadores a disposição da Ordem n.º 352 de 10 de Novembro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida

intelligencia e execução, que a disposição da ordem n.º 352 de 10 de Novembro de 1859 fica extensiva aos casos dos impedimentos e faltas temporarias dos Thesoureiros e Pagadores das mesmas Thesourarias, e aos das Pagadorias filiaes creadas na Provincia de S. Pedro pelo Decreto n.º 1.659 de 20 de Outubro de 1855; competindo aos Fieis respectivos o exercicio das funcções dos Thesoureiros e Pagadores impedidos, na fórma do art. 27 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, e aos Escrivães a direcção do expediente das Repartições na qualidade de Chefes interinos dellas, sem outros vencimentos além dos que perceberem pelos seus proprios lugares e pelo exercicio de Escrivães, cujas funcções continuarão a desempenhar sem alteração no que toca á fiscalisação e escripturação da receita e despeza a cargo das referidas Repartições.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 29.—FAZENDA.—Circular em 28 de Janeiro de 1864.

Recommenda ás Thesourarias que de seis em seis mezes prestem ao Thesouro informações sobre o estado dos Proprios Nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que de seis em seis mezes informem ao Thesouro sobre o estado dos Proprios Nacionaes existentes nas Provincias, a fim de poder-se providenciar com promptidão sobre o que fôr conveniente á sua conservação e destino.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 30.—FAZENDA.—Circular em 29 de Janeiro de 1864.

Recommenda a mais severa fiscalisação na cobrança dos direitos das folhas corridas.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado em algumas folhas corridas, que lhe tem sido presentes juntas aos requerimentos dos pretendentes aos empregos de Fazenda, que não tem sido satisfeita a taxa de 2$500 de direitos a que sujeita aquelles documentos a Tabella de 30 de Novembro de 1841, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a mais severa fiscalisação na cobrança de semelhantes direitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 31.—FAZENDA.—Circular em 3 de Fevereiro de 1864.

Como se deve proceder nos casos de faltas e impedimentos dos Fieis dos Thesoureiros e Pagadores do Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade da decisão desta data transmittida á Thesouraria da Bahia, para a devida intelligencia e execução, que nas faltas e impedimentos dos Fieis dos Thesoureiros e Pagadores do Thesouro e Thesourarias de Fazenda devem estes nomear quem os substitua sob sua responsabilidade, nos termos dos arts. 30 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, e 27 do de 22 de No-

vembro de 1851 n.º 670, com approvação, na Côrte, do Ministro da Fazenda, e nas Provincias dos respectivos Presidentes, como dispõe o art. 2.º § unico do Decreto n.º 2.549 de 14 de Março de 1860. Os substitutos assim nomeados tem direito, na fórma do art. 5.º do Decreto n.º 1.995 de 14 de Outubro de 1857, a uma gratificação igual ao vencimento do impedido, paga pela verba *Eventuaes* do Ministerio da Fazenda, quando os impedimentos forem motivados por serviço publico gratuito, em que os Fieis percebem os seus vencimentos integraes: quando, porém, procederem de molestia ou licença se abonará pela verba *Thesouro* e *Thesourarias* a gratificação que perderem os mesmos Fieis, e pelas *Eventuaes* sómente a parte correspondente ao ordenado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 32.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Fevereiro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.—Approva a decisão, declarando que, não tendo effeito suspensivo o recurso interposto ex-officio pelo Juiz de Direito, póde o Juiz Municipal supplente, que teve em seu favor despacho de não pronuncia, exercer o cargo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 18 de Novembro do anno findo, em que V. Ex. communicou que, em resposta á consulta do Juiz de Direito da Comarca de Seridó—« se, achando-se processados os supplentes do Juiz Municipal do Termo de Mossoró, e estando o 5.º despronunciado, podia exercer o cargo, ou devia aguardar a decisão do recurso interposto ex-officio »—declarára que—« não tendo effeito suspensivo o recurso, conforme o disposto no art. 72 combinado com os arts. 69 e 70 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, podia o 5.º supplente exercer o cargo desde que teve em seu favor o despacho de não pronuncia. »

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Mandar declarar que bem resolveu V. Ex. a duvida proposta pelo Juiz de Direito da Comarca de Seridó, á vista do art. 72 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e do art. 165 do Codigo do Processo Criminal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 33.—FAZENDA.—Circular em 6 de Fevereiro de 1864.

Determina que não se receba a siza das arrematações, adjudicações, compra e venda de terrenos de Marinha, sem serem presentes as licenças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, a fim de que o façáo constar ás Recebedorias, Mesas de Rendas e Collectorias, para a devida intelligencia e execução, que não deveráõ receber a siza das arrematações ou adjudicações, e das compras e vendas que se fizerem de terrenos de Marinha, sem que lhes sejão presentes as competentes licenças, que serão passadas pelas mesmas Thesourarias de Fazenda, depois de pago o laudemio e fóros vencidos, os quaes poderão ser descontados pelos arrematantes e adjudicatarios no preço da arrematação ou adjudicação, nos termos da Lei.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 34.—FAZENDA.—Circular em 6 de Fevereiro de 1864.

Declara por quem devem ser assignadas as certidões para a cobrança da divida activa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, a fim de harmonisar o expediente seguido em todas as Thesourarias de Fazenda ácerca das certidões e contas correntes com que nas Provincias se promove a cobrança da divida activa, seja de impostos ou de outras origens, declara aos respectivos Srs. Inspectores, para sua intelligencia e devidos effeitos, que devem as ditas certidões e contas correntes ser assignadas pelos Contadores das Thesourarias de Fazenda nas de 1.ª ordem, e pelos Inspectores como Chefes das respectivas Contadorias nas de 2.ª

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 35.—FAZENDA.—Em 8 de Fevereiro de 1864.

Como se deve proceder a respeito dos depositos de moeda, joias, etc. onde não ha cofres de deposito publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Fevereiro de 1864.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Pirahy, em resposta ao seu officio de 14 de Agosto de 1862, que, havendo sómente cofres de deposito publico na Côrte e nas capitaes das Provincias, conforme o art. 33 da Lei de 18 de Setembro de 1845 e Regulamento do 1.º de Dezembro do mesmo anno, devem os objectos de que trata o mesmo officio, a saber, moeda, joias, etc., ser recolhidos a deposito publico em poder dos depo-

sitarios publicos, ou a depositos particulares, conforme as distincções previstas no final da ordem de 11 de Novembro de 1847, e nas ordens de 5 de Março de 1849, 16 de Novembro de 1850, 3 de Outubro de 1851, 19 de Outubro de 1854 e 26 de Novembro de 1859.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 36.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Fevereiro de 1864.

Declara que a Junta de qualificação composta com Eleitores e supplentes de Legislatura finda, deve continuar em seus trabalhos, uma vez que na sua organisação tenhão sido guardadas as formalidades da Lei, embora seja conhecida depois do facto a approvação dos novos Eleitores e supplentes.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 8 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de 30 de Janeiro ultimo sob n.º 10 em que V. Ex. declara que, consultando-o em data de 21 do mesmo mez o Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da freguezia de Santa Anna dessa Capital, se devia continuar á funccionar a mesma Junta, composta de Eleitores e Supplentes da antiga Legislatura, sendo já ahi sabido o reconhecimento dos poderes dos actuaes pela Camara dos Deputados, respondêra V. Ex. que, havendo sido preenchidas as formalidades prescriptas na Lei de 19 de Agosto de 1846 e Instrucções de 28 de Junho de 1849, e tendo a dita Junta funccionado desde o dia 17, designado por Lei, não havia motivo legal para que não continuassem em seus trabalhos os Eleitores da Legislatura finda.

Em resposta Manda o Mesmo Augusto Senhor approvar a decisão dada por V. Ex. por ser conforme aos Avisos n.º 610 de 30 de Dezembro de 1860, e n.º 11 de 16 de Janeiro de 1862.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia da Bahia.

N. 37.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Fevereiro de 1864.

Declara que não deve ser excluido dos trabalhos da Junta de qualificação o cidadão que tiver a presumpção legal de residencia na respectiva freguezia, emquanto se não provar o contrario.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 8 de Fevereiro de 1864.

Levei ao conhecimento de S. M. o Imperador o officio de 3 do corrente em que Vm. consulta:

1.º Se o Eleitor Policarpo Barboza de Azevedo, que desde 1856 tem sido qualificado votante nessa Freguezia, nomeado Eleitor desde 1860 por ter ahi estabelecimento commercial, onde se dá a rol, comquanto tenha casa tambem em outra Parochia, podia, á vista do Aviso de 24 de Dezembro do anno proximo passado, ser considerado como tendo as qualidades exigidas para fazer parte da Junta de Qualificação.

2.º Como deve a Junta conduzir-se no processo da revisão da qualificação a respeito daquelles cidadãos que dão-se a rol nos seus estabelecimentos commerciaes e escriptorios, e por isso tem sido constantemente qualificados ahi, embora tenhão outra casa em diversa freguezia.

Em resposta Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar a Vm. que, visto estar o cidadão de que se trata qualificado nessa freguezia desde 1856, tendo sahido por ella Eleitor, e possuindo ahi o estabelecimento commercial, onde se dá a rol, deve-o Vm. admittir aos trabalhos da Junta de Qualificação, por isso que em seu favor milita a presumpção legal de residencia, emquanto o contrario não fôr provado.

Destes principios resulta, que devem ser qualificados todos os que se acharem nas mesmas circumstancias, salvo provando-se que tem residencia em outra Parochia, porque então fica destruida a presumpção legal.

Deus Guarde a Vm. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Parochia do Santissimo Sacramento da Côrte.

N. 38.—IMPERIO.—Aviso de 10 de Fevereiro de 1864.

Explica os casos em que devem ser registradas as certidões de actos religiosos celebrados por ministros e pastores das religiões differentes da do Estado, e determina que sejão publicados nas gazetas de maior circulação os nomes dos ditos pastores e ministros que registrarem os seus titulos na fórma do art. 52 do Decreto n.º 3.069 de 17 de Abril de 1863.

6.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio. —Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o officio de V. Ex. n.º 156 de 30 de Setembro do anno passado, com o qual submette á consideração do mesmo Governo os officios que em data de 14 e 19 daquelle mez dirigio ao Delegado de Policia do Termo de S. Leopoldo ácerca da celebração dos casamentos entre pessoas que professão religião differente da do Estado.

Constando a V. Ex. que no dito Termo se tem prohibido que os pastores do Culto Evangelico exerção as funcções religiosas de seu ministerio, pelo facto de não terem apresentado os respectivos titulos ou eleições na Secretaria dessa Presidencia para serem registrados, V. Ex. declarou áquelle Delegado que esta formalidade é sómente exigida para que os actos praticados pelos ditos pastores possão produzir os devidos effeitos civis, ficando ao cuidado das pessoas que professão a referida religião procurarem ou deixarem de procurar os pastores que tenhão satisfeito o preceito do art. 52 do Regulamento n.º 3.069 de 17 de Abril de 1863; decisão esta que V. Ex. confirmou na resposta que deu ao officio em que o referido Delegado lhe communicou ter expedido ordem, para que os individuos que se apresentassem como Ministros da dita religião não continuassem a exercer actos religiosos, sem que se mostrassem competentemente habilitados.

Sendo ouvida sobre esta materia a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, de conformidade com o parecer da mesma Secção, declaro a V. Ex. que a Constituição do Imperio admitte a pratica de actos religiosos de quaesquer religiões; e o Governo não tem que envolver-se no modo por que os seus ministros os exercem.

Estes principios, porém, que tem sido sempre observados, e que são respeitados pela Lei n.º 1.144 de 11 de Setembro de 1861 e pelo citado Regulamento expedido para sua boa execução, não autorisão que se pratiquem aquelles actos como se quizer, quando tenhão de produzir no Brasil effeitos civis; mas é necessario que se observem as disposições das leis com relação aos mesmos effeitos.

Applicando-se esta doutrina aos casamentos de pessoas que professão religião differente da do Estado, é necessario que os mesmos casamentos sejão celebrados com as formalidades exigidas nos paragraphos do art. 5.º do referido Regulamento, uma das quaes, a do § 2.º, é que o acto religioso seja praticado por ministro ou pastor competentemente habilitados na fórma dos arts. 52 e 53 do mesmo Regulamento, isto é, que tenha registrado o titulo de sua nomeação ou eleição pela maneira ahi determinada. E conforme o disposto no art. 36 do citado Regulamento sómente devem ser registradas nas Camaras Municipaes as certidões de casamentos passadas por ministros e pastores habilitados na conformidade destes mesmos arts. 52 e 53. Pelo que os Secretarios das ditas Camaras devem recusar o registro das certidões passadas por ministros e pastores que não estejão habilitados na fórma declarada, sem que por isso incorrão nas multas do art. 33 do Regulamento, porquanto neste caso a falta de registro do titulo de nomeação ou eleição é motivo justo para a recusa nos termos do mesmo artigo.

Finalmente, recommendo a V. Ex. que faça publicar pela gazeta de maior circulação da capital dessa Provincia os nomes dos ministros e pastores que tiverem registrado os seus titulos á proporção que se fôr fazendo o registro, a fim de que as pessoas de religião differente da do Estado, tenhão conhecimento daquelles que estão habilitados para legalmente celebrarem o acto religioso do casamento. O que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 39.—MARINHA.—Aviso de 15 de Fevereiro de 1864.

Determina que nas Provincias, onde não existem Arsenaes, sejão os Escrivães das Companhias de Aprendizes Marinheiros, na falta dos Capellães, incumbidos de ensinar aos mencionados Aprendizes as primeiras letras e doutrina christãa.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 15 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Não possuindo os Officiaes inferiores das Companhias de Aprendizes Marinheiros as habilitações necessarias, para bem dirigir o ensino das primeiras letras e doutrina christãa, a que se refere o art. 17 do Regulamento e Decreto n.º 1.517, de 4 de Janeiro de 1855; Sua Magestade o Imperador Ha por bem Ordenar que naquellas Companhias estabelecidas em Provincias, onde não existem Arsenaes de Marinha, sejão os respectivos Escrivães, na falta dos Capellães, incumbidos do referido ensino, percebendo por semelhante encargo a gratificação fixada no art. 36 do supracitado Regulamento: o que communico a V. Ex., para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Chefe de Divisão, Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 40.—GUERRA.—Circular de 16 de Fevereiro de 1864.

Circular ás Thesourarias de Fazenda, regulando os ajustes de contas dos Officiaes do Exercito, por occasião de reforma.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Fevereiro de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e

execução, que a respeito dos ajustes de contas dos Officiaes do Exercito, por occasião de reforma, se deve observar o seguinte : os Officiaes que tiverem melhoramento de soldo perceberão tal augmento desde a data do Decreto ou Resolução que os reformar ; e aos que, pelo contrario, soffrerem diminuição, por não contarem ainda 25 annos de serviço, será abonado o soldo da patente de effectivo até a data da publicação da reforma, sem desconto de mais vantagens, se até então tiverem estado em exercicio.

José Marianno de Mattos

N. 41. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 17 de Fevereiro de 1864.

Approvando a tarifa da estrada de ferro de Pernambuco.

2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 17 de Fevereiro de 1864.

A tarifa da estrada de ferro dessa Provincia, organisada pelo respectivo Engenheiro Fiscal de accordo com o Superintendente interino, e que acompanhou o officio de V. Ex. de 16 de Novembro do anno proximo passado sob n.º 117, fica approvada provisoriamente, para ter execução durante o espaço de um anno, a contar da data da approvação concedida por essa Presidencia, depois do que se observará a regra estabelecida na informação constante do officio incluso do Engenheiro João Ernesto Viriato de Medeiros, que por copia transmitto a V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 42.—IMPERIO.—Aviso de 18 de Fevereiro de 1864.

Declara que no Accordão da Relação sobre recurso interposto em materia de qualificação de votantes, deve dar-se execução, embora não seja o mesmo Accordão remettido, desde que se apresentar documento authentico; não devendo obstar a isso a circumstancia de faltar tempo para se fazer, no prazo da lei, á publicação dos nomes incluidos ou excluidos.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 18 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 19 de Novembro do anno proximo passado, sendo acompanhado de uma copia da resposta que deu ao Juiz de Paz Presidente da Assembléa Parochial da Freguezia do Jahú sobre a communicação que este fez de que, depois de organisada a Mesa Parochial de conformidade com o disposto no art. 2.º do Decreto de 23 de Agosto de 1856, para se proceder á eleição de Vereadores e Juizes de Paz, resolveu a mesma Mesa suspender seus trabalhos, porque o accordão da Relação do Districto, mandando incluir e excluir do livro de qualificação de votantes diversos cidadãos, foi-lhe remettido aberto, e não com o fecho official como é de estylo; e outrosim porque, tendo sido apresentado no dia 3 do mesmo mez, vespera do dia da eleição, não foi possivel, no prazo da lei, fazer a publicação dos nomes dos votantes excluidos, e incluidos; accrescendo o receio de que da excitação dos animos, apparecesse alguma alteração na ordem publica.

Consta da dita copia ter V. Ex. respondido o seguinte: 1.º que, embora não fosse directamente remettido o accordão da Relação, devia ter-se-lhe dado inteira execução, desde que se apresentou documento authentico, como é expresso no Aviso n.º 417 de 28 de Setembro de 1860; 2.º que não procede a razão da falta de tempo, por isso que as Instrucções de 28 de Junho de 1849, no art. 13, declarão que, quando por falta de tempo, ou outro qualquer motivo, não puderem ser preenchidas as formalidades estabelecidas nos arts. 37 e 38 da Lei de 19 de Agosto de 1846, de modo que ao tempo da eleição não estejão incluidos na lista da qualificação os nomes dos Cidadãos providos em gráo de recurso, serão os mesmos, não obstante a demora,

admittidos a votar, uma vez que se faça certo o provimento do seu recurso, por isso que o art. 50 da lei citada, quando prohibe que seja recebido o voto do individuo não incluido na qualificação, sómente tem por fim impedir que votem pessoas não qualificadas, exclusão que abrange até os individuos desqualificados em gráo de recurso, embora não tenhão sido eliminados da qualificação; 3.º finalmente, que se deveria annunciar por editaes a continuação dos trabalhos da Mesa para a ultima Dominga do mez de Dezembro, dando-se previamente cumprimento ao accordão da Relação; concluindo essa Presidencia por appellar para os sentimentos patrioticos e de ordem dos membros da Mesa Parochial para o fim de que se effectuassem as eleições regularmente, e com a mais plena liberdade.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar esta resposta pelos seus fundamentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo

N. 43. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 20 de Fevereiro de 1864.

Estabelece regras sobre a tarifa da estrada de ferro da Provincia da Bahia.

2.ª Secção. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 20 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Accuso a recepção do officio de V. Ex. de 27 do proximo passado sob n.º 7, em que me communica ter, de accordo com o Engenheiro Fiscal e o Superintendente da estrada de ferro dessa Provincia, approvado provisoriamente e por um anno, a nova tarifa que deve vigorar do 1.º do corrente em diante, e da qual enviou-me V. Ex. um exemplar.

Fazendo-me esta communicação pede-me V. Ex. que o autorise a entrar em novo ajuste com o Su-

perintendente ácerca da prorogação do prazo, por estar findo o estipulado no acto dessa Presidencia de 27 de Fevereiro do anno passado, approvado por Aviso deste Ministerio de 8 de Maio deste anno, no qual devia a Companhia completar as obras addicionaes, e reparar algumas existentes.

Tambem me declara V. Ex. que, devendo proceder-se ao exame das obras, e tendo findado o tempo em que deveria ter elle lugar, por uma commissão de Engenheiros nomeada pelo Governo Imperial, segundo foi deliberado, nomearia V. Ex. a referida commissão com Engenheiros dessa Provincia, visto como no dia 1.º do corrente entregaria o empreiteiro a estrada á Companhia.

Respondendo a V. Ex. devo communicar-lhe que o Governo Imperial approva a execução provisoria da tarifa, que terá vigor dentro de um anno a contar do 1.º do corrente mez. Durante este tempo procurará V. Ex conhecer os resultados praticos da mesma tarifa, se são satisfactorios ou não, tanto em relação aos interesses da Companhia como aos do commercio e da industria da Provincia a fim de propor as alterações, que forem julgadas precisas, e aconselhar a experiencia, procedendo a este respeito de accordo com o Superintendente da Companhia, e com o respectivo Engenheiro Fiscal.

Quanto á autorisação pedida para um ajuste com o Superintendente, no qual se determine um novo prazo para complemento das obras addicionaes e reparação das já concluidas, o Governo a concede, e recommenda a V. Ex. que tenha em vista nesse accordo as disposições do Aviso de 8 de Maio deste anno, que approvou o acto dessa Presidencia de 27 de Fevereiro do anno passado.

Finalmente o Governo Imperial approva a resolução assentada por V. Ex. de nomear uma commissão de Engenheiros dessa Provincia para o exame das obras da estrada, na conformidade do que foi estipulado. E por esta occasião declaro a V. Ex. que, não estando as obras addicionaes concluidas, e conseguintemente não podendo ser definitivo o exame para o recebimento da estrada por parte do Governo, não julgou este necessario nomear a commissão de Engenheiros, sendo por agora bastante a inspecção a que V. Ex. ia mandar proceder.

Recommendo a V. Ex. que remetta a esta Secretaria de Estado não só copia do ajuste que fizer

com o Superintendente, como o relatorio, que a V. Ex. deve apresentar a commissão de Engenheiros ácerca do estado das obras, convindo que V. Ex. a respeito destas materias não resolva definitivamente sem ouvir a este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 44. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso em 20 de Fevereiro de 1864.

Negando a José Joaquim do Sacramento a meia legua de terras devolutas pedidas para fundação de uma serraria de madeira, por não lhe ser applicavel a disposição do art. 11 § 22 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, que manda fazer vendas condicionaes a bem da lavoura ou criação.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu officio de 5 do mez proximo findo acompanhado do requerimento de José Joaquim do Sacramento, pedindo por titulo de concessão meia legua de terras devolutas, que demorão no igarapé Paraná, para nellas fundar um estabelecimento de serraria de madeira por meio de machinismo, tenho a significar-lhe que, não sendo applicavel á pretenção do supplicante a disposição do art. 11 § 22 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, que manda fazer vendas condicionaes a bem da lavoura ou criação, foi o dito requerimento indeferido, podendo porém o supplicante haver as terras, que pede, por meio de compra na fórma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 45.—MARINHA.—Aviso de 22 de Fevereiro de 1864.

Declara o modo, por que deve ser abonada aos Fieis do Corpo de Fazenda da Armada, que servirem de Commissarios, a gratificação, de que trata o Aviso de 6 de Novembro de 1861.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio de Negocios da Marinha em 22 de Fevereiro de 1864.

Em solução á duvida, que V. S. trouxe ao meu conhecimento em officio n.º 157 de 5 do corrente, apresentada pela 2.ª Secção dessa Contadoria ácerca do modo de abonar ao Fiel de 2.ª Classe do Corpo de Officiaes de Fazenda da Armada Nacional e Imperial, Felippe Lopes da Silva, a gratificação de 18$000 mensaes, de que trata o § 2.º do Aviso de 6 de Novembro de 1861, e a que este tem direito, por haver servido de Commissario a bordo do Vapor *Corumbá* na Provincia de Mato Grosso e já prestado as respectivas contas; e sendo portanto necessario fixar o tempo, em que deve começar e findar a dita gratificação, Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. S. que os Fieis, que servirem a bordo dos pequenos navios, como empregados de Fazenda, só tem direito ao abono, de que trata o citado Aviso, a contar do dia, em que entrarem em exercicio até o da effectiva entrega dos generos a seus successores, a exemplo do que se pratica com os Cirurgiões encarregados das boticas, não lhes competindo de então em diante, senão os vencimentos inherentes ao lugar de Fiel. O que lhe communico, para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*João Pedro Dias Vieira.*—Sr. Contador da Marinha.

N. 46.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 23 de Fevereiro de 1864.

Proroga por mais seis mezes, a contar do 1.º de Julho do corrente anno, o prazo do contracto do 1.º de Julho de 1849, celebrado com a Sociedade Colonisadora de Hamburgo.

3.ª Directoria.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 23 de Fevereiro de 1864.

Nesta data fica prorogado por mais seis mezes e com as mesmas condições, a contar do 1.º de Julho futuro, o prazo do contracto do 1.º de Julho de 1849, celebrado com a Sociedade Colonisadora de Hamburgo, da qual é Vm. bastante procurador, reservando-se o Governo Imperial o direito de mais opportunamente resolver o que entender de justiça ácerca de sua reclamação de 22 de Setembro do anno findo: o que tudo communico a Vm., para sua intelligencia e governo.

Deus Guarde a Vm.—*Domiciano Leite Ribeiro.*—Sr. Otto Kohler.

N. 47.—IMPERIO.—Aviso de 24 de Fevereiro de 1864

Declara que o art. 12 das Instrucções annexas ao Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856 não prohibe que, ainda depois de organisadas as Juntas de Qualificação, se apresentem duvidas relativas á sua composição.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de 30 de Janeiro ultimo sob n.º 14, na qual V. Ex. declara que, pedindo-lhe, em data de 22 do dito mez, o Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Freguezia de Santo Antonio Além do Carmo dessa Capital esclarecimento sobre a duvida em que se

achava em relação ao membro da mesma Junta Xisto de Paula Bahia, que por certidão de seu baptismo se verificou não ter a idade da lei, respondêra V. Ex. que, podendo, conforme o Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856 e Aviso n.º 304 de 5 de Setembro de 1857, suscitar-se questão sobre a elegibilidade de qualquer cidadão para membro da Junta, com tanto que seja a allegação apresentada por escripto, logo depois que se publicar o resultado da eleição, competindo a decisão por pluralidade de votos á turma que houver concorrido para o acto, a fim de que se proceda immediatamente á nova eleição, se fôr reconhecido o vicio da escolha, era obvio que extemporaneamente representára o referido Juiz contra o mencionado cidadão no sexto dia dos trabalhos, os quaes devião continuar, por entender-se que legalmente fazia parte da Junta o membro inelegivel.

Em resposta declaro a V. Ex. que o art. 12 das Instrucções annexas ao Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, por sua natureza e destino, não podendo comprehender as duvidas conhecidas posteriormente á organisação da Junta, não exclue o direito de apresenta-las ao tempo em que apparecerem para o fim de serem a final resolvidas pelo Governo Imperial.

E pois que é doutrina corrente nas Decisões do Governo Imperial, de accordo com os arts. 1.º § 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855 e 5 das já citadas Instrucções, que a incapacidade de um ou mais membros das Juntas de Qualificação importa nullidade substancial, não podia o cidadão Xisto de Paula Bahia fazer parte da Junta de Qualificação da Parochia de Santo Antonio Além do Carmo, e nullos devem ser considerados os trabalhos da mesma Junta.

Nesta conformidade V. Ex. expedirá as ordens competentes para que se forme nova Junta, guardadas as formalidades da Lei, e de modo a reunir-se em tempo o Conselho Municipal para julgamento dos recursos interpostos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia da Bahia.

N. 48.—JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Fevereiro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Firma a doutrina do Aviso de 7 de Março de 1862.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio reservado de 30 de Dezembro do anno findo, em que V. Ex. communicou que, tendo ordenado ao Juiz de Direito da Comarca Sapucahy que fizesse cumprir o Aviso de 7 de Março de 1862, visto constar-lhe que o contador, partidor e distribuidor da Villa de Passos exercia o officio de advogado, e, tendo-se aventado a questão em juizo, o respectivo Juiz Municipal, Bacharel Mizael Candido de Mesquista, por despacho de 16 de Novembro, declarára que—« não podião os Juizes Municipaes deixar de cumprir o que as Relações determinão, e negar o direito de advogar a quem apresenta um titulo da mesma Relação, não obstante as usurpações que por ventura um ou outro administrador leviano pretenda fazer. »

O Mesmo Augusto Senhor Manda que V. Ex. extranhe áquelle Juiz Municipal o seu procedimento desrespeitoso, declarando-lhe que, á vista da terminante disposição do Aviso de 7 de Março de 1862, não podem os Juizes permittir que os contadores e partidores requeirão a favor de partes, porquanto lêm de intervir nas causas por bem de seus officios.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 49.—FAZENDA.—Em 25 de Fevereiro de 1864.

Não pagão o sello fixo as apostillas nos titulos dos Empregados, quando não houver maioria de vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n.° 4 de 7 de Janeiro ultimo, que, á vista da disposição do art. 17 do Decreto n.° 2.139 de 13 de Agosto do anno passado, fica approvada a deliberação da mesma Thesouraria de Fazenda de não cobrar o sello fixo pelas apostillas lançadas nos titulos dos Empregados Publicos, nos casos em que não tiverem maioria de vencimento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 50.—FAZENDA.—Em 25 de Fevereiro de 1864.

Declara que não ha recurso das decisões arbitraes em materias de qualificação, excepto o do art. 764 § 2.°

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presentes os recursos de revista, interpostos pela Inspectoria da Alfandega do Pará dos julgamentos dos arbitros do commercio, que classificárão como panno de algodão crú riscado liso, tarifado no art. 612 para pagar 100 réis a vara, e não riscado entrançado, a mercadoria proposta a despacho por Corings & Moran, e como lenços de barra de seda (foulard) estampados e tarifados no art. 879 para pagar 4$000 a libra, e não de seda pura semelhante aos de tafetá, a

mercadoria proposta a despacho por Francisco Gaudencio da Costa & Filhos, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, a fim de que o faça constar ao daquella Alfandega, para a devida intelligencia e execução, que não procedem semelhantes recursos, visto que, na fórma do disposto no art. 579 do Regulamento das Alfandegas, não ha recurso algum das decisões arbitraes em materia de qualificação, excepto o do art. 764 § 2.º Este artigo e paragrapho só admitte o recurso de revista pelas partes nos casos de incompetencia, excesso de poderes, violação de lei, ou de formulas essenciaes, e por outro lado o recurso ex-officio sómente cabe nos casos marcados no art. 763, e não nos do art. 764, que apenas impõe aos Inspectores no § 2.º a obrigaçao de darem conta ao Ministerio da Fazenda das decisões proferidas dentro da alçada, quando versarem sobre intelligencia e applicação da Tarifa, isenção e restituição de direitos, etc. As hypotheses de que tratão os recursos impropriamente chamados de revista, interpostos pelo Sr. Inspector, só tem por objecto questão de qualificação decidida definitivamente pelos arbitros.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 51.—FAZENDA.—Circular em 25 de Fevereiro de 1864.

Recommenda ás Thesourarias que não chamem collaboradores sem prévia autorisação do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade da ordem expedida nesta data á Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, declara aos Srs. Inspectores das demais Thesourarias, para a devida intelligencia e execução, que não lhes compete chamar collaboradores por conta das sobras, qualquer que seja a sua importancia, da consignação marcada para os vencimentos dos Empre-

gados das mesmas Thesourarias, e que, quando tal sobra se verifique, por se acharem alguns Empregados das mesmas Thesourarias exercendo commissões em Repartições differentes, por onde percebão vencimentos, e de sua ausencia resulte atrazo ao serviço e demora no expediente que aos Empregados commissionados pertencia desempenhar, cumpre aos Srs. Inspectores representar ao Thesouro, propondo a providencia que mais conveniente lhes parecer; ficando na intelligencia de que sem prévia autorisação do Thesouro nenhuma despeza desta natureza se poderá effectuar d'ora em diante, salvo em caso urgente e extraordinario, em que se não possa admittir a demora do recurso ao Thesouro, ao qual, todavia, deveráõ dar conta circumstanciada de seu procedimento.

No caso de existirem em alguma das Thesourarias de Fazenda collaboradores, cuja admissão não tenha sido autorisada pelo Thesouro, cumpre que o respectivo Inspector faça despedir os que não forem absolutamente necessarios ao serviço, informando quaes os que existem sem autorisação do Thesouro, desde que tempo, e as razões justificativas da sua conservação.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 52. — IMPERIO. — Circular em 26 de Fevereiro de 1864.

Declara que as propostas para provimento de beneficios ecclesiasticos devem ser acompanhadas dos papeis relativos ao respectivo concurso.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Fevereiro de 1864.

Exm. e Rvm. Sr.—Para que haja uniformidade nas propostas que forem feitas ao Governo Imperial para provimento dos beneficios ecclesiasticos, recommendo a V. Ex. Rvm., de ordem de Sua Ma-

gestade o Imperador, que as faça acompanhar do processo, em original ou por certidão, do concurso que tiver lugar para tal provimento, ficando traslado na Camara Ecclesiastica no caso de ser enviado o processo original.

Deus Guarde a V. Ex. Rvm.— *José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Bispo da Diocese de....

N. 53. — FAZENDA. — Circular em 27 de Fevereiro de 1864.

Manda carimbar as notas de 200$000 em substituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em additamento á ordem de 6 do corrente, que fação carimbar com a inscripção de — inutilisadas —, antes de serem remettidas ao Thesouro, as notas de 200$000 em substituição.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 54. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular em 29 de Fevereiro de 1864.

Manda que as Camaras Municipaes informem, com as competentes plantas, ácerca da quantidade de terreno, de que necessitem as povoações, a ser insufficiente o que lhes tem sido concedido, a fim de se resolverem duvidas e tornarem-se extensivas ás povoações existentes as disposições do art. 77 e seguintes do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Rio de Janeiro em 29 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Convindo que para se resolverem as duvidas, que se tem suscitado, e para se tornarem extensivas ás povoações existentes as disposições do art. 77 e seguintes do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, como é preciso para melhor regularidade das mesmas povoações, sejão presentes a este Ministerio os esclarecimentos indispensaveis, recommendo a V. Ex. que, de conformidade com o Aviso Circular de 3 de Novembro de 1854, das respectivas Camaras Municipaes exija informações ácerca da quantidade do terreno de que necessitem as povoações dessa Provincia, caso seja insufficiente o que lhes tem sido concedido ou em cuja posse estão, e as competentes plantas com a designação das ruas, praças, e as reservas exigidas pelo art. 77 e seguintes, devendo V. Ex. ajuntar á taes informações as reflexões, que julgar convenientes. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e prompta execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. Presidente da Provincia de....

N. 55.—GUERRA. — Aviso de 3 de Março de 1864.

A' presidencia do Maranhão, declarando que a despeza de expediente do deposito de polvora é estranha ao Ministerio da Guerra, devendo correr a que diz respeito ao Laboratorio de fogos por conta do Official encarregado do mesmo Laboratorio, exceptuando-se apenas a da compra de livros, que deve ser levada ao—§ Arsenaes de Guerra, etc.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n.º 68 de 29 de Janeiro ultimo, com o qual V. Ex. me remettêra o que lhe fôra dirigido pelo Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, ácerca da requisição do Alferes reformado Franklin Antonio de Abreu, relativamente á despeza do expediente do Laboratorio de fogos e do Deposito de polvora, dos quaes se acha elle encarregado, declaro a V. Ex., para o fazer devidamente constar, que a referida despeza, na parte relativa ao mencionado deposito, é estranha a este Ministerio, e na parte que diz respeito ao Laboratorio de fogos deve correr por conta do mesmo Alferes, á excepção da que se houver de fazer com a acquisição de livros, os quaes deverão ser fornecidos com autorisação de V. Ex. por conta do credito da Guerra, pelo § 6.º — Arsenaes.

Quanto aos reparos de que carece o edificio do rio das Bicas, e de que V. Ex. trata em o mesmo officio n.º 68 de 29 de Janeiro ultimo, cumpre que V. Ex. informe por conta de que Ministerio está occupado o referido edificio.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 56.—MARINHA.—Aviso de 5 de Março de 1864.

Estabelece regras ácerca do destino que devem ter as cadernetas provenientes das quantias deduzidas dos salarios dos Aprendizes Artifices dos Arsenaes de Marinha, e depositadas nos estabelecimentos de credito.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 5 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Concordando com o parecer expendido pelo Conselho Naval em Consulta n.º 799 de 12 do mez proximo preterito, ácerca do destino que se deve dar ás cadernetas provenientes das quantias deduzidas dos salarios dos Aprendizes Artifices dos Arsenaes de Marinha, e depositadas nos estabelecimentos de credito, de conformidade com o art. 43 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 2.615 de 21 de Julho de 1860, tenho resolvido que a tal respeito se observe o seguinte:

1.º As cadernetas dos Aprendizes Artifices que, na fórma do art. 47 do mesmo Regulamento, passarem para as Companhias de Artifices Militares, continuarão a ficar em deposito no cofre da de Aprendizes para lhes serem entregues quando completarem 21 annos de idade.

2.º As cadernetas dos Aprendizes que, segundo o art. 44 do dito Regulamento, forem, por qualquer motivo, restituidos aos pais, tutores, ou ás pessoas que os houverem apresentado, e bem assim as daquelles que, achando-se já nas Companhias de Artifices Militares, tiverem o mesmo destino antes de chegarem á idade de 21 annos, serão entregues com os ditos Aprendizes, fazendo-se menção desta circumstancia nos documentos de baixa.

3.º Quando os Aprendizes Artifices forem transferidos para as Companhias de Aprendizes Marinheiros, em virtude do disposto no art. 46 do Regulamento citado, passarão suas cadernetas a ficar sob a guarda dos Commissarios destas Companhias, a fim de lhes serem dadas logo que attingirem á maioridade.

4.º Finalmente, no caso de fallecimento ou deserção, tanto dos Aprendizes que ainda se acharem nas respectivas Companhias, como dos que tiverem passado para as de Artifices Militares, ou

de Aprendizes Marinheiros, serão as cadernetas, 2 mezes depois do fallecimento, ou 6 mezes contados do dia da deserção, realizadas pelos Agentes ou Commissarios nos estabelecimentos de credito onde se houver feito o deposito, applicando-se o producto ao Asylo de Invalidos, emquanto não fôr devidamente reclamado pelos legitimos herdeiros, á semelhança do que manda praticar o art. 24 da Lei n.º 514 de 26 de Outubro de 1848, com os soldos atrazados das praças da Armada, que desertão, ou morrem *ab intestato*. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Chefe de Esquadra Inspector do Arsenal de Marinha da Côrte.

N. 57. — GUERRA. — Aviso de 7 de Março de 1864.

Declarando que deve ser processado, pelo crime de deserção, um soldado, não obstante ter sido em Junta de Saude julgado incapaz para o serviço militar.

2.ª Directoria Geral.— 1.ª Secção. — Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n.º 265 de 30 de Dezembro do anno proximo passado, pelo qual essa Presidencia submetteu á consideração deste Ministerio o parecer da Junta de Saude que inspeccionou o soldado da Companhia de Cavallaria dessa Provincia Francisco José de Jesus e Silva, que tem de responder a Conselho de Guerra pelo crime de 2.ª deserção simples, declaro a V. Ex. que, não obstante a incapacidade reconhecida pela Junta de Saude no dito soldado para o serviço militar, deve elle ser processado pela deserção que commetteu, como bem deliberou a mesma Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Marianno de Mattos.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 58.—FAZENDA.—Em 7 de Março de 1864.

Nos casos de sonegação de siza são applicaveis as penas do art. 12 da Lei de 26 de Setembro de 1857 em vez das do Alvará de 3 de Junho de 1809.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Thesouro Nacional, tendo visto o officio do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, dirigido á Directoria do Contencioso, no qual, dando conta de haver requerido carta de inquirição para justificar uma denuncia contra o Vigario Joaquim José da Costa Senna, por ter este deixado de pagar a siza dos bens de raiz que lhe forão dados *in solutum* para pagamento do que lhe devia o herdeiro José Joaquim de Araujo Soares, de cujos bens se havia empossado, consulta, se se deve simplesmente receber do denunciante a importancia da siza, que elle procurou pagar na respectiva Collectoria depois de ter noticia da denuncia, ou se deve proseguir nos ulteriores termos della para que possa ter lugar a penalidade dos §§ 8.º e 9.º do Alvará de 3 de Junho de 1809; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, para que faça constar ao dito Procurador Fiscal, que, sendo liquida e sem contestação a obrigação do imposto da siza pela dação *in solutum* de que se trata, deveria em tal caso proceder pelo direito antigo á denuncia civil no Juizo dos Feitos para a imposição das penas do Alvará de 3 de Junho de 1809, §§ 8.º e 9.º pela sonegação do imposto, como é pratica em casos semelhantes, quer haja ou não denunciante: sendo porém certo que, attenta a disposição do Cap. 4.º § 12 dos artigos das sizas e segundo o principio canonisado em direito de que a denuncia, ou manifesto voluntario do contribuinte é sufficiente para exculpar todo o commisso incurso pela sonegação dos tributos, os que sonegão sizas evitavão as penas descrevendo as sizas e declarando-as nos respectivos livros antes de citados e demandados em Juizo: hoje, porém, depois da publicação do art. 12 da Lei de 26 de Setembro de 1857, é da competencia da autoridade administrativa fiscal impôr as penas comminadas

no citado artigo pela sonegação da siza, e não as do Alvará, haja ou não denunciante, embora os factos sejão anteriores; porquanto, sendo a disposição penal nova mais suave do que a antiga, deve ser applicada immediatamente, ainda que não se tenha publicado o Regulamento das sizas, por ser assim conforme aos principios de stricta justiça e ás consequencias necessarias do direito de punir. Cumpre que no presente caso o Collector competente, colhendo os esclarecimentos necessarios e fazendo certa a sonegação da siza, imponha as penas da lei citada, facultando recurso para a Thesouraria, e desta para o Tribunal do Thesouro, na fórma das disposições em vigor, sem que possa obstar a este procedimento o facto de haver o devedor manifestado o imposto, quando foi expedida a carta de inquirição para se justificar a denuncia, pois que esse acto não foi voluntario, e sim motivado pelo conhecimento que teve da denuncia dada, e procedimento contra elle instaurado; ao que accresce instar o denunciante pelas diligencias legaes para a imposição da pena, fundado no direito eventual que incontestavelmente lhe assiste á metade da multa da lei nos termos do Alvará citado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 59. — FAZENDA. — Em 7 de Março de 1864.

Os Pagadores, embora licenciados, são responsaveis pelos actos dos Fieis que exercem as funcções daquelles em todos os seus impedimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 20 de 6 do mez passado

que só podendo o Fiel do Pagador da Pagadoria da Cidade do Rio Grande exercer as funcções deste lugar sob a responsabilidade do Pagador da mesma Pagadoria Patricio Augusto da Camara Lima, como expressamente dispõe o art. 27 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, é manifesto que responde o Pagador pelos actos do seu Fiel emquanto não fôr demittido, e a contar da licença que obteve para vir á Côrte, e desde que a seu pedido foi mandado addir á Alfandega da Côrte, onde se acha com exercicio de 2.º Conferente, cumprindo portanto ao Sr. Inspector isto mesmo fazer-lhe constar para seu conhecimento, bem como ao seu fiador, informando ao Thesouro até que data foi elle pago do ordenado e gratificações de Pagador.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 60.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 8 de Março de 1864.

Mandando executar uma nova tarifa para a estrada de ferro de Pernambuco e solvendo as duvidas apresentadas pelo respectivo Superintendente.

2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Março de 1864.

Illm. Sr.—Foi-me presente o officio de V. S. de 26 do proximo passado, transmittindo-me por copia um extracto da sessão da Directoria da estrada de ferro da Provincia de Pernambuco de 5 de Janeiro deste anno, onde a mesma Directoria, depois de consignar a sua approvação ao acto do Superintendente e da commissão consultiva, pelo qual autorisárão a adopção da nova tarifa ha pouco posta em vigor, declara que o faz sob a condição imposta pelo mesmo Superintendente, a qual consiste em não poder o Go-

verno Imperial considerar a Companhia responsavel por qualquer prejuizo, que possa resultar aos seus accionistas da execução da mesma tarifa, contra a qual, diz ainda V. S. no seu officio, opinou e protestou o mesmo Superintendente. Em resposta cumpre-me dizer-lhe que, tendo sido essa tarifa organisada pelo Engenheiro Fiscal de accordo com o Superintendente interino da Companhia, que assignou sem protesto, nem condição alguma, que limitasse os seus effeitos, e sendo depois ouvido V. S. sobre ella em conferencia com o Capitão João Ernesto Viriato de Medeiros, e não tendo opposto objecção alguma, resolveu o Governo Imperial manda-la executar na conformidade do Aviso por este Ministerio expedido ao Presidente de Pernambuco em 17 do proximo passado sob n.º 3, e que lhe transmitto por copia. Portanto, á vista do occorrido, nenhuma responsabilidade póde caber ao Governo Imperial da execução provisoria da nova tarifa.

Deus Guarde a V. S. — *Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. E. H. Bramah.

N. 61.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1864.

Declara os casos em que as Fortalezas podem obstar a sahida das embarcações, que não se mostrarem desembaraçadas pela competente estação fiscal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Março de 1864.

Pela disposição do art. 385 do Regulamento das Alfandegas as Fortalezas só podem obstar a sahida das embarcações que não estiverem correntes e desembaraçadas pela competente Estação Fiscal, e pela Capitania do Porto: só nestes casos é que os Empregados das Alfandegas podem pedir a coadjuvação das Fortalezas para obstar a sahida, quando o não possão por si fazer. Irregular portanto foi o procedimento do cabo Joaquim Pereira de

Lima, quando pedio á Fortaleza de Willegaignon coadjuvação que não devia, visto que o facto de levar o vapor de reboque um guarda, que não era o competente, deve ser punido na fórma daquelle Regulamento, impondo-se a esse guarda as penas disciplinares do art. 51 e 52 do Regulamento, conforme a gravidade do delicto. O que declara ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para seu conhecimento, e em resposta ao seu officio n.º 182 de 29 de Fevereiro proximo passado, e a fim de que, fazendo-o constar á Guarda-Moria da mesma Alfandega, seja o cabo Pereira de Lima advertido pela falta commettida.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 62.—GUERRA.—Aviso de 11 de Março de 1864.

Declara que a precedencia em igualdade de posto, seja este effectivo, aggregado, reformado ou graduado regula-se segundo a antiguidade.

1.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 11 de Março de 1864.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n.º 11 de 9 do corrente, que, não obstante ser V. S. Brigadeiro effectivo, nenhum inconveniente ha em continuar, na qualidade de Director do Arsenal de Guerra da Côrte, a fazer parte do Conselho Administrativo de compras de que é Presidente um Brigadeiro reformado, visto que a precedencia em igualdade de posto, seja este effectivo, aggregado, reformado ou graduado, regula-se segundo a antiguidade na fórma do § 2.º artigo unico do Decreto n.º 2.404 de 16 de Abril de 1859.

Deus Guarde a V. S.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. José de Victoria Soares de Andréa.

N. 63.—FAZENDA.—Em 11 de Março de 1864.

Declara que as arrematações de qualquer propriedade não extinguem as dividas fiscaes, a que esteja sujeita.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, para que faça constar ao Procurador Fiscal da mesma Thesouraria, que, não versando a duvida, constante de seu officio dirigido á Directoria do Contencioso de ser ou não João Damasceno dos Reis responsavel pelo imposto dos dizimos, na qualidade de possuidor que foi da fazenda de Girão na freguezia de Itabira, mas sim sobre ter ou não passado para a fazenda arrematada o *onus* real do dito imposto e divida fiscal, attento por um lado o principio de que a arrematação não extingue as dividas fiscaes e por outro lado o protesto feito pelo arrematante de que não seria obrigado ao pagamento dos dizimos; é claro que na primeira hypothese era da competencia da autoridade administrativa decidir a questão; na segunda, a de que se trata, é da competencia da autoridade judicial conhecer do assumpto e decidi-lo, como entender de direito, á vista da Ord. Liv. 2.°, Tit. 52 § 5.° e Ordenações de Fazenda Cap. 156; e Pereira e Souza, 1.as linhas Not. 860; porquanto move-se uma questão de propriedade e de direitos a ella inherentes, a qual é eminentemente judicial.

Discriminadas deste modo as attribuições das duas autoridades, e competindo á judicial declarar se a Fazenda arrendada se acha livre de quaesquer encargos, ainda fiscaes, em face das disposições, que regem o direito de propriedade; cumpre que esta questão se ventile no Juizo da Execução, devendo o Procurador Fiscal ahi defender os interesses da Fazenda, apoiando-se nas disposições citadas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 64. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 12 de Março de 1864.

Mantem a doutrina do Aviso de 16 de Setembro de 1863.

Directoria Central. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 12 de Março de 1864.

Em resposta ao officio de 8 de Fevereiro ultimo, em que Vm.ces, remettendo o balancete das operações da agencia dessa Companhia na Bahia, relativo ao 2.º semestre do anno passado, solicitão que este Ministerio informe se, constando do balanço geral, de que já se acha de posse, as operações effectuadas pelas diversas agencias da mesma Companhia estabelecidas nas Provincias, e sendo remettidos aos respectivos Presidentes os competentes balancetes, deve-se tambem transmittir cópia destes a esta Secretaria de Estado; declaro a Vm.ces, que, á vista do que expressamente dispõe o art. 2.º combinado com o art. 1.º do Decreto n.º 2.679 de 3 de Novembro de 1860, não póde haver duvida de que os balanços das Companhias, ou agencias estabelecidas nas Provincias, deverão ser enviados não só aos respectivos Presidentes, mas tambem ás competentes Secretarias de Estado; sendo que a circumstancia de constarem do balanço geral as operações effectuadas pelas agencias não dispensa a estas da remessa dos competentes balancetes, o que aliás já foi levado ao conhecimento dessa Companhia, por Aviso que lhe foi directamente dirigido em data de 16 de Setembro do anno proximo findo.

Deus Guarde a Vm.ces. — *Domiciano Leite Ribeiro.* — Srs. Gerentes da Companhia de Seguros Maritimos Seguridade.

N. 65.—GUERRA.—Aviso de 12 de Março de 1864.

A' Presidencia do Maranhão, declarando que compete ao Official Ajudante do encarregado dos armazens de artigos bellicos simplesmente o abono de gratificação addicional e etapa.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio dessa Presidencia n.º 82 de 8 de Fevereiro proximo passado, ácerca dos vencimentos que devão ser abonados ao Alferes do Estado-Maior de 2.ª classe Silverio Antonio de Jesus, na qualidade de Ajudante do Encarregado dos armazens de artigos bellicos, declaro a V. Ex. que, não sendo este Official responsavel immediatamente pelos objectos existentes no armazem, nem tendo despezas de expediente a seu cargo, só tem direito ás vantagens geraes, addicional e etapa.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 66.—MARINHA.—Aviso de 14 de Março de 1864.

Determina que em todos os papeis ou documentos, expedidos pelas Capitanias de Portos, os respectivos Secretarios averbem as importancias dos emolumentos, que cobrarem, em virtude do Decreto e Regulamento n.º 447 de 19 de Maio de 1846.

2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Marinha em 14 de Março de 1864.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que, d'ora em diante, em todos os papeis ou documentos, expedidos ou entregues ás partes pelos Secretarios das Capitanias de Portos, declarem estes funccionarios, em verba especial, que assignaráõ, as importancias, que pelos mesmos cobrarem, como emolumentos, em virtude da ta-

bella annexa ao Regulamento e Decreto n.º 447, de 19 de Maio de 1846: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução, na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. S.—*João Pedro Dias Vieira.* —Ao Sr. Capitão de Mar e Guerra, Capitão do Porto da Côrte.

N. 67.—IMPERIO.—Aviso de 14 de Março de 1864.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo declarando que as licenças aos Lentes e Professores não se interrompem pela superveniencia das ferias; e que aos empregados licenciados só compete o vencimento que lhes fôr marcado na licença.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio. —Rio de Janeiro em 14 de Março de 1864.

Em resposta ao que V. S. pondera no seu officio de 19 do mez passado ácerca do modo de contar-se a nova licença concedida ao Padre Dr. Mamede José Gomes da Silva, professor de latim das aulas preparatorias dessa Faculdade, como prorogação da que obtivera e findou em 17 de Dezembro ultimo, tenho de declarar a V. S.:

Que o facto de interrupção do tempo das licenças importa sempre a renuncia destas, salvo os unicos casos de provir esse facto de algum serviço determinado por ordem superior, ou de qualquer outro independente da vontade dos empregados, como se acha estabelecido no Aviso deste Ministerio de 15 de Janeiro do corrente anno, junto por cópia.

Que não se comprehendendo nestes motivos de excepção a supervenção das ferias das Faculdades no correr das licenças, não se póde admittir que por tal circumstancia estas se interrompão.

Que á isto accresce que, sendo as ferias uma suspensão temporaria dos trabalhos das Faculdades, ellas não devem aproveitar senão aos lentes que se acharem em exercicio, quando são dadas.

Que é da natureza da concessão de nova licença, como prorogação da anterior, o ligar-se uma á outra licença, começando a correr a 2.ª desde o dia em que findou a 1.ª

Que ao empregado que se acha no gozo de licença não competem outros vencimentos além dos que são marcados nella.

Que, portanto, embora expirasse no dia 17 de Dezembro ultimo, estando já fechada essa Faculdade, a licença do Padre Dr. Mamede José Gomes da Silva, a nova licença que obteve, como prorogação daquella, começou a correr do dia 18 do mesmo mez.

Deus Guarde a V. S.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 68.—FAZENDA.—Circular em 14 de Março de 1864.

Revoga as Circulares n.º 20 de 22 de Setembro de 1852, e n.º 32 de 14 de Dezembro de 1853.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que ficão revogadas as Circulares de 22 de Setembro de 1852, n.º 20, e de 14 de Dezembro de 1853, n.º 32, que mandárão que fossem remettidos ao mesmo Thesouro os contractos e fianças, a fim de serem examinados, devendo os Srs. Inspectores d'ora em diante dar conta em officio tão sómente dos referidos contractos e fianças que forem mais importantes, com as copias dos respectivos termos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 69.—GUERRA.—Aviso de 15 de Março de 1864.

A' Presidencia do Maranhão, fazendo extensiva ao Official encarregado do armazem de artigos bellicos a disposição do Aviso de 3 do corrente, quanto ás despezas miudas de expediente.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao requerimento, informado por V. Ex. em 10 de Fevereiro proximo passado, do Alferes honorario Ignacio José Ferreira, encarregado do armazem de artigos bellicos, pedindo que os objectos de expediente lhe sejão fornecidos por conta da Fazenda Publica, faça-lhe V. Ex. saber que a despeza de papel, pennas, tinta e outras miudezas devem ser feitas á sua custa, fornecendo-se-lhe unicamente os livros que forem necessarios para a escripturação do armazem, tudo na conformidade do Aviso de 3 deste mez, que resolveu pretenção semelhante do Encarregado do Laboratorio de fogos e Deposito de polvora.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 70.—JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Março de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que os supplentes do Juiz Municipal devem entrar nas listas de Jurados, e que o Juiz de Direito tem obrigação de dispensar aquelle que estiver em exercicio.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 15 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 4 de Janeiro do corrente anno, em que o antecessor de V. Ex., referindo a duvida suscitada entre o primeiro substituto do Juiz Municipal do Termo da Capital

e o Juiz de Direito, consultou: — « se os supplentes do Juiz Municipal, quando em exercicio, ainda mesmo para o julgamento de um ou mais processos, por impedimento accidental do Juiz effectivo, são isentos de servir no Jury. »

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, e Considerando o que resolvêrão os Avisos de 6 de Maio de 1843, e 10 de Janeiro de 1854 em relação aos supplentes de Subdelegados e Juizes de Paz, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que — « os supplentes do Juiz Municipal devem entrar nas listas de jurados, sendo obrigação do Juiz de Direito dispensar immediatamente aquelle que estiver em exercicio. »

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 71.—FAZENDA.—Em 16 de Março de 1864.

Declara quando tem lugar a multa de direitos em dobro, imposta pelos Inspectores das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 16 de Março de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Samuel, Irmãos & Comp. da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, impondo-lhes a multa de direitos em dobro, estabelecida no art. 536 do Regulamento das Alfandegas, pela differença de qualidade verificada em um despacho de vinte caixinhas com cadarço; e o mesmo Tribunal:

Considerando que as mercadorias encontradas na verificação, embora fossem da mesma classificação generica ou especie declarada na nota, isto é, cadarço, comtudo não forrão entre ellas encontradas peças de qualidade consideravelmente superior, mas sim que toda a mercadoria se reconheceu dever ter outra qualificação, visto que o cadarço não era de lã e sim de seda;

Considerando que não se derão simultaneamente as duas condições essenciaes da ordem do Thesouro de 4 de Dezembro de 1862, a que se deve hoje accrescentar a de ser a differença de 50 por cento, e dahi para cima dos direitos respectivos;

Considerando que só na existencia destas tres condições tem cabimento a multa de direitos em dobro.

Resolveu dar provimento ao referido recurso, declarando que, no caso, de que se trata, a mercadoria só é sujeita a pagar os direitos simples, impostos pela Tarifa, segundo a classificação reconhecida na conferencia, em que nenhum indicio se reconheceu de fraude, e além disso a multa de 1 1/2 por cento do art. 545 § 2.º

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 72.—IMPERIO.— Aviso de 17 de Março de 1864.

Nos autos de posse dos Bispos deve fazer-se menção da Portaria que conceder beneplacito ás letras apostolicas de confirmação dos mesmos Bispos.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Accuso o recebimento da cópia, que acompanhou o officio de V. Ex. com data de 10 do corrente, do auto da posse do Rev. Bispo da Diocese da Diamantina D. João Antonio dos Santos; cumprindo-me declarar a V. Ex. que nesse auto se devia fazer menção da Portaria de 23 de Novembro ultimo, concedendo ás letras apostolicas de confirmação daquelle Prelado o Imperial Beneplacito, que é indispensavel para que ellas tenhão execução.

O que V. Ex. fará constar ao referido Bispo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 73.— FAZENDA.— Em 18 de Março de 1864.

Declara que o producto das heranças jacentes deve ser sem demora recolhido aos cofres publicos, logo que seja arrecadado e descripto no inventario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio datado de 13 de Outubro ultimo, communicou V. Ex. a este Ministerio o facto irregular praticado pelo Curador da herança jacente de Fr. Bento de Genova, fallecido nessa Capital, de haver conservado em seu poder por muito tempo, depois de findo o inventario, a quantia de 1:975$000, arrecadada em especie no espolio do intestato, attribuindo V. Ex. esse facto á negligencia senão omissão do Procurador Fiscal da Thesouraria em promover a entrada da dita quantia para os cofres publicos.

Em solução ao referido officio, devo declarar a V. Ex. que bem considerou em seu inteiro vigor o art. 91 da Lei de 24 de Outubro de 1832, o qual, todavia, contém uma disposição geral, depois desenvolvida nos Regulamentos do Governo, em que se fixão os prazos para o recolhimento das sommas provenientes de bens de defuntos e ausentes, conforme as circumstancias.

Assim, pois, não póde proceder a opinião do Procurador Fiscal, quando entende, á vista da ultima parte do art. 38 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, combinada com a 1.ª parte, nas palavras — feito e concluido o inventario —, que fôra por este revogada a citada Lei, e, portanto, que o dinheiro, ouro, prata e outros bens de que elle falla, só devem ser recolhidos depois de feito e concluido o inventario, aguardando-se mesmo o resultado de diligencias fóra do districto do Juizo da arrecadação para a ultimação do inventario, como se fez neste caso; porquanto, attenta a natureza de taes bens, devem ser logo depositados nos cofres publicos, sem demora alguma, depois de arrecadados e descriptos no inventario, e avaliados os que dependerem dessa diligencia, como aconselhão os interesses das heranças, os do Thesouro e os dos Curadores, pela grave responsabilidade do seu cargo.

Conseguintemente, embora o Procurador Fiscal, por essa erronea intelligencia, deixasse de promover logo a entrada da quantia de que se trata, e a promovesse sómente quando concluio-se o inventario, como consta das informações officiaes; sendo certo que deu-se mora da parte do Curador, o qual desconheceu os deveres do seu cargo, está elle sujeito aos juros de 9 % da indevida detenção de semelhante somma, desde a data em que foi descripta no inventario até a effectiva entrada para os cofres publicos; cumprindo, portanto, que V. Ex. expeça as precisas ordens á Thesouraria de Fazenda para fazer recolher immediatamente aos ditos cofres a importancia dos juros, procedendo ulteriormente na fórma da Lei, se não fôr recolhida.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 74. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Março de 1864.

Declara como deve ser entendido o privilegio exclusivo concedido á Companhia Bahiana.

Directoria do Correio. — N. 238. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 21 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo o contracto approvado pelo Decreto n.° 1.038 de 30 de Agosto de 1852 concedido privilegio exclusivo aos vapores da Companhia Bahiana para navegar até Macció com escala pelos portos do Aracajú e Penedo; e, por outra parte, permittindo o contracto approvado pelo Decreto n.° 2.793 de 25 de Setembro de 1862 que a Companhia Pernambucana faça chegar os seus paquetes até Aracajú, tocando no porto de Penedo; cumpre-me declarar a V. Ex. que esta ultima concessão não póde modificar o privilegio de que goza a Companhia Bahiana, ficando portanto estabelecido, a exemplo do que determinou o Aviso de

6 de Março de 1860, junto por cópia, com relação ás companhias de navegação do Maranhão e Pernambuco, que os vapores desta companhia não podem transportar cargas nem passageiros entre os portos referidos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

« Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Março de 1860.

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado ácerca da reclamação da Companhia de Navegação a vapor do Maranhão, de que V. Ex. trata em seu officio n.° 135 de 27 de Dezembro ultimo, para que se obste que a Companhia Pernambucana faça seguir os seus vapores aos portos, que ficão ao norte da Capital dessa Provincia, á vista do que dispoem as condições do contracto approvado pelo Decreto n.° 2.197 de 26 de Junho de 1858, que lhe concedeu privilegio exclusivo por espaço de dez annos para estabelecer a navegação regular por vapor entre o porto de S. Luiz do Maranhão, e o da Cidade da Fortaleza com escala pelos portos da Parnahyba, Acaracú e Granja, ou quaesquer outros que se prestem á mesma navegação, foi a referida Secção de parecer que o sobredito privilegio não foi concedido senão para a navegação entre os portos privilegiados, e não para a navegação entre esses portos e outros quaesquer, e que por conseguinte a Companhia Pernambucana, como qualquer outra, póde levar suas barcas de vapor aos ditos portos privilegiados, com tanto que as faça seguir para algum que não esteja comprehendido entre esses, ou que para elles não conduzão passageiros e cargas.

« E tendo-se Sua Magestade o Imperador conformado com o mencionado parecer por Sua Immediata Resolução de 3 do corrente; assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar a quem convier.

« Deus Guarde a V. Ex.—*João de Almeida Pereira Filho.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará. »

N. 75.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 21 de Março de 1864.

Approvando a resolução tomada pela Directoria da estrada de ferro de D. Pedro 2.º de aceitar a linha provisoria construida sobre o grande tunel daquella Estrada; que as despezas para a consolidação da linha e outras occasionadas pela alteração, conservação do material rodante e os provenientes da substituição da locomotiva ou carro corrão por conta do capital.

2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 21 de Março de 1864.

Illm. Sr.—Attendendo ás ponderações feitas por V. S. em seu officio de 4 do corrente, o Governo Imperial approva a resolução tomada por essa Directoria de aceitar a linha provisoria construida sobre o grande tunel da estrada de ferro de D. Pedro II, e mandar por ella fazer em carros apropriados o transporte dos materiaes para a construcção das obras da 2.ª e 3.ª secções; considerando porém que o serviço que por ella se vai fazer é todo em favor das obras em execução; que esse caminho provisorio precisa ainda consolidar-se, para com segurança poder prestar-se ao transito publico: quaesquer despezas occasionadas pela alteração, conservação do material rodante, e as provenientes da substituição de locomotiva ou carro que se arrume sem consequencia de accidentes corrão por conta do capital, bem como as que se fizerão com o pessoal e material exigido pelos trens no serviço de tracção, e finalmente as que se referem á conservação do caminho até que fôr recebido definitivamente para uso do publico.

Deus Guarde a V. S.— *Domiciano Leite Ribeiro.*— Sr. Presidente da Directoria da Companhia da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 76.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso em 21 de Março de 1864.

Declarando que os Juizes Commissarios apenas tem direito aos emolumentos marcados pelas Presidencias na fórma do art. 55 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 21 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—De posse do officio de V. Ex., datado de 10 do corrente mez, que acompanhou por cópia um officio do Juiz Commissario de Campos, justificando a demora de informação, que tem de prestar ao requerimento de José Dias Lopes da Cruz, e pedindo melhora de vencimento, tenho a declarar a V. Ex. que os Juizes Commissarios apenas tem direito aos emolumentos marcados pelas Presidencias na fórma do art. 55 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, não competindo portanto a este Ministerio tomar conhecimento de semelhante assumpto, aguardando tão sómente a remessa das informações e mais papeis relativos á medição, de que fôra encarregado aquelle Juiz Commissario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 77.— IMPERIO.—Aviso de 21 de Março de 1864.

Sobre incompatibilidades.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 4 de Setembro do anno passado, submettendo á consideração do Governo Imperial a decisão, pela qual

declarou á Camara Municipal da Villa de Aquiraz que era incompativel o exercicio simultaneo dos cargos de Professor Publico de instrucção primaria, e de Procurador da mesma Camara, como se achava resolvido a respeito dos Vereadores, pelos Avisos de 22 de Julho de 1843, e n.º 385 de 5 de Setembro de 1861.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 16 do corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 26 de Dezembro do anno passado, Ha por bem Mandar declarar que não póde ser approvada a referida decisão pelos seguintes fundamentos:

Dependendo de circumstancias, que varião, a incompatibilidade proveniente da impossibilidade do exercicio simultaneo de empregos diversos, cargos ha que em certos lugares podem ser simultaneamente exercidos sem desvantagem para nenhum delles, ao passo que em outros lugares será esse exercicio impossivel, ou inconveniente; d'onde se vê que neste objecto não se póde proferir uma decisão generica e absoluta.

Da applicação destes principios ao caso presente resulta que o emprego de Professor Publico de instrucção primaria não é incompativel com o de Procurador da Camara Municipal da Villa do Aquiraz, cujos negocios não são certamente tantos, e de tanta importancia que absorvão todo o tempo, e não possão ser tratados sem damno do ensino.

Não se dão pois a respeito deste emprego as razões dos Avisos citados por essa Presidencia ácerca do cargo de Vereador.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 78.—FAZENDA.—Circular em 22 de Março de 1864.

Marca o processo que se deve seguir a respeito de dividas requeridas fóra dos prazos marcados no Decreto n.º 2.897.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 22 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo sido informado de que algumas Thesourarias duvidão como hão de proceder quando as dividas, que lhes são requeridas, excedem aos periodos marcados no art. 4.º do Decreto n.º 2.897 de 26 de Fevereiro de 1862, e se os processos dellas se devem remetter indistinctamente ao Ministerio da Fazenda, e bem assim se os requerimentos apresentados nas Thesourarias, embora desacompanhados de documentos comprobatorios das dividas, interrompem o curso da prescripção legal: declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em solução ás mesmas duvidas:

1.º Que as dividas que forem requeridas e comprehenderem periodos maiores de um a dous annos, marcados no art. 4.º do Decreto n. 2.897 de 26 de Fevereiro de 1862, serão liquidadas na fórma das Instrucções de 6 de Agosto de 1847, e remettidos os processos aos Ministerios a que pertencerem as mesmas dividas, como determinão as ditas Instrucções; observando-se o disposto na Circular n.º 39 de 4 de Julho de 1862, quando parte das dividas requeridas fôr pagavel pelas Thesourarias sem dependencia de autorisação especial, nos termos do citado Decreto.

2.º Que os requerimentos dos credores, embora desacompanhados de documentos comprobatorios das dividas, interrompem o curso da prescripção de cinco annos, e se devem reunir aos processos de liquidação, para reconhecer-se provado o direito dos credores, sem o que não poderão ser attendidos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 79.—FAZENDA.—Circular em 22 de Março de 1864.

Dando instrucções para a execução do art. 70 §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, as Instrucções desta data, constantes do exemplar incluso, para a execução do art. 70 §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863.

José Pedro Dias de Carvalho.

Instrucções a que se refere a Circular n.º 15 desta data.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena que, na execução do art. 70 §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, se observem nas Alfandegas do Imperio as seguintes Instrucções:

Art. 1.º Logo que o navio der entrada na Alfandega, e o seu Capitão ou consignatario apresentar os manifestos respectivos, será uma das vias dos mesmos entregue ao Corretor, ou interprete de que trata o art. 372 § unico do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, o qual dentro do prazo marcado nesse artigo, que sempre será de tres dias uteis depois da entrada do navio, apresentará a traducção do manifesto, pela maneira que se segue.

Art. 2.º Os Corretores, ou interpretes verterão para a lingua nacional todas as declarações contidas nos manifestos, escrevendo por extenso as quantidades e qualidades das mercadorias, e transcrevendo ao mesmo tempo as marcas e contramarcas dos

volumes, sua quantidade e qualidade, e o nome dos individuos a quem vierem consignadas, ou quando á ordem, com essa mesma declaração.

Art. 3.º Todos os volumes numerados serão descriptos separadamente, segundo seu numero, e ordem numerica dos mesmos; os que vierem sem numero, mas com marcas especiaes, serão igualmente descriptos cada um de per si; os que vierem com o mesmo conteúdo, ou a granel, e que não costumão ser despachados por uma só vez, serão descriptos integralmente, e se seguiráõ em branco tantas linhas quantas forem bastantes para facilitar o lançamento dos despachos da sahida ao lado direito da folha, sendo cancellados os claros do lado esquerdo.

Art. 4.º Toda a escripturação dos Corretores, ou interpretes, será feita no lado esquerdo da folha, ficando o lado direito para o lançamento do despacho, e sahida dos volumes.

Art. 5.º Os manifestos, que trouxerem em linguagem vulgar os navios procedentes de Portugal, dispensão a traducção, com tanto que os respectivos Capitães fação a transcripção com as formalidades prescriptas nos artigos antecedentes, sendo por elles assignada, e confirmada a exactidão da copia pelo Corretor.

Art. 6.º As Alfandegas forneceráõ o papel necessario, que será pautado e riscado, segundo o modelo annexo, entregando-se aos Corretores, e interpretes ou Capitães, tantas folhas quantas forem indispensaveis para a traducção ou copia.

Art. 7.º Entregues as traducções ou cópias ás Alfandegas, se farão nellas todas as notas do estylo, e segundo o modelo acima referido, pelo empregado, a quem forem entregues para esse fim.

Art. 8.º Estas traducções ou cópias por extenso serão numeradas com o mesmo numero do manifesto original, que deve ficar archivado, depois de feita a conferencia. A numeração deverá ser seguida sem interrupção e por exercicios.

Art. 9.º O empregado que numerar as traducções ou cópias, e as notar no manifesto, fará uma inscripção summaria, em livro especial, da qual constará o numero da ordem, a data da annotação, a indicação do nome do navio e do seu Capitão, da nacionalidade e procedencia, e da sua chegada em lastro ou carregado.

Art. 10. Cada uma das folhas das traducções ou

cópias será numerada e rubricada pelo mesmo empregado que fizer a numeração do manifesto.

Art. 11. As traducções ou cópias organisadas na fórma dos arts. 2.º e 5.º formarão cadernos especiaes, e conterão na primeira folha as indicações da inscripção summaria, prescriptas no art. 9.º, pertencentes a cada um dos manifestos traduzidos ou copiados.

Art. 12. Estes cadernos, ou cópias completas de cada manifesto, serão classificados segundo a ordem dos numeros da inscripção, reunidos e conservados com cuidado e encadernados em livros, á proporção que o numero delles possa formar um volume regular, e que facilite o lançamento das entradas e sahidas dos despachos, e das observações do costume.

Art. 13. Cada um destes livros, depois de encadernado, será novamente numerado e rubricado pelo Inspector da Alfandega, ou por seu Ajudante, declarando-se na primeira folha o numero de manifestos que contém, bem como o total das folhas de cada volume, devendo nesta occasião examinar se forão classificados e reunidos, na conformidade dos artigos antecedentes.

Art. 14. Para facilitar o exame dos livros terão elles no dorso, depois de encadernados, o exercicio a que pertencem os manifestos reunidos nos mesmos, e o total dos numeros da inscripção, além da numeração dos tomos.

Art. 15. Os Corretores, e interpretes que infringirem as presentes Instrucções na parte que lhes toca serão punidos com as penas marcadas nos Regulamentos Fiscaes, e no Codigo do Commercio.

Art. 16. As presentes Instrucções são applicaveis sómente aos navios estrangeiros, ou nacionaes que, vindo de portos estrangeiros, conduzirem mercadorias estrangeiras que tenhão de ser depositadas, ou despachadas nas Alfandegas, devendo-se guardar a respeito dos manifestos das embarcações de cabotagem as regras adoptadas na Alfandega da Côrte, que prescindem do registro dos mesmos, como era pratica nos Consulados.

José Pedro Dias de Carvalho.

Manifesto n.º *vindo de* *entrado por* *em* —

MARCAS.	NUMEROS.	QUANTIDADES.	VOLUMES.	QUANTIDADE E QUALIDADE DAS MERCADORIAS.	DONOS OU CONSIGNATARIOS.	LUGAR DO DEPOSITO.	(Espaço para a encadernação.)	DATA DA DESCARGA.	DATA DA APRESENTAÇÃO DO DESPACHO.	QUALIDADE DO DESPACHO.	NUMERO.	MEZ.	ANNO.	POR QUEM DESPACHADO.	OBSERVAÇÕES.

Acompanha o Aviso n.o 79 pagina 78.

N. 80.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Março de 1864.

Declara o modo por que se deve proceder para preenchimento dos canonicatos, assim de prebenda inteira, como de meia prebenda.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Março de 1864.

Exm. e Revm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 14 do corrente, em que V. Ex. Rev.ma consulta sobre o modo por que deve proceder para preenchimento dos canonicatos de prebenda inteira da Sé Metropolitana; e Manda o Mesmo Augusto Senhor Declarar a V. Ex. Rev.ma que, á vista do que dispõe o Decreto n.º 701 de 20 de Setembro de 1850, explicado pelos Avisos n.º 291 de 13 de Dezembro de 1851 e n.º 384 de 18 de Dezembro de 1855, deve proceder-se a concurso, nos termos do Alvará das Faculdades, para preenchimento dos canonicatos assim de prebenda inteira, como de meia prebenda; não sendo, porém, admittidos ao concurso para as prebendas senão os Conegos de meia prebenda.

Deus Guarde a V. Ex. Rev.ma — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Arcebispo da Bahia.

N. 81.—MARINHA.—Aviso de 30 de Março de 1864.

Declara as multas, que se devem d'ora em diante impor nos contractos para compras da Repartição da Marinha.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 30 de Março de 1864.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar que nos contractos, que forem d'ora em diante celebrados para compra do material necessario ao serviço e consumo da Armada, Armazens e mais Estabelecimentos da Marinha, tanto por essa Intendencia, como pelos Conselhos de Compras,

a que se referem os Decretos n.º 2.108, de 20 de Fevereiro de 1858, e 2.545, de 3 de Março de 1860, se comminem multas de 10 % para os casos de demora na entrega dos artigos, e de 20 % para os de falta de supprimento, ou de má qualidade dos generos fornecidos. O que V. S. cumprirá, na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. S. — *João Pedro Dias Vieira.* — Sr. Capitão de Mar e Guerra, Intendente da Marinha.

N. 82. — FAZENDA. — Em 31 de Março de 1864.

As guias expedidas pelas Alfandegas para desembarque de mercadorias despachadas sobre agua, e embarque de generos nacionaes não estão sujeitas a sello.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 36 de 11 do corrente, que a decisão dada pela mesma Thesouraria á consulta que lhe fôra feita pela Alfandega de Paranaguá, sujeitando ao sello fixo as guias, que pela mesma Alfandega se expedem para o desembarque das mercadorias despachadas sobre agua e para o embarque dos generos nacionaes, não póde ser approvada por ser manifestamente contraria á clara disposição do art. 703 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, que isenta deste sello as guias que são expedidas pela Repartição, na conformidade dos arts. 611 § 4.º, 484, 642 § 5.º, 628 § 2.º, art. 30 e art. 31 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863; as quaes são extrahidas do livro de talão, e devem ser recolhidas depois de satisfeitas as formalidades para que forão creadas ou expedidas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 83.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 1.º de Abril de 1864.

Approvando a decisão tomada pelo Presidente da Provincia de Pernambuco, relativamente ao pagamento dos fretes devidos pelos transportes mandados dar aos agentes da autoridade publica.

2.ª Secção.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em o 1.º de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a este Ministerio o officio de V. Ex. de 4 de Fevereiro ultimo sob n.º 15, com a representação do Superintendente interino da estrada de ferro dessa Provincia, relativa ao pagamento dos fretes devidos pelos transportes mandados dar aos agentes da autoridade publica, e excedentes do numero das gratuitas á que tem direito o Governo em cada viagem. Approvando a decisão tomada por V. Ex. sobre esta materia, cumpre-me declarar-lhe que d'ora em diante se deve observar a este respeito a mesma pratica adoptada na estrada de ferro de D. Pedro 2.º, e constante da inclusa informação por cópia, cumprindo que V. Ex. neste sentido expeça as necessarias ordens, convindo outrosim observar que as contas devem ser sob informação do respectivo Engenheiro Fiscal, apresentadas com as devidas discriminações, separando-se as despezas provinciaes das que são geraes, e estas pelos differentes Ministerios, para deste modo serem ordenados os devidos pagamentos. E nesta conformidade deve V. Ex. exigir que lhe sejão apresentadas as contas das quantias devidas á Companhia de passagens mandadas dar pelo Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 84.—FAZENDA.—Em 2 de Abril de 1860.

Estabelece a pratica a seguir-se quanto ás guias passadas pelo Juizo dos Feitos para a cobrança das dividas activas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1864.

Convindo obviar os inconvenientes que resultão da falta de restituição ao Juizo dos Feitos da Fazenda, por parte dos interessados, das guias expedidas pelo mesmo Juizo para a cobrança das dividas activas, que lhe são affectas, depois de averbado nellas o respectivo pagamento pelas Repartições arrecadadoras, tenho resolvido que ás partes interessadas sejão sómente entregues os respectivos conhecimentos, ficando as duas vias das guias passadas pelo Juizo dos Feitos da Fazenda na Recebedoria da Côrte, a fim de serem remettidas uma para a 3.ª Contadoria da Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro, como está em pratica, e a outra para o Escrivão do Juizo dos Feitos, que lhe dará o destino conveniente no principio do mez seguinte ao da cobrança.

O que communico ao Sr. Administrador da referida Recebedoria para sua intelligencia e devida execução.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 85.—GUERRA.—Aviso de 7 de Abril de 1864.

A' Presidencia do Piauhy, declarando que a passagem, a que tem direito por conta do Governo o Official despachado para fóra da Provincia em que se achar, póde passar para aquelle com quem faça troca de Corpo, dado o caso de que o primeiro não haja realizado o transporte.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 7 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio n.º 51, de 25 de Fevereiro ultimo, em que V. Ex. consulta se um Official, tendo feito troca de Corpo com outro,

que tenha sido despachado para diversa Provincia, mas que entretanto não haja realizado o transporte da em que se acha, está sujeito a pagar á sua custa as passagens, que aliás tinhão de ser dadas ao segundo por conta do Governo, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que póde passar de um para outro Official a vantagem de ser o transporte pago por conta do Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 86.—FAZENDA.—Em 8 de Abril de 1864.

Declara que a restituição de direitos pagos de mercadorias destruidas por força maior não pertence ao Contencioso administrativo, mas sim é graciosa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por Jayme Romaguera da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que lhe negou a restituição dos direitos pagos de mercadorias consumidas pelo incendio do Trapiche —Bastos—, onde se achavão depositadas, parte das quaes, já tinha a conferencia da sahida; e o mesmo Tribunal, considerando que o art. 760 do Regulamento das Alfandegas só concede recurso ás partes para a jurisdicção ou Tribunal Superior das decisões dos Inspectores das Alfandegas e Administradores de Mesas de Rendas em materia contenciosa administrativa; considerando que o art. 61 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863 declara que os direitos de importação e exportação, uma vez pagos, não sejão restituidos, salvo nos casos previstos nos regulamentos, e por outro lado que não ha artigo algum do Regulamento das Alfandegas que prescreva a restituição dos direitos pagos de mercadorias destruidas por força maior; considerando mais que o citado art. 61 do Decreto de 31 de Dezembro

autorisa no paragrapho unico o Ministro da Fazenda a conceder a remissão total, ou parcial, dos direitos das mercadorias depositadas no caso de perda por força maior; conseguintemente que esta materia não pertence evidentemente ao contencioso administrativo, mas sim é graciosa, dependente de um favor da Administração, e não póde ser discutida por via contenciosa; sendo caso de petição ao Ministerio da Fazenda, que, attentas as circumstancias, e precedendo as justificações precisas, póde discricionariamente conceder ou negar a dita remissão; e finalmente que as ordens do Thesouro de 8 de Agosto de 1851 e 21 de Dezembro de 1860 já consagravão implicitamente estes principios· resolveu rejeitar por incompetente o referido recurso.

O que communico ao Sr. Inspector interino da sobredita Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 87.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular em 8 de Abril de 1864.

Faz extensiva a disposição de 14 de Janeiro de 1856 a todas as hypotheses, em que as agencias do Correio fiquem em abandono por falta simultanea de Agente e Ajudante.

Directoria do Correio.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 8 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Determinando o Aviso de 14 de Janeiro de 1856 os casos em que os Juizes Municipaes nas Villas e os Juizes de Paz nas Freguezias, se devem incumbir do serviço das agencias do Correio, sem fazer porém expressa menção da hypothese do abandono das agencias por terem sido presos os respectivos empregados: cabe-me

declarar a V. Ex. que a disposição daquelle Aviso comprehende não só essa, mas todas as hypotheses em que os Agentes ou seus Ajudantes não possão abrir as malas, qualquer que seja o motivo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Domiciano Leite Ribeiro.* —Sr. Presidente da Provincia de...

N. 88.—GUERRA.—Aviso de 9 de Abril de 1864.

A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, declarando que deve correr por conta da Policia, ou dos Cofres Provinciaes, a despeza feita com o abono da gratificação mensal de 20$000 de forragens para cavalgadura e bestas de bagagem a um Official que foi em commissão á Villa de Itaqui, dado o caso que não seja militar o serviço desempenhado pelo mesmo.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Participando essa Presidencia, em officio n.º 126 de 28 de Março proximo passado, que mandára abonar ao Capitão do 6.º Batalhão de Infantaria José da Cunha Moreira Alves a gratificação mensal de 20$000 e forragens para cavalgadura e besta de bagagem, durante a commissão em que foi á Villa de Itaqui, declaro a V. Ex. que approvo esta despeza, se é militar o serviço a que foi o referido Official; do contrario, deverá correr por conta da Policia ou dos cofres Provinciaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*— Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 89.—GUERRA.—Aviso de 9 de Abril de 1864.

A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, approvando a passagem concedida para a Côrte, por conta do Governo, a um Official, visto que, antes da transferencia a seu pedido, tinha de vir fazer exame na Escola Militar.

4.ª Directoria Geral —2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi regular a deliberação dessa Presidencia, communicada em officio n.º 117, de 17 de Março proximo passado, de mandar dar passagem para a Côrte por conta do Governo ao Alferes do 4.º Batalhão de Infantaria Joaquim Marianno de Siqueira, visto que, antes da transferencia a seu pedido, tinha de vir fazer exame na Escola Militar. O que communico a V. Ex. para seu governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 90.—FAZENDA.—Em 9 de Abril de 1864.

Competencia dos Administradores das Capatazias para despedirem os serventes e trabalhadores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em vista do officio da Thesouraria da Provincia da Bahia n.º 279 de 2 de Outubro do anno passado, em que expõe a divergencia que encontra entre os arts. 126 § 58, 183, 186 e 188 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, sobre nomeação e demissão dos operarios e serventes das Capatazias; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que,

sempre que o respectivo Administrador em virtude dos arts. 186, 188 e 145 § 1.º, despedir qualquer servente ou trabalhador, não depende para faze-lo de accordo do Chefe da Repartição, está no seu pleno direito, bastando que sómente dê conta a este na fórma dos referidos artigos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 91.—IMPERIO.—Em 11 de Abril de 1864.

Declara que o excesso de cedulas, em relação ao numero dos votantes, não é motivo para annullar-se a eleição, quando não influir sobre o resultado da votação.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 8 de Janeiro do anno passado, transmittindo ao Governo Imperial a representação em que João Evangelista de Sá Charem, e João Teixeira de Carvalho pedem que seja annullada a nova eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu em 31 de Agosto de 1862 na Parochia de Nossa Senhora da Conceição do Passa Tres, Municipio de S. João do Principe.

E o mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem, por Sua immediata Resolução de 6 do corrente mez, Mandar declarar a V. Ex. o seguinte:

Que, segundo a doutrina do Aviso de 6 de Maio de 1861, e outros, o facto de terem sido recebidas 466 cedulas, quando dos documentos annexos á representação se vê que o numero dos votantes era apenas 458, do qual se deve deduzir o de 59 que faltárão, embora prove que no acto do recebimento das cedulas não forão rigorosamente observadas as

formalidades da Lei, não constitue razão sufficiente para annullar-se a dita eleição, attendendo-se a que esse excesso de 67 cedulas não influe no resultado da votação, por isso que, ainda mesmo deduzidos de todos os cidadãos mais votados na referida parochia os 67 votos que constituem o excesso, os Vereadores são sempre os mesmos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 92.—GUERRA.—Circular de 12 de Abril de 1864.

A's Thesourarias de Fazenda e á Pagadoria das Tropas da Côrte, determinando que fação constar, por uma verba lançada no verso dos recibos dos vencimentos pagos aos Officiaes do Exercito se elles achão-se ou não quites com os cofres publicos, especificando-se quanto ficão restando no segundo caso.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 12 de Abril de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, no acto de se notarem alli os recibos dos vencimentos, a que tiverem direito os Officiaes do Exercito, se faça constar por uma verba no verso dos mesmos recibos se os referidos Officiaes achão-se ou não quites com os cofres publicos, devendo-se fazer menção de quanto ficão restando, se porventura tiverem carga por adiantamentos ou ajustes de contas. O que os mesmos Inspectores terão por muito recommendado, e assim o farão cumprir.

José Marianno de Mattos.

N. 93.—IMPERIO.—Em 16 de Abril de 1864.

Declara que os Presidentes de Provincia devem mandar proceder ás novas eleições segundo as Resoluções do Poder competente, logo que pelo Governo lhes forem communicadas as mesmas Resoluções.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 14 de 8 do corrente mez, declaro-lhe que, para mandarem os Presidentes de Provincia proceder á nova eleição de eleitores nas Parochias, cuja eleição tiver sido annullada pelo Poder competente, não é necessario que nos Avisos deste Ministerio, em que se lhes communicão as resoluções a tal respeito tomadas pelo referido poder, se ordene expressamente que tenha lugar esse acto; porquanto, não podendo ser embaraçada pelo Governo Imperial a execução de taes resoluções, seria inutil que se ordenasse o cumprimento do que por força propria deve necessariamente ser observado pelas autoridades competentes.

Deve portanto V. Ex. expedir quanto antes as necessarias ordens, para que se proceda á nova eleição de eleitores nas Parochias de Cariacica, e de Itapemerim.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 94.—FAZENDA.—Em 18 de Abril de 1864.

Declara que os Consules não estão no caso de mandar vir, isentos de direitos, para seu proprio uso e consumo, generos e effeitos sujeitos aos mesmos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' vista da pretenção do Consul da Prussia, o Sr. Stengel, de que trata a nota do Ministro de sua nação, a que V. Ex. se refere em

seu Aviso de 11 do corrente, sobre a isenção de direitos para os uniformes, que o referido Consul recebêra pelo paquete Inglez *Magdalena*, tenho de ponderar a V. Ex. que a isenção de direitos de que gozão os Embaixadores e Ministros estrangeiros, e em geral as pessoas empregadas na diplomacia, para os objectos destinados para uso proprio, só é concedida quando chegão ao Imperio, na fórma do Decreto n.º 2.022 de 11 de Novembro de 1857 art. 512 § 7.º Depois de estarem no Brasil acreditados junto á Côrte, só os Embaixadores, Ministros residentes e Encarregados de Negocios gozão da isenção de direitos para os generos e effeitos importados, guardadas as condições do Decreto citado. Os Consules, portanto, não tem esse direito de mandar vir, isentos de direitos, para seu proprio uso e consumo, generos e effeitos sujeitos aos mesmos direitos. Só quando chegão pela primeira vez gozão da isenção, não só em virtude do art. 512 § 7.º, como do § 15 e nota 92.ª da Tarifa, que concede, livre de direitos, o despacho da roupa do uso pessoal e diario dos passageiros e quaesquer objectos usados do seu uniforme e vestuario, ainda quando não os acompanhem na mesma embarcação que os transportar.

Do Aviso de V. Ex. não consta se o Consul da Prussia veio de proximo para o Brasil, tendo já o seu uniforme, que agora mandou vir, ou se, estando ha mais tempo residindo aqui, fez encommenda do uniforme, e o mandou vir. Na segunda hypothese não é regular o despacho livre, e gozaria elle de uma isenção, de que não tem gozado iguaes Agentes Consulares. E pois, rogo a V. Ex. se sirva declarar-me se o Consul da Prussia veio de proximo nomeado, e se o uniforme para que pede isenção é novo, e mandado encommendar depois de já estar residindo no Paiz, a fim de que se possa resolver a semelhante respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 95. — GUERRA. — Aviso de 18 de Abril de 1864.

Determinando que as praças do Exercito que tiverem de cumprir a pena de prisão em uma Fortaleza, achando-se na Guarnição da Provincia de Piauhy, sejão remettidas para a de Pernambuco.

2.ª Directoria Geral. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n.º 6 de 12 de Dezembro do anno proximo passado, no qual essa Presidencia participa que, por não haver Fortalezas nessa Provincia, mandára conservar no Estado-Maior do Corpo de Guarnição o 2.º Cadete Raymundo Nonato Castello Branco, que, devendo soffrer a pena de 6 mezes de prisão em uma Fortaleza, achava-se com parte desse tempo vencido, e consulta sobre o modo de proceder no futuro, em casos identicos: declaro a V. Ex. que as praças dessa guarnição que tiverem de cumprir taes penas, deverão ser remettidas com toda a segurança para a Provincia de Pernambuco, communicando-se immediatamente a este Ministerio a ida das referidas praças. E porque já tenha o supracitado Cadete concluido o seu tempo de prisão, V. Ex. o mandará pôr em liberdade, se ainda o não estiver.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Marianno de Mattos.* — Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 96. — GUERRA. — Aviso de 18 de Abril de 1864.

Communicando á Presidencia da Provincia de Pernambuco que os réos militares condemnados a prisão com trabalho em uma Fortaleza, achando-se na Provincia do Piauhy, devem ser remettidos para aquella Provincia.

2.ª Directoria Geral. — 1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução á Consulta que dirigio ao Governo Imperial o Presidente da Provincia do Piauhy, ácerca do modo de proceder para com

os réos militares sentenciados a prisão com trabalho nas Fortalezas, visto alli não as haver; nesta data se declara á mesma Presidencia que, d'ora em diante, deve enviar para essa Provincia, com toda a segurança, os réos que se acharem naquellas circumstancias, participando-o logo a este Ministerio: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Marianno de Mattos.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 97. — GUERRA. — Aviso de 18 de Abril de 1864.

A' Presidencia de Mato Grosso, approvando a designação dos vencimentos de Estado Maior de 2.ª classe aos Officiaes que exercem os cargos de Administrador das obras da Fabrica da Polvora e de Director do Nucleo Colonial de Taquary, e declarando que deve ser considerado á disposição da Presidencia, sem exercicio designado, o Capitão João Antonio de Magalhães Garcez, com direito apenas ás vantagens geraes, e não aos vencimentos de Estado Maior de 1.ª Classe, visto que não competem Ajudantes de Ordens ás Presidencias das Provincias em que ha Commandos de Armas.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Accusando recebido o officio de V. Ex. n.º 19, de 9 Fevereiro proximo passado, participando haver mandado abonar vencimentos de Estado Maior de 1.ª Classe ao Capitão João Antonio de Magalhães Garcez, e os de Estado Maior de 2.ª Classe aos Capitães reformados Mathias Pereira Fortes e Antonio Pedro dos Santos, declaro a V. Ex. que bem arbitrados forão os destes ultimos, por corresponderem aos exercicios de Administrador das obras da Fabrica da Polvora e Director do Nucleo Colonial de Taquary; quanto, porém, ao primeiro, não competindo Ajudante de Ordens ás Presidencias nas Provincias em que ha Commandos de Armas, não póde elle ter vencimento de Estado Maior de 1.ª classe, mas unicamente as vantagens geraes, por se achar á disposição da Presidencia sem exercicio designado.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Marianno de Mattos.* — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 98.—FAZENDA.—Circular em 18 de Abril de 1864.

Declara que o disposto no art. 21 § 5.º do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 só se refere aos Empregados do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que a attribuição que lhes foi conferida pelo art. 21 § 5.º do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 se refere aos Empregados subordinados ao Ministerio da Fazenda, e não aos dos demais Ministerios, aos quaes se mandará abrir assentamento e incluir em folha depois de expedido pelo Thesouro o Titulo respectivo.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 99.— JUSTIÇA.— Aviso de 18 de Abril de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Approva a decisão, declarando que a sentença condemnatoria, não obstante a appellação interposta, suspende, como a simples pronuncia, o exercicio das funcções publicas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça. —Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 5 de Fevereiro do corrente anno, em que V. Ex. communicou a este Ministerio que, tendo o Procurador Fiscal consultado se o Escrivão dos Feitos da Fazenda, condemnado por sentença do Chefe de Policia a um mez de prisão, de que appellou para a Relação do Districto, podia continuar a servir o officio, declarára ao Sr. Inspector da Thesouraria que a sentença condemnatoria, não obstante a appellação interposta, suspende, como a simples pronuncia, o exercicio das funcções publicas.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex., que está de accordo com a doutrina do Aviso n.º 200 de 12 de Maio de 1862.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 100.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Abril de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Approva o acto que annullou a revisão da lista de jurados, feita no Termo do Rio Preto.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de V. Ex. de 2 de Março ultimo, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça; Houve por bem Approvar o acto, pelo qual V. Ex. considerou de nenhum effeito a ultima revisão da lista de jurados, feita no Termo do Rio Preto em Dezembro do anno passado, e mandou vigorar a anterior emquanto não tem lugar outra, a que não prejudiquem tantos vicios: visto como foi illegal o procedimento do Juiz Municipal que nomeou um Promotor *ad hoc*, quando o art. 238 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 determina que o substituto do Promotor da Comarca para os actos da Junta revisora é o Subdelegado em cujo districto estiver a Casa das sessões do Jury; e, annullada a revisão da lista de jurados, é o mesmo que se ella não fosse feita em tempo, continuando em vigor a qualificação existente, segundo o Aviso de 26 de Abril de 1853.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 101.— IMPERIO.— Em 19 de Abril de 1864.

Declara que, em casos como o de que se trata, a falta de edital annunciando aos votantes o dia da eleição constitue nullidade.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia n.º 168 de 26 de Dezembro do anno passado, expondo as irregularidades havidas na eleição de Juizes de Paz a que se procedeu no dia 22 de Novembro do mesmo anno em o novo districto do Parazinho.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se Conformado por Sua Immediata Resolução de 9 de corrente mez com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 15 de Fevereiro ultimo, Ha por bem Mandar annullar ambas as eleições feitas no referido districto: a que teve lugar sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz, por nella ter occorrido uma falta substancial, como a preterição do edital que devia annunciar aos votantes o dia da eleição; e a que foi presidida pelo 4.º Juiz de Paz, por nella ter-se dado a irregularidade de haver este, não obstante a suspensão dos trabalhos determinada pelo 1.º, assumido a presidencia do acto, e creado uma Mesa toda illegal.

Cumpre, portanto, que V. Ex. expeça em tempo opportuno as necessarias ordens para proceder-se á nova eleição, a qual deverá ter lugar na época das eleições geraes, que já se acha proxima, poupando-se assim aos votantes o incommodo de se reunirem para um acto, cujos effeitos pouco podem durar, devendo continuar a jurisdicção dos Juizes de Paz que a exercião antes da erecção do districto.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.*— Sr. Vice-Presidente da Provincia do Ceará.

N. 102.— JUSTIÇA.— Aviso de 20 de Abril de 1864.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.— Decide que não podem os Presidentes de Provincia nomear Porteiros dos Auditorios.

2.ª Secção— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 12 de Dezembro do anno passado, submettendo á consideração do Governo Imperial a duvida suscitada pelo Juiz de Direito da 1.ª Vara Crime dessa Capital, por haver a mesma Presidencia nomeado o Official de Justiça José da Silva Costa para interinamente servir o officio de Porteiro dos Auditorios.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Decidir que o Presidente da Provincia não podia fazer tal nomeação, em vista dos Decretos de 1.º de Julho de 1830, de 30 de Agosto de 1851 art. 10 §§ 1.º e 2.º, e de 18 de Fevereiro de 1860; e ainda quando este ultimo Decreto não prohibisse, como prohibe, que de sua data em diante seja provido o officio de Porteiro dos Auditorios, pois que deve ser servido pelo Official de Justiça que estiver de semana, nunca o provimento interino de tal officio competiria ao Presidente da Provincia, senão á autoridade judiciaria, nos termos do Decreto de 1.º de Julho de 1830, não derogado pela Lei de 3 de Outubro de 1834, como é expresso no art. 10 do Decreto de 30 de Agosto de 1851. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos.*— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 103.—JUSTIÇA.—Aviso de 20 de Abril de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Piauhy.— Approva a decisão, declarando que ha incompatibilidade na accumulação dos cargos de Secretario da Capitania do Porto e Juiz Municipal supplente.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de 23 de Dezembro do anno passado, em que V. Ex. communicou que, em virtude da representação do Juiz de Direito da Comarca da Parnahyba, declarára ao Tenente Albano Antonio de Moraes Castro que não podia accumular as funcções do cargo de Secretario da Capitania do Porto com as de Juiz Municipal supplente, por serem incompativeis, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex.

E, consultando V. Ex. se, para solver a incompatibilidade, deve o dito empregado ser demittido de um dos cargos, precedendo escolha sua, Manda o mesmo Augusto Senhor declarar que elle só póde ter um dos lugares, devendo ser exonerado do outro.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 104.—IMPERIO.—Em 20 de Abril de 1864.

Declara que a obrigação de passar recibos das cópias das actas de que trata o art. 79 da Lei de 19 de Agosto de 1846, deve-se entender imposta tanto ás agencias como ás administrações do Correio.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 14 de 23 de Setembro do anno passado, submettendo á approvação do Governo Imperial a decisão, pela qual declarou ao Administrador do Correio dessa Provincia que a obrigação de passar

ás mesas dos collegios eleitoraes o recibo da cópia das actas, de que trata o art. 79 da Lei de 19 de Agosto de 1846, deve-se entender imposta tanto ás agencias propriamente ditas como ás administrações do Correio, sem embargo do silencio da lei a respeito de taes administrações; porquanto, sendo o fim do Legislador cercar de todas as garantias a remessa das referidas actas e a sua entrega ás autoridades competentes, torna-se evidente que as ditas administrações não podem eximir-se do cumprimento daquella obrigação, sem que se possa objectar com a posição superior em que ellas se achão collocadas relativamente ás agencias, visto como, podendo dar-se nas administrações os mesmos abusos que a citada lei procura evitar nas agencias a respeito da remessa e entrega das actas, essa superioridade não constitue razão attendivel para que taes repartições se neguem a passar o mencionado recibo.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial, attendendo ás razões acima expostas, e a que em outras leis, na parte relativa á remessa de documentos, não se faz distincção entre agencias e administrações, approva a decisão de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Bonifacio de Andrada e Silva.* —Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 105.— IMPERIO. —Em 21 de Abril de 1864.

Recommenda a execução do Decreto n.º 583 de 18 de Fevereiro de 1849.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios de Imperio em 21 de Abril de 1864.

Tenho presente o officio de 11 do corrente mez em que Vm., cumprindo a ordem exarada no Aviso deste Ministerio de 5 do mesmo mez, responde ás accusações que a Vm., na qualidade de Presidente da Junta de Qualificação dessa parochia, forão feitas

pelo Juiz de Paz em exercicio no 1.º districto da mesma Parochia; e em resposta declaro-lhe que o Governo Imperial julga attendiveis, por serem conformes á Lei, as razões de que Vm. se serve para contrariar as ditas accusações, menos no que diz respeito á falta de remessa da copia da lista parcial da qualificação áquelle Juiz, porquanto, segundo o disposto no Decreto n.º 583 de 18 de Fevereiro de 1849, as copias parciaes da qualificação devem ser extrahidas e remettidas aos Juizes de Paz em exercicio dentro de oito dias, contados daquelle em que ficar terminado o alistamento; preceito este em cuja observancia deve haver todo o zelo, sem embargo da razão que Vm. allega, de jámais ter sido cumprida essa disposição em annos anteriores, porquanto uma tal omissão poderá quando muito provar que as Juntas de Qualificação tem deixado de cumprir a obrigação imposta pelo art. 21 da Lei de 19 de Agosto de 1846, o que de certo não é razão para que seja tolerada a continuação de uma pratica tão abusiva.

Deus Guarde a Vm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da Parochia de Santa Rita.

N. 106.—IMPERIO.—Em 21 de Abril de 1864.

Resolve duvidas sobre trabalhos de qualificações.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Abril de 1864.

Tenho presente o officio de 26 de Março proximo findo, em que Vm. representa a este Ministerio sobre varias irregularidades praticadas pelo Presidente da Junta de Qualificação dessa parochia; e em resposta declaro-lhe que o Governo Imperial, attendendo ás razões allegadas pelo dito Presidente no seu officio de 11 do corrente mez, julga improcedentes as accusações contidas naquella representação, excepto a que diz respeito a não ter sido

remettida a Vm. a copia parcial do alistamento do 1.º districto, na fórma do art. 21 da Lei de 19 de Agosto de 1846, e Decreto n.º 583 de 18 de Fevereiro de 1849, pelo que nesta data expeço Aviso ao mesmo Juiz, recommendando-lhe a rigorosa observancia desse preceito. Quanto ás outras accusações, observo a Vm. o seguinte:

1.º O facto de apresentar-se na matriz, durante os cinco dias da 2.ª reunião da Junta, o Juiz de Paz mais votado José Antonio de Oliveira não era razão para que aquelle deixasse a presidencia da Junta, não só porque o Juiz de Paz a quem é passada a jurisdicção não é competente para julgar da veracidade do impedimento allegado por aquelle a quem substitue, na fórma do Aviso n.º 112 de 27 de Abril de 1849, § 6.º, como tambem porque póde o Juiz ter impedimento muito legitimo para presidir á Junta de Qualificação, e não o ter para comparecer na Matriz, segundo o Aviso n.º 591 de 26 de Dezembro de 1860, cuja doutrina, embora se refira á presidencia de uma eleição, é applicavel á da Junta de Qualificação, visto militarem a favor desta especie as mesmas razões que fundamentárão aquella decisão.

2.º Ainda mesmo admittida a existencia do facto, que Vm. expõe, relativamente a terem sido desprezadas pelo Presidente da Junta varias listas de votantes apresentadas por alguns Inspectores de Quarteirão, o que não está satisfactoriamente provado, nada póde este Ministerio resolver ácerca de tal abuso, pois que contra as inclusões, ou exclusões de votantes, que forem contrarias á Lei de 19 de Agosto de 1846, ha a faculdade de interpôr recurso para os Tribunaes designados nessa mesma Lei, unicos competentes para providenciarem a tal respeito.

3.º Sendo a faculdade de attestar a existencia de qualquer facto um direito, cujo exercicio depende da livre apreciação da autoridade, a quem incumbe dar o attestado, torna-se evidente que o Presidente da Junta de Qualificação dessa Parochia não estava na obrigação de mandar attestar o que lhe foi requerido por Vm., tanto mais que um dos factos, de que Vm. tratava no seu requerimento, nada tinha com os trabalhos da qualificação, sobre os quaes não podia influir a presença do 1.º Juiz de Paz José Antonio de Oliveira, visto ter comparecido na qua-

lidade de simples cidadão, e não na de autoridade, além de que, sendo esse facto de publica notoriedade, não era necessario, para prova-lo, o dito attestado.

Deus Guarde a Vm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Juiz de Paz em exercicio no 1.º districto de Santa Rita.

N. 107.—GUERRA.—Aviso de 21 de Abril de 1864.

Ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte, determinando que lance o seu *visto* ou rubrica nas férias dos operarios, porque nenhum serviço desse estabelecimento está isento da sua fiscalisação.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Abril de 1864.

Verificando-se na Repartição de Contabilidade deste Ministerio que as férias dos operarios do Arsenal de Guerra sobem para o devido processo sem o *visto* ou rubrica de Vm., o que é irregular, porque nenhum serviço desse Arsenal está isento de sua fiscalisação, cumpre que d'ora em diante Vm. preencha essa formalidade, tanto mais necessaria quanto é avultada a despeza que corre por esta verba.

Outrosim recommendo a Vm. a observancia do disposto no Aviso de 4 de Abril de 1859, tão restrictamente quanto fôr possivel, sem prejuizo da fiscalisação que fica determinada.

Deus Guarde a Vm.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 108.—JUSTIÇA.—Aviso de 22 de Abril de 1864.

Ao Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Manda annullar a nomeação do cidadão Manoel da Silva Mafra para segundo substituto do Juizo Municipal do Termo de S. Sebastião de Tijucas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 12 de Fevereiro do corrente anno, em que V. Ex. communica que, tendo o segundo substituto do Juiz Municipal do Termo de S. Sebastião de Tijucas deixado de prestar juramento no prazo marcado pelo Decreto n.º 2.012 de 4 de Novembro de 1857, fôra para essa vaga nomeado o cidadão Manoel da Silva Mafra, que na ausencia do primeiro substituto assumio a jurisdicção; e, porque apparecem reclamações, com o fundamento de não competir-lhe o exercicio e sim ao terceiro substituto, consulta o que convém fazer em ordem a corrigir a irregularidade daquella nomeação, sem offender o direito das partes, em cujos processos officiou o mesmo substituto em boa fé.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Manda declarar a V. Ex. que deve ser annullada a nomeação do cidadão Manoel da Silva Mafra para segundo substituto do Juizo Municipal do Termo de S. Sebastião de Tijucas, por contraria ao que terminantemente dispõe o art. 7.º § 3.º do Decreto n.º 2.012 de 4 de Novembro de 1857, restabelecendo-se a ordem dos substitutos, prescripta no mesmo Decreto. Quanto aos effeitos juridicos dos actos praticados pelo mencionado cidadão como segundo substituto do Juizo Municipal, nada póde o Governo providenciar, por ser da exclusiva competencia do Poder Judiciario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 109.—FAZENDA.—Circular em 26 de Abril de 1864.

Transmitte o Decreto que manda vigorar no exercicio de 1864 a 1865 a Lei n.º 1.177 de 9 de Setembro de 1862.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para o devido conhecimento e execução, o incluso exemplar do Decreto n.º 1.198 de 16 do corrente mez determinando que a Lei n.º 1.177 de 9 de Setembro de 1862, decretada para o exercicio de 1863-1864, continue em vigor no anno financeiro de 1864-1865, emquanto não fôr promulgada a Lei do Orçamento deste exercicio, e dando outras providencias; cumprindo declarar aos Srs. Inspectores, para que o recommendem ás Estações arrecadadoras, que a cobrança dos direitos addicionaes de 2 e 5 por cento, de que trata a referida Lei, não deve cessar, emquanto o contrario não fôr expressamente determinado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 110.—FAZENDA.—Em 29 de Abril de 1864.

Declara que não tem lugar as multas quando as differenças para mais encontradas nas conferencias dos manifestos não revelarem fraude.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Avelino de Almeida Rodrigues Isaac, Presidente da Companhia intermediaria de paquetes a vapor, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que multou o Commandante do vapor *Imperador* pelo accrescimo de 70 saccos com arroz

que de mais descarregou dos que constavão do respectivo manifesto; e o mesmo Tribunal, vista a allegação do recorrente de que semelhante accrescimo provinha de manifesto engano, occasionado pela presteza com que os vapores recebem a carga nos portos intermediarios, e considerando que, não sendo o genero sujeito a direitos, não póde haver presumpção de fraude, e que, segundo o art. 58 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, deve aquella Inspectoria deixar de impor multas, quando as differenças para mais encontradas nas conferencias dos manifestos não revelarem fraude, resolveu o referido Tribunal dar provimento ao recurso, para que seja o Commandante do vapor *Imperador* alliviado da multa que lhe foi imposta: o que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 111.— GUERRA.— Aviso de 29 de Abril de 1864.

A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, significando que não tem direito ao abono de vantagens o Brigadeiro Commandante da Guarnição da Cidade do Rio Grande durante a licença que lhe foi concedida pelo respectivo Commandante das Armas, porque nem as Presidencias, nem os Commandantes de Armas, podem concede-las com vantagens, á vista do art. 106 do Regulamento de 27 de Outubro de 1860, que revogou todas as disposições anteriores.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 29 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n.º 125, de 28 de Março proximo passado, com o qual V. Ex. submetteu á consideração do Governo Imperial a resposta que dera á Thesouraria de Fazenda no tocante á impugnação feita pela Pagadoria do Rio Grande ao abono das vantagens reclamadas pelo Brigadeiro Commandante da Guarnição dessa Cidade, relativas

ao tempo da licença que lhe fôra concedida pelo respectivo Commandante das Armas, para ir á Capital, declaro a V. Ex. que bem procedeu em estranhar ao Pagador da citada Pagadoria a sua falta de attenção para com o referido Brigadeiro, não podendo porém ser approvada a deliberação de V. Ex. quanto ao abono dos vencimentos, sobre que versa a questão, visto que nem as Presidencias, nem os Commandantes das Armas podem conceder licenças com vantagens, não sómente por ser principio corrente de que estas são inherentes á effectividade de exercicio, como tambem porque o art. 106 do Regulamento de 27 de Outubro de 1860 revogou todas as disposições que regulavão anteriormente a concessão de licenças.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 112.—JUSTIÇA.— Aviso de 2 de Maio de 1864.

A Serafim dos Anjos Malta. — Decide que lhe compete, na qualidade de 1.º supplente juramentado, o exercicio do cargo de Juiz de Paz do 1.º districto da freguezia de Santa Rita, por ter mudado de domicilio o 4.º Juiz eleito, João Lopes Bastos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 2 de Maio de 1864.

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio que Vm. dirigio ao Ministerio do Imperio, allegando competir-lhe no corrente anno o exercicio do cargo de Juiz de Paz do 1.º districto da freguezia de Santa Rita, por não ter domicilio na mesma freguezia o 4.º Juiz de Paz eleito, João Lopes Bastos, Houve por bem Decidir que a Vm., na qualidade de 1.º supplente juramentado, compete o exercicio daquelle cargo no corrente anno; visto como perante a Illm. Camara Municipal ficou provado que o 4.º Juiz eleito João Lopes Bastos, mudou de freguezia, e o Aviso de 7 de Agosto do anno passado, expedido pelo Ministerio do Impe-

rio, terminantemente dispõe que a mudança de domicilio faz perder o cargo de Juiz de Paz, e de tal modo que, ainda mesmo que volte para a parochia, não o póde recuperar. O que communico a Vm. para sua intelligencia, cumprindo que sirva no corrente anno o lugar, que lhe compete, de 4.º Juiz de Paz do 1.º districto da freguezia de Santa Rita.

Deus Guarde a Vm.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Serafim dos Anjos Malta.

N. 113.—GUERRA.—Aviso de 2 de Maio de 1864.

A' Presidencia de Pernambuco, declarando procedente o recurso, interposto pelo Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda, da ordem de pagamento de luzes fornecidas á guarda da cadêa da Villa de Barreiros, porque o Aviso Circular de 25 de Junho de 1862 restituio todo o vigor ás Instrucções de 10 de Janeiro de 1843.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 2 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. que é procedente o recurso interposto pelo Procurador Fiscal da Thesouraria da Fazenda contra a ordem dessa Presidencia de 21 de Março ultimo, que mandou pagar a Joaquim Elviro Alves da Silva, por conta deste Ministerio, a quantia de 30$720, importancia de luzes fornecidas á guarda da cadêa da Villa de Barreiros, nos mezes de Julho a Dezembro do anno proximo passado; porque o Aviso Circular de 25 de Junho de 1862, prohibindo todas as despezas que não estivessem autorisadas por disposições anteriores, implicitamente restituio todo o vigor ás Instrucções de 10 de Janeiro de 1843, que ainda regulão as despezas militares e no art. 56 a de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 114.—FAZENDA.—Em 4 de Maio de 1864.

Manda observar provisoriamente no exercicio de 1864—1865 a distribuição de credito feito no anterior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em virtude do Decreto n.º 1.198 de 16 de Abril proximo passado, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, emquanto o contrario não fôr determinado, continuão em vigor no futuro exercicio de 1864—1865 as disposições da Ordem de 26 de Junho do anno findo, pela qual foi avaliada a receita e distribuido o credito dos diversos Ministerios para as despezas a cargo das mesmas Thesourarias no actual exercicio.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 115.—FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1864.

Competencia da autoridade administrativa para impor as penas nos casos de sonegação de siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1864.

Em solução á Consulta do Collector das Rendas do Pirahy, constante de seu officio de 11 de Fevereiro ultimo, a respeito do procedimento que deve ter relativamente á fraude empregada por Lucio José da Fonseca e Dionizio José dos Santos nas vendas que mutuamente se fizerão de uma fazendinha naquelle termo com prejuizo dos interesses da Fazenda Nacional, haja V. S. de declarar ao mesmo Collector que pelo direito antigo, como já foi declarado á Thesouraria de Minas em ordem de 7

de Março ultimo, procedia a denuncia civil no Juizo dos Feitos para a imposição das penas do Alvará de 3 de Junho de 1809 §§ 8.º e 9.º pela sonegação do imposto da siza, como sempre se pratica; precedendo, porém, a precisa justificação do facto fraudulento da omissão do pagamento do tributo, mas hoje, depois da publicação do art. 12 da Lei de 26 de Setembro de 1857, é da competencia da autoridade administrativa impôr as penas comminadas no citado artigo pela sonegação da siza, e não as do Alvará, haja ou não denunciantes, embora os factos sejão anteriores; porquanto, sendo a disposição penal nova mais suave do que a antiga, deve ser applicada immediatamente, ainda que não se tenha publicado o Regulamento das sizas, por ser assim conforme aos principios de stricta justiça e as consequencias necessarias do direito de punir.

Por outro lado, sendo certo que, quando se articulão factos de fraude, a prova testemunhal é admissivel *de plano* contra toda a especie de instrumentos; e allegando o Collector factos dessa natureza, de diminuição do preço, prejudiciaes á Fazenda Publica nas escripturas juntas de compra e venda de bens de raiz, convém que sejão transmittidos á Directoria Geral do Contencioso os officios e escripturas inclusas, para se poder promover no Juizo dos Feitos a justificação exigida pela natureza dos factos arguidos, e que, sendo procedente, se deverá transmittir ao Collector para impôr as penas do citado art. 12 da Lei de 1857, facultando recurso para o Tribunal do Thesouro, na fórma das disposições em vigor.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 116.—IMPERIO.—Em 7 de Maio de 1864.

O Vigario Collado licenciado não póde perceber a congrua, findo o prazo da licença, emquanto não entra em exercicio.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Maio de 1864.

Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o requerimento em que o Padre João Alves Carneiro, Vigario Collado da freguezia do Porto das Caixas, pede pagamento de sua congrua correspondente ao anno de 1863, e sobre o qual V. S. Illm. informou em officio de 30 de Abril ultimo.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar Declarar a V. S. Illm. que o supplicante só tem direito á congrua relativa ao tempo em que gozou da licença que lhe foi concedida por Portaria deste Ministerio de 21 de Outubro de 1862, e, quanto ao restante, que, apezar do attestado de molestia pelo supplicante junto ao dito requerimento, não póde ser effectuado o pagamento requerido em vista dos Avisos do Ministerio da Justiça n.º 110 de 26 de Abril de 1849, e de 26 de Julho de 1851, cuja doutrina tem toda applicação ao caso de que se trata.

O que communico a V. S. Illm. para que haja de fazer constar ao supplicante, a quem declarará que, pertencendo a exercicio findo a divida proveniente da congrua a que tem direito, deverá liquida-la, para que se possa autorisar o respectivo pagamento.

Deus Guarde a V. S. Illm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vigario Capitular da Diocese do Rio de Janeiro.

N. 117.—IMPERIO.—Aviso de 7 de Maio de 1864.

Resolve duvidas sobre eleições.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio n.º 68 de 16 de Abril proximo passado, com o qual V. Ex. transmitte a representação que lhe dirigio a Camara

Municipal da Villa do Rio Preto, pedindo que se annulle a qualificação de votantes da parochia da Villa, por motivo das seguintes irregularidades que nella occorrêrão:

1.ª Ter o Juiz de Paz mais votado feito a convocação dos eleitores e supplentes, no dia 27 de Dezembro do anno passado, para 17 do mez de Janeiro ultimo, preterindo assim o prazo que deve mediar entre a convocação e a reunião da Junta;

2.ª Ter convocado os eleitores e supplentes da actual legislatura antes de saber officialmente da approvação da respectiva eleição;

3.ª Estar o Juiz de Paz mais votado, ao tempo em que presidio á Junta, no exercicio do cargo de Juiz Municipal, como supplente.

E em resposta, declaro a V. Ex., para o fazer constar áquella Camara, que não ha razão para a annullação que ella pede:

1.º Porque da preterição do prazo que deve mediar entre a convocação e a reunião da Junta não resultou impossibilidade de comparecerem no dia marcado os eleitores e supplentes da parochia;

2.º Porque o simples facto de terem sido convocados os Eleitores e supplentes da actual legislatura sem que constasse officialmente ter sido approvada a respectiva eleição, comquanto envolva uma irregularidade, não vicia o processo da qualificação, visto estar provado que ao tempo em que elles forão convocados já a Camara dos Deputados tinha julgado válida a mesma eleição;

3.º Porque, da certidão apresentada pelo Juiz de Paz, vê-se que elle deixou o exercicio da vara de Juiz Municipal no dia 16 de Janeiro, e que, portanto, não se realiza a hypothese do Aviso n.º 162 de 6 de Julho de 1859, o qual prohibe sómente o exercicio simultaneo dos referidos cargos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 118.— GUERRA.— Aviso em 9 de Maio de 1864.

A' Presidencia de Pernambuco, corroborando as conclusões do Aviso de 9 do corrente a proposito do fornecimento de luz e agua para o quartel da guarda da cadêa da Cidade de Olinda.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. que é procedente o recurso interposto pelo Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da ordem dessa Presidencia, mandando pagar a Francisco Ludgero Nunes Vianna a quantia de 63$700, que despendêra com o fornecimento de luzes e agua para o quartel da guarda da cadêa da Cidade de Olinda, nos mezes de Março a Outubro do anno proximo passado, porquanto o Aviso Circular de 25 de Junho de 1862, prohibindo a autorisação de despezas não previstas nas leis e regulamentos militares, revalidou virtualmente as disposições do art. 56 das Instrucções de 10 de Janeiro de 1843, conforme significuei a V. Ex. em Aviso de 2 do corrente, a proposito de um fornecimento identico, feito á guarda da cadêa da Villa de Barreiros.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 119.—FAZENDA.—Em 10 de Maio de 1864.

A sentença condemnatoria suspende o exercicio das funcções publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 5 de Fevereiro deste anno, em que submetteu á approvação do Governo Imperial a solução

que dera á Consulta do Procurador Fiscal da Thesouraria, declarando que a sentença condemnatoria, não obstante a appellação interposta, suspende, como a simples pronuncia, o exercicio das funcções publicas, declaro a V. Ex., de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Justiça de 18 de Abril ultimo, que Sua Magestade o Imperador, Tendo Ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão, que está de accordo com a doutrina do Aviso n.º 200 de 12 de Maio de 1862.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 120.—FAZENDA.—Em 11 de Maio de 1864.

Não é isenta do imposto da siza a compra de casa feita pelas Camaras Municipaes para as suas sessões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 44 de 10 de Março ultimo do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará, participando a decisão tomada pela respectiva Junta de Fazenda de não isentar do imposto da siza a compra de uma casa feita pela Camara Municipal para as suas sessões, declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao citado officio, que fica approvada a dita decisão; porquanto sómente nos casos especificados na Lei n.º 719 de 28 de Setembro de 1853, art. 21, poderão as Camaras Municipaes gozar de isenção do pagamento de siza nas compras que fizerem: em todos os mais casos, e o de que se trata, é um delles, deve pagar o imposto, prevalecendo assim a doutrina das ordens de 28 de Setembro de 1847 e de 30 de Janeiro de 1851 e outras.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 121.—FAZENDA.—Em 12 de Maio de 1864.

Os pagamentos de dividas de exercicios findos podem ser feitos até o fim do semestre addicional, não excedendo os creditos concedidos ás Thesourarias.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo resolvido revogar a Circular n.º 9 de 21 de Fevereiro de 1863, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que os pagamentos das dividas de exercicios findos deverão continuar a ser feitos em cada exercicio até o fim do semestre addicional, não se excedendo, porém, em caso algum, o algarismo dos creditos para esse fim autorisados pelo Thesouro por conta das consignações decretadas pelas respectivas Leis de Orçamento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 122.—IMPERIO.—Em 12 de Maio de 1864.

O Vigario Collado, que, por nomeação do Prelado, exercer o cargo de Visitador, tem direito á respectiva congrua.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Havendo o fallecido Bispo dessa Diocese nomeado o Vigario Collado da freguezia de Campina Grande da Provincia da Parahyba, Padre Camillo de Mendonça Furtado, para exercer temporariamente o cargo de Visitador na Provincia das Alagôas, recusou a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, pela qual se effectua o pagamento dos vencimentos que competem ao mesmo Vigario, abonar-lhe a congrua correspondente ao tempo em que se achou, por aquelle motivo, impedido de exercer as respectivas funcções; entendendo que ella compete ao Sacerdote que substituio o dito Vigario na administração da referida freguezia.

Sendo porém incontestavel, como expressamente o reconheceu a Thesouraria, o direito com que o Reverendo Prelado effectuou aquella nomeação, e estando portanto o mencionado Vigario legitimamente impedido de exercer as funcções parochiaes, não devia ser privado da percepção da respectiva congrua, que V. Ex. lhe mandará abonar.

E' esta a doutrina consagrada pelo Aviso por este Ministerio dirigido ao da Fazenda em 29 de Abril de 1863, que mandou pagar os vencimentos que competião ao Conego Vigario Geral José Joaquim Pereira da Silva, emquanto esteve exercendo as funcções de Visitador na Provincia do Espirito Santo.

Esse Aviso obstou tambem á duplicata de despeza que por tal motivo se podia dar, declarando que nenhum vencimento cabia ao Sacerdote designado para substituir o referido Vigario geral durante o seu impedimento.

Para igualmente embaraçar que haja essa duplicata no caso de que agora se trata, nesta data expeço as convenientes ordens á Presidencia da Provincia da Parahyba.

Fica assim resolvida a questão que motivou o officio de V. Ex. de 30 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 123.—FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1864.

Os titulos e papeis a que se refere o art. 115 do Regulamento do Sello devem ficar retidos nas Repartições Fiscaes.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que o art. 46 do Decreto

n. 3.139 de 13 de Agosto de 1863, na parte em que prohibe que as Estações fiscaes retenhão os titulos apresentados ou remettidos officialmente, bastando uma copia authentica para os effeitos legaes, não comprehende os titulos e papeis a que se refere o art. 115 do Regulamento; porquanto, nesse caso é absolutamente indispensavel que sejão retidos os titulos e papeis para os mesmos effeitos legaes.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 124.—FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1864.

Principios que se devem observar a respeito da prestação de fianças.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, incluso por copia, o officio dirigido pela Directoria geral do Contencioso do mesmo Thesouro ao Dr. Procurador dos Feitos da Fazenda da Côrte em 23 de Outubro de 1863, a fim de que sejão observados, na parte que lhes diz respeito, os principios ahi emittidos ácerca da prestação das fianças.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 549.—Thesouro Nacional.— Directoria Geral do Contencioso em 23 de Outubro de 1863.

Em resposta aos seus officios de 4 de Setembro ultimo, e 10 do corrente, sobre a duvida suscitada no Juizo a respeito da extensão da fiança prestada por José Rodrigues Ferreira, fiador de Luiz José da Victoria, ex-Pagador da Marinha, na parte em que diz

— *se obrigou a responder por qualquer alcance em que o dito seu afiançado fôr encontrado, ainda mesmo relativo ao tempo de seus impedimentos. e pelos juros, multas, custas e mais despezas que elle tiver de satisfazer,* até a quantia de 24:000$000, a saber se este algarismo se refere ao principal sómente, ou a este e aos accessorios da divida, de modo que o fiador não responda a todo o tempo senão sómente por 24:000$000: devo communicar a V. S. que o Ministerio da Fazenda, tendo presente a reclamação do dito fiador a respeito do mesmo assumpto, e usando da attribuição que lhe confere o art. 1.º § 2.º do Decreto de 29 de Janeiro de 1859 para conhecer deste assumpto por via contenciosa; considerando que a fiança não se póde extender além dos limites do contracto (Cod. Civ. Fr. art. 2.015, Cod Com. art. 257) resolveu, por deliberação de 15 do corrente que, á vista do termo de fiança, o fiador era responsavel sómente por 24:000$000, não só do principal como dos accessorios da divida.

E porque, á vista de requerimentos anteriores, se tivesse tratado no Thesouro da questão — se o fiador era ou não obrigado aos juros de 9 %, desde a intimação judicial, — fui de parecer, approvado por despacho de 15 do corrente, que era mister fazer distincção; que, attento o principio de direito que a fiança indefinida da obrigação principal comprehende tambem os accessorios da divida, (Corrêa Telles, Dig. art. 408) devião os fiadores dos responsaveis da Fazenda pagar nas fianças illimitadas os juros de 9 % da Lei de 28 de Outubro de 1848, art. 43, até real embolço, porque os responsaveis erão a elles obrigados pelo citado artigo da Lei; que nas fianças limitadas, porém, obrigados os fiadores sómente pela quantia declarada no termo, só devião responder, conforme os principios geraes de Direito, pelos juros da mora, correndo estes da interpellação judicial, porquanto a mora do pagamento a respeito dos fiadores não se póde reputar *indevida detenção*, nos termos da citada Lei de 1848; e, finalmente, que nas fianças limitadas os juros devem ser de 9 % da Lei citada de 1848, se o principal do alcance exigido do fiador fôr inferior á quantia taxada no termo, até perfazer esta quantia; mas se esse principal é igual ao maximo fixado, ou se embora inferior, addicio-

nando-se-lhe os juros de 9 % vencidos, esta somma perfaz o dito maximo, nesse caso os juros serão de 6 % da Lei de 24 de Outubro de 1832, art. 3.°, desde a mora, isto é, desde a interpellação judicial ao fiador para pagamento.

Julgo conveniente accrescentar, por esta occasião, a V. S. que o dito fiador requereu e obteve por deliberação do Tribunal do Thesouro de 14 de Outubro de 1861 uma moratoria, da qual aliás não se aproveitou, para pagar em prestações o debito de seu afiançado.

Deus Guarde a V. S. — *José Carlos de Almeida Arêas.*—Sr. Dr. Procurador da Fazenda.

Conforme. — *Eleutherio Augusto de Attayde.*

N. 125.—JUSTIÇA.—Aviso de 17 de Maio de 1864.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Bahia.— Firma a intelligencia dos arts. 4.° e 5.° do Titulo unico do Codigo Commercial.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1864.

Sua Magestade o Imperador a quem foi presente o officio de V. S. de 19 de Abril ultimo, communicando que o Tribunal do Commercio dessa cidade determinára que, na conformidade do art. 4.° do Titulo unico do Codigo Commercial e Aviso n.° 130 de 21 de Março de 1860, se procedesse á eleição de um Deputado para servir pelo tempo que faltava ao commerciante Antonio Alves Ribeiro, fazendo-se-lhe effectiva a sancção penal do art. 5.° do referido Titulo unico, por ter-se exonerado do cargo contra a deliberação do mesmo Tribunal, Houve por bem Mandar declarar a V. S. que essa decisão está de accordo com o que claramente dispõem os artigos e Aviso citados ; visto como, não se verificando nenhum dos casos previstos no art. 5.°, e tendo o commerciante pelo facto da aceitação

do cargo de Deputado, para que fôra reeleito, contrahido a obrigação de servir pelo tempo marcado na Lei, não podia eximir-se do serviço sem incorrer na sancção penal do mesmo artigo. O que communico a V. S. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Manoel Joaquim Bahia.

N. 126.—GUERRA.—Aviso de 17 de Maio de 1864.

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando a expedição das suas ordens para que, no andamento dos processos de dividas de exercicios findos, se dê preferencia áquelles de que forem credores praças de pret.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo frequentes as reclamações de praças de pret, por falta de pagamento de suas dividas cahidas em exercicios findos, vou rogar a V. Ex. com a maior instancia se sirva dar suas ordens para que no Thesouro Nacional se dê preferencia para o devido andamento dos processos de taes credores, que não têm quem por elles se interesse.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Marianno de Mattos.*—Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

N. 127.—FAZENDA.—Em 19 de Maio de 1864.

A remessa das notas inutilisadas deve ser acompanhada de relação, em que se declare o valor, numeração, etc.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista obviar os inconvenientes que tem havido no exame das remessas para o mesmo Thesouro de notas dilaceradas ou substituidas, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que nas referidas remessas, além de fazerem marcar com o carimbo de inutilisadas semelhantes notas, fação acompanhalas de uma relação, declarando o respectivo valor, numeração, assignatario, e importancia total de cada classe ou valor.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 128.—FAZENDA.—Em 19 de Maio de 1864.

Isenção do sello dos contractos, etc., lavrados nos livros das Repartições Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo á consulta que fez o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piauhy em seu officio n.º 26 de 4 de Março ultimo sobre—se os contractos, arrematações, prestações de fiança, etc., que correm por essa Thesouraria e são feitos por meio de termos lavrados nos livros da Secção do Contencioso, por esta só circumstancia podem ser considerados isentos do pagamento do sello todos, ou

unicamente os termos de fiança, ou se não deve prevalecer a Ordem n.º 166 de 24 de Maio de 1851, por ter sido expedida anteriormente ao Decreto n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860; declara ao mesmo Sr. Inspector que a sua duvida não procede á vista do art. 38 § 23 do citado Decreto, que adoptou a doutrina daquella Ordem.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 129.—IMPERIO.—Em 20 de Maio de 1864.

Declara o vencimento que compete ao Vigario encommendado, quando o parocho collado está legitimamente impedido.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 13 do corrente forão ministradas as informações exigidas por Aviso de 29 de Março ultimo ácerca dos vencimentos que se abonão ao Vigario collado da Parochia de Paranapanema, que se acha impedido, e ao Sacerdote que o substitue na administração da mesma Parochia.

Dessas informações vê-se que, em observancia de legislação provincial, despende-se annualmente com o pagamento daquelles Sacerdotes setecentos mil réis, isto é, cem mil réis mais do que se deve despender.

Desde que pela Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848 passou a despeza com os parochos a ser feita pelos cofres nacionaes, devem observar-se no abono das respectivas congruas as disposições geraes, e não as provinciaes; e segundo o § 3.º do art. 29 da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1857 as congruas dos parochos forão igualadas a 600$000.

Se o Vigario collado da referida Parochia está legitimamente impedido, como se deve suppor á vista daquellas informações, deve perceber dous terços

da congrua, e o encommendado um terço, na fórma da Consulta do Conselho de Fazenda de 23 de Março de 1825, annexa á Ordem do Thesouro n.º 201 de 3 de Setembro de 1853.

E para que assim se proceda, haja V. Ex. de expedir as necessarias ordens.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 130.—FAZENDA.—Em 24 de Maio de 1864.

Declara em vigor a disposição do art. 25 da Lei n.º 369 de 19 de Setembro de 1845, a respeito dos generos importados pelo interior da Provincia de S. Pedro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em solução ás duvidas constantes de seu officio n.º 168 de 29 de Julho de 1863, que a disposição do § 25 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas se applicava a todos os portos alfandegados do Imperio, e tendo cessado a isenção dos direitos concedidos por esse paragrapho, porque deixou de ter vigor o Tratado de Commercio e navegação celebrado entre o Imperio e a Republica Oriental do Uruguay em 7 de Setembro de 1857, não foi até o presente revogado o § 26 que concedeu a isenção de direitos de consumo ou de importação aos generos e mercadorias mencionadas no art. 321 do dito Regulamento, e na Tabella n.º 1 annexa ao Decreto n.º 2.486 de 29 de Setembro de 1859, que entrarem pelos portos habilitados das fronteiras terrestres e pelos portos habilitados e alfandegados do rio Uruguay da referida Provincia, nos termos e casos

especiaes marcados no mesmo Decreto. Deve, portanto, vigorar a disposição do art. 25 da Lei n.º 369 de 19 de Setembro de 1845, emquanto por Decreto não fôr ordenado o contrario; ficando assim approvada a decisão dessa Thesouraria de 19 de Dezembro de 1862 de que deu conta em officio de 27 do mesmo mez, revogadas quaesquer deliberações em contrario, e restabelecida a verdadeira intelligencia dos §§ 25 e 26 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 131.—GUERRA.—Aviso de 25 de Maio de 1864.

A' Presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dispondo que os Officiaes doentes em seus quarteis têm direito ao abono da etapa.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo os Officiaes doentes em seus quarteis direito ao abono de etapa, conforme successivamente se tem declarado a essas e outras Presidencias, e achando-se nestas condições o Alferes do 3.º Batalhão de Infantaria Luiz Xavier Esteves, cujo requerimento V. Ex. endereçou ao Ministerio a meu cargo com officio n.º 185 de 28 de Abril findo, ordene V. Ex. á Thesouraria de Fazenda que liquide, na fórma das ordens em vigor, a divida de que elle é credor pelo que toca á importancia das etapas vencidas nos dezoito dias do mez de Fevereiro do anno proximo passado, em que esteve doente no seu quartel, com licença da Presidencia dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 132.— IMPERIO.— Aviso de 28 de Maio de 1864.

Declara que os membros da Junta de Qualificação, que servirão na primeira reunião desta, devem continuar em suas funcções na segunda, não obstante terem sido approvados os eleitores da nova legislatura.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Havendo a Junta de qualificação da parochia do Rio Negro, nessa Provincia, deixado de proceder á sua segunda reunião no dia competente, expedio V. Ex., em 30 de Março ultimo, o acto pelo qual ordenou ao Presidente da dita Junta que convocasse por edital, com antecedencia de 30 dias, e mais formalidades da Lei, os eleitores e supplentes da actual Legislatura, já reconhecidos pelo poder competente, para se reunirem no dia 8 do corrente mez, a fim de organisarem nova Junta, visto não poder subsistir a começada em 17 de Janeiro proximo passado, por ter sido installada contra o disposto no art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856.

E tendo levado ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o mencionado acto, que acompanhou o officio de V. Ex., de 5 de Abril, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Mandar declarar a V. Ex que não mereceu a Sua Imperial Approvação semelhante deliberação, não só porque a Junta de qualificação da parochia do Rio Negro, organisada com os eleitores da Legislatura dissolvida, em tempo em que não estavão ainda reconhecidos pelo poder competente os da actual, não o foi illegalmente, como tambem porque os poderes dos membros das Juntas não expirão por terem cessado os dos eleitores que lhes derão o ser, segundo a doutrina do Aviso n.º 610 de 30 de Dezembro de 1861, sendo por conseguinte competentes para continuarem a funccionar na segunda reunião da Junta da dita freguezia os mesarios que havião servido na primeira, os quaes deverão concluir os trabalhos começados em 17 de Janeiro, annullando-se tudo o mais que posteriormente tiver sido feito.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 133.—FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1864.

Direitos que se deve pagar pela venda de um navio construido no paiz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1864.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso interposto por Joaquim Jopper da decisão da mesma Inspectoria, que considerou sujeito ao pagamento de 15 % um casco de ferro, que comprára a Guilherme Fox, para armar e fazer navegar entre esta Côrte e a Cidade de Campos, resolveu dar provimento ao mesmo recurso, visto que, havendo sido o dito casco construido no paiz, e, devendo ser por isso considerado nacional, nos termos do Decreto n.º 526 de 28 de Julho de 1847, está sómente sujeito aos direitos de 5 % pela respectiva venda, conforme o disposto no § 11 do art. 9.º da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 134.—FAZENDA.—Em 28 de Maio de 1864.

Feita a distribuição dos despachos nas Alfandegas, considera-se a mercadoria submettida á conferencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Antonio José do Couto da multa de direitos em dobro, que lhe foi imposta pela differença que se encontrou entre a quantidade das ameixas que submettêra a despacho, e a que foi encontrada no exame das cinco caixas que as continhão, allegando o recorrente que por engano dera a quantidade 397 1/2 libras

de uma só caixa em vez de dar de todas as cinco, cujo despacho foi logo mandado ao calculo, e, que, dando pelo engano antes de feita a conferencia, o denunciára para gozar do beneficio do art. 46 do Decreto n.º 3.127 de 31 de Dezembro do anno passado; e o mesmo Tribunal:

Considerando que a denuncia voluntaria, feita pelo dono da mercadoria ou seu preposto, das differenças de quantidade ou qualidade, é aceita para se não imporem as penas comminadas no Regulamento das Alfandegas em toda e qualquer occasião, excepto na de busca, exame e conferencia;

Considerando que, no caso que se deu com o recorrente, não só o despacho tinha ido ao calculo, como já estava feita a designação do Conferente que tinha de dar a sahida á mercadoria;

Considerando que, depois de feita esta distribuição, já se considera submettida á conferencia a mesma mercadoria, e portanto verificada a excepção do art. 46 do citado Decreto n.º 3.127, e como já tem sido explicado a respeito do exame prévio permittido pelo art. 22 do mesmo Decreto:

Resolveu indeferir o referido recurso, e confirma a decisão recorrida. O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 135.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 28 de Maio de 1864.

Declara quaes os vencimentos que competem aos Juizes Commissarios, Agrimensores e Escrivães, quando encarregados de medições de terras do dominio particular.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—De posse do seu officio de 7 de Maio corrente em que, respondendo ao Aviso de 30 de Março ultimo, informa os fundamentos

em que se baseou essa Presidencia para abonar a titulo de estada gratificações ao Juiz Commissario, Agrimensor e Escrivão do Municipio de S. Matheus, tenho em resposta a declarar a V. Ex. que muito mal se soccorreu essa Presidencia ao Aviso de 27 de Novembro de 1860 para marcar áquelles Empregados além dos emolumentos de que trata o Regulamento n.º 1.318 de 30 de Janeiro de 1854 os vencimentos que competem aos Juizes Municipaes, Agrimensores e Escrivães pelas medições de terras do dominio particular, visto como no citado Aviso de 27 de Novembro de 1860, fazendo-se ver ao antecessor de V. Ex. que pelo art. 55 do Regulamento são os Presidentes competentes para marcar os emolumentos, que devem perceber os Juizes Commissarios e mais empregados encarregados das medições de terras particulares, apenas se lembrava a pratica de outras Provincias, em que tem sido adoptadas as tabellas dos emolumentos marcados para os Juizes Municipaes, sem que se pudesse acreditar que essa Presidencia fizesse accumulação desses vencimentos, como se vê da Portaria de 13 de Junho de 1862, com outros marcados em uma tabella por ella elaborada para estes casos especiaes; e convindo sanar semelhantes abusos, recommendo a V. Ex. as necessarias providencias, cumprindo outrosim que V. Ex. remetta cópia das tabellas n.º 108 de 4 de Novembro de 1861 e n.º 16 de 9 de Fevereiro de 1863 a que se refere o Juiz Commissario de S. Matheus, Leopoldo Augusto Diocleciano de Mello Cunha, em sua informação de 7 de Março ultimo, que acompanhou o officio dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Domiciano Leite Ribeiro.*—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 136.— FAZENDA.— Em 28 de Maio de 1864.

Sobre a decima de uma transmissão de herança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1864.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso interposto da decisão da mesma Recebedoria no caso da verba testamentaria de Fructuoso de Paiva, que, instituindo o legado de um predio, declarou que, se o legatario João Evangelista Rangel, seu sobrinho, se casasse e tivesse filhos, a elles passaria o predio, mas que, se não tivesse filhos, então passarião os bens a outros sobrinhos do testador, resolvendo a Recebedoria que, havendo-se pago uma decima da transmissão do testador para o legatario, e tendo o predio depois passado aos filhos do legatario, essa decima, visto como se deu na especie uma substituição *fidei-commissoria*, devia ser reputada de usofructo, por quadrarem em taes circumstancias ao legatario em 1.º gráo os direitos e obrigações de um usofructuario, e que se devia cobrar agora outra decima pela transmissão dos bens do testador para os filhos do legatario, como parentes collateraes do testador.

E considerando que, attenta a intenção do testador, na especie do recurso, os filhos não podem ser considerados *substitutos*, porquanto, se a intenção fosse chama-los á substituição no *fidei-commisso*, te-lo-hia feito primeiramente, e não houvera nomeado um substituto sómente para o caso em que elles faltassem, circumstancias estas em que, prevalecendo, em toda a sua extensão, o principio de direito, em materia testamentaria, de que *os filhos que estão na condição não estão na disposição;* é claro que, pela sobrevivencia dos filhos, não se tendo verificado a condição, expirou o *fidei-commisso*.

Considerando que, na especie vertente, ainda que os filhos fossem *substitutos*, não podia proceder a regra adoptada da applicação do imposto; porquanto, sendo certo, na substituição *fidei-commis-*

soria, quando se opera a restituição determinada pelo testador, que, se a ordem successiva é regulada pela vontade do testador, em relação aos bens do *fidei-commisso*, esses bens, todavia, passão do gravado para o substituto; cumprindo distinguir em semelhante disposição a causa que pertence ao testador, e a transmissão que vem do gravado; que nestes termos, como se tem entendido, desde a jurisprudencia feudal até a de nossos dias, nos paizes, em que existe o imposto sobre a transmissão de propriedade, dous impostos de transmissão são devidos na substituição *fidei-commissoria*: o 1.º do testador para o gravado, o 2.º do gravado para o *fidei-commissoria*, os quaes, em face dos principios expostos, se regulão pelo parentesco respectivo daquelles, entre os quaes se opera a mesma transmissão, e conseguintemente que na referida especie, se os filhos fossem substitutos, estavão isentos do imposto, attento o gráo de parentesco entre elles e o legatario seu pai:

Considerando, finalmente, que em todo o caso não procede nas substituições desta natureza a regra de applicação do imposto do usofructo, e da nua propriedade; porquanto os direitos do gravado de uma substituição differem do usofructo, consistindo elles em propriedade, por tempo determinado, sujeitos a uma clausula resolutoria, sendo puramente eventuaes os do substituto, de espectativa mas subordinada a uma eventualidade que suspende a sua existencia legal, entretanto que na disposição pela qual se deixa a um individuo o usofructo, e a outro a propriedade, ha duas liberalidades, mas igualmente directas, sem nenhuma eventualidade e condição de sobrevivencia, que só é na época da morte do legatario do usofructo que o legatario da nua propriedade entra no gozo dos bens, é esse o effeito da *consolidação*, um dos modos naturaes por que se extingue o usofructo; que nenhum direito póde o usofructuario transmittir, porquanto o seu direito acaba com elle, não sendo necessario que o legatario da nua propriedade lhe sobreviva para que se consolide; que, portanto, embora haja certas relações de semelhança entre a substituição e o usofructo, as quaes podem suscitar duvidas ponderosas quanto a interpretações das disposições da ultima vontade, existe, todavia, e sempre existio uma differença profunda entre a

substituição *fidei-commissoria*, e a disposição pela qual se deixa a nua propriedade a um individuo, e o usofructo a outro.

Resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso para o effeito de declarar-se isenta da decima de heranças e legados a transmissão para os filhos do legatario, visto haver-se effectuado na linha directa.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 137.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Aviso de 30 de Maio de 1864.

Communicando á Illm.ª Camara Municipal que o Governo aceita o numero de uma bacia de esgoto, para cada vinte moradores dos cortiços da Cidade.

Directoria das Obras Publicas e Navegação.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 30 de Maio de 1864.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas se communica á Illm.ª Camara Municipal que o Governo aceita o numero de uma bacia de esgoto, proposto pela mesma Camara, para cada vinte moradores dos cortiços da Cidade.

Domiciano Leite Ribeiro.

N. 138.—JUSTIÇA.—Aviso de 31 de Maio de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que, ainda depois de interposta a accusação, *ex-vi* do art. 73 do Codigo do Processo, ou pelo Promotor, ou por qualquer do povo, o perdão do offendido, eximindo o réo da pena, põe termo á accusação, que já não tem materia.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 31 de Maio de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo essa Presidencia submettido á consideração do Governo Imperial, em officio de 9 de Agosto de 1861, a seguinte consulta do Juiz Municipal substituto do Termo da Barbalha —se, havendo o Promotor Publico, ou qualquer do povo, nos casos do art. 73 do Codigo do Processo, intentado queixa, por ser o offendido pessoa miseravel, é admissivel, ou não, a desistencia deste, para o fim de se não proseguir nos termos ulteriores do processo—; Houve por bem Sua Magestade o Imperador, a cuja presença tive a honra de levar o mencionado officio, Decidir, Conformando-se com o Parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 26 de Abril de 1862, tomada sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, que, se, pelo art. 67 do Codigo Criminal, o perdão do offendido exime da pena aos réos de crimes em que não tem lugar o procedimento por parte da justiça, e se, nos casos do art. 73 do Codigo do Processo, não ha accusação por parte da justiça, mas sim por parte do offendido miseravel, tanto que a Lei não comprehendeu essa especie no art. 74, em que trata dos crimes de procedimento official e antes separou-os; é claro que, ainda depois de interposta a accusação, *ex-vi* do citado art. 73, ou pelo Promotor ou por qualquer do povo, o perdão do offendido, eximindo o réo da pena, põe termo á accusação, que já não tem materia. O que lhe communico para fazer constar ao referido Juiz Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 139.—GUERRA.—Aviso do 1.º de Junho de 1864.

A' Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, declarando que tem direito ao abono de etapa o Official doente, ao qual fôr permittido tratar-se, assim como o que obtiver licença para tratar de sua saude, se a licença fôr confirmada pelo Governo Imperial, dependendo, fóra destes casos, as licenças com qualquer vencimento de deliberação desta Secretaria de Estado.

1.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em o 1.º de Junho de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio n.º 7 de 22 de Abril proximo passado, que o Official doente, ao qual fôr permittido tratar-se, tem direito á etapa, como é de lei; que do mesmo modo o Official que obtiver licença para tratar de sua saude tem tambem direito á etapa, se a licença fôr confirmada pelo Governo Imperial, como dispõe o art. 106 do Regulamento approvado pelo Decreto n.º 2.677 de 27 de Outubro de 1860; e que, finalmente, fóra desses casos, as licenças com qualquer vencimento dependem de deliberação desta Secretaria de Estado.

Francisco Carlos de Araujo Brusque.

N. 140.—JUSTIÇA.—Em o 1.º de Junho de 1864.

Declara que a pena de prisão temporaria, em que fôr commutada a de galés perpetuas, imposta a reos escravos, não póde ser convertida na de açoutes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em o 1.º de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Fazendo chegar á presença de Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. datado de 22 de Janeiro ultimo, acompanhado do

que o Juiz Municipal do Termo da Cachoeira, dessa Provincia, lhe remetteu, consultando «se, condemnado um escravo a galés perpetuas e lhe fôr commutada essa pena na de seis annos de prisão com trabalho, deve elle cumpri-la ou ser ella convertida na de açoutes, attenta a disposição do art. 60 do Codigo Criminal»; Manda o Mesmo Augusto Senhor declarar, em resposta ao citado officio e solução da duvida do referido Juiz, que a pena de seis annos de prisão, em que o Decreto de 3 de Abril de 1860 commutou a de galés perpetuas, imposta ao escravo Jacob pelo Jury daquelle Termo, não deve ser convertida em açoutes, visto que a disposição do mencionado art. 60 do Codigo Criminal só tem applicação a sentenças e não aos actos do Poder Moderador na sua ampla attribuição de minorar penas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 141.—FAZENDA.—Circular de 2 de Junho de 1864.

Os livros e documentos dos responsaveis exigidos pelas Thesourarias para quaesquer exames devem depois ser restituidos.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 2 de Junho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 23 de Maio proximo findo, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, quando tenhão de exigir dos responsaveis da Fazenda, embarcados nos navios da Armada, a exhibição dos livros e documentos da conta de dinheiro, a fim de proceder sobre elles a algum exame necessario para verificação do saldo existente em poder dos mesmos responsaveis, o qual deve ser recolhido aos cofres no fim de cada

anno financeiro ou exercicio, como se lhes recommendou em Circular de 4 de Outubro de 1860, não retenhão os referidos livros e documentos, pois que devem ser restituidos aos mesmos responsaveis, para os entregarem na Contadoria Geral da Marinha com os livros e documentos da conta de generos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 142.—IMPERIO.—Em 3 de Junho de 1864.

Resolve duvidas sobre a composição do Conselho Municipal de recurso.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex., n.º 77 de 7 de Maio proximo findo, com o qual submette á consideração do Governo Imperial o que a V. Ex. dirigio o Juiz Municipal da Cidade de Itajubá, expondo as razões por que até o dia 20 de Abril ultimo não tinha conseguido reunir o Conselho Municipal de Recurso. Pondera o mesmo Juiz que, depois de ter comparecido o 4.º Vereador, Dr. Domiciano da Costa Moreira, ao qual competia o lugar de segundo membro do Conselho, na qualidade de Presidente interino da Camara Municipal, apresentou-se o Presidente effectivo da mesma Camara, José Pereira Gomes, exigindo o seu lugar no referido Conselho, em substituição ao Vereador que já o occupava; pretenção esta, a que se oppoz aquelle Juiz pelas razões allegadas no supracitado officio.

Em resposta declaro a V. Ex. que, se, na occasião de reunir-se o Conselho, o dito Vereador, José Pereira Gomes, continuava impedido de exercer a presidencia da Camara Municipal, não podia elle de certo occupar o lugar de segundo membro do mesmo Conselho; pois que, segundo a doutrina do Aviso n.º 586 de 22 de Dezembro de 1860, combinado com o de n.º 184 § 1.º de 24 de Abril do mesmo anno, o impedimento que inhibe de exercer as funcções de Vereador priva de exercer qualquer cargo a que

o impedido seja chamado nessa qualidade; regra esta que comprehende tambem qualquer dos outros Vereadores, a quem fôr passada a presidencia da Camara.

Se, porém, como se póde inferir da exposição feita pelo Juiz Municipal, já tinha cessado o dito impedimento, nenhuma razão havia para que o 4.º Vereador, Dr. Domiciano da Costa Moreira, que occupava o lugar de segundo membro do Conselho, na qualidade de Presidente interino da Camara, deixasse de o ceder ao Presidente effectivo; porquanto o facto de ter este declarado não poder fazer parte do Conselho, por incommodos de familia, não podia dar ao dito Presidente interino o direito de continuar a funccionar no mesmo Conselho, ainda mesmo apresentando-se aquelle por ter cessado o referido impedimento.

Nas mesmas condições se acha o facto de ter sido exercida interinamente por outros Vereadores, em algumas sessões, a presidencia da Camara Municipal, visto que esta circumstancia não é bastante para que o Vereador, que estiver occupando o lugar de segundo membro do Conselho, por ter assumido essa presidencia interina, possa excluir o Presidente effectivo, ainda mesmo havendo cessado o impedimento deste, como parece ter acontecido com o cidadão José Pereira Gomes.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 143.—FAZENDA.—Circular de 3 de Junho de 1864.

As dividas provenientes de passagens a bordo dos vapores da Companhia Brasileira só podem ser requeridas pelo respectivo Gerente na Côrte.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em additamento á Circular n.º 1 de 11 de Janeiro do corrente anno, de-

clara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que ficão prohibidos nas ditas Thesourarias os pagamentos de passagens e fretes, a que tenha direito a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, por conta de qualquer dos Ministerios, ainda no caso de serem autorisados sob responsabilidade dos Presidentes das Provincias, e assim tambem a liquidação de dividas de exercicios findos da mesma origem, que forem requeridas pelas Agencias da referida Companhia, visto que sómente ao respectivo Gerente nesta Côrte é permittido requerer taes pagamentos, quer de dividas correntes, quer de exercicios já encerrados.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 144.—IMPERIO.—Em 3 de Junho de 1864.

Declara que a disposição do art. 109 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854 tambem comprehende as Escolas publicas de Instrucção primaria do sexo feminino.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 3 de Junho de 1864.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com a interpretação dada por essa Inspectoria, de accordo com o parecer do Delegado do 5.º districto da Instrucção primaria e secundaria deste municipio, ao art. 109 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, Ha por bem Mandar declarar que a disposição doutrinal do citado artigo tambem comprehende as escolas publicas de Instrucção primaria para o sexo feminino, porque nessas escolas se podem dar igualmente os inconvenientes que se teve em vista evitar com semelhante disposição.

O que communico a V. S. para seu conhecimento, em solução ao officio dessa Inspectoria de 19 do mez passado.

Deus Guarde a V. S.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Inspector Geral interino da Instrucção primaria e secundaria da Municipio da Côrte.

N. 145.—GUERRA.—Circular em 3 de Junho de 1864.

A's Presidencias das Provincias e á Pagadoria das Tropas da Côrte, fixando a data desde quando têm direito ao abono de soldo os Cirurgiões e Capellães do Exercito por occasião de serem nomeados e promovidos.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 3 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo fixar regra sobre o modo de abonar vencimentos aos Cirurgiões e Capellães que são nomeados para o serviço do Exercito: Determina Sua Magestade o Imperador que d'ora em diante lhes seja o soldo abonado da data em que prestarem juramento, por ser nessa occasião que se verifica a respectiva praça, competindo-lhes as gratificações e mais vantagens da data do exercicio das commissões, para que forem designados; e bem assim que, nos casos de promoção, lhes são inteiramente applicaveis as disposições contidas no Decreto de 12 de Abril de 1821, relativamente aos Officiaes do Exercito em geral.

O que tudo V. Ex. fará constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 146.— FAZENDA.— Em 3 de Junho de 1864.

Os requerimentos e documentos que transitão pelo Monte Pio dos Servidores do Estado não estão sujeitos a sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1864.

Declaro a V. S., para que se sirva faze-lo constar á Directoria Geral do Monte Pio dos Servidores do Estado, em solução á consulta constante do

seu officio de 22 de Outubro do anno passado, que não estão sujeitos ao pagamento do sello os requerimentos, certidões, attestados e mais documentos que transitão pelo mesmo Monte Pio; porquanto essa Associação de beneficencia não póde ser equiparada aos Tribunaes, Repartições Publicas e Juizes para o pagamento do sello fixo de que trata o § 1.º art. 58 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860; accrescendo que os seus livros são já isentos desse imposto na fórma do art. 85 do mesmo Regulamento, e nem póde fazer duvida o art. 13 das Instrucções de 12 de Novembro de 1863, que se refere aos papeis que transitão pelas Thesourarias de Fazenda.

Deus Guarde a V. S. — *José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Presidente da Directoria Geral do Monte Pio dos Servidores do Estado.

N. 147.— FAZENDA.— Em 4 de Junho de 1864.

Sobre o modo de calcular-se o sello dos capitaes das Companhias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Junho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 52 de 2 de Março deste anno do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, a que acompanhou o recurso da Companhia de navegação a vapor — Bahiana —, reclamando contra a decisão da mesma Thesouraria que sustentou a da Recebedoria de Rendas internas dessa Provincia no sentido do pagamento do sello com revalidação por não ter sido effectuado nos devidos prazos, da importancia do capital incorporado, sem levar-se em conta o sello pago pela Companhia da importancia e titulos por que comprou o privilegio da navegação, concedido primeiramente ás Companhias — Santa Cruz — e — Bomfim —, assim como os materiaes e dous vapores para a empreza, tudo na

importancia de setecentos contos de réis; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria de Fazenda, em resposta áquelle seu citado officio, que o Tribunal do Thesouro resolveu por equidade relevar a referida Companhia do pagamento da revalidação do sello das chamadas que se realizárão e que deixárão de paga-lo; convindo entretanto advertir que o pagamento do sello não se deve calcular sobre o capital effectivamente realizado, mas sim sobre a importancia total das entradas, conforme o art. 10 do Decreto de 13 de Agosto de 1863, o que deverá a Companhia faze-lo em um prazo dado, sob pena de ficar sem effeito a decisão tomada pelo Tribunal do Thesouro Nacional; e outrosim que, sendo devido o dito sello, não obstante o da transferencia dos direitos e privilegios das Companhias —Santa Cruz— e —Bomfim—, fica salvo á Companhia supplicante o favor do art. 38, § 6.º do Regulamento de 1860, quanto ás letras passadas por occasião desse contracto, se provar perante a Estação Fiscal competente as condições legaes desse favor.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 148.— JUSTIÇA. —Aviso de 7 de Junho de 1864

Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Decide que deve continuar a pratica de ser contemplado na distribuição dos feitos o Desembargador Procurador da Corôa.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio do Desembargador Procurador da Corôa da Relação dessa Provincia, representando contra a pratica, que considera abusiva em vista da Portaria de 11 de Abril de 1833, de ser contemplado na distribuição dos feitos que são julgados naquelle Tribunal, Houve por bem

Decidir por Sua Imperial Resolução de 14 de Abril de 1860, Tomada sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 14 de Fevereiro do mesmo anno, que deve continuar a pratica, contra a qual reclama o Desembargador Procurador da Corôa da Relação dessa Provincia; porquanto não ha lei que declarasse incompativel o exercicio desse cargo com o de julgar nos feitos em que o mesmo Procurador não é parte, não repugna a funcção de officiar como Procurador da Corôa em certos feitos com a de julgar em outros, nem da accumulação dos dous cargos resulta a impossibilidade de ser cada um delles servido e desempenhado satisfactoriamente, pois que o expediente dessa Relação é muito modico, comparado com o de outras, e não só os Procuradores da Corôa não são hoje o que forão antigamente, como nas Provincias, onde não existem as Secretarias de Estado, não correm negocios, sobre os quaes era e é ouvido o Procurador da Corôa na Côrte. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e assim o fazer constar.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.* — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 149.— FAZENDA. — Em 7 de Junho de 1864.

Não é admissivel o deposito nos entrepostos de mercadorias destinadas ao consumo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1864.

Constando que nos Entrepostos autorisados se tem depositado mercadorias não destinadas a entreposto nos termos dos arts. 4.º e 5.º do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte que não deve consentir sob pretexto algum nos referidos Entrepostos o deposito de mercadorias fóra das condições expressas e restrictas dos citados artigos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 150.—IMPERIO.—Em 7 de Junho de 1864.

Indica o modo por que deve o Cabido exercer a jurisdicção que lhe cabe logo que vaga a Sé.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 7 de Junho de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao Reverendo Cabido da Sé de Olinda que, constando ao Governo Imperial que o mesmo Cabido, exercendo a jurisdicção que lhe cabe em Sé vaga, havia eleito não só o Vigario capitular e os Economos, como tambem, contra o que prescreve o direito, o Vigario geral, o Provisor e o Promotor do bispado, ouvio a tal respeito o Reverendo Metropolita, que em officio de 28 do mez findo assim se expressa:

« Satisfazendo á ordem de Sua Magestade o Imperador, que me foi transmittida por V. Ex. em Aviso de 21 do corrente, tenho a honra de declarar a V. Ex. que o Vigario Capitular do bispado de Pernambuco me participou a sua eleição por officio de 9 deste mez, mas não me tocou nas nomeações de Provisor, Vigario geral e Promotor do bispado, feitas por elle ou pelo Cabido; vi, porém, no *Diario de Pernambuco* que essas nomeações tinhão sido feitas.

« O Concilio de Trento, revogando o direito antigo, dispôz, na secção 24 Cap. 16 de *reformat.*, que, vagando qualquer Sé Episcopal, o Cabido elegesse um ou mais Economos, que tomassem conta dos bens da mitra, e arrecadassem os seus proventos, e dentro de oito dias, contados da morte do Bispo, elegesse tambem um Official ou Vigario, ou confirmasse o existente; devolvendo-se para o Metropolita a eleição no caso de obrar o contrario.

« Das proprias palavras do Concilio vê-se que, para reger a diocese, o Cabido não póde eleger senão um Vigario, ou confirmar o já existente nomeado pelo Bispo fallecido, *item officialem, seu vicarium infra octo dies post mortem episcopi constituere, vel existentem confirmare, omnino teneatur:* excedeu-se, portanto, o Cabido de Per-

nambuco elegendo, além do seu Vigario, mais um Provisor, que Vigario é, e um Vigario geral; e estas nomeações estão nullas, ou fossem feitas pelo Cabido, ou pelo proprio Vigario Capitular, porque, passando para o Cabido toda a jurisdicção ordinaria do Bispo, se devolve esta toda inteira para o Vigario Capitular, o qual, por isso mesmo que é Vigario, não póde ter seus Vigarios tambem.

« A Congregação dos Bispos tem por vezes decidido que o Cabido não póde eleger senão um Vigario Capitular, em 6 de Agosto de 1569, em 12 de Março de 1607, e em 30 de Agosto de 1641; e se eleger mais de um a eleição se devolve ao Metropolita. Mas, se elege a muitos successivamente, o primeiro eleito deve continuar, com tanto que tenha os requisitos, como foi decidido pela mesma Congregação em o 1.º de Setembro de 1623. Ora, importando o acto do Cabido de Pernambuco a eleição de tres Vigarios, rigorosamente fallando, o mais que se póde conceder é que seja válida a eleição do primeiro; e de feito são nullas as do segundo e terceiro, embora tenhão os nomes de Provisor e Vigario geral; e deve o Cabido ser advertido para cassar sem demora estas nomeações ou eleições, antes que a consciencia dos fieis seja prejudicada com a nullidade de seus actos, e perturbada a paz das familias.

« Aonde iria o Cabido de Pernambuco achar arestos para este seu procedimento? Talvez no que acabou de acontecer na ultima vacancia desta diocese da Bahia: as circumstancias, porém, são muito diversas; o Vigario Capitular, tendo de presidir á Relação, não podia julgar na primeira instancia; daqui a necessidade de ter um Official para julgar no fôro contencioso, e outro para julgar no gracioso ou voluntario, e neste seu procedimento não houve novidade; tal tem sido a pratica da metropole brasileira, bem que se não descubra fundamento em direito, ou regra escripta, mas esta razão não milita a respeito das outras dioceses do Imperio, e accresce que os Vigarios geraes da Bahia são obrigados a appellar ex-officio de seus actos para a Relação Metropolitana.

« Se o Cabido, depois da eleição do Vigario, não póde mais exercer jurisdicção alguma, porque depois da eleição toda a jurisdicção episcopal passa

para o Vigario Capitular, como decidio a Congregação dos Bispos em 17 de Setembro e em o 1.º de Outubro de 1655, e na ausencia e molestia do Vigario Capitular a elle pertence nomear o substituto, e não ao Cabido, como foi declarado pela Congregação do Concilio; como é que o Cabido de Pernambuco, depois de ter eleito o Vigario Capitular, elege ainda dous outros Vigarios, inferiores sim, mas com jurisdicção propria de Vigario capitular e que só por elle deve ser exercida?!

« Feita a eleição do Vigario Capitular está perempta a acção do Cabido, e áquelle é que pertence a nomeação do Promotor, Vigarios foraneos, e mais empregados da diocese, durante a vacancia. Isto é corrente. »

A' vista do que, cumpre que o Reverendo Cabido, para salvaguardar interesses da maior importancia, declare quanto antes sem effeito as nomeações que irregularmente fez.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

N. 151.— IMPERIO.— Em 8 de Junho de 1864.

Regula o modo por que devem proceder as Ordens Regulares, quando obtiverem licença do Governo para celebrar contractos onerosos.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 8 de Junho de 1864.

Por Portaria de 11 de Janeiro de 1862 foi a administração desse Convento autorisada para contrahir um emprestimo que não excedesse a quantia de 40:000$000, a juro de 10 % ao anno, para o fim de pagar as dividas do mesmo Convento existentes até aquella data; podendo onerar sómente os alugueis dos predios que possue na Côrte, para levar a effeito o dito emprestimo, que deve ser amortizado em tres annos.

Informando sobre a execução que tem tido esta Portaria, como foi exigido por Aviso de 31 do mez

findo, declarou V. P. Rvm. em officio de 2 do corrente, que o emprestimo se realizára, mas que, sobrevindo despezas extraordinarias e imprevistas, não pôde a respectiva importancia ter a applicação indicada na referida Portaria.

Sendo muito irregular este procedimento, que tende a annullar a providencia contida na Lei de 9 de Dezembro de 1830, pois que, sem o consentimento do Governo, não podia dar-se áquella quantia senão o destino designado na citada Portaria, Manda Sua Magestade o Imperador que assim o declare a V. P. Rvm., para os fins convenientes.

E porque no mencionado officio V. P. Rvm. informa que se acha em parte amortizado o emprestimo de que se trata, Manda outrosim o Mesmo Augusto Senhor que V. P. Rvm. preste a este respeito mais circumstanciados esclarecimentos.

Deus Guarde a V. P. Rvm. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Provincial do Convento do Carmo da Côrte.

N. 152.—FAZENDA.—Circular de 11 de Junho de 1864.

Recommenda a execução do art. 768 do Regulamento das Alfandegas ácerca do modo por que se devem interpôr os recursos.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo por conveniente que os recursos das Alfandegas venhão ao mesmo Tribunal com todos os esclarecimentos, para que sobre dados certos e documentos sejão tomadas as deliberações do Thesouro, não bastando em muitos casos as informações, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que o fação constar aos das Alfandegas, que os recursos devem ser interpostos nos termos do art. 768 do Regu-

lamento das Alfandegas, e instruidos com os documentos que forem em bem da reclamação, sendo acompanhados dos despachos por certidão, e por intermedio do Chefe da Alfandega, com os esclarecimentos que este julgar necessarios.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 153.—IMPERIO.—Em 14 de Junho de 1864.

Declara que os Sacerdotes estrangeiros, nomeados Vigarios encommendados, estão sujeitos ás mesmas regras de punição que os Vigarios encommendados nacionaes.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 18 de Janeiro ultimo, no qual essa Presidencia, dando conta do procedimento do Vigario Encommendado Bonifacio Kluber, sacerdote estrangeiro, que casou Guilhermina Luppa com Christiano Kerst, sem que tivesse sido competentemente annullado o casamento que ella havia contrahido com o protestante Kessler, que ainda vive, declara que não submetteu a processo aquelle sacerdote por não haver acção official contra elle.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a ultima parte do dito officio, deu o seguinte parecer:

Que os clerigos estrangeiros, nomeados Vigarios Encommendados, tendo os mesmos direitos e obrigações que cabem aos Vigarios Encommendados brasileiros, e sendo iguaes aos Collados, menos na inamovibilidade, devem tambem estar sujeitos ás mesmas regras de punição a que estão os Collados e Encommendados nacionaes, os quaes tem por Juizes nos crimes de responsabilidade, como o de que se trata, os Juizes de Direito, segundo as disposições do art. 171 do Codigo do Processo Criminal, art. 25 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 §§ 1.º e 5.º, e arts. 200 § 1.º, 242 e 396 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.

A qualidade de empregado publico, de que os reveste a nomeação de Parocho, tornando publico o crime, os sujeita a processo ex-officio.

E Tendo-se Conformado o Mesmo Augusto Senhor por sua Immediata Resolução de 4 do corrente mez com referido parecer, assim o communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifaco de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 154. — JUSTIÇA. — Aviso de 14 de Junho de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Approva a decisão dada á consulta da Camara Municipal do Recife sobre substituição de Juizes de Paz.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 14 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente a Sua Magestade o Imperador o officio, em que essa Presidencia communicou que, em resposta á consulta da Camara Municipal da Capital: — « se, tendo fallecido o Juiz de Paz mais votado do primeiro districto da Freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves, já a finalisar-se o anno do seu exercicio, podia o cidadão José Pedro das Neves, eleito em segundo lugar, exercer as funcções do cargo no segundo anno do quatriennio »—, declarára que — « estabelecendo o Aviso de 12 de Janeiro de 1856 que o Juiz de Paz immediato em votos succede, como proprietario do lugar, ao que lhe precede, se a vaga que se der resultar de impedimento que não seja temporario, e, não podendo um Juiz de Paz servir como proprietario em dous annos differentes, seguia-se que devia servir no segundo anno o terceiro Juiz de Paz na ordem da votação, que se tornára proprietario do segundo lugar por morte do mais votado, o Padre José Leite Pitta Orti-

gueira »—, o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Approvar essa decisão, que está de accordo com o citado Aviso de 12 de Janeiro de 1856, e com os de 8 de Outubro de 1860 e 26 de Junho de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 155.—JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Junho de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Firma a intelligencia do Aviso de 15 de Março de 1864.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio de 19 de Abril ultimo, em que V. Ex., submette á consideração do Governo Imperial a duvida suscitada pelo Juiz de Direito da Comarca da Capital dessa Provincia sobre a intelligencia do Aviso de 15 de Março do corrente anno, diz que a questão proposta pelo seu antecessor no officio de 4 de Janeiro presuppõe que o Juiz Municipal substituto estava em exercicio por occasião de ser sorteado para o Jury, ao passo que na hypothese occorrida o primeiro substituto já tinha sido sorteado e estava funccionando como jurado, quando sobreveio o processo de que accidentalmente teve de tomar conhecimento, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que a differença das duas hypotheses não altera a decisão do Aviso de 15 de Março.

Este Aviso, declarando que os supplentes do Juiz Municipal devem entrar nas listas de jurados, e que o Juiz de Direito tem obrigação de dispensar aquelle que estiver em exercicio, firma a intelligencia de que o supplente do Juiz Municipal só é dispensado de servir no Jury, quando exerce a ju-

risdicção de Juiz; portanto na primeira hypothese é dispensado, porque dá-se o impedimento ao tempo em que é sorteado para o Jury, e na segunda, porque dá-se o impedimento pelo facto superveniente que o obriga a tomar conta da Vara Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos* —Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 156.—GUERRA.—Aviso em 15 de Junho de 1864.

Á' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando fazer carga a um official das forragens que indevidamente lhe forão abonadas desde que se apresentou nesta Côrte da licença, com que se achava, até que tomou posse do commando do 5.º Batalhão de Infantaria.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Junho de 1864.

Mande Vm. fazer carga ao Tenente Coronel Antonio Joaquim de Magalhães Castro, que actualmente se acha nesta Côrte, da quantia de 52$000, proveniente das forragens que indevidamente lhe forão abonadas pela folha do 5.º Batalhão de Infantaria no periodo decorrido de 25 de Setembro do anno proximo passado, em que se apresentou nesta Côrte da licença que obteve, até 21 de Outubro do mesmo anno, em que tomou posse do commando do referido Batalhão, cumprindo que a Fazenda Nacional seja indemnisada por meio de desconto da quinta parte do soldo.

Deus Guarde a Vm.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 157.—FAZENDA.—Em 15 de Junho de 1864.

Sobre as taxas que devem pagar os livros sujeitos ao sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, em resposta ao seu officio n.º 46 de 8 do corrente, que, na fórma do art. 63 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, os livros sujeitos ao sello (e nestes termos estão comprehendidos os já sujeitos antes do Regulamento citado) devem pagar as taxas do art. 61, não podendo haver combinação do art. 62, que só se refere aos que antes não pagavão sello, com o art. 63, do qual resulta a intelligencia de não poderem pagar menos de 40 réis os que já erão tributados, se nas suas dimensões tiverem apenas doze pollegadas de comprimento e oito de largo, e dahi para menos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 158.—FAZENDA.—Em 16 de Junho de 1864.

Sobre a alienação dos bens do Estado ou da Corôa a bem dos interesses das Provincias, Municipios, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 14 de Maio proximo passado, em que V. Ex. pede que se declare quaes as condições com que póde ser entregue á Companhia—City Improvements—o terreno de propriedade nacional existente entre o Quartel de Bragança e a rua da Quitanda, tenho de communicar a V. Ex. que, não havendo dispo-

sição alguma na Lei de 12 de Julho de 1845, sobre a desapropriação por utilidade publica, que autorise este Ministerio a consentir na alienação dos bens do Estado ou da Corôa, quando se torna necessaria ás obras das Provincias, municipios, ou concessionarios, prevalece em taes circumstancias o principio geral, e portanto semelhante alienação não póde ter lugar senão nos termos do art. 15 § 15 da Constituição do Imperio, mediante Decreto da Assembléa Geral Legislativa; ficando V. Ex. outrosim prevenido de que, existindo no caso em questão direitos contradictorios, quaes são os do Estado, e os do arrendatario do proprio nacional de que se trata, cujo contracto remetto junto, é claro que, além da indemnisação devida ao Estado pela Companhia, nos termos do art. 25 da Lei, se a alienação fôr autorisada pela Assembléa Geral, tem o arrendatario inquestionavel direito á mesma indemnisação distincta, conforme o art. 12 e outros, a qual tem de ser fixada, em falta de accordo entre elle e a Companhia pelo Jury competente que se deverá installar para esse effeito, tudo na conformidade da citada Lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Domiciano Leite Ribeiro.

N. 159.—IMPERIO.—Em 20 de Junho de 1864.

Recommenda que os Bispos não nomeem Vigarios para exercerem o cargo de Visitador, senão em casos muito especiaes e justificaveis.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Junho de 1864.

Exm. e Rvm. Sr.—Por Aviso de 12 do mez findo, dirigido ao Presidente da Provincia de Pernambuco, se declarou que os Vigarios Collados que forem nomeados pelos reverendos Bispos para exercerem o cargo de Visitador tem direito á percepção da respectiva congrua.

Sendo, porém, da maior conveniencia que os mesmos Vigarios não sejão distrahidos do exercicio do ministerio parochial, Manda Sua Magestade o Imperador recommendar a V. Ex. Rvm. que só em casos muito especiaes e justificaveis os dispense da residencia para exercerem o referido cargo.

Deus Guarde a V. Ex. Rvm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Bispo da Diocese de.....

N. 160.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Junho de 1864.

Declara: 1.º que a approvação da eleição de Deputados importa a dos respectivos eleitores; 2.º que devem reputar-se válidos os trabalhos das Juntas formadas em boa fé por eleitores de legislatura dissolvida.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio de 16 de Abril proximo passado, no qual V. Ex. consulta:

1.º Se, approvadas as eleições secundarias de um districto, considerão-se tambem approvadas as primarias respectivas.

2.º No caso affirmativo, se devem ser consideradas nullas as Juntas de Qualificação formadas pelos eleitores da legislatura dissolvida.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. quanto á primeira consulta; que, servindo a eleição de eleitores de base á de Deputados, não é possivel que a approvação desta deixe de importar a daquella, visto como seria absurdo approvar uma eleição de Deputados feita por eleitores, em cuja eleição tivesse occorrido irregularidade substancial.

Quanto á segunda: que, naquellas parochias onde as Juntas tiverem sido organisadas em boa fé pelos eleitores e supplentes da legislatura dissolvida, em razão de não haver essa Presidencia entendido e declarado que a approvação da eleição de De-

putados importava a dos eleitores que para ella tinhão concorrido, devem reputar-se válidos os seus trabalhos, porque os referidos eleitores da legislatura dissolvida erão competentes para a formação das Juntas, emquanto não fosse conhecida a approvação dos da actual, como declarou o Aviso n.º 243 de 9 de Novembro de 1849; e, segundo a doutrina dos Avisos de 4 de Outubro de 1861, e n.º 138 de 2 de Maio de 1862, a boa fé sana radicalmente o vicio da incompetencia.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 161.—GUERRA.—Aviso de 20 de Junho de 1864.

A' Presidencia de Pernambuco, declarando que nenhum direito tem ao abono de vencimentos por conta da Repartição da Guerra o Official posto á disposição de outro Ministerio.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex., n.º 397 de 12 de Maio proximo findo, expendendo o motivo pelo qual deixára de dar cumprimento ao disposto no Aviso de 20 de Abril antecedente a respeito do Capitão Domingos José Rodrigues; e, em resposta, declaro a V. Ex. que, havendo esse official seguido para essa Provincia á disposição do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e achando-se incumbido de serviços do mesmo Ministerio, nenhum direito tem a perceber vencimentos militares, senão quando estiver em effectivo serviço da Repartição da Guerra; cumprindo, portanto, que V. Ex. faça executar o determinado naquelle Aviso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 162.— FAZENDA. — Em 21 de Junho de 1864.

Declara quaes as faltas dos empregados que se podem considerar justificaveis quando motivadas por comparecimento a actos e funcções eleitoraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Junho de 1864.

Havendo Sua Magestade o Imperador, á vista de varias representações que subirão á Sua Augusta Presença, Resolvido Consultar á Secção de Fazenda do Conselho de Estado se sómente se devem considerar justificaveis as faltas motivadas pelo comparecimento dos empregados de Fazenda a actos e funcções eleitoraes, quando o serviço para que forem chamados fôr obrigatorio, e delle não puderem legalmente escusar-se, ou consistir no exercicio de um direito politico, a que tenhão de comparecer como qualquer outro cidadão, ou se igualmente se devem considerar justificaveis as faltas provenientes do serviço prestado na qualidade de Juiz de Paz ou Vereador; e, de conformidade com o parecer da mesma Secção:

Considerando que o art. 43 do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859 determina que as gratificações só serão devidas nos casos de impedimento por serviço gratuito a que os Empregados sejão obrigados por Lei, ou Ordem superior;

Considerando, outrosim, que o art. 124 do Regulamento das Alfandegas n.º 2.647 de 19 de Setembro de 1860, tendo o proposito de desenvolver a precedente disposição, declara que não se justifiquem as faltas provenientes do serviço de cargos ou empregos policiaes, do exercicio de Juiz Municipal, de Juiz de Paz e Vereador da Camara Municipal, e de prisão por motivo da Guarda Nacional;

Considerando, finalmente, a manifesta conveniencia de não privar o serviço publico, como se tem prescripto em diversas decisões ou Ordens do Thesouro Nacional, do trabalho dos Empregados de Fazenda, sempre que depender delles excusarem-se legalmente:

Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Declarar, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 18 do corrente, que são sómente justificaveis as faltas dos mesmos Empregados, por serviço gratuito e

obrigatorio por Lei, as que tiverem lugar pelo voto que deverem dar nas Assembléas Parochiaes e nos collegios eleitoraes, bem como nas Juntas de Qualificação, com tanto que não sirvão nellas simplesmente como Juizes de Paz; e por ordem superior as provenientes de outro serviço que não seja remunerado; sendo injustificaveis as que provierem dos casos de que trata o referido art. 124 do Regulamento das Alfandegas. O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

—Expedio-se Circular ás Thesourarias na mesma conformidade.

N. 163.—GUERRA.—Circular de 23 de Junho de 1864.

Mandando cessar a pratica de serem nomeados Officiaes do Exercito para cargos policiaes, e dispensar desde já os que se achão incumbidos de taes commissões.

2.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo prejudicial ao serviço militar a conservação de Officiaes do Exercito no exercicio de cargos de Policia, tem o Governo Imperial resolvido que não sejão elles distrahidos das funcções de seu posto, recommendando terminantemente a V. Ex. que faça cessar a pratica de se nomearem Officiaes para semelhantes Commissões, sendo desde já dispensados os que dellas se acharem incumbidos nessa Provincia. O que tenho por muito recommendado a V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Carlos de Araujo Brusque.*— Sr. Presidente da Provincia de...

N. 164.—GUERRA.—Aviso de 25 de Junho de 1864.

A' Pagadoria das Tropas da Côrte, determinando o abono da segunda prestação do premio de voluntario, logo que tenha completado tres annos de serviço, deduzido o tempo da matricula na Escola Militar, a uma praça que declarou não pretender continuar a estudar.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 25 de Junho de 1864.

Em deferimento á supplica do 2.º Sargento do 1.º Batalhão de Artilharia a pé Juvencio Pereira Ferreira, se lhe manda abonar a segunda prestação do premio de voluntario, logo que tenha completado tres annos de serviço, deduzido o tempo de matricula na Escola Militar, visto ter declarado que não pretendia continuar a estudar, e não lhe ser, por isso, applicavel o disposto no Aviso de 11 de Junho de 1861, que excluio da percepção de premio os voluntarios e engajados que frequentão as Escolas.

O que communico a Vm. para sua execução no caso presente e semelhantes.

Deus Guarde a Vm.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 165.—MARINHA.—Aviso do 1.º de Julho de 1864.

Declara qual o gráo na jerarchia militar, a que corresponde o lugar de mestre, além das demais classes de Officiaes de prôa.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em o 1.º de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução, de 28 de Junho, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, de 30 de Maio, ácerca do officio desse Quartel General, n.º 175, de 18 de Fevereiro, tudo do corrente anno, Houve por bem Mandar declarar que, em vista da legislação em

vigor, relativamente á materia, de que trata o mesmo officio, na jerarchia militar correspondem os Mestres de 1.ª classe aos 1.os Sargentos; os Mestres de 2.ª classe aos 2.os Sargentos; os Guardiães aos Forrieis; os Artifices a Cabos de Esquadra; os Fieis de Commissario de 1.ª classe a Mestres de 1.ª classe, e por conseguinte a 1.os Sargentos; os Fieis de 2.ª classe e os Mestres d'Armas a Mestres de 2.ª classe, ou a 2.os Sargentos; e finalmente os Escreventes a Guardiães ou Forrieis: o que communico a V. Ex., para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Chefe de Divisão, encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 166. — GUERRA. — Aviso do 1.º de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia da Bahia, declarando que o producto da venda dos cavallos inutilisados deve ser escripturado como despeza a annullar no paragrapho respectivo, quando estes tiverem sido comprados no exercicio que estiver aberto, e como renda eventual, quando pertencerem a exercicios anteriores.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em o 1.º de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Constando das contas do Conselho Economico do Esquadrão de Cavallaria, relativas ao 1.º semestre de 1862, que forão recolhidos á caixa das forragens 341$500, producto da venda de cavallos inutilisados, expeça V. Ex. ordem para que essa quantia seja recolhida á Thesouraria da Fazenda, como renda eventual, ficando esta disposição em regra, para assim se proceder em casos semelhantes; advertindo que, se em taes casos os cavallos inutilisados tiverem sido comprados no exercicio que estiver aberto, o producto da venda deverá ser escripturado como despeza a annullar no paragrapho respectivo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 167.—MARINHA.—Aviso de 4 de Julho de 1864.

Manda que da renda proveniente da joia e estadia de navios, que fabricão no Dique, se deduza a importancia da despeza correspondente.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1864.

Attendendo ao que representou a Contadoria de Marinha em officio n.º 838, de 25 de Maio ultimo, tenho por conveniente ordenar que da renda do Dique Imperial da Ilha das Cobras, entregue no cofre dessa Intendencia, segundo o disposto na ultima parte do art. 27 das instrucções de 27 de Novembro de 1863, seja deduzida a importancia da despeza feita com o serviço, a que a mesma renda corresponder, isto é, com o pessoal da administração, operarios, serventes, combustivel, e mais accessorios necessarios á machina de esgoto, e trabalho do referido Dique, entregando-se no Thesouro Nacional a receita liquida de taes importancias.

Nestes termos cumpre que a Inspecção do Arsenal, sempre que se tratar de pagamentos de semelhante natureza, remetta á Contadoria uma demonstração do pessoal e seus vencimentos, e bem assim da qualidade, quantidade e preços do material consumido, a fim de que alli se possa effectuar o competente movimento de escripturação.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Capitão de Mar e Guerra Intendente da Marinha.

N. 168.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Firma a intelligencia do art. 32 do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 29 de Janeiro do corrente anno, submettendo á decisão do Governo Imperial a representação do Escrivão de Orphãos do Termo da Granja contra o Juiz de Direito da Comarca, por ter em correição habilitado orphãos, julgado por sentença uma partilha, e mandado passar certidão de partilhas.

O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, que concordou com a opinião emittida pelo antecessor de V. Ex., Houve por bem Decidir que o Juiz de Direito da Comarca da Granja não podia em correição habilitar orphãos e julgar uma partilha; porque o Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, dando aos Juizes de Direito no § 5.º do art. 32 a attribuição de emendar, reformar ou supprimir erros, nullidades ou irregularidades nos inventarios, definio no art. 56 o que se deve entender por essa suppressão de nullidades, que é unicamente nota-las, comminando ou impondo penas e decretando a responsabilidade; e o § 10 do referido art. 32 declara que a jurisdicção correccional do Juiz de Direito em materia de inventario não é exclusiva da que compete tambem e ordinariamente ao Juizo de Orphãos, e que ella não póde exceder da que no dito artigo se estabelece.

Quanto porém ao facto de haver o Juiz de Direito mandado passar certidão de partilhas, cujos autos estavão sujeitos á correição, Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor Mandar declarar que o Escrivão da Correição era competente para esse acto, em virtude da 2.ª parte do art. 6.º do citado Decreto n.º 834.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 169.— FAZENDA.— Aviso em 4 de Julho de 1864.

Sobre o direito dos apprehensores a entrega do producto de mercadorias que fôra adjudicado á Fazenda Nacional por sentença do Poder Judiciario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1864.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso do Cabo de Esquadra José da Veiga Menezes e Soldado Manoel Francisco Pereira, ambos do Corpo Policial da Côrte, do despacho dessa Inspectoria que lhes recusou a entrega do producto da apprehensão, que effectuárão, de varias mercadorias, o qual fôra adjudicado á Fazenda por sentença do Poder Judiciario, dada no processo de contrabando contra Roberto Léon, Piloto da galera franceza *France & Chile*, resolveu dar provimento ao mesmo recurso, tendo por liquido o direito dos recorrentes; porquanto o art. 56 do Codigo Criminal, sómente manda adjudicar ás Camaras Municipaes o producto das multas; e quanto á perda das mercadorias, a pena, neste caso, procede por transferencia de propriedade para o Estado, sem outra tradição; sendo certo que as Leis demittem logo em parte, ou no todo, o producto aos apprehensores, cujos direitos não sendo directos e independentes da Administração se exercem sobre os bens e multas adquiridas pelo Thesouro, operando-se assim a devolução por facto da Lei do mesmo Thesouro para os denunciantes ou funccionarios, ou outros agentes, incumbidos da policia fiscal.

O Juizo da ajudicação é distincto. O Juizo do processo não podia fazer senão o que fez, isto é, adjudicar as mercadorias ao Estado, mas devem ser por este devolvidas aos apprehensores em vista das disposições legaes que lhes attribuem ao respectivo producto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 170.—FAZENDA.—Circular em 7 de Julho de 1864.

A despeza com as gratificações pela tomada de contas depende da concessão de credito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, para evitar a irregularidade que se tem dado em algumas Thesourarias de entenderem que a autorisação para a tomada de contas, e a fixação das gratificações que devião perceber os liquidadores, era permanente para todos os exercicios, esquecendo-se que as despezas desta natureza são subordinadas á consignação respectiva; declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que semelhante despeza, posto que autorisada esteja pela Ordem n.º 2 de 21 de Janeiro de 1863, não poderá ser feita senão pelo credito que fôr concedido para a verba — Ajudas de custo e gratificações extraordinarias —; cumprindo que os mesmos Srs. Inspectores informem em quanto calculão a dita despeza para o exercicio de 1864—1865, a fim de deliberar-se como convier, segundo as forças da consignação que fôr decretada.

José Pedro Dias de Carvalho.

N: 171.—FAZENDA.—Circular em 7 de Julho de 1864.

Regula o ajustamento da conta dos Officiaes reformados.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, as Instrucções desta data regulando o ajustamento da conta de soldos dos Officiaes do Exercito reformados.

José Pedro Dias de Carvalho.

Instrucções.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, reconhecendo a necessidade de regular o ajustamento da conta de soldos e mais vencimentos dos Officiaes do Exercito que sendo reformados passão a ser pagos no Thesouro e Thesourarias de Fazenda pela verba e folha de —reformados—, e de accordo com o disposto no Decreto de 21 de Julho de 1794 e Avisos do Ministerio da Guerra de 9 de Setembro de 1861 e 16 de Fevereiro deste anno, ordena se observe o seguinte:

1.° Os Officiaes do Exercito tem direito ao soldo e mais vencimentos correspondentes ao exercicio em que estiverem até o dia anterior ao da publicação da reforma no Corpo ou lugar em que se acharem, o que será provado por meio de guia expedida na Côrte pela Pagadoria das Tropas, e nas Provincias pelos Commandantes dos Corpos, ou autoridades a quem competir expedi-la.

O pagamento do soldo da reforma se fará effectivo no Thesouro, depois de apresentada a patente, e pago o sello e direitos devidos, precedendo assentamento, e inclusão em folha, e nas Thesourarias depois de praticadas as solemnidades exigidas na Circular do Thesouro n.° 89 de 20 de Fevereiro de 1861, e nos termos prescriptos nella.

2.° Aos Officiaes que forem reformados com o accesso e soldo correspondente, na conformidade da hypothese 1.ª do Alvará de 16 de Dezembro de 1790, se abonará o mesmo soldo ou a maioria sobre o que estavão percebendo, desde a data do Decreto da reforma embora seja esta publicada posteriormente, do mesmo modo que se pratica a respeito dos promovidos, em virtude do Decreto de 12 de Abril de 1821, e art. 6.° do de 29 de Janeiro de 1842 e Instrucções de 10 de Janeiro de 1843.

José Pedro Dias de Carvalho.

Disposições á que se refere as Instrucções supra.

Hypothese 1.ª do Alvará de 16 de Dezembro de 1790.

Que todos os Officiaes de minhas tropas que contarem de trinta e cinco até quarenta annos de serviço effectivo, possão obter reforma com o seu soldo por inteiro e com augmento gradual de patente, quando a sua idade ou molestias a exigirem.

Decreto de 21 de Julho de 1794.

Sendo-me presente a multiplicidade de requerimentos que diariamente sobem a Minha Real presença, de Officiaes Inferiores, Soldados e Tambores do Meu Exercito, que, alcançando baixa nos seus respectivos Corpos, vem a obter reforma por Decretos ou Provisões do Meu Conselho de Guerra; supplicando-me nos mesmos requerimentos o pagamento de seus soldos desde o dia em que fôrão escusos até a data das mencionadas Provisões; para simplificar esta materia e estabelecer para o futuro uma regra fixa em tudo conforme as Minhas Reaes Intenções: Sou servido determinar que, todos os individuos que para o futuro obtiverem reforma por Decretos ou Provisões do Meu Conselho de Guerra, sejão satisfeitos de seus soldos e rações pelas Thesourarias Geraes de Guerra, desde o dia de sua baixa em diante, servindo-lhes os ditos Decretos e Provisões unicamente de titulo para assim se lhes dever satisfazer; e esta mesma regra será tambem applicavel a todos os individuos que tiverem obtido Decretos e Provisões de reforma, desde o 1.º de Janeiro de 1794 em diante, sem dependencia de nova Mercê: o Conselho de Guerra o tenha assim entendido e faça expedir as ordens necessarias na sobredita conformidade. Palacio de Queluz a 21 de Julho de 1794. — Com a Rubrica do Principe Nosso Senhor.

Decreto de 12 de Abril de 1821.

Sendo do Meu Real agrado ampliar as beneficas providencias com que Fui servido occorrer, por Decreto de 23 de Março proximo passado, aos vexames que Me constou estarem experimentando os Officiaes do Meu Exercito nas differentes estações por onde erão obrigados a fazerem transitar suas patentes; e tendo Eu alli determinado que apenas baixarem á Minha Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra os Decretos de nomeação ou promoção dos ditos Officiaes, ella faça lavrar, sellar e promptificar as respectivas patentes, para subirem assim promptas á Minha Real assignatura, e dellas serem immediatamente entregues ás partes, sem que estas sejão obrigadas a fazê-las transitar pelas differentes estações onde teem de ser registradas ou averbadas: mas devendo unicamente apresentar conhecimento em fórma de terem pago na Thesouraria Geral das Tropas a total importancia dos direitos e emolumentos que até agora pagavão em cada uma das sobreditas estações separadamente: Hei por bem ordenar que, independentemente da promptificação das patentes, e sómente em virtude dos Decretos de nomeação ou promoção, entrem desde logo os agraciados nos exercicios de seus postos, e gozo dos correspondentes soldos, expedindo-se a esse fim, da Secretaria de Estado, officio de participação aos respectivos Chefes dos mesmos agraciados, de cujos soldos, que lhe serão abonados desde a data dos seus Decretos, se começará desde logo a abater pela decima parte a total importancia dos direitos e emolumentos que sobre taes patentes se achão assentados. Porquanto Sou servido que, remettendo-se da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra á Thesouraria Geral das Tropas, no principio de cada mez, uma relação das patentes que no decurso do precedente mez alli houverem baixado da Minha Real assignatura, e se acharem promptas para se entregarem ás partes, a mesma Thesouraria satisfaça a cada uma das Estações o computo que em razão de direitos ou emolumentos a cada uma dellas deva competir; ao mesmo tempo que das patentes se fará pela Secretaria de Estado, remessa ex-officio aos Chefes que as devem fazer cumprir, quando pelas

partes não sejão procuradas, e a cargo dos ditos Chefes fica inhibido fazê-las entregar aos agraciados, e promover o embolso da minha Real Fazenda, quer seja pelo mencionado desconto da decima parte de seus soldos áquelles que os percebem, quer seja pelo prompto e simultaneo pagamento do total avanço feito pela Thesouraria Geral, na fórma acima declarada, áquelles Officiaes que não percebem soldo pela Minha Real Fazenda.—*Silvestre Pinheiro Ferreira etc.* Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1821.—Com a Rubrica de Sua Magestade.

Decreto de 29 de Janeiro de 1812, art. 6.°

Os soldos dos Officiaes do Exercito são devidos desde o dia da data do Decreto da promoção, mas não poderá verificar-se o seu pagamento, emquanto os promovidos não houverem satisfeito os direitos da Fazenda Nacional.

Instrucções de 10 de Janeiro de 1813, art. 6.°

Os soldos são devidos aos Officiaes do Exercito desde a data do Decreto da promoção; mas não poderá verificar-se o pagamento emquanto não solverem os direitos da Fazenda Nacional. (Regulamento n.° 119 de 29 de Janeiro de 1812.)

Aviso do Ministerio da Guerra de 9 de Setembro de 1861.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios da Guerra em 9 de Setembro de 1861.

Sua Magestade o Imperador, Deferindo a supplica do Capitão reformado Vicente Ferreira Gomes, Ha por bem ordenar que Vm. lhe mande ajustar contas, pagando-lhe por inteiro os vencimentos a que tiver direito, conforme o exercicio em que esteve até a data da publicação de sua reforma no Corpo

ou lugar em que se achava; pois que o soldo da reforma só deve correr dessa data em diante, passando-lhe depois guia para o Thesouro Nacional.

Esta disposição ficará regulando os casos semelhantes de reforma ou demissões, porque não é justo que o Official, estando em serviço e tendo recebido vencimentos a que tinha incontestavel direito, tenha de soffrer posteriormente desconto do que muito regularmente tinha recebido.

Deus Guarde a Vm.—*Marquez de Caxias.*— Sr. Luiz Cezar de Atayde.

Aviso do Ministerio da Guerra de 16 de Fevereiro de 1864.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Fevereiro de 1864.

Circular ás Thesourarias de Fazenda, sobre os ajustes de contas dos Officiaes do Exercito por occasião de reforma. Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e execução que a respeito dos ajustes de contas dos Officiaes do Exercito, por occasião de reforma, se deve observar o seguinte: os Officiaes que tiverem melhoramento de soldo, perceberão tal augmento desde a data do Decreto ou Resolução, que os reformar; e aos que, pelo contrario, soffrerem diminuição, por não contarem ainda 25 annos de serviço, será abonado o soldo da patente de effectivo até a data da publicação da reforma, sem desconto de mais vantagens, se até então tiverem estado em exercicio.

José Marianno de Mattos.

N. 172.—MARINHA.—Aviso de 8 de Julho de 1864.

Determina que pelo Quartel General se dê andamento ás Provisões passadas pelo Conselho Supremo Militar ás praças de pret da Armada, quando são reformadas.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 8 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Tomando em consideração o que representára o Conselho Supremo Militar, em data de 13 de Junho ultimo, Houve por bem, por Immediata e Imperial Resolução de 6 do corrente, Determinar, que, assim como se pratica com as patentes dos Officiaes da Armada, por esse Quartel General se dê andamento ás Provisões passadas pelo referido Conselho Supremo ás praças de pret da mesma Armada, quando são reformadas; devendo, portanto, para que taes Provisões tenhão o conveniente destino, e produzão seus effeitos, remetter V. Ex., ao Thesouro Nacional, aquellas que pertencerem á praças domiciliarias nesta Côrte, e ás Thesourarias de Fazenda as das residentes nas respectivas Provincias: o que communico á V. Ex., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General.

N. 173.—JUSTIÇA.—Aviso de 9 de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Approva a decisão, resolvendo duvidas sobre a intelligencia dos arts. 106 e 108 do Regulamento n.º 1.569 de 3 de Março de 1855.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 25 de Fevereiro do corrente anno, em que V. Ex. communicou que, de accordo com o parecer do Presidente interino do

Tribunal da Relação dessa Provincia, resolvêra as duvidas, propostas pelo Juiz Municipal e de Orphãos substituto do Termo de Coroatá, sobre a intelligencia dos arts. 106 e 108 do Regulamento n.º 1.569 de 3 de Março de 1855, declarando que a custa de um mil réis, marcada ao Escrivão por escrever o inquerito de cada testemunha e depoimento das partes, comprehende as formulas essenciaes do inquerito, tal como o juramento, etc., e que a prohibição de estada maior de tres dias ao Juiz de Orphãos, consignada no art. 32 do mesmo Regulamento, comprehende implicitamente o Escrivão que o acompanhar para o inventario.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão de V. Ex.; pois que mandando o art. 105 do Regulamento incluir nas custas do auto de inventario e partilha os termos de juramento que nelle se houver deferido, não é admissivel que o Escrivão exija novas custas pela declaração de que a testemunha jurou; e o que está determinado no art. 32 do Regulamento, á respeito dos Juizes em materia de estadas, se deve observar em relação aos Escrivães de Orphãos por força dos arts. 109 e 134 combinados.

Deus Guarde á V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos.*— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 174.— FAZENDA. — Aviso em 11 de Julho de 1864.

Declara que pago o sello do capital de uma Companhia Bancaria não se deve exigir novo sello de suas caixas filiaes.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Fazenda em 11 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimente da Companhia Bancaria denominada — London and Brasilian Bank — (limited) declara ao Sr. In-

spector da Thesouraria da Provincia da Bahia que tendo a mesma Companhia Bancaria pago nesta Côrte o sello do seu capital não está obrigada a novo pagamento na referida Provincia; o que o Sr. Inspector fará constar ao Administrador da Recebedoria para o seu conhecimento, e a fim de fazer restituir qualquer somma que por este titulo tenha recebido.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 175.—JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.— Approva a decisão dada ás duvidas, propostas pelo Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, ácerca dos effeitos da suspensão correccional imposta a um Escrivão do publico, judicial e notas, e da sua substituição temporaria na parte relativa aos officios de Tabellião de hypothecas e Escrivão do Jury.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio do antecessor de V. Ex., communicando que, achando-se suspenso correccionalmente pelo Juiz Municipal do Termo de Paranaguá o 1.º Escrivão do publico, judicial e notas, e, duvidando o Juiz de Direito da Comarca se essa suspensão se estendia aos officios de Tabellião do registro geral de hypothecas, e Escrivão privativo do Jury, que accumula o mesmo serventuario, julgou prudente para evitar nullidades que se conservasse suspenso de todos os officios, e determinou que fosse substituido na parte relativa ao officio de hypothecas pelo Escrivão de Orphãos, e quanto ao do Jury pelo 2.º Escrivão interino.

O Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Approvar a decisão dada pelo antecessor de V. Ex. á consulta do Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, declarando: 1.º, que, não sendo a

suspensão correccional a pena de que trata o art. 58 do Codigo Criminal, mas a definida no art. 50 § 3.º do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, pena disciplinar de natureza administrativa, como declara o art. 2.º do Decreto n.º 1.884 de 7 de Fevereiro de 1857, não se estendia ao exercicio dos dous officios, que não são annexos ao primeiro, mas privativos e distinctos, e que podião ser exercidos por outro serventuario; 2.º, que, á vista da disposição do art. 5.º do Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851, não podia o Juiz de Direito designar o Escrivão de Orphãos para servir o officio de Tabellião de hypothecas, que deve ser substituido por um dos Tabelliães de Notas, e na falta destes pelos do Judicial. O que communico á V. Ex. para seu conhecimento, e assim o fazer constar.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 176.—FAZENDA.—Aviso de 15 de Julho de 1864.

Sobre as faltas dos Empregados por funccionarem nas Mesas eleitoraes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 182 de 26 de Outubro de 1863 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, transmittindo o requerimento de Julio da Silveira Lobo, 2.º Escripturario da respectiva Alfandega, no qual recorre da decisão da mesma Thesouraria que lhe mandou descontar os vencimentos relativos a sete dias que faltou á Repartição por haver funccionado como membro da Mesa eleitoral da freguezia de S. José do Recife, em Agosto do referido anno, facto este confirmado pelo Juiz de Paz que presidira a eleição.

Considerando que a Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 18 de Junho ultimo, publicada

no *Diario Official* de 8 do corrente mez, decide que são sómente justificaveis as faltas dos empregados por serviço gratuito e obrigatorio por lei, as que tiverem lugar pelo voto que deverem dar nas Assembléas Parochiaes e nos Collegios Eleitoraes, bem como nas Juntas de qualificação, com tanto que não sirvão nellas como simples Juizes de Paz.

Considerando que o serviço dos membros das mesas eleitoraes é gratuito, e ao mesmo tempo obrigatorio, á vista da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, art. 126 § 5.º, n.º 2, e Decretos n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856 e n.º 2.621 de 22 de Agosto de 1860, art. 1.º, pois que se comminão multas aos eleitores e supplentes, e mais cidadãos que, convocados, não comparecerem para a formação das Mesas Parochiaes. Declara ao referido Sr. Inspector que o recorrente acha-se comprehendido na citada Resolução de consulta, e, portanto, no caso de lhe serem justificadas as faltas que dera pelo motivo acima exposto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 177.—IMPERIO.—Circular em 15 de Julho de 1864.

Recommenda aos reverendos Bispos que, sempre que receberem noticia da vacancia de qualquer beneficio ecclesiastico, o fação logo pôr em concurso.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 15 de Julho de 1864.

Exm. e Rvm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Ha por bem Mandar Declarar a V. Ex. Rvm. que, para exacta observancia do Alvará das Faculdades, cumpre que V. Ex. Revm., sempre que receber noticia da vacancia de qualquer beneficio ecclesiastico, o faça logo pôr em concurso.

O que o Mesmo Augusto Senhor Ha por muito recommendado a V. Ex. Rvm.

Deus Guarde a V. Ex. Rvm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Bispo da Diocese de...

N. 178. — FAZENDA. — Em 16 de Julho de 1864.

Sobre o abono de vencimentos a Empregados suspensos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista os officios n.os 41 e 44 de 27 de Abril e 3 de Maio ultimos do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, declara-lhe que bem procedeu mandando abonar a José Francisco Carneiro Junqueira, durante o tempo de sua suspensão, não só o ordenado de Inspector da dita Thesouraria, mas tambem a gratificação extraordinaria de 1:200$ por anno que lhe foi arbitrada em attenção as suas circumstancias especiaes, emquanto estivesse no desempenho da sobredita commissão.

Não foi porém acertada a deliberação que se deprehende dos balanços, de pagar ao dito Empregado, desde 12 de Dezembro de 1863, data em que cessou de comparecer á Thesouraria, a gratificação que faz parte do vencimento dos Empregados de Fazenda; pois que a percepção della só o effectivo exercicio dá direito; devendo, portanto, ser promovida a restituição da importancia da mesma gratificação, que compete ao Inspector interino, o Chefe de Secção Nicoláo José de Castro Costa. Cumpre, outrosim, que o Sr. Inspector fique na intelligencia de que a gratificação extraordinaria do referido Junqueira deve cessar logo que conste officialmente a exoneração delle do cargo de Inspector, passando a perceber desde então, emquanto se demorar na Provincia unicamente, o ordenado de 1.º Escripturario da Thesouraria de Fazenda do Maranhão, salvo o caso de suspensão por effeito de pronuncia, porque em tal hypothese só a metade lhe será devida até que obtenha absolvição ou seja condemnado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 179.—GUERRA.—Aviso de 16 de Julho de 1864.

Ao Presidente de Mato Grosso, ampliando ao Official que exercer cumulativamente o lugar de Ajudante do Corpo e o de Commandante de Companhia, as disposições do Aviso n.º 134 de 11 de Março de 1861, quanto á gratificação de exercicio, que compete ao que commanda duas Companhias.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Cumprindo que a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia tenha conhecimento das irregularidades encontradas no exame da despeza effectuada no mez de Dezembro do exercicio aberto de 1863—1864, transmitta-lhe V. Ex. o incluso relatorio organisado na 1.ª Secção da Repartição de Contabilidade deste Ministerio, para que proceda de accordo com as suas indicações e elucide as duvidas alli propostas. Convém que V. Ex. declare á Thesouraria da Fazenda que o Official que exercer cumulativamente o lugar de Ajudante do Corpo e o de Commandante de Companhia está no mesmo caso do que commanda duas Companhias, quanto ao abono da gratificação de exercicio, isto é, tem direito á indemnisação das despezas do expediente da Companhia, na conformidade do Aviso n.º 134 de 11 de Março de 1861, e opta pelos vencimentos inherentes ao outro emprego.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 180.—FAZENDA.—Aviso em 16 de Julho de 1864.

A respeito do despacho de fazendas encontradas em volume diverso do constante da nota para o despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Julho de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Antonio Ance da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que julgou procedente a apprehensão de uma caixa encontrada de mais no volume n.º 1,

marca A A, contendo varias fazendas não declaradas na nota do despacho, sendo multado o despachante em dous terços do valor das mesmas fazendas, nos termos da ultima parte do art. 556 do Regulamento das Alfandegas e o mesmo Tribunal:

Considerando que, tendo o recorrente recebido duas caixas n.os 1 e 2, com as marcas A A, entregára as facturas a seu despachante, declarando que os dous volumes continhão um carrinho e fazendas, conforme se achava declarado no manifesto; e que devendo o despacho ser formulado dos dous volumes conjunctamente, o fôra de um só, em que se julgava estar unicamente o tilbury, deixando de parte o outro, e que assim, dando-se a circumstancia de estarem as fazendas em um só volume com o tilbury, forão encontrados no segundo apenas os varaes;

Considerando que não ha prova alguma de que as fazendas viessem acondicionadas como occultas, porque, além de estarem declaradas no manifesto, constava das facturas originaes entregues ao despachante; não devendo a simples allegação do conferente de se acharem ellas occultas, sem outra prova mais, ser sufficiente para imposição de pena tão forte como a do citado art. 556, na qual a Inspectoria condemnára o despachante; tanto mais quando o proprio conferente declarou que as fazendas em questão poderião passar desapercebidas se não fosse tirado o tilbury, caso este que se não deveria dar.

Resolveu reformar a decisão recorrida, declarando que, nos termos do art. 27 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, deve o recorrente pagar os direitos das fazendas encontradas em uma caixa no volume n.º 1, e mais uma importancia igual para o conferente.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 181.—FAZENDA.—Em 18 de Julho de 1864.

Sobre o direito á percepção de gratificação dos Empregados de Fazenda impedidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em ordem n.º 29 de 16 do corrente mez approvo o acto da Thesouraria de Fazenda da Provincia a cargo de V. Ex., pelo qual mandára abonar a José Francisco Carneiro Junqueira, desde o dia 12 de Dezembro de 1863, em que cessou de comparecer á Repartição, além do ordenado de Inspector da mesma Thesouraria a gratificação extraordinaria de 1:200$ annuaes que lhe foi arbitrada emquanto permanecesse nessa commissão.

Não póde, portanto, ser deferido o requerimento do Chefe de Secção Nicoláo José de Castro e Costa, pedindo que lhe fosse dada a mesma gratificação desde a data em que começou a exercer interinamente o lugar de Inspector.

Quanto ao pedido de qualquer outra gratificação no caso de ser aquella recusada, cumpre ponderar a V. Ex. que o Chefe de Secção, substituindo o Inspector, desempenha uma das funcções do seu cargo, e na mesma Repartição onde está servindo; que a respeito do Inspector interino não se dão as circumstancias especiaes que induzírão o Governo Imperial a conceder a mencionada gratificação extraordinaria: e, finalmente, que o deferimento de semelhante pretenção equivaleria a um augmento, embora indirecto, nos vencimentos do Inspector da referida Thesouraria.

Assim, pois, fica respondido o officio de V. Ex. n.º 20 de 7 de Maio proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 182.— FAZENDA.—Em 18 de Julho de 1864.

Declara improcedente a apprehensão de objectos que se achavão incluidos na lista dos sobresalentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Giuseppe Zaccarino, Capitão da polaca italiana *Dominico*, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que julgou procedente a apprehensão de dez relogios e nove pares de sapatos de borracha, feita em acto de busca dada a bordo pelo Ajudante do Guarda-mór, por lhe constar que os referidos objectos não estavão manifestados; e o mesmo Tribunal:

Considerando que esta apprehensão teve lugar no dia 31 de Dezembro de 1863, e que nesse mesmo dia apresentára o recorrente a lista dos sobresalentes á Alfandega, na qual mencionava os ditos objectos, declarando-se que fôra apresentada em tempo;

Considerando que o Capitão, não apresentando na occasião da visita de entrada a dita lista, o podia fazer dentro de 48 horas, e que, pelo art. 472 do Regulamento das Alfandegas, ao Inspector, á vista della, cumpria designar os objectos, que, por sua natureza e destino, não podião ser classificados como taes, e os devia fazer logo descarregar como mercadoria importada para consumo, ou permittir o seu despacho, se assim o requeresse o Capitão, ou consignatario do navio;

Considerando que, embora não devessem ser incluidos na lista dos sobresalentes os objectos que por sua natureza não podião ser classificados como taes, comtudo uma vez incluidos em tempo não erão sujeitos pelo art. 472 a apprehensão, e apenas a direitos de consumo em dobro, ficando a imposição destas penas a arbitrio da Inspectoria.

Resolveu dar provimento ao referido recurso, para que fique de nenhum effeito a apprehensão e multa imposta ao Capitão da polaca italiana *Dominico*.

O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos, procedendo-se ulteriormente de conformidade com os arts. 415, 471 e 472.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 183.— GUERRA.—Aviso de 19 de Julho de 1864.

Ao Presidente de Mato Grosso, approvando as Instrucções organisadas pelo Director do respectivo Arsenal de Guerra, estabelecendo um systema de receita e despeza dos menores, desempenhando o Director as funcções de Presidente e Fiscal, e o seu Ajudante as de Thesoureiro do Conselho Economico.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 82 de 11 de Maio ultimo, que merecêrão a approvação do Governo Imperial as Instrucções organisadas pelo Major Director do Arsenal de Guerra dessa Provincia, estabelecendo um systema de escripturação da receita e despeza dos menores daquelle Estabelecimento, os quaes V. Ex. mandou pôr provisoriamente em execução, ficando porém estabelecido que o Director desempenhará as funcções de Presidente e de Fiscal do Conselho Economico, a exemplo do que se pratica nos Conselhos dos Corpos de duas Companhias, e o Ajudante do Director as de Thesoureiro.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.*— Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 184.— FAZENDA.—Circular em 20 de Julho de 1864.

Proroga por quatro mezes o prazo para o troco das notas de 200$000.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que fica prorogado por mais quatro mezes o prazo para o troco sem desconto das notas do Governo de 200$000 em substituição.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 185.—FAZENDA.—Circular em 20 de Julho de 1864.

Recommenda que se não excedão os creditos para despezas do Ministerio da Marinha.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, recommenda aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade do Aviso do Ministerio da Marinha de 20 de Junho proximo passado, que tenhão o maior cuidado em não mandar effectuar despezas que possão exceder os creditos em rubricas, nas quaes, segundo lei expressa, é prohibido ao Governo abrir creditos supplementares, e nem distrahir os creditos para fins diversos daquelles para que forão especialmente distribuidos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 186.—IMPERIO.—Aviso em 21 de Julho de 1864.

Resolve duvidas sobre trabalhos de qualificação de votantes.

3.ª Secção. —Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. —Com o officio de V. Ex. n.º 90 de 2 de Maio passado forão presentes a Sua Magestade o Imperador os que V. Ex. dirigio aos 1.os Juizes de Paz de algumas parochias dessa Provincia, decidindo varias duvidas que occorrêrão relativamente aos trabalhos das respectivas Juntas de Qualificação.

Consta dos referidos officios que V. Ex. proferio as seguintes decisões.

1.ª Declarou ao Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação de Santa Cruz, e outros, que nas

Parochias, em que os novos eleitores não tivessem sido ainda reconhecidos pelo Poder competente, devião ser convocados para a formação das Juntas os eleitores e supplentes da Legislatura passada, que foi dissolvida, como se achava decidido pelo Aviso n.º 243 de 9 de Novembro de 1849, e outros, e que naquellas, em que não existissem eleitores da Legislatura passada por não terem sido eleitos, ou por não ter sido approvada a eleição, devia ter lugar a providencia do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, convocando-se os oito cidadãos immediatos em votos aos Juizes de Paz Presidentes das Juntas.

2.ª Declarou V. Ex. ao 1.º Juiz de Paz da Parochia do Principe que, visto terem sido annulladas as duas eleições de eleitores, feitas em Agosto do anno passado na dita parochia, devia-se igualmente recorrer á providencia do citado art. 2.º do Decreto de 23 de Agosto de 1856.

3.ª Respondeu V. Ex. á consulta que lhe fez o 1.º Juiz de Paz da Parochia dessa Capital, declarando-lhe que, não obstante acharem-se convocados os eleitores e supplentes da passada Legislatura para a formação da Junta, devia convocar novamente os da actual, visto já se acharem reconhecidos,

4.ª Tendo sido sorteados para o Jury alguns membros da Junta de Qualificação da referida parochia dessa Capital, declarou V. Ex. ao respectivo Presidente que, á vista do que estava decidido pelos Avisos n.º 95 de 17 de Junho de 1847, n.º 6 de 9 de Janeiro de 1849 e n.º 92 de 20 de Fevereiro de 1861, devião elles continuar nos trabalhos da Junta, communicando ao Presidente do Tribunal o motivo da falta.

5.ª Tendo os membros da Junta de Qualificação da mesma parochia dessa Capital representado que não era possivel concluirem-se os trabalhos da revisão da lista dos votantes dentro dos vinte dias marcados no art. 20 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e que, além disto, fazia-se necessario o adiamento dos trabalhos por alguns dias até que fossem obtidos dados e esclarecimentos necessarios, resolveu V. Ex. adiar os trabalhos da referida Junta para o dia 30 de Abril, e mandar que continuassem depois por espaço de oito dias.

6.ª Tendo sido installada regularmente a Junta de Qualificação da Parochia de Angicos com os eleitores

e supplentes da Legislatura passada, por não se acharem ainda approvados os da actual, trabalhou ella até o fim da primeira reunião, sendo affixada no interior da Igreja Matriz copia do alistamento dos votantes, quando se suscitárão duvidas ácerca da legalidade da formação da Junta. Respondendo V. Ex. acertadamente a essas duvidas, que a Junta tinha sido organisada legalmente, ordenou que para a segunda reunião fossem convocados os eleitores e supplentes da actual Legislatura visto acharem-se reconhecidos.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem approvar as quatro primeiras decisões por seus fundamentos, com declaração, porém, quanto á terceira, que, tendo-se de fazer nova convocação para a formação da Junta, deve dar-se, como da primeira vez, o prazo de um mez conforme o disposto no art. 4.º da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, explicado pelo Aviso n.º 148 de 3 de Abril de 1860 § 2.º

Quanto a 5.ª Manda declarar a V. Ex. que, se o seu acto se limitou a interromper os trabalhos da Junta, elle é approvado por se fundar no Aviso n.º 82 de 23 de Abril de 1847 § 1.º; mas que se, por effeito delle, forão augmentados os dias de trabalho, não póde ser approvado, porque os vinte dias, durante os quaes devem trabalhar as Juntas de Qualificação, não podem ser excedidos como declarou o Aviso n.º 148 de 3 de Abril de 1860 § 5.º de accordo com o art. 20 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Quanto á 6.ª, finalmente, que o acto de V. Ex. não póde ser approvado; porque, á vista do que se acha decidido e explicado nos Avisos n.º 610 de 30 de Dezembro de 1861, e n.º 11 de 16 de Janeiro de 1862, a Junta de Qualificação de votantes da parochia de Angicos devia continuar nos seus trabalhos até completa-los, não obstante achar-se approvada a nova eleição de eleitores pelo poder competente, cumprindo portanto que, annullados os trabalhos da segunda Junta organisada pelos eleitores e supplentes da actual Legislatura, V. Ex. ordene que se reuna a primeira para tomar conhecimento das reclamações na fórma do art. 22 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 187.—GUERRA.—Aviso de 21 de Julho de 1864.

Ao Presidente do Piauhy, declarando que foi irregular o abono de gratificação de exercicio e de forragens a um Tenente Ajudante durante o tempo em que funccionou em um Conselho de Guerra, visto que nenhum outro vencimento lhe competia nestas circumstancias, além das vantagens geraes.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Competindo aos Officiaes empregados nos Conselhos de Guerra apenas o abono das vantagens geraes, conforme determina o Aviso de 21 de Julho de 1860, e reconhecendo-se pelo recibo do Tenente Ajudante da Guarda Nacional Clementino Luiz Pereira Rangel que a Thesouraria de Fazenda indevidamente lhe pagára a gratificação de exercicio e as forragens inherentes ao cargo de Ajudante, no periodo decorrido de 19 de Outubro a 6 de Novembro do anno proximo passado, em que funccionára como membro de um Conselho de Guerra, ordene V. Ex. á mesma Thesouraria que arrecade a quantia de 21$393, proveniente da importancia total do supracitado abono, o qual, além de ir de encontro ao disposto no referido Aviso, infringe o preceito geralmente estabelecido de que as gratificações são inherentes aos exercicios.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 188. — FAZENDA. — Aviso em 21 de Julho de 1864.

A parte de ajuda de custo de preparos de viagem e de 1.º estabelecimento só póde ser abonada aos Empregados nomeados para empregos com caracter de effectividade.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Fazenda em 21 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requerimento do Chefe de Secção da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso, Joaquim Pires da Silva, pedindo a ajuda de custo por ter sido mandado pela respectiva Presidencia, por duas vezes, em commissão, servir o lugar de Inspector da Alfandega de Albuquerque em Abril e Junho de 1861; ordena ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que, pelo credito conferido no art. 2.º do Decreto n.º 1.198 de 16 de Abril ultimo, mande abonar ao supplicante a quantia de duzentos mil réis (200$000) como indemnisação das despezas maiores que deveria ter feito na sua estada em Albuquerque nas duas vezes que alli foi mandado em serviço especial e extraordinario. E por esta occasião declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao seu officio n.º 83 de 21 de Outubro do anno passado, que bem procedeu não mandando abonar ao referido Empregado na sua volta os preparos de viagem que no citado requerimento reclama, pois que a elles não tem direito, não o tendo tambem ás despezas de 1.º estabelecimento, por só competir esta parte da ajuda de custo a aquelles que são nomeados para exercer empregos com caracter de effectividade e permanencia, caracter que se não póde conceder em quem é especial e extraordinariamente encarregado de serviço semelhante ao que o dito Empregado desempenhou.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 189.—FAZENDA.—Em 23 de Julho de 1864.

Os direitos de 5 % são exigiveis dos Chefes de Policia todas as vezes que exercem este lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista uma certidão passada na Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará, a requerimento do Juiz de Direito Francisco de Faria Lemos, na qual se diz que não forão cobrados os direitos de 5 % da gratificação de 1:600$000 que o dito Magistrado percebia como Chefe de Policia da Provincia, pela razão de não haver differença entre a referida gratificação e a que cessára de receber como Chefe de Policia do Piauhy; declara ao Sr. Inspector da supradita Thesouraria que foi irregular aquelle acto, visto que o imposto de 5 % é exigivel todas as vezes que se exerce o cargo, na fórma da Circular de 26 de Maio de 1863. Ordena, outrosim, ao mesmo Sr. Inspector que informe ao Thesouro que tempo servio o mencionado Chefe de Policia e quanto deixou de pagar do imposto acima alludido.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 190.—JUSTIÇA.—Aviso de 25 de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declarando que os Officiaes Militares reformados podem ser nomeados Delegados ou Subdelegados nos lugares em que residão.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o seu officio de 2 deste mez consultando, se a ordem contida no Aviso deste Ministerio de 4 de Junho ultimo mandando demittir Officiaes militares, que se achassem occupando cargos policiaes, se refere tambem aos

Officiaes reformados do Exercito; e em resposta tenho a declarar-lhe que essa ordem é applicavel tanto aos Officiaes do Exercito, como de Policia em effectivo serviço; não abrange, porém, os reformados, que residirem nos lugares, para os quaes sejão empregados como Delegados ou Subdelegados de Policia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 191.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 26 de Julho de 1864.

Manda que as cartas vindas do Perú pelo rio Amazonas paguem porte como as que no Imperio são conduzidas pelos Correios terrestres.

Directoria do Correio.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 26 de Julho de 1864.

Attendendo á que, não obstante determinar o art. 226 do Regulamento n.º 399 de 21 de Dezembro de 1844, que nas cartas e mais papeis ou quaesquer maços recebidos das nações estrangeiras, se lançará sempre (venhão ou não porteados) porte igual ao sello que se deve pagar nos correios maritimos do Imperio, mandou o Aviso de 20 de Dezembro de 1854, que as cartas importadas por terra do Estado Oriental do Uruguay na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul paguem porte igual ao sello das cartas nos correios terrestres do Imperio: e tendo o Aviso de 12 de Junho de 1856 estabelecido igual disposição para as cartas, que do Paraguay são mandadas para a Provincia de Mato Grosso: ordene V. S. que se faça applicação destas disposições á correspondencia, que nas Provincias do Pará e Amazonas fôr importada da Republica do Perú, isto é, que as cartas paguem

60 réis pelas primeiras quatro oitavas, e depois mais 30 réis de cada duas oitavas ou fracção de duas oitavas que accrescerem: e todos os mais papeis nesta mesma conformidade.

Deus Guarde a V. S.—*João Pedro Dias Vieira.*— Sr. Director da 4.ª Directoria da Secretaria da Agricultura.

N. 192.— IMPERIO. — Aviso em 28 de Julho de 1864.

Declara que a irregularidade proveniente da ausencia do Escrivão do Juizo de Paz ou da Subdelegacia nos trabalhos da Junta de qualificação, não é motivo para serem annullados.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Com o officio de 25 de Junho ultimo foi presente á Sua Magestade o Imperador copia do acto, pelo qual V. Ex. annullou os trabalhos da Junta de Qualificação da Parochia de Paranaguá, pelo fundamento de ter o Juiz de Paz Presidente da mesma Junta procedido irregularmente juramentando um cidadão para servir de Escrivão de Paz, quando este não se achava impedido, visto como sendo elle ao mesmo tempo Escrivão da Subdelegacia, o facto de ter sido suspenso como Escrivão de Paz não o inhibia de servir, attendendo-se a que a sua suspensão não obstava ao exercicio de Escrivão da Subdelegacia.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex., que, bem que seja baseada no Aviso n.º 188 de 24 de Abril de 1861 § 2.º a doutrina de que a suspensão do empregado publico, qualquer que seja a sua origem, só estende-se a todas as outras funcções publicas que tenha direito de exercer, quando fôr imposta na fórma do art. 58 do Codigo Criminal, todavia não póde merecer Sua Imperial Approvação o acto de V. Ex., por isso que, segundo a doutrina dos Avisos de 25 de Junho

de 1863 e 19 de Maio do corrente anno, a irregularidade proveniente da ausencia do Escrivão de Paz, ou da Subdelegacia nos trabalhos das Juntas de qualificação, não influe sobre a validade dos mesmos trabalhos. Portanto cumpre que V. Ex. faça declarar válidos os trabalhos da mencionada Junta, dissolvendo a outra que por V. Ex. foi convocada, segundo participa no referido officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 193. — FAZENDA. — Aviso de 29 de Julho de 1864.

Os conhecimentos de pagamento de impostos estão sujeitos ao sello fixo quando forem juntados como documentos, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1864.

Communico a V. S., para o devido conhecimento e a fim de que o faça constar ao Collector de Rendas Geraes do Rio Claro, em resposta ao seu officio de 16 de Março ultimo, que o Tribunal do Thesouro resolveu indeferir o recurso de Manoel da Costa Cardoso, relativamente á cobrança, que fez aquelle Collector, do sello fixo de 200 rs. do conhecimento de meia siza da adjudicação de dous escravos, que foi junto a uns autos como documento; porquanto, como já foi declarado por Circular de 26 de Março de 1862, os conhecimentos de pagamento de impostos passados pelas repartições de arrecadação geraes ou provinciaes, estão sujeitos ao sello fixo, quando forem, como documentos juntados a requerimentos, memoriaes, autos, etc. Mui devidamente, portanto, cobrou o Collector do Rio Claro o sello fixo de que se trata. O sello proporcional, averbado *irregularmente* no mesmo conhecimento, corresponde ao acto de que se deve ter passado o respectivo titulo, e não áquella quitação do pagamento de meia siza, que, nas circumstancias expostas, deve pagar o sello fixo, como fica dito.

E porque não só o Collector do Rio Claro, mas tambem alguns outros recebedores pratiquem a irregularidade de fazerem averbar nos conhecimentos de pagamentos de impostos o sello proporcional, a que por ventura esteja sujeito o contracto, convirá que V. S. faça condemnar semelhante pratica, declarando por circular aos demais exactores da Fazenda que o averbamento do referido sello deve ter lugar nos proprios contractos ou papeis, quando forem escriptos por particulares, e por meio de uma guia ou nota do Tabellião ou Escrivão, quando o contracto ou transacção tiver de ser reduzido a escriptura publica, ou a auto judicial, como adjudicação e outros, tudo nos termos dos arts. 101 e 102 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Deus Guarde a V. S. — *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 194.—FAZENDA.—Circular em 29 de Julho de 1864.

O averbamento do sello proporcional deve ser feito nos proprios contractos, etc.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que em algumas Repartições de arrecadação se pratica a irregularidade de averbar-se nos conhecimentos de pagamentos de impostos o sello proporcional, a que por ventura está sujeito o respectivo contracto ou titulo qualquer, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o averbamento de semelhante sello deve ter lugar nos proprios contractos ou papeis, quando forem escriptos por particulares, e por

meio de uma guia ou nota do Tabellião ou Escrivão, quando o contracto ou transacção tiver de ser reduzido a escriptura publica, ou a auto judicial, como adjudicação e outros, tudo nos termos dos arts. 101 e 102 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 195. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Julho de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declarando que os Parochos não podem ser compellidos debaixo de vara a ir a Juizo dar informações.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, á Quem foi presente o seu officio de 5 deste mez cobrindo uma representação, em que o Vigario Collado na Freguezia de Nossa Senhor da Assumpção, Termo de Cabo Frio, José Francisco Marques, se queixa contra o Delegado de Policia daquelle Termo por tê-lo obrigado a ir a Juizo dar informações sobre um arrombamento praticado na Igreja Matriz da dita Freguezia, em virtude do qual se instaurou o competente processo, Manda declarar a V. Ex., depois de ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, com cujo parecer Se conformou, que os Parochos não podem ser compellidos, debaixo de vara, á ir á Juizo dar informações, e que o Aviso n.º 43 de 5 de Julho de 1844, e art. 89 do Codigo do Processo Criminal nenhuma applicação tem ao caso de que se trata. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 196.— FAZENDA — Em o 1.° de Agosto de 1864.

Sobre a intelligencia do art. 12 das Instrucções de 12 de Novembro de 1863.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em o 1.° de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que em algumas Provincias se está dando á disposição do art. 12 das Instrucções de 12 de Novembro do anno passado uma intelligencia diversa da que deve ter, provindo disso augmento inutil de expediente tanto nas Thesourarias de Fazenda, pelas informações que prestão ás Presidencias, como no Thesouro, declara aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias, para a devida intelligencia e execução, que os pensionistas do Monte-pio dos Servidores do Estado residentes nas Provincias, que quizerem receber suas pensões nas Thesourarias, como lhes é facultado pelas referidas Instrucções, devem requere-lo directamente á Directoria do mesmo Monte-pio.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 197. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 2 de Agosto de 1864.

Estendendo aos collaboradores da Repartição das Terras Publicas a disposição da ultima parte do art. 44 do Regulamento n.° 2.748 de 16 de Fevereiro de 1861, que não considera faltas as que os empregados dão quando em serviço publico gratuito, ou obrigatorio por Lei.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 2 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial um officio do Inspector da Thesouraria da Fazenda dessa Provincia, datado de 15 do corrente mez,

em que aquelle funccionario submette á consideração do Governo o pedido de um dos collaboradores da Repartição das Terras Publicas, concernente ao pagamento da quantia de 4$300, que de seus vencimentos foi descontada por ter faltado quatro dias á Repartição, em virtude de se achar no Jury. E porque o pedido do supplicante ache apoio na 3.ª parte do art. 44 do Regulamento n.º 2.748 de 16 de Fevereiro de 1861, que rege a Secretaria deste Ministerio, declaro a V. Ex., para que faça constar ao Inspector da Thesouraria, que o pedido do supplicante deve ser tomado em consideração para o fim de ser-lhe paga a quantia reclamada: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Pedro Dias Vieira.* — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N. 198.—JUSTIÇA.— Aviso de 3 de Agosto de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declarando que nos casos crimes não se communica aos Consules a prisão dos subditos das respectivas nações, mas que nas prisões correccionaes, são os mesmos postos á disposição daquellas autoridades.

Illm. e Exm. Sr.— Accusando recebido o seu officio n.º 53 de 23 do mez ultimo, em que consulta se o Aviso Circular de 14 de Setembro de 1833, que manda communicar aos respectivos Agentes Consulares as prisões dos subditos estrangeiros, deve ou não ser observado, tenho a declarar a V. Ex. que nos casos crimes não se faz nenhuma communicação, e que todos os estrangeiros presos correccionalmente deverão ser logo postos á disposição dos Consules de sua nação, para lhes darem o conveniente destino.

Deus Guarde a V. Ex.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 199. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 3 de Agosto de 1864.

Sujeita os Juizes Commissarios á compra dos objectos necessarios ao serviço, de que se acharem encarregados, visto receberem elles emolumentos das partes.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 3 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. datado de 16 de Junho ultimo, em que para satisfazer a requisição do Juiz Commissario do Municipio de Cimbres, pede que lhe sejão remettidas a legislação das terras publicas, uma bussola e correntes, tenho a declarar a V. Ex. para fazer constar aquelle Juiz Commissario, que á sua custa deve comprar os objectos necessarios ao serviço, de que se acha encarregado, visto receber elle emolumentos das partes. E por esta occasião chamo de novo a attenção de V. Ex. para as informações exigidas por Aviso de 14 de Março do anno corrente.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 200. — GUERRA. — Aviso de 4 de Agosto de 1864.

A' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando abonar, do corrente mez em diante, aos Sargentos mandadores do Batalhão de Engenheiros a gratificação de engajados, na razão de 130 rs., correspondente ao soldo de praça do Corpo de Artifices.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 4 de Agosto de 1864.

Em deferimento á supplica do 2.º Sargento mandador do Batalhão de Engenheiros Esmeraldo José da Veiga, mande Vm. abonar-lhe a gratificação de engajado, na razão de 130 rs., correspondente ao

soldo de soldado do Corpo de Artifices, visto que dando o Regulamento de 23 de Janeiro de 1855 aos Sargentos mandadores de Engenheiros soldo maior que o marcado para os Sargentos daquelle Corpo, não é regular que sejão igualados na gratificação aos dos Corpos de Infantaria.

Esta disposição será extensiva desde o 1.º deste mez aos que estiverem em caso identico.

Deus Guarde a Vm.— *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 201.— FAZENDA.— Em 5 de Agosto de 1864.

Nos recibos dos vencimentos dos Officiaes militares deve se declarar se achão-se ou não quites com os cofres publicos.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em conformidade do Aviso do Ministerio da Guerra de 28 de Julho proximo passado, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, no acto de se notarem os recibos dos vencimentos, a que tiverem direito os Officiaes do Exercito, se faça constar por uma verba no verso dos mesmos recibos se os referidos Officiaes achão-se ou não quites com os cofres publicos, devendo-se fazer menção de quanto ficão restando, se por ventura tiverem carga por adiantamentos ou ajustes de contas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 202.— IMPERIO. — Aviso de 6 de Agosto de 1864.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.— Declara que os oito cidadãos que devem ser convocados, dada a hypothese do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, são os immediatos ao Juiz de Paz que tiver de presidir a Junta de Qualificação.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Com o officio dessa Presidencia n.º 15 de 15 de Fevereiro do corrente anno, foi presente a S. M. o Imperador a decisão, pela qual o antecessor de V. Ex. declarou ao 4.º Juiz de Paz da parochia de Piancó, que devião ser convocados, para a formação da Junta de Qualificação da parochia da Misericordia, os oito cidadãos que fossem immediatos em votos ao 1.º Juiz de Paz, ainda que, por impedimento deste, fosse feita a convocação por algum dos outros Juizes.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Sua immediata Resolução de 23 de Julho proximo findo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 de Junho antecedente, Houve por bem não approvar a referida decisão; porquanto, dado o caso de não ser o 1.º Juiz de Paz quem fizesse a convocação e presidisse á Junta, mas sim o 2.º, 3.º ou 4.º, resultaria daquella decisão ficar comprehendido no numero dos convocados o proprio Presidente da mesma Junta; o que a lei não quer, quando manda convocar os seus immediatos; e comprehendido assim o referido Presidente, teria o direito de votar para a formação da referida Junta, o que a lei tambem não quer, como a entende o Aviso n.º 304 de 5 de Setembro de 1857 § 5.º, o qual expressamente declara que, quando a eleição dos membros da Junta fôr feita por cidadãos tirados da lista dos Juizes de Paz, o Presidente não poderá votar, sem que á doutrina deste Aviso obste a decisão dada pelo de n.º 445 de 15 de Outubro de 1860, o qual evidentemente se refere á hypothese de ser feita a eleição dos membros da Junta pelas turmas dos eleitores e dos supplentes.

Não merecendo, portanto, a referida decisão a Imperial approvação, o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que os oito cida-

dãos, que devem ser convocados, dada a hypothese do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, são os immediatos em votos ao Juiz de Paz que tiver de presidir á Junta de Qualificação.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 203.—IMPERIO. — Em 6 de Agosto de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.— Declara que, por se mudarem do 1.º para outro districto da mesma Parochia, não perdem os Juizes de Paz daquelle districto o direito de presidirem a Mesa parochial.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. de 6 de Julho proximo passado foi presente a Sua Magestade o Imperador a decisão, pela qual V. Ex declarou á Camara Municipal dessa Capital que a presidencia da Mesa Parochial na eleição de eleitores, a que se tinha de proceder na Parochia de Cariacica, competia aos Juizes de Paz do 1.º districto, não obstante passarem a ter as suas residencias no 2.º em virtude da alteração de limites entre os dous districtos, decretada pela Lei Provincial de 11 de Março ultimo.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar a referida decisão; porquanto, continuando aquelles Juizes de Paz a ter as suas residencias na Parochia de Cariacica por terem mudado simplesmente de districto, é claro que não perdêrão a competencia para presidirem a Mesa Parochial como se deduz dos Avisos n.º 110 de 10 de Agosto de 1847, e n.º 340 de 14 do mesmo mez de 1860, os quaes declarão, de accordo com o art. 3.º da Lei regu-

lamentar das eleições de 19 de Agosto de 1846, que os Juizes de Paz, que se mudárão para fóra da Parochia, perdem o direito de intervirem como taes nas respectivas eleições.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 204.—IMPERIO.—Aviso de 8 de Agosto de 1864.

Ao Presidente de Pernambuco.—Declara que o Juiz de Paz que, em consequencia de alteração de limites entre duas parochias, fica com a sua residencia mudada de uma para outra, não póde presidir á Mesa daquella a que deixou de pertencer pelo dito facto.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 8 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao alto conhecimento de S. M. o Imperador o officio de 27 de Junho ultimo, no qual V. Ex. expõe que a Lei provincial de 13 de Maio do corrente anno incorporou á parochia da Varzea parte do territorio da de S. Lourenço da Mata, onde tem a sua residencia o Juiz de Paz desta ultima parochia; e consulta se este Juiz, que ficou assim residindo na Parochia da Varzea, póde presidir á Mesa Parochial da de S. Lourenço da Mata nas proximas eleições municipaes.

E o Mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que o Juiz de Paz de que se trata, não póde certamente presidir á Mesa Parochial da Freguezia de S. Lourenço da Mata; porquanto, a residencia na parochia é uma das condições indispensaveis para que o Juiz de Paz possa ahi exercer jurisdicção eleitoral, segundo o art. 99 da Lei de 19 de Agosto de 1846, accrescendo além disto que o art. 3.º da dita lei que regula a competencia da presidencia da Mesa Parochial dá claramente a entender que se refere aos Juizes de Paz que não tenhão mudado de parochia, pois tal é o valor das palavras — embora

se tenha procedido á outra eleição —, palavras que devem ser entendidas de conformidade com os principios da mesma lei, que não dispensa a residencia.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e a fim de expedir as ordens necessarias de conformidade com esta decisão.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 205. — GUERRA. — Aviso de 8 de Agosto de 1864.

Ao Director da Colonia Militar do Urucú, declarando que, na falta de proprios nacionaes, é regular que se abone um quantitativo para casas ao Medico e Capellão, e especificando quaes os vencimentos e a gratificação, que competem ao ultimo e áquelle Director.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 8 de Agosto de 1864.

Em resposta ao officio dessa Directoria n.º 15 de 28 de Maio ultimo, declaro a Vm. que, se na Colonia não ha proprios nacionaes, é regular que ao Medico e Capellão se abone um quantitativo para casas, devendo este ser regulado pelo preço dos alugueis de outros edificios de particulares. Por esta occasião previno a Vm. que, a contar do 1.º de Julho, só deverá abonar ao Padre Capellão os vencimentos correspondentes aos de Capellão Alferes da Repartição Ecclesiastica, que são soldo 36$000 e addicional 40$000 mensaes, e etapa de 1$000 diarios, como dispõe o art. 20 do Regulamento das Colonias Militares, que baixou com o Decreto n.º 729 de 9 de Novembro de 1850, e que da mesma fórma o Director ultimamente nomeado, Pedro Viegas de Menezes, só deverá perceber a gratificação mensal de 50$000, que lhe marca o art. 16 do precitado Regulamento.

Deus Guarde a Vm. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Director da Colonia Militar do Urucú.

N. 206.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1864.

Autorisa a despeza com recrutas para a Marinha.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade dos Avisos do Ministerio da Marinha de 14 de Junho e 26 de Julho ultimos, que ponhão á disposição das Presidencias das respectivas Provincias, por conta do credito já aberto para a verba—Despezas extraordinarias e eventuaes—as sommas que forem necessarias para a despeza com a acquisição de recrutas com que no anno financeiro de 1864—65 deve contribuir cada uma das Provincias especificadas na relação junta, em conformidade das Instrucções mandadas observar pelo Decreto n.º 1.591 de 14 de Abril de 1855, além do numero, que fôr possivel obter, de menores para a Companhia de Aprendizes Marinheiros e dos voluntarios.

José Pedro Dias de Carvalho.

Nota a que se refere a Circular n.º 35 desta data dos recrutas com que no anno financeiro de 1864—65 deve contribuir cada uma das Provincias abaixo declaradas.

Pernambuco	120
Bahia	120
Ceará	40
Piauhy	30
Maranhão	80
Sergipe	40
Alagôas	50
Parahyba	40
Rio Grande do Norte	30
Pará	80
Amazonas	20
Espirito Santo	30
Paraná	30
S. Paulo	100
Santa Catharina	50
Rio Grande do Sul	80
Minas Geraes	80

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 8 de Agosto de 1864. — *José Severiano da Rocha.*

N. 207.—FAZENDA.—Em 8 de Agosto de 1864.

Recommenda a execução do Decreto de 5 de Dezembro de 1849 contra os exactores remissos; e toda a celeridade nas diligencias fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 1 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo de 18 de Julho ultimo dirigido á Directoria Geral do Contencioso, dando cumprimento ao que lhe foi determinado pela circular da mesma Directoria de 12 de Fevereiro deste anno sob n.º 41, e em que informa achar-se actualmente preso na cadêa da Villa de Itapemerim o ex-Administrador interino da respectiva Mesa de Rendas Joaquim José da Silva Quintaes pelo alcance verificado da quantia de 5:583$463, correspondente ao arrecadado no trimestre de Julho a Setembro de 1861, ultimo de sua serventia; quantia que deixou de recolher aos cofres, e que hoje se eleva a 6:960$205 com os respectivos juros de 9 % ao anno; recommenda ao mesmo Sr. Inspector a maior celeridade na tomada da conta do dito responsavel, observando fielmente o Decreto de 5 de Dezembro de 1849 contra os exactores remissos ou em alcance para com a Fazenda Nacional, e dando as providencias necessarias para que todos os actos e diligencias fiscaes nestes casos se effectuem com a maior presteza, a fim de evitar que se conservem os exactores detidos nas prisões por longo tempo contra as disposições do citado Decreto, as quaes tendem a definir logo a situação do responsavel, para que a Administração possa proceder ulteriormente como convém.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 208. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1864.

Declara que os arrebites de ferro para cravação de caldeiras de vapor não estão isentos do pagamento de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de João Maylor & C.ª da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que negou o despacho livre de direitos de consumo aos arrebites de ferro para cravação de caldeiras de vapor, que se achão tarifados a 30 réis a libra no art. 1.089 da Tarifa, e o mesmo Tribunal:

Considerando que pelo art. 512 § 31 só gozão de isenção de direitos as peças de machinas importadas em separado, a respeito das quaes se provar, mediante exame feito por peritos da escolha do Chefe da Repartição, e em sua presença, que não podem ter outro destino ou applicação senão substituir peças identicas, já arruinadas, de certas e determinadas machinas, ou servir de sobresalentes ás que, existindo perfeitas, possão inutilisar-se por qualquer eventualidade;

Considerando finalmente que os arrebites em questão não se achão nas condições do artigo acima referido:

Resolveu confirmar a decisão recorrida, indeferindo o recurso.

O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 209. — GUERRA. — Aviso de 10 de Agosto de 1864.

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando a expedição das suas ordens, a fim de que se pague, além dos respectivos vencimentos, a um Repetidor da Escola Central, servindo de Lente Cathedratico durante o impedimento do proprietario, que está percebendo os seus vencimentos por inteiro, a gratificação de Lente e a differença do ordenado de Repetidor ao de Lente.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 10 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Vou rogar a V. Ex. se sirva dar suas ordens para que no Thesouro Nacional se paguem ao Repetidor Epifanio Candido de Souza Pitanga, desde o dia 2 de Maio ultimo, além dos respectivos vencimentos, a gratificação de Lente Cathedratico e a differença do ordenado de Repetidor ao de Lente, emquanto estiver regendo a Cadeira de Mineralogia, devendo esta ultima despeza correr em ambos os exercicios por conta do § 15 — Diversas Despezas e Eventuaes —, por se achar o proprietario da Cadeira percebendo seus vencimentos por inteiro.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

N. 210. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1864.

Concede permissão á Companhia — Messageries Impériales — para carregar em seus vapores nas Provincias da Bahia e Pernambuco mercadorias para o Rio da Prata.

Ministerio dos Nogocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para a devida intelligencia e execução, que á Companhia — Messageries Impériales — foi concedida

permissão para fazer carregar em seus vapores, na referida Provincia e na de Pernambuco, mercadorias para o Rio da Prata, com tanto, porém, que nos manifestos (que deverão trazer abertos) da carga recebida nas ditas Provincias com semelhante destino se faça expressa declaração da baldeação que se terá de effectuar no porto do Rio de Janeiro para outros vapores da mesma Companhia que continuão aquella linha de navegação; sendo igualmente permittido a esses vapores transporte de mercadorias com destino ás referidas Provincias, com a mesma formalidade quanto aos manifestos, uma vez que tambem sejão no porto do Rio de Janeiro baldeadas as mercadorias para os vapores que tiverem de seguir para a Europa com escala pelas ditas Provincias.

José Pedro Dias de Carvalho.

— Semelhantes na mesma data, *mutatis mutandis*, á Thesouraria de Pernambuco e á Alfandega da Côrte.

N. 211. — FAZENDA. — Em 10 de Agosto de 1864.

Sobre os casos em que se devem aceitar as declarações voluntarias das differenças de mercadorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso de Moreira Alves & C.ª da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que os obrigou a pagar os direitos de 29.970 libras, peso liquido que declarárão na nota para despacho de nove barricas de enxadas, quando o verdadeiro peso era de 9.970 libras, e mais, além dos direitos da differença, uma importancia igual como pena pecuniaria em favor do Conferente; e o mesmo Tribunal:

Considerando que, apresentada a nota, foi distribuida ao calculo, e, antes de qualquer conferencia, fôra requerida pelos recorrentes a verificação do

peso, tendo reconhecido que por engano declarárão 29.970 libras, quando erão apenas 9.970, ao que, annuindo a Inspectoria, encarregou ao Conferente Miranda de fazer essa verificação, dando em resultado o reconhecimento do engano denunciado, como declara o mesmo Conferente;

E considerando que pelo art. 45 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863 a declaração voluntaria das differenças de mercadorias deve ser aceita para o effeito de não se imporem as penas comminadas nos Regulamentos fiscaes em toda e qualquer occasião, menos nos casos exceptuados e de que não se trata no presente:

Resolveu dar provimento ao recurso para que subsista o despacho com o peso verificado de 9.970 libras de enxadas, do qual deverão os recorrentes pagar sómente os direitos devidos, restituindo-se-lhes o que demais pagárão.

O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 212.—IMPERIO.—Aviso de 11 de Agosto de 1864.

Fixa a intelligencia do art. 35 do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Agosto de 1864.

Tenho presente o officio de V. S. de 19 de Maio ultimo, no qual, expondo o facto de ter sido apresentado á Junta Central de Hygiene, para ser matriculado, um diploma de Doutor em Medicina passado pela Faculdade desta Côrte em 26 de Março de 1863, porém com o sello e direitos respectivos pagos em 18 de Dezembro do mesmo anno, e registrado na dita Faculdade em 19 de Março do cor-

rente, pede V. S. que sejão resolvidas as seguintes questões suscitadas sobre a intelligencia do art. 35 do Regulamento n.º 828 de 29 de Setembro de 1851.

1.ª Se deve entender-se a 2.ª parte do art. 35 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851 no rigor da letra, contando-se o prazo dos tres mezes da data do diploma, ou se deve ser contado da data do pagamento de todos os impostos, e do competente registro na Faculdade que expedir o diploma.

2.ª Se a disposição da 2.ª parte do art 35 tem de ser rigorosamente applicada ainda áquelles que não tenhão feito uso de seu diploma, ou não pretendão fazê-lo.

3.ª No caso de ser resolvida affirmativamente a 2.ª questão, qual a pena que terá de ser imposta aos infractores; a do art. 29, pois que o 35 não é senão uma ampliação daquelle, ou a do art. 43, como o explica o 78, e qual o modo pratico de tornar-se effectiva tal pena? No caso de ser resolvida negativamente, quaes as provas de justificação que se deverão exigir dos matriculandos que tiverem excedido o prazo dos tres annos, e qual a autoridade á quem competirá a apreciação e julgamento do caso que occorrer?

Em solução declaro:

Quanto á 1.ª questão, que o art. 35 do citado Regulamento na sua letra a resolve, declarando que o prazo deverá ser contado do dia em que o diploma fôr recebido, ou da chegada á Provincia.

Segundo esta disposição, cumpre que a Junta se regule pelo dia em que foi entregue o diploma, que se deve suppôr ser o do registro, ultimo acto que se pratica. E nem esta solução frustra o pagamento dos respectivos impostos, visto que sendo elles lançados nos proprios diplomas, a entrega destes já os suppõe pagos.

Mas, podendo acontecer que o diploma seja entregue muito depois do dia do registro, poderá ser admittido, neste caso, o interessado a justificar essa circumstancia, apresentando attestado do Secretario da Faculdade que expedio o diploma com o — visto — do respectivo Director, e então prevalecerá este dia.

Quanto á 2.ª, que não sendo o fim da matricula nos livros da Junta senão legalisar o exercicio da medicina, não deve ser exigida aquella formalidade

de quem não tenha feito e nem pretenda fazer uso de seu diploma.

Quanto á 3.ª finalmente que as provas de justificação do começo do exercicio, de que se trata, são todas as que envolvem a existencia de um facto, competindo a sua apreciação e julgamento ás autoridades sanitarias, como encarregadas da execução do Regulamento acima citado.

Deus Guarde a V. S. — *José Bonifacio de Andrada e Silva*. — Sr. Presidente da Junta central de Hygiene Publica.

N. 213. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Agosto de 1864.

Ao Juiz de Orphãos da Côrte declarando que as cartas de emancipação dos Africanos livres devem ser passadas independente de quaesquer emolumentos.

Sua Magestade o Imperador á Quem foi presente o officio que V. S. me dirigio em data de 15 de Julho proximo findo, acompanhando a informação que lhe prestou o Escrivão dos Africanos livres ácerca dos emolumentos que percebe pelas cartas de emancipação que por esse Juizo são passadas aos mesmos Africanos, em virtude do Decreto n.º 1.303 de 28 de Dezembro de 1853; Ha por bem, tendo ouvido o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Mandar declarar a V. S. que, nem o Aviso de 16 de Fevereiro de 1852, por elle citado, nem o Regimento de Custas, o autorisão a perceber taes emolumentos; devendo por isso V. S. fazer lavrar as ditas Cartas e expedi-las com promptidão ao Chefe de Policia, isentas de todo e qualquer onus ou despeza, a fim de serem por elle entregues aos referidos Africanos. O que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. D. Luiz de Assiz Mascarenhas.

N. 214. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1864.

Os Empregados que dão causa a processos e despezas indevidas devem indemnisar a Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba que, deferindo o requerimento de José Pedro Rodrigues da Silva, mandou restituir-lhe a quantia de cento e vinte dous mil quatrocentos e quatro réis (122$404) que, a titulo de impostos, multa, sello e custas, lhe foi indevidamente cobrada pela dita Thesouraria; devendo o Sr. Inspector, no caso de ter despendido a quantia de trinta e nove mil setecentos trinta e seis réis (39$736), na conformidade do Regulamento de 28 de Abril de 1851, haver a respectiva indemnisação, ou dos Empregados que procedêrão á liquidação da divida, ou que fizerão o lançamento, ou, emfim, dos que forão causa de que a Fazenda fosse cobrar aquillo que não lhe era devido, fazendo até despezas com o procedimento judicial.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 215. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1864.

As concessões para o transporte em navios estrangeiros de generos de umas para outras Provincias do Imperio não são exclusivas para os individuos que as requerem, mas extensivas ás proprias embarcações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1864.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devida execução, e em solução á materia do seu officio n.° 516 de 30

de Junho ultimo, acompanhando o requerimento de Cunha & Leite, que a concessão para transportar em barcos estrangeiros generos e mercadorias de uns para outros portos do Imperio não é dada exclusivamente ao individuo que a requerer, mas ás proprias embarcações para que os respectivos Capitães possão nellas receber de diversos os generos e mercadorias sobre que versar a concessão.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 216. — FAZENDA. — Em 12 de Agosto de 1864.

Confirma a decisão da Alfandega da Bahia que sujeitou ao pagamento de direitos simples a roupa nova incluida na bagagem de um passageiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 157 de 8 de Julho proximo passado, que o mesmo Tribunal resolveu confirmar a decisão da respectiva Alfandega que obrigou a J. Southall, passageiro do vapor *Oneida* a pagar os direitos simples de varias peças de roupa de sua bagagem, que erão novas, ainda que reconhecidamente de seu uso, visto ser semelhante decisão conforme ao disposto no art. 38, e respectivos paragraphos do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863; ficando portanto sem effeito a da dita Thesouraria, que reformou a da referida Alfandega para sujeitar o citado passageiro, não só ao pagamento dos direitos de consumo da roupa nova, mas tambem á multa do § 1.º do art. 465 do Regulamento das Alfandegas.

José Pedro Dias de Carvalho

N. 217. —FAZENDA.—Em 13 de Agosto de 1864.

Sobre o modo de se escripturar as quantias provenientes de subscripções e donativos feitos ao Estado.

1.ª Secção. Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, notando a irregularidade com que tem sido contempladas nos balanços das Thesourarias de Fazenda as importancias provenientes da subscripção e donativos feitos ao Estado; ordena aos Srs. Inspectores das referidas Thesourarias que annullem do exercicio de 1863—64 todas as quantias escripturadas em titulos de receita que não seja o de receita eventual, para onde devem ser transferidas e com as devidas explicações; visto como está resolvido que taes donativos fazem parte da renda geral do Estado, que tem a seu cargo a despeza das fortificações, compra de armamento, etc.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 218.—IMPERIO.—Em 13 de Agosto de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara que pelo facto de aceitar o cargo de Escrivão do Juizo de Paz um cidadão immediato em votos ao Presidente da Junta de qualificação, não deve por isso deixar de ser convocado na ultima qualidade para votar em membros da mesma Junta.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 8 do mez findo, no qual V. Ex. participa que o Presidente da Junta de qualificação da Parochia de Vinhaes convocára, para representarem a turma dos eleitores, sómente tres, e não quatro, como cumpria, dos seus im-

mediatos em votos, fundando-se na razão de ter o ultimo perdido o direito de exercer as funcções de Juiz de Paz por motivo de haver aceitado o de Escrivão do Juizo; e outrosim que resolvêra V. Ex. declarar nullos os trabalhos da dita Junta á vista daquella irregularidade, pela qual deixou a turma dos eleitores de ser effectivamente representada pelo numero que a lei exige.

E o Mesmo Augusto Senhor Ha por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.° Que irregularmente procedeu o Presidente da referida Junta, como V. Ex. julgou; mas que, podendo ter acontecido que o facto não influisse no resultado da votação para os membros da Junta, e nesta hypothese, segundo a doutrina do Aviso n.° 43 de 26 de Janeiro de 1861, e do de 12 de Maio do corrente anno, junto por cópia, não constituisse vicio substancial, devem ser em tal hypothese considerados válidos os trabalhos da mesma Junta, subsistindo no caso contrario o acto de V. Ex.

2.° Que, não sendo inhibidos de votar e ser votados para membros das Juntas os Escrivães dos Juizes de Paz, como dispõe o art. 3.° do Decreto n.° 2.621 de 22 de Agosto de 1860, e por outro lado, não sendo chamados para formarem as Juntas, no caso da lei os oito cidadãos immediatos ao Presidente, na qualidade propriamente de Juizes de Paz, mas como cidadãos notaveis pela distincção que merecêrão de seus comparochianos (o que já está declarado nos Avisos de 13 de Janeiro e 11 de Junho ultimos, juntos por copia) não devia ser excluido, como foi, da convocação feita para formar-se a turma que representasse os eleitores, no caso de que se trata, o immediato em votos que aceitára o cargo de Escrivão de Paz. E deste modo se deve proceder no caso de ter-se de formar nova Junta.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 219. — FAZENDA. — Em 16 de Agosto de 1864.

Declara que uma das duas vias dos manifestos deve ser escripta em papel commum.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que a opinião do Inspector da Alfandega dessa Provincia, de admittir-se que uma das duas vias das traducções dos manifestos dos navios que derem entrada nessa Alfandega, seja como até agora, em papel commum, está de accôrdo com o disposto na Circular da Directoria Geral das Rendas Publicas de 4 de Julho proximo passado; ficando assim respondido o officio do Sr. Inspector da mesma Thesouraria de 25 de Junho ultimo sob n.° 89, ácerca deste objecto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 220. — FAZENDA. — Em 16 de Agosto de 1864.

Recommenda o processo da lotação dos officios e empregos de Justiça.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo observado que nem todas as Thesourarias de Fazenda cumprirão o disposto na Circular de 7 de Abril de 1856, que mandou proceder á lotação dos Officios e Empregos de Justiça, recommenda aos Srs. Inspectores das referidas Thesourarias o exacto cumprimento da referida Circular, e que remettão com brevidade ao Thesouro os processos das lotações dos ditos Officios e Empregos, para que possão ser definitivamente approvados.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 221.—IMPERIO.—Em 16 de Agosto de 1864.

Os Tabelliães e Escrivães competentes não devem lavrar escripturas de contractos onerosos em que figurem as Ordens Regulares sem que lhes seja apresentada a licença que para a celebração de taes contractos devem as mesmas ordens obter do Governo Imperial.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Digne-se V. Ex. de expedir as convenientes ordens para que os Tabelliães e Escrivães competentes não lavrem escripturas de contractos onerosos feitos pelas Ordens Regulares, sem que se lhes apresente a licença do Governo Imperial que devem solicitar para a celebração de taes contractos, nos termos da Lei de 9 de Dezembro de 1830 e Decreto n.º 655 de 28 de Novembro de 1849.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 222.—GUERRA.—Circular de 16 de Agosto de 1864.

Aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, determinando que remettão á 4.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, no mez de Janeiro de cada anno, uma nota circumstanciada da despeza feita com obras militares no exercicio encerrado, a fim de poder-se cumprir o preceito do art. 14 da Lei n.º 1.140 de 14 de Setembro de 1859.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Agosto de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de..... que deve remetter á 4.ª Directoria Geral da mesma Secre-

taria de Estado, no mez de Janeiro de cada anno, uma nota circumstanciada da despeza feita com obras militares no exercicio encerrado, em termos a poder-se cumprir o preceito do art. 14 da Lei n.º 1.140 de 14 de Setembro de 1859.

Francisco Carlos de Araujo Brusque.

N. 223.— GUERRA.— Circular de 16 de Agosto de 1864.

Aos Inspectores das Thesourarias de Fazenda, declarando permanentes as disposições do Aviso Circular n.º 441, de 19 de Setembro de 1862, quanto á remessa da demonstração do estado do credito do exercicio vigente e da definitiva do exercicio precedente.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Agosto de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de..... que as disposições do Aviso circular n.º 444 de 19 de Setembro de 1862 são permanentes, devendo ser no mez de Janeiro de cada anno remettida á 4.ª Directoria Geral da mesma Secretaria de Estado a demonstração do estado do credito do exercicio vigente, na fórma prescripta no mesmo Aviso, e no mez de Abril, a mais tardar, a demonstração definitiva da do exercicio anterior.

Francisco Carlos de Araujo Brusque.

N. 224. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 17 de Agosto de 1864.

Determina que o Ajudante do Engenheiro Luiz Antonio de Souza Pitanga sirva de Agrimensor vencendo mensalmente a gratificação arbitrada de cem mil réis quando estiver occupado em trabalhos de medições e discriminações de terras devolutas, e metade quando empregado em serviços de legitimações.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 17 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—De posse do seu officio de 29 de Julho ultimo em que communica haver nomeado Domingos Cardoso Marques para com a gratificação mensal de cem mil réis servir de Ajudante do Engenheiro Luiz Antonio de Souza Pitanga nas medições e demarcações de terras, de que está encarregado, tenho a declarar-lhe que convem que o nomeado sirva não de Ajudante do Engenheiro, porém de Agrimensor, abonando-se-lhe integralmente a gratificação por V. Ex. arbitrada, quando occupado em trabalhos de medições e discriminações de terras devolutas, e metade, quando empregar-se em serviços de legitimações.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 225. — FAZENDA. — Em 17 de Agosto de 1864.

Sobre o modo de se organisarem os balanços do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução á duvida proposta em seu Aviso de 20 de Julho proximo passado a respeito da organisação dos balanços do Ministerio a seu cargo, tenho de declarar a V. Ex. que a synopse da receita e despeza pedida ao mesmo Ministerio por Aviso de 20 de Junho ultimo, não obsta

a que o balanço mensal seja organisado de accôrdo com o modelo mandado cumprir pela Ordem de 20 de Fevereiro de 1854 e Avisos de 10 de Dezembro de 1861 e 20 de Maio de 1862 expedidos ao referido Ministerio; porquanto a synopse tem por fim sómente fazer conhecer em principio de cada mez os algarismos necessarios para conclusão das partidas do Diario do mez anterior, o que não seria facil obter-se com tanta brevidade por meio dos balanços explicados.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*— Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

N. 226.— GUERRA.—Aviso de 17 de Agosto de 1864.—

Ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, declarando que foi irregular o abono da gratificação addicional a um Official durante o tempo em que esteve respondendo a Conselho de Guerra.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 17 de Agosto de 1864.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe que irregularmente se abonou gratificação addicional ao Alferes Epiphanio Manoel de Carvalho durante o tempo em que esteve respondendo a Conselho de Guerra, visto que tal vencimento foi convertido em vantagem de exercicio pelo Decreto n.º 260 do 1.º de Dezembro de 1841, confirmado nesta parte pelas Instrucções annexas ao Decreto n.º 1.880 de 31 de Janeiro de 1857, e que por consequencia se deve proceder á indemnisação dos cofres publicos por encontro em ajuste de contas com aquelle Official, ficando prevenido de que em casos semelhantes não deverá cumprir ordens illegaes sem previamente representar, indicando as disposições vigentes.

Francisco Carlos de Araujo Brusque.

N. 227.—MARINHA.—Aviso de 18 de Agosto de 1864.

Declara que o Official Marinheiro, que, por inaptidão ou máo comportamento habitual, perder o lugar, não tendo ainda preenchido o tempo de serviço, na fórma do art. 16 do Regulamento de 24 de Dezembro do anno passado, é obrigado a completa-lo no corpo, onde tiver tido a praça primitiva.

1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Marinha em 18 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Concordando com o parecer do Conselho Naval, dado em consulta n.º 862, de 22 do mez proximo preterito, sobre o officio n.º 621, em que V. Ex. lembra a necessidade de revogar-se o art. 16 do Regulamento de 24 de Dezembro ultimo, mostrando os inconvenientes, resultantes da transferencia de praças do Corpo de Imperiaes Marinheiros para o de Officiaes Marinheiros, visto como assim procurão desligar-se do serviço, a que são sujeitos, Manda declarar a V. Ex. que o Official Marinheiro, que perder o lugar por inaptidão, ou máo comportamento habitual, não havendo ainda preenchido o respectivo tempo de serviço, na conformidade do citado artigo, é obrigado a completa-lo no corpo, onde antes servia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Ao Sr. Chefe de Divisão encarregado do Quartel-General da Marinha.

N. 228.— FAZENDA.—Em 18 de Agosto de 1864.

Sobre a competencia das Thesourarias para designarem quem substitua os Ajudantes dos Inspectores das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 55 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe de 25 de Junho ultimo, sub-

mettendo ao conhecimento do Thesouro a correspondencia havida entre a mesma Thesouraria e o Inspector da Alfandega dessa Provincia por occasião de haver aquella Inspectoria designado para substituir o Ajudante do Inspector da dita Alfandega ao 1.º Escripturario Manoel Francisco de Argollo, que ahi se achava em commissão, visto estar o que o exercia como examinador no concurso a que se procedeu na dita Thesouraria para preenchimento de vagas de 2.ª entrancia na respectiva Alfandega, fundando-se para assim proceder na Ordem n.º 37 de 27 de Maio do anno passado á Thesouraria de Fazenda do Pará, em que se approvou a nomeação de um Chefe de Secção della para servir de Ajudante do Inspector da Alfandega durante o impedimento do serventuario effectivo; declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao seu citado officio, que a intelligencia por elle dada ao art. 88 § 1.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, para o fim de se julgar autorisado a nomear quem substitua o Ajudante do Inspector da Alfandega, é contraria á clara e terminante disposição do mesmo artigo, § 4.º que, nos impedimentos e faltas repentinas dos Ajudantes, declara quaes devem ser seus substitutos, visto que não tem elles substitutos designados; e o § 1.º trata especialmente da substituição nos impedimentos ou faltas repentinas dos Inspectores das Alfandegas e não dos seus Ajudantes.

A Ordem do Thesouro de 27 de Maio de 1863 á Thesouraria do Pará, acima citada, e a que se soccorreu o Sr. Inspector, não póde servir de regra para o caso vertente, porquanto sua disposição approvando a nomeação feita pela Presidencia do Pará, attento o caso especial de que se tratava de impedimento do Inspector, estando tambem impedido o seu Ajudante, não autorisa que pelo mesmo modo se faça a substituição do Ajudante do Inspector da Alfandega, visto que por virtude do art. 88 § 4.º do Regulamento acima citado, ao respectivo Inspector pertence designar os empregados que devem substiuir os lugares para os quaes não se achão expressamente creados nos paragraphos antecedentes substitutos determinados.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 229.—FAZENDA.—Em 19 de Agosto de 1864.

Autorisa a tomada das contas dos Almoxarifes do Arsenal de Marinha da Bahia fóra das horas do expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 165 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia de 15 de Julho ultimo dando cumprimento ao que lhe foi exigido pela ordem n.º 85 de 11 de Junho anterior, ácerca das contas dos Almoxarifes do Arsenal de Marinha da dita Provincia, declara ao mesmo Sr. Inspector em resposta ao citado officio, e ao de n.º 106 de 30 de Abril sobre este objecto, que fica autorisado para mandar tomar fóra das horas do expediente da Repartição as contas dos Almoxarifes da 1.ª e 2.ª secções do Arsenal de Marinha dessa Provincia dos exercicios de 1856—57 a 1860—61, e bem assim para pagar por cada exercicio das ditas contas a gratificação de setenta mil réis (70$000), fixada na tabella annexa ao Aviso do Ministerio da Marinha de 20 de Agosto de 1857, a cada um dos dous empregados que tem de tomar a conta, conforme o art. 5.º das Instrucções de 31 de Janeiro de 1860, competindo ao Contador a gratificação de 1/3 se apurar e der parecer na conta de cada exercicio fóra das horas do serviço da Repartição nos termos do art. 9.º das citadas instrucções; outrosim declara ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia que são essas as gratificações que se pagão no Thesouro pelo exame das contas das differentes secções do Almoxarifado do Arsenal de Marinha da Côrte, cada uma das quaes tem documentos em numero umas vezes igual e outras vezes superior ao dos documentos pertencentes a uma conta de qualquer das duas secções do Almoxarifado do Arsenal de Marinha da sobredita Provincia.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 230.— GUERRA.— Aviso de 19 de Agosto de 1864.

Solvendo a duvida suscitada pelo Commandante das Armas da Provincia de Pernambuco, sobre o modo de proceder-se a novo conselho de disciplina para qualificar a deserção de um soldado, não existindo praça alguma para depôr como testemunha.

2.ª Directoria Geral.— 1.ª Secção.— Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra, em 19 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução á duvida proposta pelo Commandante das Armas dessa Provincia, no officio que V. Ex. transmittio por copia a este Ministerio, em data de 8 de Junho ultimo, sobre o modo de proceder-se a novo Conselho de disciplina para qualificar a deserção do soldado José Maria de Jesus, que pertenceu ao extincto Esquadrão de Cavallaria dessa Provincia, como foi determinado por Aviso deste Ministerio de 12 de Maio ultimo, visto que actualmente não existe praça alguma do referido Esquadrão para depôr como testemunha no Conselho de que se trata; declaro a V. Ex. que podem servir de testemunhas quaesquer praças que tenhão conhecimento das notas a que se tem de recorrer, nos termos do § 4.º do art. 13 das Instrucções de 21 de Junho de 1861, para a formação do novo processo de Conselho de disciplina, que deve servir de base ao de Guerra a que tem de responder o dito soldado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Carlos de Araujo Brusque.*— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 231.—GUERRA.—Aviso de 20 de Agosto de 1864.

A' Pagadoria das Tropas da Côrte, declarando que os balanços sejão organisados de conformidade com o modelo, mandado cumprir pela ordem de 20 de Fevereiro de 1854, e pelos Avisos de 10 de Dezembro de 1861 e 20 de Maio de 1862.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 20 de Agosto de 1864.

Em virtude de declaração do Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 17 deste mez, fique Vm. na intelligencia de que os balanços da Pagadoria das Tropas devem ser organisados de conformidade com o modelo mandado cumprir pela ordem de 20 de Fevereiro de 1854 e Aviso de 10 de Dezembro de 1861 e 20 de Maio de 1862, todos daquelle Ministerio e de que se deu conhecimento em tempo a essa Repartição.

Deus Guarde a Vm.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.*—Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 232.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Agosto de 1864.

Ao Director do Imperial Instituto dos Meninos Cegos determinando que remetta trimensalmente ao Thesouro Nacional a conta ou balanço da receita arrecadada no trimestre anterior.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Agosto de 1864.

Sendo conveniente que o Thesouro Nacional tenha conhecimento das quantias arrecadadas pelos diversos estabelecimentos desta Côrte, que tem renda especial, a fim de poder escriptura-la com a possivel exactidão, cumpre que Vm., em observancia do disposto no art. 39 da Lei n.º 628 de 17 de Setembro de 1851, remetta trimensalmente ao Thesouro

Nacional a conta ou balanço da receita que houver arrecadado no trimestre anterior. Esta remessa deverá ser feita até o dia 5 do mez subsequente ao dito trimestre.

Deus Guarde a Vm.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. Director do Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

N. 233.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Agosto de 1864.

Ao Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte resolvendo sobre os inconvenientes que encontra na execução do Aviso de 23 de Abril de 1856 ácerca das multas aos que ensinão em casas particulares, sem estarem legalmente habilitados; e sobre a conveniencia de ser o Thesouro Nacional encarregado da cobrança das ditas multas em lugar do Juizo das Execuções Criminaes como está em pratica.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Agosto de 1864.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que V. S. em officio de 30 de Junho representou de accordo com o parecer do Conselho Director:

1.º A'cerca dos inconvenientes praticos, a que dá lugar a disposição do Aviso de 23 de Abril de 1856, exigindo a vigilancia official sobre os professores e mestres que ensinão pelas casas particulares;

2.º A'cerca da vantagem de ser promovida pelo Thesouro Nacional a cobrança das multas impostas pela Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria, em vez de ser encarregada ao Juizo das execuções criminaes, como está em pratica.

Ha por bem determinar:

1.º Que a disposição do referido Aviso de 23 de Abril de 1856 tenha applicação sómente ás pessoas que com publicidade se apresentarem como professores, e exercerem o magisterio;

2.º Que d'ora em diante seja promovida pelo Thesouro Nacional a cobrança das multas impostas pela dita Inspectoria; cumprindo a esta participar

ao Ministerio do Imperio os nomes dos infractores, e a importancia das multas impostas, a fim de solicitar-se daquelle a effectividade da mesma cobrança.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*José Bonifacio de Andrada e Silva*.—Sr. Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

N. 234.—MARINHA.—Aviso de 22 de Agosto de 1864.

Manda observar instrucções para a navegação dos estreitos ou furos entre os rios dos Breves e Tajapurú.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 22 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho Naval, exarado em Consulta n.º 868, de 29 de Julho ultimo, Ha por bem Determinar que, emquanto se não organisar um regulamento geral para a fiscalisação, policia e navegação do Amazonas e seus affluentes, se observem, pelas embarcações que transitão nos estreitos ou furos entre os rios dos Breves e Tajapurú, as seguintes instrucções, a fim de evitar os riscos de abalroamento:

1.ª Os vapores que partirem do Pará para o Amazonas, com escala por Breves, logo que chegarem ao Poção dos Macacos, farão derrota pelo rio dos Prudentes, a encontrar o Jaburú; e deixando este seguirão pelo furo Aturiá, sahindo no Tajapurú.

2.ª Os que vierem do Amazonas para as aguas do Pará não transitarão pelo Aturiá, mas continuarão pelo Tajapurú a baixo, até o furo Paranacaxi, d'onde farão derrota a sahirem no rio dos Prudentes, já mencionado.

3.ª Qualquer vapor, logo que chegar á distancia de uma ou duas milhas da boca do Paranacaxi,

quer na ida, quer na vinda, reduzirá sua marcha a um quarto de força, e fará um signal de sibillo de vapor, a fim de evitar o encontro de outra embarcação n'aquelle ponto, e o sinistro que delle possa resultar.

A embarcação de vela, que ouvir o signal, procurará logo encostar-se a qualquer das margens, afastando-se, quanto seja possivel, da boca do furo.

4.ª Os barcos, canôas, vigilengos e outras embarcações á vela, que navegarem para o Amazonas, não farão derrota pelos furos Aturiá e Paranacaxi, nem na ida, nem na volta; mas sim pelo Jaburú, podendo, depois, navegar pelo Ituquára, Muenjubi, ou outro qualquer furo, que se communique com o Tajapurú, ou directamente com o Amazonas: o que communico a V. Ex., para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 235.—FAZENDA.—Em 22 de Agosto de 1864.

Declara como se deve proceder para a cobrança de impostos sonegados quando são fallecidos os contraventores das leis fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1864.

A' vista do que representou o Administrador da Mesa de Rendas de Angra dos Reis em seu officio de 8 de Junho ultimo, relativamente ao facto de haverem os herdeiros do Commendador Antonio José Nogueira conduzido das fazendas daquelle Municipio, de que sem titulo estava de posse, para a cidade do Bananal, todos os bens moveis e semoventes para ahi fazerem o respectivo inventario e partilhas;

E considerando que, ainda nas materias especiaes, como as de Alfandegas, sello e outros impostos, as multas por contravenções das leis fiscaes tem um caracter penal, e conseguintemente que são pessoaes; que se em alguns casos parece a lei afastar-se destes principios, por exemplo, quando torna o dono da mercadoria responsavel pela falta do preposto, é porque se funda em uma presumpção legal de fraude commettida por essa ordem ou consentimento, originando-se assim uma complicidade que deve ser punida indirectamente; que portanto a acção que compete á Fazenda para fazer effectivas taes penas se extingue *ipso jure* pela morte do transgressor, quando esta occorre antes de proferida a condemnação; que para ser passivelmente transmissivel aos herdeiros a responsabilidade de taes penas é de mister que em vida do transgressor a condemnação tenha adquirido a força e autoridade de cousa julgada:

Sirva-se V. S. declarar ao referido Administrador da Mesa de Rendas, que, attenta a especie do officio em que os herdeiros do comprador das fazendas adquiridas com sonegação do imposto da siza, estão procedendo a inventario dos bens do dito comprador, o procedimento que cabe no caso é o de promover-se o pagamento do imposto devido; convindo que V. S. officie á Thesouraria de S. Paulo para que, sciente desta solução, faça com que o Agente fiscal do districto do inventario a que se procede nessa Provincia exija que se prove o pagamento do imposto na Estação fiscal que era competente para cobra-lo na occasião em que a venda se effectuou.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 236.—FAZENDA.— Em 22 de Agosto de 1864.

Os concessionarios de alagados de marinhas com obrigação de aterra-los, etc., devem cumprir as condições da concessão sob pena de caducidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presentes os officios dessa Presidencia de 22 de Julho e 1.º de Setembro do anno passado, n.ºs 71 e 84, e 16 de Junho deste anno, sob n.º 73, ácerca dos alagados de marinha concedidos a particulares, que os não tem beneficiado, e de que resulta grave detrimento da salubridade, asseio e aformoseamento dessa cidade, declaro a V. Ex., em resposta aos citados officios, que acertada foi a providencia tomada pela mesma Presidencia a respeito dos concessionarios que tenhão obtido os alagados com a condição expressa de aterra-los e bemfeitorisa-los, e que o não fizerão, pelo que póde e deve mandar fazer effectiva pelos meios judiciaes a caducidade dos contractos contra aquelles que não beneficiárão os seus terrenos conforme as clausulas das concessões, as quaes se deveráõ sempre fazer sob essa condição, como dispõe a Portaria do Thesouro de 30 de Outubro de 1834, e sob pena de caducidade dos titulos de concessão; accrescentando a V. Ex. que a acção da Camara Municipal póde contribuir efficazmente para se obter o desejado fim, estabelecendo Posturas para o aterro de terrenos pantanosos e alagados, sob as penas da Lei do 1.º de Outubro de 1828, e de mandar a mesma Camara fazer os aterros á custa dos possuidores, como se acha consignado nas da Illustrissima Camara Municipal da Côrte, Secção 1.ª, Titulo 3.º §§ 1.º e 2.º por cópia junto.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 237. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 23 de Agosto de 1864.

Aviso ao Presidente da Bahia, mandando aceitar a proposta de Thomaz de Aquino Gaspar para conclusão das obras de segurança da montanha, e abertura de uma nova rua entre a ladeira da Misericordia e o alto da da Conceição, devendo correr pelos cofres provinciaes e municipaes as despezas relativas ao calçamento da nova rua, e qualquer futura desapropriação.

N. 18.—2.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 23 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador Attendendo ao que lhe representou Thomaz de Aquino Gaspar propondo-se a contractar a continuação e conclusão das obras da segurança da montanha e abertura de uma nova rua entre a ladeira da Misericordia e o alto da da Conceição dessa Cidade, e sobre o que informou V. Ex. em officio de 13 de Julho proximo findo demonstrando a necessidade de semelhante empreza no intuito de evitar os continuos desabamentos e dar a conveniente segurança aos edificios publicos e estabelecimentos commerciaes, que ficão inferiores á referida montanha; Manda declarar a V. Ex. que póde aceitar a inclusa proposta, que se lhe remette por copia, do referido Thomaz de Aquino Gaspar com as modificações que se seguem, ficando V. Ex. na intelligencia de que os auxilios prestados pelo Governo Imperial se limitaráõ a conclusão da obra começada devendo correr pelos cofres provinciaes e municipaes o que disser respeito á regularidade e calçamento da nova rua e qualquer futura desapropriação, que se julgar indispensavel para o mesmo fim.

1.º Em caso algum a obra contractada custará mais de 380:000$000, seja qual fôr o sacrificio de sua execução.

2.º Que ella deverá ser concluida em quatro annos a contar da assignatura do contracto.

3.º Que o emprezario não terá direito de receber em cada anno maior somma do que a de 30:000$000, ainda realizada obra de maior valor, sendo o pagamento feito por conta da verba que annualmente se distribue para auxiliar as obras dessa Provincia.

4.º Que toda e qualquer somma que tenha de receber annualmente dentro do maximo estipulado, nunca deverá exceder á metade do valor da obra realizada.

5.º Que finda a obra o emprezario continuará a perceber annualmente e pela mesma verba a quantia referida de 30:000$000, até seu completo embolso, salvo se pelo Corpo Legislativo fôr votada quantia superior.

6.º Que continuará a respectiva Presidencia a mandar fiscalisar o andamento dos trabalhos para que sejão executados segundo os planos e orçamentos que servirão de base ao contracto.

Remetto a V. Ex. os planos e perfiz da referida obra e deixo ao esclarecido zelo de V. Ex. pelo serviço publico estipular quaesquer outras condições que garantão a sua perfeição e os interesses da Fazenda Publica.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 238. — GUERRA. — Aviso de 23 de Agosto de 1864.

Ao Director da Colonia Militar do Urucú, designando os vencimentos a que unicamente tem direito o Escrivão, e determinando a dispensa do Interprete ao serviço da mesma Colonia.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Agosto de 1864.

Em additamento ao Aviso de 8 do corrente, declaro a Vm. que o Escrivão dessa Colonia deve perceber, do 1.º de Julho proximo passado em diante, a gratificação de 10$000 mensaes, além de soldo e etapa, se fôr militar, na fórma do preceito do art. 18 do Regulamento de 9 de Novembro de 1850; na intelligencia de que deverá Vm. deduzir nos futuros vencimentos tanto do mesmo Escrivão, como do Padre Capellão,

a que se referio o precitado Aviso, o que a ambos se tiver abonado excedente ao que lhes marca o Regulamento. Outrosim dispense Vm. o Interprete do serviço da Colonia, pagando-lhe a respectiva gratificação até á data do recebimento do presente Aviso.

Deus Guarde a Vm. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Director da Colonia Militar do Urucú.

N. 239. — FAZENDA. — Em 24 de Agosto de 1864.

Faz extensiva ao n.º 4 do art. 399 do Regulamento das Alfandegas a clausula *quanto seja possivel* que se lê no n.º 5 do mesmo artigo.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declaraa os Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que o fação constar aos das Alfandegas, que pelas mesmas razões que determinárão a expedição da Circular n.º 108 de 10 do Maio de 1861, relativa ás especificações que, segundo o art. 399 n.º 6 do Regulamento das Alfandegas, devem conter os manifestos das embarcações que demandarem os portos do Imperio, fica extensiva ao n.º 4 do citado art. 399 a clausula *quanto seja possivel*, que se lê no n.º 5 do mesmo artigo.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 240.—IMPERIO.—Em 24 de Agosto de 1864.

O Vigario encommendado que se acha ausente da respectiva parochia não percebe congrua.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o Aviso de 17 do corrente, com o qual V. Ex. transmittio-me, para resolver como fosse acertado, o officio documentado da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná de 27 do mez findo, em que declara haver sujeitado o Vigario encommendado da Freguezia de Campo Largo, Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello, a restituir a quantia de 50$000, importancia da congrua correspondente aos mezes de Maio e Junho ultimos, que indevidamente recebeu, porque durante esse tempo achou-se enfermo fóra daquella freguezia.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que bem procedeu a dita Thesouraria, por isso que aos Vigarios encommendados não se abona congrua durante o tempo em que estão ausentes das parochias, por licença ou impedimento de molestia, como foi decidido pelo Aviso de 30 de Janeiro de 1863 dirigido ao Presidente da Provincia do Pará, e junto por cópia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

Aviso a que este se refere.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 30 de Janeiro de 1863.

Illm. e Exm. Sr.—Em officio de 9 deste mez participa o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia que, em sessão da Junta de Fazenda de 22 de Novembro ultimo, resolvêra que os Vigarios encommendados ou interinos não tem direito ao vencimento da congrua durante o tempo em que estão ausentes das parochias por licença ou impe-

dimento de molestia; e outrosim que tal resolução foi por V. Ex. confirmada em officio de 5 do mez proximo preterito.

O Governo Imperial, tendo em vista o que dispõe a ordem do Thesouro n.º 303 de 16 de Outubro de 1858 e o Aviso deste Ministerio de 13 de Junho do anno passado, approva o procedimento de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda.*—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 241. — FAZENDA. — Em 24 de Agosto de 1864.

Sobre os impostos a que são sujeitas as loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta a seu officio n.º 72 de 23 de Julho ultimo, que as loterias concedidas pelas Assembléas Legislativas Provinciaes, que se extrahirem nas respectivas Provincias para edificação e obras de Igrejas, ficão isentas do imposto de 8 %, estabelecido pela Lei n.º 109 de 11 de Outubro de 1837, mas não de outro igual estabelecido pelo art. 22 da Lei n.º 317 de 21 de Outubro de 1843, porque o primeiro destes impostos assenta sobre o capital, que a Lei não quiz desfalcar, augmentando assim o beneficio concedido ás ditas Igrejas, e o segundo sobre os premios sorteados, sendo deduzido dos ditos premios quando os vão receber os portadores dos bilhetes. Outrosim que os §§ 45 e 46 do art. 9.º da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860, augmentando de mais 4 % estes impostos, não applicou o augmento feito em favor das ditas Igrejas, se o capital e premios das loterias que o produzem a ellas pertencem. Fique, pois, o

Sr. Inspector na intelligencia de que, tendo de extrahir-se qualquer loteria das mencionadas no seu dito officio, devem entrar para a mesma Thesouraria 4 % computados sobre o capital della, e 12 % sobre os premios de 1:000$000, e superiores pelas razões já expendidas, sendo finalmente approvado tudo o mais que na Thesouraria foi resolvido sobre o assumpto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 242. — GUERRA. — Aviso de 26 de Agosto de 1864.

A' Pagadoria das Tropas da Côrte, mandando cessar a pratica de arrecadar o producto dos emolumentos das certidões que passa.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 26 de Agosto de 1864.

Em resposta ao seu officio de 9 deste mez, a respeito dos emolumentos das certidões passadas por essa Repartição, declaro a Vm. que com effeito tal imposto pertence á receita geral, e a sua arrecadação compete á Recebedoria do Municipio, devendo Vm. remetter para o Thesouro Nacional o que já tiver arrecadado na Pagadoria, com declaração na guia de que cessa de hoje em diante a pratica de se recolher ahi semelhante receita.

Deus Guarde a Vm. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.

N. 243. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1864.

As quantias provenientes de bens de defuntos e ausentes só podem ser arrecadadas na Côrte pela Recebedoria do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Não podendo a Pagadoria das Tropas arrecadar quantia alguma proveniente de bens de defuntos e ausentes, por ser isso da competencia da Recebedoria do Rio de Janeiro, e figurando no balanço daquella Estação do mez de Abril ultimo, a importancia de 100$000 proveniente dessa origem, rogo a V. Ex. se sirva dar as providencias que julgar convenientes a este respeito, remettendo para o Thesouro a guia dessa importancia para que possa ahi ser devidamente escripturada.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

N. 244. — IMPERIO. — Aviso de 26 de Agosto de 1864.

Ao 1.º Juiz de Paz da Parochia de Nossa Senhora da Gloria da Côrte. — Declara: 1.º que os cidadãos devem votar para Juizes de Paz no districto onde estão qualificados, embora residão em outro da mesma Parochia; 2.º que porém só podem ser votados para Juizes de Paz do districto onde residem; 3.º que em caso nenhum compete ás Mesas julgar da idoneidade dos votados, tendo apenas o direito de exporem na acta as duvidas que lhes occorrerem.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Agosto de 1864.

Em resposta ao officio de Vm. de 18 do corrente mez, declaro-lhe que os cidadãos residentes em um dos districtos dessa Parochia, mas qualificados em outro, devem, na proxima eleição de Juizes de Paz, votar no districto em que estiverem qualificados; porquanto, sendo a qualificação a base da eleição, e

não podendo as Mesas Parochiaes rejeitar cedulas de votantes, sob qualquer pretexto que seja, uma vez que elles se achem qualificados, o facto de residirem os mesmos votantes em districto diverso dá apenas á Junta revisora da qualificação o direito de exclui-los da lista desse districto, quando se proceder á revisão, na fórma do art. 26 da Lei de 19 de Agosto de 1846, mas não póde obstar a que elles exerção o direito de votar no districto em que se achão qualificados, tanto mais que pelo art. 46, § 1.º da citada lei, cuja doutrina tem sido reproduzida em varias decisões do Governo Imperial, compete ás Mesas Parochiaes o reconhecimento da identidade dos votantes, mas nunca o da sua idoneidade.

Outrosim declaro a Vm., de accordo com o art. 99 da mesma lei, o qual exige que o cidadão eleito Juiz de Paz more no districto a que pertencer a eleição, que os cidadãos qualificados em um dos districtos da Parochia, mas residentes em outro, devem ser votados para Juizes de Paz no districto em que residirem, porquanto só neste possuem elles as qualidades que o citado artigo requer para o dito cargo.

O facto de estarem esses cidadãos qualificados em districto diverso não póde obstar á dita eleição, attendendo-se a que, podendo ser Juizes de Paz todos os que podem ser eleitores, e sendo uma das qualidades necessarias para este ultimo cargo o estar qualificado na Parochia, torna-se incontestavel que aquelles cidadãos estão no caso de serem eleitos Juizes de Paz, visto que o facto de estarem elles qualificados em um dos districtos não póde deixar de dar-lhes a qualidade de votantes de Parochia.

Dando assim a solução que Vm. pede no referido officio, não posso deixar de ponderar-lhe, que, segundo o art. 56 da lei supracitada, cujo preceito é applicavel á eleição municipal, ás Mesas Parochiaes não compete julgar da idoneidade dos votados; tem apenas, no caso de occorrerem duvidas a tal respeito, o direito de expô-las na acta a fim de serem decididas pelo poder competente.

Deus Guarde a Vm.— *José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. 1.º Juiz de Paz da Parochia da Gloria.

N. 245.— IMPERIO.— Aviso de 26 de Agosto de 1864.

Ao 4.º Juiz de Paz do 1.º districto da Parochia de Santa Rita da Côrte. —Providencia sobre o caso de não se designar no rotulo das cedulas o districto da residencia do eleito, ou de designar-se districto diverso.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 26 de Agosto de 1864.

Em resposta ao officio de Vm. de 3 do corrente mez declaro-lhe que tanto as cedulas para Juizes de Paz, cujo rotulo não designar o districto da residencia do eleito, como aquellas, cujo rótulo designar districto diverso do dessa residencia, devem ser apuradas em separado, a fim de que as duvidas que se suscitarem a tal respeito sejão decididas pelo poder competente.

Cumpre porém, para que não se dê a irregularidade de serem introduzidas na urna cedulas em cujo rotulo não se achar designado o districto, que a Mesa Parochial exerça a tal respeito a necessaria fiscalisação de modo que sejão advertidos os votantes, cujas cedulas não tiverem o rotulo exigido pelo art. 100 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a Vm.— *José Bonifacio de Andrada e Silva.*—Sr. 4.º Juiz de Paz do 1.º districto da Parochia de Santa Rita.

N. 246. — GUERRA. — Aviso de 27 de Agosto de 1864.

Ao Arsenal de Guerra da Côrte, autorisando a creação da Caixa de Economias Licitas do Corpo de Artifices, regulando-se o Conselho Economico, quanto á escripturação e gerencia, pelo Regulamento de 6 de Outubro de 1855.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Agosto de 1864.

Sendo-me presente o seu officio n.º 228 de 18 deste mez, propondo a duvida que se offerece na escripturação das quantias recebidas pelo Corpo de Artifi-

ces para compra de palha dos enxergões, declaro a Vm. que não ha invonveniente em crear a Caixa de Economias Licitas, regulando-se o Conselho Economico daquelle Corpo, para sua escripturação e gerencia, pelo Regulamento de 6 de Outubro de 1855.

Deus Guarde a Vm.—*Francisco Carlos de Araujo Brusque.* — Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.

N. 247.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 27 de Agosto de 1864.

Declara á Illm.ª Camara Municipal que não empregue no interior da Cidade o calçamento pelo systema de Mac-Adam.

N. 14.—Directoria das Obras Publicas e Navegação. —Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 27 de Agosto de 1864.

Tendo a experiencia demonstrado os graves inconvenientes que resultão para a salubridade e commodidade publica do calçamento pelo systema de Mac-Adam: Manda Sua Magestade o Imperador recommendar a Illm.ª Camara Municipal que não empregue este systema no interior da cidade, convindo tratar quanto antes de substitui-lo pelo de parallelipipedos nas ruas já calçadas por aquelle methodo, cujas despezas de conservação o fazem quasi tão dispendioso como o outro calçamento.

João Pedro Dias Vieira.

N. 248. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1864.

Manda comprehender o sabão de producção nacional na tabella n.º 11.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo á conveniencia de promover o desenvolvimento do commercio dos productos nacionaes entre as differentes Provincias do Imperio, e considerando que tem sido presentes ao Thesouro varios requerimentos pedindo licença para transporte do sabão em navios estrangeiros para os portos do Norte, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que provisoriamente comprehendão o sabão de producção nacional na tabella n.º 11 annexa ao Regulamento das Alfandegas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 249. — IMPERIO. — Em 29 de Agosto de 1864.

Declara que o facto de ter estado a Junta de qualificação, na segunda sessão, reunida por menos tempo do que o marcado no art. 22 da Lei de 19 de Agosto de 1846, é motivo para considerar-se nulla a qualificação.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio de V. Ex. n.º 103 de 10 do corrente mez, submettendo á consideração do Governo Imperial a representação em que varios moradores da parochia dos Tres Corações de Jesus, Maria e José, do Rio Verde, termo da Cidade da Campanha, pedem que seja annullada a qualificação de votantes a que ahi se procedeu no corrente anno.

Em resposta declaro a V. Ex. que, estando provado pelos documentos annexos á dita representa-

ção que, na segunda sessão da Junta revisora da qualificação de votantes da mencionada parochia, esteve ella reunida quatro dias, e não cinco, como exige o art. 22 da Lei de 19 de Agosto de 1846, não se póde deixar de considerar nulla a dita qualificação, visto que, não devendo o Conselho Municipal tomar conhecimento de recursos sem que preceda reclamação desattendida pela Junta de Qualificação, como o declara o Aviso n.º 39 de 7 de Março de 1848, a diminuição daquelle prazo póde obstar á interposição dos recursos, attendendo-se a que muitas vezes só nos ultimos dias da segunda reunião póde o cidadão apresentar á Junta as suas reclamações, queixas ou denuncias; razão esta por que os Avisos n.ºs 82 de 23 de Abril de 1847, § 1.º e n.º 143 de 25 de Maio de 1849, considerão, como essencial para o processo da qualificação, a guarda do prazo marcado para a segunda reunião da Junta.

Não podendo portanto, á vista de tão grave irregularidade, subsistir a dita qualificação, cumpre que a chamada dos votantes na proxima eleição de Vereadores, e Juizes de Paz, seja feita pela qualificação do anno passado, sendo bastante que se proceda a nova qualificação em Janeiro proximo futuro na fórma do art. 25 da Lei de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Bonifacio de Andrada e Silva.* — Sr. Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 250. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1864.

Declara qual a tabella que regula a cobrança dos emolumentos da Secretaria da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento ao requerimento do Chefe de Divisão graduado José Maria Ferreira, que acompanhou o Aviso do Ministerio da

Marinha de 16 de Abril ultimo, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que faça restituir ao referido Chefe de Divisão a quantia de 125$932, que pagou de mais pelos emolumentos do titulo do lugar de Capitão do Porto da mesma Provincia, á vista da tabella de 21 Junho de 1815, que é a que regula os emolumentos da Secretaria da Marinha, conforme a Circular de 25 de Junho de 1861, e não a que baixou com o Decreto n. 351 de 20 de Abril de 1844, como erradamente entendeu a Recebedoria quando arrecadou os ditos emolumentos, porquanto esta foi revogada pelo Decreto n.º 377 de 12 de Agosto do mesmo anno.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 251. — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1864.

Declara como se deve escripturar a despeza relativa aos objectos concernentes ao vinculo de Jaguára.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n. 44 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes de 7 de Julho ultimo, ácerca do que lhe foi determinado pela Ordem n.º 42 de 21 de Maio anterior sobre a tomada das contas do Tenente Coronel Francisco de Paula da Fonseca Vianna, ex-procurador do extincto vinculo de Jaguára, na dita Provincia; declara ao mesmo Sr. Inspector que, á vista da Resolução n.º 306 de 14 de Outubro de 1843, toda a despeza relativa a objectos concernentes ao referido vinculo deve correr por conta do producto que delle se arrecadar, visto que esse producto não pertence á Fazenda Nacional, mas tem applicação inteiramente particular; pelo que ficão approvadas as gratificações propostas pelo

Sr. Inspector, que deverá mandar escripturar o producto da renda e arrematações do vinculo em deposito para ter o destino que foi determinado na citada Resolução: e ordena ao mesmo Sr. Inspector que toda a despeza, quer seja a das diligencias a que se deve proceder para as mesmas arrematações, quer a da tomada das contas do dito ex-procurador, e outra qualquer da mesma origem, seja escripturada em conta desse deposito, e não na verba — Eventuaes — do Ministerio da Fazenda, pois que a elle não pertence.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 252. — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1864.

Sobre o exame e liquidação de contas de responsaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitte aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a cópia inclusa da Ordem n.º 57, desta data, dirigida ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, para seu conhecimento e a fim de que a observem e fação observar em casos semelhantes.

José Pedro Dias de Carvalho.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná de 23 de Abril ultimo, declara que os documentos apresentados por Fran-

cisco de Paula Cordeiro Ribas, responsavel pela quantia de 847$910 mandada entregar pela Presidencia da Provincia em 1862 para abertura da estrada de Mato Grosso no rio Briguy, deverião ter sido relacionados pelo dito Ribas, e descripta a importancia de cada um, e assim exhibidos á Thesouraria para facilitar o exame da conta, e para que em tempo algum pudesse o mesmo responsavel allegar falta ou extravio de qualquer delles. Não foi pois regular a aceitação dos mesmos documentos desacompanhados da respectiva conta explicativa.

Fôra tambem mais curial que o pagamento dos salarios dos trabalhadores se comprovasse por meio de ferias, mas o facto de não terem sido estas organisadas não é razão sufficiente para a impugnação dos recibos e contas que comprovão taes despezas, com tanto porém que a Thesouraria, com audiencia do respectivo Procurador Fiscal, reconheça a legalidade e procedencia desses documentos, pois que as Instrucções n.º 287 de 10 de Dezembro de 1851, a respeito da organisação das ferias, em rigor são sómente applicaveis ás Repartições ou Estabelecimentos onde ha despeza ordinaria de operarios.

Os tomadores da conta podem e devem fazer as exigencias que lhes parecerem necessarias para solução das duvidas que tiverem ou occorrerem no exame e apreciação dos documentos apresentados, competindo ao Inspector da Thesouraria decidir provisoriamente as questões que se suscitarem, quando de sua competencia, ou requisitar solução do Presidente e Ministro competente, quando não o forem, isto para não demorar-se o andamento do processo da conta, ficando obrigados os responsaveis a satisfazer a todas as referidas exigencias, sob pena de responderem pelas quantias de cujas despezas não exhibirem documentos e provas concludentes: as questões que tiverem sido decididas provisoriamente, serão resolvidas definitivamente em Junta de Fazenda, por occasião do julgamento da conta, em virtude da jurisdicção contenciosa, que lhe confere o art. 6.º do Decreto de 10 de Março de 1860 para julgar as contas dos responsaveis á Fazenda Publica, e então se fixará a situação delles, declarando-os quites, em debito, ou em credito, conforme as circumstancias.

Releva accrescentar que no processo da tomada da conta se devem aceitar os documentos legaes apresentados pelos responsaveis e que comprovarem despezas, embora excedentes ás consignações ou quantias por estes recebidas dos cofres da Fazenda.

E' claro, em tal hypothese, que o julgamento concluirá reconhecendo-os em credito para com o Estado na concorrente quantia desse excesso nos termos dos arts. 25 e 26 do citado Decreto; neste caso o Inspector da Thesouraria deve mandar passar quitação da referida consignação, se a sua despeza tiver sido legalmente provada, salvo a disposição do art. 33 n.º 2 § 10 do mesmo Decreto, podendo os responsaveis requerer ao Ministerio que fôr competente, e este attende-lo ou não, e mandar ou não effectuar o abono do referido excesso, sem ordem do qual, transmittida conforme o estylo, nenhum pagamento se fará excedente á consignação, porquanto o Tribunal do Thesouro, bem como as Thesourarias de Fazenda, no exercicio da sua jurisdicção em materia de contas, não julgão da ordenação da despeza, mas sim do facto do responsavel.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 253. — FAZENDA. — Em 30 de Agosto de 1864.

Clausulas com que se devem celebrar os contractos de obras publicas do Ministerio da Fazenda.

Secção. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo á necessidade de estabelecerem-se as clausulas geraes dos contractos de obras publicas com o Ministerio da Fazenda na Côrte e Thesourarias de Fazenda nas

Provincias, ordena que, emquanto não se regular definitivamente este assumpto, em virtude do art. 46 § 2.º do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, sejão os referidos contractos celebrados sob as clausulas geraes dos arts. 12 a 38 do Regulamento do Ministerio das Obras Publicas annexo ao Decreto n.º 2.926 de 14 de Maio de 1862, com as seguintes modificações:

1.ª As cópias a que se refere o art. 13 serão fornecidas pelas Thesourarias de Fazenda;

2.ª Não obstante a disposição da 1.ª parte do art. 14 o arrematante ficará em todo o caso pessoalmente responsavel não só á Administração como aos operarios e terceiros.

3.ª As attribuições conferidas ao Governo pelos arts. 14, 15, 17, 21, 30, 34, 35 e 36 serão exercidas em Junta de Fazenda pelos Inspectores das Thesourarias, precedendo parecer dos Procuradores Fiscaes respectivos, e os mesmos Inspectores deverão submetter as suas deliberações á approvação do Ministro da Fazenda, mandando executa-las provisoriamente, quando as circumstancias assim o exigirem.

4.ª O art. 19 observar-se-ha de accordo com o art. 15 § 5.º do Regulamento que acompanhou o Decreto n.º 2.925 de 14 de Maio de 1862.

5.ª A disposição do art. 38 será substituida pela do art. 1.º § 2.º do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, approvado pelo art. 12 § 10 da Lei n.º 1.114 de 27 de Setembro de 1860.

Além das mencionadas clausulas incluir-se-hão nos contractos as especiaes relativas á natureza de cada uma das referidas obras.

As solemnidades e condições privativas dos contractos com a Fazenda Publica continuarão a regular-se pelas disposições do Alvará de 28 de Janeiro de 1808, Tit. 7.º § 14 e outras em vigor.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 254. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 30 de Agosto de 1864.

Declara ser da alçada do Juiz Municipal do Termo de Agua Preta, na fórma do art. 60 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, a verificação dos direitos, que tem José Alves da Silva a uns terrenos contiguos a seu engenho denominado — Bom Gosto —, os quaes possue por si e por seus antepassados ha mais de oitenta annos.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 30 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 21 do mez proximo findo, ao qual acompanhou competentemente informado o requerimento, que devolvo, de José Alves da Silva, pedindo ser reconhecido legitimo possuidor de uns terrenos, que demorão contiguos ao seu engenho denominado — Bom Gosto —, sito no Termo de Agua Preta nessa Provincia, visto achar-se o seu direito garantido pela posse mansa e pacifica, que por si, e seus antepassados exerce ha mais de oitenta annos sobre os referidos terrenos, tenho a declarar-lhe que achando-se a hypothese vertente comprehendida na disposição do art. 22 combinado com a do art. 59 do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854, ao Juiz Municipal daquelle Termo compete na fórma do art. 60 do mesmo Regulamento proceder ás diligencias necessarias á verificação dos direitos do supplicante sobre os ditos terrenos.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Pedro Dias Vieira.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 255.—GUERRA.—Aviso do 1.º de Setembro de 1864.

Ao Archivo Militar, declarando que as contas trimensaes da Lithographia devem achar-se no Thesouro Nacional até o dia 5 do mez subsequente a cada trimestre.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em o 1.º de Setembro de 1864.

Fique V. S. na intelligencia de que as contas trimensaes da Lithographia, a que se referia o Aviso de 26 de Agosto proximo passado, devem estar no Thesouro Nacional até o dia 5 do mez subsequente a cada trimestre, como exigio novamente o Sr. Ministro da Fazenda; o que communico a V. S. para que as remetta com a necessaria antecedencia á Repartição de Contabilidade deste Ministerio.

Deus Guarde a V. S.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*— Sr. Director do Archivo Militar.

N. 256.—FAZENDA.—Em 2 de Setembro de 1864.

Os contractos de arrendamento são sujeitos á approvação do Governo Imperial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. n.º 24 de 28 de Julho ultimo, em que, dando parte de haver-lhe a respectiva Thesouraria communicado os novos arrendamentos das duas partes do rincão de Saican, a que se mandou proceder pela ordem n.º 77 de 21 de Maio proximo passado, participa que em consequencia do disposto na mesma ordem havia entendido não dever fazer uso da attribuição conferida pelo art. 81 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850; declaro a V. Ex., para sua intelligencia e devidos effeitos, que a ordem citada de 21 de Maio deste anno não dispensa a appro-

vação de que trata o art. 81 daquelle Decreto, a qual se deve considerar então como provisoria, por força da clausula convencional, sendo definitiva a do Governo Imperial; e que portanto os contractos a que se refere a mesma ordem ficarão, para sua validade e pleno vigor, dependentes da approvação provisoria dessa Presidencia, e definitiva do mesmo Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 257.—FAZENDA.—Em 5 de Setembro de 1864.

Nos saques sobre o Thesouro não se devem receber as onças, por não ser moeda legal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 139 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro de 16 de Agosto ultimo ácerca de poder-se admittir o recebimento de onças a 30$000 para realizarem-se os saques contra o Thesouro, declara ao mesmo Sr. Inspector que não tendo essa moeda curso legal nas Repartições Publicas, não póde ser aceita para os saques, que só são permittidos em moeda nacional, como se acha determinado.

Tendo-se-lhe enviado, além dos cem contos de réis, cujo recebimento accusa no citado officio, mais cincoenta contos pelo vapor de 22 do mez passado, e remettendo-se-lhe agora mais cem contos por este vapor, cumpre que o Sr. Inspector informe se são sufficientes estas sommas, para se poder resolver sobre novas remessas.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 258.—IMPERIO.—Aviso de 6 de Setembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. Declara que, por se acharem viciados o livro da qualificação, e as copias extrahidas delle, a chamada dos votantes devia ser feita pela ultima qualificação regularmente completada.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm Sr.—Attendendo a que, segundo V. Ex. expõe no seu officio de 30 de Julho ultimo, acha-se alterado com emendas e raspaduras o livro da qualificação de votantes da parochia de S. Pedro de Alcantara de Petropolis, e que o mesmo defeito se dá na copia remettida a essa Presidencia, o que induz V. Ex. a crer que devem estar viciadas todas as copias extrahidas do dito livro, declaro que a chamada dos votantes, na proxima eleição de Vereadores e Juizes de Paz, deve ser feita pela ultima qualificação, que tiver sido regularmente completada.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.* —Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 259.—FAZENDA.—Em 9 de Setembro de 1864.

Sobre a intelligencia do Decreto n.º 1.216 de 31 de Dezembro de 1863.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso do Ministerio á cargo de V. Ex. de 26 de Maio ultimo, a respeito das duvidas que á Presidencia da Provincia do Amazonas forão propostas pelo Capitão Commandante da fronteira da Tabatinga sobre alguns pontos de suas attribuições concernentes ao transito fluvial, e da solução dada as mesmas duvidas, tenho de declarar a V. Ex. que aquella Presidencia labora em engano suppondo que a disposição do art. 17 § unico do Decreto n.º 1.216 de 31 de Dezembro de 1863, que põe á disposição do Admi-

nistrador da Mesa de Rendas uma força de linha ou de policia, que deve existir na povoação de Tabatinga, se entende com o Commandante do posto militar da fronteira. São cousas muito distinctas; e se o destacamento militar está subordinado ao Administrador em virtude desse artigo, não o é o Commandante da fronteira, posto que lhe deva prestar a necessaria coadjuvação, nos termos do art. 363 do Regulamento das Alfandegas, reproduzido no citado art. 17 do Decreto n.º 1.216.

Já por Aviso de 20 de Agosto ultimo se declarou que o Commandante do posto militar da fronteira de Tabatinga não é subordinado á Mesa de Rendas, e sómente o será o Commandante do destacamento militar ou de policia, que para a povoação fôr mandado, nos termos do art. 17 do citado Decreto n.º 1.216. Tal é a solução da duvida que compete ao Ministerio á meu cargo.

Por esta occasião julgo conveniente accrescentar a V. Ex. que o art. 29 do Decreto n.º 1.216, quando falla de registro, refere-se unicamente á policia que incumbe ás Estações fiscaes para o exercicio das funcções a seu cargo, nos termos do Tit. 4.º, Cap. 1.º do Regulamento das Alfandegas e outras disposições em vigor; e que o art. 31 do mesmo Decreto teve por base as estipulações do Accordo de 24 de Janeiro, de que dá conta o Relatorio do Ministerio a cargo de V. Ex., de 1863, providenciando-se na hypothese da entrada de embarcações de guerra sobre a acção das Estações fiscaes a respeito dellas. E', pois, ao Ministerio á cargo de V. Ex. que compete resolver de accordo com os Ministerios competentes:

1.º Se as embarcações de guerra peruanas podem percorrer livremente e em que numero, o Amazonas Brasileiro, ou se estão obrigadas a fazer escala, e por que pontos;

2.º Se as mesmas embarcações estão isentas das visitas da policia, saude e registro militar na entrada e sahida dos portos; ficando entendido que, na hypothese de levarem carga, se constituem navios mercantes, nos termos do citado Accordo, e ficão portanto sujeitas ao Decreto de 31 de Dezembro.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

N. 260. — FAZENDA. — Em 10 de Setembro de 1864.

Esclarecimentos que devem conter os officios dos Juizes requisitando o levantamento de quantias depositadas no Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo que os diversos Juizes de Orphãos da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro nas requisições que dirigirem ao Thesouro para levantamento de quantias ahi depositadas, não se limitem a indicar sómente as datas em que os capitaes forão recolhidos ao cofre do Estado, como alguns tem praticado, mas determinem, na fórma do art. 8.º das Instrucções de 12 de Maio de 1842, não só a importancia do capital e dos juros vencidos até o dia da requisição, como tambem a data do emprestimo ou emprestimos que pretenderem levantar, para proceder-se no Thesouro ao exame e conferencia dos calculos: rogo a V. Ex. se sirva expedir neste sentido as necessarias recommendações áquelles Juizes, a bem da regularidade do serviço.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Francisco José Furtado.

N. 261. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1864.

Manda cassar um titulo de concessão de marinhas por se não terem observado as regras de preferencia em taes casos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Examinando as informações por V. Ex. prestadas em resposta ao Aviso deste Ministerio, datado de 16 de Outubro de 1863, ácerca da reclamação de Theotonio Coelho Cerqueira e José de Sá Bezerra, contra a concessão de aforamento ao Major Fabricio Gomes Pedroza, dos terrenos de marinha da margem de Jundiahy, no lugar denominado Carnaubinha, reconheceu-se:

1.º Que o Major Pedroza não apresentou titulo

algum de dominio das terras de Tinguijada adjacentes aos terrenos de marinha, cujo aforamento requereu como devolutos.

2.º Que na occasião em que pedio o aforamento dessas marinhas nenhum acto partio da Thesouraria de Fazenda ou dessa Presidencia convocando as pessoas que tinhão preferencia no aforamento a reclamarem pelos seus direitos, e portanto, que não houve da parte dos interessados sciencia legal de que se tratava de dispor de uma parte de sua propriedade.

3.º Que a Camara Municipal tambem não foi consultada a fim de dizer se lhe convinha a reserva de alguma porção das marinhas para logradouro publico.

4.º Finalmente que um dos interessados apresentou bem tarde uma reclamação contra a concessão da qual se queixa.

Além do que fica exposto vê-se da informação n.º 10, que acompanha em original o supradito officio, que esta reclamação foi apresentada á Presidencia em 16 de Maio de 1863, data do titulo passado a Pedroza, o que coincide com o requerimento do co-proprietario Cerqueira mandado informar á Thesouraria por despacho da Presidencia de 16 de Maio junto ao requerimento dos reclamantes.

Ora, não se tendo observado nenhuma das regras que devem ser praticadas nas concessões de terrenos de marinha, redundando em prejuizo de terceiros a concessão feita a Pedroza; e sendo regra constante do Thesouro em semelhantes questões conciliar os seus interesses com os do publico e dos proprietarios das terras adjacentes ás marinhas a quem a Lei concede a preferencia na concessão dellas, ainda em concorrencia com os respectivos rendeiros ou foreiros que já tem bemfeitorias nas marinhas; cumpre que V. Ex. faça cassar o titulo expedido ao dito Pedroza, a fim de serem os terrenos aforados aos herdeiros do proprietario fronteiro, se provarem a propriedade ou posse e qualidade hereditaria; pagando elles os fóros da época em que forão os terrenos concedidos a Pedroza, e intimando-se ás partes a annullação do titulo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 262. — FAZENDA. — Em 12 de Setembro de 1864.

Declara o processo que se deve seguir na concessão dos aforamentos de terrenos de marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remettendo ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte, para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca, a inclusa cópia do Aviso nesta data dirigido á Presidencia da respectiva Provincia, em solução á reclamação de Theotonio Coelho Cerqueira e José de Sá Bezerra contra a concessão de aforamento de terrenos de marinha da margem do Jundiahy, no lugar denominado Carnaubinha, feita ao Major Fabricio Gomes Pedroza; declara ao mesmo Sr. Inspector: 1.º, que cumprindo-lhe preparar os processos de concessão de aforamento de terrenos de marinha e passar os respectivos titulos que tem de subir a assignatura da Presidencia da Provincia, corre-lhe o restricto dever de investigar se os que pedem semelhantes terrenos apresentão titulos que justifiquem o seu direito de preferencia a obtê-los; 2.º, que, ainda quando apresentem escripturas ou formaes de partilhas, pelos quaes se mostre indubitavelmente que lhes assiste o direito de preferencia, convém que se consulte á Camara Municipal respectiva para que informe se as marinhas pedidas, ou parte dellas, devem ser reservadas para logradouro publico; depois do que, no caso de os não pretender a Camara para esse fim, far-se-ha publico o pedido por editaes, a fim de comparecerem, trazendo as suas reclamações, as pessoas que tiverem direito para fazê-lo; de modo que se resguardem os seus direitos e interesses, e que as concessões se façáo sem prejuizo do publico, nem de terceiros. Além disto adverte ao Sr. Inspector que, toda a vez que os terrenos pedidos poderem servir para estabelecimentos publicos, devem-se reservar as porções que convier para a sua fundação, consultando-se para este fim as autoridades competentes.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 263.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Setembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife. Declara que o Decreto legislativo n.º 1.216 de 4 de Julho deste anno é extensivo aos exames de preparatorios feitos antes do mesmo Decreto, dos quaes tenha decorrido o prazo de dous annos.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em solução ao seu officio de 12 do mez passado, que a disposição do Decreto do Poder Legislativo n.º 1.216 de 4 de Julho ultimo, elevando a 4 annos o prazo de dous para a validade dos exames preparatorios, é extensiva a todos aquelles exames que tenhão sido feitos ha mais de dous annos, e que por isso devem estes ser considerados válidos, com tanto que estejão comprehendidos dentro do referido prazo de 4 annos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 264. — FAZENDA. — Em 17 de Setembro de 1864.

Reconhecimento de filho natural feito depois de sua morte, fallecendo elle *ab intestato* sem conjuge ou herdeiros presentes, não impede a arrecadação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1864.

Em solução á duvida proposta pelo agente do Collector de Valença, em officio de 29 de Julho proximo passado, se o reconhecimento feito por Domiciano Teixeira Ribeiro de Albino Teixeira Ribeiro, como seu filho, feito, ao que parece, depois da morte do mesmo Ribeiro, é sufficiente para que este seja considerado herdeiro daquelle, accrescentando o mesmo Collector que Domiciano se empossára do espolio de Ribeiro, que falleceu *ab intestato* sem

deixar conjuge e herdeiros, pelo que requerêra a arrecadação do espolio, declaro a V. S., para o devido conhecimento, e a fim de que o faça constar ao mesmo agente do Collector, que pouco importa que se houvesse feito o reconhecimento por escriptura anterior ao casamento de Domiciano, porquanto o disposto no art. 2.° da Lei de 2 de Setembro de 1847 nenhuma applicação tem ao caso de que se trata; importa, porém, muito saber se esse reconhecimento feito aliás por escriptura publica, na fórma do art. 3.° da citada Lei, o foi anteriormente ao fallecimento do asserto filho, pois que regulando-se os direitos á successão pela época de sua abertura, e sendo esta determinada pela data do fallecimento, é claro que se nesta não existir tal reconhecimento, não era o herdeiro o inculcado pai; a successão é reciproca. Neste caso, isto é, de ser o reconhecimento feito pelo dito Domiciano posteriormente ao fallecimento de Ribeiro, procede a arrecadação, para ser entregue o espolio a quem de direito fôr.

Deus Guarde a V. S. — *Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Conselheiro Director Geral do Contencioso.

N. 265.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Setembro de 1864.

Ao Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.—Dá solução ao officio do Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro Segundo ácerca da suspensão das aulas pelo fallecimento de algum professor.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Setembro de 1864.

Com o officio de V. S. de 15 do corrente mez recebi a copia, que enviou, do que lhe dirigio o Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro II, communicando que, em consequencia do fallecimento do professor de latim Jorge Furtado de Mendonça, suspendêra as aulas, como tem sido pratica no mesmo Collegio, e representando a necessidade de se tomar alguma deliberação que re-

gúle para os casos em que o Collegio tenha de lamentar a perda de algum professor, visto que o Regulamento em vigor é omisso a tal respeito.

Em resposta declaro a V. S., para que faça constar ao referido Reitor, que não é possivel, nem convem tomar-se a deliberação que solicita; e que só elle póde apreciar a conveniencia do acto que praticou, o qual aliás o Governo não reconhece como disposição generica.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.* —Sr. Inspector Geral interino da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte.

N. 266.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Setembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. Resolve ácerca das faltas de alguns estudantes que não forão abonadas pela Congregação, por não terem sido presentes a esta as notas dos respectivos Lentes; e determina como devem proceder os Lentes quando não puderem ir ás Congregações de julgamento de faltas, ou tiverem de comparecer depois da hora marcada.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Setembro de 1864.

Accuso a recepção do officio de V. S. de 10 do mez passado em que, dando cumprimento ao que resolvêra a Congregação dos Lentes reunida no mesmo mez, communica o que occorrêra no julgamento das faltas de alguns estudantes, assim do Curso Medico como Pharmaceutico, dadas no mez de Junho.

Inteirado de tudo quanto V. S. expõe a tal respeito, e do que foi consignado na acta da Congregação do citado mez de Agosto, da qual V. S. enviou copia, cabe-me declarar o seguinte:

1.° Que, tendo os referidos estudantes apresentado documento justificativo de suas faltas perante os Lentes respectivos, que as julgárão abonadas, o facto de estes, por chegarem tarde á Congregação,

não terem feito constar á mesma a sua abonação, não póde prejudicar os ditos estudantes, que cumprirão, pela sua parte, o dever a que erão obrigados.

O art. 167 dos Estatutos das Faculdades determina que as faltas mensaes dos estudantes sejão julgadas pela Congregação á vista das notas dos Lentes, e o julgamento, que teve lugar na Congregação do mez de Julho, foi dado na ausencia dessas notas, visto que os Lentes chegárão depois delle, como fica ponderado. Foi portanto a infracção do preceito desse artigo o que motivou o não serem abonadas taes faltas.

2.° Que, não havendo culpa ou omissão da parte dos estudantes, e tendo sido illegal o julgamento das faltas que elles derão, as reclamações, que os mesmos estudantes apresentárão á Congregação do mez de Agosto não podem ser consideradas da classe daquellas, de que trata o art. 171 dos citados Estatutos, para lhes ser applicavel a sua disposição.

3.° Que, á vista do exposto, deve a Congregação dos Lentes, na primeira vez que se reunir, reconsiderar aquelle seu julgamento, e resolver o que fôr de justiça, tendo em consideração as notas dos Lentes.

Por ultimo observo a V. S. para, fazer constar aos Lentes, que, quando não lhes fôr possivel comparecerem ás Congregações mensaes á hora marcada, ou não puderem ir á ellas, remettão logo as relações das faltas dos estudantes das suas aulas, com as competentes notas das que são ou não abonadas. Com esta providencia se evitará para o futuro a reproducção do facto sobre que versa o officio de V. S.

Deus Guarde a V. S.— *José Liberato Barrozo.*— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 267.—IMPERIO.—Em 22 de Setembro de 1864.

Ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo. Declara que o facto de se mudar da Parochia, mas não do municipio, o eleitor, não é razão para ser privado de fazer parte do Conselho de Recurso.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. n.º 20 de 23 de Junho ultimo foi presente a Sua Magestade o Imperador uma representação, em que o cidadão João Chrisostomo de Carvalho pede a revogação de duas decisões proferidas por V. Ex., uma, excluindo-o de tomar parte no Conselho Municipal de Recurso dessa Capital como Presidente da Camara Municipal, em razão de ter deixado de presidir a Junta de Qualificação sendo o Juiz de Paz mais votado da Parochia da mesma Capital, e outra, admittindo a fazer parte do dito Conselho o eleitor mais votado da Parochia cabeça do Municipio, Dr. Francisco Gomes de Azambuja, que se achava mudado da Parochia, mas não do Municipio.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem indeferir a dita representação, confirmando as decisões de V. Ex., a primeira, por ser conforme aos Avisos n.º 261 de 13 de Junho de 1860, n.º 576 de 11 de Dezembro de 1861, n.º 222 de 7 de Maio de 1862, e outros; e a segunda, porque, conhecendo o Conselho de Recurso das reclamações de todas as Parochias do Municipio, nenhuma razão ha para que se prive de fazer parte delle o eleitor, que não mudou de Municipio, mas simplesmente de Parochia.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e a fim de que o faça constar ao representante.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.* —Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 268.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Setembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Mato Grosso.—Declara que a disposição do § 20 do art. 1.º do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, não comprehende os Inspectores das Alfandegas.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o objecto do officio, que com a data de 21 de Maio ultimo dirigio ao Governo Imperial o Inspector da Alfandega de Albuquerque Joaquim Pires da Silva, representando contra o acto, pelo qual V. Ex. decidio que elle não podia tomar assento na Assembléa Legislativa dessa Provincia, por se achar comprehendido na disposição do § 20 do art. 1.º do Decreto de 19 de Setembro de 1855 n.º 842, na parte em que se refere aos Inspectores da Fazenda Geral e Provincial.

E Sua Magestade o Imperador Conformando-Se, por Sua Immediata Resolução de 13 do mez findo, com o parecer da referida Secção do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 3 do mesmo mez: Houve por bem Mandar declarar que aquella decisão de V. Ex. não póde ser approvada, porquanto, sendo os Inspectores das Alfandegas entidades mui distinctas dos Inspectores de Fazenda, não lhes é applicavel a citada disposição do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, que não póde estender-se a empregados de categoria diversa da que é expressa e restrictamente designada.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, visto que foi por V. Ex. praticado o acto de que se trata. Se a questão tivesse surgido na Assembléa Provincial por occasião da verificação dos poderes, e esta a houvesse decidido, sómente ao Poder Legislativo competeria tomar conhecimento de sua resolução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 269.—GUERRA.—Aviso de 23 de Setembro de 1864.

Ao Presidente de S. Pedro do Sul, autorisando a conservação de quatro cavallos na Cidade do Rio Grande para o serviço das communicações com a fronteira do Chuy.

4.ª Directoria Geral.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra em 23 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Ampliando a disposição do Aviso de 20 de Março de 1862, que autorisou a despeza com tratamento de dous cavallos, na Cidade do Rio Grande, para o serviço das communicações com a fronteira do Chuy, convém que d'ora em diante se conservem naquella Cidade quatro cavallos para o mesmo serviço. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*— Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Sul.

N. 270.—IMPERIO.—Aviso de 24 de Setembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que o Presidente da Camara Municipal, quando estiver exercendo funcções alheias a este cargo, e para os quaes fôr chamado pela lei, deve ser substituido no mesmo cargo.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Levei ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador, com o officio de V. Ex. de 19 de Julho ultimo, a decisão pela qual V. Ex. declarou ao Presidente interino da Camara Municipal dessa Capital, que não devia passar ao seu immediato em votos as funcções desse cargo, emquanto estivesse occupado no Conselho de Revista da Guarda Nacional, e que, se a sua presença no dito Conselho o inhibia de presidir ás sessões da Camara, devião estas ficar suspensas emquanto durassem os trabalhos daquelle.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex., que a referida decisão não póde ser approvada, porquanto é opposta á doutrina do Aviso n.º 88 de 27 de Julho de 1848, segundo a qual o Presidente da Camara Municipal, sendo chamado para exercer essa e outras semelhantes attribuições alheias das que lhe competem como Vereador e Presidente, não póde considerar-se em exercicio daquelle cargo emquanto desempenha essas mui diversas funcções; e deve em consequencia julgar-se legitimamente impedido a respeito delle, a fim de que, dada a necessidade de reunir-se a Camara Municipal, seja nella substituido pelo Vereador a que pertencer, pois não é admissivel suppôr-se que fosse da intenção da lei, quando designou o Presidente da Camara Municipal para exercer attribuições alheias deste cargo, determinar que ficassem suspensos os actos e funcções municipaes durante aquelle legitimo impedimento.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 271.—IMPERIO.—Aviso de 29 de Setembro de 1864.

Ao Inspector Geral interino da Instrucção primaria e secundaria, do Municipio da Côrte.— Approva, com modificações, as Instrucções que organisou para regularem as habilitações legaes para a abertura e direcção de estabelecimentos particulares de Instrucção primaria e secundaria, e para o ensino da dita instrucção, e das artes liberaes.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 29 de Setembro de 1864.

O Governo Imperial, tomando em consideração o que V. S. representa em officio de 2 do corrente mez ácerca das habilitações que são exigidas para a abertura e direcção de collegios e escolas particulares de Instrucção primaria e secundaria, e para o magisterio assim nos ditos estabelecimentos, como em casas particulares; e merecendo a approvação do mesmo Governo as Instrucções que V. S., em virtude das ordens expedidas a essa Inspectoria Geral, organisou para regular aquella ma-

teria, colligindo as diversas disposições que estão em vigor, com algumas alterações que a pratica tem aconselhado: declaro a V. S. que são adoptadas as mesmas Instrucções, salvas pequenas modificações, e dellas lhe envio a inclusa cópia para a devida execução.

O Governo Imperial, annuindo aos pedidos que V. S. faz no citado officio, e no de 5 do mesmo corrente mez, em additamento áquelle, manda publicar as ditas Instrucções com este Aviso não só no *Diario Official*, mas tambem em avulso, do qual se tiraráõ 200 exemplares, para serem conveniente e opportunamente distribuidos; e em seguida a esses actos fará da mesma maneira publicar os artigos do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.331 A de 17 de Fevereiro de 1854, que tem relação com a materia.

Por ultimo declaro a V. S.:

1.º Que, publicadas que sejão as sobreditas Instrucções, nenhuma tolerancia deve haver com os que as infringirem, fazendo-se irremissivelmente effectivas as penas nellas impostas.

2.º Que até o fim do proximo anno de 1865 todas as pessoas, sem excepção nenhuma, que actualmente dirigem neste Municipio estabelecimentos de Instrucção particular, debaixo do nome de collegio, escola, ou outro qualquer, os quaes tenhão sido legalmente instituidos, devem justificar perante essa Inspectoria Geral a legalidade dos seus estabelecimentos, exhibindo por intermedio dos respectivos delegados da Instrucção não sómente os seus titulos de capacidade, como tambem os do pessoal que estiver empregado no ensino, e na direcção.

3.º Que dentro do mesmo prazo acima declarado devem igualmente habilitar-se perante a dita Inspectoria Geral as pessoas que indevidamente estiverem dirigindo algum dos referidos estabelecimentos, justificando as suas habilitações, e as do pessoal que estiver empregado no ensino e na direcção; bem como as pessoas que exercerem o magisterio em casas particulares: devendo umas e outras cumprir em todo o rigor as disposições das sobreditas Instrucções, sob as penas nellas comminadas.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

Instrucções reguladoras das habilitações legaes para a abertura e direcção de estabelecimentos particulares de Instrucção primaria e secundaria, e para o ensino de qualquer ramo da dita Instrucção, e de artes liberaes.

Art. 1.º Qualquer que seja o nome que se lhe dê, e qualquer que seja a importancia numerica do pessoal do ensino e da direcção, é escola o estabelecimento de Instrucção primaria ou secundaria, ou de ambas juntamente, em que só se admittem alumnos externos; e collegio o estabelecimento da mesma natureza, em que se admittem alumnos internos, ou meio-pensionistas.

Art. 2.º Sem estar munido de titulo de capacidade, na fórma destas Instrucções, ninguem poderá abrir ou dirigir escola ou collegio particular, nem collaborar na sua direcção. Sem o mesmo titulo ninguem poderá ensinar qualquer ramo de Instrucção primaria ou secundaria, ou de artes liberaes, quer nos ditos estabelecimentos, quer em casas particulares.

Art. 3.º Todo o pretendente, a titulo de capacidade, deve requere-lo, em papel sellado, ao Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte, juntando, igualmente sellados, os documentos necessarios.

Art. 4.º Os documentos necessarios são:

§ 1.º Para ensinar qualquer materia, sendo homem:

Prova de idade maior de 21 annos;

Prova de moralidade;

Sendo senhora:

Os mesmos documentos acima; e mais:

Se fôr casada, certidão de casamento, e consentimento do marido.

Se fôr viuva, certidão de obito do marido.

Se viver separada do marido, publica fórma da sentença que julgou a separação.

§ 2.º Para dirigir escola de meninos legalmente existente:

Prova de idade maior de 21 annos;

Prova de moralidade.

§ 3.º Para dirigir escola de meninas legalmente existente:

Prova de idade maior de 21 annos;
Prova de moralidade; e mais:
Os documentos exigidos na 2.ª parte do § 1.º sobre o estado da requerente.
§ 4.º Para abrir escola quer de meninos, quer de meninas:
Os mesmos documentos exigidos nos §§ 2.º e 3.º; e mais:
Indicação da localidade da casa;
Exhibição dos titulos de capacidade das pessoas que o requerente tiver de empregar no magisterio ou na direcção.
§ 5.º Para dirigir collegio de meninos legalmente existente:
Prova de idade maior de 25 annos;
Prova de moralidade;
Declaração da profissão que o requerente tiver exercido, ou do seu meio de vida nos ultimos cinco annos.
§ 6.º Para dirigir collegio de meninas legalmente existente:
Os mesmos documentos exigidos no § 5.º; e mais:
Os documentos exigidos na 2.ª parte do § 1.º sobre o estado da requerente.
§ 7.º Para abrir collegio quer de meninos, quer de meninas:
Os mesmos documentos exigidos nos §§ 5.º e 6.º; e mais:
Indicação da localidade e commodos da casa;
Exhibição dos titulos de capacidade das pessoas que o requerente tiver de empregar no magisterio e na direcção;
Programma dos estudos;
Integra do regulamento interno.
§ 8.º Para regularisar a existencia de escola ou collegio illegalmente estabelecidos:
Os mesmos documentos que para abertura legal; e mais:
Declaração do tempo da abertura;
Relação dos Directores e Professores que tiver tido.
Art. 5.º A maioridade legal prova-se por certidão de idade, ou justificação judicial.
A moralidade prova-se conjunctamente com folhas corridas e attestados dos parochos dos lugares, em que o requerente houver residido nos ultimos tres annos.

Art. 6.º Para o ensino de uma ou mais artes liberaes, admittidas que sejão pelo Inspector Geral as provas de maioridade e moralidade, passar-se-ha ao requerente titulo de capacidade moral; e assim ficará elle habilitado pelo que pertence á Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria.

Art. 7.º Para a abertura ou direcção de escola ou collegio, e para o ensino de um ou mais ramos de Instrucção primaria ou secundaria, admittidos que sejão pelo Inspector Geral os documentos annexos ao requerimento, exhibirá tambem o candidato prova de capacidade profissional.

Art. 8.º A capacidade profissional prova-se em exames publicos nos mezes de Abril e Outubro.

Art. 9.º Os exames terão por assumpto:

§ 1.º Para o magisterio:

As materias precisamente que o candidato pretender ensinar.

§ 2.º Para abertura ou direcção, embora sem magisterio, de escola ou collegio de instrucção primaria para um ou outro sexo:

Doutrina Christã,
Historia Sagrada,
Leitura,
Escripta,
Grammatica portugueza,
Arithmetica,
Systema dos pesos e medidas do Imperio.

§ 3.º Para abertura ou direcção, embora sem magisterio, de escola ou collegio de instrucção secundaria, sendo para o sexo feminino:

Leitura,
Escripta,
Arithmetica.
Geographia,
Francez ou Inglez.

Se á instrucção secundaria fôr accumulada a primaria, mais:

As materias exigidas no § 2.º, e aqui não declaradas.

§ 4.º Para abertura ou direcção, embora sem magisterio, de escola ou collegio de instrucção secundaria, sendo para o sexo masculino:

Arithmetica,
Geographia,
Francez ou Inglez,
Latim,
Philosophia.

Se á instrucção secundaria fôr accumulada a primaria, mais:

As materias exigidas no § 2.°, e aqui não declaradas.

Art. 10. Para collaborar na direcção de escola ou collegio é necessario titulo de capacidade para a direcção dos mesmos estabelecimentos.

Art. 11. Das provas de capacidade para o magisterio, e para abertura ou direcção de escola ou collegio, ou juntamente para ambos os fins, podem ser dispensados pelo Governo, mediante requerimento documentado, e conforme fôr a pretenção.

1.° Os professores adjuntos ás escolas publicas primarias do Municipio da Côrte.

2.° Os individuos approvados nos estabelecimentos de estudos superiores do Imperio, os que forem, ou tiverem sido professores publicos no Municipio da Côrte, ou nas Provincias, e os Bachareis em letras do Collegio de Pedro II.

3.° Os que exhibirem diplomas de faculdades estrangeiras, competentemente legalisados.

4.° Os nacionaes e estrangeiros reconhecidamente habilitados, mediante informação do Inspector Geral, ouvido o Conselho Director.

Art. 12. O Inspector Geral, precedendo parecer do Conselho Director, poderá:

1.° Dispensar das provas de moralidade os Directores de escolas e collegios de instrucção secundaria, que já o erão em 5 de Janeiro de 1855, quando forem geralmente conhecidos, e gozarem de boa fama.

2.° Dispensar, dadas as mesmas circumstancias, das provas de moralidade e capacidade não só as senhoras, que naquelle tempo já estavão dirigindo escolas ou collegios de instrucção secundaria, mas tambem as pessoas de um e outro sexo, que já então se achavão á testa de escolas ou collegios de instrucção primaria.

Art. 13. Estão dispensados das provas de capacidade os Professores da Imperial Sociedade Amante da Instrucção, que já erão subvencionados por ella em 18 de Julho de 1855.

Art. 14. Os titulos de capacidade estão sujeitos ás seguintes taxas:

§ 1.° Para abrir ou dirigir collegio, leccionando nelle, ou não..... ..... 51$200

§ 2.° Pela renovação annual de licença. 25$600

§ 3.° Para abrir ou dirigir escola, leccionando nella ou não..... 25$600
§ 4.° Pela renovação annual de licença. 12$800
§ 5.° Para ensinar um ou mais ramos de instrucção secundaria, ou primaria e secundaria juntamente..... 20$000
§ 6.° Para ensinar um ou mais ramos de instrucção primaria sómente, ou sómente um ou mais ramos de artes liberaes..... 10$000
§ 7.° Por passagem de novos titulos que forem requeridos..... 6$000
§ 8.° Por Aviso de dispensa das provas de capacidade nos casos dos n.os 2.°, 3.° e 4.° do art. 11, seja para abrir ou dirigir escola ou collegio de instrucção secundaria, ou primaria e secundaria juntamente, seja para ensinar um ou mais ramos de instrucção secundaria, ou primaria e secundaria juntamente, seja simultaneamente para abertura ou direcção, e ensino..... 20$000
§ 9.° Por Aviso de dispensa das provas de capacidade nos mesmos casos dos n.os 2.°, 3.° e 4.° do dito art. 11, seja para abrir ou dirigir escola ou collegio de instrucção primaria, seja para ensinar um ou mais ramos da instrucção primaria, seja simultaneamente para abertura ou direcção, e ensino. 10$000

Art. 15 Estão isentos das taxas as escolas e collegios da Associação de S. Vicente de Paulo.

Art. 16. As isenções de taxas, e as dispensas de provas não desonerão dos outros requisitos exigidos para os titulos de capacidade.

Art. 17. Os infractores das presentes instrucções incorrem nas seguintes penas:

§ 1.° Para quem sem titulo de capacidade para o respectivo magisterio ensinar por casas particulares um ou mais ramos de instrucção primaria ou secundaria, ou uma ou mais artes liberaes:

Multa de 50$000 a 200$000.

§ 2.° Para quem abrir ou dirigir escola ou collegio sem o respectivo titulo de capacidade:

Multa de 50$000 a 200$000.

§ 3.° Para o Director ou a Directora de escola ou collegio que leccionar no seu estabelecimento sem titulo especial de capacidade para o respectivo magisterio:

Multa de 50$000 a 200$000.

§ 4.º Para o Director ou a Directora de escola ou collegio que empregar no magisterio ou na direcção do seu estabelecimento pessoa que não esteja munida do respectivo titulo de capacidade:

Multa de 50$000 a 200$000.

§ 5.º Para o Director ou a Directora de escola ou collegio, e para o Professor que accumular motivos de multa:

Accumulação das competentes multas.

§ 6.º Para o Director ou a Directora de escola ou collegio que reincidir em falta, por que já tiver sido multado:

Fechamento da escola ou collegio.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1864.—*José Liberato Barrozo.*

Artigos do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.331 A de 17 de Fevereiro de 1854, que tem relação com a materia das instrucções acima.

Art. 104. Os Professores e Directores de estabelecimentos particulares são obrigados:

§ 1.º A remetter aos respectivos Delegados relatorios trimensaes de seus trabalhos, declarando o numero de alumnos, a disciplina, e os compendios adoptados, e fazendo as observações que entenderem convenientes.

§ 2.º A participar-lhes qualquer alteração, que projectem no regimen dos seus estabelecimentos com a precisa antecedencia, e solicitar autorisação para isso.

§ 3.º A dar-lhes parte de qualquer mudança de residencia.

§ 4.º A franquear-lhes as aulas, dormitorios, e mais dependencias dos estabelecimentos, no caso em que os queirão inspeccionar.

Art. 105. Os Directores, que não professarem a Religião Catholica Apostolica Romana, serão obrigados a ter nos collegios um sacerdote para os alumnos desta Communhão.

Art. 107. E' vedado aos Directores de estabelecimentos particulares:

§ 1.º Receber em sua casa com domicilio fixo outras pessoas, além dos mestres, discipulos, e empregados regulares dos mesmos estabelecimentos.

§ 2.º Mudar sem prévia declaração e licença o caracter de seu estabelecimento, quer estendendo o programma, quer deixando de observar e de cumprir os empenhos tomados com as familias nos prospectos ou annuncios.

Art. 109. Nas casas de educação de meninas não se admittirão alumnos, nem poderão morar pessoas do sexo masculino maiores de 10 annos, excepto o marido da Directora.

Art. 110. Os Directores dos collegios que d'ora em diante se estabelecerem, serão obrigados a ter, quando sejão estrangeiros, pelo menos metade de Professores que sejão brasileiros.

Art. 121. Incorrem tambem (os Professores e Directores de estabelecimentos particulares de instrucção primaria e secundaria) na multa de 20$000 a 100$000, quando deixarem de cumprir as obrigações que este Regulamento lhes impõe.

Art. 122. Na reincidencia dos casos do artigo antecedente, ou quando os Professores e Directores offenderem ou consentirem em offensas á moral e bons costumes..... o Governo mandará fechar a respectiva escola, aula ou collegio.

Art. 123. A imposição de qualquer destas penas não isenta o culpado de soffrer qualquer outra, em que haja incorrido pela legislação em vigor.

N. 272. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1864.

Os contractos de arrendamento de propriedade rural devem conter a clausula de ficarem dependentes da approvação do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro 29 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida proposta pelo Procurador Fiscal e dos Feitos da Fazenda da Provincia de S. Pedro, em officio de 15 de Julho proximo passado, a que acompanhou o officio n.º 143 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da dita Provincia de 19 de Agosto ultimo,

sobre se o Aviso deste Ministerio de 5 de Fevereiro deste anno só se refere ao contracto de arrendamento da Fazenda Bujurú; se abrange sua disposição unicamente os contractos em que subsiste a clausula de ficar dependente de approvação do Thesouro, ou se ao contrario é tão amplo o seu sentido que comprehende todos os contractos de arrendamento de bens de raiz; declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao seu citado officio, que o sobredito Aviso de 5 de Fevereiro deste anno se refere ao arrendamento da Fazenda Bujurú, e áquelles em que o Governo tiver exigido que fiquem dependentes de sua approvação. E por esta occasião ordena ao mesmo Sr. Inspector que não celebre contracto algum de arrendamento de propriedade rural na Provincia, sem a clausula de que se trata, para que se possa declarar quaes os que por sua importancia ou outras considerações devem ficar dependentes da approvação provisoria do Presidente da Provincia e definitiva do Governo Imperial.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 273. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1864.

Sobre o expediente de Capatazias de generos depositados em armazens particulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro 29 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará, para sua intelligencia, e para o fazer constar ao da respectiva Alfandega, que a pratica ahi estabelecida, e de que dá conta aquelle Inspector em seu relatorio de 6 de Outubro do anno passado, de se cobrar o expediente da Capatazia dos productos do paiz que, depositados em armazens particulares, tiverem de

desembarcar na ponte ou logar destinado para o embarque, a fim de ahi ser examinados e conferidos, na fórma do art. 642 § 10 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, está de accordo com o disposto nos arts. 696 e 697 do mesmo Regulamento; fazendo-se dentro da ponte todo o serviço da descarga e reembarque pelo pessoal da Capatazia, sem que pelo facto do mesmo reembarque; se fôr em acto continuo, se tenha de cobrar outra vez aquelle imposto.

Carlos Carneiro de Campos

N. 274.— FAZENDA.— Em 30 de Setembro de 1864.

Sobre a incompetencia do Vice-Consul de Hespanha na Provincia de Minas para arrecadar o expolio de um subdito de sua nação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes de 28 de Junho ultimo, sob n.° 49, no qual participa ter o Vice-Consul de Hespanha na Cidade de Ouro Preto, Francisco Bernardes Lopes de Aguiar, baseado no art. 10 da Convenção Consular celebrada em 9 de Fevereiro de 1863, entre o Brasil e o Reino da Hespanha, e promulgada pelo Decreto n.° 3.136 de 31 de Julho do mesmo anno, solicitado da dita Thesouraria a entrega do espolio deixado pelo subdito hespanhol Bento Durão de Araujo, que falleceu *ab intestato*, cuja importancia liquida de 2:790$168, que se acha reduzida a 2:684$192, por se haver entregue 106$046 a requisição do Juiz competente, entrou para a Collectoria de Marianna em 18 de Agosto de 1860; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, de conformidade com a inclusa cópia do Aviso do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 25 de Agosto ultimo, que approva

a decisão da mesma Thesouraria, indeferindo semelhante pretenção do citado Vice-Consul, por fundar-se no principio que o dito Ministerio invocou, juntamente com o da continuidade da jurisdicção, para repellir a pretenção, que formulára a Legação da Hespanha nesta Côrte, pedindo que todos os processos a que se refere o art. 10 da sobredita Convenção fossem entregues com os bens respectivos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 275.— FAZENDA.— Em 30 de Setembro de 1864.

Os depositos, embora não alfandegados, estão sujeitos á fiscalisação das Alfandegas e Mesas de Rendas. Substituição de Conferentes em caso de suspeita de fraude nas conferencias e exames.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Manoel de Almeida Cardoso interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que, nos termos dos arts. 553 e 598 do Regulamento das Alfandegas, o sujeitou a pagar direitos dobrados do accrescimo encontrado em uma quantidade de fogo da China, que o mesmo submettera a despacho sobre agua; assim como o respectivo processo, d'onde consta que o dito Cardoso despachára em 6 de Julho ultimo, pela nota n.º 1.151, quatrocentos volumes com aquella mercadoria, declarando 2.400 libras, os quaes forão descarregados no trapiche do — Commercio —, sendo 200 retirados pela parte em differentes datas; no dia 19, pela nota n.º 3.847, mais 300 volumes, declarando 1.800 libras; e no dia 20, pela nota n.º 4.173, outros 300, declarando tambem 1.800 libras; que no dia 21, tendo um dos Ajudantes do Guarda-mór denuncia de extravio de direitos, a mesma Inspectoria, sobre sua participação, providenciára ácerca do

facto, apprehendendo-se ou detendo-se os volumes descarregados no trapiche do 1.º e 2.º despacho, e bem assim os do 3.º que, ainda não descarregados, estavão em um saveiro, e mandando-se examinar os volumes do 2.º despacho, que a 21 ainda não havia sido conferido pelo Conferente Paes Leme, e os do 3.º, e verificára sua quantidade que se encontrárão no 1.º despacho 16.800 libras nos 200 volumes que estavão depositados; no 2.º despacho 21.200 libras, e no 3.º 26.400; e que então a Inspectoria, considerando que o caso não era de apprehensão, impozera á parte a multa de direitos dobrados.

E o mesmo Tribunal:

Considerando, quanto ao despacho n.º 1.151, dos 400 volumes, que as mercadorias forão descarregadas a 7 no referido trapiche, tendo porém o Conferente designado para dar-lhe sahida, C. P. do Nascimento, seguido como confessa as declarações aliás incompetentes do Official de Descarga Ascoli de que os volumes erão pequenos, e o peso exacto, dando-os por conferidos sem proceder á sua verificação, mas lançando a verba respectiva a 7 de Julho no despacho, como se houvera procedido a semelhante acto;

Considerando que 200 dos referidos volumes, em tudo identicos aos 200 que ficárão no trapiche, como declarão o trapicheiro e seus empregados, forão dalli retirados pela parte sem que esta até á data das diligencias praticadas pela Alfandega accusasse a avultada differença verificada e se apresentasse a pagar a differença dos direitos, o que, demonstrando a sua boa fé, a isentaria de todo e qualquer procedimento fiscal;

Considerando que deste modo resulta que deixárão de pagar os respectivos direitos as mercadorias excedentes á declaração do despacho n.º 1.151 não conferido, e depositadas no trapiche do — Commercio — que embora este deposito não seja alfandegado, está todavia sujeito á fiscalisação da Alfandega por força do art. 282 paragrapho unico do Regulamento das Alfandegas, e portanto que os empregados fiscaes podião ahi proceder a quaesquer exames e diligencias legaes para prevenir ou reprimir o descaminho de direitos;

Considerando porém que em taes circumstancias, concluido o despacho dos quatrocentos volumes,

dados por conferidos na sahida, recolhidos a um deposito inteiramente á disposição do respectivo dono, tendo sido parte delles retirados pelo mesmo dono não se dá o caso de flagrante que firme a competencia da autoridade administrativa, e portanto ao Juizo commum cabe conhecer do assumpto nos termos do art. 17 § 1.º da Lei de 3 de Dezembro de 1841;

Considerando quanto aos despachos n.ºs 3.847 e 4.173 que embora houvesse negligencia da parte do Official Conferente Paes Leme deixando de examinar logo os trezentos volumes descarregados no dia 20, estando a 21 ainda por conferir, é todavia certo que, quando lhe forão exigidos os ditos despachos pelo Ajudante do Guarda-mór, e detida a mercadoria, ainda não se tinha procedido a conferencia nos termos dos arts. 597 e 598 do Regulamento das Alfandegas, não só dos trezentos volumes descarregados como dos que para alli seguirão no saveiro; que em taes circumstancias convinha, observando-se fielmente as disposições regulamentares, substituir immediatamente o Conferente por outro Official da Alfandega para a conferencia de sahida, o qual necessariamente teria encontrado a differença, impondo-se então regular e competentemente a multa do art. 553, e não proceder-se, como se procedeu, apprehendendo-se mercadorias que dependião da dita conferencia e que tinhão forçosamente de soffrer esse exame, fazendo-se diligencias extraordinarias e invertendo-se assim as referidas disposições que não permittem apprehensões e detenções por denuncia a respeito de mercadorias em taes condições, como já foi decidido pelo Tribunal do Thesouro no recurso constante da Ordem numero duzentos e um de vinte um de Outubro de mil oitocentos sessenta e tres á Thesouraria da Bahia.

Resolveu, rejeitando o recurso *ex-officio* por incompetente, porquanto, não havendo decisão sobre a apprehensão, nem mesmo nos termos do art. 47 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, não é elle procedente, e, tomando conhecimento do que foi interposto pela parte da decisão que impoz a pena da multa, dar-lhe provimento para o effeito de mandar:

1.º Que se remetta ao Juizo competente cópia de todos os documentos deste processo relativo ao despacho n.º 1.151 dos 400 volumes *com fogo da*

China para proceder ulteriormente como fôr de justiça.

2.° Que se declare insubsistente a multa imposta ao recorrente, por não ser applicavel nas circumstancias expostas fóra das condições restrictas dos arts. 597 e 598 combinados com os arts. 553 e outros do Regulamento, mandando-se entregar á parte as mercadorias constantes dos despachos n.os 3.847 e 4.173, depois de pagos os direitos devidos da quantidade que excede a declarada nas duas referidas notas, conforme o exame extraordinario a que se procedeu na Alfandega.

O que communico ao Sr. Inspector da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 276.—FAZENDA.—Em o 1.° de Outubro de 1864.

As restituições de direitos por duplicata do pagamento não estão sujeitas á prescripção do art. 775 do Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 1.° de Outubro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, resolveu dar provimento ao recurso interposto por Alexandre Wagnar, do despacho dessa Inspectoria que lhe negou a restituição dos direitos de consumo de 59 cestos com vinho de champagne, que pagou pela 2.ª vez, tendo sido cobrados estes direitos pela Alfandega da Bahia, de onde a mercadoria veio com carta de guia.

Não procede a razão pela qual essa Inspectoria negou a restituição requerida, porque, fundando-se ella na disposição do art. 775 do Regulamento das Alfandegas, que estabelece o prazo de dous mezes para o direito da reclamação por engano ou erro em despacho, evidentemente se refere á dis-

posição do art. 606, 2.ª parte, que de modo algum póde ser applicada ao caso sobre que versa o presente recurso. A prescripção para a restituição neste caso é a geral para os credores da Fazenda a qual não tem ainda corrido contra os recorrentes.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 277.—FAZENDA.—Em o 1.º de Outubro de 1864.

Incumbe aos Fiscaes do Governo na liquidação das casas Bancarias proceder a um inquerito sobre as causas da crise commercial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 1.º de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A crise que a praça do Rio de Janeiro ora atravessa, e cujos effeitos tão augmentados forão pelo panico que seguio-se a primeira fallencia do dia 10 do mez proximo passado, merece ser estudada sob a luz e as provas que póde offerecer a estatistica bancaria e commercial destes ultimos annos.

Releva que aos poderes politicos do Estado, o publico em geral e o commercio em particular conheção e apreciem o mal de que todos participão, em sua origem e em suas causas principaes e accidentaes.

Só dest'arte o legislador Brasileiro acertará com as providencias mais urgentes e efficazes que o presente e o futuro reclamem: por outro lado, o commercio e todas as industrias do paiz aprenderão a evitar os erros em que tenhão cahido e serão induzidos a empregar o esforço reparador que só póde nascer da economia, prudencia e actividade individual.

Compenetrado da necessidade de aproveitar as uteis lições que os factos ultimamente occorridos encerrão para todos os habitantes deste paiz, e pricipalmente para o seu importante corpo com-

mercial, o Governo Imperial tem resolvido que se proceda a um rigoroso e esclarecido inquerito sobre a referida crise commercial.

V. Ex. e os outros Srs. Conselheiros, que ora servem como fiscaes, por parte do Governo, na liquidação das cinco casas bancarias que suspendêrão os seus pagamentos, apalpando todos os dias os effeitos do abalo que soffreu o commercio, e vendo-os á luz dos documentos mais instructivos, estão no caso de realizar aquelle pensamento do Governo Imperial.

O Governo Imperial lhes commette esta importante missão, e fica seguro de que V. Ex. a aceitará, e se esforçará com os seus collegas por desempenha-la, como é proprio de suas luzes e patriotismo.

Indicar as questões que devem ser ventiladas no inquerito e o processo que neste se deve seguir, é tarefa escusada, quando me dirijo a pessoas tão competentes. Não escapará, de certo, ao saber e criterio de V. Ex. que importa muito estudar a natureza e as causas do phenomeno, a que me refiro, na marcha de nossa circulação fiduciaria, nas transacções de cambios e descontos, no systema e emprego das contas correntes e depositos bancarios, no movimento da importação e exportação do Imperio, bem como no estado de nossa lavoura e suas relações com as forças monetarias do paiz.

Assim que, communicando, como fica exposto, a V. Ex. e aos outros Srs. Fiscaes, o pensamento cuja execução o Governo Imperial lhes confia, estou certo de que o comprehenderão perfeitamente, e hão de leva-lo a effeito do modo mais proficuo, não só assignalando o mal e seus estragos, mas tambem suggerindo o remedio apropriado ao fim que se tem em vista, e que acautele a repetição de taes crises no futuro.

Sómente accrescentarei que o Governo Imperial porá á disposição de V. Ex. e de seus collegas para aquelle objecto os empregados publicos de cuja cooperação careção, e attenderá a quaesquer outras requisições que no mesmo intuito lhe sejão feitas.

Outrosim previno a V. Ex. que, pelo Ministerio da Justiça, se exigirá dos tribunaes do commercio, nos termos dos arts. 9 e 13 do respectivo Codigo, uma noticia precisa sobre as fallencias occorridas

de 1857 a esta parte, com as observações necessarias para julgar-se da moralidade desses factos, bem como da conveniencia de alguma reforma em nossa legislação commercial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Carlos Carneiro de Campos*.—A S. Ex. o Sr. Bernardo de Souza Franco.

—Identico aos Exms. Srs. Angelo Moniz da Silva Ferraz e José Maria da Silva Paranhos.

N. 278.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em o 1.º de Outubro de 1864.

Approva o ensaio do systema de limpeza das casas e esgoto das aguas pluviaes.

1.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em o 1.º de Outubro de 1864.

A' vista dos exames feitos nas obras da Companhia —Rio de Janeiro City Improvements,— pelos Engenheiros nomeados por este Ministerio, resolveu o Governo Imperial declarar satisfactorio o resultado do ensaio do novo systema de limpeza das casas, e do esgoto das aguas pluviaes, feito no districto, cujas obras estão concluidas. Dando assim cumprimento á disposição do § 2.º da condição 20.ª do contracto approvado pelo Decreto n.º 1.929 de 26 de Abril de 1857, modificada pelo Decreto n.º 2.835 de 12 de Outubro de 1861, reserva-se comtudo o Governo Imperial o direito de exigir da referida Companhia a adopção de algumas medidas tendentes a tornar mais completo o serviço de que se trata.

Apresso-me, pois, á fazer esta communicação á V. S. para que da parte do Governo não haja demora alguma em autorisar o proseguimento das obras nos outros districtos da cidade, devendo po-

rém accrescentar, que a approvação definitiva do novo systema em questão será objecto de um Decreto Imperial, que fará menção das medidas á que acima me referi.

Deus Guarde a V. S.—*Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.*—Sr. João Frederico Russell, Agente da Companhia — Rio de Janeiro City Improvements.

N. 279.—FAZENDA.—Em 4 de Outubro de 1864.

Os vapores que navegão entre este porto e o de Santos não gozão de isenções de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em satisfação ao que pelo Ministerio a cargo de V. Ex. foi requisitado em Aviso de 20 de Agosto ultimo, a respeito da quantia em que podem ser calculados os favores concedidos aos vapores que navegão entre o porto desta cidade e o de Santos, pertencentes a Ivahy & Braga, inclusas passo ás mãos de V. Ex. as informações que sobre semelhante objecto me forão transmittidas pela Inspectoria da Alfandega da Côrte, e pelos successores de Ivahy & Braga; cumprindo-me accrescentar que esses vapores só gozão, por virtude da condição 7.ª do Decreto de 4 de Maio de 1863 dos privilegios e franquezas concedidas aos paquetes, especialmente aos da Companhia Brasileira, sendo-lhes sómente prestadas nas estações fiscaes todas as facilidades para que suas viagens nunca sejão retardadas. E' assim que se lhes tem applicado a disposição do § 4.º do art. 202 do Regulamento das Alfandegas, e não concedendo-lhes isenção de direitos, por não estar semelhante favor estipulado no referido Decreto, e nem se poder elle deduzir das palavras—privilegios e franquezas—, que se lêem na citada condição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

N. 280.—FAZENDA.—Em 5 de Outubro de 1864.

Provimento a um recurso sobre qualificação de papel para estamparia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de João Durão Annaes & Comp. da decisão que não considerou proprio para estamparia o papel assetinado, que fez parte de uma porção desta mercadoria submettida a despacho, por poder o dito papel prestar-se para forrar casas sem receber estampa ou melhoramento; e o mesmo Tribunal;

Considerando que semelhante papel é visivelmente de rôlo ou proprio para fabricas de estamparia:

Considerando, além disso, que, conforme o disposto no art. 519 do Regulamento das Alfandegas, nenhum artigo ou objecto se reputará differente do classificado na Tarifa pelo simples facto de conter algum enfeite ou modificação que lhe não altere a essencia, qualidade ou emprego, ainda que se lhe tenha dado differente denominação.

Considerando que a circumstancia de ser o papel pintado de branco e assetinado não o torna improprio para as fabricas de estamparia.

Resolveu reformar a decisão recorrida, para que se dê sahida á essa mercadoria, segundo a qualificação mencionada para o pagamento de 20 réis por libra, conforme o art. 923 da Tarifa.

O que communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 281.—FAZENDA.—Em 6 de Outubro de 1864.

Os que se achão de posse de terrenos de marinhas devem solicitar os respectivos titulos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.° 45 do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 31 de Agosto proximo passado, dirigido á Directoria Geral do Contencioso, em que pede providencias sobre o atrazo em que se achão os trabalhos a seu cargo, e dá conta de alguns outros factos relativos á Fazenda Nacional, entre os quaes a falta de titulo legitimo com que alguns individuos se achão de posse de terrenos de marinhas; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que convém auxiliar o serviço da secção do Contencioso, por todos os meios a seu alcance a fim de se pôrem em dia os ditos trabalhos, prestar-lhe um empregado, além do que alli existe, em qualquer caso de serviço extraordinario e urgente; e quanto aos terrenos de marinhas, que expeça as convenientes ordens para que todos os individuos que dos mesmos se acharem de posse sem titulo legitimo venhão em um prazo solicita-lo, reconhecendo assim o dominio directo do Estado, sob pena de serem a isso compellidos pelos meios competentes; prevenindo-o de que em 12 deste mez se expedio Aviso neste sentido ao Presidente da Provincia.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 282.—FAZENDA.—Em 6 de Outubro de 1864.

Differença para mais encontrada no peso de um despacho de papel na Alfandega do Maranhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, para sua intelligencia e os devidos effeitos, e em resposta ao seu officio n.º 28 de 12 de Março ultimo, que o referido Tribunal:

Visto o processo instaurado na Alfandega da mesma Provincia por motivo de se ter encontrado a differença de mais 2.517 libras na primeira conferencia da nota para despacho de 15 caixas pesando liquido não verificado 3.128 libras de papel almasso e de peso, pertencentes aos negociantes João de Oliveira Santos & Sobrinho;

Considerando que o art. 553 do Regulamento das Alfandegas obrigava a pagar neste caso, occorrido antes de alli ter execução o Decreto n.º 3.217 do anno de 1863, os direitos da differença superior a tres libras, e além disto como pena pecuniaria, a importancia dos mesmos direitos para o Conferente;

Considerando que da factura original annexa ao processo, consta claramente o peso exacto de cada uma caixa, e que, por conseguinte, não é provavel que de boa fé se pretendessem despachar, com o peso de uma só todas as caixas de que se compunha cada um dos tres lotes designados com os n.os 21 a 25, 26 a 30 e 31 a 35;

Considerando que o art. 552 do citado Regulamento punia com a pena de 10$000 até 50$000 o facto de reconhecer-se, no acto da verificação para o despacho das mercadorias, que as declarações então exigidas, e hoje dispensadas pelo Decreto n.º 3.217, art. 21, erão falsas na especie, ou inexactas quanto á quantidade, peso, medida, ou qualidades daquellas;

Considerando por ultimo que a Alfandega não juntou ao processo, como lhe cumpria, o despacho original das mercadorias, nem a participação do

Conferente exigida no citado art. 552 do Regulamento, nem ainda a declaração em que se fundou a sua decisão impondo á parte a pena de 10$000, gráo minimo da fulminada no sobredito art. 552.

Resolveu negar provimento ao recurso interposto pelos ditos negociantes da decisão da Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega, que os obrigára a entrar para o cofre não só com a importancia dos direitos de consumo da differença verificada, e outro tanto para o Conferente, mas tambem com a multa de 10$000, por não combinar o despacho em questão com a declaração apresentada nos termos do Cap. 3.º, Tit. 3.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Cumpre, finalmente, que o Sr. Inspector note ao da Alfandega a preterição de formalidades que se devem observar nos processos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 283.— IMPERIO.— Aviso em 6 de Outubro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.— Declara que a sentença, que tiver passado em julgado, produz desde logo e por sua propria força todos os seus effeitos, sem dependencia de acto de autoridade administrativa, não obstante ser proferida em processo de responsabilidade, promovido por ordem desta.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador, com o officio de V. Ex. de 29 de Agosto passado, a representação que alguns Vereadores e supplentes da Camara Municipal dessa Capital dirigirão contra V. Ex. ao Governo Imperial, allegando que, por ter V. Ex. deixado de communicar á mesma Camara o resultado do processo de responsabilidade que contra elles se intentára por ordem de V. Ex., continuava a suspensão que naquella occasião fôra tambem ordenada, não obstante ter passado em julgado a sentença que julgou improcedente o dito processo.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Resolver, que não são procedentes as razões, em que se funda a dita representação ; porque, devendo as sentenças, desde que passão em julgado, produzir por sua propria força todos os seus effeitos, não havia necessidade de ser por V. Ex. expedido o acto a que se referem os autores da representação, para que cessasse, depois daquella sentença, a sua suspensão administrativa como um dos effeitos legaes da mesma sentença.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e a fim de o fazer constar aos interessados.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Liberato Barrozo.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 284.— GUERRA.— Aviso em 6 de Outubro de 1864.

Ao Presidente do Piauhy, determinando que o Ministerio da Guerra seja indemnisado da importancia das forragens para uma besta de bagagem, abonadas a um Official pela diligencia em que seguio, escoltando a um preso de justiça.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.— Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 6 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se abonado no mez de Fevereiro deste anno ao Alferes Carlos Cesar Maciel Aranha 23$200 de forragem para uma besta de bagagem, na diligencia de que foi encarregado de escoltar um preso de justiça, cumpre que V. Ex. expeça ordem para que o Ministerio da Guerra seja indemnisado dessa quantia ou pelo cofre da Policia, ou pelo Provincial.

Podem, é certo, os Officiaes e praças do Exercito ser empregados em qualquer diligencia com os vencimentos que lhes competirem no serviço de guarnição, mas os abonos extraordinarios nunca deverão correr por conta do Ministerio a meu cargo, quando a diligencia não fôr em serviço propriamente do Exercito, como não é no caso em questão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.* —Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 285.—IMPERIO.—Aviso de 10 de Outubro de 1864.

Ao Ministerio da Fazenda. Communica a deliberação que se tomou, ácerca do tempo desde o qual os Professores adjuntos ás escolas publicas de instrucção primaria devem começar a perceber os seus vencimentos.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Governo resolvido, em consequencia do que representou a Professora adjunta ás escolas publicas de instrucção primaria D. Maria Nazareth dos Santos Garrocho, e de accordo com o que dispõe o art. 37 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1.331 A de 17 de Fevereiro de 1854, que os Professores adjuntos ás mesmas escolas percebão a gratificação que lhes é marcada, desde que entrarem em exercicio effectivo, embora o interrompão, quando a interrupção fôr por motivo alheio á sua vontade, uma vez porém que estejão promptos a servir, logo que para isso forem avisados; rogo a V. Ex. se digne de expedir as convenientes ordens, para que tenha cumprimento aquella resolução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Carlos Carneiro de Campos.

N. 286.— FAZENDA.— Em 10 de Outubro de 1864.

Esclarecimentos que devem acompanhar as contas dos dividendos recebidos das Companhias das Estradas de Ferro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, de conformidade com a Imperial Resolução de Consulta das secções reunidas de Fazenda

e Imperio do Conselho de Estado de 5 do corrente, que sempre que cobrar dividendos da Companhia da Estrada de Ferro da dita Provincia envie ao Thesouro uma conta desenvolvida delles na qual se declare o capital das acções, a taxa e o tempo a que respeitarem os dividendos, a importancia em libras e em réis e o cambio que tiver servido de base ao calculo; e bem assim que remetta uma conta semelhante, sobre o dividendo pago pela Companhia respectiva e já contemplado no balanço de Junho proximo passado.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 287.—FAZENDA.— Em 10 de Outubro de 1864.

Documentos que devem acompanhar as participações de venda de Proprios Nacionaes em hasta publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte, em resposta ao seu officio n.º 31 de 15 de Abril proximo passado, que fica approvada a venda em hasta publica do Proprio Nacional constante do dito officio pelo preço de 300$000. E, por esta occasião, recommenda ao Sr. Inspector que quando der conta de actos semelhantes remetta copias das avaliações, da acta da sessão em que se receberem os lanços offerecidos, da approvação da Presidencia e do termo da arrematação que a final se lavrar.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 288.— FAZENDA.— Em 10 de Outubro de 1864.

Processo que se deve seguir nas Alfandegas para indemnisação de damnos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por L. Law, Capitão da barca Ingleza *Mary Lord*, do despacho da Inspectoria da Alfandega da Côrte, pelo qual lhe exigira a quantia de 1:600$000 como indemnisação do valor de um guindaste, que se arruinára por occasião da descarga da mesma barca, allegando a Inspectoria que a tripolação do navio, aproveitando-se da ausencia dos empregados das capatazias e sem consentimento destes se servira do guindaste, e por esse motivo o inutilisára; que essa exigencia tivera lugar mediante o processo dos arts. 291 e 292 do Regulamento, mas sem audiencia da parte, a qual quando teve conhecimento do facto, á partida, depositou a dita quantia e interpoz o presente recurso; e o mesmo Tribunal:

Considerando que o Cap. 5.° Tit. 3.° do Regulamento das Alfandegas tratando—dos damnos—refere-se aos que provém do facto pessoal dos empregados, ou de facto de outrem, porque são todavia responsaveis, quanto ás mercadorias, e não aos que são causados ao material do serviço publico a cargo das Alfandegas;

Considerando que nesta ultima hypothese a indemnisação do damno causado ao material do Estado quer seja a cargo dos empregados, quer dos particulares, tem de ser reclamado pelos meios do direito commum, perante a autoridade judicial, quando o causador se recusar a satisfaze-lo, haja ou não acção criminal;

Considerando finalmente que no caso de que se trata não existe base para esse procedimento, porquanto além de outros motivos, as informações são dos empregados que tinhão cargo de cuidar na conservação e segurança dos guindastes, conforme o art. 145 § 2.° do citado Regulamento, sem que do facto se tivesse lavrado qualquer termo ou auto, na presença e com a audiencia, e mesmo interrogatorio do Capitão e tripolação da barca e dos referidos empre-

gados, para, mediante os precisos esclarecimentos saber-se sobre quem devia recahir a responsabilidade de mesmo facto, e produzirem-se as necessarias provas em Juizo competente:

Resolveu que se dê provimento ao referido recurso para o effeito de mandar restituir ao recorrente, ou, na ausencia delle, ao seu procurador a quantia depositada de 1:600$000.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos; cumprindo que imponha ao Administrador das capatazias a multa do art. 128 n.º 3 do Regulamento das Alfandegas pela falta, que elle mesmo confessou, de ter deixado em completo abandono o lugar a que estava atracado o navio em questão.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 289.—FAZENDA.—Em 11 de Outubro de 1864.

Sobre a maneira de proceder-se na liquidação das dividas de exercicios findos em que se encontrão differenças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro 11 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, que, pelo credito conferido no art 2.º do Decreto n.º 1.198 de 16 de Abril do corrente anno, mande pagar a Ildefonso José Gonçalves de Andrade a quantia de cento e sessenta mil réis (160$000) proveniente da gratificação de 60$000 mensaes, que lhe competia, e não recebeu como recrutador da Comarca de Guarapuava; e, por esta occasião declara ao Sr. Inspector que todas as vezes que soffrer alteração a liquidação de uma divida, deverá a sua importancia ser reconhecida por despacho do mesmo Sr. Inspector e lançada no livro competente, e não como pra-

ficou a dita Thesouraria com a divida do citado Ildefonso limitando-se a informar sobre a differença de 60$000, o que não está de accordo com o processo mandado observar pelas Instrucções de 6 de Agosto de 1847, cuja execução se exige.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 290.—FAZENDA.—Em 12 Outubro de 1864.

Restituição de direitos por engano de calculo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de George Rudge Junior & Comp. do despacho da Inspectoria da Alfandega da Côrte que em um despacho de 3.000 resmas de papel para embrulho, os obrigára ao pagamento dos direitos não de 22.124 libras que pesavão as mesmas resmas, mas de 26.500 pelos recorrentes por engano declaradas, e de igual quantia como pena para o Conferente; e o mesmo Tribunal:

Considerando que a differença proveio de erro nos calculos da reducção dos pesos estrangeiros para os nacionaes, e que nenhum indicio houve de fraude, ou tentativa de subtrahir a mercadoria a direitos.

Resolveu dar provimento ao recurso mandando restituir aos recorrentes o que de mais pagárão além do peso verificado, e alliviando-os da multa imposta.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devida execução.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 291.—FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.

Declara que o coke se deve considerar como carvão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

Communicando ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso em que Candido Rodrigues Ferreira, Administrador do entreposto particular da saude, pede a revogação de sua decisão pela qual mandou considerar o *coke* como carvão; a fim de que se declare não inflammavel semelhante genero para poder ser depositado no referido entreposto; e

Considerando que na tabella n.º 6, annexa ao Regulamento das Alfandegas, é tido como inflammavel o carvão, sem que se faça distincção de ser de pedra, ou coke ou mesmo de madeira;

Considerando que, em virtude dos arts. 234 e 204 do Regulamento, é prohibido o despacho de generos inflammaveis e semelhantes em entreposto particular não destinado especialmente para esse fim:

Resolveu negar provimento ao recurso, mandando que subsista a decisão recorrida.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 292.—FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.

Armazenagem dos cascos com aguardente que se deve cobrar no Trapiche da Ordem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

A vista do que representa o Chefe da 3.ª Secção da Alfandega da Côrte no relatorio que acompanhou o officio da Inspectoria da mesma Alfandega de 31 de Dezembro de 1863 relativamente á armazenagem

que deve ser arrecadada no Trapiche da Ordem dos cascos com aguardente ahi recolhidos, declaro ao Sr. Inspector da dita Alfandega, para sua intelligencia e devidos effeitos, que a referida armazenagem deve ser cobrada segundo ás canadas na razão de 2$400 por 180.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 293.—FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.

Sobre a classificação de pannos ordinarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, n.° 101 de 29 de Abril proximo passado submettendo ao conhecimento do Thesouro o recurso de revista interposto pelos negociantes desta praça G. E. Stevenson & Comp. contra a clasificação de entrefinos ou de piloto que foi dada aos pannos por elles apresentados a despacho; declara ao mesmo Sr. Inspector a quem incluso devolve o referido processo, que o Tribunal do Thesouro negou provimento ao dito recurso, confirmando a decisão da respectiva Alfandega, porquanto não podem ser classificados de pannos ordinarios para pagamento dos respectivos direitos senão os grossos, abastados, proprios para fardamento de tropa e obras semelhantes, em cuja classe não podem ser aquelles incluidos, que forão considerados entrefinos, conforme o designa o art. 709 e nota 93 parte 2.ª da Tarifa das Alfandegas.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 294.—FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.

As filhas não podem perceber o meio soldo durante o tempo que sobreviverem ás mãis quando estas tiverem optado outro meio soldo ou pensão mais vantajosa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

Communico a V. S, para sua intelligencia, que Sua Magestade o Imperador a quem foi presente o requerimento de D. Francisca Luiza Josephina da Costa Barradas, filha do finado Major reformado Luiz Antonio da Costa Barradas pedindo que se lhes mandasse pagar o meio soldo de seu finado pai durante o tempo que lhe sobreviveu sua mãi, visto não ter es a se habilitado para receber o dito meio soldo que era menor, e não podia accumular a pensão que percebia dos cofres publicos, Houve por bem, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 5 do corrente, tomada sobre Consulta da secção de Fazenda do Conselho de Estado, indeferir a referida pretenção, e declarar, que, quando, ás viuvas optarem outro meio soldo ou pensão mais vantajosa, não assiste ás suas filhas direito algum para perceberem o meio soldo durante o tempo em que sobreviverem suas mãis.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos*. —Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 295.—FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864.

Proferida a decisão arbritral não podem os arbitros muda-la.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Fiorito & Tavolára da decisão arbitral, da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que alterou a 1.ª

decisão proferida na questão de qualificação da mercadoria posta a despacho pelos recorrentes; e o mesmo Tribunal visto o processo, do qual consta que, depois de proferida aquella decisão sobre a duvida de qualificação suscitada na conferencia da porta a respeito da mercadoria em questão, reclamárão os dous arbitros da Fazenda Publica, declarando que por engano havião escripto que se conformavão com a opinião do Conferente do despacho quando aliás devia ler-se—Conferente da sahida;—que em taes circumstancias a Inspectoria da Alfandega mandou ouvir de novo o 5.º arbitro, o qual naquella decisão se havia conformado com os arbitros da parte; que este arbitro seguira então o parecer dos arbitros da Fazenda a vista das novas declarações que emittirão; e que a vista desta nova decisão a Inspectoria impozera á parte a multa do art. 27 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863;

Considerando que depois de proferida a decisão arbitral não podem os arbitros muda-la, e sim apenas a requerimento das partes, interpreta-la, ou explica-la, no caso de obscuridade, o que não se dera no presente caso, em que o primeiro parecer dos arbitros da Fazenda era claro e positivo:

Resolveu dar provimento ao recurso declarando insubsistente a 2.ª decisão e subsistente a 1.ª, para o effeito de ser executada como nella se contém.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos; convindo que advirta o Conferente do despacho por causa da qualificação indevida da mercadoria de que se trata, contra a pratica constante da Alfandega, como declarou o Conferente da sahida.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 296.—MARINHA.—Aviso de 12 de Outubro de 1864.

Declara que a Imperial Resolução, de 10 de Junho ultimo, comprehende em seus effeitos as praças da Armada anteriormente desertadas, e que aos soldos dos desertores e das praças fallecidas *ab intestato* deve-se continuar a dar o destino marcado pelo art. 24 da Lei n.º 514, de 28 de Outubro de 1848.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 12 de Outubro de 1864.

Conformando-me com o parecer, expendido pelo Conselho Naval, declaro a V. S., em solução ás duvidas, por essa Contadoria propostas em officio n.º 49, de 20 de Julho ultimo:

1.º Que, não estabelecendo a Imperial Resolução, de 10 de Junho do corrente anno, direito novo e especial para a Marinha, porém explicando pura e simplesmente um ponto da legislação militar existente, não póde deixar de comprehender em seus effeitos as praças desertadas e capturadas anteriormente áquella data.

2.º Que, não sendo licito considerar revogada pela citada Resolução a clara e terminante disposição do art. 24 da Lei n.º 514, de 28 de Outubro de 1848, deve continuar-se a dar aos soldos atrazados dos desertores e das praças fallecidas *ab intestato* o destino preceituado no mesmo artigo, restituindo-se taes quantias, quando legitimamente reclamadas, mediante as necessarias formalidades e movimentos de escripturação.

3.º Finalmente, que, em harmonia com a doutrina acima substanciada, deve V. S. mandar organisar o competente processo, a fim de pagar-se aos Imperiaes Marinheiros, Francisco José de Oliveira, Manoel Benevenuto e Carlos Macedo da Silva, de que trata o officio do Quartel General n.º 453, de 11 de Maio do presente anno, os soldos que reclamão.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Contador da Marinha.

N. 297.—FAZENDA.—Em 13 de Outubro de 1864.

Nos orçamentos das despezas com as obras do Ministerio da Fazenda deve observar-se o disposto no art. 14 da Lei n.º 1.040.

1.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, a bem da execução do art. 14 da Lei n.º 1.040 de 14 de Setembro de 1859, abaixo transcripto, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que nos orçamentos da despeza que d'ora em diante remetterem ao Thesouro, relativos ao Ministerio da Fazenda, observem por sua parte o disposto no citado artigo, contemplando as obras já autorisadas pelo mesmo Ministerio com as quantias que ainda julgarem necessarias para a sua conclusão, explicando desde quando estão em andamento, e quanto por conta dellas já se tem gasto; e contemplando outrosim as quantias que forem precisas para concertos e reparos dos proprios nacionaes a cargo do Ministerio da Fazenda, não devendo ser incluidas nos ditos orçamentos as sommas em que forem calculadas quaesquer obras novas, senão depois de approvadas pelo Thesouro, mediante as plantas e orçamentos que lhe forem enviados, acompanhados de circumstanciadas informações da necessidade e conveniencia de taes obras.

Carlos Carneiro de Campos.

« Art. 14. Cada um dos Ministros fará especificar nas tabellas explicativas da proposta annual do orçamento as obras que por conta da Repartição a seu cargo devem ser emprehendidas, ou continuadas, que quantias se tem despendido em cada uma dellas, quanto será preciso para concluí-las, e a quota que cumpre consignar-lhe na lei, cuja proposta fôr apresentada. »

N. 298.—IMPERIO.—Aviso de 13 de Outubro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. Declara que os Oppositores tem a mesma obrigação imposta aos Lentes, da residencia na séde da Faculdade a que pertencem.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Outubro de 1864.

A secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, sendo ouvida sobre o officio de V. S., do 1.º de Agosto passado, em que representa contra o Dr. Pedro Ribeiro de Araujo, Oppositor da secção de sciencias accessorias, que ha perto de tres annos não tem podido ser designado para preparar nas aulas de sua secção, e substituir os respectivos Lentes, por morar em sua fazenda situada no Municipio de Santo Amaro, foi de parecer que os Oppositores das Faculdades de Medicina tem a mesma obrigação, imposta aos Lentes, da residencia na séde da Faculdade, a que pertencem; e Havendo-se Conformado Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 5 do corrente mez com o dito parecer, exarado em Consulta de 27 do citado mez de Agosto, assim o Manda declarar a V. S. para seu conhecimento, e para que o faça constar ao referido Oppositor, e aos outros dessa Faculdade: ficando V. S. prevenido de que na reforma, que se projecta, dos Estatutos e Regulamento complementar, se tomará em consideração este objecto, bem como a materia do officio de V. S. de 28 de Dezembro de 1862, relativa á recusa dos Oppositores de se prestarem a serviços gratuitos, a que são chamados.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 299.—MARINHA.—Aviso de 13 de Outubro de 1864.

Dá instrucções para o bom desempenho das funcções de Escrivão Geral da Esquadra em operações no Rio da Prata.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, Attendendo a necessidade de estabelecer regras para o bom desempenho das funcções de Escrivão Geral da Esquadra em operações no Rio da Prata, Ha por bem Mandar que se observem as instrucções, que com este baixão, por mim assignadas, bem assim o modelo e balancete, a que se referem as ditas instrucções. O que V. Ex. fará cumprir na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

Instrucções, por que se deve reger o Escrivão Geral da Esquadra em operações no Rio da Prata no desempenho de suas obrigações.

Art. 1.º O Escrivão geral da Esquadra em operações no Rio da Prata é especialmente incumbido da escripturação da conta de dinheiros a cargo do Commissario do navio chefe e da que diz respeito ao Conselho de Compras.

Art. 2.º A conta de dinheiros constará de um livro de conta corrente escripturado, segundo o modelo annexo ao Decreto de 8 de Janeiro de 1838, no qual será o Commissario do navio chefe debitado por todas as quantias que receber, qualquer que seja a sua procedencia, e creditado pelos pagamentos, que realizar, á vista de documentos legalisados, na conformidade do supracitado Decreto e do Aviso de 16 de Janeiro de 1860, publicado em ordem do dia do Quartel General da Marinha, n.º 1, de 19 do mesmo mez.

Art. 3.º O Escrivão geral é obrigado a conferir todos os documentos, que tenhão de ser pagos pelo referido Commissario, examinando ao mesmo

tempo, se forão organisados de conformidade com as tabellas e ordens em vigor, e dos modelos, a que se referem as citadas disposições; confrontando as folhas dos vencimentos com as notas dos livros de soccorros, devendo declarar naquelles por meio de verbas datadas e assignadas, que examinou e conferio taes documentos.

Art. 4.º Nenhum pagamento poderá ter lugar sem precedencia de despacho do Commandante em chefe da Esquadra, ou do Official que o substituir.

Art. 5.º Todos os pagamentos realizados, quer por meio de folhas, quer por conhecimentos em fórma, ou outros quaesquer documentos, serão justificados com quitações passadas pelo Escrivão geral, nas quaes assignará com os recebedores, tendo-se muito em vista a averbação, que deve ser feita, pelos Escrivães dos navios, nos livros de soccorros no acto do pagamento dos vencimentos.

Art. 6.º No pagamento dos vencimentos das praças de pret, marinhagem e operarios deverá o Escrivão geral designar nas respectivas folhas e ferias com a nota —pg— aquelles que recebêrão, substituindo a quitação por uma declaração nos ditos documentos pela fórma prescripta nos modelos annexos ao Aviso de 2 de Abril de 1856.

Art. 7.º Quando por qualquer circumstancia fôr necessario supprir dinheiros aos Commissarios dos navios da Esquadra, será a despeza do Commissario do navio chefe comprovada pelos conhecimentos em fórma extrahidos das cargas feitas nos livros de c/c dos mesmos Commissarios, rubricados pelos respectivos Commandantes; annexando-se a estes documentos o competente pedido, despachado pelo Commandante em chefe, na fórma do disposto no art. 4.º

Art. 8.º Os documentos de despeza de dinheiros continuarão a ser feitos em 1.ª e 2.ª vias, a fim de se annexarem as primeiras á conta do responsavel, e serem enviadas as segundas ao Quartel General da Marinha, como actualmente se pratica.

Art. 9.º O Escrivão geral é obrigado a organisar mensalmente uma demonstração de toda a despeza realizada, constante dos documentos, devendo classifica-la pelas verbas da Lei do Orçamento em vigor, de modo que possa a Repartição fiscal examinar a moralidade da mesma despeza, á vista das segundas vias dos referidos documentos, e proceder a com-

petente escripturação antes da liquidação da conta do Commissario.

Art. 10. Será tambem incumbido o Escrivão geral de organisar demonstrações dos descontos feitos nos vencimentos das guarnições dos navios, quer para o Asylo de Invalidos, hospital e fardamento, quer para amortização de dividas, a fim de ser classificada na Contadoria de Marinha a receita proveniente de taes descontos. O mesmo se praticará com os soldos das praças fallecidas *ab intestato*, que na fórma da lei revertem para o Asylo de Invalidos.

Art. 11. Sempre que se fizerem saques dos dinheiros necessarios á Esquadra, organisará o balancete, de que trata o Aviso de 10 de Novembro de 1860, que será enviado á Secretaria de Estado com o officio de communicação do saque.

Art. 12. De todos os dinheiros, que forem suppridos aos Commissarios dos navios, na fórma do disposto no art. 7.º destas instrucções, se fará a classificação da despeza em demonstração separada, logo que se conheça a sua applicação, considerando-se, no acto da entrega, como despeza não classificada, e sendo assim mencionada nas demonstrações mensaes.

Art. 13. As obrigações, que competião ao Escrivão do navio chefe, como Secretario do Conselho de Compras, pelos Regulamentos de 20 de Fevereiro de 1858 e 3 de Março de 1860, ficão pertencendo ao Escrivão geral, que servirá de Secretario do mesmo Conselho.

Art. 14. O Escrivão geral poderá ser coadjuvado pelo do navio chefe nos trabalhos a seu cargo, e por este substituido ou por qualquer outro, que o Commandante em chefe designar nos casos de impedimento, emquanto outra providencia não fôr tomada pelo Governo.

Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1864.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*

MODELO.

Demonstração da despeza feita com os navios da Divisão Naval do Rio da Prata, no mez de Julho de 1864, por conta do exercicio de 1864 a 1865.

§	7.º	CORPO DA ARMADA E CLASSES ANNEXAS.							
		Officiaes de 1.ª Classe.							
		Vice-Almirante.....	Soldo liquido do Monte Pio.		$				
		Chefe de Esquadra.....	Dito.....		$				
		Ditos de Divisão.....	Dito.....		$				
		Capitão de Mar e Guerra..	Dito.....		$				
		Ditos de Fragata.....	Dito.....		$				
		Ditos Tenentes.....	Dito.....		$				
		Primeiros Tenentes.....	Dito.....		$				
		Segundos Tenentes.....	Dito.....		$				
							$		
		Companhia dos Guardas Marinhas.							
		Guardas Marinhas.	Soldo.....		$				
		Aspirantes	Dito.....		$				
							$		
		Corpo de Saude.							
		Cirurgião de Esquadra (Capitão de Fragata).....	Soldo liquido do Monte Pio.		$				
		Dito de Divisão (Capitão Tenente).....	Dito.....		$				
		Primeiros Cirurgiões (1.os Tenentes)....	Dito.....		$				
		Segundos Cirurgiões (2.os Tenentes).....	Dito.....		$				
		Segundos Pharmaceuticos (Guardas Marinhas)....	Soldo.....		$				
							$		
		Corpo de Officiaes de Fazenda.							
		Commissarios de 1.ª Classe (1.os Tenentes)...	Soldo liquido do Monte Pio.		$				
		Ditos de 2.ª Classe (2.os Tenentes)..	Dito.....		$				
		Ditos de 3.ª Classe (Guardas Marinhas).....	Soldo.....		$				
		Escrivães de 1.ª Classe (1.os Tenentes).....	Soldo liquido do Monte Pio.		$				
		Ditos de 2.ª Classe (2.os Tenentes)..... ...	Dito.....		$				
		Ditos de 3.ª Classe (Guardas Marinhas).....	Soldo.....		$				
		Ficis de 1.ª Classe.....	Dito.....		$				
		Ditos de 2.ª Classe	Dito.....		$		$		
							$		

		Transporte...	....	....		$		
		Corpo de Officiaes Marinheiros.						
		Mestre de 1.ª Classe..... Soldo liquido de Asylo....		$				
		Ditos de 2.ª Classe..... Dito.....		$				
		Guardiães..... Dito.....		$				
			—	—		$		
		Corpo de Machinistas.						
		Machinistas de 1.ª Classe. Dito.....		$				
		Ditos de 2.ª Classe..... Dito.....		$				
		Ditos de 3.ª Classe..... Dito.....		$				
			—	—		$		
§	14	FORÇA NAVAL.						
		Vencimentos dos Officiaes da Armada e Classes annexas.						
		Maiorias. Dos Officiaes da Armada		$				
		Maiorias. Dos Guardas Marinhas, e dos Officiaes effectivos dos Corpos de Saude e Fazenda.....		$				
			—	—		$		
		Soldo dos extranumerarios, maiorias e gratificações a diversos		....		$		
		Comedorias.....		....		$		
		Vencimentos das praças de pret.						
		Corpo de Imperiaes Marinheiros.....		$				
		Batalhão Naval.....		$				
		Marinhagem		$		$		
			—	—	—	—		$
§	21	MATERIAL.						
		Viveres e mais generos de rações diarias.		....		$		
		Munições de guerra.....		....		$		
		Ditas navaes, inclusive luzes		....		$		
		Reparos de navios, compra de escaleres e concertos de diversos objectos		....		$		
		Dietas, medicamentos e utensis		....		$		
		Combustivel.....		....		$		
		Objectos de expediente.....		....		$		
					—	—		$
§	23	DESPEZAS EXTRAORDINARIAS E EVENTUAES.						
		Gratificações a Officiaes do Corpo da Armada por serviços extraordinarios....		....		$		
		Engajamento de marinhagem, etc.....		....		$		
		Frete de navios e de generos		....		$		
		Passagens de differentes praças.....		....		$		
		Ajudas de custo a diversos Officiaes e praças, etc.....		....		$		
		Diversas impressões		....		$		
					—	—	—	—
								$

		Transporte...	....	....		$	$
		Tratamento de praças na casa de saude de		....		$	
		Enterramento de praças		....		$	
		Despezas não previstas, a saber:					
		Commissão por saques feitos.....		$			
		Differença de cambio.....		$			
		Armazenagem do carvão de pedra.....		$			
		Avarias causadas a navios mercantes...		$		$	$
						Rs.	$

Bordo da Corveta ..... surta em Montevidéo, em.....

.....

F.

Official immediato.

F.

Escrivão Geral.

MODE

F.
Commandante.

Balancete do cofre da Divisão Naval do Rio da Pra extrahido do Livro de c/c de dinheiros a

1864.		RECEITA.		
Julho...	4	A importancia da letra n.º 1 sacada sobre o Thesouro Nacional em data de..... a favor do Banco Mauá & C.ª, no total de..... patacões, inclusive a commissão de 1/2 por %, para occorrer ás despezas da Divisão Naval no mez de Julho de 1864, que á razão de 1$920 cada patacão corresponde á réis.....	.....	$
»	»	Idem recebido de diversos a saber:		
		Espolio de praças fallecidas.....	$	
		Dito de ditas desertadas.....	$	
		Por avarias causadas aos navios da Esquadra.....	$	
		Saldo da conta de dinheiros entregue pelo Commissario F.... de tal navio.....	$	
				$
			Rs.....	

Bordo da Corveta....., surta em Montevidéo, em

F.

Official immediato.

LO.

ta do mez de Julho de 1864, exercicio de 1864 a 1865, cargo do Commissario de 1.ª Classe F....

1864.		DESPEZA.		
Julho...	31	Pela importancia despendida no mez de Julho de 1864, com o pagamento do soldo e mais vencimentos aos Officiaes e praças das guarnições dos differentes navios da Esquadra.....	$	$
»	»	Idem idem com a compra de viveres, objectos navaes e outros, para supprimento dos mesmos navios.....	$	
»	»	Idem idem com o pagamento dos operarios que trabalhárão no concerto do navio tal.....	$	$
»	»	Idem idem com a commissão de 1/2 por %, pelos saques feitos em tal época.....	$	
»	»	Idem idem com a avaria causada pelo Vapor..... ao Brigue mercante.....	$	
»	»	Idem idem com o tratamento de praças na casa de saude de tal...	$	
»	»	Idem idem com o enterramento de praças e diversas despezas não previstas.....	$	$
				$
		Saldo que passa ao mez seguinte...		$
			Rs....	$

.... de Agosto de 1864.

F. F.

Commissario. Escrivão Geral.

N. 300. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Portaria de 14 de Outubro de 1864.

Ordenando que os navios que demandarem a barra do Rio de Janeiro, trazendo a bordo emigrantes, arvorem no topo de prôa uma bandeira de signal.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Determinar:

Art. 1.° Os navios que conduzirem a seu bordo emigrantes para o Imperio, e demandarem o porto desta Capital, arvorarão no topo de prôa uma bandeira de signal de côr azul com um — C — branco no centro, logo que se acharem á vista da Ponta Negra.

Art. 2.° A Repartição Geral dos Telegraphos, á approximação do navio, que tiver dado o signal, de que trata o artigo antecedente, fará communicação immediata ao Agente Official da Colonisação, para os fins convenientes.

Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Outubro de mil oitocentos sessenta e quatro.—*Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.*

N. 301. — FAZENDA. — Em 14 de Outubro de 1864.

Condições que devem reunir as embarcações brasileiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1864.

Illm. e Ex. Sr. — Em resposta ao Aviso do Ministerio a seu cargo de 6 de Abril ultimo, tenho de declarar a V. Ex. que as condições que, pela nossa legislação, deve reunir a embarcação brasileira, são as seguintes:

1.ª Ser propriedade de brasileiro, e sem que nella tenha parte algum estrangeiro (Tratado com a França de 6 de Junho de 1826, art. 13, Cod. do Com., art. 457).

2.ª O proprietario deve residir no Brasil ; e quando não resida deve ter parte na embarcação alguma casa brasileira estabelecida no Imperio (cit. art. 457 do Cod.).

3.ª Ser commandada por Capitão ou Mestre brasileiro (Tratado com a França loc. cit. Cod. Com. art. 496).

Sendo o Capitão ou Mestre brasileiro adoptivo ou naturalisado, deve prova-lo com justificações (Instr. de 23 de Dezembro de 1840, Dec. de 18 de Agosto de 1831).

E' preciso tambem que tenha domicilio no Imperio e capacidade civil para contractar (Cod. do Com., art. 496).

4.ª Tres quartos dos homens da tripolação devem ser brasileiros (Tratado com a França, cit. art., Alv. de 4 de Fevereiro de 1861).

Além disto são sujeitos ao imposto de 15 % as embarcações estrangeiras que passão a nacionaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 302.— FAZENDA.— Em 17 de Outubro de 1864.

Sobre a ancoragem que devem pagar as embarcações que conduzem colonos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 8 de Maio de 1861, acompanhado da nota do Consul Geral dos Paizes Baixos nesta Côrte, versando sobre a interpretação que ao art. 26 do Decreto n.º 2.168 do 1.º de Maio de 1858 dera a ordem de 9 de Outubro de 1860, declaro a V. Ex. para os fins convenientes que, não tendo o art. 26 do Decreto n.º 2.158, segundo a citada ordem de 9 de Outubro, junta por cópia, derogado as ordens de 29 de Maio e 8 de Novembro de 1856

n.os 196 e 368, continúa a não caber ás embarcações que conduzirem colonos ou emigrantes por conta do Governo, ou de associação e emprezarios, o desconto do imposto de ancoragem exceptuadas porém as sociedades a que se referem os Decretos n.os 537 de 15 de Maio de 1850 e n.º 2.159 do 1.º de Maio de 1858.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 303.— FAZENDA.— Em 17 de Outubro de 1864.

Sobre a escripturação a que se deve proceder nas Thesourarias quando receberem dinheiros de responsaveis, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo, n.º 45 de 17 de Agosto proximo passado, ácerca dos responsaveis para com a Fazenda Publica Joaquim Jorge da Silva Quintaes, Aureo Trifino Monjardim e Henrique Augusto de Azevedo; declara ao mesmo Sr. Inspector que é extraordinario o facto de ter o ex-Administrador da Mesa de Rendas de Itapemerim Joaquim Jorge da Silva Quintaes entregado na dita Thesouraria em 25 de Outubro de 1861 ao respectivo Thesoureiro a quantia de 3:624$120, e desde logo não se haver feito a necessaria carga ao mesmo Thesoureiro, que della passou um recibo ao responsavel; e não menos extraordinario é o declarar o dito Thesoureiro que se não fizera escripturação alguma nos livros da Thesouraria, por ter ficado aquella quantia como em deposito sob sua guarda, até que o responsavel remettesse a parte que ainda faltava para o completo do seu debito, a fim de ser então toda a importancia escripturada. As allegações feitas pelo Thesoureiro não podem ser aceitas por infundadas; porquanto fôra do seu rigoroso dever, logo que

recebeu aquella quantia, faze-la escripturar no seu debito, como parte do alcance do dito responsavel, e extrahir conhecimento em fórma em vez de recibo particular que irregularmente passou; e sendo certo que não tendo a referida quantia até agora figurado na receita da Thesouraria, como parte da renda por ella arrecadada e escripturada, não póde ser dispensada a cobrança dos juros de 9 % pela indevida detenção, e por elles responsavel o mencionado Thesoureiro, a contar da data do recibo que passou até a em que a dita quantia lhe foi carregada em debito nos livros da Thesouraria; cumprindo que o Sr. Inspector o advirta por seu irregular procedimento.

Quanto ás cobranças que tem promovido o mesmo Sr. Inspector, e de que dá conta no citado officio, ficão approvadas as providencias que tomou para esse fim, continuando a emprega-las para com todos os responsaveis remissos que se acharem em debito.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 304.—FAZENDA.— Em 18 de Outubro de 1864.

As Thesourarias não devem cumprir as ordens das Presidencias autorisando despezas sob sua responsabilidade, fóra dos casos da lei.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.° 123 de 24 de Agosto proximo passado, que regularmente procedeu oppondo-se ao cumprimento das ordens do Presidente da Provincia, que o autorisou sob sua responsabilidade a abonar no corrente exercicio gratificações por conta de diversos Ministerios, não determinadas em lei, em vista do disposto no § 7.° do art. 5.° do Decreto n.° 2.884 do 1.° de Fevereiro de 1862.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 305.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Outubro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que a faculdade de abrir testamentos não cabe aos Consules Portuguezes no Imperio.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 13 de Julho do corrente anno, remettendo copia da correspondencia trocada entre o Consul de Portugal e o Juiz Municipal da 2.ª vara dessa capital, por ter aberto o testamento com que falleceu o subdito portuguez Manoel José de Amorim, communico a V. Ex. que, tendo-se suscitado duvida identica nesta Côrte entre o Consulado Geral de Portugal e o Juiz Municipal da 1.ª vara, pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros foi declarado em Aviso de 25 de Julho que a faculdade de abrir testamentos não cabe aos Consules Portuguezes no Imperio, nem pela letra nem pelo espirito da Convenção de 4 de Abril do anno passado; porque, precisando o art. 13 as hypotheses em que aquella autoridade é chamada a funccionar em assumpto de herança, excluio a de que se trata, e nem podia deixar de exclui-la para ser coherente, uma vez que só admitte a interferencia dos Consules quando o fallecido não deixa herdeiros ou designa testamenteiros, ou cujos herdeiros não sejão conhecidos, estejão ausentes, ou sejão incapazes; e essa interferencia necessariamente tem de ser precedida de verificação dos casos a que ella corresponde.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 306.— GUERRA.— Aviso de 19 de Outubro de 1864.

Ao Ministerio da Marinha, solicitando a expedição das suas ordens, para que os navios de guerra e transportes do Governo, que aportarem á Ilha de Fernando, transportem dalli para o Continente os sentenciados que concluirem o seu tempo de prisão, e as suas familias.

4.ª Directoria Geral.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Representando o Tenente Coronel Commandante do Presidio de Fernando de Noronha os embaraços que occorrem, quando algum sentenciado conclue o seu tempo de prisão, para se lhe dar passagem e á sua familia para o Continente, roga a V. Ex. se sirva dar suas ordens, para que os navios de guerra e transportes do Governo, que aportarem á Ilha, recebão a seu bordo e transportem, á requesição daquelle Commandante, os ex-sentenciados e suas familias.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*— Sr. Francisco Xavier Pinto Lima.

N. 307.— GUERRA.—Aviso de 19 de Outubro de 1864.

Ao Presidente de Minas Geraes, approvando a deliberação, que tomára, de mandar pagar unicamente 5$500 da despeza feita com o enterramento de uma praça, correndo o resto por conta do espolio da mesma, porque, sendo os parochos subsidiados pelo Estado, devem prestar gratuitamente os soccorros espirituaes aos militares que pertencem á condição dos pobres.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Accusando recebido o seu officio n.º 23 de 15 de Setembro, declaro a V. Ex. que bem resolveu, mandando pagar unicamente 5$500 da despeza feita com o enterramento do Anspeçada

Candido José da Conceição, devendo o resto correr por conta do espolio do mesmo Anspeçada, ou de quem ordenou o enterro; porquanto, sendo os parochos subsidiados pelo Estado, devem prestar gratuitamente os soccorros da Religião aos pobres, caso em que se achão os militares, que por isso mesmo não podem supportar, nem o Estado por elles, despezas menos justificadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 308.—GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.

Ao Presidente do Paraná, mandando abonar a um Official que fez troca de Corpo com outro, a ajuda de custo que a este competia.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em deferimento á supplica do Alferes da Companhia de Cavallaria Eustaquio Joaquim Reyna, mande V. Ex. abonar-lhe ajuda de custo pelo minimo, de Paranaguá até á Capital, auxilio a que tinha direito o Alferes José Nicoláo Pimenta de Araujo Vargas Coutinho, com quem o supplicante trocou de Corpo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 309.—GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.

Ao Presidente do Ceará, declarando que o Sargento Almoxarife da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção não póde continuar a perceber premio de voluntario ou engajado, desde que deixou de servir activamente nas fileiras do Exercito, conservando porém a respectiva gratificação, emquanto fôr praça de pret.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução ao requerimento do Sargento Almoxarife da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, Galdino Augusto de Vasconcellos, informado por V. Ex. em 27 de Agosto proximo passado, declaro a V. Ex., para seu governo e expedição das convenientes ordens, que o supplicante não póde continuar a perceber premio de voluntario ou engajado, desde que deixou de servir activamente nas fileiras do Exercito, conservando porém a respectiva gratificação emquanto fôr praça de pret.

Deus Guarde a V. Ex. — *Henrique de Beaurepaire Rohan.* — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 310.—GUERRA.—Aviso de 21 de Outubro de 1864.

Ao Presidente da Bahia autorisando abono de uma ração, pelo rancho dos Menores, ao Porteiro do respectivo Arsenal de Guerra, nos dias em que tiver de pernoitar no estabelecimento.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em deferimento á supplica de Luiz Vieira de Faria, Porteiro do Arsenal de Guerra dessa Provincia, no requerimento informado por V. Ex. em 12 de Agosto proximo passado, mande V.

Ex. abonar-lhe pelo rancho dos Menores uma ração nos dias em que tiver de pernoitar no estabelecimento, como permittio o Aviso de 13 de Junho de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 311.—FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1864.

Os recibos e mandatos ao portador, por occasião da liquidação das casas bancarias, só devem pagar sello no caso de serem ajuizados, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1864.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer das secções de Fazenda e Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem declarar por Sua Imperial e Immediata Resolução de 5 do corrente:

1.° Que para a liquidação das casas bancarias fallidas não é necessario que paguem sello os recibos e mandatos ao portador permittidos pelo art. 1.° § 10 da Lei n.° 1.083 de 22 de Agosto de 1860, e sim sómente quando tenhão de ser ajuizados, attenta a disposição do art. 38 § 22 do Regulamento de 22 de Dezembro de 1860; e art. 24 do Decreto de 13 de Agosto de 1863.

2.° Que o dito sello é necessario quando se houver de ajuizar a nota, bilhete, recibo ou mandato de que se trata na referida lei.

Assim pois o communico a V. S. para que haja de participa-lo ao Administrador da Recebedoria em solução á sua representação de 19 de Setembro ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 312.—FAZENDA.— Em 22 de Outubro de 1864.

Sobre o sello que devem pagar os endossos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1864.

Considerando que a razão por que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, art. 38, § 13 declara isentos do sello os endossos passados antes do vencimento nos titulos com prazo fixo prevalece a respeito dos titulos *á vista*;

Considerando que nos casos em que se exige o sello dos titulos sómente quando são ajuizados, os endossos passados nos mesmos titulos antes desse facto devem gozar da mesma isenção;

Considerando que se os escriptos á ordem são obrigados ao sello sómente no lugar em que são pagos antes de transferencia ou pagamento, os endossos passados antes destes actos não devem então pagar o respectivo sello; e

Attendendo a necessidade de facilitar o gyro das letras e creditos mercantis a beneficio do commercio;

Declaro a V. S., em solução á representação do Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro de 8 do corrente:

1.° Que a disposição do citado art. 38, § 13, comprehende os endossos e pertences, e mesmo abonos, ainda que por simples assignatura, dos titulos pagaveis *á vista*; quando tiverem lugar antes do protesto por falta de pagamento, época esta em que o Decreto de 13 de Agosto de 1863, art. 5.° os considera vencidos para effeitos fiscaes.

2.° Que os endossos, pertences e abonos, nas mesmas condições, passados nos titulos isentos do sello proporcional, mas a elle sujeitos quando tiverem de ser ajuizados, como os recibos de dinheiros tomados em conta corrente (Regulamento de 13 de Agosto de 1863, art. 24); os recibos e mandatos contra os banqueiros ao portador ou á pessoa determinada (Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, art. 38, § 22) são tambem isentos do sello, excepto quando ajuizados; e

3.° Que os endossos, pertences e abonos, nas referidas circumstancias, passados nos escriptos a

ordem fóra do lugar em que estes tenhão de ser cumpridos, podem satisfazer o sello, em qualquer tempo, ainda no lugar em que tiverem de ser pagos, os referidos escriptos, mas sempre antes de ahi verificar-se transferencia ou pagamento (Decreto de 13 de Agosto de 1863, art. 2.°).

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 313.—FAZENDA.—Em 22 de Outubro de 1864.

As concordatas permittidas pelos Decretos n.os 3.308 e 3.309 estão isentas do sello proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1864.

Considerando que os motivos por que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, art. 38 §§ 11 e 12 isenta do sello as concordatas e moratorias concedidas na fórma do Codigo do Commercio são extensivos ás concordatas e moratorias de que tratão os Decretos n.° 3.308 de 17 de Setembro, art. 2.°, e n.° 3.309 de 20 do mesmo mez, art. 15, declaro a V. S., para que o faça constar ao Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, e a quem convier, que as concordatas permittidas pelos referidos Decretos do Governo Imperial são tambem isentas do sello proporcional.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 314. — FAZENDA. — Em 22 de Outubro de 1864.

Solução á duvidas propostas pela Commissão liquidadora da casa bancaria Gomes & Filhos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial o officio de V. Ex. de 18 do corrente, acompanhando differentes cópias de escriptos e recibos ao portador, passados pela casa bancaria de Gomes & Filhos, em contravenção do art. 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, e expondo que, tendo a Commissão Administrativa, a que pertence como Fiscal do Governo, de fazer a chamada de um grande numero de credores de taes titulos, que orção por mais de 7.900, na conformidade do art. 859 do Codigo do Commercio, para proceder á verificação dos creditos lhe occorrem as seguintes duvidas:

1.ª Póde a Commissão receber, verificar e classificar taes titulos ao portador, ou em geral, que não tenhão pago o imposto do sello, e seus portadores se achão isentos das penas da lei respectiva?

2.ª Póde a referida Commissão fazê-lo sem incorrer nas penas de responsabilidade ou de multa, na fórma do art. 113 § 4.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 e mais legislação em vigor?

Em resposta ao sobredito officio devo communicar a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer das secções de Fazenda e Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem declarar por Sua Immediata e Imperial Resolução de 5 do corrente, que, attentas ás actuaes circumstancias da Praça do Rio de Janeiro, mais do que em nenhuma outra occasião, a liquidação de tão avultadas massas fallidas e de tão numerosos interesses como os que se prendem ás casas bancarias fallidas nesta Côrte, no mez passado, deve ser feita *ex æquo et bono*.

E em solução aos quesitos propostos, devo declarar a V. Ex. que:

Não podem as administrações liquidadoras das massas fallidas, embora assim procedão e não estejão comprehendidas na ordem das autoridades e officiaes publicos de que tratão os arts. 113 § 4.º e outros do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860,

deixar de cumprir as disposições legaes que regulão a cobrança dos impostos, e conseguintemente não devem, sobretudo á vista do art. 117 do citado Regulamento, attender a titulos e papeis que não tiverem pago o sello, estando a elle sujeitos, nos casos previstos no Regulamento, tanto mais quando ainda vigora o principio de que a falta daquelle imposto, sendo devido, invalida o titulo, o qual não produz então effeito sem a revalidação.

Os Regulamentos isentão do sello os recibos e mandatos ao portador, passados nos termos do art. 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, ou a pessoa determinada, bem como os recibos de dinheiros tomados em conta corrente, excepto quando forem ajuizados. (Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, art. 38 § 22, e de 13 de Agosto de 1863, art. 24.)

Mas as administrações, como fica dito, não constitue um juizo, e portanto não podem exigir que esses titulos e os demais que só pagão sello quando ajuizados, sejão sellados para serem por ellas admittidos, como nesta data se declara á Directoria Geral das Rendas para que o faça constar ás Estações Fiscaes competentes. Nem obsta que as mesmas administrações tenhão de documentar com os titulos as suas contas definitivas no Juizo Commercial, porquanto, ainda em tal caso, não se póde dizer que elles são ajuizados; o juizo com effeito não procede então em fórma judicial, e apenas preside ás deliberações dos credores, aos quaes, e não a elle compete, conforme a jurisprudencia (Assento de 6 de Julho de 1857), o declarar liquidada a massa fallida, e por consequencia attender aos documentos apresentados.

Ficando assim respondidos os dous quesitos na parte em que se referem em geral ao imposto do sello, devo accrescentar a V. Ex., quanto aos titulos ao portador illegalmente emittidos pelas casas bancarias fallidas, que ao Governo Imperial cabe declarar que as administrações das massas fallidas, pelo facto de attenderem aos ditos titulos ao portador, quer sob a fórma de notas promissorias ou creditos, quer de recibos de contas correntes, não incorrêrão, bem como os portadores, nas penas da lei do sello; porquanto, além de não se dar o caso de serem elles ajuizados, não se verificará, considerados como documentos, a hypothese do art. 59 § 3.º, parte final, do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, attento

o exposto sobre o caracter das referidas administrações.

Deus Guarde a V. Ex. — *Carlos Carneiro de Campos.* — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 315. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 22 de Outubro de 1864.

Declara que a disposição do Decreto n.º 2.898 de 12 de Março de 1862 para a capacidade dos depositos de pennas d'agua, deve ser applicada aos depositos construidos antes da promulgação do referido Decreto, sómente nos casos de reconstrucção ou renovação dos mesmos depositos.

N. 315.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Outubro de 1864.

Em resposta ao seu officio n.º 829 de 10 de Agosto ultimo, declaro-lhe, para sua observancia, que a disposição do Decreto n.º 2.898 de 12 de Março de 1862 para a capacidade dos depositos de pennas d'agua, deve ser applicada aos depositos construidos antes da promulgação do referido Decreto, sómente nos casos de reconstrucção ou renovação dos mesmos depositos, e quando se tiver de prorogar o prazo das concessões das pennas d'agua, cujos depositos não se acharem nas condições prescriptas pelo Regulamento approvado por aquelle Decreto.

Deus Guarde a Vm.—*Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.*—Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

N. 316. — IMPERIO.— Circular em 22 de Outubro de 1864.

Declara os casos em que as corporações de mão morta necessitão de licença do Governo para possuirem bens de raiz.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido presentes ao Governo Imperial diversos requerimentos em que corporações de mão-morta solicitão licença para possuirem bens de raiz, declaro a V. Ex., para observancia do Decreto n.º 1.225 de 20 de Agosto ultimo:

1.º Que as corporações de mão-morta só precisão da referida licença para a acquisição ou posse por qualquer titulo de terrenos ou propriedades necessarias para o serviço das mesmas corporações, ou para edificação de Igrejas, Capellas, Cemiterios extra-muros, Hospitaes, Casas de Educação e de Asylo, e quaesquer outros estabelecimentos publicos.

2.º Que, em geral, os bens de raiz que as ditas corporações adquirirem, na conformidade da Ord. Liv. 2.º, Tit. 18 § 1.º devem ser, no prazo de seis mezes contados de sua entrega, alheados, e seu producto convertido em apolices da divida publica sob as penas da mesma Ordenação.

3.º Que desta regra estão sómente exceptuados, 1.º os bens de raiz que, com prévia licença do Governo Imperial, tiverem o destino acima indicado, e 2.º os que constituião, na época da publicação do citado Decreto, o patrimonio das sobreditas corporações, os quaes ficárão garantidos pelas palavras finaes do mesmo Decreto, e podem ser conservados independentemente de licença do Governo.

O que V. Ex. fará constar ás autoridades a quem convier, para a devida execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Liberato Barrozo.* — Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 317. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Circular de 25 de Outubro de 1864.

Recommendando a fiel execução do Aviso circular de 20 de Dezembro de 1861.

1.ª Secção. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 25 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo da maior conveniencia para a marcha regular dos negocios do Ministerio á meu cargo, que as Thesourarias de Fazenda remettão ás diversas Directorias com a maior pontualidade e exacção no fim do exercicio os balanços geraes das despezas, que se tiverem effectuado com os diversos ramos do serviço publico, bem como o orçamento de credito necessario para as despezas do futuro exercicio, nos termos do Aviso circular de 20 de Dezembro de 1861, que não tem sido fielmente cumprido, como se ha terminantemente recommendado, resultando disto que este Ministerio não tem podido regular convenientemente a distribuição do credito pelas Provincias, de modo á evitar constantes pedidos de supprimentos de verba; hei por muito recommendado a V. Ex. que de novo expeça as mais terminantes ordens á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia no sentido da presente circular, e do que está determinado nos §§ 5.º e 6.º do art. 15 do Regulamento de 22 de Novembro de 1851, e foi ordenado pelo Aviso circular acima referido.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Liberato Barrozo.* — Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 318.—FAZENDA.—Em 25 de Outubro de 1864.

Declara que os sinos importados para uma Igreja, que não era Matriz, não podem gozar da isenção de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—No seu officio n.° 51 de 15 de Setembro ultimo participa V. Ex., que, estando a reparar-se a Igreja do Convento de Santo Antonio, nessa Capital, para servir de Matriz da respectiva Parochia, mandára o guardião do dito convento refundir dous sinos á cidade do Porto, reino de Portugal e que chegados os sinos, forão despachados na Alfandega á custa do Thesouro Provincial, a cujos cofres pede V. Ex. que seja restituida a importancia dos direitos cobrados naquella repartição, baseando esse pedido no art. 512, § 33 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Cabe-me declarar a V. Ex., em resposta, que não se acha provado que a Igreja para a qual vierão os sinos refundidos seja Matriz; pois que o simples offerecimento para ahi celebrarem-se os actos parochiaes não lhe dá esse caracter. Além disso, semelhantes objectos não são proprios e exclusivos do culto divino, nem forão importados por conta do Governo Provincial directamente e para o serviço publico. Não tem, portanto, applicação ao caso as disposições do art. 512, §§ 23 e 33 do referido Regulamento.

A vista disto, não póde ser concedida a restituição de direitos por V. Ex. solicitada.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 319.—FAZENDA.—Em 26 de Outubro de 1864.

Manda admittir as declarações feitas pelos Collectores nos precatorios e mandados quando não existirem os devedores, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo evitar á Fazenda Nacional o prejuizo que lhe resulta das despezas feitas com as certidões que os Officiaes de Justiça, tem de passar em grande numero de mandados executivos e precatorios que deixão de ter cumprimento nas Collectorias e Mesas de Rendas, por não existirem os devedores no lugar, estarem reduzidos á miseria, haverem fallecido sem deixar herdeiros nem bens, e hypotheses semelhantes; rogo a V. Ex. se sirva declarar ao Juizo dos Feitos da Fazenda que se devem aceitar como se fossem passados pelos Officiaes de Justiça, as declarações feitas pelos Collectores nos mesmos mandados e precatorios, todas as vezes que se derem os casos acima referidos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Francisco José Furtado.

N. 320.—JUSTIÇA.—Aviso de 28 de Outubro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Approva a decisão declarando que os Directores dos Indios devem ser julgados no fôro commum.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de V. Ex., do 1.º de Julho do corrente anno, Houve por bem approvar a decisão dada por V. Ex. á consulta do Juiz de Direito da Comarca de Solimões, declarando que os Directores dos Indios devem ser julgados no fôro commum, porque, embora pelo art. 11 do Decreto n.º 426 de

24 de Julho de 1845 lhes sejão conferidas graduações militares, não são militares as funcções que exercem, e são cousas essencialmente distinctas graduações honorarias e postos militares.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 321.— IMPERIO.— Aviso em 28 de Outubro de 1864.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que as corporações de mão-morta, observando litteralmente o art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, podem permutar os bens de raiz, que constituem o seu patrimonio, por apolices da divida publica interna fundada, as quaes serão intransferiveis.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente ao Governo Imperial o requerimento, trasmittido por essa Presidencia com o officio de 11 do corrente, em que o Ministro e Mesarios da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, dessa Cidade, pedem autorisação para executar a resolução da Mesa e Junta que permitte a venda em hasta publica de todos os predios pertencentes á mesma Ordem, e dos terrenos não apropriados á edificação, para ser o seu producto convertido em apolices da divida publica.

Sendo permittido a quaesquer corporações de mão-morta, pelo art. 44 da Lei n.º 369 de 18 de Setembro de 1845, permutarem seus bens por apolices da divida publica interna fundada, as quaes serão intransferiveis, nada obsta a que a referida Ordem Terceira effectue taes permutações, com a vantagem concedida por aquella lei, uma vez que observe litteral e restrictamente o citado artigo. As autoridades judiciarias competentes fiscalisarão o exacto cumprimento de suas disposições.

O que V. Ex. fará constar á sobredita Ordem Terceira, e ás autoridades a quem convier.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Liberato Barrozo.*— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 322.—IMPERIO.— Aviso de 28 de Outubro de 1864.

Ao Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte. Communica a dispensa das provas de capacidade profissional concedida a Francisco Lopes Suzano para ensinar as materias da instrucção primaria, e fixa a intelligencia do § 4.º do art. 11 das Instrucções de 29 de Setembro ultimo.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Outubro de 1864.

Sua Magestade o Imperador, attendendo ao que representou Francisco Lopes Suzano no requerimento, sobre que V. S. informou em data de 20 do corrente mez, Ha por bem conceder ao supplicante dispensa das provas de capacidade profissional, para ensinar particularmente as materias que constituem a instrucção primaria.

Fazendo esta communicação a V. S., declaro-lhe que esta dispensa é fundada na 1.ª parte do § 2.º do art. 11 das Instrucções de 29 de Setembro ultimo, cuja disposição comprehende expressamente o Diploma de pharmaceutico passado pela Faculdade de Medicina desta Cidade, que o supplicante exhibio; e que a disposição do § 4.º do mesmo art. em que V. S., de accordo com o Conselho Director, julgou incluido o supplicante, é applicavel unicamente aos individuos que, na falta de outros titulos, apresentarem documentos taes, ou forem de tal nomeada, que não deixem duvida sobre as suas habilitações.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

N. 323. — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1864.

Sobre a execução dos Decretos n.º 3.321 e 3.323.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Transmittindo a V. Ex. para sua intelligencia e execução, os exemplares inclusos do Decreto n.º 3.321 de 24 do corrente, que indulta os contraventores do art. 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, e do Decreto n.º 3.323 de 22 do mesmo mez, que regula novamente a emissão dos titulos ao portador, julgo opportuno fazer algumas observações a V. Ex. sobre as disposições do ultimo dos referidos Decretos. O art. 2.º deste Decreto no seu paragrapho unico enumera os titulos ao portador cuja emissão é permittida pela legislação em vigor independente de autorisação do Poder Legislativo, conseguintemente V. Ex. recommendará ás autoridades judiciaes e administrativas dessa Provincia, assim policiaes como fiscaes, que, sob as penas da lei, cumprão fielmente o art 4.º do mesmo Decreto a respeito das letras e quaesquer titulos ao portador, com prazo ou sem elle, que não sendo bilhetes do Thesouro do banco do Brasil e suas caixas filiaes (Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853, art. 1.º § 6) de assignantes da Alfandega (Regulamento de 19 de Setembro de 1860, art. 585, § 1.º) e letras hypothecarias das Sociedades de credito real, quando se estabelecerem (Lei n.º 1.237 de 24 de Setembro de 1864, art. 13 §§ 1.º e 2.º) não se achem enumerados no dito paragrapho unico, que se refere:

1.º Aos bilhetes dos actuaes bancos de circulação creados por Decreto do Poder Executivo.

2.º Aos recibos e mandatos ao portador contra os bancos e banqueiros (Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, art. 1.º § 10).

Assim, pois, para evitar irregularidades e vexames V. Ex. deverá declarar ás mencionadas autoridades quaes os titulos ao portador, que, na conformidade do que fica exposto, podem ser emittidos e apparecer na circulação sem dar lugar ao procedimento da apprehensão, e á imposição das penas da lei, a fim de que procedão com todo o rigor contra os que não estiverem comprehendidos em qualquer das classes acima referidas.

A data de 14 de Setembro, de que trata o art. 7.º do Decreto n.º 3.323 foi fixada á da ultima fallencia de casas bancarias occorrida na Côrte; refere-se portanto á Côrte e não ás Provincias, nestas deverá ser a que determinarem os respectivos Presidentes para o indulto em virtude do art. 5.º do Decreto n.º 3.321 de 21 do corrente. E recommendo especialmente a V. Ex. que participe a este Ministerio, na fórma das ordens em vigor, não só a data da publicação dos citados Decretos nessa provincia, como a que fixar nos termos do dito art. 5.º

Chamo agora a attenção de V. Ex. para o art. 8.º e modelo do Decreto n.º 3.323.

Tratando da emissão dos titulos ao portador permittidos pela excepção no art. 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860, e expedindo esse modelo o Governo Imperial teve em vista, attenta a faculdade concedida pela lei, regularisar o systema já adoptado entre nós da emissão de mandatos ou *cheques* contra os bancos e banqueiros para facilidade e liquidação de pagamentos, que se fazião tambem por meio de recibos extrahidos de livros de talão, cuja formula, menos legitima em sua origem, póde ainda suscitar duvidas.

Ora, sem obstar á liberdade garantida a quaesquer individuos em conta corrente com os bancos e banqueiros, de usarem da formula que mais conveniente lhes parecer para as ordens e mandatos de pagamento, como expressamente declara a primeira parte do art. 9.º do Decreto, podem os mesmos bancos e banqueiros contribuir para a boa ordem e regularidade das operações, e auxiliar a autoridade publica na repressão dos abusos, fornecendo aos seus clientes em conta corrente livros do talão segundo o modelo annexo ao Decreto.

E porque o fim das disposições legaes sobre os titulos ao portador não é, nem póde ser, impôr aos referidos individuos a obrigação de passar com clausula—*ao portador*—os seus mandatos e ordens contra os bancos e banqueiros, mas sim de conceder-lhes essa faculdade para que a possão exercer quando julgarem a bem de suas transacções e pagamentos, é claro que, embora o livro de talão seja redigido nos termos indicados no modelo, não ficão aquelles individuos inhibidos de passa-los á pessoa determinada, com a clausula —*á ordem*—ou sem ella,

como quizerem, e assim o dispõe a segunda parte do art. 8.º do Decreto.

Releva notar que os mandatos ou cheques que não forem ao portador, não ficão sujeitos ás regras especiaes da apresentação ao banqueiro no prazo de tres dias, sob pena de perda do direito regressivo do portador contra o passador, estabelecida no art 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto, regendo-se em seus effeitos pelos principios geraes do direito vigente.

Em summa, qualquer que seja a fórma dos escriptos sacados na mesma praça contra os bancos e banqueiros, em virtude de conta corrente, e que fôr pagavel—*ao portador*—nos termos da primeira parte do art. 8.º do Decreto, deve conter, para evitar a sancção penal da lei, os requisitos do art. 9.º do mesmo Decreto, exigidos pelo art. 1.º § 10 da Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto de 1860.

E, pois, a fim de preencher as vistas do Governo Imperial, V. Ex. transmittirá tambem aos bancos e banqueiros dessa Provincia uma cópia dos citados Decretos e do presente Aviso para sua intelligencia na parte que lhes diz respeito.

Deus guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia de....

N. 324.—JUSTIÇA.—Circular de 31 de Outubro de 1864.

Recommendando ás Presidencias que dêem seu parecer ácerca da idoneidade dos pretendentes e do valor dos documentos, á que elles se referirem, sempre que remetterem a este Ministerio quaesquer requerimentos ou petições de graça.

Illm. e Exm. Sr.—Para regular andamento, conveniente resolução das questões que forem submettidas ao Ministerio a meu cargo, e em execução de ordens já expedidas em differentes circulares ás Presidencias das Provincias; recommendo a V. Ex. que, quando tiver de remetter á esta Secretaria de Estado papeis acompanhados de documentos, dê o seu juizo ácerca da idoneidade dos preten-

dentes, e do valor dos documentos a que elles se referirem, subministrando ainda todo e qualquer esclarecimento que colher e julgar conveniente. Recommendo mais a V. Ex. que nas petições de graça, que devem ser instruidas em conformidade do Decreto n.º 2.566 de 28 de Março de 1860, dê parecer ácerca da justiça ou injustiça da condemnação, e se o supplicante merece ou não perdão ou commutação da pena; não sómente porque nas Provincias, onde os crimes são commettidos, ha maior facilidade na apreciação de sua punição, como tambem porque, enviados todos os esclarecimentos a que alludo, haverá menos demora no preparo das mencionadas petições que têem de ser resolvidas pelo Supremo Poder Moderador.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia de....

N. 325.—IMPERIO —Em 31 de Outubro de 1864.

Resolve duvidas sobre eleições.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 31 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente á Sua Magestade o Imperador o officio de 13 de Junho do corrente anno, do 1.º Juiz de Paz da Freguezia dos Tombos do Carangola dessa Provincia, bem como a informação que sobre o seu objecto deu o antecessor de V. Ex. em officio de 23 de Julho.

Expõe aquelle Juiz de Paz que a Freguezia do Carangola pertence ao Bispado de Marianna, no que toca á jurisdicção ecclesiastica; mas que o seu territorio, quanto á jurisdicção civil, pertence ás duas Provincias de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, ficando mixtica á Freguezia da Natividade a parte pertencente á segunda daquellas Provincias; e em seguida consulta:

1.º Se os parochianos residentes na parte da Freguezia pertencente á Provincia do Rio de Janeiro

devem votar para Juizes de Paz e Vereadores de S. Paulo de Muriahé, em Minas, ou para Juizes de Paz e Vereadores de Campos, no Rio de Janeiro.

2.° No segundo caso se as cedulas desses votantes devem ser apuradas na Freguezia dos Tombos do Carangola, ou na da Natividade.

3.° Se a jurisdicção dos Juizes de Paz e Subdelegados comprehende todo o territorio das Freguezias para as quaes são nomeados.

E o Mesmo Augusto Senhor Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 5 do corrente mez com o parecer da secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 31 de Agosto ultimo e Attendendo: 1.° a que a divisão ecclesiastica é a base das eleições segundo á Lei n.° 387 de 19 de Agosto de 1846, que manda fazer a qualificação dos votantes por Freguezias; 2.° a que as funcções dos Vereadores são exercidas em todo o Municipio, e a jurisdicção dos Juizes de Paz e Subdelegados circumscreve-se na Freguezia ou districto sómente; Houve por bem Decidir:

Quanto ao 1.° quesito, que os parochianos de que se trata devem votar para Juizes de Paz da Freguezia do Carangola, á qual pertencem ecclesiasticamente, e onde estavão qualificados; cumprindo que as respectivas listas sejão apuradas promiscuamente com a dos outros votantes da mesma Freguezia. Devem, porém, votar para Vereadores do Municipio de Campos, a que civilmente pertence o territorio em que residem, sendo remettidos á respectiva Camara Municipal os seus votos, apurados em separado dos demais votantes.

Quanto ao 2.°, que cumpre que a apuração seja feita na Freguezia do Carangola.

Quanto ao 3.°, finalmente, que a jurisdicção dos Juizes de Paz e Subdelegados comprehende todo o territorio das Freguezias para as quaes são nomeados.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar ao dito Juiz de Paz.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 326.— FAZENDA.— Em 2 de Novembro de 1864.

Competencia do Mordomo da Casa Imperial para receber no Thesouro a dotação de Sua Alteza Imperial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 2 de Novembro de 1864.

Sirva-se V. S. expedir as necessarias ordens para ser entregue ao Major Bacharel José Maria Jacintho Rebello, procurador de Sua Alteza o Principe Real Conde d'Eu, Augusto Esposo de Sua Alteza Imperial a Senhora D. Isabel, a quantia de cento e oitenta contos de réis (180:000$000), resto da de duzentos contos, fixada na Resolução n.° 1.236 de 20 de Setembro proximo passado para o enxoval da mesma Augusta Senhora e tambem a quantia consignada na referida Resolução com applicação ao aluguel de predio para a residencia de Suas Altezas, e a contar de 15 de Outubro findo, mediante o Alvará de procuração, que deverá apresentar para ambos os pagamentos ; ficando V. S. na intelligencia de que a dotação de cento e cincoenta contos de réis (150:000$000) annuaes, de que igualmente trata a referida Resolução e a Lei n.° 1.217 de 7 de Julho deste anno, deverá ser entregue ao Mordomo da Casa Imperial na fórma da Constituição do Imperio, e tambem a contar de 15 de Outubro, dia do feliz Consorcio de Suas Altezas.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos*. — Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 327.—FAZENDA.—Em 2 de Novembro de 1864.

Sobre a remessa de informações para a organisação da estatistica financeira do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em circular n.° 591 de 18 de Dezembro de 1861 forão recommendadas ás Presidencias de Provincia certas providencias ten-

dentes ao aperfeiçoamento da estatistica financeira do Imperio e á igualdade e uniformidade do nosso systema tributario.

Não tendo, porém, sido satisfactorios, nem tão amplos como convinha que fossem, os esclarecimentos recebidos em virtude dessa circular, e de outras ordens expedidas pelo Thesouro, cumpre que, com a maxima brevidade possivel, V. Ex. remetta um quadro como o do modelo junto, da receita provincial e da receita municipal dessa Provincia, no qual V. Ex. fará apresentar todas as diversas verbas da receita provincial, com a indicação da legislação que as creou e regula, e da importancia arrecadada de cada uma dellas nos tres ultimos exercicios; apontando as causas de seu augmento e diminuição.

Cumpre, outrosim, que V. Ex. remetta collecções das leis provinciaes dos tres ultimos annos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Caneiro de Campos.* — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

— Identico ás demais Presidencias de Provincia.

N. 328. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 2 de Novembro de 1864.

Recommendando aos Presidentes das Provincias que sejão respeitadas as leis provinciaes, uma vez sanccionadas, e por virtude das quaes existão contractos, creando e garantindo privilegios em favor de Companhias.

2.ª Secção.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 2 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador manda recommendar á V. Ex., que tenha o maior cuidado, em que as leis, uma vez sanccionadas, e por virtude das quaes existão contractos, creando

e garantindo privilegios em favor de Companhias, quér nacionaes, quér estrangeiras, sejão respeitadas para que nem periguem os direitos de terceiro com a sua derogação, nem tão pouco se veja a administração publica envolvida em pleitos e questões que em taes circumstancias sempre são prejudiciaes ao credito do paiz.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 329.—FAZENDA.—Em 4 de Novembro de 1864.

A respeito de um Collector que estando com parte de doente compareceu só para receber uma somma entregue pelo Juizo de Orphãos; e recommenda que se exija fiança dos Escrivães das Collectorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 82 de 16 de Setembro ultimo do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piauhy, no qual participa que o Collector das Rendas geraes da Villa das Barras Francisco Benicio de Carvalho e Mello, estando ausente por molestia, comparecêra e assumira as suas funcções, quando lhe constou ter entrado na dita Estação Fiscal a quantia de 11:231$391, recolhida pelo Tesoureiro de orphãos, retirando-se de novo no dia seguinte como doente para fóra da villa depois de receber a mencionada quantia das mãos do Escrivão: ordena ao Sr. Inspector que proceda criminalmente contra o referido exactor na fórma da lei, na intelligencia de que ficão approvadas as medidas tomadas nessa occurrencia, de conformidade com os arts. 2.º e 3.º do Decreto n.º 657 de 5 de Dezembro de 1849, para obstar, como se obstou, que a Fazenda fosse lesada. Estranha, porém, ao Sr. Inspector que ha mais tempo não se exigisse fiança dos Escrivães das Collectorias, como prescreve a Ordem n.º 188 de

17 de Julho de 1852 no dito officio citada. Cumpre, pois, que, sob pena de responsabilidade, ponha quanto antes em pratica as disposições que regulão o assumpto.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 330.—JUSTIÇA.—Aviso de 4 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Approva a decisão, declarando que o Juiz de Paz, provido interinamente no Officio de Curador Geral dos Orphãos, obtendo exoneração do Officio interino, não perde o seu lugar de eleição popular.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio dessa Presidencia de 13 de Junho do corrente anno, dirigido ao Ministerio do Imperio, Houve por bem Approvar a resposta do antecessor de V. Ex. á Camara Municipal da cidade de Ubatuba, declarando que a deliberação, em virtude da qual a mesma Camara publicára por editaes que o cidadão José Maria Mattoso não podia continuar no exercicio do cargo de Juiz de Paz por ter aceitado e exercido o Officio de Curador Geral dos Orphãos, é destituida de fundamento; porque a Portaria de 13 de Outubro de 1831, em que se baseou a Camara, trata do Curador Geral dos Orphãos, que, sendo provido nesse Officio, o exerce vitaliciamente nos termos do Decreto n.º 817 de 30 de Agosto de 1851, especie diversa daquella que se dá em relação ao cidadão Mattoso, que já era Juiz de Paz quando foi provido interinamente no Officio, do qual pedio e obteve exoneração para o effeito de não perder o seu lugar de Juiz de Paz: e, segundo a doutrina do Aviso n.º 371 de 19 de Outubro de 1857, desapparecendo o impedimento pela renuncia do Officio interino, volta o individuo para o cargo que anteriormente occupava.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 331.—GUERRA.—Aviso de 7 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Bahia, declarando que as despezas de expediente feitas pelo Tenente Joaquim Rodrigues de Souza, durante o tempo em que esteve destacado na villa de Lençóes, servindo cumulativamente de Delegado de Policia e de auxiliar do Administrador dos terrenos diamantinos, é alheia a este Ministerio, visto que o Official de que se trata não podia te-las, na qualidade de Commandante de destacamento.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 7 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Devolvo a V. Ex. o requerimento do Tenente do 10.º Batalhão de Infantaria Joaquim Rodrigues de Souza, pedindo indemnisação de 63$600 que despendeu com o expediente durante o tempo em que esteve destacado na villa de Lençóes, a fim de que V. Ex. attenda como parecer justo, mandando-lhe pagar aquella quantia pelos cofres da Policia ou por conta do Ministerio da Fazenda, visto que o supplicante, como informa o Commandante das Armas, servio cumulativamente de Delegado de Policia e de auxiliar do Administrador dos terrenos diamantinos, sendo certo que, na qualidade de Commandante de destacamento, não podia ter despezas de expediente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 332. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 7 de Novembro de 1864.

Exigindo informações ácerca das necessidades e obras mais urgentes das Provincias do Imperio.

2.ª Secção.— Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 7 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Convindo que o Governo Imperial seja informado das necessidades e obras mais urgentes das Provincias do Imperio a fim de

solicitar da Assembléa Geral Legislativa na seguinte sessão as necessarias providencias, remetta V. Ex. a esta Secretaria de Estado até o dia 1.º de Fevereiro proximo futuro um relatorio circumstanciado sobre os seguintes pontos:

1.º Estado em que se achão as estradas, quér geraes, quér provinciaes com a conta do que nellas se tem despendido, orçamento, planta e nivelamento das novas vias de communicação, que se devem abrir de preferencia.

2.º Relação das estradas que tem sido auxiliadas pelos cofres geraes, comprehendendo a conta das despezas feitas com estas obras e da receita proveniente do imposto denominado — Barreira, etc.

3.º Estado dos canaes existentes, orçamento, planta e nivelamento daquelles cuja abertura seja mais urgentemente reclamada para a prosperidade da Provincia.

4.º Relação daquelles canaes para os quaes se tem applicado auxilio prestado pelos cofres geraes, devendo acompanhar a conta das despezas feitas.

5.º Descripção dos rios navegaveis, especificando a sua profundidade, correnteza, largura e mais circumstancias que possão interessar a navegação.

6.º Numero e lotação dos barcos de qualquer natureza que sulcão as aguas da Provincia.

7.º Planta e sondagem dos rios, que demandão obras d'arte, para se tornarem navegaveis, devendo acompanhar a conta da despeza provavel com estas obras.

8.º Finalmente, estado dos telegraphos declarando se precisão de reparos e qual a despeza provavel com esse serviço.

Recommendo a V. Ex. o maior cuidado na confecção desses esclarecimentos, bem como na pontualidade da sua remessa.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Liberato Barrozo.*— Sr. Presidente da Provincia de....

N. 333.—FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1864.

Indeferimento de um recurso por se não darem as condições do art. 764 do Regulamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.° 78 de 9 de Abril do corrente anno, que o mesmo Tribunal resolveu denegar provimento ao recurso interposto, pelos negociantes Yates & Comp., da decisão da respectiva Alfandega relativamente á qualificação de tecido de linho até 15 fios de urdidura, dada á mercadoria da amostra annexa, que elles propuzerão a despacho como tecido de fio de estopa liso até 10 fios, visto não se ter verificado no citado recurso as condições do art. 764 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 334.—FAZENDA.—Em 8 de Novembro de 1864.

A Companhia Maranhense de navegação fluvial deve apresentar uma relação dos objectos que póde despachar annualmente livre de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Nesta data determino á Thesouraria de Fazenda da Provincia a cargo de V. Ex. que, na fórma do art. 512 § 21 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, mande despachar livre de direitos os objectos constantes da factura que acompanhou o requerimento da Companhia Maranhense de navegação fluvial, por V. Ex. informado em officio n.° 6 de 12 de Outubro proximo passado.

Entretanto, a bem dos interesses da Fazenda, cumpre que V. Ex. expeça as convenientes ordens a fim de que essa Companhia apresente quanto antes uma relação de todos os objectos que no decurso de um anno possa carecer para o custeio de seus vapores.

Assim se evitará que nos despachos sejão attendidos os materiaes e machinas que por ventura excedão do que se julgar necessario.

A mencionada relação deve igualmente ser enviada ao Thesouro, attento o disposto no art. 513 do Regulamento acima citado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 335.—FAZENDA.—Em 9 de Novembro de 1864.

A Companhia aquaria Santo Amarense não póde gozar da isenção de direitos para os objectos importados para a mesma empreza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o incluso requerimento do Major Joaquim Baptista Imburana, Emprezario da Companhia Aquaria Santo Amarense, transmittido com o officio de V. Ex. de 19 do mez passado, pedindo que lhe seja concedida a entrada livre de direitos dos materiaes para a mesma empreza; tenho a dizer a V. Ex. que só, por acto do Poder Legislativo se póde conceder semelhante isenção, visto não lhe poder ser applicada a disposição do art. 512 § 21 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 336.—IMPERIO.—Em 9 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Approva o acto pelo qual foi considerada nulla a eleição da parochia de Silves, por ter sido levada a urna para fóra da Igreja presumindo-se ter sido violada.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 9 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Accuso recebido o officio de V. Ex. de 26 de Setembro ultimo, communicando-me terem sido suspensos, por motivo de desordem na

Matriz, os trabalhos da eleição de Juizes de Paz e Vereadores da parochia de Silves, e haver V. Ex. ordenado ao respectivo Presidente que designasse novo dia para taes trabalhos, inutilisando-se as cedulas já recebidas, visto ter a urna sido levada da Matriz para fóra.

Em resposta, cumpre-me declarar a V. Ex. que o Governo Imperial approva a deliberação tomada por V. Ex., visto que o facto de ter sido levada a urna para fóra da Matriz dá lugar a presumpção de que foi ella violada.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Liberato Barrozo*.— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 337.— IMPERIO. — Aviso de 11 de Novembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. Declara que aos conservadores dos gabinetes e laboratorios são applicaveis as disposições a que faz referencia o art. 327 do Regulamento complementar.

4.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 11 de Novembro de 1864.

Dando solução á consulta que V. S. faz em officio de 21 do mez passado ácerca da disposição do art. 137 dos Estatutos dessa Faculdade, que V. S. julga não ser applicavel aos conservadores dos gabinetes e laboratorios, declaro a V. S. que, sendo os conservadores empregados das Faculdades de Medicina, embora de nomeação e demissão dos Directores, como taes estão comprehendidos no art. 327 do Regulamento complementar, para lhes ser applicavel não só o recurso que aquelle artigo concede contra o julgamento das faltas ao serviço, como tambem as mais disposições a que faz referencia o mesmo artigo do Regulamento.

Deus Guarde a V. S.— *José Liberato Barrozo*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 338. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 11 de Novembro de 1864.

Declara que o art. 15 da Convenção de 7 de Julho de 1860 se não oppõe a que sejão abertas com as devidas cautelas e solemnidades as cartas em que se suspeitar que existe contrabando.

Directoria do Correio.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 11 de Novembro de 1864.

Não sendo procedente a razão dada pelo Juiz da 1.ª Vara Municipal da Côrte para deixar de abrir a carta dirigida de Inglaterra á Xavier Berard, como aliás prescreve o Aviso de 21 de Agosto de 1857, visto não ser semelhante diligencia opposta de modo algum ao art. 15 da Convenção de 7 de Julho de 1860, e sómente para verificar se dentro da mesma carta existem ou não objectos sujeitos ao pagamento de direitos, a fim de no caso affirmativo se poder proceder conforme a legislação em vigor: ordene V. S. ao Administrador do Correio da Côrte, que, dirigindo-se áquelle ou outro Juiz Municipal, solicite novamente o seu comparecimento e execução daquelle Aviso, enviando-lhe para este fim copia do presente.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director do Correio.

N. 339.—FAZENDA.—Em 12 de Novembro de 1864.

Condições que se devem exigir nos conhecimentos de carga.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 29 de Setembro ultimo, acompanhado do extracto de um officio do Consul Geral do Imperio em Liverpool ácerca das condições que se devem exigir nos conhecimentos de carga á vista do disposto no art. 575 do Codigo

do Commercio, tenho de declarar a V. Ex. para que se sirva fazê-lo constar áquelle Consul, que tudo quanto se podia dizer sobre semelhante assumpto na orbita das disposições legaes, já foi dito no Aviso deste Ministerio de 16 de Fevereiro do corrente anno de que elle teve conhecimento por communicação do Ministerio a cargo de V. Ex.; e que a sua proposta se fosse aceita, poderia produzir a sonegação do imposto do sello dos conhecimentos devido ao Thesouro Inglez, permittindo que se aceitem nas estações do Imperio os ditos conhecimentos sem assignatura do Capitão. Ora, com quanto seja certo que a falta do pagamento dos impostos no estrangeiro, em regra geral, não invalida os titulos e actos quando elles tem de produzir os seus effeitos no Imperio, o Governo Imperial não póde annuir á uma providencia que vai muito além, e tende á defraudar a percepção dos ditos impostos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*

—A S. Ex. o Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 340.—IMPERIO.—Aviso de 12 de Novembro de 1864.

Ao Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte. Dá esclarecimentos para boa execução das Instrucções de 29 de Setembro ultimo no art. 11 e seus paragraphos.

4.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 de Novembro de 1864.

Accuso a recepção do officio de V. S. de 31 do mez passado, em que, respondendo ao Aviso que lhe dirigi em data de 28 do mesmo mez ácerca da dispensa das provas de capacidade profissional, concedida a Francisco Lopes Susano para ensinar particularmente as materias que constituem a instrucção primaria, representa sobre a observação, que lhe fiz, de que a dita dispensa era fundada no § 2.º do art. 11 das Instrucções de 29 de Setembro deste anno, cuja disposição comprehende expressamente o diploma de pharmaceutico, passado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que o licenciado exhibio.

O fundamento da representação de V. S. é a disposição final do citado artigo, que determina que as dispensas, facultadas nos paragraphos do mesmo artigo, devem ser concedidas *conforme fôr a pretenção do impetrante;* clausula esta, que restringe por tal fórma cada uma das disposições dos ditos paragraphos, que nenhuma dellas póde vigorar senão mui precisamente para a habilitação que se patentêa: e para demonstrar esta proposição, V. S. figura varias hypotheses.

Em resposta, declaro a V. S. que certamente aquella clausula limita a licença, e que esta não póde ser concedida senão para o ensino da materia, em que o impetrante se achar habilitado, seja de instrucção primaria, ou secundaria.

Assim, segundo as hypotheses que V. S. apresenta, não póde ser dispensado para ensinar algum ramo da instrucção secundaria o individuo que apresentar diploma de Adjunto ás escolas, ou de Professor Publico de Instrucção Primaria do Municipio da Côrte; como tambem não o póde ser o doutor em Medicina para ensinar allemão, nem o estrangeiro que apresentar diploma de Faculdade, que não seja brasileira, para ensinar o portuguez.

Observo, porém a V. S. que estas hypotheses divergem da dispensa, de que trata o Aviso de 28 do mez passado, pois que o pharmaceutico approvado por uma Faculdade do Imperio, se nos exames de preparatorios não deu provas de saber a lingua portugueza, e mais materias da instrucção primaria, deve saber, ou presume-se que sabe essas materias; e portanto considera-se habilitado para as ensinar. O mesmo acontece com o doutor em Medicina e o bacharel e doutor em Direito, formados pelas Faculdades do Imperio, aos quaes não se póde razoavelmente negar dispensa das provas de capacidade profissional para ensinar as referidas materias de instrucção primaria, embora não tivessem, como o pharmaceutico, feito exame dellas para matricular-se nos estudos superiores.

Com estes esclarecimentos, fica V. S. habilitado, como pede, para executar as disposições do já citado art. 11 das Instrucções e seus paragraphos.

Deus Guarde a V. S.— *José Liberato Barrozo.*— Sr. Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

N. 341.—FAZENDA.— Em 14 de Novembro de 1864.

O Director da Repartição dos Telegraphos electricos deve prestar contas no Thesouro Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso do Ministerio a seu cargo de 30 de Setembro ultimo, a respeito das contas do Director da Repartição dos Telegraphos electricos, tenho de declarar a V. Ex. que não se póde prescindir da tomada das mesmas contas pelo Tribunal do Thesouro; a exorbitancia dessa exigencia está no Decreto de 20 de Junho ultimo, art. 16 § 12, e não na justa reclamação do Thesouro, fundada no Decreto de 10 de Março de 1860, que é hoje Lei do Estado, e que regula as funcções do Tribunal do Thesouro como Tribunal de contas do Imperio.

E, pois, rogo a V. Ex. se sirva expedir as necessarias ordens para que sejão presentes no Thesouro á Directoria Geral da Tomada de Contas não só os livros do exercicio de 1863—64 como os de 1861—62 e 1862—63, na certeza de que serão elles restituidos depois de tomadas e julgadas as contas de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.— *Carlos Carneiro de Campos.*— Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas.

N. 342.—GUERRA.—Aviso de 14 de Novembro de 1864.

Ao Presidente do Maranhão, dispondo que a despeza com a carroça de conducção de agua, de que trata o Commandante do Corpo de Guarnição, corra repartidamente pela caixa do rancho e da enfermaria na proporção da quantidade d'agua que consumirem.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 14 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A despeza com a carroça de conducção de agua, de que trata o Commandante do Corpo de Guarnição dessa Provincia, na represen-

tação que acompanhou o officio de V. Ex. n.º 22, de 11 de Outubro proximo passado, deve correr repartidamente pelas caixas do rancho e da enfermaria, na proporção da quantidade d'agua que se consumir em cada um desses serviços ; o que V. Ex. fará constar ao referido Commandante.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 343.—GUERRA.—Aviso circular de 15 de Novembro de 1864.

Revoga a Ordem do dia n.º 270 de 20 de Julho de 1861, relativamente ás inspecções das praças de pret do Exercito.

1.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo cessado os motivos que derão lugar á disposição contida na Ordem do dia n.º 270 de 20 de Julho de 1861, relativamente ás inspecções das praças de pret do Exercito, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que d'ora em diante as mesmas inspecções devem ser feitas por ordem dos Commandantes das Armas, e nas Provincias em que não os houver, por determinação dos respectivos Presidentes, ficando assim revogada aquella disposição.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 344.—GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.

Ao Presidente do Espirito Santo, expondo que caso nenhum se póde dar, em que haja direito ao abono simultaneo de duas gratificações ou vantagens de uma só denominação.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo-se encontrado nos documentos de despeza da Thesouraria da Fazenda de Fevereiro e Março do exercicio de 1863—1864 recibos do Major do Estado Maior de 2.ª classe João Dias Ampuero, em que se reconheceu que elle recebêra em duplicata addicional e etapa de 18 a 23 do precitado mez de Fevereiro, expeça V. Ex. ordem para que os cofres publicos sejão indemnisados da quantia de 12$537, proveniente de tal duplicata, visto que não póde dar-se caso algum em que haja direito a duas vantagens iguaes, exigindo entretanto da Thesouraria que explique este seu acto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 345.—GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.

A' Thesouraria de Goyaz, declarando que o soldo é o unico vencimento a que o Official tem direito, a contar da data do Decreto de promoção, e que por isso é indevido o abono da differença da etapa, feito pela Thesouraria de S. Paulo a um Official.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Novembro de 1864.

Mande V. S. fazer carga ao Alferes Francisco Ignacio Coelho, para descontar na fórma da Lei, da quantia de 10$880 differença de etapa, que a Thesouraria

de Fazenda de S. Paulo lhe abonou indevidamente de 30 de Dezembro de 1863 a 15 de Janeiro de 1864, visto como, nos termos das ordens em vigor, este Official só tinha direito á differença de soldo da data de sua promoção.

Deus Guarde a V. S. — *Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz.

N. 346.— GUERRA.—Aviso de 15 de Novembro de 1864.

Ao Presidente de Pernambuco, mandando pôr em execução na Enfermaria dos Menores do respectivo Arsenal de Guerra o Regulamento especial das Enfermarias, e estabelecendo regras para os contractos de fornecimentos de generos ao Hospital Militar, que forem celebrados perante a Thesouraria de Fazenda.

4.ª Directoria Geral.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 15 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo presente o relatorio, datado de 30 de Janeiro deste anno, do Delegado do Cirurgião-Mór do Exercito nessa Provincia, Dr. José Sergio Ferreira, e vendo-se alli que na Enfermaria dos Menores do Arsenal de Guerra não se tem procurado seguir as disposições do Regulamento especial das Enfermarias, e que nos contractos celebrados na Thesouraria de Fazenda para fornecimento de generos ao Hospital Militar não se têm estabelecido multas para os casos de infracções dos mesmos contractos, expeça V. Ex. as necessarias ordens para que no Arsenal se ponha em execução o referido Regulamento, a contar do 1.º de Janeiro proximo futuro em diante, em todas as suas disposições que forem compativeis com a natureza da Enfermaria dos Menores, e á Thesouraria de Fazenda para que nos futuros contractos se estipulem multas para os casos de contravenção, bem como a condição muito ex-

pressa de se poderem rejeitar os generos que não forem de primeira qualidade, sendo substituidos por outros comprados no mercado á custa do fornecedor.

Deus Guarde a V. Ex. — *Henrique de Beaurepaire Rohan.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 347.—FAZENDA.— Em 16 de Novembro de 1864.

Competencia dos Inspectores das Thesourarias para imporem multas no caso de falta de legalisação de manifestos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio n.º 93 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia de 23 de Abril deste anno, communicando não se achar devidamente legalisado o manifesto da carga de que foi portador da Cidade de Penedo o Vapor *Gonçalves Martins* da Companhia Bahiana, sendo que a falta notada no referido manifesto não póde como entende o Inspector da respectiva Alfandega, ser imputavel senão á Repartição Fiscal que o expedio; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que a especie de que se trata está comprehendida no § 5.º do art. 433 do Regulamento das Alfandegas, segundo o qual, comparado com o art. 432, é competente ao Inspector da Thesouraria para impor a multa devida ao Administrador da Mesa de Rendas de Penedo.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 348.—IMPERIO.—Circular de 16 de Novembro de 1864.

Aos Presidentes das Provincias.—Recommenda a execução da Circular de 31 de Outubro de 1859, para que sejão encaminhados ao Governo por intermedio dos respectivos Chefes os requerimentos e representações dos Empregados das Repartições e estabelecimentos subordinados a este Ministerio.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Continuando a pratica de serem encaminhados a este Ministerio requerimentos e representações de Empregados de Estabelecimentos e Repartições subordinados ao mesmo Ministerio, sem que tenhão sido previamente apresentados aos respectivos Chefes para que informem de facto e de direito sobre a sua materia, recommendo a V. Ex. que, na parte que lhe toca, dê fiel execução ao Aviso circular de 31 de Outubro de 1859, de que se lhe envia cópia; declarando aos referidos Chefes, para que fação constar aos Empregados que lhe são subordinados, que não serão tomados em consideração, como é expresso no citado Aviso, taes requerimentos e representações, quando não forem dirigidos pela fórma determinada.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia de....

Circular de 31 de Outubro de 1859 a que se refere a Circular acima.

Sendo conveniente á regularidade do serviço que os requerimentos e representações dos Empregados pertencentes ás Repartições subordinadas ao Ministerio do Imperio sejão sempre dirigidos por intermedio dos respectivos Chefes a esta Secretaria de Estado, devendo ser por estes informados de facto e de direito na fórma das ordens em vigor, convém que V... faça constar aos Empregados da Repartição á seu cargo que não serão tomados em consideração os requerimentos e representações, que não forem encaminhados pela fórma acima estabelecida.

Deus Guarde a V....—*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*—Sr....

N. 349. — IMPERIO. — Aviso de 16 de Novembro de 1864.

Ao Director da Academia das Bellas-Artes. — Determina que ao concurso do premio de primeira ordem sejão admittidos os alumnos que estiverem nas circumstancias do art. 68 dos Estatutos, e do art. 9.º do Decreto n.º 2.424 de 25 de Maio de 1859, sem attenção a terem ou não sido premiados com a medalha de ouro.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Novembro de 1864.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S. de 4 do corrente mez, em que representa contra a opinião adoptada pela Congregação dos Professores dessa Academia, ouvida por V. S., de continuar a seguir-se o antigo systema de serem julgados habilitados para o concurso do premio de primeira ordem, de que trata o art. 68 dos Estatutos, e art. 9.º do Decreto n.º 2.424 de 25 de Maio de 1859, sómente os alumnos premiados com a medalha de ouro concedida pelo art. 71 dos mesmos Estatutos.

Observa V. S., que a concessão da dita medalha nem sempre é prova de que alumnos, que não a tem conseguido sejão inferiores aos laureados, e não é justo que esses alumnos sejão excluidos daquelle concurso por falta de tal premio

E Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que V. S. expõe, e a não haver na legislação citada, nem em outra qualquer em vigor, disposição alguma que torne a admissão ao concurso do premio de primeira ordem privativa dos alumnos premiados com a dita medalha, Ha por bem que sejão admittidos ao mesmo concurso os alumnos que se acharem nas circumstancias dos citados arts. 68 dos Estatutos, e 9.º do Decreto, sem attenção ás medalhas que elles tenhão obtido durante os seus estudos; devendo, porém, os alumnos não premiados com medalhas passar por um exame prévio de habilitação, como V. S. propõe, a fim de se verificar se pelos seus talentos e estudos tem as habilitações exigidas pelos já citados artigos, para poderem concorrer ao premio de primeira ordem.

Deus Guarde a V. S. — *José Liberato Barrozo.* — Sr. Director da Academia das Bellas-Artes.

N. 350.—FAZENDA.— Em 17 de Novembro de 1864.

Os Consules devem dirigir-se á Recebedoria, sobre objecto de materia contenciosa, por meio de requerimento e não de officios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Havendo o Consul Geral de Portugal nesta Côrte requisitado por officio á Recebedoria do Rio de Janeiro a matricula de uma escrava que arrecadára como pertencente ao espolio do subdito portuguez Custodio Baptista da Costa, foi pela mesma Recebedoria satisfeita semelhante requisição, mas, assim procedendo, aquella Repartição julgou conveniente trazer o facto ao conhecimento do Thesouro, ponderando que a fórma adoptada pelo Consul de que se trata de se dirigir á mesma Repartição por meio de officio sobre objecto de materia contenciosa, ao contrario da pratica seguida por seus antecessores, póde ser prejudicial ao bom andamento do serviço, pois que assim ha duas autoridades em correspondencia, em lugar de parte que requer, e Juiz que despache, com os recursos que a lei faculta para a superior instancia.

Estabelecendo o Regulamento respectivo que o lançamento do imposto de escravos seja feito por meio de petição da parte, deve esta fórma ser guardada, como bem pondera o Administrador da Recebedoria e mantida a pratica, até o presente adoptada pelos Consules quando se dirigirem áquella Repartição.

Assim, pois, rogo a V. Ex., se sirva expedir as convenientes ordens para que os consules estrangeiros residentes no Imperio, procedão nessa conformidade.

Deus Guarde a V. Ex.— *Carlos Carneiro de Campos.*— Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 351.—IMPERIO.—Aviso de 17 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que a disposição do Aviso do Ministerio da Justiça n.º 181 de 12 de Junho de 1855, não é applicavel aos Juizes de Paz quando exercem funcções eleitoraes.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 17 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio de V. Ex. de 17 de Outubro ultimo, no qual consulta se a disposição do Aviso do Ministerio da Justiça n.º 181 de 12 de Junho de 1855 tem applicação aos Juizes de Paz no exercicio de funcções eleitoraes, declaro a V. Ex. que, não se tendo ainda ordenado pelo Ministerio do Imperio que á respeito dos negocios de sua especial competencia se observe aquella disposição, que apenas abrange os que correm pelo da Justiça, não póde entender-se que ella tenha applicação ao caso a que V. Ex. se refere.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 352.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 17 de Novembro de 1864.

Resolvendo diversas duvidas ácerca do contracto approvado pelo Decreto n.º 1.929 de 26 de Abril de 1857 com a Companhia—Rio de Janeiro City Improvements.

1.ª Secção.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 17 de Novembro de 1864.

Pelo Aviso do 1.º do mez passado communicou este Ministerio a Vm. que o Governo Imperial resolvêra declarar satisfactorio o resultado do ensaio feito no 1.º districto para o novo systema de limpeza das casas e esgoto das aguas pluviaes, em observancia do disposto no § 2.º da condição 20.ª do contracto approvado pelo Decreto n.º 1.929 de 26

de Abril de 1857, modificada pelo de n.º 2.835 de 12 de Outubro de 1861, reservando-se todavia o direito de exigir da Companhia a adopção de algumas medidas para completar o respectivo serviço, bem como que a approvação definitiva do dito systema ficaria dependendo de um Decreto Imperial que consignaria as referidas medidas.

Respondendo nesta occasião ao officio de 3 do precitado mez, em que Vm. apresentou algumas considerações sobre as clausulas, de que tenciona o Governo tornar dependente a approvação definitiva do novo systema de que se trata, cabe-me declarar-lhe que o Decreto acima referido poderá ser expedido sem restricções, uma vez que a Companhia Rio de Janeiro City Improvements se obrigue a realizar todo e qualquer melhoramento que a experiencia e o estudo das circumstancias locaes aconselhem, ou esse melhoramento esteja comprehendido nas condições do respectivo contracto, ou dependa de alteração nas mesmas condições, precedendo neste caso accordo entre o Governo e a Companhia.

Deus Guarde a Vm. —*José Liberato Barrozo.*— Sr. Representante da Companhia Rio de Janeiro City Improvements.

N. 353. — GUERRA.—Aviso de 18 de Novembro de 1864.

A' Thesouraria de Santa Catharina, providenciando quanto á irregularidade do abono de etapas á familia de um Official na viagem de Santos a Goyaz, quando este auxilio só é devido no caso de transporte por mar, e não sendo incluidas as comedorias nas passagens, e explicando que os ajustes de contas não devem comprehender o dia em que o Official fôr desligado.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Novembro de 1864.

Nesta data se manda fazer carga ao Tenente João Paulino Lopes de Seixas da quantia de 81$000, que nessa Thesouraria da Fazenda lhe abonárão indevidamente, em 4 de Fevereiro do corrente anno, para

etapas de familia na sua viagem de Santos a Goyaz, auxilio que só é devido nas de mar, quando nas passagens não vão incluidas comedorias.

Tambem no dia 5 do referido mez indevidamente se abonárão vantagens geraes ao Tenente João de Santa Anna Meira até ao dia 3, data em que foi desligado, quando o ajuste de contas devêra ter sido, como é pratica, até ao dia anterior. O que tudo communico a V. S. para seu governo em casos semelhantes.

Deus Guarde a V. S. — *Henrique de Beaurepaire Rohan.* — Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Santa Catharina.

N. 354. — GUERRA. — Aviso de 18 de Novembro de 1864.

Ao Director do Arsenal de Guerra da Côrte, ampliando até o dia 20 do mez subsequente a cada trimestre a remessa do balancete e o recolhimento ao Thesouro Nacional da renda proveniente dos descontos feitos nos jornaes dos Artifices.

4.ª Directoria Geral. — 2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Novembro de 1864.

Declarando o Sr. Ministro da Fazenda, em Aviso de 12 do corrente, que póde ser effectuada até o dia 20 do mez subsequente a cada trimestre a remessa do balancete e o recolhimento da renda proveniente dos descontos feitos nos jornaes dos Artifices, assim o communico a Vm. para sua intelligencia e execução, em resposta ao seu officio n.º 355 de 5 de Outubro proximo passado, e em additamento aos Avisos de 26 de Agosto e do 1.º de Setembro precedentes.

Deus Guarde a Vm. — *Henrique de Baurepaire Rohan.* — Sr. Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas.

N. 355.—GUERRA.—Aviso de 18 de Novembro de 1864.

Ao Presidente do Piauhy, declarando que é inteiramente estranho ao Ministerio da Guerra o serviço das escoltas de presos de justiça.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 18 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Os esclarecimentos dados por essa Presidencia no officio n.º 10 de 25 de Agosto proximo passado, em resposta ao Aviso desta Secretaria de Estado de 12 de Julho anterior, confirmão que irregularmente se sobrecarregou o credito do Ministerio a meu cargo com os vencimentos abonados ao Alferes da Guarda Nacional Antonio de Souza Rego Caycla por occasião de ter escoltado um preso de justiça; porque a Guarda Nacional não é subordinada ao Ministerio da Guerra, para que todo o seu serviço seja por elle retribuido, e o de que se trata é puramente civil e inteiramente estranho ao mesmo Ministerio.

Expeça, pois, V. Ex. as necessarias ordens para que o Cofre da Policia, ou o Provincial, indemnise o Ministerio da Guerra da quantia de 36$900, abonada ao mencionado Alferes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Henrique de Beaurepaire Rohan.*— Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

N. 356.—FAZENDA.—Em 18 de Novembro de 1864.

Sobre o aforamento de terrenos de Marinha, e dos accrescidos, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Recommendo muito especialmente a V. Ex. que nas concessões que fizer tanto de terrenos de Marinhas propriamente taes (Instrucções de 14 de Novembro de 1832) como dos de alluvião, accrescidos aos de Marinhas, alagados,

mangues, ou devolutos encravados nas povoações e seus arredores (Lei de 12 de Outubro de 1832 art. 3.º, Ord. de 13 de Setembro de 1839 n.º 104, Circular de 18 de Outubro de 1859, Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 11, § 7.º e Circular de 29 de Novembro de 1860), declare sempre a natureza do terreno, a fim de evitar duvidas na execução da lei de 9 de Setembro de 1862, art. 10, § 29 e 30, na parte em que attribue a fóros e laudemios das Marinhas dos Municipios das Capitaes das Provincias que as tiverem ás respectivas Camaras Municipaes (Circular de 20 de Agosto e 2 de Setembro de 1863), e V. Ex. recommendará tambem á Thesouraria de Fazenda que faça a mesma declaração no livro e assentamento dos proprios nacionaes para remover as ditas duvidas e saber-se quaes os fóros e laudemios que pertencem á Camara Municipal dessa Capital, e quaes os que continuão a pertencer ao Estado depois da execução da ultima das referidas Leis.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

— Identico ás demais Presidencias de Provincia.

N. 357.—GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.

Ao Presidente de S. Pedro, determinando o abono do premio de voluntario a um 2.º Sargento, averbando-se no seu assentamento a renuncia que faz ao reconhecimento de cadete.

4.ª Directoria Geral.— 2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio de V. Ex. n.º 323 de 12 de Setembro ultimo, ácerca da pretenção do 2.º Sargento do 4.º Regimento de Cavallaria Ligeira José Ribeiro Caldas, declaro a V. Ex. que se lhe deve abonar o premio de voluntario, averbando-se em seu assentamento a renuncia que faz ao reconhecimento de cadete.

E, como a 1.ª prestação do premio deveria ter corrido por um exercicio já encerrado, cumpre que o referido 2.º Sargento proceda nos termos prescriptos na Circular de 8 de Março de 1859, passando-se-lhe previamente o competente titulo de divida.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 358.—GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.

Ao Presidente de Mato Grosso, mandando cumprir no respectivo Arsenal de Guerra o preceito do Regulamento de 3 de Janeiro de 1842, e das Instrucções para a execução do mesmo, na parte relativa á economia dos Menores, depositando-se o peculio trimensalmente na Thesouraria de Fazenda.

4.ª Directoria Geral.— 2.ª Secção.— Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr —Accusando recebido o officio dessa Presidencia n.º 163 de 14 de Agosto proximo passado, que acompanhou o relatorio do Commandante das Armas, como Inspector do Arsenal de Guerra, tenho de recommendar a V. Ex. que faça cumprir o preceito do Regulamento de 3 de Janeiro de 1842 e das Instrucções para sua execução, pelo que toca á economia dos menores, emquanto não se tomão outras providencias por meio da reforma dos Arsenaes.

E, como nessa Provincia não haja Caixa Economica ou outro Estabelecimento de credito, onde o peculio dos mesmos menores possa ser recebido a premio, cumpre que seja depositado na Thesouraria da Fazenda trimensalmente, abrindo-se entretanto conta corrente a cada um dos menores para que se saiba a todo o tempo com exactidão quando ficão quites com os Cofres Publicos e quanto lhes resta a seu favor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 359.—GUERRA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.

Ao Presidente de Mato Grosso, determinando que o Hospital, estabelecido na Capital da Provincia, seja convertido em Enfermaria, a cargo do Corpo que fizer a guarnição.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 19 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Não parecendo muito justificada a existencia de um Hospital na Capital dessa Provincia, visto que os quatro Corpos da sua Guarnição estão disseminados por differentes lugares, e sendo certo que nas Enfermarias permanentes podem os soldados ser muito bem tratados, por estarem debaixo das vistas immediatas de seus chefes, convem que V. Ex. expeça as necessarias ordens para que o Hospital em questão seja convertido em Enfermaria a cargo do Corpo que fizer a guarnição da Capital, podendo ser estabelecida no mesmo edificio em que está o Hospital, se não houver outro predio que com os mesmos commodos seja mais favoravel no preço do aluguel.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 360.—JUSTIÇA.—Aviso de 19 de Novembro de 1864.

Declara que a Lei de 19 de Setembro de 1850, concedendo dispensa do serviço da Guarda Nacional aos Guardas-livros e caixeiros, não comprehende aquelles que na mesma Guarda aceitão postos.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. datado de 12 de Julho ultimo, relativamente ao Tenente do 2.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional dessa Provincia, José Caetano de Souza Nogueira, que, sendo ha muito tempo Guarda-livros do Banco Commercial, requereu dispensa nos termos da lei, depois de ter sido nomeado e

aceitado aquelle posto, tenho a declarar-lhe, para seu conhecimento, que o Governo Imperial, não concordando com a decisão dada por V. Ex., manda indeferir semelhante pretenção, por isso que a Lei de 19 de Setembro de 1850, concedendo dispensa do serviço aos Guarda-livros e caixeiros das casas commerciaes, não comprehendeu por certo aquelles que na mesma Guarda aceitão postos, aos quaes fica livre o arbitrio de renunciarem as Patentes se quizerem gozar do favor outorgado pela citada lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 361.—GUERRA.—Aviso de 21 de Novembro de 1864.

Ao Presidente do Maranhão, ordenando que o Conselho Economico do Corpo de Guarnição tenha um livro especial, no qual sejão registrados integralmente todos os contractos para fornecimentos, precedendo pagamento de sello.

4.ª Directoria Geral.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 21 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução á duvida proposta pelo Commandante do Corpo de Guarnição no officio que acompanhou por cópia o de V. Ex. n.º 436 de 19 de Agosto proximo passado, declaro a V. Ex., para que faça constar ao referido Commandante, que, não obstante a escripturação do livro das actas do Conselho Economico dever conter as bases dos contractos que se celebrarem para quaesquer fornecimentos, convem que haja um livro especial para registro integral dos referidos contractos, que todavia, na fórma da lei, não deverão ser registrados sem prévio pagamento de sello.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 362.—IMPERIO.—Aviso de 21 de Novembro de 1864.

Ao Provincial da Ordem Carmelitana da Côrte.—Declara que, como contractos onerosos, são nullos os de arrendamento e de aforamento celebrados pelas Ordens Regulares sem prévia licença do Governo.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 21 de Novembro de 1864.

Declaro a V. P.ᵉ Revm. que não deve autorisar, sem prévia licença do Governo, a celebração de contractos de aforamento e arrendamento de bens pertencentes a essa Ordem Regular, visto que taes contractos, sem aquella licença, são nullos, nos termos da Lei de 9 de Dezembro de 1830.

Deus Guarde a V. P.ᵉ Revm.—*José Liberato Barrozo*.—Sr. Provincial da Ordem Carmelitana da Côrte.

N. 363.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.

Approva a pratica adoptada na Secretaria da Thesouraria do Maranhão de registrar os titulos de nomeação dos Agentes do Correio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão em resposta ao seu officio n.º 57 de 31 de Maio proximo passado, que fica approvada a pratica adoptada na respectiva Secretaria de registrar os titulos de nomeação dos Agentes de Correio; visto que esse registro se não tem a vantagem de facilitar a fiscalisação da despeza que faz o Estado com os referidos Agentes como pensa a dita Thesouraria, serve para conhecer-se o quantum de porcentagem arbitrada a cada um e fiscalisar-se a cobrança dos competentes direitos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 364.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.

Intelligencia da Circular n.º 47, a respeito da porcentagem que se deve deduzir da cobrança da divida activa quando intervier algum Agente Fiscal fóra da séde do Juiz dos Feitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para sua intelligencia e devida execução, que quando nas cobranças da divida activa tiver intervindo algum Agente Fiscal fóra da séde do Juizo dos Feitos, como collector, Administrador de Mesa de Rendas, etc. se deduza da importancia da porcentagem que competir a todos os empregados do mesmo Juizo o 1 %, que, na fórma da Ordem do Thesouro n.º 171 de 31 de Maio de 1851, pertence a esses Agentes Fiscaes; devendo ser assim entendida quanto a essa Provincia a Circular n.º 47 de 16 do corrente mez.

Carlos Carneiro de Campos.

—Identica á Thesouraria da Provincia de Pernambuco.

N. 365.—FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.

Sobre a exigencia do pagamento da dizima de chancellaria de uma causa em que houve composição das partes depois de extrahida sentença.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1864.

Em solução á duvida proposta pelo Collector do Rio Claro no officio de 22 de Dezembro do anno passado, se é devida a dizima de chancellaria no caso em que tendo José Luiz Alves & Irmão proposto pelo Juizo Commercial a Antonio Rodrigues

de Sousa uma acção pela quantia de 113:870$000 de principal e juros, seguio esta seus termos extrahindo-se sentença e compondo-se depois as partes, pelo que entendia o devedor que não era devido o imposto por não ter havido pagamento e sim apenas novação do contracto; haja V. S. de responder affirmativamente, por não serem procedentes os argumentos com que a parte pretende eximir-se da obrigação do imposto.

Deus Guarde a V. S. — *Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 366. — FAZENDA. — Em 22 de Novembro de 1864.

Sobre a restituição do imposto de escriptorio do tempo em que não funccionou o Collectado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Novembro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso do Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz interposto do despacho indeferindo o requerimento em que pedia a restituição da quantia de 90$000 de imposto de escriptorio de advocacia da rua da Alfandega n.° 1, relativo ao 2.° semestre de 1862—63 e do 1.° e 2.° de 1863—64, allegando que indevidamente pagará o dito imposto, porque não exerceu a sua profissão naquelle tempo, visto ter se retirado para a Europa em 25 de Agosto de 1862 e voltando dalli em 17 de Abril do corrente anno. E o mesmo Tribunal:

Considerando que o art. 3.° do Decreto de 16 de Novembro de 1859 declara que o imposto de patente é devido pelo anno inteiro, quanto aos Collectados legitimamente comprehendidos no lançamento, ainda quando as lojas e escriptorios se echem antes do exercicio.

Considerando que o recorrente o foi quanto ao imposto do exercicio de 1862 — 63, e que portanto

regularmente se cobrou o dito imposto embora elle se ausentasse para a Europa em Agosto de 1862; e attendendo ao que allega que não continuou aberto o seu escriptorio, depois dessa época, e, ainda mesmo que continuasse, sobre outrem devêra recahir o imposto:

Resolveu dar provimento ao recurso para o effeito de restituir-se sómente o imposto pago correspondente ao exercicio de 1863—64, indeferindo-se a reclamação quanto ao imposto do exercicio de 1862—63.

O que communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.—*Carlos Carneiro de Campos.*

N. 367.—IMPERIO.—Aviso de 22 de Novembro de 1864.

Ao Ministerio da Fazenda.—Declara que são nullos os contractos onerosos que as Ordens Regulares celebrão, afastando-se das clausulas com que são concedidas as licenças que solicitão do Governo Imperial para effectua-los.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 22 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Para o fim indicado no Aviso de 19 do corrente, passo ás mãos de V. Ex. as informações ultimamente obtidas ácerca de contractos onerosos celebrados por Ordens Regulares.

Por esta occasião devo declarar a V. Ex. que incorrem na sancção da Lei de 9 de Dezembro de 1830 os contractos onerosos que as ditas Ordens celebrão, afastando-se das clausulas com que são concedidas as licenças que solicitão do Governo Imperial para effectua-los.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.* —Sr. Carlos Carneiro de Campos.

N. 368.—IMPERIO.—Aviso de 23 de Novembro de 1864.

Ao Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.—Determina que, no concurso para a cadeira de historia media e moderna do Collegio de Pedro II, que se vai repetir, se observe para as novas inscripções o prazo marcado no art. 67 do Regulamento do mesmo collegio.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1864.

Em resposta ao officio de V. S. de 16 do corrente mez, communico-lhe que o Governo Imperial tem resolvido que se ponha novamente a concurso a cadeira de historia média e moderna do Imperial Collegio de Pedro II, visto não ter sido julgado habilitado para ser nomeado Professor o unico candidato que se apresentou; devendo ser observada a disposição do art. 67 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 2.006 de 24 Outubro de 1857, relativa ao concurso dos lugares de Repetidor do dito Collegio, quanto ao prazo das novas inscripções, conforme V. S. pede, por ser omissa a legislação em vigor no caso occorrente.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Inspector Geral interino da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Côrte.

N. 369.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.

As disposições do Decreto de 20 de Novembro de 1857 relativas ás arrematações e contractos, só dizem respeito aos celebrados pelo Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, n.º 250 de 19 do mez passado, ao qual acompanhárão, por cópias, o contracto celebrado pela Presidencia

da Provincia, autorisada pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com Thomaz de Aquino Gaspar para a continuação das obras da montanha e abertura de uma rua entre a ladeira da Misericordia e o alto da Conceição na respectiva Capital, e as observações que a tal respeito fizera especialmente ácerca da falta de fiança, declara ao mesmo Sr. Inspector para seu conhecimento, e em solução á duvida do Procurador Fiscal da dita Thesouraria, que os arts. 26 § 4.°, e 81 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, e arts. 1.° § 14, 13 § 2.°, 33 § 4.°, do de 22 de Novembro de 1851, e art. 1.° § 2.°, do de 29 de Janeiro de 1859, referem-se ás arrematações e contractos feitos com a Administração da Fazenda e não aos celebrados com os outros Ministerios, os quaes, em suas condições, effeitos e competencia, não se regem por aquellas disposições, e sim pelas que tiverem estabelecidas nas leis e regulamentos dos ramos respectivos do serviço publico. Outrosim que o referido Ministerio determinou, segundo communica em seu Aviso de 7 do mez corrente, que o mencionado contractante preste fiança idonea para maior garantia dos interesses da Fazenda, e boa execução dos trabalhos a seu cargo.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 370. — JUSTIÇA. — Aviso Circular de 23 de Novembro de 1864.

Declara que no Juizo dos Feitos da Fazenda devem ser aceitas, como se fossem passadas pelos Officiaes de Justiça, as declarações feitas pelos Collectores nos mandados executivos e precatorios, que deixão de ter cumprimento nas Collectorias e Mesas de Rendas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Justiça em 23 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo evitar á Fazenda Nacional o prejuizo que lhe resulta das despezas feitas com as certidões que os Officiaes de Justiça teem

de passar em grande numero de mandados executivos e precatorios, que deixão de ter cumprimento nas Collectorias e Mesas de Rendas, por não existirem os devedores no lugar, estarem reduzidos á miseria, haverem fallecido sem deixar herdeiros nem bens, e outras hypotheses semelhantes, Manda Sua Magestade o Imperador declarar que no Juizo dos Feitos da Fazenda devem ser aceitas, como se fossem passadas pelos Officiaes de Justiça, as declarações feitas pelos Collectores nos mesmos mandados e precatorias, todas as vezes que se derem os casos acima referidos. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco José Furtado*.—Sr. Presidente da Provincia de .....

N. 371.—IMPERIO.—Em 23 de Novembro de 1861.

Ao Reverendo Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul.—Declara que os Capitulares não podem ausentar-se, sem licença, da séde das Cathedraes.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Novembro de 1861.

Exm. e Rvm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 13 do mez findo, em que V. Ex. Rvm.ª consulta se os Capitulares podem ausentar-se por qualquer titulo da séde das Cathedraes sem licença expressa dos Prelados Diocesanos.

E Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 19 do corrente mez, com o parecer da dita Secção, exarado em consulta de 8 do mesmo mez, passo ás mãos de V. Ex. Rvm.ª cópia desse parecer, a fim de que V. Ex. Rvm.ª, em cumprimento daquella Imperial Resolução, o faça observar na parte que lhe diz respeito.

Deus Guarde a V. Ex. Rvm.ª—*José Liberato Barroso*.—Sr. Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul.

Consulta a que se refere o Aviso acima.

Senhor. — Vossa Magestade Imperial foi servido ordenar que a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado consultasse com seu parecer sobre o officio do Reverendo Bispo do Rio Grande do Sul, relativo á ausencia dos Conegos para fóra da cidade sem licença do Prelado.

O officio é como se segue:

« Tenho a honra de consultar a V. Ex. se os Reverendos Capitulares por algum privilegio particular, que eu ignoro, podem ausentar-se por qualquer titulo de suas Cathedraes sem licença expressa do Prelado Diocesano, ainda mesmo quando seja sob o pretexto de gozarem dos dias chamados de estatutos, os quaes nunca se concedem nos dias classicos e solemnes.

« No caso negativo, rogo a V. Ex. se digne informar-me se os pontos que lhes forem marcados são contados em favor dos Reverendos Capitulares presentes, ou descontados na Thesouraria.

« Julgo muito conveniente a prompta resposta disto que consulto a V. Ex., pois que no Cabido desta Diocese já se vão dando casos de se ausentarem alguns Capitulares para fóra da Capital quando bem lhes parece, sem licença do Diocesano ou ao menos participação dos motivos dessa ausencia. »

1.° Ponto. — Que os Conegos não podem sahir para fóra da séde das Cathedraes sem licença dos Prelados, é o que determinão todas as leis ecclesiasticas.

Mas, como as mesmas leis autorisão a interrupção do exercicio dos Officios Divinos por algum tempo, o qual pelo Concilio Tridentino não póde exceder de tres mezes por anno; e nos Estatutos das Cathedraes se costuma fixar o maximo desse tempo, chamado por isso do estatuto; daqui vem que alguns Conegos do Bispado do Rio Grande do Sul, aproveitando-se desse indulto, ausentão-se da Capital, a seu arbitrio, e quando bem lhes parece.

Antes de tudo cumpre observar que o tempo chamado de estatuto não é concedido para que os Conegos possão deixar de assistir aos Officios Divinos quando bem quizerem. Elle suppõe sempre uma

causa justa de ausencia; e sem esta causa não podem elles em boa consciencia desfructar as rendas do beneficio.

Além disso, o tempo de estatuto não é dado para que os Conegos com este titulo abandonem suas obrigações com prejuizo das funcções sagradas na Cathedral. Se muitos Conegos o tomarem ao mesmo tempo, o trabalho vai recahir sobre poucos; e póde acontecer que faltem Ministros para os exercicios diarios, ou pelo menos que falte o numero necessario para que os actos se celebrem com as solemnidades prescriptas no ceremonial.

Ainda ha outras considerações que condemnão o arbitrio de os Conegos se ausentarem sem licença para fóra da Capital.

Durante o gozo do estatuto póde sobrevir a necessidade de convocação extraordinaria do Cabido, e póde haver algum motivo de regozijo publico pelo qual o Bispo tenha de celebrar missa pontifical. Nestes casos, se os Conegos estiverem fóra da Cidade, não poderão comparecer, como é seu dever; assim como não poderão comparecer nas festas e nos actos de que não são dispensados.

Por estas razões é costume haver nas Cathedraes uma autoridade a quem os Conegos communicão o gozo do estatuto em que vão entrar; e esta autoridade póde regular este objecto de modo que não soffra o serviço divino com a ausencia dos Conegos.

Se, pois, a sahida dos Conegos para fóra da Capital traz estes embaraços, não se póde negar ao Bispo o direito de ser informado do motivo que a exige, e de a autorisar concedendo a necessaria licença.

A Secção conforma-se com o parecer do Consultor desta Secretaria, o qual se exprime deste modo:

« Se, pois, na Diocese do Rio Grande os Conegos se ausentão da Cidade, prevalecendo-se da dispensa dos estatutos quanto ao serviço do côro, o Diocesano póde chama-los aos seus deveres privando-os da congrua, e processando-os pela falta de residencia. E isto póde fazer facilmente, porque as Thesourarias não pagão as congruas sem attestado dos Diocesanos.

« E será legitimo impedimento para assistir aos Pontificaes o facto de estar o Conego no uso de estatutos? Entendo que não: o legitimo impedimento está definido pelo Concilio Tridentino nas

palavras *infirmitas, seu justa et corporalis necessitas, aut evidens Ecclesiæ utilitas.*

« Desde, pois, que o Diocesano julgar não legitimo esse motivo dos estatutos para deixar de comparecer a certos actos de ceremonial solemne o Conego; e desde que o não considerar licenciado para sahir para fóra da Cidade, só pelo facto de estar no gozo de estatutos não póde o Conego receber congrua na Thesouraria, participando-se-lhe. »

Entende, pois, a Secção que os Conegos não podem sahir para fóra das Capitaes sem licença especial, ainda estando no gozo do tempo do estatuto.

2.° Ponto.—A Secção concorda tambem neste ponto com o parecer do Conselheiro Consultor, cuja substancia è: que, dada a falta por esta causa, se deduza da congrua em favor dos interessentes a parte correspondente aos pontos, segundo a tabella estabelecida para estes; o excesso deve ficar na Thesouraria em beneficio desta, fazendo-se menção de tudo na folha que fôr remettida á Thesouraria, ou ao Presidente da Provincia, conforme estiver em uso.

Vossa Magestade Imperial Resolverá como melhor parecer em seu Alto Juizo.

Sala das conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado em 8 de Novembro de 1864.— *Marquez de Olinda.— Visconde de Sapucahy.— Bernardo de Souza Franco.*

Como parece. Paço, 19 de Novembro de 1864.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Liberato Barrozo.

N. 372.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.

Sobre a liquidação das contas de um responsavel; e imposição de multas pela falta de remessa de certidões de sizas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.° 45 de 4 de Junho ultimo, no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo tratando dos embaraços que occorrem para a definitiva tomada das contas do ex-Collector da Villa de Itapera, Antonio Nunes Corrêa, communica que por ter fallecido o fiador do mesmo e serem muitos os herdeiros e moradores em diversas Provincias, se procedêra a sequestro nos bens da herança para acautelar os interesses da Fazenda, e ao mesmo tempo pede instrucções para reger-se neste caso, visto não julgar-se a Thesouraria autorisada para haver por liquidadas e concluidas as referidas contas, faltando-lhe como lhe faltão, as certidões relativas a contractos de bens de raiz em que funcionárão o Tabellião daquella villa e o de Apiahy, as quaes não tem sido possivel obter-se, apezar das diligencias para isso feitas; declara ao dito Sr. Inspector, para seu conhecimento e prompta execução: 1.° que nada obsta a que a Thesouraria tome desde já conhecimento do processo de liquidação de taes contas no estado em que elle se acha, a fim de que, guardada a disposição do art. 22 do Decreto n.° 2.548 de 10 de Março de 1860, e sem prejuizo da definitiva tomada das mesmas, fixe o debito provisorio do responsavel e proceda ulteriormente nos termos do art. 25 do citado Decreto; ficando, porém, entendido que o sequestro já feito deverá subsistir até final liquidação das contas e integral pagamento da Fazenda Nacional: 2.° que cumpre marcar um prazo improrogavel aos mencionados Tabelliães para apresentarem as certidões alludidas desde a época que fôr fixada pela Presidencia da Provincia, conforme se lhe recommenda em Aviso desta data fazendo-lhes effectiva, se as não enviarem, a multa no maximo do art. 11 da Lei de 26 de Setembro de 1857, por cada certidão que devião remetter á Thesouraria: e por ultimo, que, se findo o prazo

não tiverem enviado as certidões, depois de imposta a multa, deve o Sr. Inspector sem demora manda-la cobrar executivamente, participando á omissão dos Tabelliães ao Juiz de Direito para tambem fazer effectiva a suspensão comminada no art. 16 da Lei de 6 de Setembro de 1854 até que cumprão esse dever.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 373.—FAZENDA.—Em 23 de Novembro de 1864.

Sobre o vencimento dos Empregados da officina de Estamparia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1864.

Communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador a quem forão presentes as duvidas suscitadas pela Secção de Assentamento da 3.ª Contadoria do Thesouro Nacional, Houve por bem, por Sua Immediata Resolução de 19 do corrente, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, declarar que os vencimentos dos Empregados que, em virtude do Decreto n.º 2.532 de 25 de Fevereiro de 1860, se achão addidos á officina de estamparia do Thesouro, não tem o caracter de meras gratificações; e que ao Escrivão Ajudante da mesma officina compete, quando substituir o Escrivão, a gratificação deste emprego.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 374.— IMPERIO. — Em 24 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro. — Sobre actos legislativos da Assembléa Provincial.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia n.º 162 de 17 de Novembro do anno passado, em que V. Ex. expõe as razões que o induzirão a sanccionar varios actos da Assembléa Legislativa dessa Provincia, promulgados na sessão ordinaria do mesmo anno; e o Mesmo Augusto Senhor, Tendo-se conformado por sua Immediata Resolução de 5 de Outubro ultimo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 9 de Setembro antecedente, Ha por bem Mandar declarar:

1.º Que o art. 5.º da Lei n.º 532 (Posturas da Camara Municipal da Villa de S. Jeronymo) deve ser entendido e executado, de modo que a multa nunca exceda á quantia da alçada das Camaras Municipaes; observação esta que tambem é applicavel ao art. 13 da mesma lei, na fórma do art. 41 das ditas Posturas;

2.º Que as Posturas da Camara Municipal da Cidade da Cachoeira, approvadas pela Lei n.º 539, creando nos arts. 60 e 61, 1.ª parte, obrigações a que não estão sujeitos os Medicos, Cirurgiões, Boticarios e Parteiras pelo Regulamento da Junta de Hygiene, são por isso menos regulares em taes disposições;

3.º Que os arts. 109, 125, 131 e 134 das mesmas Posturas contém materia impropria dellas;

4.º Que nas Posturas da Camara Municipal da Villa de Itaqui, approvadas pela Lei n.º 541, achão-se os arts. 62 e 86 que pertencem aos Codigos; o que tambem acontece ao art. 39 das Posturas da Camara da Villa de Santo Antonio da Patrulha, nas quaes se encontra o art. 100, cujo objecto é exorbitante das faculdades das Camaras Municipaes;

5.º Que o Tit. 10 das Posturas da Camara Municipal de Cruz Alta, approvadas pela Lei n.º 550, que dá providencias sobre a herva — mate, é estranho á esta especie de legislação.

O que communico a V. Ex., a quem cumpre-me declarar que se remette cópia da referida Consulta á Camara dos Deputados para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Liberato Barrozo.*— Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 375.— IMPERIO.— Em 24 de Novembro de 1864.

Ao Vice-Presidente da Provincia das Alagôas. — Sobre actos legislativos da Assembléa Provincial.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 24 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 17 de Agosto deste anno, em que V. Ex. expõe as razões que induzirão a mesma Presidencia a sanccionar varios actos da Assembléa Legislativa Provincial promulgados nas sessões de 1862 e 1863; e o Mesmo Augusto Senhor, tendo-se conformado por Sua immediata Resolução de 5 de Outubro ultimo com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 12 de Setembro antecedente, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex.:

1.º Que o art. 8.º da Lei n.º 393 que concede privilegio por cincoenta annos para a navegação por vapor no rio de S. Francisco entre o porto da Cidade do Penedo, e o ultimo porto navegavel, deve entender-se de modo que fique salva a doutrina do Aviso n.º 8 de 4 de Janeiro de 1860 na parte relativa á 3.ª classe dos objectos nelle contemplados. O rio de S. Francisco não banha sómente a Provincia das Alagôas no espaço privilegiado, e posto que no citado artigo se diga que o privilegio é só para a navegação que se dirigir aos portos da dita Provincia, é necessaria toda clareza para que não entre em duvida se os vapores das Provincias ribeirinhas podem navegar no dito espaço, quando se dirigirem ao oceano, ou quando entrem subindo o rio, ou

quando sem sahirem delle, se dirijão dos portos de outra Provincia para os dessa, devendo observar-se neste caso o disposto nos n.os 2 e 3 do § 1.º da Consulta annexa ao referido Aviso;

2.º Que o art. 9.º da Lei n.º 407, do orçamento municipal, que autorisa o Presidente da Provincia para aposentar certo e determinado empregado provincial, incorre na censura muitas vezes feita a actos semelhantes por serem exorbitantes das faculdades das Assembléas Provinciaes;

3.º Que nas Leis n.os 391, 392 e 399, que approvão Compromissos de Irmandades, nota-se a falta de declaração da approvação prévia do Prelado Diocesano, na parte religiosa; devendo V. Ex. remetter copias dos referidos Compromissos, e informação se forão approvados pelo Ordinario na fórma da lei.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Vice-Presidente da Provincia das Alagôas.

N. 376.—FAZENDA.—Em 24 de Novembro de 1864.

Sobre a competencia dos Presidentes de Provincias para a concessão dos terrenos de marinha, e dos de alluvião, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Ministerio a meu cargo o recurso do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, interposto da decisão da respectiva Presidencia que concedeu a Vicente Ferreira da Costa um terreno no largo do Hospicio, e o officio da mesma Presidencia de 2 de Janeiro ultimo.

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex. que á vista da Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 11 § 7.º, e Circular de 29 de Novembro do mesmo anno, compete ás Presidencias fazer concessões tanto dos terrenos de marinhas propriamente taes, como dos de alluvião, accrescidos, alagados, mangues, ou devolutos encravados nas povoações e seus arredores.

Todavia cumpre bem averiguar a natureza do terreno de que se trata, visto que se fôr de marinhas propriamente taes, a vista do art. 4.º das Instrucções de 14 de Novembro de 1832, terá de ficar regido pelas disposições da Lei de 9 de Setembro de 1862, art. 1.º §§ 29 e 30, Circular de 22 de Agosto e 2 de Setembro de 1863.

Deve em todo o caso, subsistir a concessão feita ao dito Costa, porquanto, como informa essa Presidencia no dito officio, estava elle de posse do terreno, e demais, o havia aterrado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 377.—MARINHA.—Aviso de 24 de Novembro de 1864.

Declara a verdadeira intelligencia da 3.ª observação da tabella annexa ao Decreto n.º 1.981 de 30 de Setembro de 1857.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.— Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1864.

Sua Magestade o Imperador, Conformando se com o parecer do Conselho Naval, exarado em Consulta n.º 919, de 19 do corrente, sobre o officio dessa Contadoria, n.º 317, de 10 deste mez, tratando dos vencimentos, a que tem direito o Cirurgião de Esquadra, nomeado Chefe de Saude da Divisão Naval do 2.º districto, Dr. José Maria de Noronha Feital, visto entrar essa repartição em duvida ácerca da verdadeira intelligencia a dar-se á 3.ª observação da tabella annexa ao Decreto n.º 1.981, de 30 de Setembro de 1857, Ha por bem Mandar declarar á V. S. que, constituindo os Officiaes de Saude um Corpo na Armada, deve-se sómente nos seus limites naturaes e jerarchia propria procurar quaes os postos superiores uns aos outros; e, assim, não póde entrar em duvida que o posto de Cirurgião-mór é o immediatamente superior ao de Cirurgião de Esquadra. Portanto, segundo a letra da mencionada observação da

tabella citada, ao Cirurgião de Esquadra, nomeado Chefe de Saude, competem as maiorias e comedorias do Cirurgião-mór, além dos vencimentos e vantagens, que lhe cabem, como embarcado em navio armado.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Contador da Marinha.

N. 378.—MARINHA.—Aviso de 24 de Novembro de 1864.

Declara não ser necessario novo rol de equipagem ao navio mercante nacional, que tiver sido legalmente matriculado em porto estrangeiro, na conformidade do art. 467 do Codigo Commercial, e deverem as Capitanias de Portos limitar-se a notar as alterações, de que falla o art. 511 do mesmo Codigo.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 24 de Novembro de 1864.

A' vista do parecer do Conselho Naval, enunciado em Consulta n.º 911, de 11 do corrente mez, sobre a representação levada ao conhecimento da Presidencia da Provincia do Maranhão pelo negociante Luiz de Souza Pinto, por ter a Capitania do Porto obrigado a barca nacional *Brilhante*, de sua propriedade, a organisar novo rol de equipagem, apezar de haver sido matriculada perante o Consulado Brasileiro da Cidade do Porto, onde effectuára o seu armamento, a fim de seguir viagem com escala por Barcelona á predita Provincia e dahi a outros portos até regressar ao lugar de sua partida, Sua Magestade o Imperador Manda declarar que, em identicos casos, só cumpre a taes Repartições pôr o —visto— no verso daquelle documento e notar as alterações, de que trata o art. 511 do Codigo Commercial. O que communico a V. S. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Capitão de Mar e Guerra, Capitão do Porto da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro.

N. 379.—FAZENDA.—Em 25 de Novembro de 1864.

Confirma a decisão da Alfandega que negou o despacho de uma bengala contendo espingarda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro indeferio o recurso de Faustino Ferreira de Oliveira Guimarães da decisão dessa Inspectoria denegando despacho a uma arma, por entender que se achava comprehendida nas disposições do § 3.° do art. 516 do Regulamento das Alfandegas.

A simples inspecção da dita arma, que foi presente ao Tribunal, convence de que a bengala que ella representa, contém uma espingarda, sem que possa obstar-lhe a circumstancia da separação da coronha; pois que podendo ser esta commodamente escondida nas bolsas, facil e opportunamente se prenderá a bengala sempre que della se pretenda utilisar como espingarda.

Comprehendida, pois, como está a bengala, de que se trata, na letra e espirito do citado art. 516 § 3.° do Regulamento deve ella ter o destino que lhe dá o art. 517 do mesmo Regulamento.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 380.— IMPERIO.—Aviso em 25 de Novembro de 1864.

Ao Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Resolve duvidas em materia de eleições.

3.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 25 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. Ex. de 17 de Setembro ultimo, acompanhado de copias das decisões dadas por V. Ex. sobre diversas duvidas suscitadas por al-

guns Juizes de Paz, pelo Presidente da Camara Municipal da Cidade de S. Matheus, e pela Camara Municipal da Villa de Itapemerim. E o Mesmo Augusto Senhor Ha por bem Mandar Declarar que merecêrão a sua Imperial approvação as decisões seguintes:

1.ª Que o Presidente da Junta de Qualificação não vota para formação desta, quando os respectivos membros são eleitos por turmas de Juizes de Paz, como é expresso no Aviso n.º 304 de 5 de Setembro de 1847 § 5.º

2.ª Que os oito cidadãos, que devem ser convocados, nos casos do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856, são os immediatos em votos ao Juiz de Paz, que effectivamente tiver de presidir á Junta de Qualificação, como o declarou o Aviso de 6 de Agosto do corrente anno.

3.ª Que, em conformidade dos arts. 9.º e 53 da lei regulamentar das eleições, e das decisões constantes do Aviso n.º 20 de 19 de Janeiro de 1849, 3.ª duvida, não deve ser convocado para formação da Junta o cidadão que estiver pronunciado, embora em crime afiançavel, cumprindo ao Juiz que fizer a convocação verificar esta circumstancia.

4.ª Que o simples facto de ausencia da Parochia não é motivo sufficiente para que deixe de ser convocado qualquer dos cidadãos immediatos em votos ao Presidente da Junta de Qualificação, e o seja o immediato aos ditos cidadãos, nos casos do art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856; porque sómente a mudança real de domicilio póde justificar esse acto, como já está declarado no Aviso n.º 201 de 16 de Junho de 1858.

5.ª Que, dado o caso de não poder presidir a Junta de Qualificação o Juiz de Paz que tiver feito a convocação dos oito cidadãos seus immediatos em votos para forma-la, e de ser por isso substituido em taes funcções por aquelle dos ditos cidadãos a quem competir, não se deve convocar outro cidadão para supprir a sua falta, mas será constituida a mesma Junta pelos cidadãos convocados, que restarem; o que se deduz da disposição do Aviso n.º 362 de 31 de Outubro de 1856.

6.ª Que a substituição de qualquer dos membros da Junta de Qualificação deve ser feita por nova eleição, se o impedimento, ou falta se verificar antes de ser assignada a respectiva acta, e por nomeação da mesma Junta se a referida circumstancia se der

depois da assignatura da acta, como o determina o art. 17 do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856.

7.ª Que, á vista do disposto no Aviso de 28 de Agosto de 1848 § 3.º, o eleitor supplente que fôr eliminado da qualificação dos votantes não perde o direito de concorrer para a formação da Junta, uma vez que não tenha mudado o seu domicilio para outra Parochia.

8.ª Que, á vista da disposição do art. 28 da lei de 19 de Agosto de 1846, não póde ser privado de continuar a fazer parte da Junta de Qualificação qualquer de seus membros por motivo de procedimento judicial, salvo o caso de prisão em flagrante delicto.

9.ª Que a circumstancia de ter feito parte da Junta de Qualificação algum cidadão, não qualificado como votante, é motivo para serem annullados os seus trabalhos, como tem sido declarado em varios Avisos, e ultimamente no de 24 de Fevereiro do corrente anno.

10.ª Que, como se deduz da doutrina do Aviso n.º 610 de 30 de Dezembro de 1861, uma vez eleito um cidadão para servir em Junta de Qualificação, póde continuar a funccionar na segunda reunião desta, não obstante ter passado a pertencer a outra Parochia, em consequencia de nova divisão de limites.

11.ª Que, não podendo ter lugar a reunião do Conselho Municipal na época designada pela lei, compete ao Presidente da Provincia, á vista do Aviso n.º 91 de 7 de Junho de 1847 § 2.º, marcar novo dia para a reunião do mesmo Conselho.

12.ª Que, embora tenha a Assembléa Provincial alterado os limites de uma Parochia, passando por isso a pertencer a outra Parochia parte dos seus habitantes, não póde deixar esta parte de concorrer á eleição daquella emquanto não fôr approvada pelo Diocesano essa alteração, visto que a divisão ecclesiastica é a base das operações eleitoraes, como o declarão os Avisos n.º 156 de 21 de Dezembro de 1846 § 3.º, n.º 19 de 20 de Fevereiro de 1847 § 12, n.ºs 19 e 65 de 8 de Fevereiro e 19 de Maio de 1848, n.º 21 de 23 de Janeiro de 1849, e outros.

13.ª Que irregular foi o procedimento da Camara Municipal de Itapemerim, deixando de expedir, como o prescreve o art. 94 da Lei de 19 de Agosto de 1846, as ordens necessarias para que se procedesse á eleição na Parochia de S. Pedro de Itabapoana, pelo mo-

tivo de acharem-se alguns habitantes dessa Parochia qualificados na de Itapemerim, visto que não lhe competia o conhecimento de semelhante assumpto.

14.ª Que não se achando acabada a qualificação deste anno na Parochia de Nova Almeida na occasião da eleição Municipal, a chamada dos votantes devia ser feita pela ultima qualificação concluida, segundo a disposição dos Avisos n.º 77 de 5 de Julho de 1848 § 6, de 28 de Agosto do mesmo anno § 6.º e n.º 25 de 15 de Janeiro de 1851.

Outrosim Ha por bem o Mesmo Augusto Senhor Mandar Declarar a V. Ex. que não merecêrão a Sua Imperial approvação as seguintes decisões :

1.ª Declarou a V. Ex. ao supplente do Juizo de Paz, Francisco Rodrigues Pereira, que, não sendo acceitavel, segando a lei, a razão de escusa que apresentou o 2.º Juiz de Paz Bernardino José Ferreira de Araujo, á elle cabia a presidencia da Junta de Qualificação, e que só no caso de ausencia, ou impedimento legal do mesmo Juiz de Paz, poderia o dito 1.º supplente servir nessa qualidade, visto achar-se juramentado, e ter servido como tal na Mesa Parochial na eleição de 9 de Agosto do anno passado.

Este acto de V. Ex. não póde ser approvado, 1.º porque ao Governo Imperial não foi presente o motivo da escusa solicitada pelo 2.º Juiz de Paz, de que se trata; 2.º porque no caso de haver impedimento, que o impossibilitasse de servir, tocava a substituição ao 3.º Juiz de Paz, e na falta deste ao 4.º, antes de ser chamado o 1.º supplente.

2.ª Declarou V. Ex. ao 1.º Juiz de Paz da Parochia de Itapemerim que devia convocar para a formação da Junta de Qualificação, que tinha de reunir-se em Janeiro do corrente anno, os oito cidadãos que lhe fossem immediatos em votos, por não estarem ainda reconhecidos pelo Poder competente os eleitores e supplentes da actual legislatura.

Esta decisão não póde tambem merecer a Imperial approvação, por isso que, havendo na referida Parochia eleitores e supplentes da legislatura passada, devião ser estes convocados para a formação da Junta, como já está decidido pelo Aviso de 21 de Julho do corrente anno, e por outros a que este se refere: a convocação dos oito cidadãos immediatos em votos ao Juiz de Paz, que a tiver de pre-

sidir, só tem lugar nos casos declarados no art. 2.º do Decreto n.º 1.812 de 23 de Agosto de 1856.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Liberato Barrozo.* — Sr. Vice-Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 381.—JUSTIÇA.—Aviso de 26 de Novembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Approva a decisão firmando a intelligencia do art. 7.º do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Justiça em 26 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de 9 de Setembro ultimo, em que V. Ex. communicou que em resposta á consulta do substituto do Juiz Municipal e de Orphãos da Villa de Serpa, sobre a intelligencia do art. 7.º do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843, declarára que devia remetter ao Juiz Municipal do Termo da Capital da Provincia os feitos que estivessem em conclusão, e que dependessem de sentenças finaes ou interlocutorias com força de definitivas, ou de despacho que coubesse aggravo de petição ou instrumento, visto não ter o mesmo substituto jurisdicção para despacha-los. O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem approvar a decisão de V. Ex., que está de accordo com a doutrina dos arts. 7.º e 8.º do Decreto n.º 276 de 24 de Março de 1843.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 382. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 28 de Novembro de 1864.

Estabelece a pratica que se deve seguir quando a viagem de algum Paquete fôr adiada, ainda mesmo por horas.

Directoria do Correio.—N.° 1.021.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 28 de Novembro de 1864.

Constando ao Governo Imperial, que por ordem dessa Gerencia fôra adiada de 21 para 22 do corrente a sahida do vapor *Brasil* com destino aos portos do Sul, sem que nem o mesmo Governo, nem o publico fosse informado desta medida, cumpre-me advertir a Vm. que procedeu menos regularmente: e que sempre que um semelhante acontecimento se repetir, deverão o Governo e o Correio ser delle prevenido, dando-se-lhe ao mesmo tempo a maior publicidade por meio de annuncios, a fim de que possa a demora ser aproveitada por aquelles a quem interessar. E isto ainda mesmo que seja esta apenas de algumas horas, bastando neste caso aviso ao Correio e ao Porteiro da Praça do Commercio.

Deus Guarde a Vm.—*José Liberato Barrozo.*— Sr. Gerente da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.

N. 383. — IMPERIO. — Aviso de 28 de Novembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Responde á representação que faz contra o Lente de materia medica, por este recusar-se a apresentar proposta para a nomeação do conservador da officina pharmaceutica.

4.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 28 de Novembro de 1864.

Pelo officio de V. S. de 15 do corrente mez fiquei inteirado de que, havendo V. S. requisitado dos Lentes dessa Faculdade, da cadeira de pharmacia, e da de materia medica, a proposta exigida pelo art.

239 do Regulamento complementar para a nomeação de conservador da officina pharmaceutica, propôz o 1.º dos ditos Lentes ao pharmaceutico Plinio José Pedrosa, mas o 2.º recusou-se a apresentar proposta, não só pela razão de não ter precedido proposta sua para a demissão do ex-serventuario do dito lugar Manoel Rodrigues da Silva, mas tambem porque, tendo sido feita a respectiva nomeação pelo Governo Imperial, só por este podia ser-lhe dada a demissão; declarando entretanto que satisfaria á requisição de V. S., se a demissão dada áquelle serventuario fosse legalisada com a approvação do Governo Imperial.

Em resposta tenho de declarar a V. S. que a officina pharmaceutica não póde estar sujeita, e nem os seus empregados podem estar subordinados a dous Lentes, mas sómente a um, que é o de pharmacia, segundo se deduz de algumas disposições da legislação em vigor combinadas entre si, como sejão as dos arts. 3.º e 5.º dos Estatutos, 223 e 224 do Regulamento complementar, e 2.º e 10 das Instrucções expedidas em Portaria n.º 9 de 4 de Janeiro de 1860; competindo ao Lente da cadeira de materia medica unicamente a attribuição que lhe dá o art. 227 do mesmo Regulamento.

Sendo assim, devia V. S. requisitar proposta sómente do Lente de pharmacia; e tendo-a elle feito, como V. S. informa, nada mais resta a V. S. do que resolver sobre ella, nomeando ou não o proposto, conforme as suas habilitações; advertindo que convirá que o nomeado seja pharmaceutico approvado, circumstancia esta que V. S. não declara dar-se em favor do proposto, a fim de que elle possa servir de Ajudante do Director da referida officina na conformidade do art. 4.º das citadas Instrucções.

Removendo desta maneira a difficuldade que encontra V. S. para prover o lugar de conservador da officina pharmaceutica, observo-lhe em primeiro lugar que V. S. não devêra ter demittido a Manoel Rodrigues da Silva, sem que para isso houvesse requisitado proposta do Lente a que elle estava sujeito, de conformidade com o que dispõe a ultima parte do art. 239 do Regulamento complementar, que foi um dos fundamentos da recusa do Lente de materia medica; em segundo lugar, e sirva isto de regra para o futuro, que, tanto para a demissão, como para a no-

meação, é indispensavel que se requisite proposta do lente; mas que a recusa deste em apresenta-la não inhibe a V. S. de exercer aquellas attribuições, que não podem ficar annulladas, e nem soffrer o serviço publico, pela omissão de uma formalidade dependente de acto alheio; assim como tambem não é V. S. obrigado a nomear o proposto, quando não o julgar sufficiente para o emprego, pois que a quem nomêa compete aquilatar o merecimento do proposto, e a proposta obrigada, sendo, como é, de um só nome, seria uma imposição inadmissivel.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 384. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Aviso de 28 de Novembro de 1864.

Manda proceder a abertura de uma carta em que se suppõe haver contrabando.

N. 1.020.—Directoria do Correio.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 28 de Novembro de 1864.

Ordene V. S. ao Administrador do Correio da Côrte que novamente reclame do Juiz da 1.ª Vara Municipal a sua presença naquella Administração para, pela maneira prescripta no Aviso de 21 de Agosto de 1857, no caso que o destinatario ou seu legitimo representante se não preste, mandar abrir ou abrir elle mesmo a carta que com sobrescripto a Xavier Berard se acha retida na mesma Administração por suspeita de conter contrabando, fazendo notar ao mesmo Juiz que nem o art. 15 da Convenção de 7 de Julho de 1860, nem outra alguma razão se oppõe a semelhante diligencia. E separado qualquer objecto, que possa indicar intenção de fazer contrabando, entregando-o ao Administrador do Correio para proceder na fórma dos respectivos regulamentos,

a carta e mais objectos, que por ventura encontrar fará o mesmo Juiz entregar ao destinatario ou seu legitimo representante, caso esteja presente e queira receber: e no caso contrario os fará fechar, lacrar, sellar e depositar no cofre da Administração para ter o destino marcado nos regulamentos do Correio.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da 4.ª Directoria.

N. 385.—FAZENDA.—Em 28 de Novembro de 1864.

Sobre as verbas por que se devem pagar as quantias devidas ao representante dos herdeiros do Conde da Barca.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1864.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador a duvida suscitada no Thesouro, se, á vista do art. 14 da Lei n.º 1.177 de 9 de Setembro de 1862, se podia effectuar o pagamento da divida reconhecida e liquidada, de que trata a Resolução da Assembléa Geral Legislativa expedida por Decreto n.º 1.240 de 24 de Setembro ultimo, pela qual ficou o Governo autorisado para cumprir a decisão do Poder Judiciario, pagando o que deve a Fazenda Publica ao representante competentemente habilitados dos herdeiros do Conde da Barca; e o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido á semelhante respeito a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e conformando-se com o respectivo parecer, Houve por bem, por Sua Imperial e Immediata Resolução de Consulta de 26 do corrente, Declarar que o Governo póde effectuar esse pagamento, não obstante a falta de consignação especial de fundos para esse fim, por terem Leis anteriores providenciado em geral sobre os meios de se pagarem dividas de tal natureza.

A divida a que se refere o Decreto de 24 de Setembro, decompõe-se em differentes parcellas, a saber:

1.ª Principal e juros, contados até fins do anno de 1826, do valor de uma bibliotheca incorporada aos proprios nacionaes em 1822;

2.ª Juros do principal, vencidos do 1.º de Janeiro de 1827 em diante;

3.ª Principal e juros vencidos, do valor de um edificio incorporado tambem nos proprios nacionaes, no anno de 1829;

4.ª Custas Judiciaes, a que a Fazenda Publica foi condemnada pelo accordão da Relação Revisora em 1858.

Pelo que toca á 1.ª parcella está o Thesouro habilitado para paga-la, nos termos da Lei de 15 de Novembro de 1827, e quanto ás outras, póde fazê-lo tambem dentro dos limites do credito aberto para exercicios findos pela Resolução que mandou continuar em vigor, no exercicio corrente a Lei do orçamento de 1863—64, não sendo em tal caso precisa nova consignação de fundos, senão para pagamento dos juros dos exercicios ainda não encerrados.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 386.—FAZENDA.— Em 29 de Novembro de 1864.

Sobre os emolumentos que devem pagar os empregados da 1.ª Directoria Geral da Secretaria da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 11 do corrente a respeito da reclamação dos empregados da 1.ª Directoria Geral da Secretaria de Estado do Ministerio a seu cargo contra a exigencia que lhes tem sido feita pelo Thesouro para que paguem os emolumentos provenientes de suas

novas nomeações, na razão da totalidade de seus empregos, quando parece aos mesmos empregados que taes emolumentos deverião ser cobrados na razão da maioria de seus vencimentos, como se procede a respeito dos direitos e sello; tenho de declarar a V. Ex. que a vista do disposto na Tabella de 1844, em vigor para o referido Ministerio, emquanto não houver Lei que determine o contrario, não póde ser reduzida a taxa dos emolumentos alli marcados, como bem pondera na sua informação, junta por cópia, o Contador da 3.ª Contadoria da Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Henrique de Beaurepaire Rohan.

N. 387.—FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.

Solicita do Ministerio do Imperio que communique ao da Fazenda as licenças que conceder á corporações de mão morta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo conveniente que o Thesouro Nacional tenha sciencia de todas as licenças concedidas pelo Ministerio a cargo de V. Ex. nos termos do art. 1.º da Resolução da Assembléa Geral Legislativa n.º 1.225 de 20 de Agosto do corrente anno a fim de prevenir-se qualquer procedimento que por parte do mesmo Thesouro possa ser instaurado contra as corporações de mão morta na fórma das leis da amortização, rogo a V. Ex. se sirva providenciar para que se dê a este Ministerio conhecimento das referidas licenças sempre que se verificar a sua concessão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. José Liberato Barrozo.

N. 388.—FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.

Os requerimentos para as corporações de mão morta adquirirem bens de raiz devem ser dirigidos ao Ministerio do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, que os requerimentos sobre as licenças de que trata o art. 1.º da Resolução da Assembléa Geral Legislativa, n.º 1.225 de 20 de Agosto do corrente anno, para as corporações de mão morta adquirirem ou possuirem propriedades nos termos do mesmo artigo, devem ser dirigidos ao Ministerio do Imperio por ser o competente para a decisão de taes pretenções, e não ao da Fazenda, ao qual cabe sómente a fiscalisação das leis sobre a amortização ecclesiastica na fórma das disposições antigas e modernas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*
—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 389.—FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.

Sobre o melhor meio de reconhecer-se os limites dos terrenos contestados junto ás fortificações do Annel e Vigia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta aos Avisos do Ministerio a cargo de V. Ex. de 13 de Agosto e 17 do corrente, aquelle relativo aos terrenos occupados pelas fortificações do Annel e Vigia, sobre os quaes Francisco Luiz Suzano reclama direitos, e este requisitando a carta de adjudicação, feita em 1809, da Fazenda da Lagôa de Rodrigo de Freitas á Fazenda Nacional e a devolução do officio do Presidente da Commissão de melhoramentos que acompanhou o primeiro dos citados Avisos, inclusas transmitto as

informações juntas por cópia da 2.ª Secção e da 2.ª Sub-Directoria das Rendas Publicas do Thesouro, declarando a V. Ex. que o meio de reconhecer-se os limites dos terrenos contestados é proceder-se como indica a referida Secção, fazendo-se levantar plantas dos terrenos das fortalezas e estabelecimentos militares e suas dependencias, comprehendendo com a precisa distincção não só os terrenos que forem inquestionavelmente do dominio do Estado, como dos que achando-se juntos a taes estabelecimentos forem pretendidos por particulares, ou a que estes se julgarem com direito, a fim de que por este Ministerio se possão propôr as acções competentes para reconhecer-se e verificarem-se os limites dos ditos terrenos, e a legitimidade dos titulos de propriedade que forem exhibidos pelos particulares, e proceder-se ulteriormente como no caso couber.

Inclusos achará V. Ex., conforme pede em seu Aviso de 17 do corrente, a carta de adjudicação da Fazenda da Lagôa de Rodrigo de Freitas á Fazenda Nacional, e o officio do Presidente da Commissão de melhoramentos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Henrique de Beaurepaire Rohan.

N. 390.—FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.

Procedimento que deve haver no caso de contrabando de diamantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio reservado do Sr. Inspector da Alfandega de Albuquerque de 22 de Agosto deste anno, em que participa as providencias tomadas sobre a apprehensão de uma remessa de diamantes, que se diz ter sido subtrahida ao fisco dessa repartição, e a qual pertence ao negociante, de joias de Cuiabá Guilherme Prager,

ordena ao mesmo Sr. Inspector que remetta ao Thesouro informações explicitas sobre este assumpto, observando-lhe entretanto que se alguma exportação de diamantes se effectuou sem o pagamento dos competentes direitos, é certo que dá-se o crime do art. 177 do Codigo Criminal, cujo processo e julgamento é da competencia das autoridades administrativas sómente no caso em que o contrabando é apprehendido em flagrante, devendo no caso contrario, que parece ser o do citado officio, participar o facto á autoridade judicial competente para proceder ulteriormente na fórma da lei contra os indiciados no referido crime.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 391. — IMPERIO. — Aviso do 1.º de Dezembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. — Declara que o oppositor chefe de clinica não tem direito á gratificação desta commissão durante o tempo em que estiver occupado com os trabalhos da Assembléa Legislativa da Provincia do Rio de Janeiro, de que é membro.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em o 1.º de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo aos officios de V. Ex. de 8 e 10 de Outubro ultimo, communico-lhe que nesta data dirijo Aviso ao Ministerio da Fazenda, para que ao oppositor Antonio Corrêa de Sousa Costa seja abonada a gratificação de chefe de clinica interna dessa Faculdade, durante o tempo em que o oppositor Francisco Pinheiro Guimarães, a quem elle substitue, estiver occupado com os trabalhos da Assembléa Legislativa da Provincia do Rio de Janeiro; e declaro a V. Ex., para seu conhecimento, e para fazer constar a este oppositor, que elle, emquanto não deixar aquelles trabalhos, não tendo direito a dita gratificação, não póde optar entre a mesma e o subsidio de membro da

referida Assembléa, como V. Ex. participa que elle fez, visto que tal vencimento só é devido pelo tempo de serviço, e pela sua interrupção por superveniencia das ferias, conforme está prescripto na legislação em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Liberato Barrozo.* — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 392.—FAZENDA.—Em o 1.º de Dezembro de 1864.

Sobre a prescripção das dividas de que são credoras as praças de pret.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em o 1.º de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução á duvida de que trata o Aviso do Ministerio a seu cargo do 1.º de Agosto ultimo, se é ou não applicavel ás praças de pret da Armada a prescripção das dividas, de que são credoras, tenho de declarar a V. Ex. que, na fórma do disposto no Aviso de 14 de Abril de 1848 e Ordem n.º 35 de 23 de Março de 1854, o quinquennio para a prescripção das dividas das praças de pret deve ser contada do dia em que ellas são escusas do serviço, porque só de então para diante deixão de estar comprehendidas no § 1.º do art. 7.º do Decreto n.º 857 de 12 de Novembro de 1851; e que na expressão—praças de pret—devem ser comprehendidas não só as do Exercito como as da Armada, por ser de justiça que umas e outras gozem com igualdade das vantagens resultantes desse modo de contar mesmo a prescripção. Não está, portanto, prescripta parte alguma da divida, cujo pagamento reclama o ex-Imperial Marinheiro Laurindo Antonio, e a que se refere o conhecimento junto, que acompanhou o referido Aviso, visto que a data de sua baixa é de 23 de Novembro de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.— *Carlos Carneiro de Campos.*— Sr. Francisco Xavier Pinto Lima.

N. 393.—FAZENDA.—Em 3 de Dezembro de 1864.

Sobre a competencia da autoridade judicial para mandar entregar o producto de bens de defuntos e ausentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1864.

Communico a V. S. para sua sua intelligencia e devidos effeitos, que não póde ser cumprido o Precatorio dirigido por esse Juizo ao Thesouro para que seja D. Marianna Pereira Pimenta de Castro reconhecida como universal e unica herdeira do fallecido Manoel Pereira Pimenta de Castro; visto como, não se tratando de uma divida de Estado da competencia da autoridade administrativa, em que esta tem de reconhecer o direito de liquidar a divida e ordenar a despeza, e a autoridade judicial de declarar qual o herdeiro ou cessionario do credor, mas sim de entrega do producto de bens de defuntos e ausentes recolhidos ao Thesouro pelo Juizo respectivo, é claro que a competencia neste caso é toda da autoridade judicial, exclusivamente. Deve esse Juizo, portanto, deprecar a entrega de certas e determinadas sommas a certa e determinada pessoa, julgando qual o direito que está bem a aquellas. O Thesouro neste assumpto é passivo: cumpre as requisições legaes emanadas do Juizo, e feitas por vias de Precatorios ao mesmo Thesouro para a entrega dos dinheiros a elle recolhidos.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Dr. Juiz dos Feitos da Fazenda da Côrte.

N. 394.— FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1864.

Sobre a arrecadação dos espolios dos Bispos, e impostos devidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução á Consulta do Vigario Capitular da Diocese de Pernambuco, constante do officio que por copia acompanhou o Aviso de V. Ex. de 12 de Setembro ultimo, se a arrecadação do espolio dos Bispos está sujeita ao rigor das Leis Fiscaes, declaro a V. Ex. que sendo certo que os espolios dos Bispos Regulares, fallecidos *ab intestato* (não assim dos seculares) pertencem a sua Igreja, isto é ao Bispo successor para os despender nas suas precisões episcopaes, nas de sua cathedral, das suas parochias, e de seu clero, conforme as disposições contidas na Carta Regia de 7 de Junho de 1784, Resolução de 17 de Abril de 1793 e Provisões de 5 de Janeiro de 1800 e 6 de Abril de 1815, é claro que na conformidade do direito e dos estylos sempre observados, os bens que constituem o espolio do Bispo ex-regular, de que se trata devem ficar em arrecadação no Juizo competente para serem entregues ao successor no Bispado, como determina a ultima das Provisões citadas; quanto, porém, aos impostos devidos, embora o Governo se abstenha de uma solução quanto a decima da herança e legados por ser o imposto provincial, observarei todavia que se o imposto fosse geral era fóra de duvida que do dito espolio se deveria pagar a taxa de heranças e legados estabelecida no Alvará de 17 de Junho de 1809, por ser elle uma verdadeira herança devolvida *ab intestato* ao successor, como expressamente tambem o determina a Provisão citada de 1815 cumprindo em todo o caso que se cobre para os cofres geraes em tempo opportuno o sello proporcional e os direitos de habilitação attentas as disposições citadas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. José Liberato Barrozo.

N. 395. — JUSTIÇA. — Aviso de 6 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia das Alagôas. — Declara que são incompetentes os Juizes territoriaes para determinar a annexação e desannexação dos Officios de Justiça.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Justiça em 6 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei o officio dessa Presidencia n.º 70 de 18 de Setembro do anno passado, e papeis que o acompanhão, Ha por bem Mandar approvar a solução dada pelo antecessor de V. Ex. á consulta do Juiz Municipal do Termo do Porto da Folha, declarando-lhe que irregularmente procedeu o supplente daquelle Juizo, que, a requerimento do respectivo Escrivão de Orphãos, e baseado no Decreto de 30 de Janeiro de 1834, não só creára o Officio de 2.º Tabellião, como o annexára ao cartorio do referido Escrivão; porquanto, como bem pondera o mesmo antecessor de V. Ex., tal materia acha-se desenvolvida na Consulta do Conselho de Estado do 1.º de Março de 1856, approvada pela Circular de 30 de Janeiro de 1857, que reconheceu nas Assembléas Provinciaes o direito de designar o numero de Officios de Justiça; devendo vigorar o citado Decreto, quando houverem ellas omittido o uso desse direito, ou aliás estar sujeito ás excepções resultantes da faculdade que tem o Poder Executivo de annexar ou desannexa-los, nos casos em que o Poder Legislativo não tenha positivamente ordenado o contrario; sendo que mesmo em face da Provisão de 28 de Maio de 1828 são incompetentes os Juizes territoriaes para determinar a annexação e desannexação dos Officios de Justiça. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia, e o fazer constar ao sobredito Juiz Municipal.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco José Furtado.* — Sr. Presidente da Provincia das Alagôas.

N. 396.— IMPERIO.— Em 6 de Dezembro de 1864.

Ao Reverendo Bispo do Maranhão. — Declara que pela legislação em vigor não é admissivel uma só proposta para mais de um beneficio.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Dezembro de 1864.

Exm. e Revm. Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a proposta por V. Ex. Revm. feita em 24 de Agosto do corrente anno para dous beneficiados da Cathedral dessa Diocese.

E Conformando-se Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 30 do mez findo, com o parecer da dita Secção exarado em consulta de 11 do mesmo mez, Manda declarar a V. Ex. Revm. que deve pôr novamente a concurso aquelles beneficios, visto que pela legislação em vigor não é admissivel uma só proposta para mais de um beneficio.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *José Liberato Barrozo*. — Sr. Bispo da Diocese do Maranhão.

N. 397.— IMPERIO.— Em 6 de Dezembro de 1864.

Ao Reverendo Bispo do Ceará. — Fixa o pessoal que tem de compor a Cathedral da Diocese do Ceará.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Dezembro de 1864.

Exm. e Revm. Sr. — Em additamento ao Aviso de 13 de Março do anno passado, no qual se declarou que V. Ex. Revm. devia abrir o necessario concurso para provimento dos beneficios da Cathedral dessa Diocese, remetto a V. Ex. Revm. a relação inclusa do pessoal que deve compor a mesma Cathedral.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *José Liberato Barrozo*.— Sr. Bispo da Diocese do Ceará.

Relação a que se refere este Aviso.

	A CADA UM.	
	Congrua.	Gratificação.
Um Arcediago.....	800$000	
Um Conego Theologal.....	700$000	
Um dito Penitenciario.....	700$000	
Oito Conegos.....	600$000	
Oito Capellães cantores.....	240$000	
Um Mestre de Ceremonias.....	.....	200$000
Seis Moços do Côro.....	.....	100$000
Um Sacrista.....	.....	200$000
Um Sineiro.....	.....	250$000
Um Porteiro da massa.....	.....	150$000
Um Guarda.....	.....	150$000
Um Organista.....	.....	200$000
Um Armador.....	.....	120$000
Um Altareiro.....	.....	120$000

Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Dezembro de 1864.

Fausto Augusto de Aguiar.

N. 398.—IMPERIO.—Aviso Em 6 de Dezembro de 1864.

Ao Reverendo Bispo do Rio Grande do Sul. — Fixa o pessoal que deve compôr a Cathedral da Diocese do Rio Grande do Sul.

6.ª Secção.— Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 6 de Dezembro de 1864.

Exm. e Revm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. Revm., para os fins convenientes, a inclusa relação do pessoal de que se deve compôr a Cathedral dessa Diocese; e previno a V. Ex. Revm. de que, emquanto conservar o lugar o actual beneficiado da mesma Cathedral, ser-lhe-ha abonada a respectiva congrua.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *José Liberato Barrozo.*— Sr. Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul.

Relação a que se refere este Aviso.

	A CADA UM.	
	Congrua.	Gratificação.
Um Arcediago	800$000	
Um Conego Theologal	700$000	
Um Conego Penitenciario	700$000	
Oito Conegos	600$000	
Oito Capellães Cantores	240$000	
Um Mestre de Ceremonias		200$000
Seis Moços do Côro		100$000
Um Sacrista		200$000
Um Sineiro		250$000
Um Porteiro da Massa		150$000
Um Guarda		150$000
Um Organista		200$000
Um Armador		120$000
Um Altareiro		120$000

Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Dezembro de 1864.

Fausto Augusto de Aguiar.

N. 399.— FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1864.

Competencia dos Presidentes de Provincias para concederem o aforamento de terrenos de marinhas, e os de alluvião e alagados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Tenho presente o requerimento que V. Ex. transmittio em seu officio de 4 de Novembro ultimo da Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, pedindo por aforamento o terreno de marinhas e alagado de que está de posse na rua de Santa Rita, freguezia de S. José dessa Cidade, e devo em resposta declarar a V. Ex. que os Presidentes de Provincias em virtude da Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 11 § 7.º e Circular de 29 de Novembro do dito anno, estão autorisados para conceder não só os terrenos de marinhas como os de alluvião e alagadiços e outros de que trata a mesma lei; devolvo portanto a V. Ex. o referido requerimento para que depois das diligencias legaes haja de resolver sobre essa pretenção como fôr de justiça cabendo a Companhia e a terceiros, quando se julgarem offendidos em seus direitos por occasião de taes concessões, o recurso legal para o Conselho de Estado nos termos do art. 45 do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842 por intermedio do Ministerio da Fazenda. Aproveito a opportunidade para declarar a V. Ex. que nas concessões de marinhas e dos terrenos de que trata a sobredita lei, devem observar-se as instrucções e prescripções constantes da Portaria da Illma. Camara Municipal da Côrte do 1.º de Junho do corrente anno (*Diario Official* n.º 138), e da ordem á Thesouraria e Aviso ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte de 12 de Setembro do mesmo anno (*Diario Official* n.º 214) a fim de se evitarem questões entre os particulares, e o prejuizo de terceiro, e do bem publico.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 400.— FAZENDA. — Em 7 de Dezembro de 1864.

O papel de embrulho, com inscripção impressa, deve ser despachado conforme o art. 923 da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de A. Benoit & C.ª, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que, de conformidade com o parecer da Commissão da Tarifa, mandou que o papel de embrulho, com inscripção impressa, submettido a despacho pelos recorrentes, pagasse direitos na razão de 100 réis por libra, como folhas avulsas impressas, classificadas no art. 918 da Tarifa; e o mesmo Tribunal:

Considerando que o artigo citado não póde ser applicado senão aos objectos expressamente mencionados no mesmo artigo, livros e obras impressas ou lithographadas, e nunca áquelles que por sua natureza o commercio costuma applicar a usos differentes;

Considerando que a inscripção ou rotulo que nelle se lê, não passando, como não passa, de simples ornato apenas indicativo da casa a que o papel veio destinado, não póde alterar a natureza do mesmo papel, proprio por sua côr e consistencia, como reconheceu o proprio Conferente do despacho e com elle a Commissão da Tarifa, para embrulho, e nem por consequencia mudar a sua classificação, na fórma do disposto no art. 519 do Regulamento das Alfandega;

Considerando, finalmente, que á vista de semelhantes razões não póde o papel em questão ser classificado em outro artigo da Tarifa que não seja o 923, porque ahi se classifica exclusivamente o papel pardo, ou de qualquer outra qualidade ordinario proprio para embrulho e usos semelhantes, sujeitando-o aos direitos de 30 réis por libra:

Resolveu dar provimento ao recurso para o fim de ser reformada a decisão recorrida, e indemnisados os recorrentes do que de mais pagárão.

O que communico ao Sr. Inspector da sobredita Alfandega, para sua intelligencia e devidos effeitos.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 401.—JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.— Approva o procedimento do Juiz de Direito de Caravellas, designando os respectivos Escrivães para abrirem as audiencias.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia n.º 64 de 17 de Fevereiro do corrente anno, ao qual acompanhou, por cópia, o que dirigira ao antecessor de V. Ex. o Juiz de Direito da Comarca de Caravellas em data de 12 de Janeiro antecedente, submettendo á decisão do Governo Imperial o alvitre tomado pelo dito Juiz de ter designado os respectivos Escrivães para, na ausencia ou falta dos Officiaes de Justiça, abrirem as audiencias, em virtude da falta que alli se dá de taes Officiaes, não se encontrando com facilidade quem aceite semelhante emprego; e o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Ha por bem approvar o procedimento do referido Juiz de Direito, visto estar de accordo com a Provisão de 21 de Março de 1827.—O que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar áquelle Juiz.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 402.—JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que parentes em gráo prohibido podem exercer seus officios no mesmo Termo ou lugar, uma vez que sejão de differente Juizo.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 7 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo levado á Augusta presença de Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia n.º 177 de 21 de Maio ultimo, versando sobre a duvida em que se achava a mesma Presidencia, —

de haver ou não incompatibilidade em servirem no mesmo Termo o Escrivão de Orphãos de Jaguary, Luiz Carlos de Carvalho, e o 2.º Tabellião Carlos Celestino de Carvalho e Mello, visto serem irmãos; Houve por bem o mesmo Augusto Senhor, ouvindo o Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, mandar declarar a V. Ex., para seu conhecimento, que semelhante questão já se acha resolvida em Consulta do Conselho de Estado de 27 de Maio de 1854, e Aviso n.º 211 de 20 de Agosto de 1859, o qual decidio, de conformidade com a doutrina da mesma Consulta, que podem parentes em gráo prohibido exercer seus officios no mesmo Termo ou lugar, uma vez que sejão de differente Juizo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 403.—FAZENDA.—Em 9 de Dezembro de 1864.

As disposições do art. 118 do Regulamento do sello, sobre multas, são obrigatorias para os que tem de impo-las.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 110 de 27 de Setembro proximo passado, que bem procedeu na solução que deu á consulta que lhe fôra feita pelo Collector da Capital da mesma Provincia, dizendo que as disposições do art. 118 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 e 42, n.º 1 do Decreto 3.139 de 13 de Agosto de 1863, sobre as multas, são obrigatorias para as autoridades ou empregados que tem de impo-las; cabendo-lhes, porém, fixar o gráo dellas á vista das circumstancias, e cumprindo-lhes dar aos multados os recursos legaes.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 404.— FAZENDA.— Em 9 de Dezembro de 1864.

Approva a multa imposta por differenças de qualidade em um despacho de paletós e calças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveu indeferir o recurso de José Lavie & Massieu da decisão da Inspectoria da mesma Alfandega, pela qual lhes forão impostas as multas do art. 27 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863 por differenças de qualidade encontradas no despacho de seis caixas com 179 paletós e 6 calças; visto que sobretudos não acolxoados, de que se achárão 12 entre os referidos paletós, forão sempre considerados paletós dobrados, na fórma do art. 764 da Tarifa, e sujeitos a direitos de 6$400 cada um, direitos superiores em mais de 50 % aos 4$000 taxados aos paletós simples de panno ou casimira.

A allegação de que a denominação de paletós é generica, abrangendo como tal todas as especies de paletós, simples e dobrados, em vez de aproveitar condemna os recorrentes; porque sendo os paletós, pelo citado art. 764 da Tarifa, sujeitos não a uma só e a mesma, mas a taxas differentes, segundo a sua qualidade, nada mais razoavel, nada mais justo do que pagarem os direitos correspondentes.

Sujeitando-os, pois, a esses direitos, a que, aliás, os recorrentes procurárão subtrahi-los, procedeu a Inspectoria na fórma do Regulamento das Alfandegas, de conformidade com a qual, e com o Decreto de 30 de Dezembro, devia ser imposta a multa que deu causa ao recurso.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 405.— FAZENDA.— Em 9 de Dezembro de 1864.

Sobre a arrecadação provisoria de bens de defunto testado ou intestado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo conhecimento por uma certidão passada pela Thesouraria de Fazenda da Bahia a Jeremias Manoel de Barros, da Provincia de S. Paulo, e junta a um requerimento por este dirigido ao Governo Imperial em Junho ultimo, na qualidade de inventariante dos bens de Antonio de Souza Maciel, que a referida Thesouraria negára-se a cumprir a precatoria do Juiz dos Ausentes de Nazareth, expedida em virtude de outra do Juiz de Orphãos de Sorocaba, na mesma Provincia de S. Paulo, para se entregar ao supplicante, representado por seu procurador, o producto dos bens deixados por Maciel na da Bahia, onde fallecêra intestado em viagem de uma para outra das ditas Provincias; visto que o finado era domiciliado em Sorocaba, onde se procede ao inventario perante o Juizo de Orphãos por haverem herdeiros menores; declara ao Sr. Inspector da mencionada Thesouraria, que, em hypotheses semelhantes, como já foi decidido pelo Aviso de 31 de Julho de 1861, a arrecadação feita dos bens do defunto testado ou intestado não se póde deixar de considerar provisoria, e portanto devendo cessar quando compareça o inventariante ou testamenteiro, por seus procuradores, para serem os bens ou o producto delles existentes nos cofres nacionaes, mediante precatoria do Juizo do inventario competente ao da arrecadação e deste á Thesouraria de Fazenda, entregues ao mesmo inventariante ou testamenteiro, ou ainda aos herdeiros que apresentarem seus formaes de partilha; não dependendo estes em tal caso da habilitação de que trata o art. 45 do Regulamento de 15 de Junho de 1859, por estarem tacitamente habilitados no inventario respectivo.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 406. — FAZENDA. — Em 10 de Dezembro de 1864.

Sobre o pagamento de dividas de exercicios findos em vista de procurações.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n. 80 de 26 de Outubro proximo passado, que approva a decisão que deu á consulta que lhe fôra feita pelo respectivo Thesoureiro ácerca do modo de effectuar o pagamento de dividas de exercicios findos; determinando que os pagamentos das referidas dividas se realizem á vista das procurações dos credores, salvo constando por via que pareça certa o fallecimento destes.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 407. — IMPERIO. — Aviso de 10 de Dezembro de 1864.

Ao Ministerio da Fazenda. Fixa a intelligencia do Decreto n.º 1.225 de 20 de Agosto de 1864 ácerca dos bens que pertencem ás corporações de mão-morta e dos que forem por ellas adquiridos.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 10 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ás questões formuladas por V. Ex. em Aviso de 3 do corrente ácerca da intelligencia do Decreto n.º 1.225 de 20 de Agosto ultimo, cabe-me declarar a V. Ex.:

1.º Que esse Decreto garantio ás corporações de mão-morta os bens de raiz legalmente adquiridos que constituião o seu patrimonio na época em que elle começou a vigorar; e que taes bens podem ser ou permutados por apolices da divida publica interna fundada, que serão intransferiveis, nos termos do art. 44 da Lei de 18 de Setembro de 1845, ou

convertidos em acções das companhias de estradas de ferro garantidas pelo Governo, nos termos do art. 21 da Lei de 26 de Setembro de 1857;

2.° Que os bens de raiz que as ditas corporações adquirirem, na conformidade da Ord. Liv. 2.°, Tit. 18 § 1.°, depois que começou a vigorar o citado Decreto, devem ser alheados, no prazo de seis mezes contados de sua entrega, e o seu producto convertido em apolices da divida publica, sob as penas daquella Ord.; salvo se, com licença do Governo, forem applicados ao serviço das mesmas corporações, ou á edificação de igrejas, capellas, cemiterios extra-muros, hospitaes, casas de educação e de asylo, e quaesquer outros estabelecimentos publicos;

3.° Que o mencionado Decreto nada innovou na legislação relativa á acquisição de bens pelas corporações de mão-morta, e que portanto não são applicaveis as suas disposições aos que fossem por ellas indevidamente adquiridos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.* — Sr. Carlos Carneiro de Campos.

N. 408.—FAZENDA.—Em 12 de Dezembro de 1864.

Os arrematantes devem assignar as letras no prazo que lhes fôr marcado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n.° 79 de 26 de Outubro proximo passado, que approva o procedimento da mesma Thesouraria, de que dá conta em outro seu officio de 2 de Junho do corrente anno, sob n.° 37, pelo qual marcou novo prazo de 40 dias, para a assignatura das letras a que deve ser reduzida a importancia da arrematação que da Fazenda Mocambo fizera o Tenente Coronel Francisco

de Paula Fonseca Vianna, hoje fallecido, devendo porém, o Sr. Inspector fazer sentir aos herdeiros do fallecido, que, se dentro de um novo e improrogavel prazo, não excedente ao já estipulado, não ficarem assignadas as letras, e esse negocio definitivamente concluido, ficará a arrematação sem effeito, mandando-se proceder á nova, e respondendo os referidos herdeiros pela diminuição do preço da nova praça, e mais perdas e damnos que causarem á Fazenda Nacional na fórma da lei de 22 de Dezembro de 1861, Tit. 1.º § 1.º.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 409.—IMPERIO.—Aviso de 12 de Dezembro de 1864.

Ao Reverendo Vigario Capitular da Diocese de Pernambuco. Declara o modo por que se deve proceder em relação aos espolios dos Bispos.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 de Dezembro de 1864.

Em resposta á consulta por V. S. feita em officio de 2 de Agosto ultimo, tenho de declarar-lhe, de accordo com o Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 deste mez, que, sendo certo que os espolios dos Bispos regulares fallecidos *ab intestato* (não assim os dos Seculares) pertencem á sua Igreja, isto é, ao Bispo successor para os despender nas suas precisões episcopaes, e nas da Cathedral, Parochias e Clero da Diocese, conforme as disposições contidas na Carta Regia de 7 de Junho de 1784, Resolução de 17 de Abril de 1793 e Provisões de 5 de Janeiro de 1800 e 6 de Abril de 1815, é claro que, na conformidade do direito e dos estylos sempre observados os bens que constituem o espolio do Bispo ex-Regular dessa Diocese, D. João da Purificação Marques Perdigão, devem ficar em arrecadação no Juizo competente para serem entregues ao seu successor, como determina a ultima daquellas Provisões,

Quanto aos impostos devidos, embora o Governo se abstenha de uma solução ácerca da decima da herança e legados, por ser o imposto provincial, observarei todavia que, se o imposto fosse geral, era fóra de duvida que do dito espolio se deveria pagar a taxa de heranças e legados estabelecida no Alvará de 17 de Junho de 1809, por ser elle uma verdadeira herança devolvida *ab intestato* ao successor, como expressamente tambem o determina a referida Provisão de 1815; cumprindo em todo caso que sejão opportunamente pagos aos cofres geraes o sello proporcional e os direitos de habilitação, attentas as disposições citadas.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barroso.*—Sr. Vigario Capitular da Diocese de Pernambuco.

N. 410.—FAZENDA.—Em 12 de Dezembro de 1864.

As concessões de alfandegamentos de trapiches são pessoaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—O requerimento em que Elias Baptista da Silva e o Visconde de Loures solicitão permissão para transferir a José Antonio Bastos, actual arrendatario dos seus armazens n.os 9, 15 e 17, o alfandegamento dos mesmos armazens concedido pelas Cartas de 4 de Maio deste anno, visto como os arrendatarios nellas mencionados deixárão de o ser por ter-se terminado o prazo do respectivo contracto no fim de Junho ultimo, não póde ser deferido por serem pessoaes as concessões desta natureza. Se os supplicantes, como proprietarios, pretendem requerer para si o alfandegamento de seus armazens podem fazê-lo em seu nome, habilitando-se na fórma do art. 219 do Regulamento das Alfandegas; sendo que não os inhibe a disposição do art. 218, que declara meramente pessoaes taes concessões de alfandegamento, de arrendarem os seus trapiches a quem lhes parecer,

ficando sob sua responsabilidade para com a Fazenda Nacional a administração dos ditos trapiches. Não podem, porém, ser admittidos a pedi-lo para o mencionado Bastos como fazem: este é quem deve, habilitando-se nos termos do citado art. 219, requerer em seu proprio nome o alfandegamento dos armazens que arrendou.

O que declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, em resposta ao seu officio n.º 88 de 30 de Julho, com o qual transmittio-me o supra indicado requerimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 111.—IMPERIO.—Aviso de 12 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro.—Approva o acto pelo qual forão annullados os trabalhos do Conselho Municipal de Recurso da Cidade de S. Gabriel; 1.º por ter o respectivo Presidente designado novo dia para esses trabalhos, sem a necessaria autorisação; 2.º por não ter decorrido entre o annuncio e reunião do Conselho o intervallo determinado.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 12 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 10 de Setembro ultimo, no qual V. Ex. declarou ter annullado os trabalhos do Conselho Municipal de Recurso da Cidade de S. Gabriel, em razão de ter o presidente do mesmo Conselho designado, sem a autorisação de V. Ex., dia para a continuação dos trabalhos, que havião sido interrompidos logo depois de começados; e outrosim por ter havido entre o annuncio para a continuação dos ditos trabalhos e a reunião do Conselho intervallo menor do que o determinado pelo Governo; o que importava offensa das disposições dos Avisos n.ºs 91 e 114 de 7 de Junho e 26 de Agosto de 1847.

E Sua Magestade o Imperador, Tendo-se Conformado, por Sua Immediata Resolução de 30 de No-

vembro proximo passado, com o parecer da referida Secção, exarado em Consulta de 28 de Outubro antecedente, Houve por bem Mandar approvar o acto de V. Ex., o qual, além da decisão em que V. Ex. o fundamentou, tem tambem apoio nos Avisos n.os 8, 22 e 25 de 1, 25 e 26 de Fevereiro de 1847, n.º 586 de 22 de Dezembro de 1860, § 2.º, e finalmente no de 21 de Julho do corrente anno dirigido ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Liberato Barrozo.*— Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 412.—JUSTIÇA.—Aviso de 12 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Declara que ha incompatibilidade entre o cargo de Juiz Municipal Supplente e os lugares de Tenente Coronel Commandante de Batalhão da Guarda Nacional, e Collector.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — A' Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia de 10 de Setembro ultimo, submettendo á consideração do Governo a decisão dada á Consulta do Juiz de Direito da Comarca do Bonito, sobre a incompatibilidade do Tenente Coronel José Joaquim Bezerra de Mello e do ex-Collector Antonio da Costa Mello Luna para exercerem o cargo de Juiz Municipal Supplente.

O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Approvar a decisão relativa ao Tenente Coronel José Joaquim Bezerra de Mello, declarando-o incompativel para exercer o cargo de Juiz Municipal Supplente, o que está de accordo com o disposto nos Avisos de 24 de Julho de 1855, e 3 de Junho de 1863.

Quanto á segunda parte da Consulta, que se refere ao segundo Supplente do mesmo Juizo Municipal do Termo do Bonito, Antonio da Costa Mello Luna, Manda Sua Magestade o Imperador declarar que, á vista dos Avisos do Ministerio da Fazenda de 27 de

Abril de 1833, de 15 de Abril de 1834, de 4 de Junho de 1847, de 18 de Março de 1854 § 2.°, e de 7 de Agosto de 1860, ha manifesta incompatibilidade entre o lugar de Collector e o cargo de Juiz Municipal; e, tendo o dito Luna exercido o lugar de Collector depois de nomeado segundo Supplente do Juiz Municipal, *ipso facto* renunciou este cargo, e não póde por isso assumir o exercicio respectivo, devendo a vara passar ao terceiro supplente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco José Furtado.*— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 413.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1864.

Os exactores da Fazenda Nacional são responsaveis pelas sizas que de menos arrecadão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Dezembro do 1864.

Sirva-se V. S. declarar ao Administrador da Mesa de Rendas de S. João da Barra, em resposta ao seu officio de 30 de Setembro ultimo, que muito irregularmente procedeu quando, entendendo que era devida a siza na proporção de 18:000$000, valor de terras, bemfeitorias, moveis, utensis, gado e outros objectos dados em pagamento a João Antonio Alves de Brito por José Forreira Lobo e sua mulher, deixou de cobra-la, e percebeu sómente dos 7:200$000, valor dos immoveis, por não se ter conformado a parte com sua exigencia; que, portanto, é elle responsavel por essa differença, com a qual deverá entrar para os cofres publicos, se a parte não satisfizer, visto como lhe cumpria, em face das disposições em vigor, entre as quaes as ordens de 19 de Fevereiro de 1861, a de n.° 142 de 1847 e n.° 367 de 1856, insistir na sua justa exigencia, ficando á parte o direito salvo de interpôr o seu recurso para o Tribunal do Thesouro, que decidiria a questão como fosse de direito.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 414.—IMPÉRIO.—Aviso de 14 de Dezembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo. Fixa a intelligencia das disposições do Regulamento do curso preparatorio das Faculdades de Direito, relativas á inscripção de um só candidato ao concurso das cadeiras do mesmo curso.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio em 14 de Dezembro de 1864.

Para que o Governo Imperial possa resolver sobre o requerimento, em que o Dr. José Joaquim de Almeida Reis pede ser nomeado Professor da cadeira de francez do Curso, preparatorio dessa Faculdade, independentemente de sujeitar-se a exame, por ter sido o unico candidato inscripto para o concurso da mesma cadeira, requerimento sobre que V. S. informou em data de 3 do corrente mez, dando as razões por que deixou de propôr o supplicante na fórma do disposto no art. 70 do Regulamento expedido com a Portaria de 5 de Maio de 1856, devolvo a V. S. o referido requerimento, para que, em observancia dos arts. 71 e 83 do citado Regulamento, volte a este Ministerio com os documentos e informações necessarias.

Versando a representação do supplicante, bem como a informação de V. S. sobre a intelligencia do citado art. 70, julgo conveniente declarar como o Governo entende que deve ser executado o mesmo artigo, e outros do dito Regulamento, que com elle tem relação; e assim ficará resolvida a consulta que essa Directoria fez em officio de 14 de Abril de 1857, a que V. S. se refere.

O art. 70, permittindo que, quando ao concurso se apresentar um só candidato *já approvado*, seja este apresentado ao Governo sem novo exame, comprehende sem duvida nenhuma não só o que fez exame para a inscripção na fórma do art. 55 do dito Regulamento, como tambem o que foi dispensado delle de accordo com as disposições dos arts. 53 e 54, visto que, por um lado estes artigos o dão por approvado, e por outro os individuos dispensados, se não estão approvados naquelle exame de habilitação, feito na occasião do concurso, já o forão em outros anteriores, em virtude dos quaes obtiverão os diplomas que apresentão para a dispensa.

O citado art. 70, estabelecendo que tal candidato *poderá* ser apresentado ao Governo sem novo exame,

não impõe uma obrigação ao Director da Faculdade' deixa-lhe a liberdade de propor ou não o candidato, mas conforme o juizo que fizer de suas habilitações.

Qualquer porém que seja o juizo do Director, é obrigatorio o aviso que o art. 71 manda fazer ao referido candidato, para que apresente requerimento ao Governo com os documentos, de que o mesmo artigo faz menção.

Observada esta disposição, o Director, em virtude do que determina o art. 83, deve dar ao Governo as informações ahi exigidas, e nellas dirá se julga o candidato habilitado para ser nomeado independentemente de concurso, ou não.

Cabendo ao Governo resolver definitivamente a este respeito, de accordo com a autorisação que lhe confere o art. 80 do citado Regulamento, fará a nomeação, se julgar que o candidato a merece, ou ordenará que se proceda á nova inscripção, e á concurso.

Nesta conformidade devem ser observados os artigos que ficão citados.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 415.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1864.

Sobre a restituição de siza de uma arrematação julgada nulla.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 8 do Sr. Procurador Fiscal e dos Feitos da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 5 de Outubro proximo passado, em que dando conta de haverem Ferreira & Araujo intentado uma execução contra Francisco das Chagas Oliveira e posto em praça a casa em que elle morava, fôra esta arrematada por Patricio José da Silva Saraiva, que

pagou a competente siza, e da qual pedio depois a restituição por ter o Tribunal do Commercio annullado aquella venda, recorre da decisão da mesma Thesouraria, que mandou fazer a dita restituição; em resposta ao citado officio, declara que não procede tal conta dada ao Thesouro, na conformidade do art. 4.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851, e que bem decidio o Inspector a questão de restituição de siza, de que se trata, porquanto consta dos papeis que Manoel Antonio da Silva Moreira oppôz embargos de terceiro senhor e possuidor nos autos de execução entre partes — Exequente Ferreira & Araujo e executado Francisco das Chagas Oliveira, em que o predio penhorado tinha sido arrematado por Patricio José da Silva Saraiva; que por Accordão do Tribunal do Commercio foi julgado que o predio pertencia ao dito Moreira, e que portanto a arrematação era nulla, e de nenhum effeito, assim como a penhora; nestes termos exigindo a lei, para ter lugar a restituição, que a venda se desfaça por sentença (artigos das sizas, Cap. 6.º, Ord. n.º 143 de 29 de Dezembro de 1845), claro era o direito de Saraiva á restituição da siza paga da mesma arrematação de bens de raiz, que fôra julgada nulla e de nenhum effeito, por sentença sobre embargos de terceiro, fundados em direitos de propriedade; sendo que não obstava á restituição ordenada pelo Inspector a ordem citada n.º 143 de 29 de Dezembro de 1845, pois na especie de que trata, se refere a hypothese muito diversa, nem o Cap. 6.º § 1.º dos artigos das sizas, que é a hypothese da Ord. do Liv. 3.º, Tit. 86, § 4.º, em que tambem não se deve restituir a siza.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 416.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1864.

Approva o ter-se cobrado o sello proporcional integral da segunda nomeação de um Professor Publico naturalisado Cidadão Brasileiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo á consulta do Sr. Procurador Fiscal e dos Feitos da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco em seu officio n.° 10 de 6 de Outubro ultimo, sobre se bem procedeu a Recebedoria dessa Provincia exigindo de Carlos Steuber, hoje naturalisado cidadão brasileiro, e nomeado professor effectivo de allemão no Gymnasio provincial, o sello proporcional do segundo titulo, tendo-o já cobrado do primeiro, e se este devia ou não ser restituido como entende e como reclamava a parte, ou se já se achava prescripto como o decidio a Thesouraria, na fórma do art. 3.° do Decreto n.° 857 de 12 de Novembro de 1851; declara que juridicas são as razões dadas pela Contadoria informando que bem procedeu a Recebedoria exigindo para o sello do titulo effectivo a taxa correspondente ao vencimento integral, que é attribuido ao emprego a que elle se refere, e não o da maioria, nos termos do art. 17 do Decreto n.° 3.139 de 13 de Agosto de 1863, que só tem applicação ao empregado publico, a quem se passa novo titulo para servir o mesmo emprego e não podem aproveitar ao requerente, que sendo estrangeiro não podia ser empregado publico, e por isso gozar das vantagens á estes concedidas, sendo uma dellas o favor conferido pela disposição citada; e não se achando o primeiro titulo, passado em 1855, sujeito ao sello proporcional, nos termos do art. 9.° § 4.° do Regulamento de 10 de Julho de 1850, teria hoje lugar a restituição requerida, se não se achasse ella prescripta, na fórma do art. 3.° do Decreto de 12 de Novembro de 1851, acima citado: justa portanto foi a decisão da Thesouraria indeferindo a pretenção de Carlos Steuber.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 417.—FAZENDA.—Em 14 de Dezembro de 1864.

Sobre a revisão de contas tomadas fóra das horas do expediente nas Thesouraria de 2.ª ordem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergype, n.º 67, de 24 de Agosto ultimo, quanto á sua primeira parte, que fica approvada a tabella que organisou, e remetteu por cópia, regulando o abono das gratificações devidas aos empregados da Thesouraria pelas contas que tomarem fóra das horas do expediente, e que a despeza com esse serviço no corrente exercicio ha de se pagar logo que se tenha decretado o augmento da verba « gratificações por serviços extraordinarios, » devendo o Sr. Inspector informar, em Abril proximo futuro, emquanto importão ellas, para se providenciar a tal respeito: e quanto á segunda, na qual consulta — quem, em face do disposto no art. 6.º das Instrucções de 31 de Janeiro de 1860, ha de funccionar como Contador nas tomadas de contas, visto como não o tem a Thesouraria que dirige, por ser de 2.ª ordem ; que, attenta a disposição do art. 19 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, a ultima analyse e apuração das contas de que se trata, compete nas Thesourarias de 2.ª ordem, ao Chefe da 1.ª Secção da Contadoria. Como, porém, é necessario que trabalho tão urgente e importante se conclua com facilidade e promptidão, fica o mesmo Sr. Inspector autorisado para distribuir como julgar mais conveniente a ultima analyse da liquidação das referidas contas, cumulativamente pelos dous Chefes de Secção da Thesouraria, e no impedimento destes pelos 1.ºs Escripturarios, seguindo a ordem estabelecida no art. 32 do supracitado Decreto, mas de modo que o Empregado que tiver funccionado no primeiro ou no segundo exame da conta não seja encarregado de apura-la.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 418.—IMPERIO.—Aviso de 16 de Dezembro de 1864.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo. — Declara que ao acto de encerramento das inscripções para o concurso das cadeiras do curso preparatorio deve ser applicada a disposição do Regulamento complementar das Faculdades de Direito, quando o prazo das mesmas inscripções tiver de expirar durante as férias.

4.ª Secção.— Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 16 de Dezembro de 1864.

Em resposta ao officio de V. S. de 5 do corrente, em que, communicando que expirão nas férias actuaes os prazos das inscripções para os concursos das cadeiras de rhetorica e latim do curso de preparatorios dessa Faculdade, consulta se póde ser applicada ao acto de encerramento das ditas inscripções a disposição do art. 114 do Regulamento complementar da mesma Faculdade, visto que o Regulamento do referido curso, de 5 de Maio de 1856, é omisso a semelhante respeito, declaro a V. S. que certamente póde e deve ao acto do sobredito encerramento ser applicada aquella disposição, para o fim de conservarem-se abertas as inscripções nos tres primeiros dias uteis que se seguirem áquelle em que terminão as férias, fazendo-se o seu encerramento no terceiro dia ás duas horas da tarde. E esta decisão é applicavel a casos semelhantes.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 419.—GUERRA.—Aviso circular de 16 de Dezembro de 1864.

Declara a maneira por que devem ser informados e remettidos á Secretaria da Guerra os requerimentos e outros papeis, sobre os quaes tenhão de ser ouvidos os Presidentes das Provincias.

1.ª Directoria Geral.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra em 16 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Convindo simplificar o trabalho do expediente, diminuir sua despeza, e evitar a perda de tempo com a multiplicidade de assignaturas, á

que são diariamente obrigados o Ministro e os Directores Geraes da Repartição, fique V. Ex. prevenido de que os requerimentos e outros papeis dirigidos á esta Secretaria de Estado, e sobre os quaes V. Ex. tiver de ser ouvido, lhe serão, d'ora em diante, enviados sob capa official, independentemente de qualquer aviso de remessa, e apenas com a seguinte indicação escripta no alto da primeira pagina—Em tal data é remettido pelo Ministerio da Guerra á Presidencia da Provincia de..... para informar.—Esta indicação, que ficará notada nos registros desta Repartição, não terá assignatura alguma.

Tanto as informações de V. Ex., como as que obtiver de outras autoridades, em virtude de despachos seus, serão sempre que houver espaço, e conformemente ás ordens estabelecidas, lançadas á margem dos ditos papeis, e estes devolvidos, sem officio de remessa, á Secretaria da Guerra ; cumprindo que V. Ex., em identidade de circumstancias, adopte o mesmo systema nas suas relações com as autoridades subordinadas á este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Henrique de Beaurepaire Rohan.*—Sr. Presidente da Provincia de....

—O mesmo, *mutatis mutandis*, ás Repartições sujeitas á Repartição da Guerra na Côrte.

N. 420.—FAZENDA.—Em 17 de Dezembro de 1864.

Declara que a multa de que trata o art. 465 do Regimento das Alfandegas deixou de subsistir em virtude do art. 75 do Decreto n.º 3.217.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1864.

Em resposta ao officio n.º 903 do 1.º do corrente mez em que o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte consulta se os passageiros que omittirem objectos sujeitos a direitos na declaração verbal ou por escripto, de que trata o art. 38 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, ficão isentos da pena de multa equivalente aos mesmos direitos, ou devem

considerar-se comprehendidos nas disposições do art. 25 do sobredito Decreto, declaro ao referido Sr. Inspector que semelhante multa, que era imposta pelo § 1.° do art. 465 do Regulamento das Alfandegas, deixou de subsistir por força do art. 75 do Decreto citado, porquanto, aos Conferentes incumbe, na verificação da bagagem dos passageiros, separar para pagamento dos direitos os objectos e mercadorias que, na fórma do Regulamento, não possão constitui-la.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 421.—FAZENDA.—Em 17 de Dezembro de 1864.

Nas requisições para a entrega de emprestimos do cofre de Orphãos deve-se declarar o que pertence a capital e a juros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1864.

Não póde ser satisfeita a requisição constante do seu officio de 5 do corrente para que seja entregue ao Thesoureiro de Orphãos desse Juizo, Francisco Maximo Barboza, a quantia de 199$620, de principal e juros, contados até aquella data, extrahida do emprestimo de 18 de Setembro ultimo, por não constar da escripturação, do cofre de Orphãos de Nictheroy a entrada de quantia alguma naquella data; convindo que Vm. faça verificar se houve engano na indicação da mencionada data, e observar o art. 8.° das Instrucções de 12 de Maio de 1842, para que nas suas reclamações não venhão sem discriminação as importancias de capital e de juros como acontece com a de que se trata.

Deus Guarde a Vm.—*Carlos Carneiro de Campos.*
Sr. Juiz de Orphãos e Ausentes de Nictheroy.

N. 422.—FAZENDA.—Em 19 de Dezembro de 1864.

O Collector da Estrella não é obrigado a ir assistir a avaliação de um escravo da nação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Aviso de 21 de Novembro proximo passado, em que me communica ter-se o Collector das Rendas Geraes da Villa da Estrella recusado a assistir á avaliação do escravo da Nação, de nome Ovidio, ao serviço da Fabrica da Polvora, tenho de declarar a V. Ex., que á vista do disposto no Aviso de 21 de Novembro de 1863, junto por cópia, regular foi semelhante procedimento daquelle Collector, cumprindo que V. Ex. se sirva dar as precisas ordens para que a sua presença em taes avaliações seja supprida pela maneira exposta no mesmo Aviso, dando-se-lhe vista a final para officiar ao pé do termo respectivo como entender a bem dos interesses da Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Henrique de Beaurepaire Rohan.

N. 423.— MARINHA. — Aviso de 19 de Dezembro de 1864.

Declara que os Officiaes Marinheiros condemnados, a mais de um anno de prisão, são *ipso facto* rebaixados á classe de Marinheiros.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha. —Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução de 8 de Outubro ultimo, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar de 3 do mesmo mez, Conformando-se com o parecer nella exarado, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. que, tendo sido equiparados pela Imperial Resolução de Consulta desse mesmo Tri-

bunal, de 29 de Junho proximo passado, os Officiaes Marinheiros aos Inferiores do Exercito, e estando preceituado na Imperial Resolução de Consulta, ainda do referido Tribunal, de 22 de Dezembro de 1860, que o Inferior, condemnado a mais de um anno de prisão, deve ser rebaixado a simples soldado, o Official Marinheiro, sentenciado a identica pena, igualmente deve ser rebaixado a Marinheiro, percebendo os vencimentos dessa classe, onde será conservado até que se torne digno de acceso.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 424. — JUSTIÇA. — Aviso de 19 de Dezembro de 1864.

Autorisa a Secretaria da Policia da Côrte a expedir passaportes para o exterior na conformidade do art. 77 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 1864.

Tendo levado ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador o officio que V. S. dirigio a este Ministerio, em data de 2 de Julho do corrente anno, representando sobre a conveniencia de se restabelecer a pratica anteriormente seguida, e alterada pelo Aviso de 21 de Março de 1860, de conceder essa Repartição os passaportes para o exterior; Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem, conformando-se com a informação prestada pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em data de 15 de Novembro ultimo, Mandar declarar a V. S. que fica autorisada a Secretaria da Policia da Côrte, á seu cargo, a expedir os referidos passaportes, na conformidade do art. 77 do Regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842; mantendo-se, porém, a faculdade que tem

aquelle Ministerio de expedi-los tambem pela respectiva Secretaria de Estado, aos Agentes Diplomaticos e Consulares, nacionaes e estrangeiros, aos encarregados de despachos, Empregados publicos de categoria superior, ou pessoas particulares em iguaes circumstancias; ficando assim como V. S. solicitou revogado o supracitado Aviso de 21 de Março de 1860.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e em resposta ao seu referido officio de 2 de Julho ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco José Furtado.*—Sr. José Caetano de Andrade Pinto.

N. 425.—IMPERIO.—Aviso de 19 de Dezembro de 1864.

Ao Rev. Provisor e Vigario Geral do Bispado de Marianna.—Declara que o sacerdote estrangeiro, nomeado vigario encommendado, deixa de perceber congrua se não fôr solicitada em tempo a approvação da nomeação.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 19 de Dezembro de 1864.

Tenho presente o officio de 3 de Outubro ultimo, em que V. S. pede a expedição da necessaria ordem para que se pague aos sacerdotes italianos Francisco Sabino de Philó, e Vicente Maria Mega a congrua correspondente ao tempo em que servirão como vigarios encommendados, aquelle na Freguezia de S. Caetano do Furquim, e este na do Inficionado.

Não tendo sido as respectivas nomeações sujeitas opportunamente á approvação do Governo, como exige o Aviso de 30 de Julho de 1862, não póde agora ter lugar a expedição da ordem por V. S. solicitada.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Provisor e Vigario Geral do Bispado de Marianna.

N. 426.—MARINHA.— Aviso de 19 de Dezembro de 1864.

Abre uma excepção na regra geral estabelecida no art. 20 do Regulamento, mandado observar por Decreto n.º 447, de 19 de Maio de 1846.

2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Marinha em 19 de Dezembro de 1864.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo que a disposição generica do art. 20 do Regulamento, mandado observar por Decreto n.º 447, de 19 de Maio de 1846, muito póde prejudicar, não só os legitimos interesses das companhias de navegação, como os da publica administração e do commercio, compromettendo a regularidade e presteza das viagens dos navios pertencentes ás ditas companhias, Ha por bem permittir que aos paquetes brasileiros subvencionados pelo Governo e aos das Companhias Ingleza — Royal Steam Navegation — e Franceza — Messageries Imperiales—seja licito sahir dos portos do Imperio depois do sol entrar ou antes deste nascer; devendo os respectivos Commandantes solicitar para este effeito licença aos Capitães dos mesmos portos: o que communico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Capitão de Mar e Guerra, Capitão do Porto da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro.

N. 427.—MARINHA. — Aviso de 19 de Dezembro de 1864.

Declara a maneira de contar-se o prazo para a prescripção das dividas, de que são credoras as praças de pret da Armada.

1.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1864.

Foi presente á Sua Magestade o Imperador a duvida suscitada por essa Contadoria sobre a época, de que se deve principiar a contar o prazo marcado

para a prescripção das dividas, de que são credoras as praças de pret da Armada; e Manda o mesmo Augusto Senhor declarar á V. S., que, na fórma do disposto no Aviso de 14 de Abril de 1848 e Ordem n.° 35 do Tribunal do Thesouro, de 23 de Março de 1854, o quinquennio, para a prescripção das dividas das praças de pret, sejão do Exercito ou da Armada, deve ser contado do dia, em que ellas são escusas do serviço, porque só de então para diante deixão de estar comprehendidas no § 1.° do art. 7.° do Dec. n.° 857, de 12 de Novembro de 1857.

O que communico á V. S. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S. — *Francisco Xavier Pinto Lima.* — Sr. Contador da Marinha.

N. 428.—IMPERIO.—Aviso de 20 de Dezembro de 1864.

Ao Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.—Declara que o substituto das cadeiras de rhetorica, philosophia e historia não póde ser nomeado Professor da cadeira de rhetorica, sem a formalidade do concurso exigida pela legislação em vigor.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 20 de Dezembro de 1864.

Communico a V. S., para seu conhecimento, e para que o faça constar ao substituto das cadeiras de rhetorica, philosophia e historia das aulas preparatorias dessa Faculdade, Dr. Joaquim do Monte Carmello, que foi indeferido o requerimento em que pede ser nomeado Professor da cadeira de rhetorica independentemente de concurso.

O supplicante fundamenta o seu pedido no art. 48 do Regulamento de 5 de Maio de 1856, o qual mandou conservar aos substitutos das ditas aulas, que então existião, os seus direitos adquiridos em virtude da legislação, ou do estylo reconhecido pelo Governo na data do mesmo Regulamento; o que diz verificar-se a respeito da sua pretenção, por isso que pelo art. 1.° do capitulo 14 dos Estatutos de 7 de Novembro de

1831, que vigorava quando elle foi nomeado e tomou posse do lugar que exerce, era direito dos substitutos o serem nomeados Professores sem a formalidade do concurso, e ainda depois da reforma dos referidos Estatutos, pelos que forão dados no anno de 1854, foi reconhecido o mesmo direito na nomeação feita do substituto de latim para Professor da mesma cadeira.

Mas semelhante fundamento não póde ser aceito, não só porque pelo Aviso n.º 13 de 7 de Janeiro de 1839 estava declarado que o citado art. 1.º do capitulo 14 dos Estatutos de 1831 sómente regulava para os substitutos das Faculdades de Direito, e não para os das aulas preparatorias, cujo accesso ao lugar de Professor não podia ter lugar sem o concurso exigido no art. 2.º do capitulo 2.º dos mesmos Estatutos, mas tambem porque os estylos quér anteriores, quér posteriores aos actuaes Estatutos, estão de accordo com esta doutrina, e com o que dispõe o art. 47 do sobredito Regulamento, e não podem portanto ser invalidados pelo unico precedente invocado pelo supplicante, o qual poderia ter sua razão especial, que hoje se não dá.

Deus Guarde a V. S.—*José Liberato Barrozo.*—Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 429.— FAZENDA. — Em 20 de Dezembro de 1864.

Restituição de direitos de exportação por não estar ainda embarcado o genero.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso de Carvalho & Nogueira, que acompanhou o seu officio de 31 de Agosto ultimo n.º 126, inter-

posto da decisão da Alfandega dessa Provincia e da mesma Thesouraria denegando-lhes a restituição dos direitos de exportação pagos por 184 barricas com assucar branco que despachárão para o Rio da Prata, e depois obtiverão permissão para embarcal-a no brigue nacional *Belisario* para o Rio de Janeiro, resolveu dar provimento ao dito recurso, para que se effectue a restituição requerida, pelo fundamento de não estar ainda embarcado o genero; no caso contrario, como se deduz do art. 642 §§ 8 e 14 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, já não poderia ter lugar a restituição, e sim apenas a remissão concedida por graça da Administração superior aos restrictos termos do paragrapho unico do art. 61 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 430.—MARINHA.—Aviso de 20 de Dezembro de 1864.

Eleva a 30 o numero de 18 Fieis de Commissão, para servir em os navios da Armada, na falta dos Fieis de 1.ª e 2.ª classe do Corpo de Officiaes de Fazenda, ficando nesta parte derogado o Aviso de 6 de Novembro de 1861.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Marinha em 20 de Dezembro de 1864.

Tendo a experiencia demonstrado ser insufficiente o numero de Fieis de Commissão, designado no art. 1.º do Aviso regulamentar de 6 de Novembro de 1861, para satisfazer as emergencias do serviço da Armada, como ponderou a Intendencia da Marinha em officio n.º 180 de 10 do corrente mez, Sua Magestade o Imperador Ha por bem, derogando aquelle artigo, mandar elevar a 30 o numero de 18 dos mesmos Fieis, que serão admittidos á medida que forem necessarios; ficando quanto ao mais em pleno vigor as disposições do referido Aviso.

O que communico a V. S. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Francisco Xavier Pinto Lima.*—Sr. Capitão de Mar e Guerra Intendente da Marinha.

N. 431. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 22 de Dezembro de 1864.

Altera o contracto com a Companhia de navegação intermediaria dos Paquetes do Sul.

N. 1.091. — Directoria do Correio. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio, e Obras Publicas em 22 de Dezembro de 1864.

Tendo em vista favorecer o desenvolvimento do commercio da colonisação nas Provincias, em cujos portos tocão os vapores da Companhia de navegação intermediaria, estabelecendo uma tarifa mais liberal de passagens e fretes, e tornando extensivos os beneficios dessa navegação a outros portos das mesmas Provincias: resolvi, attendendo á representação que na qualidade de Presidente daquella Companhia Vm. dirigio-me em data de 19 do corrente, fazer as seguintes modificações no serviço de que se trata.

1.ª Os vapores da Companhia farão mensalmente tres viagens, partindo do Rio de Janeiro nos dias 9, 16 e 24.

A primeira viagem será até Santa Catharina com escala pelos portos de Paranaguá, Antonina e S. Francisco, regressando do mesmo modo.

Na segunda viagem irá o paquete sómente até Paranaguá, tocando tanto na ida como na volta em Ubatuba, S. Sebastião, Santos e Iguape.

A terceira e ultima viagem mensal, será igual á primeira, podendo porém o vapor receber em seu regresso carga em Cananéa, e fazer escalas pelos portos de Santos, Cabeçudas, Itapocorohy ou Itajahy, se assim julgar conveniente.

2.ª E' permittido á Companhia empregar um vapor auxiliar no trajecto de Cananéa a Iguape.

3.ª A demora dos vapores nos portos, e o preço das passagens e fretes são fixados pelas tabellas annexas n.os 1, 2 e 3.

4.ª A subvenção de 3:500$000 para cada uma das duas viagens mensaes de que trata a condição 2.ª do contracto de 14 de Maio de 1856, será paga na razão de 7:000$000 pelas tres viagens acima estabelecidas.

Fica porém entendido que as penas estipuladas naquelle contracto são applicaveis tambem ás dis-

posições deste Aviso, que vigora da data de hoje e emquanto o Governo Imperial não determinar o contrario.

Deus Guarde a Vm.—*Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.*—Sr. Presidente da Companhia de navegação intermediaria.

N. 1.—Tabella das horas que devem demorar-se os paquetes da Companhia Intermediaria nas viagens até Paranaguá e escalas.

PORTOS DA LINHA.	NA IDA PARA O SUL.	NA VOLTA PARA O NORTE.
Ubatuba.....	2 horas.	2 horas.
S. Sebastião.....	1 »	1 »
Santos.....	6 »	4 »
Iguape.....	2 »	12 »
Paranaguá (estação).....	.....	6 »

Tabella das horas que devem demorar-se os paquetes da Companhia Intermediaria nas viagens até Santa Catharina e escalas.

PORTOS DA LINHA.	NA IDA PARA O SUL.	NA VOLTA PARA O NORTE.
Santos.....	4 horas.	3 horas.
Paranaguá (descendo de Antonina).	6 »	4 »
Antonina.....	3 »	3 »
Cananéa.....	1 »	4 »
S. Francisco.....	2 »	3 »
Santa Catharina (estação).....	.....	6 »

4.ª Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Dezembro de 1864.—O Director, Dr. *Thomaz José Pinto Serqueira.*

N. 2.—Tabella dos preços das passagens na Companhia intermediaria até Santa Catharina.

PORTOS.	Rio de Janeiro.		Ubatuba.		S. Sebastião.		Santos.		Cananéa.		Iguape.		Paranaguá.		Antonina		S. Francisco.		Santa Catharina.	
	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.	Ré.	Convez.
Rio de Janeiro	....	....	25$	15$	28$	16$	30$	18$	40$	24$	45$	26$	50$	28$	52$	30$	60$	30$	60$	30$
Ubatuba	25$	15$	....	....	6$	4$	16$	8$	30$	18$	40$	24$	45$	26$	50$	30$	55$	30$	55$	30$
S. Sebastião	28$	18$	6$	4$	....	....	12$	7$	28$	16$	30$	18$	40$	24$	45$	26$	50$	30$	50$	30$
Santos	30$	18$	16$	8$	12$	7$	....	....	25$	15$	28$	16$	32$	18$	36$	20$	45$	26$	45$	26$
Cananéa	40$	24$	30$	18$	28$	16$	25$	15$	....	....	4$	2$	10$	6$	15$	8$	25$	15$	25$	15$
Iguape	45$	20$	40$	24$	30$	18$	28$	16$	4$	2$	....	....	14$	8$	18$	10$	30$	18$	30$	18$
Paranaguá	50$	30$	45$	26$	40$	26$	32$	18$	10$	6$	15$	8$	....	....	3$	2$	15$	8$	25$	15$
Antonina	52$	30$	50$	30$	45$	26$	36$	20$	15$	8$	20$	12$	3$	2$	....	....	20$	12$	30$	18$
S. Francisco	60$	35$	55$	32$	50$	30$	45$	28$	25$	15$	30$	18$	15$	8$	20$	12$	....	....	16$	10$
Santa Catharina	60$	35$	55$	32$	50$	30$	45$	28$	25$	15$	30$	18$	25$	15$	30$	18$	16$	10$		

OBSERVAÇÕES.

1.ª As passagens por conta do Governo pagarão sómente 50 por cento do preço fixado pela tabella, em compensação das passagens de estado, que ficão supprimidas.

2.ª A passagem de escravo será duas terças partes da passagem de convez.

3.ª Os menores de 3 annos vão gratis; os de 3 até 10 annos pagarão meia passagem, os maiores de 10 annos pagarão passagem por inteiro.

4.ª O passageiro que não seguir viagem perderá metade da passagem, e se depois de encetar a viagem ficar em qualquer porto da escala, perderá metade da importancia que corresponder na tabella desde essa escala até aquella para onde tiver tomado bilhete.

5.ª Não é permittida a transferencia de bilhete de passagem para outra pessoa, mas sim para outro paquete.

6.ª A distribuição dos camarotes é regulada pela precedencia da apresentação dos bilhetes das passagens preferindo os dos portos mais distantes.

7.ª O espaço concedido a cada passageiro para bagagem é de 35 palmos cubicos para os de ré, e de 10 palmos cubicos para os de convez; o excesso será pago á razão de 200 réis por cada palmo cubico.

Quarta Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Dezembro de 1864.—O Director, Dr. *Thomaz José Pinto Serqueira.*

N. 3.—Tabella dos fretes de carga sobre os Paquetes da Companhia Intermediaria.

CLASSIFICAÇAO DOS ARTIGOS DE CARGA.	UBATUBA.	S. SEBASTIÃO.	SANTOS.	IGUAPE.	PARANAGUÁ.	ANTONINA.	S. FRANCISCO.	SANTA CATHARINA.
Pipas com liquido	8$000	9$000	10$000	11$000	9$000	10$000	14$000	15$000
Barris de 1/4	2$000	2$200	2$500	2$700	2$200	2$500	3$500	3$700
Idem de 1/5	1$600	1$800	2$000	2$200	2$000	2$200	2$800	3$000
Idem de 1/10	1$000	1$200	1$200	1$300	1$000	1$100	1$600	1$600
Barricas com farinha de trigo	1$000	1$200	1$200	1$300	1$000	1$100	1$600	1$800
Idem com bacalhão	$800	$900	1$000	1$200	1$000	1$100	1$400	1$500
Idem com cerveja	1$000	1$100	1$200	1$300	1$200	1$300	1$600	1$700
Caixas com louça	1$000	1$100	1$200	1$300	1$000	1$100	1$600	1$700
Idem com bacalhão	1$000	1$100	1$200	1$300	1$000	1$100	1$600	1$700
Idem com cêra	1$200	1$300	1$500	1$600	1$000	1$100	1$900	2$000
Idem com queijos	1$200	1$200	1$200	1$400	1$000	1$100	1$700	1$800
Sacos com mantimentos até dous alqueires	$600	$800	$900	1$000	$600	$700	1$100	1$200
Taboado para assoalho, até 20 palmos de comprimento, duzia	5$000	6$000	7$000	7$500	6$000	6$600	8$500	9$000
Páos de prumo, até 20 palmos de comprimento, duzia	6$000	6$500	7$500	8$000	7$000	7$700	10$000	11$000
Gallinhas, uma	$100	$100	$100	$100	$100	$100	$120	$160
Perús, um	$200	$200	$200	$200	$200	$200	$300	$320
Carneiros, um	$800	$800	1$000	1$000	1$000	1$000	1$200	1$400
Cães, um	2$000	2$200	2$400	2$600	2$000	3$000	3$800	4$000
Cavallos ou bestas, um	20$000	20$000	20$000	20$000	20$000	20$000	30$000	35$000
Bois, um	20$000	20$000	20$000	20$000	20$000	20$000	30$000	35$000
Os generos que no commercio são sujeitos a peso, por arroba	$160	$160	$160	$160	$160	$180	$240	$280
As fazendas encaixotadas, enfardadas, ou volumes cujo peso não esteja em relação com seu tamanho, por palmo cubico	$160	$180	$180	$200	$200	$220	$240	$280

N. B. Haverá em cada vapor accommodações apropriadas para transportar debaixo de coberta pelo menos 8 cavallos.
Dinheiro em papel, frete 1/2 %; idem em ouro ou prata, frete 3/4 %; idem em cobre, 2 %; joias, frete 1 %.
Os fardos de fazenda de 4 arrobas pagarão até Paranaguá 1$000 de frete, e para Antonina 1$100.
4.ª Directoria do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 22 de Dezembro de 1864.—O Director, Dr. *Thomaz José Pinto Serqueira.*

N. 432. — IMPERIO. — Circular de 23 de Dezembro de 1864.

Declara que, sempre que forem renovadas as Provisões de nomeação de Sacerdotes estrangeiros para continuarem, na mesma ou em diversa parochia, no exercicio do cargo de Vigarios encommendados, deve ser solicitada a approvação do Governo Imperial, da qual fica dependente o pagamento das respectivas congruas.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 23 de Dezembro de 1864.

Exm. e Revm. Sr. — Declaro a V. Ex. Revm., em additamento ao Aviso de 30 de Julho de 1862, que, quando V. Ex. Revm. renovar as Provisões de nomeação de Sacerdotes estrangeiros para continuarem, na mesma ou em diversa parochia, no exercicio do cargo de Vigario encommendado, deve solicitar a approvação de que trata o mesmo Aviso, e de que depende o pagamento das respectivas congruas.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *José Liberato Barrozo.* — Sr. Bispo da Diocese de.....

N. 433. — JUSTIÇA. — Aviso de 24 de Dezembro de 1864.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que a Lei tem designado quaes os Escrivães que devem servir perante os Delegados de Policia, e que no impedimento desses, cabe a pronuncia contida no Aviso n.º 180 de 16 de Outubro de 1854.

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o seu officio sob data de 30 de Julho deste anno, consultando — se póde estender á alguns Termos dessa Provincia a autorisação concedida por Aviso de 17 de Novembro de 1853 ao Delegado de Policia dessa Capital, para nomear interinamente um Escrivão que perante elle sirva, emquanto não houver providencia legislativa —; Manda declarar a V. Ex. que a lei tem designado quaes

os Escrivães que devão servir perante os Delegados, e que, no impedimento dos mesmos Escrivães, cabe a providencia contida no Aviso n.º 180 de 16 de Outubro de 1854.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Francisco José Furtado.* —Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 434.— FAZENDA. —Em 27 de Dezembro de 1864.

Sobre a cobrança de multas impostas por falta de registros de terras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 14 do corrente, que o Juizo dos Feitos da Fazenda da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, expedindo Precatorias para cobraça de multas impostas aos Indios da Aldêa de S. Pedro por falta de registro, o fez legalmente em virtude de certidões expedidas pelo Thesouro á requisição do Ministerio que tinha a seu cargo a Administração das Terras Publicas em Aviso de 16 de Maio de 1857, e, portanto não praticou violencia alguma contra os individuos de que se trata, como V. Ex. presume. Mais regular me parece que a autoridade competente, que julgo ser o Presidente da Provincia, informado como se acha agora de que o Parocho não devia ter imposto as mencionadas multas tome conhecimento da reclamação, que devolvo, com a relação junta por copia, que acompanhou o citado Aviso, e allivie os multados das multas impostas por uma deliberação que deverá ser communicada ao Thesouro para os effeitos legaes; convindo prevenir a V. Ex. de que já se expedirão as ordens constantes da copia junta do officio da Directoria Geral do Contencioso do Thesouro sómente para sobr'estar-se no andamento das execuções, até que pelo meio normal acima indicado possão cessar as mesmas execuções.

Deus Guarde a V. Ex. —*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

N 435.—FAZENDA.—Em 28 de Dezembro de 1864.

Designa o Conselheiro Ferraz para presidir a Commissão incumbida de proceder a um inquerito sobre as causas da ultima crise commercial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial por Aviso do 1.º de Outubro do corrente anno, commetteu a V. Ex. a tarefa de estudar, de accordo e em commum com os outros Srs. Commissarios que então servião como fiscaes na liquidação das cinco (5) casas bancarias que suspendêrão seus pagamentos no mez de Setembro, a origem e as causas principaes e accidentaes da crise que atravessava a Praça do Rio de Janeiro.

Aproxima-se a época em que se tornão necessarios os trabalhos desse inquerito; mas tendo sido substituidos os dous collegas de V. Ex. é necessario que se tome algumas providencias para que com brevidade possa ser levado a effeito o pensamento do Governo, chamando-se a um centro os trabalhos já encetados, e os que ainda se houverem de fazer. Nestes termos, designando a V. Ex. para presidir a Commissão de inquerito, da qual d'ora em diante farão parte o Sr. Conselheiro José Pedro Dias de Carvalho e o Sr. Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno que forão nomeados Fiscaes por parte do Governo em substituição dos Srs. Conselheiros Bernardo de Souza Franco e José Maria da Silva Paranhos, communico-lhe que nesta data se officia ao Presidente do Banco do Brasil, á Junta dos Corretores e ás Commissões administrativas do mesmo Banco e do Rural para que forneção aos Srs. Fiscaes os esclarecimentos necessarios; requisitando do Ministerio da Justiça a expedição de suas ordens, a fim de lhes serem prestados tambem os que forem precisos pelos Juizes e Tribunal do Commercio, pelos Juizes Criminaes encarregados dos processos contra os fallidos e pela Secretaria da Justiça.

Além destes esclarecimentos, sirva-se V. Ex. requisitar aquelles de que ainda carecer a Commissão, e bem assim os Empregados Publicos de cuja cooperação tambem necessitar, conforme se declarou nos citados Avisos do 1.º de Outubro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz.

N. 436.—MARINHA.—Aviso de 29 de Dezembro de 1864.

Manda executar na Armada a Provisão de 16 de Agosto de 1821, e declara qual a intelligencia a dar-se ao Aviso de 13 de Outubro de 1845.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio desse Quartel General, n.º 932, de 16 de Setembro do anno proximo passado, no qual suscita a duvida sobre a verdadeira intelligencia a dar-se ao Aviso de 13 de Outubro de 1845, Ha por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução, de 22 de Outubro ultimo, tomada sobre Consulta do Conselho Supremo Militar, de 10 do mesmo mez, Mandar declarar a V. Ex.:

1.º Que seja litteralmente executada na Armada a Provisão de 16 de Agosto de 1821, pela qual nem um Official inferior póde ser rebaixado de seu posto, sem que primeiro, e pelo modo nella disposto, se prove a sua incapacidade ou culpa.

2.º Que o Aviso de 13 de Outubro de 1845 só dá faculdade aos Commandantes das Divisões Navaes, para suspenderem temporariamente os Officiaes inferiores dos Corpos, e os Officiaes Marinheiros, e não para rebaixa-los de seus postos;

3.º Finalmente, que os Cabos de Esquadra, e bem assim os Cabos de Marinheiros podem ser rebaixados, independente do Conselho de inquirição, creado pela referida Provisão de 6 de Agosto de 1821, visto como esses individuos são considerados — praças —, e não Officiaes inferiores do posto de Forriel para cima, segundo se acha estabelecido e executado no Exercito.

O que communico a V. Ex.ª para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Francisco Xavier Pinto Lima.*— Sr. Chefe de Divisão Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 437.—FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1864.

As Thesourarias não podem applicar os creditos concedidos á despezas differentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda do Paraná, em resposta ao officio n.° 130 de 12 de Novembro ultimo, no qual participa ter mandado pagar a Joaquim Antonio de Moraes Dutra a quantia de 1:145$645 de que era credor por despezas que fez como Director do extincto Aldeamento do Chagú em exercicios passados, que não foi acertado o seu procedimento neste caso; não só porque as Circulares de 10 de Junho de 1862 e 21 de Setembro de 1863, em que se baseou a respectiva Junta, não justificão o acto visto como a segunda alterando a primeira das Circulares manda que dado o caso desta, solicite-se credito ao Thesouro antes do abono do saldo, — e é para notar que a divida em questão não parece provir do saldo em poder do responsavel; mas tambem porque, sendo já tarde para conceder-se o credito que o Sr. Inspector pedira, em officio n.° 27 de 20 de Maio de 1863, para o pagamento desta e de outras dividas constantes da relação vinda com o mesmo officio, por já estar então terminado o prazo de que trata o art. 4.° do Decreto n.° 2.897 de 26 de Fevereiro de 1862, determinou a Ordem n.° 54 de 23 de Agosto ultimo, que a Thesouraria liquidasse as referidas dividas em processo ordinario: e accresce que achando-se o credito concedido para as dividas de exercicios findos quasi extincto podia tal procedimento contribuir para que elle fosse excedido. Em conclusão observa ao Sr. Inspector, que os creditos concedidos ás Provincias são especiaes, e que ellas não podem, ainda que tenhão autorisação geral, applica-la a pagamentos differentes.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 438. — IMPERIO. — Em 30 de Dezembro de 1864.

Ao Reverendo Bispo do Maranhão. — Declara que as propostas dos Bispos para provimento de beneficios ecclesiasticos devem ser acompanhadas da attestação exigida pela Provisão de 30 de Agosto de 1817; e que, uma vez abertos os concursos, não devem ser annullados pelos mesmos Bispos com o fundamento de não ter apparecido numero sufficiente de oppositores.

6.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio em 30 de Dezembro de 1864.

Exm. e Revm. Sr. — Pela razão constante do Aviso que, em observancia da Imperial Resolução de 30 do mez findo, dirigi a V. Ex. Revm. em 6 do corrente, haja V. Ex. Revm. de dar as convenientes ordens para que sejão de novo postas a concurso as parochias de que trata a proposta por V. Ex. Revm. feita em 10 deste mez.

Por esta occasião Manda Sua Magestade o Imperador declarar a V. Ex. Revm. que as propostas devem ser acompanhadas da attestação exigida pela Provisão de 30 de Agosto de 1817, e que, uma vez abertos os concursos, não deve V. Ex. Revm. annulla-los pelo fundamento de não ter apparecido numero sufficiente de oppositores, mas proseguir nelles em relação aos que se apresentarem, dando opportunamente conta do que occorrer ao Governo Imperial para definitiva resolução.

Deus Guarde a V. Ex. Revm. — *José Liberato Barrozo*. — Sr. Bispo da Diocese do Maranhão.

N. 439. — GUERRA. — Aviso de 30 de Dezembro de 1864.

Declara que um cabo de esquadra, que voltou para o serviço do exercito por ter desertado o seu substituto, tendo sido este capturado, não deve continuar a servir.

1.ª Secção. — 2.ª Directoria Geral. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 30 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V Ex., em resposta ao seu officio n.º 195 de 3 de Outubro ultimo, que o Cabo de Esquadra da Companhia de Cavallaria dessa

Provincia Virgilio José Pinto, o qual, por ter desertado o individuo que o substituira no serviço do Exercito, se apresentára, não deve continuar a servir, visto ter sido capturado o seu substituto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Henrique de Beaurepaire Rohan.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 440. — FAZENDA. — Em 31 de Dezembro de 1864.

Sobre a licença concedida a um Empregado, e que foi apresentado depois de promovido a lugar superior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao seu officio n.° 43 de 9 de Novembro ultimo, no qual communica a solução que déra a Thesouraria de Fazenda que hesitava em pôr o — Cumpra-se — na portaria de licença por V. Ex. concedida ao Praticante Manoel Coelho Bandeira de Mello, pela razão de ter obtido posteriormente accesso ao lugar de 2.° Escripturario, e entrando em exercicio antes de usar da licença: declaro a V. Ex. que bem decidio mandando cumprir a referida portaria; porquanto sendo ella apresentada dentro do prazo de 30 dias marcado na circular n.° 347 de 21 de Dezembro de 1858, sem duvida alguma deve aproveitar ao dito empregado, sem prejuizo do ordenado do ultimo lugar, pois não ha a esse respeito disposição em contrario.

Deus Guarde a V. Ex. — *Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 441.—FAZENDA.— Em 31 de Dezembro de 1864.

Competencia dos Collectores para impôr a multa por falta do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1864.

Declaro a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos, que a procuração transmittida a essa Directoria pelo Administrador da Mesa de Rendas de Angra dos Reis com officio de 10 de Outubro ultimo, passado a João Luiz Ferreira, e que foi revalidada na dita Mesa, na fórma do art. 90 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 por infracção do art. 113, visto que o Escrivão do Juizo de Paz da freguezia de Capivary do Municipio do Rio Claro a assignou e concertou antes do sello a que estava sujeita; deve ser remettida ao Collector do referido Municipio para impôr áquelle Escrivão a multa do citado art. 113; pois é fóra de duvida a competencia do mesmo collector para tal imposição, porque os Tabelliães e Escrivães são officiaes publicos, e não autoridades comprehendidas na excepção do art. 49 do Regulamento de 13 de Agosto de 1863.

Deus Guarde a V. S.—*Carlos Carneiro de Campos.* — Sr. Conselheiro Director geral interino das Rendas Publicas.

ADDITAMENTOS.

N. 1.—FAZENDA.—Em 5 de Janeiro de 1864.

Vencimentos do Inspector Geral dos terrenos diamantinos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1864.

O Marquez de Abrantes, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, vendo o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes n.º 80 de 14 de Novembro do anno proximo passado, que acompanhou o requerimento do Major Roberto Alves Ferreira Tayoba, Inspector interino dos terrenos diamantinos da mesma Provincia, no qual recorre da decisão do mesmo Sr. Inspector, que julgou o recorrente com direito sómente aos vencimentos do lugar de Inspector Geral, declara ao Sr. Inspector que approva, por ser bem fundada, a sua decisão negando a accumulação de vencimentos que pretendia o recorrente, porquanto não podia ser a intelligencia do Regulamento de 11 de Dezembro de 1852 dar ao substituto, quando exerce as funcções de Inspector Geral, um vencimento superior ao que percebia se effectivo fosse.

Cumpre que o Sr. Inspector faça restituir o que tiver recebido de mais o dito Major emquanto se lhe abonou a commissão de 10 em vez de 5 %.

Marquez de Abrantes.

N. 2.—FAZENDA.—Em 21 de Janeiro de 1864.

Formalidades nos termos de finanças.

Ministerio dos Negocio da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolvendo ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná as cópias dos processos de fianças que

prestárão na mesma Thesouraria o Administrador do Correio, o Thesoureiro da Alfandega de Paranaguá, o Collector do Principe e o Escrivão da Collectoria de Morretes, as quaes vierão acompanhadas com o officio n.° 90 de 7 de Dezembro ultimo, ordena ao mesmo Sr. Inspector que faça reformar os termos das mesmas fianças no sentido de exigir-se que sejão ratificados para o fim de igualmente se obrigarem os fiadores, como principaes pagadores por qualquer alcance de dinheiros ou valores, juros e custas: exigindo-se outrosim que os procuradores, que tiverem de assignar, exhibão poderes especiaes, expressamente declarados, pois que as procurações que servirão para tomarem-se as referidas fianças os não contém.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 3.—FAZENDA.—Em 27 de Janeiro de 1864.

Sobre a execução do art. 556 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.° 338 de 4 de Dezembro do anno passado, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento do recurso de revista interposto por Alexandre Tuvo, da decisão do Inspector da Alfandega respectiva, que nos termos do art. 556 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, lhe impôz a multa de 83$626, igual á differença dos direitos entre a declaração do despacho a respeito de cassas lisas até 20 fios, e a verificação feita na conferencia da porta, reconhecendo-se ahi conterem mais de 20 fios, e considerando: 1.°, que o art. 598, no caso de differença entre o despacho e as mercadorias na conferencia de sahida, manda proceder nos termos dos arts. 553 e seguintes; 2.°, que o erro, negligencia ou fraude do Conferente do des-

pacho não isenta a parte das penas comminadas no art. 556 se na conferencia da sahida se verificar que as mercadorias são de qualidade consideravelmente superior á declarada no despacho; 3.°, que se a parte ignorava a qualidade da mercadoria, devia ter procedido nos termos da 2.ª parte do art. 545; 4.°, que na falta de uma base legal para se reputar uma mercadoria consideravelmente superior em relação á outra, e por conseguinte fraudulenta a declaração da nota, tem a Alfandega da mesma Provincia executado regular e razoavelmente o citado art. 556, julgando tal a mercadoria sempre que se reconhece uma differença de mais de 50 ou 60 % entre a taxa da qualificação da nota ou despacho, e a verificada segundo a qualidade das peças que se encontrão differentes daquella qualificação; resolveu negar provimento ao referido recurso.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 4. — FAZENDA. — Em 27 de Janeiro de 1864.

Sobre o vencimento dos Escrivães das Pagadorias nos casos de substituição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, em resposta ao officio da mesma Thesouraria, n.° 171 de 6 de Agosto do anno passado, que bem procedeu negando ao Escrivão da Pagadoria filial da Cidade do Rio Grande o abono da gratificação de exercicio do lugar de Pagador da mesma Pagadoria, durante o tempo em que o substituio; porquanto nenhum direito tem em taes casos os Escrivães das Pagadorias ás referidas gratificações, pois continuão a exercer os seus proprios empregos sem alteração alguma das incumbencias que lhe são relativas.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 5.—GUERRA.— Aviso de 27 de Janeiro de 1864.

Declarando que se concedeu permissão ao Delegado do Cirurgião-mór do Exercito na Provincia de Sergipe, para tomar assento na Assembléa Provincial; devendo ser substituido no cargo que occupa, por não ser compativel com o de Deputado Provincial.

2.ª Directoria Geral.— 1.ª Secção.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra em 27 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo o Governo Imperial permittido que tome assento na Assembléa Provincial dessa Provincia, o 1.º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito, Dr. José João de Araujo Lima, como requereu, assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento, e o fazer constar ao dito 1.º Cirurgião, o qual deverá ser substituido por outro Official do mesmo Corpo de Saude no lugar que exerce de Delegado do Cirurgião-mór do Exercito, por não ser compativel o exercicio deste cargo com o de Deputado Provincial.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio Manoel de Mello.* — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 6. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1864.

Alcances de responsaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, sob n.º 87 de 4 de Novembro ultimo, no qual dando conta do resultado da tomada das contas do ex-Collector das rendas geraes do Municipio de S. José, Gaspar Xavier Neves, informa que o referido ex-Collector, depois de preso administrativamente, e de liquidadas as contas, entrou para os cofres da Thesouraria com a importancia de 8:222$944, sendo 6:193$820 do alcance, 1:829$124 dos respectivos juros e 200$000 de multa pela não

apresentação de seus livros e contas no devido tempo, e assim julga que a Fazenda Nacional está devida e sufficientemente indemnisada, e o Collector punido; declara ao mesmo Sr. Inspector que, apezar do que expõe, ainda não se póde passar quitação ao responsavel, porquanto conhecendo-se do processo que a cobrança de uma siza só fôra conhecida, porque houve denuncia, circumstancia que claramente denota que os liquidadores da conta não confrontárão a receita deste imposto com as certidões passadas pelos Tabelliães e Escrivães do Termo da Collectoria, meio este infallivel para se conhecer da falta de lançamento na escripturação não só do imposto da siza, como das entradas de bens de defuntos e ausentes e dinheiros de orphãos, cumpre que o Sr. Inspector faça reconsiderar a liquidação da mesma conta, para que só depois de esgotados estes recursos, que são os meios fiscaes, emprega-los nas tomadas de contas, se possa dar quitação ao ex-collector, levantando-se-lhe os sequestros pela Thesouraria requeridos: não podendo ser adoptado o meio lembrado pelo Procurador Fiscal, que além de não satisfazer completamente, não livra a Fazenda Nacional dos prejuizos que lhe podem ter acarretado o não lançamento de rendas, especie que só póde ser conhecida por meio daquellas confrontações e não de denuncias, a que poucos se prestão.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 7. — FAZENDA. — Em 30 de Janeiro de 1864.

Sobre aforamento de terrenos de marinhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Para poder resolver sobre o requerimento incluso de José Lopes da Costa e Souza, pedindo por aforamento terrenos de marinha á margem direita do rio Parahyba, no lugar denominado — Convento —, á extrema direita da cidade de

S. João da Barra, com 112 braças de frente e 16 de fundo, cujo requerimento foi devolvido por V. Ex. com o seu officio de 3 de Novembro de 1862, acompanhado da informação por cópia prestada pela respectiva Camara Municipal; haja V. Ex. de mandar proceder á medição, demarcação e avaliação, não só dos terrenos pedidos pelo supplicante, como dos solicitados pela dita Camara, na fórma do Aviso de 3 de Agosto de 1854; recommendando que sejão convocados os vizinhos confinantes dos terrenos pedidos, assim como a Camara, a fim de que assistindo á medição e mais actos ácerca dos terrenos possão allegar seus direitos, e assim evitar-se quaesquer duvidas para o futuro.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 8. — FAZENDA. — Em 30 de Janeiro de 1864.

Direitos a que estão sujeitas as gratificações dos Chefes de Policia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.° 32 de 28 de Outubro do anno proximo passado, que o mesmo Tribunal deferio a pretenção do Bacharel Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa contra o acto da mesma Thesouraria de Fazenda cobrando-lhe 5 % sobre a gratificação do cargo de Chefe de Policia da dita Provincia; porquanto é regra que ainda não soffreu alteração, que o funccionario que exerce por nomeação interina emprego ou cargo de que tem pago o imposto de 5 % não é obrigado a repeti-lo quando continúa a exercer o mesmo cargo ou emprego em virtude de nomeação definitiva. E tendo o referido Bacharel Estellita occupado por mais de um anno, por nomeação da respectiva Presidencia, o lugar de

Chefe de Policia da mesma Provincia, e pago o imposto de 5 % da gratificação que recebeu, correspondente a um anno, não está sujeito a novo pagamento pelo facto de ter continuado a exercer aquelle lugar em virtude de nomeação do Governo Imperial. O argumento que a mesma Thesouraria de Fazenda deduzio da Decisão do Thesouro n.° 105 de 2 de Março de 1860, não procede; porquanto não pretende o dito Bacharel que lhe seja levado em conta o imposto pago em outra Provincia pelo exercicio interino do lugar, ou pelo de Juiz de Direito, sobre que versa a citada Decisão, mas unicamente o que pagou na propria Provincia onde sem interrupção tem exercido o cargo referido. Nem póde ter applicação ao caso de que se trata a circular do Ministerio da Fazenda n.° 23, de 26 de Maio de 1863, porque declarando estar sujeitos ao pagamento do imposto os Chefes de Policia todas as vezes que forem nomeados pelo Governo Imperial de umas para outras Provincias, segundo o que se acha determinado a respeito dos Presidentes de Provincias, não obriga a repetir ou duplicar o pagamento aquelle que já estiver no exercicio interino do lugar, pois seria isso contrario ao disposto na advertencia 2.ª da Tabella de 30 de Novembro de 1841, que manda pagar o mesmo imposto sómente durante o primeiro anno do vencimento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 9.—FAZENDA.—Em 5 de Fevereiro de 1864.

Sobre o arrendamento de bens nacionaes, e condições com que deve ser annunciado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex. n.° 2 de 13 de Janeiro ultimo com as informações que lhe forão exigidas pelo Aviso deste Ministerio de 20 de Novembro do anno proximo passado ácerca do arrendamento da Fazenda—Bo-

jurú—de propriedade nacional, e attendendo ás mesmas informações, aos documentos que os acompanhão, e ao requerimento do Commendador Annibal Antunes Maciel, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial fica inteirado da approvação por V. Ex. dada á arrematação do dito arrendamento pelo mesmo Commendador em 22 de Junho do anno findo, por tres annos, e revoga para todos os effeitos legaes a ordem do Thesouro de 19 de Agosto de 1863 a fim de ser observado fielmente o dito contracto durante o respectivo prazo. Entretanto cumpre que V. Ex. expeça as precisas ordens á respectiva Thesouraria de Fazenda, prevenindo-a de que, quando se tiver de proceder a novas arrematações, deverá inserir-se nas condições propostas aos concorrentes, as quaes não é licito alterar depois, a clausula que se continha nos contractos anteriores de ficar o contracto dependente da definitiva approvação do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 10.—FAZENDA.—Em 8 de Fevereiro de 1864.

Trata da substituição dos Directores de Bancos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 8 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. sob n.° 2 de 22 Dezembro proximo passado, a que acompanhou a representação do Presidente do Banco da Bahia, consultando sobre o melhor meio de reformar-se o pessoal da Directoria do mesmo Banco na fórma da Lei de 22 de Agosto de 1860, declaro a V. Ex., para sua intelligencia e fins convenientes, que o melhor expediente neste caso é o lembrado pelo Presidente do Banco, isto é, sortear-se um dos dous antigos Directores, para ser substituido em Março deste anno, e fazer-se a substituição do ultimo em 1865.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 11.—FAZENDA.—Em 10 de Fevereiro de 1864.

Trata da fiscalisação de generos remettidos de umas para outras Provincias, e da execução do art. 288 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a representação da Assembléa Provincial de Sergipe transmittida com o Aviso do Ministerio do Imperio de 5 de Maio de 1862, na qual expondo os inconvenientes que resultão á lavoura da mesma Provincia de serem fiscalisados por Agentes Fiscaes da Bahia os assucares, que della são para esta remettidos, pede que a fiscalisação seja feita na Provincia productora, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que recommende ao da Alfandega a fiel observancia da disposição do art. 288 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 na verificação das caixas de assucar vindas da Provincia de Sergipe a fim de que desappareção quaesquer inconvenientes, recommendando igualmente que tenha particular cuidado de se certificar da fraude, que fôr denunciada pelos fiscaes antes de ordenar a apprehensão das caixas, mandando primeiramente fazer o exame pela maneira prescripta no referido artigo, promovendo a responsabilidade, ou usando das attribuições, que lhe confere o Regulamento contra os que por abuso exigirem as gratificações de que se queixa a Assembléa Provincial.

Outrosim declara que o arbitrio conferido aos Inspectores das Alfandegas pelo art. 47 do Decreto n.º 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, póde tambem ser applicado aos casos das apprehensões das caixas de assucar, mandando immediatamente relaxar a apprehensão quando pelo modo marcado nesse artigo o Inspector reconhecer que não procede.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 12.— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1864.

Sobre o imposto das casas de leilão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio da Thesouraria de S. Pedro de 21 de Dezembro do anno passado, sob n.º 42, informando o requerimento de Joaquim Maria de Azevedo Guerra, em que pede restituição do imposto de sua casa de leilão cobrado pela Alfandega da Cidade de Porto Alegre desde o exercicio de 1858—59 até 1862—63, e considerando que as casas de leilão estiverão sempre sujeitas nas Provincias ao imposto de lojas do Alvará de 20 de Outubro de 1812 e Regulamento de 15 de Junho de 1844, Cap. 1.º, que depois do Codigo do Commercio, entrando em duvida esta materia, á vista da creação dos officios, resolveu o Aviso de 11 de Janeiro de 1853 que o imposto especial era pessoal e de patente e que os Agentes de leilão não estavão sujeitos ao imposto da loja, que entretanto o Decreto de 10 de Abril de 1858, expedido em virtude da Lei do 1.º de Outubro de 1859 art. 9.º § 41 declarou no art. 1.º que na Côrte e nas Cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão o imposto fixo dos Agentes de leilão devia ser cobrado segundo a Tabella que com elle baixou, além do imposto do art. 1.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, a que estavão sujeitas em todo o Imperio as Agencias de leilão, isto com o pensamento de sujeitar a patente dos Corretores aos dous elementos do imposto, o fixo e proporcional, conforme a Lei de 1856; considerando por outro lado que a cobrança do imposto fixo e de patente dos Agentes de leilão foi autorisado nas Provincias nos referidos lugares para a receita geral no exercicio de 1859—60 e seguintes em virtude da Lei citada de 14 de Setembro de 1859; considerando que, apezar da disposição do Regulamento de 15 de Junho de 1844 art. 10 a cobrança do imposto especial dos Agentes de leilão, de que este trata, nunca foi autorisado nas Provincias para a Receita Geral, pois que pertencia á Provincial e Geral, e que foi declarado pelo Aviso de 2 de Maio de 1857, declara ao Sr. Inspector

da dita Thesouraria, que bem procedeu mandando proceder á referida restituição. Quanto porém á duvida em que labora sobre a cobrança do imposto do Alvará de 20 de Outubro de 1812, e art. 1.º § 1.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, sendo certo que se esse individuo deixou de pagar o imposto de loja por falta de lançamento a contar do exercicio de 1859—60, declara ao Sr. Inspector que a responsabilidade de tal facto deve realizar sobre a Repartição arrecadadora que deixou de proceder ao mesmo lançamento sendo tambem claro que tem toda a applicação ao caso vertente a disposição do Aviso de 18 de Março de 1847.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 13.—FAZENDA.—Em 15 de Fevereiro de 1864.

Sobre a competencia da Autoridade Judicial em questões de propriedade e posse.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo o objecto constante do officio do Juiz dos Feitos dessa Provincia, junto por copia, da competencia exclusiva da Autoridade Judicial e Administrativa, por se referir a questões de posse e propriedades, movidas por occasião da demarcação e orientação dos rumos á vista de um titulo de dominio, é claro que todas as duvidas que se suscitarem deverão ser decididas por aquella autoridade; conseguintemente sendo o Juiz dos Feitos uma autoridade judicial e não administrativa, não compete ao Governo decidir o conflicto de jurisdicção que se dá entre o mesmo Juizo e o Juiz Municipal, sobre competencia para julgar as referidas questões, e devem estas ser decididas, pois que as ditas autoridades são de primeira instancia, pela Relação do Districto, de conformidade com a Lei de 22 de Setembro de 1828, art. 2.º § 6.º, e Regu-

lamento das Relações de 3 de Janeiro de 1833 art. 9.º § 9.º e art. 61; e nas Provincias em que não ha Relação provisoriamente pelos respectivos Presidentes, nos termos da Lei de 3 de Outubro de 1834, art. 5.º § 11 enviando-se, sem demora, os papeis com os documentos precisos á Relação do districto, em face do citado art. 61 do Regimento das Relações.

E porque se deva dar conhecimento da solução do negocio tanto ao Juizo dos Feitos como ao Procurador Fiscal convirá que no officio, que V. Ex. dirigir áquelle, accrescente-se que seja qual fôr o Juizo que a final os Tribunaes de Justiça declararem competente para julgar as questões á vista do Decreto n.º 2.941 de 27 de Junho de 1862 deverá aos autos respectivos se interpôr o competente protesto pela completa exoneração da Fazenda Nacional, nos termos da Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 12, e Decreto citado, Regulamento annexo art. 10.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução,

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.*— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 14.—FAZENDA.—Em 16 de Fevereiro de 1864.

Sobre arrendamentos em atrazo de terrenos diamantinos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em vista do officio da Thesouraria da Bahia de 4 de Agosto do anno passado, sob n.º 227, informando ácerca da responsabilidade do Coronel Antonio Gomes Calmon, Ezequiel Bimiro de Burgos e José Mendes de Carvalho, proveniente do arrendamento em atrazo dos terrenos diamantinos á margem do rio Paraguassú, e convindo providenciar-se de modo que haja a necessaria actividade na promoção da cobrança e multas a que são

sujeitos os exportadores de mineração diamantina, e que praticamente se regularise a execução dos arts. 26 e 27 do Reg. de 11 de Dezembro de 1852; ordena ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, que faça com que no principio de Agosto de cada anno a administração diamantina, examinando a lista dos arrendatarios de terrenos, das companhias e faiscadores, extraia uma relação de todos os que tiverem deixado de satisfazer a importancia de seus encargos até o ultimo de Julho, lavrando um termo pelo qual se imponha a cada um a multa em que tiver incorrido, e intimando por edital affixado na casa da mesma Administração aos incursos e seus fiadores para virem satisfazer o arrendamento e multa. Se até o ultimo de Dezembro não estiverem satisfeitos os arrendamentos e multas devidas, a Administração, fazendo extrahir cópia do termo da imposição, com declaração dos nomes dos multados e de seus fiadores impontuaes, o remetterá a essa Thesouraria de Fazenda, a fim de ter lugar a demanda executiva, que será feita pelo Juizo dos Feitos da Fazenda de preferencia a outras quaesquer execuções de impostos. Verificada a segunda incursão, o respectivo termo resará não só das quantias em divida e das multas, mas comminará a rescisão dos contractos, e desde que se affixar o edital fazendo effectiva a rescisão, se annunciará o novo arrendamento dos terrenos cahidos em commisso.

As pessoas que, quér como arrendatarios, gerentes ou socios de companhia de mineração, quér como fiadores de arrendatarios que não estiverem quites com a Fazenda, não podem, na fórma do Decreto de 3 de Agosto de 1790, ser admittidos a novos contractos, nem como arrendatarios ou socios de companhias, nem mesmo como fiadores.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 15. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1864.

Sobre o sello do capital das Companhias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio de 23 de Outubro do anno passado sob n.º 301, que o mesmo Tribunal resolveu deferir o requerimento dos liquidantes da Companhia Predial Bahiana, recorrendo da decisão da dita Thesouraria, que julgou sujeita ao sello a quantia de 20:000$000, que doara ao socio incorporador Thomaz de Aquino Gaspar, visto como a mencionada quantia é puramente nominal, e deduzida dos dividendos semestraes, não tendo nunca entrado para a Associação nem augmentado o seu fundo capital, ou contribuido para a obtenção dos fins da mesma.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 16. — FAZENDA. — Em 20 de Fevereiro de 1864.

Sobre os recibos e mandatos ao portador.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 19 de Dezembro do anno passado, n. 124, acompanhado do requerimento em que os negociantes Tasso, Irmãos e outros pedião solução á duvida que apresentárão ácerca da responsabilidade dos recibos ou mandatos ao portador, de que tratão a Lei n.º 1.083 de 22 de Agosto e Decreto n.º 2.694 de 17 de Novembro de 1860, quando apresentados no prazo de tres dias, não forem pagos

nem protestados, e o Mesmo Augusto Senhor, tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e conformando-se com o respectivo parecer, Houve por bem declarar, por Sua Imperial Resolução de 13 do corrente, que, sendo taes questões da competencia do Poder Judiciario, não pertence ao Governo dar a interpretação que aquelles negociantes solicitão, tanto mais porque elle não é, nem póde ser, assessor dos particulares.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 17.—FAZENDA.—Em 26 de Fevereiro de 1864.

Sobre trapiches alfandegados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo-lhe presente o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia de 26 de Dezembro ultimo, sob. n.° 361, no qual participa que tendo os fiadores dos administradores do trapiche alfandegado—Primeira Prensa—requerido a exoneração da fiança, mandára proceder ao recenseamento do mesmo trapiche, marcando o prazo de oito dias para a prestação da nova fiança, e como findo o referido prazo os administradores do trapiche se não apresentárão a satisfazer aquella exigencia, resolvêra julgar desalfandegado o mesmo trapiche; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, competindo ao Ministerio da Fazenda a concessão dos alfandegamentos dos trapiches, só este póde tambem manda-la cassar, dando-se os casos do art. 218 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860; os Inspectores das Alfandegas podem mandar fechar os armazens alfandegados sómente nos casos do art. 284, § 2.°, e suspender temporariamente o administrador e cassar

provisoriamente, na fórma do art. 126, § 44; competindo esta attribuição em todos os outros casos ao Governo. A falta de fiança está providenciada no art. 121 do mesmo Regulamento, que, privando o administrador do exercicio, dá o direito de suspender-se o deposito em armazens, que não têm Administrador afiançado; portanto o mesmo Sr. Inspector só devia ter suspendido temporariamente os referidos Administradores até que prestassem a respectiva fiança, e quando pelo recenseamento se verificasse fraude ou abusos contrarios á fiscalisação, só provisoriamente podia cessar a autorisação dando conta logo ao Governo Imperial para resolução definitiva.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 18.—FAZENDA.—Em 3 de Março de 1864.

Sobre isenção de direitos ás companhias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista evitar contestações ácerca da isenção do pagamento dos direitos de expediente em favor de algumas companhias, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, que recommende ao da respectiva Alfandega a fiel observancia da circular n.º 48 de 11 de Setembro de 1862, pela qual se declarou que ás companhias que por contractos com o Governo, anteriores ao Regulamento das Alfandegas, tinhão jus ao despacho livre dos direitos de expediente dos objectos importados para suas respectivas emprezas, continuassem a gozar da mesma isenção emquanto durassem seus contractos, ou até que por mutuo accordo fossem nessa parte alterados; ficando na intelligencia de que gozão da isenção de semelhantes direitos as companhias ou emprezas que nos seus contractos forão expressa-

mente isentas dos direitos de importação, nos quaes se incluião os referidos direitos de expediente não podendo ter effeito retroactivo para esses contractos a disposição do art. 625 § 1.º combinado com o art. 512 § 21 daquelle Regulamento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 19.—FAZENDA.—Em 7 de Março de 1864.

Trata do direito a vencimentos dos empregados pronunciados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução á duvida proposta pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte em seu officio n.º 78 de 30 de Dezembro ultimo,—se o Procurador Fiscal da mesma Thesouraria Bacharel Francisco Xavier Pereira de Brito, que havia sido pronunciado no art. 137 do Codigo penal, por crime commettido no exercicio de Vereador da Camara Municipal, tem direito ao ordenado nos termos do art. 165 § 4.º e art. 174 do Codigo do Processo, a cujo pagamento se oppoz o Procurador Fiscal interino por entender que semelhante disposição se referia aos crimes de responsabilidade commettidos no exercicio do emprego, em virtude do qual o empregado recebe ordenado; declara ao mesmo Sr. Inspector que não procede o parecer do dito Procurador Fiscal interino quando entende que o empregado publico, pelo facto de responder a um processo por crime commettido em cargo ou emprego que exerce legalmente com outro emprego, não tem direito, pelo que respeita ao ordenado deste ultimo emprego, ao favor dos citados arts. 165, § 4.º e 174 do Codigo do Processo.

A doutrina contraria se acha adoptada pela ordem do Thesouro de 21 de Agosto de 1856, quando

se refere a um empregado da Alfandega processado por crime de responsabilidade na qualidade de ex-official do Corpo Policial. O pagamento porém da metade do ordenado suspenso do ultimo dos referidos empregos só deve ter lugar depois que o empregado fôr afinal absolvido, ou depois que a pronuncia fôr revogada.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 20.—FAZENDA. —Em 7 de Março de 1864.

Sobre o direito a ajudas de custo dos empregados mandados addir a outras repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco para seu conhecimento e devidos effeitos, que ao 1.º Conferente da Alfandega do Pará addido á Thesouraria dessa Provincia João José Henriques, compete o transporte de sua familia da Parahyba para Pernambuco, e a quantia de 400$000 para preparos de viagem, não obstante a esse abono o ter sido a sua remoção effectuada no prazo de dous annos, de que trata o art. 8.º das Instrucções de 24 de Julho do anno passado, pois que o dito empregado não foi despachado para um lugar da Alfandega de Pernambuco, mas simplesmente mandado addir á mesma repartição, não podendo porém ter lugar o pagamento de despezas de 1.º estabelecimento, por ser isso opposto á disposição expressa da alteração 5.ª das Instrucções de 1.º de Março de 1861.

Quanto ao pagamento dos seus vencimentos, só se lhe deve abonar o ordenado de empregado extincto, Escrivão da Alfandega da Parahyba, desde que sahio do Pará até que entrou em exercicio na

dita Alfandega á vista do art. 109 do Regulamento das Alfandegas combinado com os arts. 111 e 114, segundo os quaes só tem direito aos vencimentos durante a viagem os empregados nomeados em commissão, não se podendo considerar como tal os que são mandados addir a repartição diversa, pelo que remettem-se ao mesmo Sr. Inspector os inclusos requerimentos do referido empregado, para que á vista dos documentos a elles annexos proceda ao ajustamento da conta encontrando-se na quantia de réis 1:430$000 de que é devedor o dito empregado, por não ter transportado sua familia para o Pará, não só as quantias que já tiver pago pela terça parte dos seus vencimentos, como tambem a de 400$000 de preparos de viagem, e a importancia das passagens delle e de um seu filho do Pará e do resto de sua familia da Parahyba para Pernambuco, só se devendo levar em conta as passagens do Pará, provando que não as teve de Estado para si e seu filho Felieiano Aniceto Henriques, e que este o acompanhou em Junho do anno proximo passado por virtude da ordem que o mandou addir á Alfandega de Pernambuco, convindo advertir que do calculo das passagens quér de uma quér de outra Provincia se deverá fazer o abatimento de 5 % admittido nas contas do Governo com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, conforme o contracto actual. Se feitos estes abonos na conta do debito daquelle empregado se lhe ficar restando alguma quantia, esta se lhe pagará por conta da verba—ajudas de custo—do corrente exercicio, e no caso contrario, continuará elle a indemnisar pelos seus vencimentos como já o tem feito.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 21. — FAZENDA. — Em 17 de Março de 1864.

Sobre o sello de livros de Irmandades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, para sua intelligencia e devidos effeitos, e em resposta ao seu officio n.º 12 de 25 de Janeiro ultimo, que não procede a duvida da Alfandega da mesma Provincia em admittir ao sello o livro creado pelo Juiz de Direito em correcção para o lançamento dos recibos, quitações e outros quaesquer documentos que forem passados ás Ordens Terceiras, Irmandades e mais corporações de igual natureza, visto que o sello não legalisa a creação do livro, e que portanto não lhe deve ser recusado.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 22. — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1864.

Sobre a concessão de terrenos devolutos, etc.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Tomando em consideração o objecto da representação inclusa da Camara Municipal da Capital dessa Provincia contra o Aviso de 28 de Maio de 1863, que revogou o de 19 de Julho antecedente relativamente aos terrenos da rua do Caminho Novo da mesma Capital, e á vista das informações officiaes que forão presentes ao Thesouro, tenho resolvido:

1.º Que fique revogado o citado Aviso de 28 de Maio de 1863:

2.° Que seja considerado subsistente e em perfeito vigor o de 19 de Julho de 1862 a essa Presidencia, que qualificou de servidão publica os referidos terrenos para commodidade dos habitantes do Municipio, franco embarque e desembarque de generos e mais effeitos legaes:

3.° Que, sem perda de tempo, se dê cumprimento ao Aviso de 19 de Julho de 1862 para todos os fins nelle declarados:

4.° Que sejão considerados nullos e de nenhum effeito os aforamentos concedidos em virtude do Aviso de 28 de Maio de 1863; porquanto tendo sido os terrenos desde longa data, como provão as informações officiaes, de logradouro publico do Municipio, demarcados para esse fim na fórma da lei, e confirmado finalmente o seu destino pelo Aviso de 19 de Julho, com pleno conhecimento de causa, não podião taes terrenos ser considerados devolutos e concessiveis, sem que por iniciativa constitucional da Camara, e conforme a lei de seu Regimento, resolvesse ella e a autoridade competente que não erão mais precisos para logradouro publico, o que não consta que a Camara nem essa autoridade tivesse deliberado, antes a mesma Camara tem constantemente reclamado contra a concessão de semelhantes terrenos: nestas circumstancias não podia essa Presidencia ou o Ministerio da Fazenda conceder terrenos que se achavão declarados logradouros publicos, e, como taes, fazendo parte integrante do dominio publico municipal; accrescendo a tão poderoso motivo a obrigação em que se acha o Governo, pela Lei de 15 de Novembro de 1831, art. 51, § 14, de pôr á disposição das Camaras municipaes os terrenos que reclamarem para logradouro publico do municipio, disposição esta que em termos claros e positivos reconhece a mesma iniciativa em tal assumpto, sob a tutela da autoridade competente, que não é o Ministerio da Fazenda, quando se trata de constituição de logradouros publicos, e portanto de mudança de destino dos terrenos a elle affectados legalmente:

5.° Finalmente, que essa Presidencia indefira os requerimentos que lhe forão presentes, solicitando a concessão dos terrenos do logradouro de que trata a ordem de 19 de Julho de 1862, na intelligencia de que não deve remetter ao Governo Imperial, para serem presentes ao Conselho de Estado, os requeri-

mentos que, como recursos de suas decisões a tal respeito, lhe forem entregues fóra do prazo legal do art. 45 do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 23.—FAZENDA.—Em 29 de Março de 1864.

Trata da suspeição dos Procuradores Fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em additamento ao Aviso deste Ministerio de 9 do mez passado, e á vista das informações constantes do officio do Procurador Fiscal da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 14 do dito mez dirigido á Directoria Geral do Contencioso sobre haver o mesmo Procurador Fiscal dado seu parecer como advogado, declarando-se depois suspeito quando foi ouvido por essa Presidencia a respeito: 1.° da questão do abandono de uma lavra sita em S. Miguel de Piracicaba, do Municipio de Santa Barbara, tendo opinado como advogado, em face do § 8.° do Regimento mineral de 19 de Abril de 1707 § 20 do Bando de 13 de Maio de 1736, e Carta Regia de 27 de Outubro de 1809, que podião os terceiros que os consultavão requerer a concessão das terras como effectivamente fizerão, concedendo-lhes o Guarda-mór respectivo as datas, de que tomárão posse sem contestação de pessoa alguma; 2.° da questão de esbulho das ditas terras pelos antigos concessionarios acompanhados do Subdelegado com homens armados, tendo opinado como advogado, que os esbulhados devião reclamar providencias ao Presidente da Provincia para serem mantidos na posse de suas propriedades e serviço, e poderem discutir o seu direito perante as justiças do paiz; tenho a dizer a V. Ex. que sendo os

Procuradores Fiscaes das Thesourarias obrigados pelo art. 33 §§ 1.º e 2.º do Decreto de 22 de Novembro de 1851, approvado pela Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 12 § 10, a vigiar que as leis da Fazenda sejão fielmente executadas, solicitando as providencias que para esse fim julgarem necessarias, e a darem o seu parecer verbalmente ou por escripto a respeito de todos os negocios da administração de Fazenda que versarem sobre a intelligencia ou execução da Lei, não podendo ser decidida questão alguma que exija exame de direito sem sua audiencia; essa obrigação lhes incumbe na qualidade de consultores da autoridade administrativa, e se refere sómente, salvo disposição expressa da Lei ou Regulamento em contrario, ás materias da competencia deste Ministerio e não ás dos outros Ministerios como Agentes judiciaes do Thesouro, porém suas obrigações são amplissimas, sem restricção quanto aos interesses da Fazenda, seja qual fôr o ramo da administração a que pertenção directa ou indirectamente compromettidos nos negocios pendentes em qualquer juizo, como já foi declarado no Aviso de 2 de Junho de 1858 e mais disposições em vigor. A 1.ª questão, isto é, a da caducidade da concessão por abondono da lavra e consequente devolução ao dominio do Estado pelo art. 8.º do Regulamento mineral citado é da competencia administrativa, isto é, da jurisdicção dos Guardas-móres de minas, precedendo vistoria administrativa, e audiencia dos concessionarios com recurso para os Presidentes de Provincia, e destes para o Conselho de Estado nos termos do art. 45 do Regimento de 5 de Fevereiro de 1842, pertencendo este ramo de mineração ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo art. 9.º do Decreto de 16 de Fevereiro de 1861. A 2.ª questão, isto é, a da propriedade da lavra á vista da Carta de concessão dada por versar sobre propriedade nos termos da Ord. Liv. 2.º, Tit. 34 § 9.º transmissivel como qualquer outra, mediante porém certas formalidades administrativas, e da qual não se póde ser privado senão na fórma da Lei, e conseguintemente sob a protecção das Leis civis, é e foi sempre da competencia exclusiva dos Juizes e Tribunaes de Justiça civis do fôro commum, sobretudo tratando-se de acções de reivindicação e força nova, já formal e positivamente exceptuadas do in-

resse da Fazenda pelo Alvará de 3 de Setembro de 1823. Nestes termos, não sendo o Procurador Fiscal consultor das autoridades da Provincia no tocante ao ramo de mineração a cargo do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e sim sómente quanto á mineração diamantina e havendo emittido o seu parecer a respeito das questões propostas, procedia a suspeição do referido Procurador Fiscal dada e declarada quando foi ouvido por essa Presidencia.

Não obstante os principios expostos, confiando o Governo Imperial no zelo dos Procuradores Fiscaes que continuem a dar o seu parecer sobre materia pertencente aos outros Ministerios quando consultados pelas differentes autoridades, como até agora tem feito a bem do serviço publico, no desempenho de suas funcções, é de esperar que no exercicio da advocacia procedão com o mais rigoroso escrupulo, deixando de incumbir-se do patrocinio do interesse e causas que possão originar a collisão de que se trata, especialmente em assumptos relativos á Fazenda civil e militar do Imperio, seja qual fôr a autoridade que tenha cargo de administra-la, tanto mais quando na maioria dos casos, esse patrocinio infringe o art. 66 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 prohibindo que qualquer empregado do Thesouro e Thesourarias possa ser procurador de partes em negocios que directa ou indirectamente, activa ou passivamente pertenção ou digão respeito á Fazenda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 24.—FAZENDA.—Em 9 de Abril de 1864.

Sobre a execução do art. 544 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 14 de Outubro do anno passado, a que acompanhou a representação da Commissão Administra-

tiva da Associação Commercial da Cidade do Rio Grande, pedindo providencias ácerca da maneira por que a Alfandega da mesma Cidade executa a parte 6.ª § 2.º do art. 544 do Regulamento das Alfandegas que baixou com o Decreto n. 2.647 de 19 de Setembro de 1860, tenho a dizer a V. Ex. que em vista da informação da dita Alfandega annexa ao citado officio de V. Ex., não tem a mesma representação todo o fundamento, não só porque a mencionada Alfandega deu tempo sufficiente ao Commercio para exigir que viessem as necessarias declarações nas facturas, como alliviando aos que provassem não ter podido por causas justificadas fazer as declarações exigidas para o calculo dos direitos. Se apezar dessa benigna execução do dito artigo ainda havia motivo de queixa, não tem esta actualmente cabimento depois da faculdade que o Decreto n. 3.217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 22, dá aos Inspectores de permittirem, provada concludentemente a necessidade dessa diligencia, aos donos ou consignatarios das mercadorias a verificação do conteúdo dos volumes para regularidade das declarações necessarias. Assim, pois, se houver duvida a respeito do peso, medida, ou quantidade, para serem reduzidos os pesos e medidas estrangeiras a nacionaes, como prescreve o art. 544 § 4.º por meio do exame prévio póde o dono ou consignatario completar as suas declarações, quando não queirão sujeitar-se á multa do art. 544 § 2.º para que esse trabalho se faça na occasião da conferencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 25.—FAZENDA.—Em 23 de Abril de 1864.

Trata do sello de letras, e retenção das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1864.

Tive presente a representação de Maia & Espirito Santo, negociantes nessa Cidade, a qual me foi transmittida em seu officio de 29 de Dezembro do anno passado.

Em vista dessa representação e mais papeis que a acompanhão, consta, que tendo os supplicantes apresentado á Recebedoria do Recife tres vias de letras, pagárão o sello de uma tão sómente, deixando de pagar o das outras, que por este facto forão detidas pelo Administrador, esperando elle que viessem effectuar o pagamento dentro do prazo de 30 dias, conforme o art. 21 § 3.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, então em vigor; que não comparecendo os supplicantes até o fim deste prazo, mandou o Administrador lavrar termo de multa e revalidação, e intimar a decisão; que intimada a decisão em 20 de Agosto, o dito Administrador recorreu della ex-officio em 21 de Setembro para a Thesouraria, a qual confirmou a decisão em 30 desse mez; que, mais tarde, havendo sido os supplicantes notificados pelo Juizo dos Feitos, em Outubro, para pagarem executivamente a multa, interpuzerão em 17 um recurso para a Thesouraria, o qual foi desattendido em 20, por entender-se perempto o direito da parte; que em 24 de Novembro recorrêrão para o Tribunal do Thesouro, por intermedio da Thesouraria, que não lhes admittio esse recurso, indeferindo a petição em 1.º de Dezembro, pelo que em 12 de Dezembro representão ao Thesouro contra o procedimento da Recebedoria e Thesouraria.

Ora, havendo o Administrador qualificado o facto de não pagamento do sello das outras duas vias de letras como subtracção do imposto prevista no art. 114 do Regulamento citado, é manifesto que o processo a seguir-se era o prescripto nos arts. 744 e seguintes do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, como expressamente determina o art. 118 § 1.º do Regulamento, e não impôr a multa e fazer intimar a parte, proferindo assim uma decisão, independente da audiencia prévia do multado, e tornando tumultuario todo o procedimento fiscal.

O facto porém de deixar de pagar o sello das duas vias de letra, no presente caso, em que os supplicantes a levárão á Repartição no prazo legal, não podia ser classificado no art. 114, nem em qualquer outro para sujeitar a parte á multa; porquanto a apresentação dos titulos á Estação Publica, exclue a intenção de sonegar o imposto devido ao Estado, accrescendo que não se dão as circumstancias previstas no mesmo artigo como condições da pena nelle comminada.

E' certo que os supplicantes, creando os titulos e levando-os á Repartição, contrahirão effectivamente a obrigação de pagar o imposto, ficando sujeitos á revalidação se o não pagassem no prazo legal, por facto exclusivamente seu; mas não é menos certo que não se lhe devião reter os titulos, visto que tinhão a seu favor o prazo legal, podendo dentro delle satisfazer o sello em qualquer outra Estação Fiscal, onde lhes conviesse..

Cumpre, portanto, que V Ex. dê as suas ordens para que o Inspector da Thesouraria expeça as precisas providencias para que fique sem effeito o processo executivo instaurado para a cobrança da multa imposta em virtude do art. 114; e outrosim declarar ao Administrador da Recebedoria que menos regularmente se houve nesse assumpto, deixando de applicar exactamente as disposições que regulavão esta questão, e recorrendo ex-officio de sua decisão para a Thesouraria, porquanto em materia de sello não ha recurso ex-officio ou necessario senão das decisões das Administrações das Mesas de Rendas e Collectorias, como determina o art. 126 do mencionado Regulamento, e art. 62 do Decreto de 17 de Março de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco

---

N. 26.—FAZENDA.—Em 30 de Abril de 1864.

Sobre a responsabilidade de fiadores por fianças limitadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o requerimento de José Severino Cavalcanti de Albuquerque, fiador de João Cavalcanti de Hollanda Chacon, ex-Collector da cidade da Victoria, na Provincia de Pernambuco, transmittido por officio n.º 16 da respectiva Presidencia de 9 de Fevereiro ultimo, em que expõe que, havendo obtido do Thesouro Nacional

uma moratoria de quatro annos para pagar o alcance de seu afiançado, assignára as letras respectivas pela quantia de 11:864$989, sendo 10:340$430 de principal e 1:524$559 de juros, que pelo termo de fiança de 13 de Março de 1858 se obrigára como fiador do dito Chacon, na qualidade de Escrivão, até a somma de 3:000$000, e portanto não é responsavel pela quantia de 990$000 por parte do alcance proveniente dos dinheiros de orphãos entrados para a Collectoria em 2 de Janeiro anterior; e finalmente que pelo termo de 5 de Março de 1859 se obrigára até a quantia de 6:000$000, e que assim não póde ser responsavel pela somma exigida, excedente dos limites da fiança, reclamando ser exonerado da responsabilidade de 990$000, e pagar sómente o que seja devido em virtude da fiança, regulando-se de novo as prestações da moratoria; e

Considerando que a fiança não admitte interpretação extensiva a mais do que precisamente se comprehende no termo, e que os assignados pelo supplicante muito clara e expressamente limitárão a sua responsabilidade á quantia arbitrada de tres e de 6:000$000;

Considerando que a concessão da moratoria pela qual se admittem que os devedores da Fazenda Nacional, havendo justos e attendiveis motivos, a pagar por prestações os seus debitos, passando-se letras, na fórma da Lei de 13 de Novembro de 1827, não induz novação, porquanto sendo a causa da divida sempre a mesma, não se dá nem se póde dar quitação aos devedores, nem occorre facto d'onde resulte clara e incontestavelmente a intenção de innovar a obrigação anterior; sendo que as letras em tal caso não representão um pagamento actual, mas sómente uma garantia de futuro pagamento, faltando a qual o credor fica mantido no exercicio dos direitos e privilegios do credito primitivo, de que goza cumulativamente com as novas garantias dadas pelo devedor;

Considerando que ainda quando houvesse novação podia o devedor usar do remedio facultado pela Lei para fazer-se restituir contra uma obrigação contrahida indevidamente por erro e sem direito algum, e conseguintemente de exigir a reforma das letras das prestações para se eliminar a quantia excedente daquella por que se obrigára nos termos de fiança,

pela qual não é responsavel nem natural, nem civilmente; e

Usando da attribuição conferida pelo art. 1.º § 2.º do Decreto de 29 de Janeiro de 1859, approvado pela Lei de 27 de Setembro de 1860, art. 12 § 10, para a interpretação da fiança:

Declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, que resolveu deferir o requerimento do supplicante, julgando-o não responsavel pelo alcance de 990$000 e respectivos juros, verificado nos exercicios posteriores, e sómente até a quantia de 9:000$000, limite do termo de fiança de 5 de Março de 1859 e os respectivos juros, que neste caso são de 6 % desde a interpellação judicial, tendo-se em vista as Instrucções da Directoria Geral do Contencioso de 23 de Outubro de 1863.

Cumpre, portanto, que o mesmo Sr. Inspector admitta nesta conformidade as prestações a vencer, levando-se em conta na ultima o que já demais tiver pago o supplicante de seu debito, quér quanto á sua totalidade, quér quanto ao seu juro. E visto constar que o ex-Collector tem bens occultos, sem perda de tempo requisite a prisão administrativa do dito ex-Collector, procedendo ulteriormente na fórma do Decreto de 5 de Dezembro de 1849, e promovendo o sequestro dos ditos bens para por elles indemnisar-se a Fazenda Publica das quantias por que não fôr responsavel o fiador, participe ao Thesouro o resultado dessas diligencias.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 27.— FAZENDA.— Em 12 de Maio de 1864.

Sobre o sello do capital da companhia da estrada de ferro de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 7 de 9 de Fevereiro deste anno do Sr. Inspector

da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, dirigido á Directoria Geral das Rendas Publicas, satisfazendo as exigencias que lhe forão feitas em officio da mesma Directoria Geral de 16 de Janeiro anterior, sobre o recurso que lhe fôra interposto pela companhia da estrada de ferro do Recife a S. Francisco, a respeito do sello de suas acções, da decisão proferida pela respectiva Recebedoria de Rendas internas em 26 de Março de 1861, que obrigou a dita companhia a pagar o sello de 100 réis por cada duas libras esterlinas em 59.755 acções em que se divide o seu capital, correspondentes essas duas libras á oitava chamada que acabava de fazer: declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria de Fazenda que o Tribunal do Thesouro, a quem forão presentes todos os papeis, resolveu deferir o recurso da sobredita companhia, confirmando a decisão da mesma Thesouraria do 1.º de Junho de 1861, que declarou que o pagamento feito por essa companhia nos termos das disposições dos arts. 1.º e 32 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2.713 de 26 de Dezembro de 1860, deveria ter sido da decima parte da quantia correspondente ao sello do valor nominal das 59.755 acções, capital da companhia, por isso que sendo cada uma acção de 20 libras, a chamada de duas destas por acção, equivale á decima parte do seu valor, o mesmo que decima parte do valor do capital.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 28. —AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 14 de Junho de 1864.

As disposições do Regulamento de 30 de Janeiro obstão á medida proposta de marcar-se aos Juizes Commissarios, além dos emolumentos, que percebem de partes, gratificações mensaes.

Directoria das Terras Publicas e Colonisação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em 14 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — De posse de seu officio de 12 de Maio ultimo, em que insiste na idéa de marcar-se ao Capitão do Estado-Maior Luiz Eduardo de Carvalho, que se acha á disposição dessa Presidencia, para ser empregado em trabalhos de legitimação e revalidação, uma gratificação mensal, além dos emolumentos que percebe como Juiz Commissario, tenho em resposta a declarar-lhe que não tem lugar a medida proposta por V. Ex. á vista das disposições do Regulamento de 30 de Janeiro de 1854; como já ponderei em Aviso de 8 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Domiciano Leite Ribeiro.* — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

ADDITAMENTO

Á

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DO

IMPERIO DO BRASIL

EXPEDIDAS PELO MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

NO

ANNO DE 1864.

FEITO

EM CUMPRIMENTO DO AVISO DO MESMO MINISTERIO
DE 27 DE JANEIRO DE 1866.

POR

Emilio Xavier Sobreira de Mello
Contador da Thesouraria de Pernambuco em commissão no Thesouro.

RIO DE JANEIRO.
TYPOGRAPHIA NACIONAL,
Rua da Guarda Velha.
1866.

ADDITAMENTO

Á

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

1864.

N. 1.—FAZENDA.—Em 4 de janeiro de 1864.

Declara que das decisões dos Chefes das Repartições Fiscaes ha recurso para as Thesourarias de Fazenda, e destas para o Tribunal do Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex. n.º 109 de 9 de Novembro ultimo, a que acompanhou o requerimento, em que João Pinto de Lemos Junior representa contra a Recebedoria de Rendas em consequencia de sello, que diz haver pago duplicadamente, declaro a V. Ex. que das decisões dos Chefes das Repartições Fiscaes, em materia de sello, ha recurso nas Provincias para as respectivas Thesourarias de Fazenda, e destas para o Thesouro Nacional

na fórma do art. 125 e seguintes do Regulamento do sello, e não tendo o supplicante satisfeito taes disposições, não se póde tomar conhecimento do que pretende.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez de Abrantes*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 2.—FAZENDA.—Em 12 de janeiro de 1864.

Sobre o emprego do meio executivo contra os Consules e Vice-Consules estrangeiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para o devido conhecimento, e em resposta ao seu Aviso de 29 de Dezembro proximo passado, que nesta data officio á Presidencia da Provincia da Bahia declarando-lhe, de conformidade com o referido Aviso, que não póde ser approvado o seu procedimento havido para com o Vice-Consul da Hespanha, pelo qual mandou executar a respeito delle o Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 17 de Dezembro de 1861, que approvou ter-se intentado a acção executiva contra um Vice-Consul por despezas do curativo de um marinheiro da sua nação, ficando revogado e de nenhum effeito o Aviso deste Ministerio de 27 de Agosto proximo passado.

Convém entretanto ponderar a V. Ex. que, tendo-se fundado no citado Aviso de 17 de Dezembro o procedimento daquella Presidencia e do Thesouro, faz-se mister que este Ministerio, para dar as precisas instrucções a seus Procuradores Fiscaes e evitar conflictos, saiba se o Ministerio a cargo de V. Ex. entende, como se póde concluir do Aviso a que respondo, que nestes casos e semelhantes, quando a divida é contrahida pelos Consules ou por sua intervenção, deve manter-se a doutrina do Aviso de 17 de Dezembro, procedendo-se executivamente contra os Consules estrangeiros.

Deus Guarde a V. Ex.— *Marquez de Abrantes*.— Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

N. 3.—FAZENDA.—Em 13 de janeiro de 1864.

Sobre o donativo do producto de uma porção de carne secca, apprehendida pela Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1864.

Tendo em vista a informação do Inspector da Alfandega da Côrte de 12 de Novembro do anno proximo passado sobre o requerimento do negociante José João da Cunha Telles, relativo á apprehensão de uma porção de carne secca de sua propriedade, e ao donativo, que do producto desta mercadoria deseja fazer ao Imperial Instituto dos meninos cégos, e considerando:

1.° Que depois de feita, bem ou mal, uma apprehensão, sendo ella de generos susceptiveis de corrupção, cumpre que os Inspectores das Alfandegas, independente de requerimento da parte, mandem proceder a leilão na fórma do art. 756 paragrapho unico, recolhendo-se o seu producto a deposito para ser entregue a quem de direito fôr depois da decisão final;

2.° Que no presente caso, interposto como havia sido, para o Tribunal do Thesouro Nacional o recurso *ex-officio* da decisão da mesma Inspectoria da Alfandega, que julgára improcedente a apprehensão, não era a parte obrigada a retirar a mercadoria, como entende a Inspectoria, porque o art. 773 é facultativo e não impõe semelhante obrigação ao dono das mercadorias apprehendidas;

3.° Que pendente o dito negocio de decisão, e tendo a parte requerido que fosse vendida em leilão a mercadoria, nada mais fazia do que requerer o cumprimento do citado art. 756 paragrapho unico, não podendo todavia a Inspectoria da Alfandega attender ao supplicante sobre a applicação do producto a um fim de beneficencia, porquanto a improcedencia da apprehensão dependia de confirmação de Tribunal superior;

4.° Finalmente, que tendo sido a mercadoria posteriormente arrematada pela Alfandega como consta dos jornaes, e renovando ainda o dito negociante no seu requerimento ao Thesouro o donativo do referido producto ao Instituto dos meninos cégos, deve ser

elle attendido, expedindo-se para esse fim as ordens precisas:

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega, que aceito o donativo feito pelo mesmo negociante, deve o producto da carne secca apprehendida ser, pelos motivos expendidos, entregue ao Director do mencionado Instituto dos meninos cégos.

Marquez de Abrantes.

N. 4.—FAZENDA. — Em 14 de janeiro de 1864.

Declara que as decisões das autoridades administrativas em materia contenciosa, uma vez proferidas, não podem ser alteradas senão pelas Instancias Superiores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Janeiro de 1864.

Tenho presente o officio da Inspectoria da Alfandega da Côrte de 25 de Novembro do anno proximo passado n.º 1509, em que participa ter imposto ao Capitão do hiate nacional *Subtil* a multa de 75$000 réis, por differenças verificadas no acto da conferencia do respectivo manifesto, relevando-o porém, depois da mesma multa, por se ter convencido de que não houvera intenção fraudulenta para semelhante acto.

Tomando conhecimento dessa decisão tenho resolvido que ella seja approvada, observando todavia ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega que, uma vez proferidas em materia contenciosa não podem as decisões dos Inspectores das Alfandegas ser alteradas senão por Instancia Superior, por via de recurso nos termos do art. 760 comparado com os arts. 768 e 771 do Regulamento das Alfandegas.

Marquez de Abrantes.

N. 5. — FAZENDA. — Em 19 de janeiro de 1864.

Declara que dada a connexidade dos delictos compete ao Juizo Criminal conhecer dos crimes, e á autoridade administrativa conhecer do contrabando e das infracções dos Regulamentos Fiscaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1864.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso de revista interposto por F. Astengo, Consul da Italia, da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, confirmada pelo Tribunal do Thesouro no processo de apprehensão do carregamento do brigue italiano *Petit Vaisseau* quando se apromptava para sahir do porto desta cidade, julgando improcedente a apprehensão dos generos regularmente despachados, mas procedente nos termos do art. 642 § 13 do Regulamento das Alfandegas a dos generos, que não pagárão direitos de exportação, e impondo ao Capitão do dito brigue a multa de 2/3 do valor destes generos do art. 751, a de 20$000 por volume do art. 377 além das penas de multa ao mesmo Capitão do art. 673 por sonegação do imposto de uma lancha, que comprára, e aos Administradores dos Trapiches e ao respectivo Fiscal por infracção de differentes artigos do citado Regulamento.

E vistos os arts. 529 e 712 do Codigo do Commercio, 61 e 177 do Codigo Criminal, 377, 642 § 13, e 742 do Regulamento das Alfandegas; e 28 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859:

Considerando que na especie do processo houve subrogação e troca dolosa de generos de maior valor, que pagárão direitos de exportação por outros de menor valor, subtrahidos aos mesmos direitos, e que estes forão introduzidos clandestinamente a bordo, ao que simulava-se o embarque daquelles:

Considerando que taes factos, além da rebeldia prevista no art. 712, e sujeita a responsabilidade criminal pelo art. 529 do Codigo Commercial, importão o delicto do contrabando do art. 177 do Codigo Criminal, e a infracção do art. 377 do Regulamento das Alfandegas, actos estes praticados como meio para commetter-se aquelle crime:

Considerando que nestas circumstancias, dada a connexidade das differentes infracções da lei penal,

era da competencia do Juizo Criminal conhecer da rebeldia, cujo processo se acha pendente, e da competencia da jurisdicção administrativa, conhecer das infracções, que constituem o contrabando em flagrante e a contravenção do citado Regulamento, conforme a jurisprudencia admittida em materia de connexidade de delictos:

Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Negar provimento ao recurso por sua Immediata Resolução de 12 de Dezembro ultimo, proferida em Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado. O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 6.— FAZENDA. — Em 25 de janeiro de 1864.

Sobre o modo legitimo de provar a filiação nas justificações para percepção de meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, que não sendo a justificação de filiação, que se apresenta por parte de uma das habilitandas, de que trata o processo, que acompanhou o seu officio n.º 97 do 1.º de Dezembro proximo passado, D. Rita de Cassia Alves Martins, filha do Capitão Ajudante de 1.ª Linha reformado João Martins d'Alvila, o documento que exige a lei, e sim certidão de baptismo, que póde ser obtida pelos meios legaes, visto não se ter encontrado assento nos livros da Parochia respectiva, deve ser a habilitanda intimada para satisfazer essa exigencia.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 7.—FAZENDA.—Em 26 de janeiro de 1864.

Declara que os herdeiros, testamenteiros e inventariantes são solidariamente responsaveis pela taxa das heranças, e respectivos juros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1864.

Forão presentes ao Tribunal do Thesouro os recursos interpostos, não só pela Recebedoria da Côrte *ex-officio*, da propria decisão pela qual declarou que Caetano José de Faria, inventariante dos bens da herança de João Pereira Evora Sobrinho, era responsavel pelo juro da decima hereditaria, devida á Fazenda Nacional desde a data do obito do mesmo Evora Sobrinho, cabendo aos herdeiros deste a obrigação de pagarem a do tempo anterior; bem como pelo proprio Caetano José de Faria, Caetano Pereira Evora e outros a semelhante respeito; e o mesmo Tribunal tomando delles conhecimento, resolveu declarar que os herdeiros, testamenteiros e inventariantes dos bens do fallecido João Pereira Evora são *solidariamente* responsaveis, na fórma da Resolução de 21 de Maio de 1821, e art. 25 do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860, pelo imposto da decima hereditaria e respectivos juros da herança de João Pereira Evora, fallecido em 13 de Setembro de 1835. O que communico ao Sr. Administrador da Recebedoria para seu conhecimento e devidos effeitos, ficando outrosim na intelligencia de que os ditos juros são devidos sómente, nos termos do art. 49 do citado Regulamento; e pois que a herança foi partilhada antes da sua publicação, depois de findo o prazo de 60 dias contados da mesma publicação, como já foi declarado pela Ordem do Thesouro do 1.° de Agosto de 1863.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 8.—FAZENDA.—Em 28 de janeiro de 1864.

Declara que a Camara Municipal não póde impedir obras em um predio por pretender adquiril-o para fim de utilidade publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1864.

Tendo em vista a informação da Illma. Camara Municipal da Côrte, constante de seu officio de 24 de Novembro proximo passado, sobre os requerimentos de Manoel Joaquim da Rocha reclamando contra o embargo feito nas obras do predio nacional da rua Fresca n.os 17 e 17 A, cabe-me declarar á mesma Camara que o facto de pretender a acquisição do referido predio não póde impedir a continuação das obras, que nelle está fazendo o arrendatario e vedar portanto taes obras em um predio legitimamente arrendado pelo Governo.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 9.—FAZENDA.—Em 28 de janeiro de 1864.

Sobre o sello de recibos de contas de venda.

Ministerio dos Negacios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1864.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de D. Mathilde Constança de Souza Coimbra, interposto da decisão em virtude da qual pagou a quantia de 12$500 de revalidação de um recibo de 250$000 réis, que lhe passárão Leite Bastos & Rodrigues, por não ter sido sellado dentro do prazo estabelecido no art. 21 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, resolveu dar provimento ao referido re-

curso á vista do disposto no art. 23 do Regulamento de 13 de Agosto do anno findo, que isenta do sello proporcional os recibos de contas de venda ainda que se não achem incluidos na disposição do art. 6.º § 13 do mesmo Regulamento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 10.—FAZENDA.—Em 31 de janeiro de 1864.

Declara que os termos de fiança a favor da Fazenda devem conter a clausula de *principaes pagadores*; e que as procurações devem ser especiaes para esse fim.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolvendo ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná as cópias dos processos de fianças que prestárão na mesma Thesouraria o Administrador do Correio, o Thesoureiro da Alfandega de Paranaguá, o Collector do Principe, e o Escrivão da Collectoria de Morretes, as quaes vierão acompanhadas com o officio n.º 90 de 7 de Dezembro ultimo; ordena ao mesmo Sr. Inspector que faça reformar os termos das mesmas fianças, no sentido de exigir-se que sejão ratificados para o fim de igualmente se obrigarem os fiadores como principaes pagadores por qualquer alcance de dinheiros ou valores, juros e custas: exigindo-se outrosim que os procuradores, que tiverem de assignar exhibão poderes especiaes expressamente declarados, pois que as procurações, que servirão para tomarem-se as referidas fianças, os não contém.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 11.—FAZENDA.—Em 3 de fevereiro de 1864.

E' da competencia do Thesouro fixar o *quantum* do vencimento dos Professores jubilados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo-se apresentado no Thesouro para o competente assentamento a carta de jubilação de D. Thereza Fortunata da Silva no lugar de Professora da cadeira publica de Instrucção Primaria da Freguezia de S. José, mandei cumpril-a, não obstante a declaração nella contida do vencimento, que compete á dita Professora.

Pertencendo entretanto ao Thesouro, pela Imperial Resolução de Consulta de 27 de Outubro de 1860, o calculo dos vencimentos, que devem corresponder ao tempo de serviço, marcado aos aposentados pelos differentes Ministerios, rogo a V. Ex. se sirva dar as precisas ordens para que seja a mesma Resolução estrictamente observada, deixando ao Thesouro o livre exercicio da attribuição, que lhe pertence, de fixar o *quantum* do vencimento dos Professores, que forem jubilados.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.

N. 12.—FAZENDA.— Em 5 de fevereiro de 1864.

Sello do Decreto concedendo melhoramento de reforma a Official da Guarda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1864.

A' vista das duvidas suscitadas a respeito do sello a que está sujeito o Decreto concedendo ao Capitão reformado da Guarda Nacional da Provincia do Maranhão Luiz Antonio de Oliveira melhoramento de reforma no posto de Major, declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que devendo ser considerada

como uma graça a reforma concedida a Officiaes da Guarda Nacional, não podem taes titulos deixar de pagar o sello fixo de 10$000 marcado pelo art. 79 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 13.—FAZENDA.—Em 11 de fevereiro de 1864.

Declara que o Decreto de 26 de Fevereiro de 1862 não alterou a Circular de 6 de Agosto de 1847, sobre dividas de exercicios findos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia da Parahyba que devendo os processos de divida de exercicios findos, que não pertencem ao Ministerio da Fazenda, ser enviados aos diversos Ministerios, como dispõe a Circular de 6 de Agosto de 1847, que não foi alterada pelo Decreto de 26 de Fevereiro de 1862, ao Ministerio do Imperio e não ao da Fazenda, devêra ser remettido o processo da divida do Vigario Collado da Freguezia de Santo Antonio da Villa de Piancó, que acompanhou o officio da Inspectoria da mesma Thesouraria de 14 de Outubro do anno proximo passado n.° 28.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 14.—FAZENDA.—Em 11 de fevereiro de 1864.

Declara que o Gerente de uma casa de commercio representa o proprio negociante para o despacho das mercadorias nas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos,

que fica approvada a deliberação, que tomou, de admittir a procuração dos Negociantes Descorted & Prades dando poderes a Frederico Antonio de Araujo e Silva, para represental-os na mesma Alfandega em todos os actos relativos a seu commercio assignando requerimentos, fazendo despachos, etc., se o dito Araujo e Silva é um dos dous gerentes, que aquelles Negociantes deixárão em sua ausencia, devendo em tal caso considerar-se o mesmo Procurador como o proprio negociante, que o constituio.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 15.—FAZENDA.—Em 16 de fevereiro de 1864.

Sobre as formalidades que devem conter os conhecimentos de carga.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 10 de Dezembro ultimo, acompanhado do extracto de um officio do Consul Geral do Brasil em Liverpool a respeito de algumas queixas que lhe forão dirigidas contra a disposição do art. 403 Cap. 6.º do Regulamento das Alfandegas, tenho de declarar a V. Ex. que exigindo aquelle artigo que os conhecimentos de carga para produzirem seus effeitos legaes contenhão certas e determinadas formalidades, que se achão prescriptas no art. 575 do Codigo Commercial, entre as quaes se comprehende a assignatura do Capitão e a do carregador, não se póde prescindir dellas, cumprindome porém observar a V. Ex. que aquelle artigo não exige exclusivamente taes conhecimentos.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Francisco Xavier Paes Barreto.

N. 16.—FAZENDA.—Em 17 de fevereiro de 1864.

Sobre a competencia do Inspector da Alfandega para deferir o requerimento de E. Leubek, pedindo a entrega do producto de generos cuja apprehensão não fôra confirmada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1864.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, em resposta aos seus officios de 24 de Setembro de 1863 e de 16 de Janeiro proximo passado, que tendo a Resolução Imperial de 12 de Dezembro ultimo, proferida sobre parecer da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, negado provimento ao recurso de nullidade, interposto por F. Astengo, Consul de Italia, de decisão da Inspectoria da mesma Alfandega, confirmada pelo Tribunal do Thesouro no processo de apprehensão do carregamento do brigue italiano *Petit Vaisseau:* ao Sr. Inspector compete, por occasião de executar as referidas decisões e Resolução Imperial, deferir como entender de justiça os requerimentos, que inclusos se lhe devolvem, de E. Leubek em que pede ao Thesouro a entrega do producto dos generos regularmente despachados para o dito navio, e que as mesmas decisões mandárão entregar-lhe, e que para a execução deve prevenir o Consul da Italia; cumprindo observar-lhe que existindo entre as 354 sacas apprehendidas quatro com a marca *L*, como consta do processo, que tambem se lhe devolve, não póde a respeito destas quatro proceder a duvida do officio de 24 de Setembro por fazerem parte das 30 despachadas pelo Capitão Logomarino do mencionado navio, procedendo porém quanto ás 26 restantes.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 17.—FAZENDA.—Em 20 de fevereiro de 1864.

Sobre o direito das Alfandegas para exigirem a apresentação dos passaportes dos navios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 30 de Janeiro proximo passado acompanhado do officio do Consul Geral dos Paizes Baixos nesta Côrte, representando contra o facto de exigir o Inspector da Alfandega de Aracajú dos Capitães de navios, quando entrão naquelle porto, a entrega do passaporte do navio, e o seu deposito até a partida; cabe-me declarar a V. Ex. que tendo o art. 34 do Decreto n.° 3217 de 31 de Dezembro ultimo explicado e alterado a disposição do art. 407 do Regulamento das Alfandegas, não se estende a clausula do deposito dos papeis de bordo aos passaportes, e tão sómente aos papeis, que dizem respeito á carga, ficando porém salvo o direito á administração da Alfandega de exigir a sua apresentação nos termos do art. 374.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Francisco Xavier Paes Barreto.

N. 18.—FAZENDA—Em 24 de fevereiro de 1864.

Relevação de multas nas Alfandegas por differenças de quantidade em consequencia de engano manifesto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso, que a Inspectoria da Alfandega da Côrte interpoz de sua propria decisão, pela qual julgou que não estavão sujeitos ás multas do art. 553 do Regulamento das Alfandegas e art. 26 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, as differenças encontradas na nota para despacho apresentada por John More & C.ª onde forão trocadas as quantidades de duas

addições differentes; e o Tribunal, tomando conhecimento do referido recurso, resolveu dar-lhe provimento, considerando:

1.° Que a troca das quantidades das duas addições recahio em mercadorias, que, se houvessem de pagar os direitos segundo taes declarações, importarião em consideravel prejuizo para a parte, o que revela que na transposição não houve má fé ou intenção de fraude, e apenas manifesto engano.

2.° Que, permittindo o art. 45 do citado Decreto de 31 de Dezembro que possa a parte denunciar-se nos casos de fraude para não ser passivel de multa pelas differenças, não ha razão para que o seja quando fôr manifesto o engano, que produz essas differenças.

3.° Que sendo regra geral adoptada nos nossos Regulamentos que os direitos das mercadorias, que se despachão sejão pagos conforme a verificação correspondente e não segundo as declarações das partes, cumpre que sejão relevadas as inexactidões, que nas mesmas declarações se possão encontrar para evitar contestações prejudiciaes em objecto de commercio; salvo porém o caso de fraude ou occultação dolosa de mercadorias para subtrahil-as a direitos; porque então são bem applicadas as multas.

O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 19.—FAZENDA—Em 26 de fevereiro de 1864.

Sobre a apprehensão de mercadorias não declaradas no manifesto nem comprehendidas na lista dos sobresalentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de James Petril, Capitão da barca ingleza *Elisabeth* da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte,

julgando procedente a apprehensão de varias mercadorias, que não tinhão sido declaradas no manifesto e nem na lista dos sobresalentes e de 24 caixas de brandy ou cognac excedentes ás que tinhão sido declaradas na referida lista.

E o mesmo Tribunal:

Considerando, quanto a apprehensão das mercadorias, que os objectos novos apprehendidos consistem em mercadorias e que dá-se o facto de falta de declaração do Capitão no manifesto, e na lista dos sobresalentes, sendo improcedente a allegação do recorrente a respeito do destino das ditas mercadorias;

E, quanto ás 24 caixas com brandy ou cognac, que forão reputadas accrescimos:

Considerando que do processo apenas resulta a presumpção remota de que por meio da declaração nos despachos de consumo dos sobresalentes de uma quantidade de galões aproximada á declaração da mesma medida na lista dos sabresalentes, tendo-se verificado ser aquella muito menor do que a accusada na nota se pretendia resalvar a todo o tempo a importação clandestina das ditas 24 caixas; que estas portanto não constituem realmente um accrescimo, porquanto o seu conteudo em galões com o verificado nos despachos não chega mesmo a quantidade de galões indicada na lista dos sobresalentes;

Resolveu o mesmo Tribunal negar provimento ao recurso, quanto a apprehensão das mercadorias e dal-o quanto á multa de 5$000 por volume, imposta pela differença para mais do manifestado das 24 caixas de brandy ou cognac, devendo restituir-se ao Capitão James Petril a importancia da mesma multa.

O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devida execução.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 20.—FAZENDA.—Em 26 de fevereiro de 1864.

Sobre o Decreto de 26 de Fevereiro de 1862 a respeito do pagamento de dividas de exercicios findos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 26 de Janeiro proximo passado a respeito das dividas dos fornecedores Robert G. Cummingham e Stenry Law, tenho de ponderar a V. Ex. que semelhantes dividas devem ser processadas, porquanto o Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862 não dispensa essa formalidade, e sómente autoriza as Thesourarias para liquidarem e pagarem no prazo de um a dous annos as de que trata o art. 4.º do mesmo Decreto precedendo sempre requerimento do credor, como dispõe o art. 5.º, o que se deve observar tambem nos diversos Ministerios, quanto ás dividas contrahidas nesta Côrte, cujos pagamentos lhes compete autorizar, as quaes nada obsta, que sejão revistas pelo Thesouro, como se ha praticado por bem da regularidade desse serviço.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. João Pedro Dias Vieira.

Identico aos demais Ministerios com a seguinte alteração:

Tendo-se suscitado duvidas a respeito do pagamento das dividas de exercicios findos; julgo conveniente declarar a V. Ex. para os fins convenientes que o Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862 não dispensa o processo de que trata a Circular de 6 de Agosto de 1847; autoriza sómente as Thesourarias para liquidarem, etc.

N. 21.—FAZENDA.—Em 2 de março de 1864.

Sobre a classificação para pagamento dos direitos de importação dos chapéos de palha da Italia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Março de 1864.

Tomando em consideração o objecto da representação de varios negociantes italianos estabelecidos nesta praça, importadores de chapéos de palha da Italia que acompanhou a informação da Inspectoria da Alfandega da Côrte de 11 de Fevereiro proximo passado, reclamando contra a resolução da dita Inspectoria, que mandou classificar metade de uma porção de chapéos daquella qualidade para homens, e metade para mulheres, sujeitos ás taxas de 300, e 1$500 réis: declaro ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos que tendo sido os chapéos de Italia, conhecidos no commercio com a numeração 13 a 24, classificados sempre para homens, não se deve, emquanto uma nova revisão da Tarifa não alterar a classificação dos ditos chapéos tarifados no art. 569, confundir os de homem com os de mulher para cobrar-se de metade direitos como se fossem de mulher.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 22.—FAZENDA.—Em 10 de março de 1864.

Sobre o procedimento, que se deve observar quando fallecer o sacador e endossador das letras provenientes de moratorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piauhy, em resposta ao seu officio n.° 10 de 27 de Janeiro ultimo ácerca do devedor á Fazenda Nacional José Lourenço de Brito; que, tendo fallecido o sacador e endossador,

das letras da moratoria, cumpria que sem perda de tempo fossem ellas protestadas nos termos das Instrucções de 20 de Novembro de 1845, porquanto é certo que o devedor, faltando as garantias do credor, perde o beneficio do termo, e não se devia exigir sómente nova fiança como se fez. Extranhando por isso ao Sr. Inspector o seu procedimento lhe declara outrosim que o mesmo Tribunal concedeu ao referido Brito uma moratoria na fórma do estylo com vencimento de juros pelo tempo que restava da que lhe foi concedida e ficou sem effeito pela morte do fiador.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 23.—FAZENDA.—Em 14 de março de 1864.

Sobre o modo por que se deve providenciar nas Alfandegas, quando por affluencia de navios, se tornar insufficiente o numero de Guardas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará, em resposta ao seu officio n.º 9 de 20 de Janeiro ultimo, em que dá conta de haver o Inspector da respectiva Alfandega autorizado o Guarda-mór para admittir mais quatro Guardas, em vista da affluencia de navios estrangeiros á descarga, e do seu ulterior procedimento a tal respeito; que não havendo disposição alguma no Regulamento de 19 de Setembro de 1860 para tal admissão não póde por isso ser approvado o procedimento da dita Alfandega, devendo ella no caso de affluencia de trabalho propor os Officiaes de descarga supra-numerarios, que forem precisos para o serviço, sendo dispensados logo que desappareça essa necessidade. E se o numero de guardas não bastar para reprimir e prevenir o contrabando e extravio de direitos, declare o numero de vigias, que se faz necessario para se proceder como fôr conveniente.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 24. — FAZENDA. — Em 15 de março de 1864.

Multa nas Alfandegas por differença de quantidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Março de 1864.

Visto o recurso de Mosle Lackmann & Comp. pedindo ser alliviados dos direitos em dobro em que forão multados pelas differenças de quantidade encontradas no despacho de 96 barris com carne em salmoura, sendo parte de porco, e outra parte de vacca, achando-se uma differença para mais na 1.ª de 240 arrobas, e na 2.ª de 177 1/2; e

Considerando que a Tarifa no art. 90 manda despachar essas mercadorias com a tara de 35 %, e que não é permittido separar os liquidos ou materias necessarias para a conservação, tendo os recorrentes declarado na nota o peso liquido;

Considerando que na conferencia da sahida se encontrou a differença para mais do accusado na nota:

Resolveu o Tribunal do Thesouro indeferir o referido recurso, tendo por bem applicada a pena do art. 553, visto que o excesso vai além da tolerancia.

O que communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devida execução.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 25.—FAZENDA.—Em 15 de março de 1864.

Sobre o pagamento da decima de heranças e legados, de producto de dividas; e prestação de fiança do art. 19 paragrapho unico do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Março de 1864.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, tendo em vista a informação de seu officio n.º 3 de 25 de Fevereiro proximo passado sobre o requerimento de D. Joanna Julia dos Santos Teixeira, que o art. 19 do Regulamento de 15 de De-

zembro de 1860 n.º 2708 não veda que se pague o imposto da decima de heranças e legados sobre o producto das dividas, de que elle trata em hasta publica no Juizo do inventario, ainda mesmo depois de recolhidos os titulos respectivos ao cofre dos depositos publicos; e quanto á fiança que exige o mesmo artigo, paragrapho unico, que deve ser prestada pela importancia integral do dito imposto, cobrando-se porém este do que effectivamente receberem os credores; provada porém concludentemente a circumstancia de não se ter cobrado senão parte da divida.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 26.—FAZENDA.—Em 15 de março de 1864.

Declara que o titulo, e não o auto de arrematação, é que está sujeito ao sello proporcional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Março de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Segundo o estylo e praxe de todos os auditorios do Imperio o auto de arrematação dá fé do que se passa na praça, do maior lanço offerecido e da entrega do ramo ao arrematante em signal de sua arrematação, e lavrado elle, entrando-se com o dinheiro, se passa a carta com as solemnidades de direito, a qual constitue o titulo do arrematante.

Deste titulo é devido o sello em virtude do Regulamento de 19 de Dezembro de 1860 art. 1.º 3.ª classe, e não do auto de arrematação.

E porque no auto, que junto passo ás mãos de V. Ex., não se seguio o estylo aceito e recebido e tenha elle por fim evidentemente fraudar os impostos, rogo a V. Ex. se sirva dar as providencias, que entender acertadas para prevenir a repetição de factos semelhantes, que além de irregulares tem por fim lesar os interesses da Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 27. — FAZENDA. — En 16 de março de 1864.

Sobre o lugar onde devão ser assignadas as letras provenientes de arrematação de uma Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Março de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes sob n.º 86 de 19 de Dezembro do anno passado, em que participa ter indeferido o requerimento do Tenente Coronel Francisco de Paula da Fonseca Vianna, no qual solicita em consequencia de ter fallecido José de Souza Vianna, seu pai, e entre-socio na arrematação da Fazenda do Mocambo, pertencente ao extincto vinculo de Jaguára nessa Provincia, antes de assignar as respectivas letras da importancia da dita arrematação, que fossem ellas remettidas ao Collector de Santa Luzia para serem alli assignadas por elle, seus fiadores, tutores dos orphãos e mais herdeiros, visto allegar a distancia de sua residencia; declara ao mesmo Sr. Inspector que não se póde admittir que as letras sejão remettidas ao Collector como se pretende: pelo contrario devem o arrematante e os herdeiros do entre-socio comparecer na Thesouraria por si ou por seus procuradores legaes com autorização do Juiz, se menores houver, para assignarem as letras no prazo que lhes fôr marcado sob pena de ficar sem effeito a arrematação e proceder-se a outra, respondendo elles neste caso pela diminuição do preço da nova praça além das perdas e damnos na fórma da Lei de 22 de Dezembro de 1761, Tit. 10, § 1.º.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 28.—FAZENDA.—Em 23 de março de 1864.

Fixa a intelligencia do art. 1.º § 10 da Lei de 22 de Agosto de 1860, sobre recibos e mandatos ao portador.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Março de 1864.

Em solução á duvida da Directoria do « Brasilian and Portuguese Bank » sobre o art. 1.º § 10 da Lei de 22 de Agosto de 1860 —se a excepção admittida no mesmo artigo comprehende os recibos de depositos, isto é, de dinheiro recebido a premio ou mesmo em conta corrente simples, ou se apenas autoriza os recibos e mandatos, isto é, os *cheques* dos depositantes sobre depositos, que tenhão em conta corrente—, sendo neste caso ordens de pagamento e naquelle titulos de recebimento: declaro a VV. SS. para sua intelligencia e devidos effeitos que a Lei citada, bem como o art. 1.º paragrapho unico n.º 2 do Decreto n.º 2694 de 17 de Novembro do mesmo anno claramente se refere aos recibos e mandatos ao portador ou *cheques* sobre contas correntes, e não aos recibos de sommas depositadas; a intelligencia contraria seria inteiramente opposta ao fim das disposições citadas, sendo portanto, sob as penas da dita Lei, que tambem recahem integralmente sobre o portador, vedado aos que receberem taes sommas, emittir, pelo facto dessa operação, recibos ou qualquer outro titulo ao portador ou com o nome deste em branco sem autorização do Poder Legislativo.

Deus Guarde a VV. SS.—*José Pedro Dias de Carvalho*.—Sr. José Carlos Mayrink e mais membros da Directoria do Brasilian and Portuguese Bank.

N. 29.—FAZENDA.—Em 31 de março de 1864.

Fixa a intelligencia de diversos artigos do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 31 de Março de 1864.

Declaro ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte em solução aos quesitos constantes do seu officio n.º 119 de 9 de Fevereiro proximo findo:

1.º Que não é permittido aos donos ou consignatarios das mercadorias já descarregadas na Alfandega, antes do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, depositál-as hoje em entreposto, e que a respeito dellas se devem observar as disposições do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 quanto ao prazo da demora nos armazens estabelecidos no art. 299 §§ 2.º e 4.º, que vigorava na época de sua descarga e deposito; porquanto o Decreto de 31 de Dezembro creando novas disposições ácerca deste assumpto não póde ter effeito retroactivo.

2.º Que a permissão do art. 22 do Decreto não dispensa a pena do art. 545 § 2.º do Regulamento se o Inspector da Alfandega não julgar concludentemente provada a necessidade do exame e verificação prévia do conteudo dos volumes, ou a parte não fôr alliviada da mesma pena por causas justificadas nos termos do Regulamento. A permissão de verificação prévia só póde ter lugar até o acto de ser distribuida a nota ao Conferente, embora já tenha dado entrada no Livro mestre.

3.º Que o art. 27 do Decreto teve por fim definir o que seja especie, e qualidade differente a que se refere o art. 556 do Regulamento e determinar o que se deva entender por consideravelmente superior das mercadorias encontradas entre as que fossem postas a despacho, devendo-se julgar como taes as que apresentassem uma differença, que importasse accrescimo de direitos de 50 °/₀ e dahi para cima, e que neste caso se cobrem além dos direitos a multa de outro tanto dessa differença imposta pelo Inspector a favor do Conferente.

Portanto as condições essenciaes, para ter lugar a imposição desta multa são:

1.ª Serem algumas mercadorias do volume, ou as de algum dos volumes da mesma classificação da nota;

2.ª Que entre ellas ou os volumes se encontrem algumas, ou alguns volumes de natureza, especie ou qualidade superior;

3.ª Que essa qualidade importe differença de direitos de 50 °/₀ e mais.

Se todo o volume ou volumes contiverem mercadorias de classificação differente da declarada na nota, só haverá lugar o pagamento de direitos simples e mais a multa de 1 1/2 °/₀ estabelecida no art. 545 § 2.° do Regulamento.

4.ª Que o prazo de oito dias a que se refere o art. 694 do Regulamento e 62 do Decreto, é de dias uteis, e que a armazenagem, de que se trata, deve ser calculada por mez, e sómente do que se vencer pelo tempo da demora, além dos oito dias; e finalmente que a dispensa da armazenagem por causa justificavel só é da de 4 °/₀, e não da armazenagem simples, visto que o art. 694 do Regulamento e 62 do Decreto determinadamente se referem áquella, e não a esta especie.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 30.— FAZENDA.— Em 2 de abril de 1864.

Declara que a reclamação de perdas e damnos, em consequencia de um sequestro feito pela Fazenda, deve ser apresentada ao Poder Judicial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio da Thesouraria da Provincia da Bahia de 14 de Dezembro do anno proximo passado, sob n.° 248, transmittindo o requerimento documentado de Thomaz Harrisson & Sons e outros, em que pedem indemnização de damnos, que allegão terem soffrido em consequencia do sequestro feito por parte da Fazenda Nacional em mercadorias consignadas á casa de Rostron & Comp.; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, que semelhante questão é da

competencia exclusiva do Poder Judicial, e por isso ora lhe devolve o citado requerimento para ser entregue aos supplicantes a fim de que possão usar dos seus meios, devendo, porém, ficar na mencionada Thesouraria copia de todos os documentos annexos ao dito requerimento.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 31.— FAZENDA.— Em 5 de abril de 1864.

Declara que a disposição do art. 2.º § 13 da Lei n.º 1083 de 20 de Agosto de 1860 só póde ser applicada aos Bancos, em que ha supplentes de nomeação especial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo em vista o requerimento de José Machado de Miranda, que acompanhou o officio de V. Ex. de 21 de Março proximo passado pedindo que se lhe faça manter a posse do lugar de Director do Banco dessa Provincia, de que se acha privado pela interpretação que dá o Fiscal do mesmo Banco ao Decreto n.º 2685 de 10 de Novembro de 1860, e bem assim o officio do mesmo Fiscal, que tambem veio annexo ao dessa Presidencia; declaro a V. Ex. para seu conhecimento e devidos effeitos, que não se póde negar ao referido Miranda o direito que lhe assiste de occupar o lugar de Director:

1.º Porque não estabelecendo os Estatutos do Banco dessa Provincia nomeação de supplentes, como o fazem os do Banco do Brasil, mas designando para servir nos impedimentos do Director o immediato em votos ao ultimo Director nomeado, não ha substituição nesta classe e portanto não lhe deve ser applicada a disposição do § 13 do art. 2.º da Lei de 20 de Agosto de 1860.

2.º Porque a doutrina do Aviso de 18 de Julho de 1861 sómente impede que nos Bancos, em que ha supplentes de nomeação especial, possão estes obter nova nomeação durante o anno, em que não forão reeleitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.*— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 32.— FAZENDA.— Em 11 de abril de 1864.

Sobre o que se deve fazer quando a casa da moeda receber prata enviada pelos nossos Agentes em Londres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1864.

Em additamento ao meu Aviso de 15 de Março proximo passado, tenho de recommendar a V. S. que sempre que receber prata enviada pelos nossos agentes em Londres haja de declarar na nota do peso, que remetter ao Thesouro, o preço por que ficou ao Estado cada oitava de prata, e se o peso declarado na factura está exacto comparativamente ao nosso.

Deus Guarde a Vm.— *José Pedro Dias de Carvalho.*— Sr. Provedor da Casa da Moeda.

N. 33.— FAZENDA.— Em 11 de abril de 1864.

Renova a declaração de que os termos de fiança a favor da Fazenda devem conter a clausula de *principaes pagadores.*

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia o incluso contracto da companhia de mineração n.° 7 concluido com o Tenente Coronel Gonçalo de Amarante Costa e outros a que acompanhou o seu officio n.° 43 de 26 de Fevereiro proximo passado a fim de que mande fazer no respectivo termo de fiança a declaração de que os fiadores se obrigão como principaes pagadores; declaração esta que deixou de ser mencionada no referido termo de fiança.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 34.— FAZENDA.— Em 12 de abril de 1864.

Resolve ácerca do pagamento de meia siza da compra e venda de uma embarcação por conta do Governo do Perú.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Abril de 1864.

Illm. e Exm. Sr.— A' vista da nota da Legação do Perú nesta Côrte, e mais documentos que V. Ex. me transmittio com seu Aviso de 16 de Março proximo passado, a respeito do procedimento do Inspector da Alfandega do Pará, que exigio do Consul Peruano em Belem a meia siza sobre a compra feita pelo Governo daquella Republica do bergantim inglez *Prospero*, tenho de declarar a V. Ex. que as disposições fiscaes relativas á meia siza da compra e venda das embarcações, as quaes se achão compiladas nos arts. 671 a 673, 680 e 681 do Regulamento das Alfandegas, não estabelecem a isenção se não para as embarcações compradas por conta e para o serviço do Estado; ao que accresce serem os contrahentes solidarios pelo pagamento do imposto: mas é da competencia do Ministerio a cargo de V. Ex. resolver se a compra do navio, de que se trata, pelo Governo do Perú a um particular nas aguas territoriaes do Imperio; está ou não isento do imposto de transmissão á vista das convenções ou dos principios geraes e especiaes do Direito internacional, que concedem immunidades a certas pessoas e bens, ou por ter sido o contracto celebrado no Consulado do Perú, como parece, embora devesse ter execução no Imperio, nos termos do art. 38 § 14 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.*— Sr. João Pedro Dias Vieira.

N. 35.—FAZENDA.—Em 14 de abril de 1864.

Sobre imposição de multas por differenças encontradas nos despachos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro a petição de Guerrimond, recorrendo da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que mandou pagar direitos dobrados de 10 paletós de mais encontrados na conferencia da sahida de dous bahús de roupa feita, que forão encontrados na bagagem de M.me Dusmenill, e que pertencião ao recorrente; e o mesmo Tribunal:

Vista a allegação feita pelo recorrente, de que a essa differença deu causa o exame a que havião procedido os dous Conferentes por occasião da apprehensão dos referidos bahús, que foi julgada improcedente pelo Thesouro, os quaes derão de menos em sua relação esses dez paletós, tendo aliás o recorrente entregado ao seu despachante a relação exacta dos objectos contidos nos volumes;

E considerando que o dito recorrente tinha conhecimento da differença pela sua factura, e que nem o primeiro exame, nem a primeira conferencia dispensão a verificação e conferencia da porta e as multas a que pelo art. 553 do Regulamento das Alfandegas devem ser sujeitas as mercadorias, que de mais se encontrem, e com tanto maior rigor, quanto o Regulamento em caso algum dispensa essa conferencia como a chave da fiscalização dos despachos das mercadorias:

Resolveu julgar improcedente o recurso interposto tendo por bem applicada a multa de direitos dobrados.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 36.— FAZENDA.— Em 15 de abril de 1864.

Declara permittido o despacho de reexportação de mercadorias estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio por copia da Alfandega da Cidade do Rio Grande a que acompanhou o da Thesouraria da Fazenda da Provincia de S. Pedro de 17 de Fevereiro ultimo sob n.º 33, consultando se lhe é permittido conceder despacho de reexportação ás mercadorias estrangeiras, que para Porto Alegre se destinarem, á vista da disposição do art. 621 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, ou se deve negal-o á vista da Ordem n.º 95 de 12 de Junho de 1863, que mandou considerar revogados os arts. 18 e 19 do Decreto n.º 2486 de 29 de Setembro de 1859, na parte relativa aos despachos de reexportação na Alfandega de Uruguayana e nas Mesas de Rendas subordinadas ás Alfandegas; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que approva a decisão que a respectiva Junta deu á mencionada consulta, autorizando a citada Alfandega da Cidade do Rio Grande a conceder taes despachos, visto ter ella bem comprehendido o espirito do Regulamento das Alfandegas, e a referida Ordem de 12 de Junho. Outrosim declara ao Sr. Inspector para que faça constar á Alfandega da Cidade do Rio Grande, que tendo-se creado no porto dessa Cidade o entreposto, nelle podem ser depositadas as mercadorias, que forem com destino á Alfandega de Porto Alegre, para onde poderão ser reexportadas na conformidade do art. 3.º do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, guardando as formalidades prescriptas no mesmo Decreto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 37.—FAZENDA.— Em 20 de abril de 1864.

Declara sujeita ao sello de 2$000 a licença para se mostrar em casa particular mediante retribuição um tigre vivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 40 de 15 de Março do corrente anno, que bem procedeu decidindo que fosse comprehendida entre as não especificadas para pagar o sello de 2$ réis a licença, concedida a Eduardo Mostaest pela Camara Municipal do mesmo lugar, para ser mostrado um tigre vivo, em casa particular, mediante a retribuição de 200 ou 400 rs. por pessoa.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 38.— FAZENDA.— Em 25 de abril de 1864.

Declara quaes os direitos de importação que devem pagar as botinas de lã gaspeadas com couro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1864.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro resolveu dar provimento ao recurso de Avelino Coelho da Costa & Comp. da decisão dessa Inspectoria, pela qual mandou cobrar a taxa de 1$600 réis pelas botinas de lã gaspeadas de couro, que submettêrão a despacho, visto como não se achando especificadas na Tarifa as botinas com gaspa, deverão antes ter sido ellas classificadas no art. 51 da mesma Tarifa como botinas de qualquer tecido de algodão, lã, ou linho, sujeitas á taxa de 1$ réis do que como se fossem todas de couro; devendo portanto restituir aos recorrentes a quantia de 141$750 réis que de mais pagárão.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 39.— FAZENDA.— Em 28 de abril de 1864.

Declara que as Thesourarias são incompetentes para dar emprego á sobra da consignação marcada para despezas de seu pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo de 7 de Dezembro proximo passado, dirigido á Directoria Geral de Contabilidade ácerca das difficuldades, que encontrara para pôr em dia os trabalhos, que devem em tempo ser remettidos ao Thesouro, pelo que tomara a providencia de gratificar alguns empregados a quem encarregara dos balanços e outros trabalhos em atrazo fóra das horas do expediente, pagando essas gratificações por conta das sobras dos lugares vagos da mesma Thesouraria, declara ao Sr. Inspector em resposta ao seu citado officio, que com quanto pareça justificada a despeza de taes gratificações, não só pela necessidade urgente dos serviços, se não tambem por ter sido difficil completar o quadro do pessoal por falta de quem se proponha em concurso ao preenchimento dos lugares vagos, é todavia de advertir que não competindo á Thesouraria dar emprego á sobra da consignação marcada para o seu pessoal, devêra previamente ter dado conta ao Thesouro da providencia, que julgava adoptavel, para ser autorizada a despeza, que se houvesse de fazer. Como porém assim não praticou, cumpre que com urgencia dê conta ao Thesouro das gratificações que arbitrou, a quaes dos empregados, desde quando se estão pagando, por que serviços, se ainda ha necessidade da continuação dessa medida, e quaes os trabalhos urgentes, que ainda se achão por concluir.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 40.—FAZENDA.—Em 6 de maio de 1864.

Declara que as Thesourarias não se podem incumbir da remessa de dinheiros pertencentes ás Caixas filiaes do Banco do Brasil sem preceder autorização do Thesouro, e expressa declaração de serem as remessas por conta e risco das mesmas Caixas; correndo-lhes só obrigação de aceitar e pagar no seu vencimento as letras sacadas a favor de taes estabelecimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presentes os officios n.os 22 e 25 de 14 e 28 de Março deste anno, dirigidos á Directoria Geral da Contabilidade, participando a Thesouraria de Fazenda do Ceará que remettêra á Caixa filial do Banco do Brasil em Pernambuco a quantia de 200:000$000 réis, valor de onze letras contra ella sacadas pelo Thesouro em favor do Banco do Brasil, uma sob n.º 2 de 100:000$000 em 21 de Janeiro deste anno, e dez sob n.os 3 a 12 de 10:000$000 cada uma em 19 de Fevereiro proximo passado, todas endossadas pela Directoria do Banco á dita Caixa filial e por esta á referida Thesouraria, a fim de que pudesse ter lugar aquella remessa, que realizou-se, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria, em resposta aos citados officios, que não devera ter aceitado a incumbencia da remessa daquella somma á Caixa filial do Banco em Pernambuco sem prévia autorização do Thesouro e sem a expressa declaração de ser ella effectuada por conta e risco da mesma Caixa filial e sem responsabilidade alguma da Fazenda Nacional. A' Thesouraria só corria a obrigação de aceitar e pagar as letras no seu vencimento, não podendo figurar de endossataria dellas visto ser a transacção do particular interesse da mesma Caixa filial, que devia têl-as endossado em favor de um terceiro para regularidade da mesma transacção: o que deve o mesmo Sr. Inspector observar d'ora em diante.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 41.— FAZENDA.— Em 16 de maio de 1864.

Declara incompativeis o exercicio de Agente de Rendas de uma Provincia e o de Ajudante do Inspector de Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio n.º 24 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba de 22 de Março proximo findo, no qual consulta se á vista do que dispõe o § 4.º do art. 71 do Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro do anno passado, póde reputar-se incompativel o exercicio simultaneo de Agente Fiscal das Rendas Provinciaes do Rio Grande do Norte, occupado por Francisco das Chagas Galvão, com o de Ajudante do Inspector, ou mesmo de Inspector da Alfandega, que actualmente serve o dito Galvão por impedimento do proprietario; declara ao mesmo Sr. Inspector que a permissão que deu a ordem do Thesouro n.º 45 de 3 de Novembro de 1857, para que o referido Empregado substituisse o Agente Fiscal das Rendas Provinciaes do Rio Grande do Norte não póde estender-se a Ajudante do Inspector, cargo por elle hoje exercido, e em que ha manifesta incompatibilidade. Na qualidade de Conferente da Alfandega, em que então se achava, podia tambem fazer a conferencia dos generos provinciaes; na de Ajudante do Inspector, porém, outras são as funcções que lhe marca o Regulamento, e que não podem ser cabalmente preenchidas distrahindo-se com a conferencia de generos provinciaes.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 42. — FAZENDA. — Em 17 de maio de 1864.

Declara que os filhos menores dos Empregados de Fazenda despachados, removidos, etc. de uma para outra Provincia, não têm direito á preparos de viagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas, que erradamente procedeu abonando ao Contador nomeado para a Thesouraria da Fazenda da Provincia da Bahia Umbelino Guedes de Mello para preparos de viagem quantia superior a 300$000, porquanto só áquelle empregado e sua senhora tinhão a isso direito e não seus filhos por serem menores como dispõe a ultima parte do § 1.º art. 1.º das Instrucções de 16 de Janeiro de 1860.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 43. — FAZENDA. — Em 19 de maio de 1864.

Delara que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 adoptou a doutrina da Ordem de 24 de Maio de 1851 a respeito do sello a que estão sujeitos os termos de fiança, contractos, etc., lavrados nos livros das Repartições Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo á consulta que fez o Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Piauhy em seu officio n.º 26 de 4 de Março ultimo sobre — se os contractos, arrematações, prestações de fiança, etc., que correm por essa Thesouraria, e são feitos por meio de termos lavrados nos livros da Secção do Contencioso, por esta só circumstancia podem ser considerados isentos do pagamento do sello todos ou unicamente os termos

de fiança, ou se não deve prevalecer a Ordem n.º 166 de 24 de Maio de 1851 por ter sido expedida anteriormente ao Decreto n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860, declara ao mesmo Sr. Inspector que a sua duvida não procede á vista do art. 38 § 23 do citado Decreto, que adoptou a doutrina daquella Ordem.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 44.— FAZENDA.— Em 23 de maio de 1864.

Declara qual o procedimento que se deve ter para com os responsaveis da Fazenda Publica quando a seus fiadores se concede moratoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente a informação requisitada pela Directoria Geral do Contencioso, e a esta transmittida, em officio n.º 2 de 26 de Abril ultimo, pelo Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, declara ao mesmo Sr. Inspector: 1.º que tendo o Tribunal do Thesouro concedido ao fiador do Collector de Porto Alegre, por Ordem de 22 de Fevereiro ultimo, uma moratoria para pagar o alcance do seu afiançado, uma vez que fossem assignadas as respectivas letras, não se deve requisitar mais a prisão administrativa, mas sim mandarem-se os documentos precisos á autoridade competente para se proceder criminalmente contra elle; 2.º quanto ao ex-Collector da Conceição, a cujo fiador o Tribunal concedeu moratoria em 23 de Fevereiro ultimo, que logo que forem assignadas as letras mande sem demora relaxar a prisão administrativa, proseguindo-se, porém, no processo crime contra elle instaurado. E por esta occasião recommenda ao mesmo Sr. Inspector que observando fielmente o Decreto de 5 de Dezembro de 1849 contra os exactores remissos ou em alcance para com a Fazenda Nacional, dê as providencias

necessarias para que todos os actos e diligencias fiscaes nestes casos se effetuem com a maior celeridade a fim de evitar que se conservem os exactores retidos nas prisões por longo tempo contra as disposições do citado Decreto, as quaes tendem a definir logo a situação do responsavel para que a administração possa proceder ulteriormente como convém.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 45. — FAZENDA. — Em 24 de maio de 1864.

Declara que ao Ministerio da Guerra e não ao da Fazenda compete tomar conhecimento da liquidação do tempo de serviço dos Officiaes reformados do Exercito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, á vista do seu officio n.° 43 de 15 de Abril proximo passado, que não cabendo ao Thesouro tomar conhecimento da liquidação do tempo do serviço dos Officiaes reformados do Exercito, ao Ministerio da Guerra e não ao da Fazenda devem ser remettidos os processos de liquidação provisoria, organizados nas Thesourarias de Fazenda, dos soldos, que competirem aos referidos Officiaes; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que áquelle Ministerio foi enviado o processo, que acompanhou o dito seu officio de 15 de Abril, relativo ao Alferes reformado Thomé Gomes Vieira Lima.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 46. — FAZENDA. — Em 29 de maio de 1864.

Sobre os effeitos da certidão de baptismo como prova legal para a successão do filho natural.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo de 9 de Abril de 1862, sob n.° 36, dando cumprimento á ultima parte da Ordem n.° 10, que lhe foi dirigida em 3 do mez anterior a fim de informar se houve appellação *ex-officio* na fórma da lei da sentença de habilitação, proferida em 1858 a favor dos filhos naturaes do subdito francez Luiz Beranger, e em que transmittio por cópia o officio do Administrador da Mesa de Rendas de Iguape, dando conta do que occorrêra a respeito da dita appellação; declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta ao citado officio, que tendo os Tribunaes de Justiça Civil considerado por varias vezes o assento de baptismo prova legal para o effeito da successão do filho natural na herança paterna, e sendo por outro lado juridicos os fundamentos do Accordão de 9 de Setembro de 1861, de que dá conta aquelle officio remettido por cópia, não se póde deixar de considerar o dinheiro, recolhido á Thesouraria e proveniente da herança do referido Beranger, como dinheiro de orphãos para todos os effeitos legaes.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 47. — FAZENDA. — Em o 1.° de junho de 1864.

Declara que o pagamento de passagens de soldados de Corpos Policiaes a bordo dos paquetes a vapor escoltando presos de justiça, remettidos de umas para outras Provincias anteriormente ao anno financeiro de 1861—1862, deve correr por conta dos cofres provinciaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em o 1.° de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 17 de Dezembro do anno

passado, acompanhado do requerimento, que devolvo, da Companhia Brasileira de paquetes a vapor, pedindo o pagamento de 28$500 réis, importe de duas passagens effectuadas em 1860 no paquete *Oyapok*, por conta do mesmo Ministerio, tenho de ponderar a V. Ex. que havendo taes passagens sido dadas a praças de Policia de Pernambuco, que regressavão ao seu corpo, acabando de escoltar um sentenciado, que fôra remettido á Provincia do Ceará, cujo Presidente autorizou as ditas passagens, *por conta da Provincia*, como foi declarado na Ordem da mesma Presidencia de 13 de Setembro de 1860, não deve o pagamento da referida quantia de 28$500 réis correr por conta dos cofres geraes, mas sim pelos da Provincia do Ceará, attenta á sua origem ; pois que até 30 de Junho de 1861 as leis de orçamento não permittião pelos cofres geraes a despeza de conducção e transporte de presos de Justiça, e foi sómente do 1.º de Junho desse anno em diante, em virtude do art. 3.º § 13 da Lei n.º 1114 de 27 de Setembro de 1860, que ella começou a correr por conta do Estado.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 48.—FAZENDA.—Em 1 de junho de 1864.

Exige que os requerimentos sobre aforamentos de terrenos de marinhas sejão instruidos com a planta do terreno sobre que versar a pretenção, devendo ser esta authenticada pelo Engenheiro da Camara Municipal.

Ministerio dos Negocios do Fazenda.—Rio de Janeiro em 1 de Junho de 1864.

Para que se possa resolver sobre a pretenção de Constantino José Alves Pinheiro sobre que versão as informações da Illustrissima Camara Municipal da Côrte, que acompanhárão o seu officio de 7 de Maio proximo findo faz-se necessario, que seja presente ao Thesouro a planta dos terrenos e aterros que o mesmo Pinheiro pretende fazer nos fundos de seu predio n.º 14 da rua de S. Francisco da Prainha, authenticada pelo Engenheiro da mesma

Camara, e na qual se destinga o que é marinha, e o que é accrescido; devendo assim proceder-se em todos os casos semelhantes.

E convindo outrosim em taes casos para evitar questões, logo que forem apresentadas as plantas, ouvirem-se os vizinhos confrontantes, por intermedio da Directoria Geral de Rendas, a fim de que em um prazo dado de 15 dias declarem se oppõe-se ou não ás pretenções, sob pena de não se tomar conhecimento em tempo algum de suas reclamações se não fizerem as declarações precisas dentro do referido prazo, e feito isto serem todos os requerimentos remettidos ao Ministerio da Marinha para se tomar conhecimento do assumpto sob o ponto de vista de extremar-se a marinha dos accrescidos, do alinhamento dos caes e outros interesses a seu cargo e tudo sem prejuizo da intervenção de outro Ministerio, quando assim o exija: ficão neste sentido dadas as ordens necessarias.

O que communico á Illustrissima Camara para seu conhecimento e devidos effeitos, prevenindo-a de que as plantas, que os pretendentes tem de apresentar no Thesouro, deveráõ ser todas feitas debaixo da mesma escala para regularidade e conformidade do mesmo assumpto.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 49.—FAZENDA.—Em 3 de junho de 1864.

Declara que em ordens anteriores já se prescrevêrão providencias para evitar abusos por occasião da verificação das taras das caixas de assucar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo presente o officio de V. Ex., n.º 8 de 13 de Abril proximo passado, a que acompanha a representação da Junta Directora da Associação Commercial dessa Cidade contra a pratica seguida pela respectiva Alfandega na verificação das taras das caixas de assucar e em que pede se tome uma medida em ordem a fazer com que semelhante verificação seja effectuada dentro de um

prazo fixo e não em todo e qualquer tempo, e até no acto de seu despacho para exportação, visto que de uma tal pratica resulta grave prejuizo não só aos productores, como ao commercio; declaro a V. Ex., em resposta ao citado officio, e para que o faça constar á referida Associação que nas ordens n.° 158 **A** de 28 de Agosto de 1863 e n.° 15 de 10 de Fevereiro deste anno, (*) que juntas lhe remetto por cópia estão dadas as providencias relativas á dita representação, tendentes a cohibirem os abusos de que se queixa o commercio por occasião da verificação das taras das caixas de assucar.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 50.—FAZENDA.—Em 7 de junho de 1864.

O trabalho da revisão das guias de receita e despachos de importação, incumbido pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1863 a Empregados das Thesourarias, não dá direito a abono de qualquer gratificação além dos vencimentos desses Empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 9 de Maio proximo passado a que acompanhou o requerimento dos Escripturarios da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia Francisco Carlos de Souza Urel, e Grato da Silveira Bastos Varella, tenho a declarar a V. Ex. que o trabalho da revisão das guias de receita e despachos da Alfandega, para que forão designados os ditos Escripturarios em virtude do disposto no art. 69 do Dec. n.° 3217 de 31 de Dezembro de 1863, não é pagavel nem merece ser gratificado por quanto é o mesmo, que seria executado na Thesouraria, se fosse ella incumbida de semelhante revisão, além de que não ha augmento de trabalho para os mencionados Empregados, que apenas deixão de comparecer na The-

(*) Estas duas ordens se achão publicadas a primeira na Collecção de 1863 a pag 394 sob o n.° 400; e a segunda na Collecção de 1864 a pag 11 dos Additamentos sob n.° 11.

souraria para funccionarem na Alfandega, sendo certo, como bem entendeu a referida Thesouraria em sua informação annexa ao citado officio de V. Ex., que nenhuma applicação tem á especie as Instrucções do 1.º de Março de 1861, que unicamente tratão de ajudas de custo á Empregados nomeados ou removidos de umas para outras provincias do Imperio.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 51.—FAZENDA.—Em 27 de junho de 1864.

Ordena a relevação de multa dos direitos dobrados por differenças entre a nota e as mercadorias submettidas a despacho, procedente de manifesto engano.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por Julio Ernesto de Castro e Souza da decisão da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que o multou em direitos dobrados em consequencia de ter sido encontrada pelo conferente do despacho a differença de quantidade entre a nota e caixa n.º 6 com a marca J. E. G. S. que contendo 36 duzias de pares de botinas na nota se dizia conter 36 pares de botinas.

E o mesmo Tribunal, vistas as decisões que, em casos em que se prova manifesto equivoco ou engano nas declarações das notas, para evitar contestações sempre prejudiciaes em objecto de commercio, tem relevado as multas, que só cabem no caso de fraude e occultação dolosa para subtrahir as mercadorias a direitos:

E considerando que no caso de que se trata houve manifesto engano e inexactidão na declaração da quantidade sem que se verificasse a existencia de fraude, ou suspeita de commettel-a, e que se acha hoje suspensa a execução do art. 211 que naquelles casos sómente impunha a multa de 10$000 a 50$000:

Resolveu dar provimento ao recurso e *por equidade* alliviar o recorrente da multa que lhe foi imposta de direitos em dobro sendo revogada a decisão da Alfandega.

O que communico ao Sr. Inspector interino da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 52.—FAZENDA.—Em 28 de junho de 1864.

Declara que o pagamento de ajuda de custo a Empregados do Fazenda, não é dos que, em falta de credito, podem autorizar sob sua responsabilidade os Presidentes das Provincias:

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Communica-me V. Ex. em officio de 28 de Março ultimo, que mandára pagar á Companhia Pernambucana de navegação a vapor a quantia de 10$666 réis pelas comedorias fornecidas ao ex-Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Norte Bernardino de Sena da Silva Guimarães no seu regresso ao Recife.

Sobre este objecto tenho que ponderar a V. Ex. o seguinte:

Primeiramente as despezas com ajudas de custo a empregados de Fazenda não são do numero daquellas, que podem ser autorizadas pelas Presidencias sob sua responsabilidade, na fórma do Decreto n.° 2884 do 1.° de Fevereiro de 1862.

Em segundo lugar, a circular deste Ministerio datada de 11 de Janeiro proximo findo, e publicada no *Diario official* de 30 do mesmo mez é positiva sobre os tramites, que se devem seguir para obter pagamento de taes despezas.

Assim, pois, recommendo a V. Ex. que em casos semelhantes tenha em vista as disposições, que regulão a materia.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 53.—FAZENDA.—Em 7 de julho de 1864.

Declara que provado o motivo justo de não comparecimento no dia aprazado, póde o candidato ser admittido ao concurso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1864.

Em resposta ao officio, que com data de hontem, me dirigio V. S. consultando se podia admittir a exame um candidato, que não pôde apresentar-se no dia aprazado por grave incommodo de saude, como provou com attestado de medico, communico a V. S. que á vista do motivo justo, que teve o candidato para não apresentar-se, póde V. S. admittil-o a exame conforme requereu.

Deus Guarde a V. S.—*José Pedro Dias de Carvalho.* — Sr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros.

N. 54.—FAZENDA.—Em 25 de julho de 1864.

Declara que todos os accionistas do Banco do Brasil, comprehendidos na Resolução Imperial de 4 de Junho do anno proximo passado, devem ser admittidos a votar na reunião da assembléa geral, caso compareção; e insinua como se deverá proceder no caso de não comparecimento e não poder por isso constituir-se a dita assembléa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo resolvido consultar as Secções reunidas da Fazenda e do Imperio do Conselho de Estado sobre a materia do officio, que V. Ex. me dirigio em data de 4 do corrente mez, e tomando em consideração o que V. Ex. de novo solicita em seu officio de hoje a vista da urgencia de resolver a dita materia para o caso presente, declaro a V. Ex., em resposta ao ultimo officio, que, devendo subsistir a Resolução Imperial de 4 de Junho do anno passado, tomada sobre Consulta da Secção do Imperio do Conselho de Estado, cuja cópia acompanhou o officio de V. Ex,, devem ser admittidos a votar na reunião da

assembléa geral dos accionistas do Banco do Brasil, todos aquelles que estiverem no caso previsto pela citada Resolução, e que comparecerem a tomar parte nos actos da dita assembléa; mas quando aconteça que nenhum delles se apresente a reclamar esse direito devendo presuppôr-se que o renuncião, e não podendo constituir-se a assembléa por falta de numero de accionistas, como se não póde contestar aos Bancos a faculdade de exercerem os direitos dos devedores na fórma do art. 277 do Codigo do Commercio, fica V. Ex. autorizado a admittir os ditos Bancos para o fim indicado.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira.

N. 55.—FAZENDA.—Em 6 de agosto de 1864.

Declara que as notas reconhecidas verdadeiras devem ser substituidas ainda que se não distinga o numero, serie ou signatario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.° 177 de 21 de Julho ultimo, que as notas dilaceradas, de que se não puder distinguir o numero, serie ou signatario, devem ser substituidas, não obstante isso, com tanto que se reconheção verdadeiras, sendo mencionadas com essa declaração nas relações, que se remetterem ao Thesouro acompanhando as notas substituidas na conformidade da Circular n.° 23 de 19 de Maio proximo passado; o que deverá communicar ao Thesoureiro da dita Thesouraria para sua intelligencia e observancia, em solução á duvida por elle proposta a este respeito.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 56.—FAZENDA.—Em 6 de agosto de 1864.

Declara que para o abono de ajuda de custo aos Empregados de Fazenda determinado por Aviso do respectivo Ministerio, não é necessaria autorização das Presidencias, tanto porque a Ordem do Governo — *implicitamente* — concede o credito preciso, quanto por serem os Presidentes incompetentes para autorizarem tal despeza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.° 47 de 9 de Julho ultimo, que a despeza com a ajuda de custo de preparos de viagem abonada ao ex-Inspector da mesma Thesouraria José Felippe Nery da Silva e sua familia, quando voltárão para Pernambuco, já foi approvada na Ordem n.° 30 de 21 do referido mez de Julho expedida á vista de officios da respectiva Presidencia. Outrosim, declara ao Sr. Inspector, que, para ser satisfeita essa despeza, desnecessario era que fosse autorizada pela Presidencia, não só porque no Aviso em que a esta se communicou a demissão do ex-Inspector *implicitamente se concedia o credito para a referida despeza*, mas tambem porque pelo Decreto n.° 2884 do 1.° de Fevereiro de 1862 só é facultado ás Presidencias mandar pagar sob sua responsabilidade as ajudas de custo dos Deputados á Assembléa Geral, e dos Magistrados.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 57.—FAZENDA.—Em 16 de agosto de 1864.

Declara incompativel o exercicio de Procurador Fiscal e o de Secretario do Governo da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1864.

José Pedro Dias de Carvalho, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector

da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 60 de 4 do mez passado, que o Bacharel Olympio Adolpho de Souza Pitanga não póde accumular as funcções e vencimentos da Procurador Fiscal com os de Secretario interino de dita Provincia, como já foi decidido pela Ordem n.º 304 de 4 de Julho de 1862 dirigida á Thesouraria do Rio Grande do Norte.

José Pedro Dias de Carvalho.

N. 58.—FAZENDA.—Em 29 de agosto de 1864.

Declara que os requerimentos pedindo restituição de direitos devem ser endereçados por intermedio das Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 16 de Abril ultimo, que nesta data expeço as necessarias ordens á Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco para que seja restituida ao Chefe de Divisão José Maria Ferreira a quantia de 125$932 réis, que de mais pagou pelos emolumentos do titulo do lugar de Capitão do Porto da mesma Provincia, segundo pede no requerimento, que acompanhou o referido Aviso; não tendo porém direito á restituição do respectivo sello, conforme tambem pede, porque do Orçamento de 1861—1862 consta que os seus vencimentos militares montavão nessa época a 1:928$625 réis e elle satisfez apenas a quantia de 19$134.

Cabe-me nesta occasião prevenir a V. Ex. para os casos futuros, de que, em taes circumstancias, os rerequerimentos de semelhante natureza devem ser transmittidos por intermedio das Thesourarias respectivas para serem presentes ao Tribunal do Thesouro a quem compete decidir em gráo de recurso estas reclamações.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Pedro Dias de Carvalho.*—Sr. Francisco Carlos de Araujo Brusque.

N. 59.—FAZENDA.—Em 1 de setembro de 1864.

Declara que a simples allegação de ignorancia não póde admittir-se para dispensar a imposição de multas por infracção do Regulamento do sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de V. Ex. datado de 21 de Junho ultimo e acompanhado dos requerimentos de Francisco Lopes Baptista e Manoel Joaquim de Oliveira, 1.º e 3.º Juizes de Paz da Freguezia do Passa Tres, Municipio de S João do Principe, em que, invocando em seu favor a disposição do art. 85 § 14 do Regulamento do sello, que baixou com o Decreto n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860, recorrem do acto dessa Presidencia pelo qual forão multados, na fórma do art. 118, por terem infringido o art. 113 § 4.º do citado Regulamento, attendendo a requerimentos instruidos com vales e creditos não sellados; Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, e Considerando que a simples allegação de ignorancia da parte dos ditos Juizes de Paz não póde ser admittida em direito: Houve por bem, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 24 de Agosto proximo findo indeferir os mencionados requerimentos. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.* —Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 60.—FAZENDA.—Em 6 de setembro de 1864.

Declara que os filhos dos Empregados de Fazenda, menores de 3 annos, não têm direito ao abono de ajuda de custo para transporte nas viagens por terra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro

que foi indeferido o requerimento, em que Propicio Acacio de Oliveira, nomeado para exercer em commissão o lugar de 1.º Escripturario na Alfandega de Uruguayana nessa Provincia, pede o pagamento da differença na importancia de 25$000 réis para menos que houve no calculo do abono de suas despezas de primeiro estabelecimento, por se oppôr ao disposto na primeira parte das Instrucções n.º 120 do 1.º de Março de 1861, e bem assim o da ajuda de custo para o transporte de uma sua filha menor, porque os menores até 3 annos, não tendo direito ao transporte por mar, nada se calcula para elles nas viagens por terra, na fórma da alteração 3.ª das Instrucções do 1.º de Março de 1861.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 61.—FAZENDA.—Em 23 de setembro de 1864.

Designa a tabella pela qual se deve regular a força real do alcohol puro para pagamento dos direitos de consumo das bebidas espirituosas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Setembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 43 de 28 de Fevereiro de 1861, que foi approvada a decisão da Junta da mesma Thesouraria confirmativa da do Inspector da Alfandega, mandando regular interinamente pela Tabella 4.ª annexa ás Instrucções de 12 de Outubro de 1855 a força real do alcohol puro para pagamento dos direitos de consumo das bebidas espirituosas, emquanto não se obtivessem as instrucções precisas para os calculos stereometricos, segundo o systema adoptado pela nova tarifa.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 62.—FAZENDA.—Em 30 de setembro de 1864.

Sello de um contracto apresentado depois de 30 dias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1864.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de Barcellos & Vianna, da decisão da mesma Recebedoria, que sujeitou á revalidação, na importancia de 4:000$000 réis um contracto de sociedade que os mesmos celebrárão por ter sido apresentado depois de 30 dias da data; resolveu deferir o mesmo recurso, visto terem os recorrentes provado que houve engano na data do contracto, tendo-se escripto — *Abril* — em lugar de— *Maio* —engano que só conhecêrão na occasião de sellar o contracto.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 63.—FAZENDA.—Em 4 de outubro de 1864.

Concede á Real Companhia de Paquetes de Southampton carregar na Bahia e Pernambuco mercadorias para o Rio da Prata.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que á Real Companhia de Paquetes de Southampton se concedeu poder carregar na Bahia e Pernambuco mercadorias para o Rio da Prata nos mesmos termos e condições com que foi permittido identico favor á Companhia—Messageries Imperiales— por despacho de 4 de Agosto ultimo, conforme consta do Aviso junto por copia dirigido ao Ministerio de Estrangeiros a 9 do mesmo mez (*).

Carlos Carneiro de Campos.

(*) Vide na Collecção das Decisões do Governo do anno de 1864 a Decisão n.º 210 de 10 de Agosto.

N. 64.—FAZENDA.—Em 4 de outubro de 1864.

Declara que as olarias estão sujeitas ao imposto do art. 3.º § 3.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em solução ao seu officio n.º 49 de 20 de Abril proximo passado, que as olarias devem ser comprehendidas nas disposições do art. 3.º § 3.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, ficando, porém, isentas do imposto desde que nellas se não venderem os seus productos em grosso ou a retalho.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 65.—FAZENDA.—Em 12 de outubro de 1864.

Declara como se deve proceder a respeito dos individuos, que se acharem de posse de terrenos de marinhas sem titulo legitimo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro 12 de Outubro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Procurador Fiscal e dos Feitos da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia communicado em officio n.º 45 de 31 de Agosto proximo passado, dirigido á Directoria Geral do Contencioso, que alguns individuos se achão de posse de terrenos de marinhas sem concessão, e que outros, obtendo o despacho para aforamento, não solicitão o competente titulo, contra o que se acha disposto nas Instrucções de 14 de Novembro de 1832; haja V. Ex. de expedir as convenientes ordens para que todos os individuos, que dos mesmos terrenos se acharem de posse sem titulo legitimo, venhão em um prazo marcado solicital-o reconhecendo assim o dominio directo do Estado, sob pena de serem a isso compellidos pelos meios competentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 66.—FAZENDA.—Em 18 de outubro de 1864.

Declara que não são permittidas nomeações interinas para os lugares de Escripturarios das Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, respondendo aos officios n.os 56 e 57 datados de 17 de Setembro proximo passado, com os quaes o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas transmitte os requerimentos dos Praticantes Silvino Simões da Costa e Ricardo Benedicto Bivar, que pretendem ser nomeados interinamente 2.os Escripturarios da dita Thesouraria; declara ao mesmo Sr. Inspector que semelhante pretenção é infundada e estemporanea; porquanto se nas Thesourarias as nomeações interinas não são permittidas, ainda no caso de serem requeridas por individuos estranhos ás Repartições de Fazenda, muito mais irregulares serião as que recahissem em Praticantes, pois que devem habilitar-se em concurso para obterem os accessos, a que tiverem direito. E por esta occasião adverte ao Sr. Inspector que da sua informação favoravel áquelles requerimentos poder-se-hia deduzir que não attendeu ás disposições, que regem a materia.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 67.— FAZENDA. — Em 4 de novembro de 1864.

Declara que nos casos de decisões comprehendidas na alçada das Alfandegas só se admittem os recursos provada incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou de formulas essenciaes: bem como que a disposição Regulamentar que dispõe que os recursos sejão instruidos com documentos, etc., não é obrigatoria, mas sim facultativa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, á vista do art. 691 § 3.º do

Regulamento das Alfandegas, resolveu indeferir o recurso interposto por John Moore & Comp. do despacho da Inspectoria da mesma Alfandega, denegando-lhes a restituição da quantia de 56$560 réis, que pagárão de armazenagem de 26 caixas com cognac, cuja apprehensão foi julgada improcedente, visto como não se prova no recurso contra a decisão, que mandou pagar a dita armazenagem, incompetencia, excesso de poder, violação da lei ou de formulas essenciaes.

E em solução á Consulta constante do officio do Sr. Inspector de 22 de Agosto ultimo, que acompanhou o processo da apprehensão das referidas 24 caixas com cognac, tenho a declarar-lhe que o art. 768 do mencionado Regulamento, na parte em que diz que os recursos devem ser instruidos com os documentos, que forem a bem da reclamação, não é obrigatorio, e sim facultativo, sendo que á Repartição incumbe acompanhar os recursos com informação circumstanciada sobre o assumpto e justificativa da decisão tomada, juntando os precisos documentos originaes respectivos, o que aliás é conforme com as decisões do Thesouro de 27 de Junho de 1856, 30 de Abril de 1858 e 11 de Junho do corrente anno.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 68.—FAZENDA.— Em 7 de novembro de 1864.

Declara que o empregado de Fazenda exonerado da Commissão a seu pedido não tem direito a ajuda de custo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 7 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o que informa o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro em seu officio n.º 178 de 13 de Outubro ultimo, sobre o requerimento em que o 3.º Escripturario da Alfandega do Rio Grande Carlos Martins de Freitas pede a ajuda de custo a que julga

ter direito por ser exonerado da commissão que desempenhava na Alfandega de Uruguayana, declara ao Sr. Inspector que foi indeferido o dito requerimento, visto que a exoneração foi concedida a pedido do proprio empregado.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 69. — FAZENDA. — Em 11 de novembro de 1864.

Explica os effeitos do perdão quanto á multa recolhida e já escripturada em Receita.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1864.

Communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro indeferio o recurso dos Escripturarios da mesma Alfandega Miguel Calmon Menezes de Macedo e José Manoel da Silva Veiga da decisão dessa Inspectoria, que lhes negou o pagamento da quantia de 603$468 réis, terça parte da multa imposta ao capitão da galera franceza *France et Chile*, por differenças para menos encontradas no respectivo manifesto, visto como ainda quando se pudesse applicar aos recorrentes a intelligencia da Ordem de 18 de Janeiro de 1863, obstava o facto de haver sido concedido o perdão á parte pelo Poder Moderador, achando-se demais affecta ao Conselho de Estado a questão: se a referida quota da multa que foi escripturada como receita do Estado se deve entregar ou não á mesma parte depois de ter sido paga antes do perdão.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 70.—FAZENDA.— Em 21 de novembro de 1864.

Declara como se deve proceder com um Collector, que deixe de recolher os livros e dinheiros da Collectoria no prazo que lhe fôr marcado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1864.

O Carlos Carneiro de Campos Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 95 de 30 de Agosto ultimo, que acertadas forão as medidas, tomadas ácerca do Collector das Rendas Geraes da Villa de Borba, devendo a Thesouraria, no caso que o dito exactor não entre com os livros e dinheiros no prazo, que lhe fôr marcado, observar o disposto no art. 6.º do Decreto n.º 657 de 5 de Dezembro de 1849, mandando formar culpa não só pelo crime de *peculato*, como pelo de não haver dado conta dos livros e papeis, que lhe forão confiados previsto no art. 129 § 8.º do Codigo Criminal, além do procedimento executivo a respeito dos bens do responsavel, tendo-se em vista, se fôr condemnado, o art. 32 do citado Codigo Criminal, e Ordem de 15 de Maio de 1856.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 71.—FAZENDA.— Em 28 de novembro de 1864.

Ordena a restituição dos direitos de mercadorias consumidas em um incendio posteriormente ao despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1864.

Em deferimento ao requerimento de Jaime Romaguera, em que pedia a restituição dos direitos pagos de mercadorias, que forão consummidas pelo incendio do Trapiche *Bastos*, onde se achavão depositadas, parte dos quaes já tinha a conferencia de

sahida, haja o Sr. Inspector da Alfandega da Côrte de mandar restituir ao mesmo Romaguera a importancia dos direitos de consumo e addicionaes, pagos tão sómente pelas notas n.os 1374 e 1375 de Outubro de 1863 correspondente a 2.000 sacas de 100 libras com farinha, e 1.000 ditas contendo nozes, que não tiverão conferencia á sahida, excluidos de semelhante favor os direitos relativos aos 3.000 sacos despachados pela nota n.º 782 do mesmo mez, bem como os outros generos de que o dito Romaguera tambem reclama os direitos, visto que além de terem tido conferencia de sahida, não consta qual a quantidade que ainda existia no Trapiche na occasião do incendio.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 72. — FAZENDA. — Em 30 de novembro de 1864.

Declara que os Inspectores das Alfandegas são incompetentes para fazerem propostas para o preenchimento de lugares das mesmas Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 27 do Sr. Inspector da Alfandega de Uruguayanna de 24 de Agosto deste anno, em que pede a creação do lugar de Guarda-mór na mesma Alfandega, ponderando que a de Albuquerque, em condições inferiores, tem esse lugar, e propõe para o dito emprego, no caso de ser aceita a sua indicação, o 2.º Conferente interino Augusto Ludugero Fernandes da Costa, que reune todas as qualidades exigidas por ter conhecimento das linguas ingleza e franceza e a prática da Repartição, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro, para sua intelligencia e para o fazer sciente áquelle Inspector, que, á vista do disposto no art. 172 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, é a materia de que se trata legislativa e á Assembléa Geral cumpre tomal-a na devida consideração em tempo opportuno;

mas que ainda mesmo que ao Governo Imperial competisse a creação de semelhante emprego, não era aquelle Inspector o competente para propôr a pessoa que para o sobredito cargo deva ser nomeada, visto que aos Inspectores de taes Repartições não é dado fazer propostas dos empregados, que estão no caso de ser promovidos, como declara a Ordem de 10 de Junho de 1842; parecendo por isso que o dito Inspector, além de ignorar aquella disposição, desconhece igualmente, quanto ao 2.º Conferente proposto como idoneo para exercer o emprego de Guarda-mór, que não se acha elle habilitado na fórma das Instrucções de 3 de Março de 1862 e que recentemente foi nomeado para o lugar, em que está servindo. E por ultimo, que tratando-se de um objecto que por sua natureza não póde ser considerado urgente, e a cujo respeito muito elucidarião ao Governo as informações prestadas pela Presidencia da Provincia e pela Thesouraria de Fazenda, nota-se que procedeu ainda o referido Inspector em opposição ao que recommenda o art. 13 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 73.—FAZENDA.—Em 1 de dezembro de 1864.

Declara qual o exercicio em que se deve escripturar a importancia da divida activa arrecadada no semestre de Junho a Dezembro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 1 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 245 de 15 de Outubro proximo passado que é regra estabelecida pelo Decreto de 20 de Fevereiro de 1840 que a cobrança da divida activa durante o semestre, em que funccionão dous exercicios, pertence ao que se acha em liquidação, e não ao que começa em Julho de cada anno, e é por isso que na nota 6.ª do modelo de balanços, mandado observar

pela Circular de 20 de Fevereiro de 1854, se determinou que só de Janeiro a Dezembro será escripturada nos livros do exercicio então corrente a importancia arrecadada dessa proveniencia o que cumpre observar-se sem alteração. Sendo porém procedente a duvida proposta na representação, que lhe dirigio o respectivo Contador constante do seu citado officio, ácerca de semelhante assumpto, pois é fóra de duvida que a Instrucção 10.ª da Circular n.º 332 de 10 de Agosto de 1860 manda levar a importancia da divida arrecada nas Collectorias aos cadernos e balancetes do anno financeiro então corrente e não aos do exercicio em liquidação, o que é manifestamente opposto ao determinado na citada nota 6.ª do modelo de balanços; declara ao mesmo Sr. Inspector que pela Circular desta data fica revogada a mencionada Instrucção 10.ª cumprindo que d'ora em diante se harmonise a escripturação das Collectorias e Mesas de Rendas com a da Thesouraria, levando-se ao exercicio em liquidação toda a importancia da divida activa, que se arrecadar no semestre addicional de Julho a Dezembro e ao novo ou corrente exercicio a que fôr arrecadada de Janeiro a Dezembro do anno civil seguinte ao dito semestre.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 74.—FAZENDA.—Circular em 1 de dezembro de 1864.

Declara revogada a Instrucção 10.ª da circular n.º 50 de 10 de Agosto de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 1 de Dezembro de 1864.

Carlos Carneiro de Campos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, observando que algumas Thesourarias de Fazenda laborão na duvida se a nota 6.ª do modelo de balanços de 1854 na parte concernente á receita se acha ou não alterada pela instrucção 10.ª da Circular n.º 50 de 10 de Agosto de 1860; declara aos Srs. Inspectores das Thesoura-

rias de Fazenda, que fica revogada a dita instrucção 10.ª, cumprindo que d'ora em diante se harmonise a escripturação das Collectorias e Mesas de Rendas com a das Thesourarias, levando-se ao exercicio em liquidação toda a importancia da divida activa que se arrecadar no semestre addicional de Julho a Dezembro, e ao novo ou corrente exercicio a que fôr arrecadada de Janeiro a Dezembro do anno civil seguinte ao dito semestre.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 75.—FAZENDA.— Em 3 de dezembro de 1864.

Releva a multa imposta por differenças devidas a enganos da nota para despacho da mercadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso interposto por Baird Le Cocq & C.ª do despacho da Inspectoria da Alfandega da Côrte, que lhes recusára a restituição da quantia de 208$729 réis importancia proveniente do engano, que os recorrentes accusárão ter commettido contra si declarando conterem chá tres volumes, que aliás continhão toucinho fumado; e o mesmo Tribunal:

Considerando que os recorrentes accusárão o engano antes dos volumes sahirem do respectivo armazem para a porta do conferente, e se desse engano se prevalecessem não restava vantagem aos mesmos;

Considerando que, sendo de numeros 2 a 9 e 12 a 14 as 10 caixas despachadas, informou o 1.º Conferente José de Sá Bezerra, incumbido de examinar o conteúdo das seis declaradas no despacho sob n.os 7, 8, 9, 12, 13 e 14, que nas caixas n.os 6 e 8 encontrára tres latas de folha de Flandres servindo de envoltorio externo de 136 libras de chá em caixas, e nas de n.os 12 a 14, 435 libras de carne fumada pesando 50 libras as latas de folha de Flandres para pagar direitos em virtude de valor mercantil;

Considerando que, segundo o despacho a quantidade e numeração dos volumes combina exactamente com a numeração e quantidade dos descriptos no manifesto;

Considerando além disso, que o empregado do livro-mestre, que funccionou no processo, concorreu por sua censuravel negligencia para a continuação do engano da parte, deixando de accusar, como lhe cumpria, a differença existente entre a nota e o mesmo manifesto;

Considerando, por ultimo, que do referido manifesto consta conterem chá as caixas de n.os 7 a 9, e toucinho as de n.os 12 a 14:

Resolveu, por equidade, dar provimento ao mencionado recurso, para o effeito de se restituir aos recorrentes o que de direito fôr, fazendo elles despacho das latas de folha ainda não despachadas.

O que communico ao Sr. Inspector da mesma Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos, cumprindo que seja advertido o empregado do livro-mestre pelo pouco cuidado, com que procedeu no desempenho de seus deveres.

Carlos Carneiro de Campos.

N. 76.—FAZENDA.—Em 5 de dezembro de 1864.

Nega a concessão pedida para serem as notas da Caixa Filial de Pernambuco aceitas como moeda nas repartições publicas da Provincia da Parahyba.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1864.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. para seu conhecimento e os devidos effeitos que S. M. o Imperador a Quem foi presente o requerimento remettido com officio de V. Ex. n.° 40 de 5 de Outubro ultimo, no qual varios negociantes da capital dessa Provincia pedem providencias para que sejão aceitas como moeda legal nas repartições fiscaes da mesma provincia as notas da Caixa Filial de Pernambuco, Houve por bem por sua Imperial e Im-

mediata Resolução de 26 de Novembro ultimo, tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, indeferir a referida pretenção.

Deus Guarde a V. Ex.— *Carlos Carneiro de Campos.*—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 77.—FAZENDA —Em 24 de dezembro de 1864.

Declara que a annullação da letra para caução de direitos, não é permittida sem o pagamento integral dos mesmos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1864.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Roberto Augusto de Almeida, interposto da decisão do Inspector da Alfandega da Côrte, que não lhe permittio a annullação da letra n.° 77 da quantia de 420$000 réis com que caucionou os direitos de consumo e addicionaes de 240 chapéos de palha de Italia, sem enfeites, para senhora, sujeitos á taxa de 1$500 cada um, e reexportados para a Cidade da Victoria, Provincia do Espirito Santo, sem que satisfizesse a quantia de 348$000 réis que de menos pagárão de direitos os mencionados chapéos na respectiva Alfandega: e o mesmo Tribunal:

Considerando que a mercadoria de que se trata foi despachada para consumo na Alfandega do Espirito Santo como chapéos de palha de Italia singelos para homem, com a taxa de 300 réis cada um, sem que houvessem pago além disso os respectivos direitos addicionaes, d'onde resulta a differença indicada:

Considerando, portanto, que a Alfandega da Côrte procedeu regularmente sujeitando o recorrente a pagar 348$000, mas que tendo cobrado a importancia total da letra e arrecadado 72$000 elle tem direito á restituição desta quantia:

Resolveu negar provimento ao recurso, sendo restituida ao recorrente a referida quantia de 72$000.

O que communico ao Sr. Inspector da Alfandega da Côrte para sua intelligencia e devidos effeitos.

Carlos Carneiro de Campos

INDICE DO ADDITAMENTO

Á

COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

1864.

Pags.

N. 1. — FAZENDA. — Em 4 de Janeiro de 1864. — Declara que das decisões dos Chefes das Repartições Fiscaes ha recurso para as Thesourarias de Fazenda, e destas para o Tribunal do Thesouro..... 3

N. 2. — FAZENDA. — Em 12 de Janeiro de 1864. — Sobre o emprego do meio executivo contra os Consules e Vice-Consules estrangeiros..... 4

N. 3. — FAZENDA. — Em 13 de Janeiro de 1864. — Sobre o donativo do producto de uma porção de carne secca, apprehendida pela Alfandega..... 5

N. 4. — FAZENDA. — Em 14 de Janeiro de 1864. — Declara que as decisões das autoridades administrativas em materia contenciosa, uma vez proferidas, não podem ser alteradas senão pelas Instancias Superiores..... 6

Pags.

N. 5. — FAZENDA. — Em 19 de Janeiro de 1864. — Declara que dada a connexidade dos delictos compete ao Juizo Criminal conhecer dos crimes, e á autoridade administrativa conhecer do contrabando e das infracções dos Regulamentos Fiscaes. 7

N. 6. — FAZENDA. — Em 25 de Janeiro de 1864. — Sobre o modo legitimo de provar a filiação nas justificações para percepção de meio soldo..... 8

N. 7. — FAZENDA. — Em 26 de Janeiro de 1864. — Declara que os herdeiros, testamenteiros e inventariantes são solidariamente responsaveis pela taxa das heranças, e respectivos juros..... 9

N. 8. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1864. — Declara que a Camara Municipal não póde impedir obras em um predio por pretender adquiril-o para fim de utilidade publica..... 10

N. 9. — FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1864. — Sobre o sello de recibos de contas de venda..... 10

N. 10. — FAZENDA. — Em 31 de Janeiro de 1864. — Declara que os termos de fiança a favor da Fazenda devem conter a clausula de *principaes pagadores;* e que as procurações devem ser especiaes para esse fim..... 11

N. 11. — FAZENDA. — Em 3 de Fevereiro de 1864. — E' da competencia do Thesouro fixar o *quantum* do vencimento dos Professores jubilados..... 12

N. 12. — FAZENDA. — Em 5 de Fevereiro de 1864. — Sello do Decreto concedendo melhoramento de reforma a Official da Guarda Nacional..... 12

N. 13. — FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1864. — Declara que o Decreto de 26 de Fevereiro de 1862 não alterou a Circular de 6 de Agosto de 1847, sobre dividas de exercicios findos..... 13

N. 14. — FAZENDA. — Em 11 de Fevereiro de 1864. — Declara que o Gerente de uma casa de commercio representa o pro-

Pags.

prio negociante para o despacho das mercadorias nas Alfandegas.....s 13

N. 15. — FAZENDA.— Em 16 de Fevereiro de 1864.—Sobre as formalidades que devem conter os conhecimentos de carga. 14

N. 16. —FAZENDA.—Em 17 de Fevereiro de 1864. —Sobre a competencia do Inspector da Alfandega para deferir o requerimento de E. Leubek, pedindo a entrega do producto de generos cuja apprehensão não fôra confirmada..... 15

N. 17. — FAZENDA. — Em 20 de Fevereiro de 1864.—Sobre o direito das Alfandegas para exigirem a apresentação dos passaportes dos navios..... 16

N. 18. —FAZENDA. — Em 24 de Fevereiro de 1864.— Relevação de multas nas Alfandegas por differenças de quantidade em consequencia de engano manifesto.... 16

N. 19. — FAZENDA. — Em 26 de Fevereiro de 1864.— Sobre a apprehensão de mercadorias não declaradas no manifesto nem comprehendidas na lista dos sobresalentes..... 17

N. 20. — FAZENDA. — Em 26 de Fevereiro de 1864.— Sobre o Decreto de 26 de Fevereiro de 1862 a respeito do pagamento de dividas de exercicios findos 19

N. 21. — FAZENDA.— Em 2 de Março de 1864.— Sobre a classificação para pagamento dos direitos de importação dos chapéos de palha da Italia..... 20

N. 22. — FAZENDA.— Em 10 de Março de 1864.— Sobre o procedimento, que se deve observar quando fallecer o sacador e endossador das letras provenientes de moratorias..... 20

N. 23. — FAZENDA.—Em 14 de Março de 1864.— Sobre o modo por que se deve providenciar nas Alfandegas, quando por affluencia de navios, se tornar insufficiente o numero de Guardas..... 21

N. 24. — FAZENDA.—Em 15 de Março de 1864.— Multa nas Alfandegas por differença de quantidade..... 22

Pags.

N. 25. — FAZENDA.— Em 15 de Março de 1864. — Sobre o pagamento da decima de heranças e legados, de producto de dividas; e prestação de fiança do art. 19 paragrapho unico do Regulamento de 15 de Dezembro de 1860..... 22

N. 26. — FAZENDA.— Em 15 de Março de 1864. — Declara que o titulo, e não o auto de arrematação, é que está sujeito ao sello proporcional..... 23

N. 27. — FAZENDA.— Em 16 de Março de 1864. — Sobre o lugar onde devão ser assignadas as letras provenientes de arrematação de uma Fazenda Nacional..... 24

N. 28. — FAZENDA.— Em 23 de Março de 1864. — Fixa a intelligencia do art. 1.° § 10 da Lei de 22 de Agosto de 1860, sobre recibos e mandatos ao portador..... 25

N. 29. — FAZENDA.— Em 31 de Março de 1864. — Fixa a intelligencia de diversos artigos do Regulamento das Alfandegas..... 26

N. 30. — FAZENDA.— Em 2 de Abril de 1864.— Declara que a reclamação de perdas e damnos, em consequencia de um sequestro feito pela Fazenda, deve ser apresentada ao Poder Judicial..... 27

N. 31. — FAZENDA.— Em 5 de Abril de 1864. —Declara que a disposição do art. 2.°§ 13 da Lei n.° 1083 de 20 de Agosto de 1860 só póde ser applicada aos Bancos, em que ha supplentes de nomeação especial. 28

N. 32. — FAZENDA.— Em 11 de Abril de 1864. —Sobre o que se deve fazer quando a casa da moeda receber prata enviada pelos nossos Agentes em Londres..... 29

N. 33. — FAZENDA.— Em 11 de Abril de 1864. — Renova a declaração de que os termos de fiança a favor da Fazenda devem conter a clausula de *principaes pagadores*..... 29

N. 34. — FAZENDA.— Em 12 de Abril de 1864. — Resolve ácerca do pagamento de meia siza da compra e venda de uma embarcação por conta do Governo do Perú. 30

N. 35. — FAZENDA.— Em 14 de Abril de 1864. — Sobre imposição de multas por diffe-

Pags.

renças encontradas nos despachos de importação..... 31

N. 36. — FAZENDA.— Em 15 de Abril de 1864. — Declara permittido o despacho de reexportação de mercadorias estrangeiras. 32

N. 37. — FAZENDA.— Em 20 de Abril de 1864. — Declara sujeita ao sello de 2$000 a licença para se mostrar em casa particular mediante retribuição um tigre vivo. 33

N. 38. — FAZENDA.— Em 25 de Abril de 1864. — Declara quaes os direitos de importação que devem pagar as botinas de lã gaspeadas com couro..... 33

N. 39. — FAZENDA.— Em 28 de Abril de 1864. — Declara que as Thesourarias são incompetentes para dar emprego á sobra da consignação marcada para despezas de seu pessoal..... 34

N. 40. — FAZENDA.— Em 6 de Maio de 1864.— Declara que as Thesourarias não se podem incumbir da remessa de dinheiros pertencentes ás Caixas filiaes do Banco do Brasil sem preceder autorização do Thesouro, e expressa declaração de serem as remessas por conta e risco das mesmas Caixas; correndo-lhes só obrigação de aceitar e pagar no seu vencimento as letras sacadas a favor de taes estabelecimentos..... 35

N. 41. — FAZENDA.— Em 16 de Maio de 1864. — Declara incompativeis o exercicio de Agente de Rendas de uma Provincia e o de Ajudante do Inspector de Alfandega..... 36

N. 42. — FAZENDA.— Em 17 de Maio de 1864. — Declara que os filhos menores dos Empregados de Fazenda despachados, removidos, etc., de uma para outra Provincia, não têm direito á preparos de viagem..... 37

N. 43. — FAZENDA.— Em 19 de Maio de 1864. — Declara que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 adoptou a doutrina da Ordem de 24 de Maio de 1851 a respeito do sello a que estão sujeitos os

Pags.

termos de fiança, contractos, etc., lavrados nos livros das Repartições Publicas. 37

N. 44. — FAZENDA. — Em 23 de Maio de 1864. — Declara qual o procedimento que se deve ter para com os responsaveis da Fazenda Publica quando a seus fiadores se concede moratoria..... 38

N. 45. — FAZENDA. — Em 24 de Maio de 1864. — Declara que ao Ministerio da Guerra e não ao da Fazenda compete tomar conhecimento da liquidação do tempo de serviço dos Officiaes reformados do Exercito..... 39

N. 46. — FAZENDA. — Em 29 de Maio de 1864. — Sobre os effeitos da certidão de baptismo como prova legal para a successão do filho natural..... 40

N. 47. — FAZENDA. — Em o 1.º de Junho de 1864. — Declara que o pagamento de passagens de soldados de Corpos Policiaes a bordo dos paquetes a vapor escoltando presos de justiça, remettidos de umas para outras Provincias anteriormente ao anno financeiro de 1861—1862, deve correr por conta dos cofres provinciaes .. 40

N. 48. — FAZENDA. — Em 1 de Junho de 1864. — Exige que os requerimentos sobre aforamentos de terrenos de marinhas sejão instruidos com a planta do terreno sobre que versar a pretenção. devendo ser esta anthenticada pelo Engenheiro da Camara Municipal..... 41

N. 49. — FAZENDA. — Em 3 de Junho de 1864. — Declara que em ordens anteriores já se prescrevêrão providencias para evitar abusos por occasião da verificação das taras das caixas de assucar..... 42

N. 50. — FAZENDA. — Em 7 de Junho de 1864. — O trabalho da revisão das guias de receita e despachos de importação, incumbido pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1863 a Empregados das Thesourarias, não dá direito a abono de qualquer gratificação além dos vencimentos desses Empregados..... 43

Pags.

N. 51. — FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1864. — Ordena a relevação de multa dos direitos dobrados por differenças entre a nota e as mercadorias submettidas a despacho, procedente de manifesto engano..... 44

N. 52. — FAZENDA. — Em 28 de Junho de 1864. — Declara que o pagamento de ajuda de custo a Empregados de Fazenda, não é dos que, em falta de credito, podem autorizar sob sua responsabilidade os Presidentes das Provincias..... 45

N. 53. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1864. — Declara que provado o motivo justo de não comparecimento no dia aprazado, póde o candidato ser admittido ao concurso..... 46

N. 54. — FAZENDA. — Em 25 de Julho de 1864. — Declara que todos os accionistas do Banco do Brasil, comprehendidos na Resolução Imperial de 4 de Junho do anno proximo passado, devem ser admittidos a votar na reunião da assembléa geral, caso compareção; e insinua como se deverá proceder no caso de não comparecimento e não poder por isso constituir-se a dita assembléa..... 46

N. 55. — FAZENDA. — Em 6 de Agosto de 1864. — Declara que as notas reconhecidas verdadeiras devem ser substituidas ainda que se não distinga o numero, serie ou signatario..... 47

N. 56. — FAZENDA. — Em 6 de Agosto de 1864. — Declara que para o abono de ajuda de custo aos Empregados de Fazenda determinado por Aviso do respectivo Ministerio, não é necessaria autorização das Presidencias, tanto porque a Ordem do Governo — *implicitamente* — concede o credito preciso, quanto por serem os Presidentes incompetentes para autorizarem tal despeza..... 48

N. 57. — FAZENDA. — Em 16 de Agosto de 1864. — Declara incompativel o exercicio de Procurador Fiscal e o de Secretario do Governo da Provincia..... 48

Pags.

N. 58. — FAZENDA.— Em 29 de Agosto de 1864. — Declara que os requerimentos pedindo restituição de direitos devem ser endereçados por intermedio das Thesourarias de Fazenda..... 49

N. 59. — FAZENDA.— Em 1 de Setembro de 1864. — Declara que a simples allegação de ignorancia não póde admittir-se para dispensar a imposição de multas por infracção do Regulamento do sello..... 50

N. 60. — FAZENDA.— Em 6 de Setembro de 1864. — Declara que os filhos dos Empregados de Fazenda, menores de 3 annos, não têm direito ao abono de ajuda de custo para transporte nas viagens por terra... 50

N. 61. — FAZENDA.—Em 23 de Setembro de 1864. — Designa a tabella pela qual se deve regular a força real do alcohol puro para pagamento dos direitos de consumo das bebidas espirituosas..... 51

N. 62. — FAZENDA.—Em 30 de Setembro de 1864. — Sello de um contracto apresentado depois de 30 dias..... 52

N. 63. — FAZENDA.—Em 4 de Outubro de 1864. —Concede á Real Companhia de Paquetes de Southampton carregar na Bahia e Pernambuco mercadorias para o Rio da Prata..... 52

N. 64. — FAZENDA.— Em 4 de Outubro de 1864. — Declara que as olarias estão sujeitas ao imposto do art. 3.º § 3.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844..... 53

N. 65. — FAZENDA.—Em 12 de Outubro de 1864. — Declara como se deve proceder a respeito dos individuos, que se acharem de posse de terrenos de marinhas sem titulo legitimo..... 53

N. 66. — FAZENDA.—Em 18 de Outubro de 1864. — Declara que não são permittidas nomeações interinas para os lugares de Escripturarios das Thesourarias de Fazenda..... 54

N. 67. — FAZENDA.—Em 4 de Novembro de 1864. — Declara que nos casos de decisões

Pags.

comprehendidas na alçada das Alfandegas só se admittem os recursos provada incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou de formas essenciaes: bem como que a disposição Regulamentar que dispõe que os recursos sejão instruidos com documentos, etc., não é obrigatoria, mas sim facultativa..... 54

N. 68. — FAZENDA.—Em 7 de Novembro de 1864. — Declara que o Empregado de Fazenda exonerado da Commissão a seu pedido não tem direito a ajuda de custo..... 55

N. 69. — FAZENDA.— Em 11 de Novembro de 1864. — Explica os effeitos do perdão quanto á multa recolhida e já escripturada em Receita..... 56

N. 70. — FAZENDA.—Em 21 de Novembro de 1864.— Declara como se deve proceder com um Collector, que deixe de recolher os livros e dinheiros da Collectoria no prazo que lhe fôr marcado..... 57

N. 71. — FAZENDA. — Em 28 de Novembro de 1864.— Ordena a restituição dos direitos de mercadorias consumidas em um incendio posteriormente ao despacho.... 57

N. 72. — FAZENDA.—Em 30 de Novembro de 1864.— Declara que os Inspectores das Alfandegas são incompetentes para fazerem propostas para o preenchimento de lugares das mesmas Alfandegas.... 58

N. 73. — FAZENDA. — Em 1 de Dezembro de 1864.— Declara qual o exercicio em que se deve escripturar a importancia da divida activa arrecadada no semestre de Junho a Dezembro..... 59

N. 74. — FAZENDA. — Circular em 1 de Dezembro de 1864.— Declara revogada a Instrucção 10.ª da Circular n.º 50 de 10 de Agosto de 1860..... 60

N. 75. — FAZENDA. — Em 3 de Dezembro de 1864.— Releva a multa imposta por differenças devidas a enganos da nota para despacho da mercadoria..... 61

N. 76. — FAZENDA. — Em 5 de Dezembro de 1864.— Nega a concessão pedida para

Pags.

serem as notas da Caixa Filial de Pernambuco aceitas como moeda nas repartições publicas da Provincia da Parahyba..... 62

N. 77. — FAZENDA. — Em 24 de Dezembro de 1864. — Declara que a annullação da letra para caução de direitos, não é permittida sem o pagamento integral dos mesmos direitos..... 63

U$ 50 - raro.
Livraria Santa Luzia 9/7/93.
Rua Rodrigo Silva
(Jaime)

056698